

# **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO**

**FUNDADO EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1894**

**VOLUME XXXVII**

**EDIÇÃO DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO  
DEZEMBRO DE 1939 .**

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

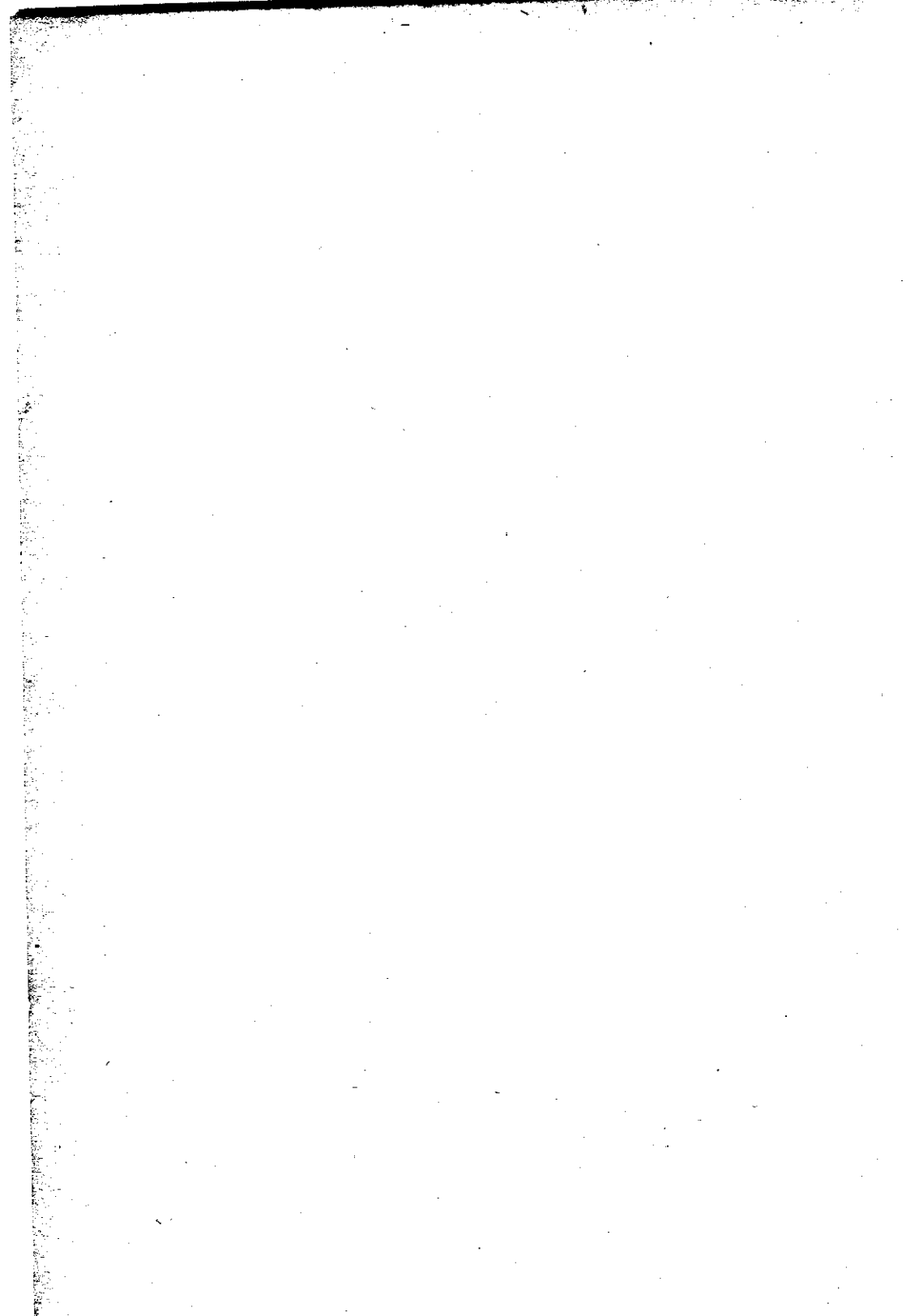
PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 350

**POSSE DO DR. AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY  
NA PRESIDENCIA HONORARIA DO INSTITUTO (1)**

---

(1) Ver, no fim do volume, a ata de 5 de setembro de 1939.





## SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE EFETIVO, DR. JOSE' TORRES DE OLIVEIRA

Senhor Doutor Afonso de Escragnolle Taunay:

A eleição de V. Excia. para Presidente Honorario do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo não é ato meu; é ato de todos nós. Nesta expressão — *todos nós* — eu quero abranger não só os socios que tiveram a oportunidade e o prazer de aporem suas assinaturas à proposta formulada, como todos os seus companheiros desta casa, sem exceção, talvez, de um só. E, si eu quisesse repetir palavras já aquí ditas pelo nosso prezado confrade Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, acrescentaria que nessa expressão podia-se compreender também 7 milhões de paulistas e mais de 40 milhões de brasileiros, si a todos fosse dado subscrever a proposta de que se trata. (*Muito bem! Muito bem!*).

Eu fui apenas o cooperador dessa vontade geral.

E, para assim agir, fui impulsionado por dois nobres motivos, um de ordem particular e outro de carater social.

No primeiro caso, eu obedeci ao desejo de dar expansão ao mais vivo sentimento de amizade (que nos prende há mais de um quarto de século, afeição esta que nasceu, há mais de meio século (como estamos velhos, meu querido amigo!), nos bancos académicos, com uma pessoa de seu próximo parentesco, e que até hoje nos vincula estreitamente, sem a menor solução de continuidade.

Quero me referir ao nosso ilustre consocio, Dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, professor jubilado e emérito do Collegio Pedro II, seu primo-irmão.

Nestas poucas palavras de saudação, quero deixar ligado ao seu o nome deste velho e sempre lembrado amigo.

O motivo de ordem social era fazer com que o nosso gremio, refletindo o sentir de todos os paulistas e brasileiros, prestasse um significativo tributo de gratidão ao grande historiador que, além de numerosos e valiosíssimos trabalhos, empreendeu a tarefa ingente de escrever a *Historia Geral das Bandeiras*

*Paulistas*, levando, por essa forma, ao mundo inteiro o conhecimento dessa epopéia grandiosa, que não tem paradigma nos fastos de todos os tempos, — a historia gloriosa dos bandeirantes de S. Paulo. (*Muito bem! Muito bem!*).

O apreço que o Instituto vota à pessoa de V. Excia. está bem manifesto nos dizeres da proposta. E eu quero corroborá-los reproduzindo aqui uns termos bastante expressivos de que usou, em relação à pessoa de V. Excia., o ilustre Professor Dr. Antonio Piccarolo, num dos artigos de sua brilhante colaboração para o grande vespertino *O Estado de S. Paulo*, edição de 5 de junho próximo passado.

"*Mar de Erudição*" foi o qualificativo com que o brindou o estimado e egregio homem de letras.

Senhor Doutor Taunay!

Eu queria, juntamente com meus caros confrades, dar à sua posse grande solenidade, convidando para o ato as autoridades do Estado, e todos os institutos culturais do País.

V. Excia. não o permitiu. Pediu-me toda simplicidade, alegando que a modestia sempre nos acompanhou, mesmo quando moços, quanto mais agora que já nos distanciamos da mocidade e estamos, talvez, divisando a curva da segunda infancia... (*Riso*).

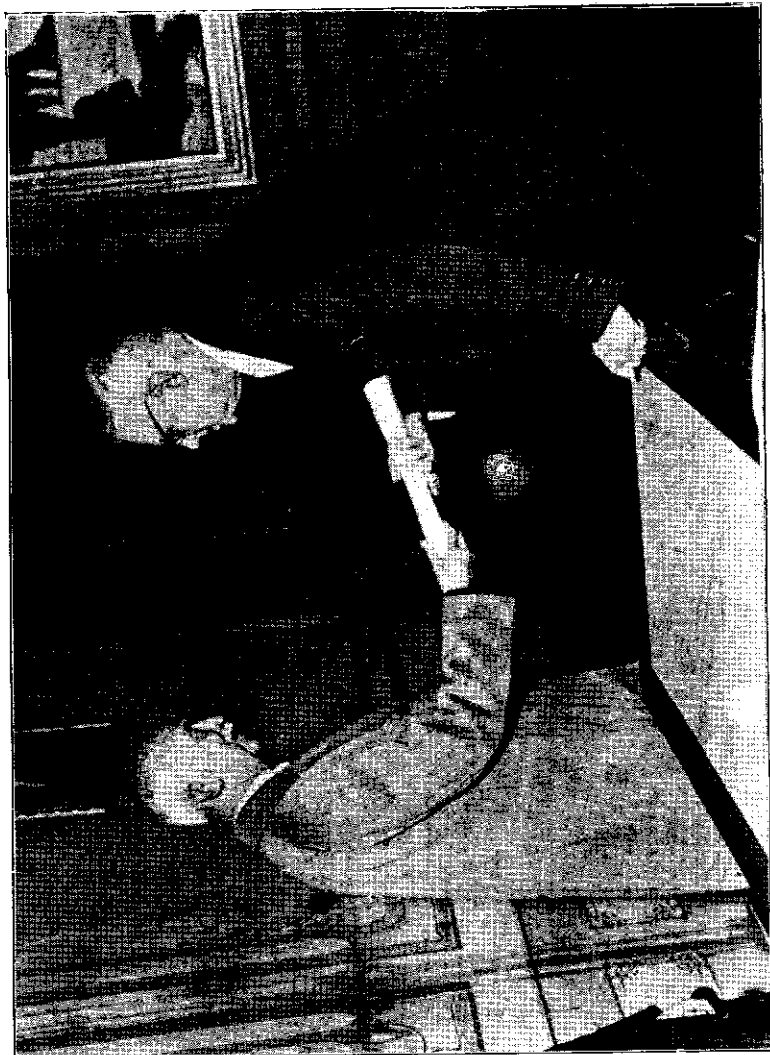
Em falta de diplomas, que não existem para os Presidentes e só para os socios, para fazer as suas vezes, vou lhe entregar esta copia fotografica da proposta, com todas as assinaturas que ela, até então, recebeu.

E, entregando-a a V. Excia., peço-lhe que a guarde entre os papéis do seu carinho, entre os papéis gratos ao seu coração, e que a coloque bem visível em seu gabinete de trabalho, para que os que têm a ventura de gozar de seu convívio, testemunhem esta demonstração do nosso afeto, esta prova de nossa grande admiração e de nossa gratidão ao operoso historiador, ao insigne cientista, ao excelso consocio. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

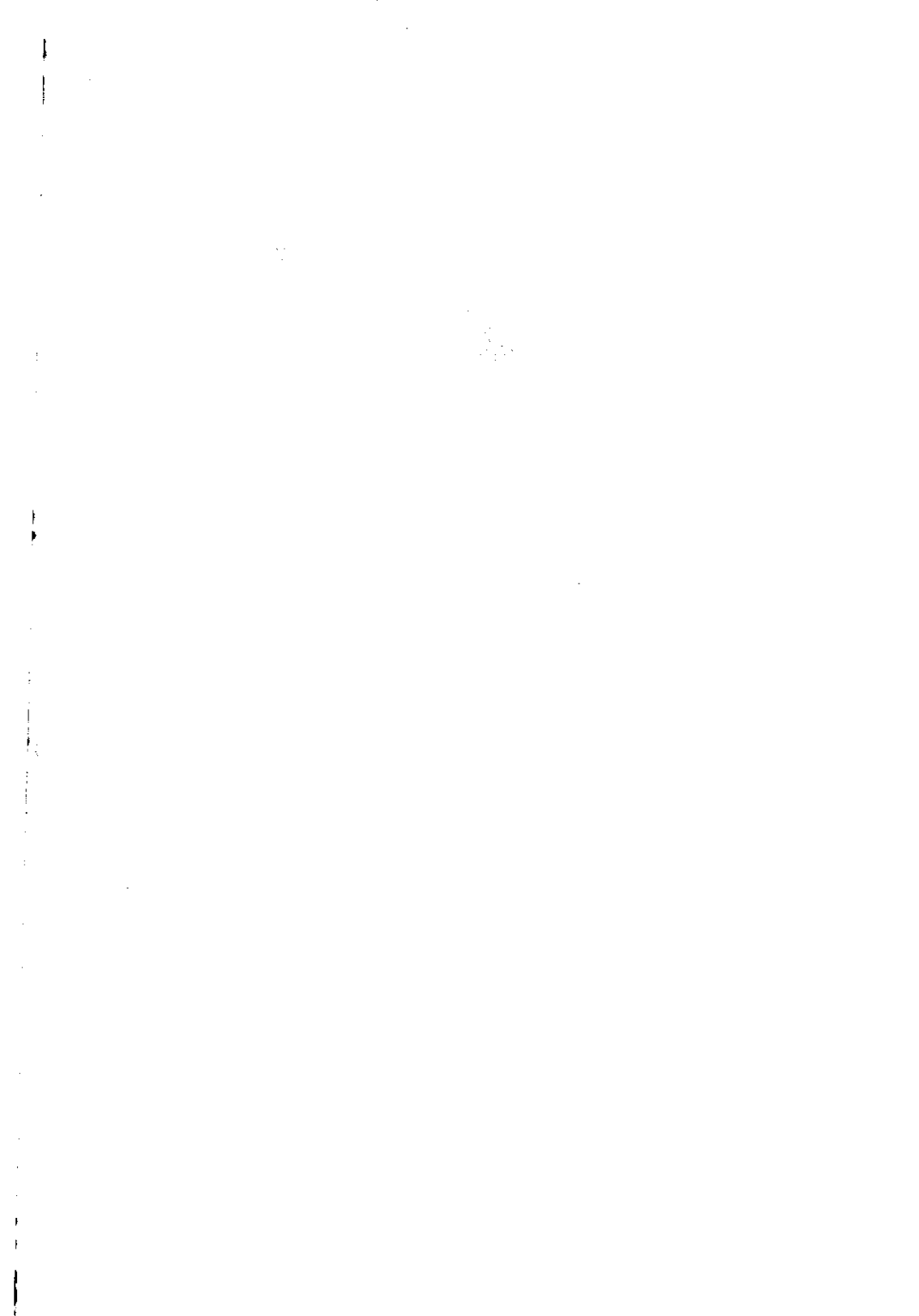
E agora, concluindo, peço que, de pé, palmejemos e abracemos o nosso, daqui em diante, eminente Presidente Honorario.

(*A assistencia, de pé, prorrompe em estrondosas palmas e se dirige ao homenageado, cumprimentando-o e abraçando-o*). (1)

(1) Apanhado taquigráfico do Dr. Artur Voigtlaender.



O Dr. Afonso de Taunay recebe das mãos do Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo, uma copia fotografica da proposta de que resultou sua eleição para Presidente Honorario.



## DISCURSO DO DR. AFONSO DE TAUNAY

Meu caro Presidente,  
meus bons amigos,  
meus prezados consocios:

A honra que me conferistes, a máxima distinção do nosso gremio, até hoje atribuida a apenas três dos mais eminentes brasileiros, não é outra coisa sinão mero reflexo de vossa generosidade coletiva, em materia de apreciação de alheios méritos.

A simpatia pessoal, que me desvanço de entre vós haver conquistado, foi fator muito mais consideravel do que o sopeamento imparcial dos títulos de quarto presidente honorário do nosso caro Instituto.

Sobremodo me honra, me desvanece e me comove o que fizestes!

O recebimento desta investidura muito mais se justifica pelo labor de longos anos passados no exame dos nossos anais do que pelos resultados decorridos deste trabalho.

Há mais de um quarto de século, pertenço ao nosso gremio. Quantos e quantos companheiros valorosos e eminentes, que aqui encontrei e vi labutar, nesta mesma seara que é a nossa, já não mais aqui acho! Quanta saudade do convivio destes bons amigos e bons consocios, honestos, argutos, apaixonados ventiladores das obscuridades do nosso passado! Quantas saudades de tão bons companheiros da mesma jornada!

Dentre os que mais de perto conheci e mais assiduamente frequentei, quero agora lembrar especialmente dois nomes que me são muito caros: os de Augusto de Siqueira Cardoso e Luiz Gonzaga da Silva Leme. Com o primeiro colaborei nos seus estudos probos e incansaveis de revisão e concordancia das obras mestras de nossas linhagens antigas. Ao segundo frequentemente consultávamos juntos, como a um mestre que unia os primores da erudição aos do carater sem jaça, transportados ao terreno da pesquisa histórica. Conferencias há tanto tempo acabadas pela morte! Quanto deles me lembro cheio de saudade!

Desde já longínquos tempos, poucos são os companheiros que hoje nos restam, em assiduo convívio com a nova geração brilhante e ardorosa que veio reforçar a atuação do Instituto em sua carreira fecunda.

Entre todos, diviso o velho e bom amigo de tantos anos, o nosso querido e eminente presidente perpetuo, cuja amizade à nossa instituição sobrepassa as raias do zelo e da dedicação, a ponto de o levar a integrar a existencia no serviço da nossa agremiação, conferidora de justissimo mandato por ele há varios annos exercido, cercado do maior prestigio, porque se mostra incansavel no zelo, no interesse honestissimo pelo acrescmentamento perene desta casa.

Da sua amizade decorreu, em máxima parte, a sugestão da honra que me é conferida, aceita tão carinhosa quanto generosamente pelos meus nobres consocios e amigos.

A Torres de Oliveira, a todos quantos subscreveram a moção por ele encabeçada, nessa proposta em que só vejo uma longa lista de nomes de amigos velhos e recentes, os meus maiores e mais efusivos agradecimentos.

A proclamação da minha presidencia honoraria deu ensejo a que surgissem, neste recinto, as vozes ultra-generosas de commentadores da decisão recém-approvada pelo Instituto. Seja-me permitida a especial menção dos nomes de dois enunciadores de tais votos de aplauso: os dos Srs. Drs. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker e Geraldo Rúffolo.

Ao illustre homem público e parlamentar, e ao erudito ensaista, exprimo quanto me foi grato conhecer o teor das expressões com que o seu cavalheirismo e, sobretudo, a sua cordialidade, pontuaram a decisão do nosso plenario.

Há mais de um quarto de século, dizia eu, fui recebido neste gremio. Já havia varios annos que vivamente me interessava pelos nossos fastos nacionais e especialmente pelos de São Paulo, já que aquí viera viver no convívio generoso dos paulistas, aliando-me a uma das mais velhas e illustres familias de S. Paulo.

— Si você está em S. Paulo e quer escrever historia, — aconselhou-me certa vez o meu querido e saudosissimo mestre Capistrano de Abreu, — faça uma coisa: estude as bandeiras.

— Mas, isto é muito trabalhoso demais, — objetei-lhe. — A vida de um homem não dá para tanto.

— Você ainda é muito moço e quem não tem coragem não amarra canheborra no mato, segundo afirma um proloquio de

minha terra, — retrucou-me o mestre cearense, em rude comparação de seu feitiço de sinceridade absoluta.

— Preferiria algum assunto mais facil, menos extenso e mais à mão, por exemplo o periodo dos Capitães-Generais.

Aí se agastou o autoritario amigo, apaixonado da franqueza e da ausencia de rebuços:

— E' mais facil e mais à mão, com efeito! E assim tambem mais facilmente conseguirá você dar uma demonstração de rara ininteligencia! Deixará um episodio máximo dos nossos anais, máximo e quasi virgem na consolidação de seus fastos, para cuidar de uma relação quasi sempre de meros atos burocráticos de um periodo de depressão e decadencia. Parabens pelo brilhantismo da escolha!

Deixou-me tão rude franqueza abalado ao despedir-me, em meados de 1902, da visita feita no Rio de Janeiro a quem tão categoricamente se exprimia.

Dias mais tarde, recebia um bilhete que já publiquei e aquí reproduzo textualmente:

"Afonso amigo,

"A sua idéia de escrever uma historia dos Capitães-Generais de S. Paulo é simplesmente infeliz. Que lembrança desasturada a de preferir um periodo desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII."

Aí, ocorriam duas zargunchadas desferidas contra dois pesquisadores contemporaneos de quem Capistrano não gostava nada, pois, bom amigo, ótimo amigo, inexcivelmente leal, tambem sabia ser incômodo e quasi sempre indesarmavel inimigo:

"Deixe este encargo ao... ou ao... Isto lhes vai a calhar. Que encham as páginas da Revista com tão desenxabido assunto. Reserve você para si o melhor naco e deixe os miudos para quem deles gostar."

Mais tarde, reiterou varias vezes o proverbio relativo aos capitães-de-mato e a recordar uma alusão literaria de Boileau que cobria de ridículo certo poeta, por ter escolhido, entre os muitos heróis de maior vulto, um rei merovingio obscuro, para lhe cantar em poema épico os feitos altamente discutíveis.

Comecei a obedecer ao mestre, a me introduzir numa camisa, não de onze, mas de cento e dez varas, que é a ventilação dos fastos bi-seculares do *epos* bandeirante.

Devo, antes do mais, confessar que o assunto, logo de inicio, me empolgou. Nos feitos extraordinarios dos paulistas re-  
cuadores do meridiano de Tordesillas, percebi logo o cunho da-

quela missão que levou o coordenador seiscentista de crônicas medievais, relativas à obra dos franceses no Oriente das Cruzadas, a dar à sua coletânea soberbo e altissonante título: *Gesta Dei per Francos*.

No Brasil, em nossa Patria, a paráfrase adaptável ao bandeirantismo é fácil: *Gesta Brasiliae per Paulistas*.

E, realmente, as bandeiras foram as mandatarias do espírito luso dos conquistadores, modificado pelo ambiente americano, mais uma vez a dilatar a Fé e o Imperio, como aqueles outros vassallos das quinas, que já haviam devastado as terras viciosas de África e de Asia.

Que mina, e que mina virgem, a dos arquivos que dormiam no acervo municipal de S. Paulo! Quanta riqueza nos acervos de Portugal e de Espanha! Imenso material para tão escassas forças de um só trabalhador! Naturalmente, teria sido impossível qualquer serviço sem a cooperação dos primeiros abridores de picadas em tão densa selva.

Em S. Paulo, appareceu a facilitação extraordinaria decorrente da benemérita iniciativa de Washington Luiz, esse grande benfeitor da nossa tradição, mandando imprimir as *Atas e Registo Geral da Câmara de S. Paulo, os Inventarios e Testamentos, os Documentos Históricos, as Sesmarias*. Em Espanha, já sobrelevava o trabalho herculeo, inteligentissimo e honesto do sabio Pablo Pastells, revolvendo os milheiros e milheiros de documentos do *Arquivo General de Indias*, deixando a indicação das fontes arquivais na sua monumental *Historia da Companhia de Jesús na Provincia do Paraguai*.

Em Portugal, a contribuição era menor, porque a mina dos documentos bandeirantes, por falta de catalogação, está, por assim dizer, apenas a florada. Mas, a contribuição havida da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dos arquivos de Minas Geraes e da Baía, sobretudo a da nossa grande livraria nacional, me forneceu fartissimos elementos.

De quanto o jazigo português está inexplorado, ainda acabamos de ter a mais eloquente prova com a publicação da monografia riquíssima de novidades de Ernesto Enes sobre o episódio de Palmares.

Mas, o caminho é extensissimo e cheio de obstáculos. Imenso, ainda, há o que vencer para que chegue ao fim da jornada. Penso que jamais atingirei esta meta tão distante ainda, tendo perdido precioso tempo em virtude de acontecimentos alheios à minha vontade e às contingencias da vida humana. Em





O Dr. Afonso de Taunay, quando fia o seu discurso, e parte da assistência.



todo caso, jamais deixei e deixo de consagrar alguma coisa do meu tempo e do meu trabalho ao esclarecimento da *Gesta Brasiliae per Paulistas*.

Paralelamente, cuidei de narrar os principais fastos desta cidade de S. Paulo, a quem coube a regalia extraordinaria de conservação de um acervo de elementos reconstrutores de sua vida anterior, riquíssimo, como nenhuma outra grande cidade de nosso país o possui, nem mesmo talvez nenhuma outra cidade sul-americana, a não ser, talvez, Lima.

A testa do Museu Paulista, coube-me a mais grata das missões — a de encontrar um ambiente majestoso sob todos os aspectos e despojado de quaisquer atributos evocativos, qual o do admiravel vestibulo do palacio do Ipiranga. Assim, tive o ensejo de poder povoá-lo com os atributos simbólicos evocativos da construção de nossa patria, desde os dias da descoberta e do primeiro povoamento até aos da entrada do Brasil no rol das nações independentes.

Assim, a sorte me proporcionou, o que é tão raro, a satisfação de muitos dos mais vivos pendores do espirito e das instigações do meu feitio e mentalidade.

Ainda ultimamente, a generosíssima dádiva dos herdeiros de Santos Dumont ao instituto que tenho a honra de dirigir, me evocava a necessidade de lembrar o valor discutido do primeiro inventor brasileiro, que tambem foi o primeiro inventor nascido em terra americana. Tive, então a felicidade de encontrar todo o apoio e todas as facilidades de informação por parte de grande número de eruditos, não só do Brasil, como de Portugal, principalmente, da França, Alemanha e Italia. Assim, conseguí redigir um libelo compendiador dos documentos estabelecedores dos direitos inconcussos à prioridade aerostática por parte de Bartolomeu de Gusmão.

E, logo depois, a generosidade de amigos do Museu, como Guilherme Guinle, Iguatemi Martins, Ismael de Sousa, Benjamin de Mendonça, permitia-me reunir larga documentação iconográfica, excelente, sobre a figura e os títulos do "Voador", poderosamente alargada pela generosa dádiva do Marquês de Faria. Assim tambem, em 1922, a decoração do soberbo hall do Museu me levaria ao estudo dos perfis dos brasileiros imortais que mais se salientaram na campanha que levou o Brasil à Independencia. Mas, é odioso estar a falar dos meus trabalhos. O que agora preciso salientar é quanto me desvanece a investidura desta presidencia honoraria; quanto procurarei, à me-

dida das minhas forças, servir o Instituto, para que cada vez maior se torne a sua já tão prestigiosa projeção no cenário das nossas letras históricas. Nelas há imenso que fazer.

A nossa *Revista*, que tão larga reputação desperta, cada vez mais alteia o seu prestígio, mercê dos elementos novos incorporados aos índices de seus tomos novos, pela escolha feliz dos seus tão proficientes quanto zelosos redatores.

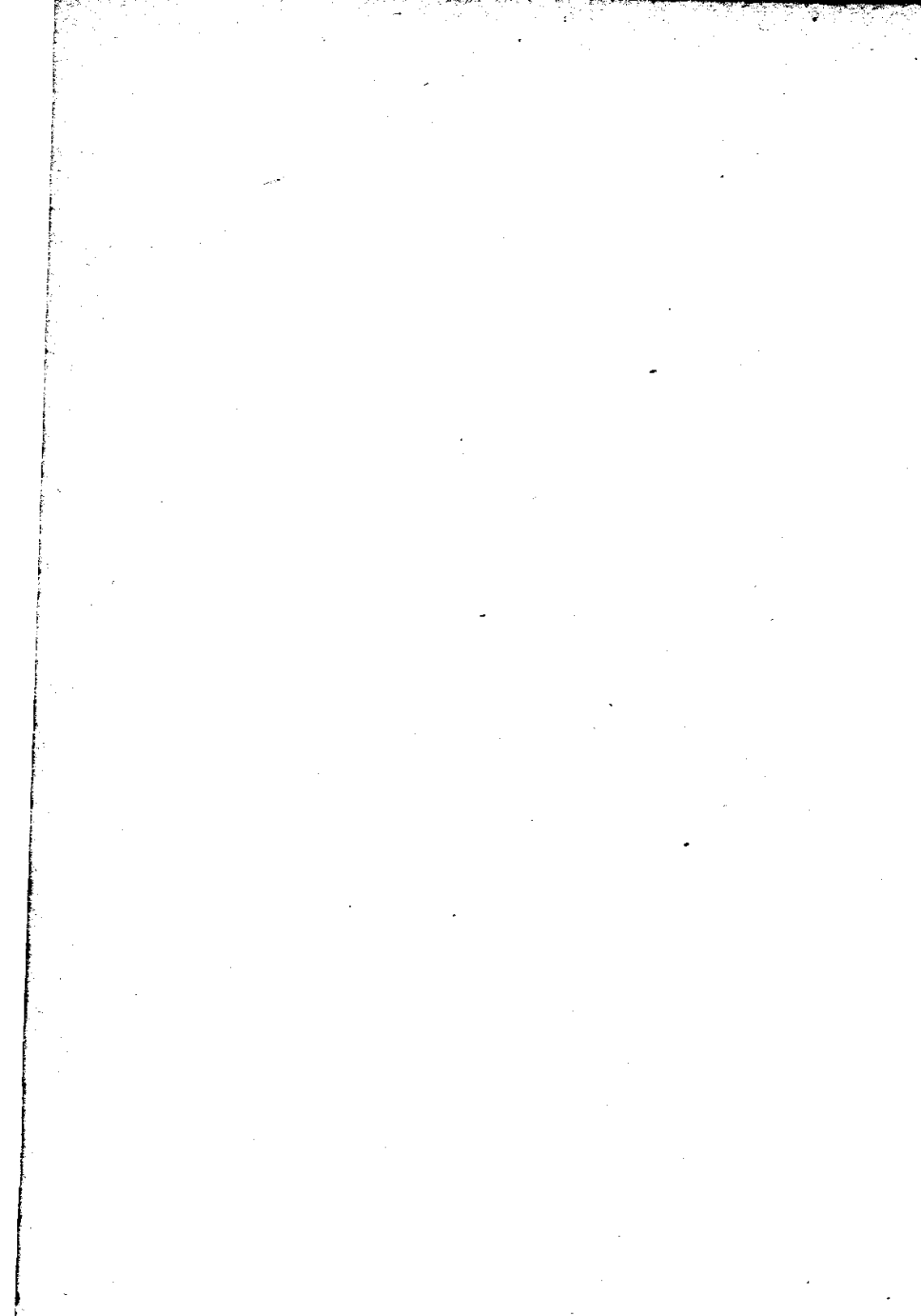
O nosso corpo social cada vez mais recruta elementos novos e valiosos de pesquisadores honestos e incansáveis trabalhadores. O Instituto, generosamente dotado pelos poderes públicos, como ainda agora acaba de o ser novamente, propõe-se subsidiar iniciativas do maior alcance, como por exemplo a impressão dos trabalhos do Congresso Numismático, a copia de documentação arquivada no Brasil e no estrangeiro, condição essencial para que o rumo dos nossos estudos tome um feitio do mais elevado alcance e dos mais proficuos resultados, obedecendo à norma essencial e inflexível, de que onde não há documentos não há historia.

E' neste ambiente que venho, hoje, receber a investidura que tanto me honra neste cenáculo de apaixonados ventiladores dos fastos do Brasil e de S. Paulo.

Assim, ao nosso caro Instituto caibam longos e longos anos de indefesso e fecundo labor em prol do esclarecimento destes feitos da vida comum de todos os brasileiros, que são a trama da historia nacional. Neles e em atuação magnifica, por tantos e tão repetidos motivos, succedeu que muitas vezes se verificasse, a *Gesta Brasiliae per Paulistas*.

De olhos fitos nesta divisa grandiloqua, procuramos servir, nós outros e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a tradição imortal de nossa Patria.

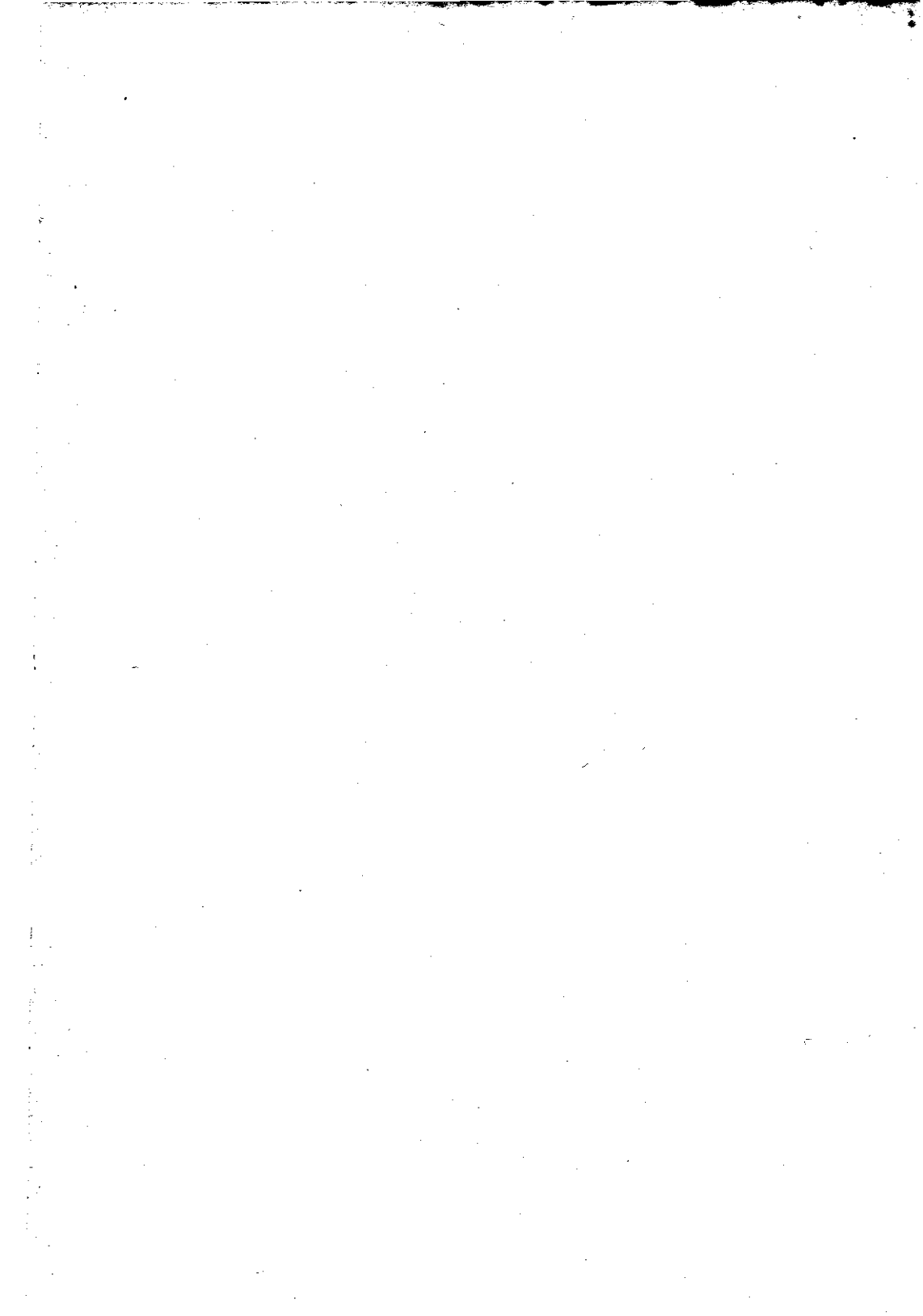
**GASTÃO MADEIRA, PIONEIRO DA AVIAÇÃO**



Por ocasião das festas comemorativas do III Centenario de Úbatuba, em outubro de 1937, veio ter às nossas mãos o arquivo do Dr. Gastão Madeira, filho daquela cidade, a quem se tratava de prestar justa homenagem, por intermedio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, organizador das referidas comemorações.

A presente publicação reúne os documentos constantes do citado arquivo, não fazendo sinão completar o que a respeito vem inserto no *Memorial* descritivo daquelas festividades e que, para maior divulgação, também aquí transcrevemos em capítulo especial.

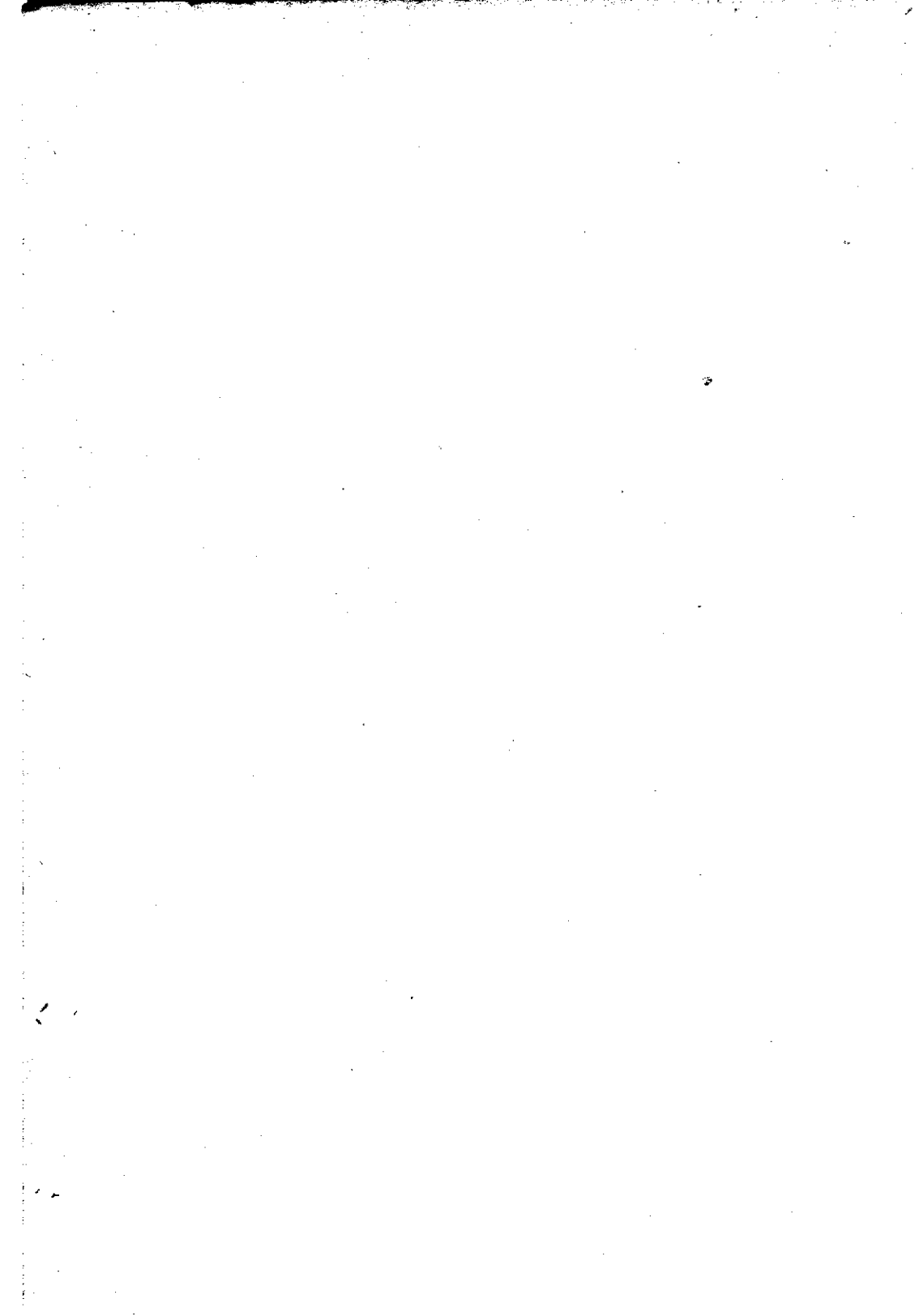
A REDAÇÃO.





## SUMARIO

- I. Breves Notas Biográficas.
- II. Em 1892.
- III. Socio efetivo da Confederação Aerea Brasileira.
- IV. Dois Artigos Expressivos.
- V. Na Europa, em Viagem de Experiencias.
- VI. Por ocasião do Vôo Transatlântico do "Jafé".
- VII. A Homenagem de Ubatuba.
- VIII. Gastão Madeira e Santos Dumont.



I

**BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS**

1912

Gastão Galhardo Madeira, mais conhecido por Gastão Madeira, nasceu na cidade de Ubatuba, Estado de S. Paulo, aos 20 de junho de 1869, sendo filho legítimo de Joaquim José Lázaro Madeira e Maria Angélica de Galhardo Madeira.

Saiu de sua terra quando tinha dois anos de idade, em companhia de sua família, que passou a residir em S. Luiz do Paraitinga, de onde, sucessivamente, mudou-se para Guaratinguetá, Caçapava, vindo afinal a fixar residência definitiva na Capital, quando tinha doze anos.

Já nessa época, o jornal *A Provincia de S. Paulo* dera uma pequena noticia referente à sua propensão para as invenções. Em 1888, quando estava por terminar os preparatorios, preocupou-se com o vôo das aves, observando-as demoradamente com o intuito de descobrir as respectivas leis e applicá-las ao vôo humano.

Esses esforços prolongaram-se durante alguns anos, até que, em 1890, tendo encontrado o que buscava na natureza, requereu e obteve patente de invenção, como se vê do *Diario Oficial* da União, de 19 de agosto daquele ano. Por esse mesmo tempo, realizou uma conferencia no Clube de Engenheiros do Rio de Janeiro, expondo todas as suas observações e demonstrando a lei do vôo por meio de pequenos aparelhos sem motor. Consistia essa lei na deslocação do centro de gravidade, de harmonia com a forma especial do corpo ou dos planos de sustentação, para o efeito de produzir a queda fugindo da vertical, como base de projeção do vôo, ao contrario de tudo quanto naquella época se imaginava. Combatia o mais leve que o ar e sustentava que, com o mais pesado obedecendo àqueles principios que encontrou nas aves, o problema seria resolvido.

A sua conferencia foi muito aplaudida, os jornais do Rio deram dela detalhadas noticias. Desde logo, viu-se cercado das atenções dos engenheiros Drs. Paulo de Frontin e Carlos Sampaio. Deste ouviu as seguintes expressões:

“Fiz estudo especial do assunto quando me obriguei a combater pela imprensa a teoria absurda de Julio Cesar, e, por-

tanto, posso garantir-vos que não conheço teoria mais lógica, mais clara que a vossa; si não resolvesstes o problema, fornecestes, pelo menos, os elementos que nunca poderão ser prescindidos todas as vezes que se tratar da direção aerostática.”

Já antes, o engenheiro Dr. Álvaro Rodvalho Marcondes dos Reis manifestara sua opinião nos seguintes termos:

“Resolvesstes definitiva e cientificamente o problema.”

Daí por diante, o inventor foi lutando sempre para realizar o seu invento, no que foi impossibilitado pela falta de recursos e descrenças da época. Assim desanimado, resolveu divulgar todos os seus estudos, publicando-os, com muitos desenhos explicativos, pelo *Correio Paulistano* de 1892, graças à influencia do saudoso senador Dr. José Luiz de Almeida Nogueira.

Por essas publicações, verifica-se que o inventor abrangerá a solução dos três problemas: o planador, o dirigível e o aeroplano.

Pode verificar-se, agora, que os principios fundamentais aconselhados por Gastão Madeira foram aplicados praticamente à solução definitiva do problema, dez anos após a obtenção do seu privilegio e nove depois da divulgação do mesmo invento pela imprensa.

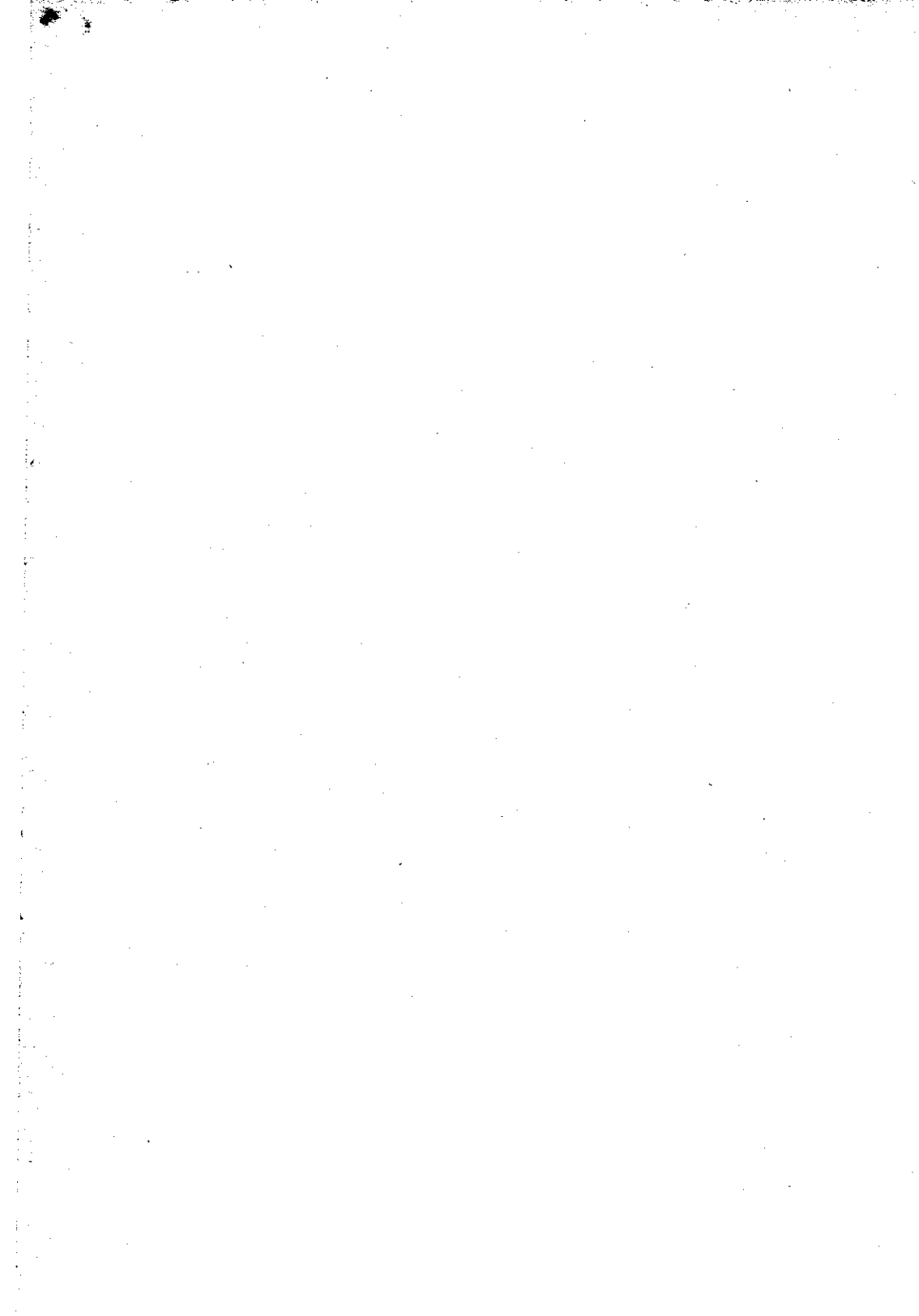
Gastão Madeira bacharelou-se pela Faculdade de Direito de S. Paulo, tendo colado grau aos 10 de dezembro de 1892. Atualmente, exerce a advocacia nos auditorios da capital.

## II

EM 1892

*Reproduzimos, a seguir, com as respectivas ilustrações, a serie de quinze artigos que, sob o título acima, publicou o Dr. Gastão Madeira no Correio Paulistano dos dias 6 (I e II), 8 (III), 9 (IV), 10 (V), 12 (VI), 13 (VII), 14 (VIII), 15 (IX), 16 (X), 23 (XI e XII), 24 (XIII e XIV) e 27 (XV) de janeiro de 1892. Observa-se que o Correio Paulistano era, nessa época, um jornal de apenas 4 páginas e que nem sempre aparecia com regularidade. Esse fato, aliado ao atraso do meio, é suficiente para explicar, em grande parte, a obscuridade em que permaneceram, durante meio século, esses pequenos artigos que hoje se elevam, afinal, à categoria de verdadeiros documentos históricos, pois que, escritos embora pela pena ainda indecisa de um moço de 23 anos, já incluíam, em análise demonstrativa e convincente, os princípios fundamentais da navegação aerea.*

A REDAÇÃO.





## ESTUDO SOBRE A DIREÇÃO DOS AEROSTATOS E ESPECIALMENTE DOS PARA-QUEDAS

### I

Algumas declarações introdutorias são, sempre, indispensáveis à exposição de qualquer trabalho.

E' a razão por que devemos, como preparo ao espírito do leitor, — pois o sistema de aerostato que adotamos é completamente diverso dos até hoje experimentados, — nos referir não somente à descrença geral, que, lançando a dúvida em grande maioria de indivíduos, tem por isso servido de embaraço ao desenvolvimento científico, como também aos primeiros meios que devem ser empregados nas invenções e descobertas, e aos estudos feitos em França.

Todas as considerações que vamos fazer têm por fim: 1.º) mostrar, perante a razão e a historia, que a descrença, pertencendo a maior número de ignorantes que de técnicos, de profissionais, deve, por isso mesmo, ser considerada sem valor algum, e não, como tem acontecido, ser acompanhada por enorme cortejo de imbecis e mesmo de alguns individuos de reconhecida intelligencia, porem não tão destruidores como aqueles, que, ao lado de supino acanhamento mental, se salientam pelo atrevimento, pela ousadia, pelo presunçoso tom de autoridade, tão ridiculo em seu falar, em suas opiniões, como um barrete frigio na cabeça de um sebastianista histórico; 2.º) demonstrar que a natureza oferece, para a consecução de certas descobertas, um verdadeiro modelo que de modo algum deve ser desprezado; 3.º) que os sistemas empregados pelos aeronautas franceses pecam pela base e, em confronto com os verdadeiros princípios da ciencia, tendo por atestado a historia, jamais ao problema darão a solução almejada.

Iremos por partes, procurando, quanto possível, o melhor método de exposição.

Desde já, é bom saber-se que temos certeza da imperfeição do trabalho, não sendo de esperar outra coisa de pessoa sem conhecimento técnico algum, somente levada ao estudo pela vontade, paciência e observação.

A nossa linguagem, por falta de termos científicos, apropriados, não será a mais adequada; indica, todavia, um esforço, uma aspiração.

Talvez pareça um tanto fora de propósito, fora de relação direta com o trabalho, o termos de nos referir à descrença em materia científica, aos meios empregados nas descobertas, etc., etc.; mas, assim procedemos por duas razões: 1.<sup>a</sup>) porque não queremos mutilar o que naturalmente nos veio à mente e que foi objeto de serias preocupações, pois entendemos que a não revelação total de qualquer trabalho, por temor à crítica, — quando conscienciosamente julgamos ser isso uma contrariedade, uma restrição à liberdade de pensamento, — é faltar e condenar a razão, que exige a manifestação ampla da intelligencia, para com inteireza avaliar os seus produtos; 2.<sup>a</sup>) porque, bem refletido, veremos que há, de fato, relação íntima entre a descrença, os meios empregados nas descobertas, etc., e o problema da direção dos aerostatos.

Si estamos errado, si não seguimos os verdadeiros métodos de classificação, permanecemos na mais perfeita tranquillidade, pois o nosso principal fito é prestar um serviço, posto que insignificante, ao estudo de tão elevado problema, aumentando desse modo o número de brasileiros que sobre o mesmo assunto têm empregado toda a atividade.

Referimo-nos, pois, em primeiro lugar, à descrença.

## II

“Os homens cultivados e experientes são, invariavelmente, os mais sofredores e pacientes, assim como os ignorantes e mesquinhos são os mais intolerantes.”

S. SMILES.

Caminho montanhoso e difícil segue todo aquele que, fugindo por algum tempo da superficialidade contagiosa dos espiritos que o cercam, se dedica com supremo amor ao estudo de um problema de custosa solução, tentando, muitas vezes sem resultado satisfatório, a sua praticabilidade, exposto ao ridículo de todos, a-pesar-de ter por objeto de preocupação assunto tão digno e honroso.

Ao lado do trabalho intelectual que exerce, ao lado das observações de longas horas, nada mais o irrita e desgosta do que a indiferença, a descrença sem raciocínio, mas pronta, fatal destruidora das aspirações de quem pede e só deseja um pouco de incitamento, uma parcela de seiva, de ânimo.

Não encontra amparo sinão no silencio da meditação, onde o pensamento corre com inteira liberdade, sentindo-se por vezes forte e atrevido. Tal estado, porem, é rápido e, com a lembrança do que os outros dizem, passa tão ligeiramente como um pensamento de volupia pela frente encanecida do frade, no momento mais solene da prece.

Ah! Não podemos nunca esquecer os descrentes, esses intrusos que estão sempre à espera do aparecimento de trabalhadores pela solução de novos problemas, para cuspir-lhes aos ouvidos aquelas célebres palavras que, desde os mais remotos tempos, tentam embaraçar o desenvolvimento da ciencia: “E' impossível! Descobrir isso? Utopia!...”

Palavras essas desconexas, verdadeiros produtos de cérebros embrionarios, mirrados pela ignorancia.

Devíamos, como já muitos o fizeram, deixá-los envoltos na impenetrável mortalha do obscurantismo, desprezados como inúteis e incapazes de alguma coisa mais que a comum, porque a sua miseria intelectual é de tal modo coberta de andrajos, de tal modo vazia de qualquer alimento moral, que os impossibilita de compreender que a paciência e observação constituem os principais elementos do progresso em todos os sentidos. Mas, assim não o fazemos. Precisam eles encontrar, de tempos em tempos, uma arma de sua destruição, seja essa arma as novas descobertas, seja a imprensa expondo a vida desgraçada que eles têm arrastado através dos séculos, ameaçados sempre do peor dos castigos, castigo eterno — o da historia.

À proporção que escrevemos, não nos sai do pensamento a linguagem que esses individuos de comum usam quando criticam o leigo que tenta uma descoberta: "Pois si outros não a conseguiram, agora este é que julga conseguiu-la!"

E' esse modo de pensar a primeira prova, mais lógica, mais clara, de sua ignorancia.

Perante a razão, descobrir, inventar, não é calcular com exactidão, não é estabelecer um sistema rigorosamente matematico, mas achar, encontrar uma causa desconhecida, o que não só se pode dar por procura paciente, como por acaso. Não são indispensaveis os conhecimentos técnicos. Folheando-se a historia, vê-se que inúmeras descobertas foram conseguidas, ora por pessoas inteiramente leigas, ora por profissionais. Assim, a quem se deve, por exemplo, o telefone?

Às crianças. O aperfeiçoamento, sim, não pode ser obtido sinão mediante certos e determinados conhecimentos e cálculos. E é tão evidente isto, que só uma intelligencia bronquíssima não o poderá compreender, exigindo profunda sapiencia para toda e qualquer invenção.

Deixemos, porem, essas considerações racionais aos que entendem. Vamos aos fatos, em cuja presença destroem-se todos os pirronismos.

Manuseando a historia, veremos que, em época atrasada, antes da navegação a vapor, o mar, sempre impetuoso, a levantar, para a immensidade do azul, montanhas sobre montanhas de ondas, batido pelos ventos e temporais, era considerado insuperavel barreira, contra a qual em vão tentava alguma coisa o esforço humano.

No entanto, hoje ele é, como diz um escritor, a vasta estrada do progresso.

Veremos, também, que os incrédulos já foram esmagados por Watt, Franklin, Stephenson, Fulton, Gusmão, Montgolfier, Giffard, Rosier, pelos irmãos Tissandier, Krebs e Renard, ultimamente por Ader, Edison e muitos outros; enfim, foram aniquilados por leigos e sábios, a-pesar-do quê ressuscitaram e vieram até aos nossos dias, constituindo estorvo às santas aspirações, às inteligências lúcidas, porém tímidas, que, muitas vezes próximas dos clarões de uma aurora beneficente, se sentem amedrontadas, voltam de novo para a noite que haviam deixado, onde se confundem com aqueles míseros doentios!

E assim, nessa tarefa inglória de tudo destruir, lá seguem eles o caminho que lhes apontam o atraso e a ignorância, a todos avassalando e de tal modo que, ainda em pleno *fin de siècle*, em pleno tempo de arrojados sobrehumanos, do domínio da ciência que representa a vitória da observação e paciência, esses dois fatores primordiais do trabalho, quando se fala em direção aerostática, principalmente, sentimos desde logo, em todos os olhares, a sombra da descrença, acompanhada da competente sátira, sua imediata consequência.

Tudo isso parece muito triste e, na verdade, não o é: a desigualdade no mundo físico e moral é condição indispensável à harmonia social.

E' por isso que os cépticos servem de fundo escuro ao quadro da historia humana, fazendo sobressair os seus principais vultos.

Mas, deixemos de considerações sobre esse ponto.

Bem-aventurados sejam os descrentes.

### III

“... em cuja construção, como noutras muitas artes, o homem tem por mestra a natureza.”

#### AUGUSTO FILIPE SIMÕES

Passando a tratar dos meios empregados nas descobertas, devemos, em primeiro lugar, referir-nos ao modelo natural.

A ciência não se inventa, mas existe por si, independentemente de ato humano: é princípio que tem sua confirmação não só nas ciências abstratas como nas concretas.

A intelligencia tende espontaneamente para o material, indagando a causa da produção dos fenômenos, e, à proporção que esse trabalho investigador se exerce, a natureza vai apresentando a cada observação um modelo, de cuja imitação depende, em certas descobertas, uma determinada solução.

De modo que, em síntese, temos, por exemplo, de um lado — animais nadadores e corredores, aves, sons, vozes, movimentos, forças; de outro — o homem, observando todos esses fatos, estudando-os, perscrutando-os, e, por meio da imitação quanto a formas e efeitos, servindo-se deles para um fim util, como a navegação nos mares, a estrada-de-ferro, o fonógrafo, a ascensão aos ares, etc.

Essa tendencia do espírito humano a procurar no mundo material e, somente neste, a causa dos fenômenos que o impressionam, é o que hoje chamamos de *realismo*, que de modo tão nítido tem caracterizado os tempos modernos.

Tal é a força, o imperio do realismo, que sua influencia se tem feito sentir, não só nas ciências (verdadeiro centro de seu exercicio), como até nas artes, em todos os ramos de conhecimentos humanos.

Assim, com alguma verdade, podemos dizer que o poeta de hoje não é mais aquele incansavel trabalhador de ficções, encontrando o misterio em tudo o que o cercava, céptico, absoluta-

mente descrente do amor do anjo amado, que ele mesmo não conhecia, e em quem, todavia, encontrava as doçuras do azul, a frescura das fontes, o brilho das estrelas, a imaculidade da luz lunar, ao mesmo tempo que o complexo das mais terríveis dúvidas e incertezas; mas, pelo contrario, é muitas vezes o cantor da ciencia, revelando-lhe os mais sãos principios em algumas de suas estrofes, aquecendo-lhe a frieza marmorea com a luz da inspiração.

Guerra Junqueiro é um exemplo frisante do poeta realista, ou, mais propriamente, científico.

Em seu livro — *A Morte de D. João*, encontramos a realidade das coisas em toda a sua amplitude, desde a crápula nojenta de D. João e de Imperia, até ao cântico da cotovia.

“Tão limpido, tão alto, que parece  
Que é a estrela no céu que está cantando.”

O mesmo se dá no romance, e, como exemplo, temos E. Zola na França, Eça de Queiroz em Portugal, etc., etc.

E assim na literatura em geral.

Passando para o dominio das artes, que poderemos dizer sobre a escultura, pasmos diante de tantas e tão variadas maravilhas?

Com Miguel Ângelo, ela recebeu um aperfeiçoamento notavel. Ele mesmo, em frente ao seu Moisés de mármore, num momento de divina exaltação, bate-lhe com força o martelo sobre o gélido joelho, exclamando: “Fala, estatua! fala!”

De então para cá, houve uma interpretação mais verdadeira dessa arte: a imitação rigorosa do natural.

Não necessitamos muito dizer a respeito disso. Basta que nos lembremos das noticias dos trabalhos exibidos durante a última exposição francesa.

E a pintura, esta deusa que, descendo em clara manhã do céu misterioso da arte, trouxe em seus olhos o azul do firmamento, em seus cabelos o amarelo-dourado do crepúsculo, em seu semblante a tranquilidade dos lagos, em seus labios o sorriso das flores, e em suas vestes as bellissimas cores de que se enfeita a natureza?

Vede o pintor de hoje. Abandonou as alegorias, os sonhos da arte.

Toda a sua imaginação acha-se concentrada no mundo material, onde procura todos os dias um novo modelo. Não mais

permanece no silencio do *atelier*, mergulhado em abstrações, os olhos fitos no ambiente, procurando formar pelo esforço imaginativo um ser, um vulto de mulher, delicado de formas, com grandes asas, a vagar em noite de luar sob um céu estrelado; mas, pelo contrario, sua atividade só se exerce sobre o que os olhos vêem.

O paisagista, tomando a tela, o cavalete, a palheta, as tintas, e acompanhando-se de um ajudante, dirige-se para as matas silenciosas, onde Deus reuniu as duas irmãs — a música das aves e a pintura do céu e da terra.

Escolhe uma vista bem servida de luz, procura uma sombra, dispõe-se ao trabalho, começando por esboçar alguma árvore inclinada, à beira do caminho, sobre o riacho que junto murmura, e que parece entreter interminavel conversação com as pequeninas plantas das margens, debruçadas e atentas.

Nesse lugar, fica durante horas, e sua melancolia e paciência aumentam-se com a música executada nos ramos pelos passarinhos.

Com o retratista, porem, dá-se o contrario. Geralmente, não sai do *atelier*, no qual permanece com frequencia, tendo diante dos olhos, como modelo, sobre uma mesa, ou um banco, uma mulher escolhida, mais ou menos perfeita de formas, quasi nua, cabelos caídos, parte sobre os seios, parte ao longo das espaldas, a boca entreaberta, deixando aparecer alvissimos dentes.

O artista emprega todos os esforços para raproduzir as bellas formas desse corpo, que muitas vezes vai constituir toda a sua fama e celebridade.

Passando para a música, semelhante transformação notamos.

Comparai o lírico de hoje com o lírico dos tempos pretéritos, e notareis a diferença nos sentimentos, no enredo, nas vistas de cena e na orquestração em geral. Já desde Paganini, as cordas do violino, de *tripas*, passaram a constituir “pulmões e afinada garganta”.

Todo o instrumental tem sofrido grandes reformas, tendentes sempre à mais perfeita imitação dos cantos da natureza e da voz humana.

Como exemplo, consideremos *Lo Schiavo*, de Carlos Gomes, em um de seus atos: “Lá está a mata virgem e folhuda da nossa América; é madrugada, a natureza acorda no meio do canto das aves, ouve-se o gorgueio do sabiá, o arrullo das pombas, o trino dos canarios, enfim, a orquestra das aves.”



E' a natureza transportada para o palco.

De análise minuciosa poderemos concluir que os mais célebres dentre os homens têm sido os mais imitadores.

O realismo, portanto, denuncia a verdadeira época do trabalho, da ciência.

As tendências mais pronunciadas de imitação, de reprodução e estudo fiel do que impressiona os nossos sentidos, dominam cada vez mais os ânimos. As abstrações, as hipóteses puramente subjetivas, estão sendo consideradas utopias. A inteligência humana, bastante concia do fim para que foi criada, dirige-se fatalmente, necessariamente, ao util, ao mundo material, que, considerado sob o ponto-de-vista relativo, é o único fundamento da ciência.

Não há de tardar, pois, que apareçam, como no século XVIII, outros bem-aventurados a quem a natureza apresente o segredo de uma nova ordem de interessantes fenômenos, como ao rústico viandante um raio de sol mostra, à beira do caminho, o bellissimo diamante perdido.

Antes de concluirmos esta parte, devemos notar que empregamos o termo "imitação", não no sentido vulgar de copia do natural, mas significando que de tal modo é a correlação existente entre o exercício das nossas faculdades e o mundo material, que o homem nada de verdadeiro poderá produzir, mediante esforços isolados, limitando-se somente a cálculos abstratos, que apenas constituem as fórmulas do concreto. Essa correlação, que se faz sentir nas artes, mais se acentua nas ciencias concretas, que se baseiam sempre em um modelo natural, que serviu de objeto aos primeiros estudos e observações.

Essas considerações que acabamos de fazer têm um fim mui importante: deixar bem claro que a natureza, base da ciencia, é indispensavel em absoluto às descobertas.

Isto, que sem dúvida é racionalíssimo, tem, como veremos quando analisarmos a principal teoria francesa, escapado (fato extraordinario) a inteligencias cultas, razão por que achamos conveniente, falando do modelo natural, fazê-lo com algum desenvolvimento.

#### IV

### MEIOS EMPREGADOS NAS DESCOBERTAS

Exceção feita das descobertas por acaso, todas as outras só podem ser conseguidas mediante aplicação de rigoroso método científico.

Produz-se um fenômeno, e, em ferindo os nossos sentidos, a primeira idéia que nos ocorre é a de conhecer a sua causa, isto é, donde proveio ele e como.

Para isto, observamos, tendo o preciso cuidado de não nos deixar enganar com as causas secundarias, que apenas auxiliam a principal.

Encontrada a causa (o  $x$ ), ou suposto tê-la encontrado, devemos verificar, por meio de provocações, si ela é, com efeito, a verdadeira, a *fundamental*.

Essas provocações serão feitas com aparelhos especiais, de um ou outro sistema, segundo a natureza da descoberta.

Reproduzido que seja o mesmo fenômeno, podemos considerar realizada a descoberta, faltando-lhe somente aperfeiçoamento e aplicação.

Em sentido geral, pois, os meios exigidos por força de método, para as invenções, são: investigação de causa e provocações sucessivas, sem o emprego dos quais, tendo como base o *modelo natural*, e só com trabalhos e cálculos de gabinete, — podemos afirmar e a historia no-lo atesta, — impossível será uma descoberta de ciencia concreta. Assim estabelecido o que em nossa humilde opinião entendemos e, urgindo analisar a teoria francesa mais notavel (tarefa que nos vai ser mui pesada), para logo entrarmos na exposição de nosso plano, é de grande necessidade que reproduzamos o que até aquí temos dito, resumindo-se no seguinte:

1.º) Sendo a natureza a base da certeza do entendimento, porque é base dos primeiros estudos e observações (meios estes pelos quais se manifesta a ciencia), é claro que sobre ela

devem convergir todas as investigações tendentes à obtenção de uma descoberta, e, portanto, de modo algum, salvo erro originário ou má interpretação, deve ser deixada à margem, mas, longe disso, ser procurada de preferência aos conhecimentos técnicos, que se referem a verdades conhecidas e demonstradas.

2.º) A natureza apresenta-nos inúmeros modelos, servindo cada um deles de objeto a observações distintas e sempre referentes a uma nova invenção, razão por que, si bem seja uma e única a verdade, contudo, cada ciencia tem esfera propria de desenvolvimento e vida, e as relações existentes entre todas não as levam a se confundirem.

3.º) Conservando em vista esses principios, que têm sido efetivamente respeitados pelos descobridores de todos os tempos, e aplicado o método de que falamos, sigamos o verdadeiro caminho, sem perda de tempo e com probabilidade de bom êxito, si o desânimo não substituir á paciencia.

## V

### TEORIA FRANCESA

“A direção dos balões não foi achada; menos do que isso, os balões parecem não ser governáveis, e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

Passando a analisar a principal teoria francesa, sobre a direção aerostática, deixaremos de lado os trabalhos de Dupuy de Lôme, Giffard, Meusnier, Tissandier, etc., etc., para somente nos referirmos às experiencias de Krebs e Renard, feitas em 1884, com o aerostato elétrico de Meudon, cuja descrição, em outros termos e resumidamente, tiramos do célebre engenheiro Derval.

O balão tinha a forma alongada, de charuto, e, como propulsor, uma hélice na parte anterior da barquilha, que era presa ao corpo do aerostato por meio de cordas convenientemente dispostas, para firmeza do sistema.

A hélice era movida por uma máquina dinamo-elétrica, e o produtor da electricidade era uma pilha, a cujo respeito o capitão Renard guarda segredo.

O aerostato, atingindo a máxima altura de 300 ms., percorreu regular distancia, sendo de notar que, pela “ausencia completa de vento”, o balão voltou sem dificuldade a seu ponto de partida e todas as manobras funcionaram maravilhosamente.

Derval, no longo estudo que faz das teorias francesas, deixa bem claro: 1.º) que o meio de resolver o problema é o do emprego da hélice como propulsor; 2.º) que para isso, e em vista dos poucos resultados que se têm tirado com as experiencias até hoje feitas, torna-se necessario o emprego de um mo-

tor leve e de força suficiente para impelir a máquina contra correntes aéreas superiores a 10, 15, 20, 25 e mais metros por segundo; 3.º) que o outro sistema de aviação oferece muitas dificuldades, não só quanto à elevação vertical, pelo movimento de asas, como pela direção em sentido horizontal; 4.º) que difficilima é a imitação do vôo das aves, por causa do bater das asas, sua dimensão relativa, etc.

E' o que se depreende do seu livro intitulado — *E'tude sur la navigation aérienne*, do qual tiramos os seguintes trechos, contraditórios entre si, e que mais nos interessam:

*“De tous les appareils propulseurs proposés pour la navigation aérienne, l'hélice peut être considérée comme le plus simple et le meilleur; car il est loin d'être prouvé que l'imitation du vol des oiseaux soit préférable au point de vue de l'utilisation du travail moteur.”*

No entanto, ele aceita a “forma” das aves e despreza o “fundo”, no que não é verdadeiro, dizendo: *“La disposition que nous avons adoptée présente quelque analogie avec la forme que la nature a donnée aux oiseaux, et, sans qu'il soit besoin d'entrer dans de savantes considérations à ce sujet, le bon sens paraît indiquer que cette forme doit être également la plus favorable pour la marche des aérostats, comme elle l'est d'ailleurs pour la marche des navires.”*

Apontemos os defeitos mais notáveis, ao nosso alcance, do plano de Krebs e Renard, e da opinião de Derval.

Empregando a hélice como propulsor principal, querem eles imitar o navio, ou o animal nadador, e, conservando o aparelho mais leve que o ar, contrariam, pensamos nós, as leis naturais que determinam a direção das aves.

Pelo expellido anteriormente, sabemos que só a ave deve servir de modelo à solução do problema, em virtude do quê de-sejar imitar o peixe na atmosfera, é o mesmo (a recíproca é verdadeira) que imitar a ave no fundo dos mares, absurdo de marca maior, tendo mais a notar-se que as aves são todas mais pesadas que o ar, e, portanto, sendo o aerostato mais leve, vai de encontro ao que a natureza com sabedoria estabeleceu, e, pois, aparecem grandes dificuldades para vencer o meio ambiente, “mais pesado que ele”, e cortado normalmente por correntes de vento, cuja velocidade por segundo não é pequena.

A esse respeito, muito bem disse *Le Figaro* de 14 de novembro de 1891, em um artigo sobre direção aerostática:

*“Suivant la doctrine professée par le savant américain, le ballon le plus parfait est atteint d'un vice originel dont il porte fatalement la peine: étant plus léger que l'air, il est condamné d'avance à être le jouet de l'élément qu'il prétend asservir. Si la navigation aérienne a donné lieu à tant de mécomptes, c'est que l'homme a négligé de prendre ses modèles dans la nature.”*

E não só por isso, mas também porque com o emprego da hélice, que é roubada ao navio, — imitação do animal nadador, — fica o balão reduzido a um peixe voador, a cujo respeito diz com sabedoria o padre Antonio Vieira:

“Com os voadores tenho também uma palavra, e não é pequena a queixa. Dizei-me, voadores, não vos fez Deus para peixes? Pois para que vos meteis a ser aves? O mar fê-lo Deus para vós, e o ar para elas. Contentai-vos com o mar e com o nadar, e não queirais voar, pois sois peixes. Quisestes ser melhor que os outros peixes e por isso sois mais mofinos que todos. Aos outros peixes do alto, mata-os o anzol ou a fisga; a vós nem fisga nem anzol, mata-vos a vossa presunção e o vosso capricho. O voador fê-lo Deus peixe, e ele quis ser ave, e permite o mesmo Deus que tenha os perigos de ave e mais os de peixe. Vê, voador, como correu pela posta o teu castigo. Pouco há, nadavas vivo no mar com as barbatanas, e agora jazes em um convés amortalhado nas asas. Não contente com ser peixe, quiseste ser ave; e já não és nem peixe; nem voar poderás já, nem nadar. Peixes, contentem-se cada um com o seu elemento.”

Alem disso, para quê a hélice? Que valor terá, sendo certo que cada vez mais dificulta a solução, criando novos problemas, como os de estabilidade da barquilha e de motor de muita força e mui leve?

Todos os trabalhos nesse sentido são inúteis, e os resultados serão sempre tão insignificantes que não poderão atestar nem ao menos o caminho a seguir para a descoberta almejada há dois séculos. E tudo isto só porque não se acompanhou o modelo que a natureza nos oferece e que não deve de modo algum ser abandonado, pois ele necessariamente contém em si todos os elementos indispensáveis à descoberta.

Ao lermos Derval, ou qualquer outro técnico notavel que se tenha dedicado ao estudo da direção aerostática, notamos logo o afastamento do verdadeiro caminho — “observação do modelo natural como primeira condição” — e de que parece falar Augusto Filipe Simões, quando diz:

“A forma dos peixes corresponde admiravelmente às condições em que a natureza os colocou.

“Afim de cortarem as aguas com facilidade, são alongados, com as partes extremas do corpo adelgaçadas e a media mais grossa, à maneira dos navios, em cuja construção, como noutras artes, o homem tem por mestra a natureza.”

E' verdade que não é novo o sistema de aviação, mas tambem é certo que não tem merecido tanto a atenção dos profissionais, como o do aerostato dirigivel, acrescendo mais que os estudos feitos a respeito do primeiro não têm dado resultado algum satisfatorio, pois os entendidos na materia, não contentes com a descoberta da ascensão por meio do gás, ainda querem descobrir outra elevação diversa com corpos mais pesados que o ar, por meio de hélices verticais, ou de movimentos de asas, deixando muito longe de vista o principal ponto — “direção determinada, vencendo as correntes que com generalidade cortam a' atmosfera”.

A má interpretação, sobre a navegação aerea, nota-se pela criação dos dois sistemas mencionados — direção aerostática e aviação — distinção esta sem razão lógica de ser, pois o sistema verdadeiramente científico é o de aviação, único que, acompanhando as leis do vôo das aves, poderá resolver o problema.

Mas, é na verdade fato extraordinario que os mais capazes nesta materia, como Giffard, Tissandier, etc., procurem na náutica “a razão da direção das aves”!...

Por isto é que dissemos ter escapado a inteligencias cultas principio tão evidente.

No entanto, quantas vezes a propria natureza tem chegado como a ensinar o trilho a seguir!

Assim, veja-se o que dizem Biot e Gay Lussac, na seguinte narração: “A 3.400 metros de altura, soltamos um pequeno pássaro, um verdilhão, que voou logo, voltando, porem, daí a um instante, a pousar-se nas cordas do balão; depois, levantando de novo o vôo, precipitou-se para a terra, descrevendo uma linha tortuosa pouco diferente da vertical. Seguimo-lo com o olhar até às nuvens, onde o perdemos de vista. Mas, um pombo, que nós largamos do mesmo modo e à mesma altura, deu-nos um espetáculo mais curioso; posto em liberdade no bordo da barquilha, esteve ali alguns momentos, como para medir a extensão que tinha a' percorrer; depois, atirou-se ao ar, voltando de um modo desigual, como parecendo experimentar as asas; mas, depois de alguns vôos, estendeu-as completamente e

começou a descer para as nuvens, descrevendo grandes círculos, como todas as aves de rapina. A sua descida foi rápida, mas regulada; daí a pouco, entrou nas nuvens e ainda o vimos abaixo delas."

As duas aves, deixando-se cair, "desceram logo para a terra", e lá no alto, acima das nuvens, ficaram os aeronautas. "boiando na atmosfera", talvez sem compreender, mesmo diante do exemplo dado pela natureza, que para haver direção era indispensável a "queda do corpo", acompanhada de outras condições, que cumpria estudar em todos os seus detalhes.

E assim, desde Gusmão e Montgolfier, até aos nossos dias, notamos cada vez mais acentuados, qual vício antigo e de profundas raízes, os defeitos que, no correr do estudo, temos referido.

De modo que podemos afirmar que ainda não há verdadeira orientação.

Como disse uma ilustração dos nossos dias: "A coisa está no ar."

E, na verdade, as aves elevam-se aos ares, todos os dias e constantemente, à nossa vista. Lá se vão elas para o azul, desaparecendo às vezes de todo. Caminham, viajam durante muitas horas. Enfrentam fortes ventos e, serenamente, docemente, deslizam, as asas abertas, bem distendidas e em estado de quietação, cortam a corrente e somem-se na extrema do firmamento, levando consigo o *x* do problema, qual o segredo que ao pescoço transportam os pombos-correio para ignotas paragens!...



## VI

### VÔO DA AVE PAIRADORA

“... e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

Começando a exposição dos nossos estudos, devemos notar que tomamos como modelo o corvo, por ser das aves comuns, entre nós, a maior.

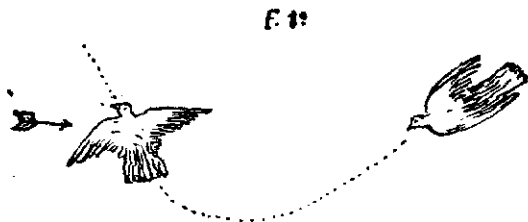
As figuras não se acham perfeitas.

As setas significam ora a direção dos ventos, ora a do movimento das asas, etc. Pelas explicações, se compreenderá facilmente.

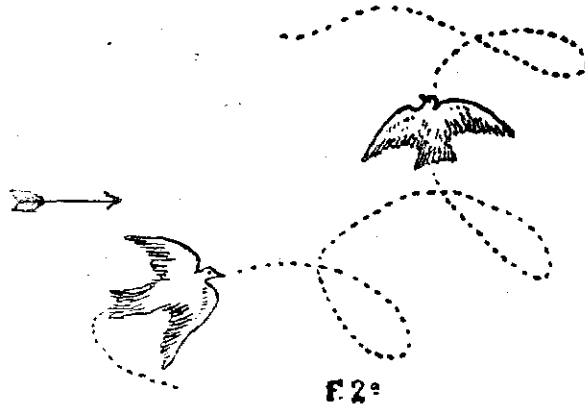
Os movimentos do corvo, que se oferecem desde logo à observação, são em número de 12, dos quais 2 principais e 10 accidentais.

Os principais são:

1.º — Rápida descida de qualquer lugar, durante a qual recebe impulso para de novo reerguer-se mais alto:

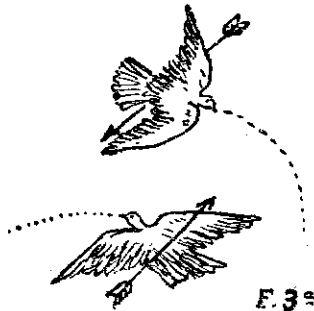


2.º — Em seguida, aproveitando alguma corrente de vento contraria, descreve uma espiral, de maior ou menor número de voltas, segundo a distancia do ponto a que se dirige:

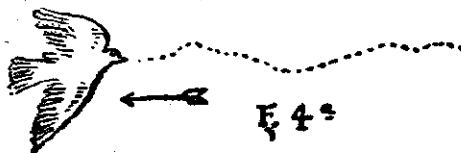


Os acidentais são os seguintes:

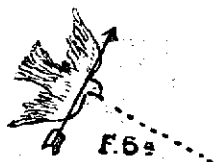
1.º e 2.º — Volta favoravel ou não ao vento, segundo este lhe passa sob as asas, ou sobre o dorso:



3.º — Dirigindo-se, descreve, às vezes, uma linha tortuosa do modo seguinte:



4.º — Conforme a intensidade dos ventos, vence-os com as asas encolhidas ou distendidas:



5.º — Também vence as fracas correntes, recebendo-as sob as asas:



6.º — Para cortar os ventos muito fortes, encolhe quasi completamente as asas:



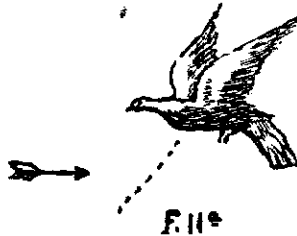
7.º — Sendo impetuosa a corrente lateral, coloca-lhe uma das asas em contraposição:



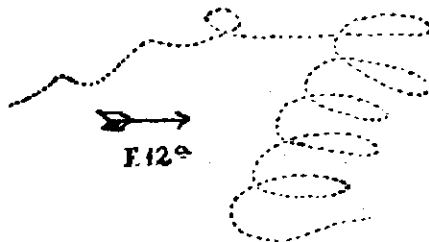
8.º — Quando paira, fica instintivamente em posição tal, com as asas abertas, que a força do vento, que sob si recebe, esteja em relação à de sua queda:



9.º — Ao descer, dobra as asas para trás, diminuindo assim sua pressão na atmosfera, e cai em linha oblíqua:



10.º — Acompanhando-a desde seu ponto de partida, quando se dirige a grande distancia, a linha que traça no espaço é mais ou menos a seguinte:



São esses os movimentos gerais que executam todos os dias.

## VII

### OBLIQUIDADE DAS TRAJETÓRIAS

“... e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

A respeito das trajetórias que as aves descrevem, levanta-se uma questão importante, e é a de saber-se si podem elas traçar linhas horizontais, como vulgarmente se supõe e a observação parece mostrar.

Entendem alguns que, quando a ave se dirige a lugar distante, ou mesmo perto, caminha em sentido horizontal, do seguinte modo:



F. 13<sup>a</sup>

Somos de opinião contrária.

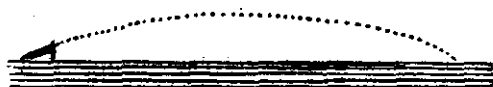
As trajetórias por elas traçadas são frequentemente obliquas para a terra: 1.<sup>o</sup>) porque, sendo a ave mais pesada que o ar, tende a cair, e, portanto, a linha descrita não pode ser horizontal; 2.<sup>o</sup>) porque a atração da terra não o permite; 3.<sup>o</sup>) porque a horizontalidade suporia na ave a intenção de sair fora do globo, suposição que não acompanha a natureza e a observação,

pois, quando o pássaro se eleva, é sempre com o fim de dirigir-se a qualquer ponto da esfera.

Os mais sãos e fundamentais principios da física justificam a nossa opinião.

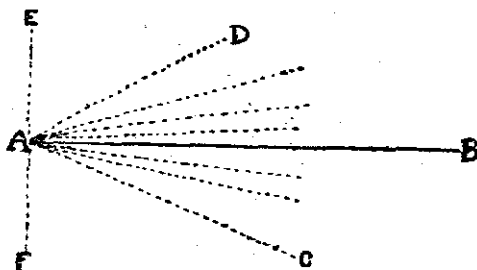
Assim, uma bala de canhão ou espingarda, tendo em seu percurso velocidade superior à de uma ave a voar, descreve, todavia, uma parábola ou linha curva, mesmo em pequenas distancias, em que aparecem as quantidades incomensuráveis.

E' por isso que o ponto é feito um pouco acima do alvo:



F. 14º

E, portanto, como abaixo se vê, com exceção da horizontal AB, todas as mais — AE, AF, AD, AC, etc., etc., a ave pode descrever no espaço:



F. 15º

Nem se diga que a trajetória, seguindo como que uma mesma direção, é equivalente à horizontal. Não, são distintas, muitíssimo diferentes.

Por exemplo, nesta figura,

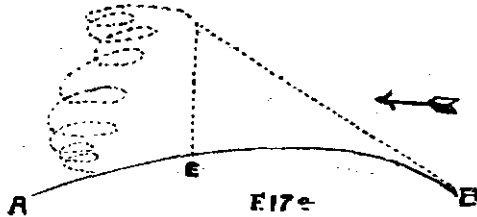


F. 16º

ninguém dirá que a linha composta de curvas e marcada a pontos, seja equivalente à linha AB.

Demais, observando-se a ave desde sua descida de um ramo, até à sua elevação a determinada altura, e desta ao lugar alme-

jado, por muito distante que seja, veremos que a última linha, parecendo horizontal, *termina em um ponto da esfera:*



Na ascensão de A a D, em regra geral, não tem a ave direção certa, a qual só se verifica do ponto D ao ponto C.

## VIII

### FORÇA PROPULSORA

“... e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

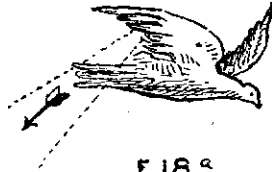
F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

Verificamos que a direção das aves não é, em caso algum, em linha horizontal, pelas razões seguintes: 1.<sup>a</sup>) porque, sendo elas mais pesadas que o ar, *tendem a cair constantemente*, e, portanto, a linha é sempre oblíqua; 2.<sup>a</sup>) porque a atração da terra não o permite; 3.<sup>a</sup>) porque a horizontalidade, impossível em absoluto, faria supor na ave a intenção de *sair fora do globo*, o que não é verdade, pois, quando ela se eleva, é com o fim de *descer* em qualquer ponto da esfera.

Demonstradas essas afirmações, passemos, agora, a tratar de outro ponto: saber onde se acha a força propulsora principal, *fundamental*, que a impele no espaço.

E' esta a questão mais importante, a cujo respeito aparecem suposições que, além de não elucidarem o assunto, não têm apoio em observações claras e demonstrativas experiencias.

Julgam alguns que a força propulsora é devida ao movimento das asas, mais ou menos oblíquo ao corpo, deste modo:



F. 18 9

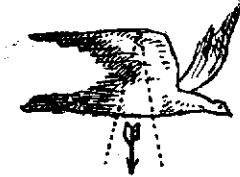
Esse movimento, porem, notamos só nas aves pequenas, do pombo para baixo, que não devem ser escolhidas para modelo, pois o seu vôo é muito rápido, não dando por isso lugar



a serias observações e nem oferecendo elementos, si não mediante aparelhos especiais, para uma classificação sistemática.

O tempo precioso, que com elas perdemos, devemos empregar estudando o vôo dos corvos e de outras aves maiores, cujos movimentos são mais vagarosos.

Observando-as, notamos logo que o movimento das asas é *perfeitamente perpendicular* ao corpo, o que poderia produzir uma *ascensão vertical*, e não uma *direção obliqua* para a terra:



**F. 19 °**

As asas, não há dúvida, auxiliam a direção e, por isso mesmo, não constituem seu propulsor.

Mas, não é essa consideração que destrói a mencionada doutrina.

Uma só observação basta para destruí-la e vem a ser: — as aves pairadoras, atingindo grande altura, *onde o vento é impetuoso*, dirigem-se *durante horas, sem bater as asas*, e só agitando-as levemente por instinto de equilíbrio, e assim vemo-las caminharem até desaparecer no horizonte, notando-se que, a maior parte das aves, viajam *contra a corrente*.

Alem disso, consideremos que, supondo ser o movimento, o *bater* das asas, o propulsor da direção, é claro que a sua rapidez deverá ser superior ao vento contrario, afim de encontrar nele apoio, à semelhança do individuo que, para navegar de encontro à corrente de um rio, necessita remar com uma rapidez tal que a velocidade dos movimentos seja maior que a da agua, sem o quê não conseguiria impelir a canoa.

Ora, as aves grandes como o corvo, a aguia e o condor, cuja enorme envergadura encontra forte resistencia no ar, não podem ser rápidas no bater das asas, principalmente quando enfrentam correntes aereas de 20, 30, 40 e mais metros por segundo. Seus movimentos são vagarosos; sempre caminham em grande altura, com as asas bem distendidas e em *estado de quasi completa quietação!*

As asas, portanto, não constituem propulsor.

Outros investigadores impressionam-se com os movimen-

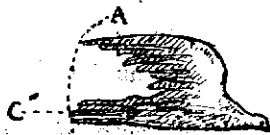
tos da cauda, pensando encontrar nela a causa da força propulsora, e deixam de considerar muitas aves que não têm cauda e que, no entanto, se dirigem mais ou menos como as outras.

A observação mostra, no ato do vôo, dois movimentos principais da cauda, exercidos da direita para a esquerda e vice-versa sobre o eixo imaginário:



F.20°

e quatro acidentais, quando a ave se acha em repouso:



B F.21°

sendo CA movimento para cima, quando levanta a cauda, CB para baixo, para a direita CD, e para a esquerda.

Tais movimentos, porém, não podem servir para a direção em linha quasi horizontal, e nenhuma experiencia demonstra o contrario.

Uma prova clara: a ave sem cauda, não podendo bem apoiar a parte posterior do corpo na atmosfera, voa em posição quasi erecta, batendo as asas contra a direção:



F.22°

Este fato demonstra que nem as asas, nem a cauda, constituem o fundamento propulsor.

Há, todavia, uma força que impele a ave contra os ventos, fazendo-a dirigir-se à vontade.

Qual será essa força?

É o que vamos ver no próximo artigo.

## IX

### CENTRO DE GRAVIDADE

“... e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

A direção das aves é um fato especial da queda dos corpos. Elas elevam-se a maior ou menor altura, segundo a distancia do lugar almejado, deixando-se depois cair em linha obliqua, e deste modo *cortam o ar com o proprio peso.*

Essa queda, fugindo à vertical, é devida à sua forma e ao seu maior peso, que, achando-se no torax e, portanto, desviado do centro do corpo, de harmonia com as três pressões exercidas na atmosfera pelas duas asas e cauda, as arreda da linha vertical, impossibilitando a descida a prumo.

O centro de gravidade, pois, *especialmente situado*, e a *forma* do corpo, constituem o fundamento da direção.

Isto que afirmamos, por ser o resultado de muitas experiencias, parece ter base segura em física, porquanto, conforme nos têm dito os entendidos, o centro de gravidade, suas modificações, etc., são condições indispensaveis ao equilibrio e à direção de todos os corpos.

E, na verdade, deste modo se explicam: — a firmeza da torre de Pisa; os movimentos do nosso corpo, conforme o peso que levamos, ou as irregularidades do terreno em que andamos: o equilibrio *estavel, instavel e indifferente.*

Enfim, demonstra-se que o peso e a superficie são elementos importantes de direção e força, e ainda mais se explicam todos os movimentos dos corpos que povoam o universo.

E, para provarmos com evidencia as asserções expendidas, verifiquemos como a forma e o centro de gravidade, suas deslo-

cações, etc., constituem o elemento da direção, em diversos sentidos.

Um objeto qualquer (não de grande peso, porque, sendo rápida a queda, com dificuldade se poderão apreciar os movimentos), uma pequena pedra, por exemplo, ao cair de altura considerável, tem direção indeterminada, descrevendo uma linha tortuosa, que mais ou menos acompanha a vertical.

Si em um dos lados da mesma colocarmos uma tira de pano, seguirá uma direção mais certa, mais determinada:



F. 239

Modificação sensível dá-se quando colocamos diversas penas em lados opostos:



F. 249

O resultado será mui diverso si, além dessas penas, juntarmos outras a um dos outros dois lados, fazendo o corpo tomar a configuração de um pássaro:



F. 259

Movimentos mais interessantes obteremos si fizermos nas penas alterações:

**F. 26 \***

Como se vê, esta figura assemelha-se muito com a ave.  
Comparemo-la com esta:

**F. 27 \***

De modo que, como havíamos dito, a forma e as deslocamentos do centro de gravidade alteram a direção do corpo, fazendo-o mover-se de diversas maneiras.

## CENTRO DE GRAVIDADE

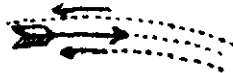
“... e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

Para bem esclarecermos a demonstração, vejamos uma das razões por que as aves podem conservar a frente contra o vento.

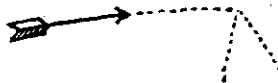
Começaremos perguntando: Como se faz uma seta vencer grande distancia, *conservando sempre a ponta contra a corrente?*

E' colocando algumas penas em uma das suas extremidades, sobre as quais, sendo maior a pressão do ar, há de necessariamente afastá-las para trás:



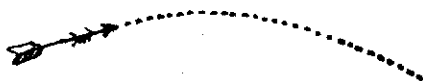
F.28\*

Perdendo a força do impulso, a seta cai, ou em linha vertical, ou em linha muito inclinada:



F.29\*

Si tivesse na outra extremidade algumas penas, em menor quantidade, o mesmo não aconteceria, pois os efeitos do ar in-fluiriam com idêntica intensidade em ambos os pontos, e a queda seria:

E.30<sup>e</sup>

A ave tem mais ou menos a forma desta seta, e a razão por que conserva a frente contra o vento é a mesma.

Também de outro modo se pode explicar: *todo corpo jogado no espaço conserva sempre o seu centro de gravidade na frente e cai com ele voltado para a terra.*

As alterações que esse centro sofre e a forma do corpo influem em ser a direção, ou *queda obliqua*, mais ou menos inclinada:

E.31<sup>e</sup>

Assim, a ave sem cauda não tem perfeição no voo, porque as linhas de direção são sempre muito obliquas, à proporção que o *maior peso*, devido à falta de apoio à parte posterior do corpo, desloca-se ora para a frente, ora para trás.

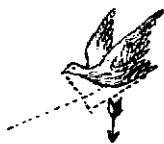
Estando o centro de gravidade colocado perfeitamente sob a mais forte pressão das asas, a queda, sem movimento delas, é a prumo:

E.32<sup>a</sup>

Mas, desde que a pressão atue mais em A que em B, o resultado é a deslocação do peso, ficando a figura reduzida à seguinte, quanto à direção:

F.33<sup>a</sup>

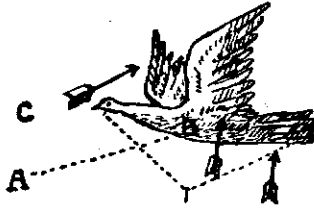
Do que deduzimos: sendo a pressão exercida sobre o centro de gravidade (fig. 34), o resultado é a ascensão vertical; sendo, porém, exercida mais sobre um e outro lado, em relação ao peso, o resultado é qualquer direção em linha oblíqua (fig. 35):

F.34<sup>a</sup>F.35<sup>a</sup>

Com a ave pairadora, porém, o mesmo não se dá, porque, tendo o apoio da cauda, conserva o corpo em posição *quasi horizontal*, e, portanto, permanecendo o centro de gravidade junto ao encontro das asas, no torax, a direção é muito mais regular.

As três pressões, das duas asas e da cauda, e a natural deslocação do peso, é que dão em consequência a queda bastante distanciada da vertical:

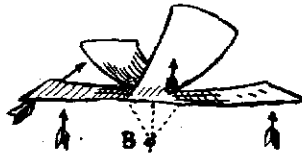




E 36 \*

AB, linha oblíqua de direção, *pela falta* de uma 4.ª pressão em C.

Para maior clareza, vejamos este exemplo:



E 37e A

As pressões são em número par e igualmente distribuídas. O maior peso está situado no centro, e, portanto, a queda será a' marcada pela linha AB.

De modo que a *deslocação do centro de gravidade e a forma especial do corpo, mais pesado que o ar*, são as condições indispensáveis à direção.

Uma experiência fácil: cortando-se um papel em forma de ave e colocando-se, no lugar que corresponde ao encontro das asas, um pequeno peso, que centralize o peso geral do corpo, e abandonando-o no espaço, sem impulso anterior, ele cai em linha oblíqua a qualquer ponto, que pode ser determinado, desde que se dobre um ou outro lado da cauda.

E' preciso notar-se que a forma imitando rigorosamente a ave não é indispensável. Não é necessário que o papel cortado tenha com efeito asas; basta que a sua superfície seja suficiente para equilibrar-se na atmosfera e que o centro de gravidade esteja deslocado mais para um extremo que para outro.

O peso, segundo a distancia em que se acha do corpo, influe com mais ou menos força contra o vento. Isto constitui um fato especial de que vamos tratar em outro artigo.

## XI

### CENTRO DE GRAVIDADE

“... e é a construções mais conformes com a estrutura das aves que se deverá pedir o segredo da navegação aerea.”

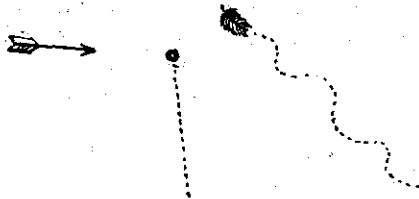
F. MARION: *Os Balões e as Viagens Aereas.*

Tivemos necessidade de interromper por alguns dias a publicação do trabalho, porque as figuras não se achavam em conveniente condição de ser impressas.

Recomeçemos.

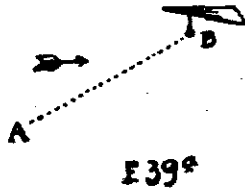
Quanto mais pesado é um corpo, tanto mais facilmente corta a atmosfera e vence os ventos.

Observando-se, por exemplo, a queda de uma pequena pedra, em confronto à de uma pena, notaremos que aquela cai a prumo, e esta, sendo levada pelo vento, em uma linha inclinada, que às vezes parece horizontal:



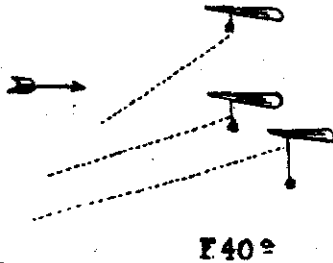
F. 38 e

Portanto, si no corpo mais pesado fizermos certas alterações que, evitando a queda vertical, dêem em resultado a queda obliqua, cortará ele o ar, contra a corrente, quasi do mesmo modo que na descida a prumo, descrevendo, como se vê da fig. 39, a linha AB:



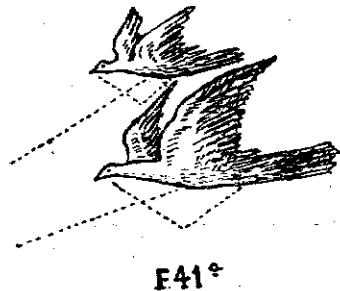
Dissemos — *quasi do mesmo modo*, porque, indo o corpo em sentido contrario ao do vento, há *compensação de forças*.

A maior ou menor distancia do peso, em relação à superficie plana, que lhe serve de apoio na atmosfera, dá em consequencia o aumento de força na direção, o que se verifica pela inclinação mais ou menos sensível das trajetórias traçadas contra a corrente aerea:



Logo, fazendo-se experiencias nos diferentes graus apontados, caso haja obstáculos a superar, devidos à intensidade do vento, chega-se a um resultado satisfatorio, porque — *os ventos não vencem todas as forças*.

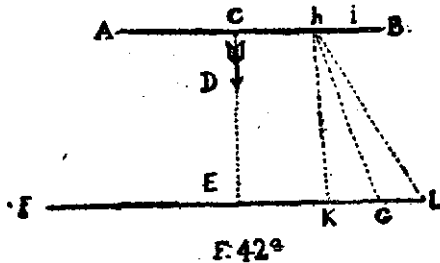
Semelhante gradação tambem encontramos na natureza, pois as aves, segundo o seu peso, com mais ou menos facilidade, vencem as camadas atmosféricas:



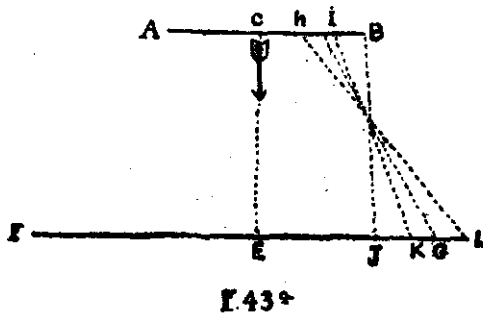
XII

CALCULOS APROXIMADOS SOBRE EXPERIENCIAS  
FEITAS EM ATMOSFERA CALMA

Tendo um corpo, de superficie sufficiente ao equilibrio, certo peso e seu centro de gravidade colocado no meio, ao abandoná-lo no espaço a queda é vertical, como se vê da seguinte figura, em que C representa o maior peso e a seta a direção sobre o plano FJ:

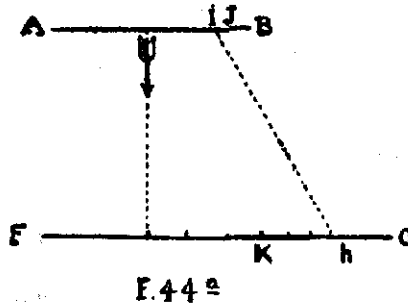


Deslocado C para o ponto *h*, a queda é oblíqua, afastada da vertical *em certo grau* sobre *k* ou F ou G, etc., etc., segundo a altura de onde caíra o corpo e conforme seu peso; deslocado, porém, para *i* (fig. 43), a queda aproxima-se mais da vertical, que se realiza desde que o peso chegue à extremidade B:



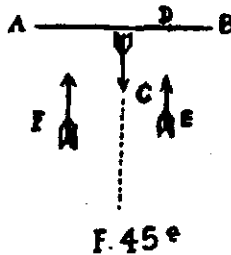
Essas quedas variadas ficam sujeitas a cálculos aproximados.

Assim, tendo o corpo, por exemplo, um palmo de comprimento e uma oitava de peso, o princípio que regula é o seguinte: estando em altura de 1.07 e ocupando seu peso o ponto I (fig. 44), a distancia da vertical na queda sobre  $h$  é igual à altura, mais uma certa parte do corpo:



Aproxima-se da vertical com a mudança do peso para J; chegando a B, a direção segue o prumo.

Centralizado o peso em C (fig. 45) e sendo, portanto, a descida vertical, a queda se dá com certa velocidade *regular*, porque há igualdade das forças de reação F e E, operando de baixo para cima; mas, desde que C se desloque para D, a velocidade aumenta, pois E fica superior a F em intensidade:



Por meio destes e de muitos outros cálculos se poderá estabelecer uma compensação de forças, tão harmônica e exata, que facilite a aplicação dos princípios expostos ao aerostato.

No próximo artigo, trataremos da exequibilidade do estudo que acabamos de fazer.

## XIII

### AEROSTATO DIRIGIVEL

Entrando a tratar do emprego mecânico ao aerostato dos principios que firmamos, resumiremos o que de mais importante há, no seguinte:

1.º) A direção aerea fica reduzida a um fato mui vulgar, pois repousa em leis conhecidas, — do *equilibrio* e da *queda dos corpos*, — que não devem de modo algum ser abandonadas.

2.º) Os inúmeros movimentos, que se notam na ave, são pela maior parte nervosos, accidentais, sem importancia *fundamental* para a direção; podem mesmo ser comparados com muitos que o homem faz com a cabeça, os dedos, os braços, etc., etc., sem os quais, todavia, ele podia caminhar.

3.º) Sendo a deslocação do centro de gravidade e, conjuntamente, como auxiliares, as asas e a cauda, que dirigem a ave, é facilissima sua applicação ao aerostato, e, portanto, não se exigirá muito de mecânica, cujo aperfeiçoamento moderno é extraordinario.

4.º) A queda quasi em linha horizontal, de que tratamos, muito favorece ao aparelho sua permanencia em certa altura, bastando apenas uma *pequena pressão atmosférica inferior*, para sustê-lo.

5.º) Em vista da teoria exposta, confirmada em seu fundamento por inúmeras experiencias, poder-se-á estabelecer plano aproximadamente matematico, calculando a altura, peso, etc., em relação à distancia.

6.º) O peso é, si não a única, pelo menos a principal força, mais vantajosa para cortar a atmosfera. Podemos dizer sem errar: a grande diferença que existe entre um corpo mais leve que o ar, *por maior que seja*, e um mais pesado, *por menor que seja*, com relação à pressão dos ventos, é *mais sensivel* que a existente entre 2 corpos mais pesados que o ar, sendo um leve, como um floco de algodão, e outro muito mais pesado, como

por exemplo um quilo! Corpo mais leve que o ar e corpo mais pesado, posto que *diminutamente*, constituem 2 extremos em absoluto contrários.

7.º) Temos verificado, por experiencias, que não é indispensavel a proporção entre o aerostato e o peso deslocado.

Basta, como base: 1.º) *que seja mais pesado que o ar*; 2.º) *que seu centro de gravidade esteja afastado do meio do aparelho*.

De muitos modos se poderá levar a efeito o plano, pois a forma pode ser alterada indefinidamente, apenas conservando-se o *fundamento*.

Assim, não é necessario que o aerostato tenha asas, mas superficie suficiente para equilibrá-lo sobre as camadas inferiores do ar; a deslocação do centro se poderá fazer de maneiras diversas e por diferentes sistemas.

Sem entrarmos, porem, em reflexões sobre a variabilidade da forma, apenas apresentaremos 3 sistemas principais do aerostato:

### 1.º SISTEMA

Numa construção de junco, ou de outro material leve, de forma elíptica, em sentido transversal e alongada no comprimento, coberta de pano apropriado, afim de resistir à pressão do ar, introduzir-se-á o balão propriamente dito, o qual, dentro desse invólucro exterior, será cheio de hidrogenio. Na parte superior do aerostato, duas asas de regular dimensão (não perfeitamente relacional ao tamanho do aparelho, porque verificamos não ser isso indispensavel), serão fixas, servindo de para-quedas. O meio do corpo do aerostato será guarnecido de dois arcos de ferro, para segurança da barquilha; no meio desta descera uma vara ou cordão de aço, ou de aluminio, com um peso que, centralizando o peso total, servirá para firmeza do equilibrio.

Outro peso, próximo à barquilha, deslocando aquele, mover-se-á do centro para um dos extremos do aerostato.

A cauda, ou "leme", tambem de pano apropriado, e colocada na parte posterior do sistema, terá dois movimentos, um em sentido contrario ao do outro, sobre o respectivo eixo, com o fim de produzir as voltas.

Elevado o aerostato pela força do gás, à altura relacional à distancia do lugar em que o aeronauta deseja "cair", ou para onde se dirige, tirar-se-á, pela competente válvula, uma certa

quantidade de gás, que produza a descida, com peso calculado de tal modo que evite as quedas violentas.

Então, em virtude dos principios que expusemos, a máquina aerea descreverá no espaço uma linha obliqua, pouco abaixo da horizontal, cortando os ventos com a força do peso que levar deslocado.

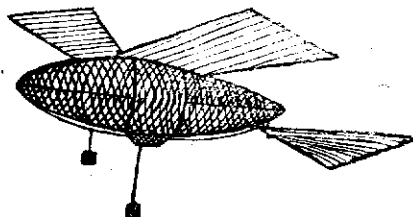
Algumas pessoas, sem verdadeira orientação sobre o assunto, rejeitam esse modo, pensando que só se denomina "direção" o fato de, "permanecendo" o aerostato sempre em certa altura, dirigir-se "no mesmo sentido" até chegar ao lugar almejado, onde deverá descer; e que, em caso contrario, como o de que tratamos, "não há direção", mas "queda"! Que é, porém, direção? Com que fim ella existirá, si não com o de sair-se de um ponto para ir-se a outro, seja obliqua a linha ou "horizontal", que, como vimos, "é impossível"? Por acaso, desejará o homem a direção aerea para ficar ociosa e eternamente no espaço, como aspirando a sair fora da terra, libertando-se da lei da gravidade, que atrai todos os corpos para o globo?

Certamente que não, pois o natural, o verdadeiro, é a ascensão a certa altura calculada, donde se deverá descer ao lugar determinado.

Este primeiro caso, si não resolve por si só o problema, pelo menos tem suas utilidades: mostrando o meio que se deve empregar para a descoberta, fornece elementos seguros aos estudos e às observações; constitue um como salva-vida, evitando que o aeronauta caia em lugares perigosos.

Note-se que para o aerostato ter desde logo direção vantajosa, não é necessário ser muito pesado, pois, segundo as nossas experiencias, *basta que seu peso seja superior ao da atmosfera.*

Eis mais ou menos a forma do aparelho:



F 46<sup>a</sup>



Para se economizar o gás, pode-se colocar na barquilha, como lastro, um reservatório de ar comprimido, fazendo-se entre este e a força ascensional um cálculo de tal modo exato que dê em consequencia o seguinte:

O aerostato elevar-se-á quando se fizer o vacuo no reservatório e descerá quando, ao contrario, se houver comprimido o ar.

## 2.º SISTEMA

Por este sistema, em lugar de asas, o aerostato terá uma hélice colocada na barquilha, em posição vertical, sufficiente para erguer o peso proporcional à sua força.

Para isso, deixar-se-á o aerostato, pela quantidade calculada de gás introduzido no invólucro interior, com o peso que se quiser, de tal modo que, posta a hélice em movimento, eleve aos ares o aparelho, que, tendo seu centro de gravidade deslocado, subirá desde logo em direção obliqua, até a certa altura, donde, em virtude de movimento mais vagaroso da hélice, deverá cair em linha inclinada, e assim alternativamente.

Neste caso, como o aerostato é sempre mais pesado que o ar, a força de sua direção estará sempre mais ou menos em relação ao peso deslocado.

Não podendo a hélice elevar 50 quilos, por exemplo, diminuir-se-á este número a 30, que é seguramente o peso do torax do condor, ou a 20, 15, 5, 2, 1/2, etc., enfim, reduzir-se-á à vontade.

Acreditamos, porem, que é exagero de nossa parte tal diminuição, porque julgamos que uma hélice de regular tamanho, movida por uma máquina elétrica com força de 2 cavalos, em sentido vertical, voltada para a atmosfera inferior, *mais densa* que a superior, com facilidade erguerá 50 quilos ou mais.

Poderá tambem ser empregado um reservatório de ar comprimido, que só deverá servir para aumentar o peso do aparelho, em caso de necessidade.

O cálculo entre o maior ou menor peso do aerostato e a força da hélice, de modo que a máquina se eleve mais pesada que o ar, é, como se vê, *perfeitamente exequivel*.

Basta considerar que o gás chega a deixar o invólucro *mais leve que o proprio ar*, para se notar a facilidade com que se poderá levar a efeito o plano.

Eis a forma do aerostato por este sistema:



F 47 \*

### 3.º SISTEMA

Neste caso, a imitação do natural é mais rigorosa.

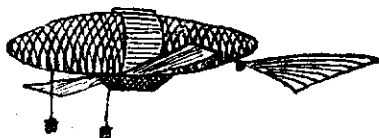
O aerostato, construído pela mesma forma dos anteriores, terá duas pequenas asas, ou leques, junto à barquilha, as quais serão movidas por máquina elétrica.

Cada uma delas será munida de algumas válvulas abertas para baixo, à semelhança das aves, cujas asas têm as penas de tal modo dispostas que, na elevação, se abrem, deixando passar o ar, cuja pressão aumenta no sentido contrario, facilitando a ascensão do animal.

O movimento das asas será constante e vagaroso, imitando o vôo do *gavião*, ou só se exercerá de trechos em trechos, como sucede com certas aves pairadoras.

Dever-se-á fazer o mesmo cálculo, já mencionado, entre a quantidade de gás introduzido e o peso do aparelho.

O aerostato terá, pois, a seguinte forma:



F 48 \*

Pelos 3 sistemas mencionados, vê-se que o centro de gravidade é deslocado à vontade.

Assim estabelecemos por nos parecer mais conveniente. Todavia, pode a deslocação ser fixa, como se dá com a ave, cujo maior peso está no torax.

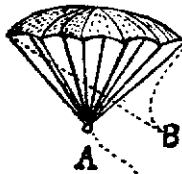
#### XIV

### PARA-QUEDAS DIRIGIVEIS

Os principios expostos aplicam-se especialmente aos para-  
quedas, que são por natureza destinados a cair.

Já se tem observado que os aeronautas dão, por instinto  
proprio, direção aos para-que-das, em caso de perigo, para se  
livrar de um rio, um precipicio, etc.

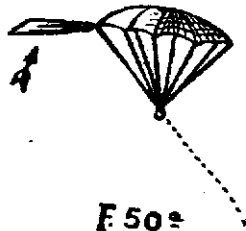
Conseguem este efeito com grandes balanços do corpo, que  
durante alguns segundos deslocam o centro de gravidade, do  
seguinte modo:



F 499

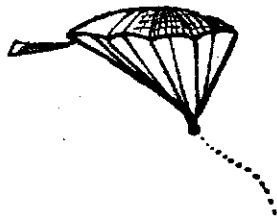
Afastando-se o peso para B, a queda é por momentos obli-  
qua, e, voltando ao centro, A, torna-se de novo vertical, e assim  
sucessivamente.

Ora, é claro que, si o peso estivesse sempre deslocado, em  
virtude de uma cauda situada em uma das extremidades do pa-  
ra-que-das, a trajetoria oblíqua seria constante e regulada:



F 500

O centro de gravidade também poderá ser deslocado em relação ao próprio para-quedas, sendo suficiente, para as voltas, um pequeno leme, em idêntica posição:



E. 51\*

Do que fica exposto, torna-se bem saliente que o nosso sistema de direção aérea não pertence nem ao de *aerostato dirigível*, mais leve que o ar, nem ao de *avição*, tal como entendem os franceses, mas pertence a um sistema misto — combinação desses dois.

## CONCLUSÃO

O motivo da divulgação completa, detalhada, que acabamos de fazer das nossas observações, cremos que todos o sabem.

Quando, há um ano e tanto, estivemos no Rio de Janeiro, fizemos uma conferencia no Clube dos Engenheiros, obtendo brilhante triunfo, o que para nós foi grande surpresa, em vista do nosso não-mercimento.

Envidamos, então, todos os esforços para conseguir do governo algum auxilio, com o fim de levar a efeito uma experiencia decisiva.

Os notaveis engenheiros Drs. Paulo de Frontin e Carlos Sampaio (seu digno substituto na Escola Politécnica) muito nos honraram com seus sabios e favoraveis pareceres.

Ainda conservamos na memoria as palavras que particularmente nos foram ditas por este último: "Fiz estudo especial do assunto, quando me obriguei a combater pela imprensa a teoria absurda de Julio Cesar, e, portanto, posso garantir-vos que não conheço teoria mais lógica, mais clara que a vossa; si não resolvestes o problema, fornecestes, pelo menos, os elementos que nunca poderão ser precindidos todas as vezes que se tratar da direção aerostática."

Já antes, o Sr. Dr. Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis nos manifestara sua abalisada opinião, dizendo em tom afirmativo: "Resolvestes definitiva e cientificamente o problema."

Tais pareceres incitaram-nos mais ao trabalho.

Apresentamos, por isso, ao referido Club, todos os nossos estudos, em grosso manuscrito, acompanhados de um pequeno mapa explicativo, esperando que seria tomado na devida consideração.

Puro engano! As palmas que recebêramos na conferencia, longe de serem prenuncios de bom êxito, de animação, haviam

sido, pelo contrario, o sinal da próxima indiferença, do mais absoluto silencio.

Sem recursos, que só poderíamos obter à custa de *empeños continuos, persistentes*, e porque urgia cuidar de particulares interesses, retiramo-nos da Capital Federal, sem ter podido realizar a experiencia.

Depois de havermos pedido constantemente noticias do trabalho, deixado em poder do Clube, tivemos a "honra" de recebê-lo, decorridos muitos meses, todo estragado pelas traças, o mapa roto ao meio, com ausencia de todo e qualquer parecer!...

Que diferença entre o nosso Clube de Engenheiros, *considerado primeira autoridade científica da América do Sul*, e a Sociedade Francesa de Navegação Aerea, em cujas sessões são abertas, lidas, estudadas, até *cartas particulares*, que tanto leigos como profissionais inventores lhe dirigem!...

Si trabalhamos, si nos esforçamos, si conservamos coragem até aquí, foi só devido à França, onde, pela leitura de seus livros e revistas sobre aeronáutica, encontramos sempre todo o incitamento que nos era indispensavel.

Em nosso país, desgraçadamente, a respeito de arte e ciencia, podemos dizer que os brasileiros ainda não têm patria, pois não concebemos patria que não auxilia seus filhos, esforçadores desinteressados de sua grandeza; não entendemos patria no sentido material de torrão onde nascemos e em que só colhemos desesperanças; não aceitamos como patria aquela que chama a gloria para si, depois de ter pisado; não admitimos patria sinão como a França e outros países adiantados, que amparam a atividade de todos os seus filhos, centro das ciencias, dos estudos e das observações, sem distincção de leigos e técnicos, focos para os quais convergem e donde divergem as mais santas aspirações.

Tudo o mais, que apenas constitue um torrão habitado pela frieza glacial do desânimo, da indiferença às grandes coisas, nada mais é do que o embrião de uma patria de futuro remotissimo...

Mas, voltemos ao principal ponto.

Aí fica o segredo da invenção, divulgado em todos os seus detalhes.

Caso algum dos principios que expusemos seja apropriado, do modo por que estabelecemos, pelo estrangeiro, ainda não contamos com... o protesto dos nossos compatriotas.

Si o estudo que fizemos não inclui alguma descoberta, include um esforço, um trabalho em prol da causa, e é o que nos basta.

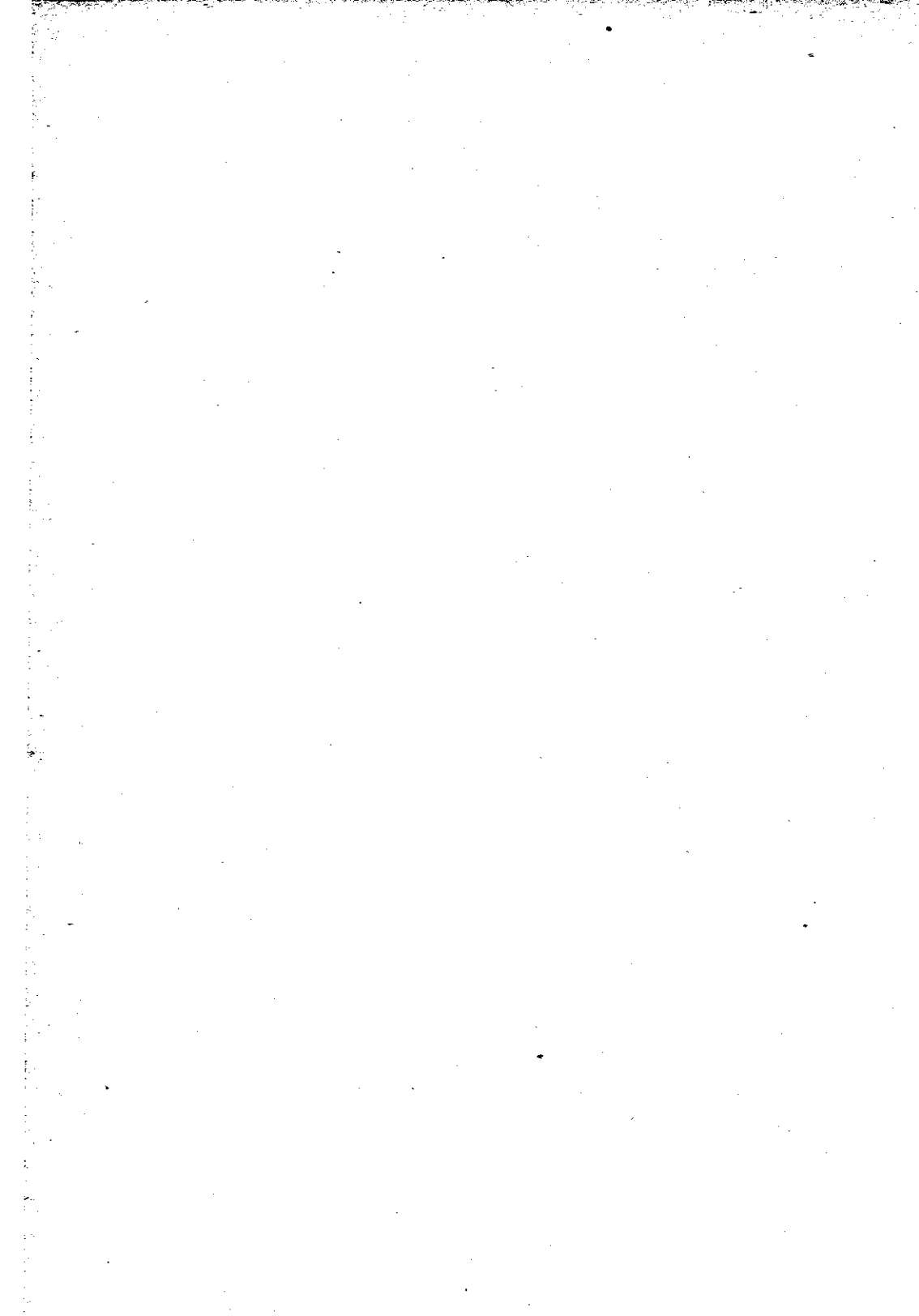
Pretendemos vertê-lo para o francês e publicá-lo em livro, feito o quê, temos chegado ao fim almejado.

Continuar no empenho de levar a efeito o plano; tentar duas, três vezes, seria demasiada loucura.

Concluindo, pedimos desculpa aos profissionais, aos homens de ciencia, pela nossa ousadia de leigo, perscrutando, como simples observador, as alturas azuladas que *às grandes aguias, de resistente envergadura*, têm entontecido.

São Paulo, 24 de janeiro de 1892.

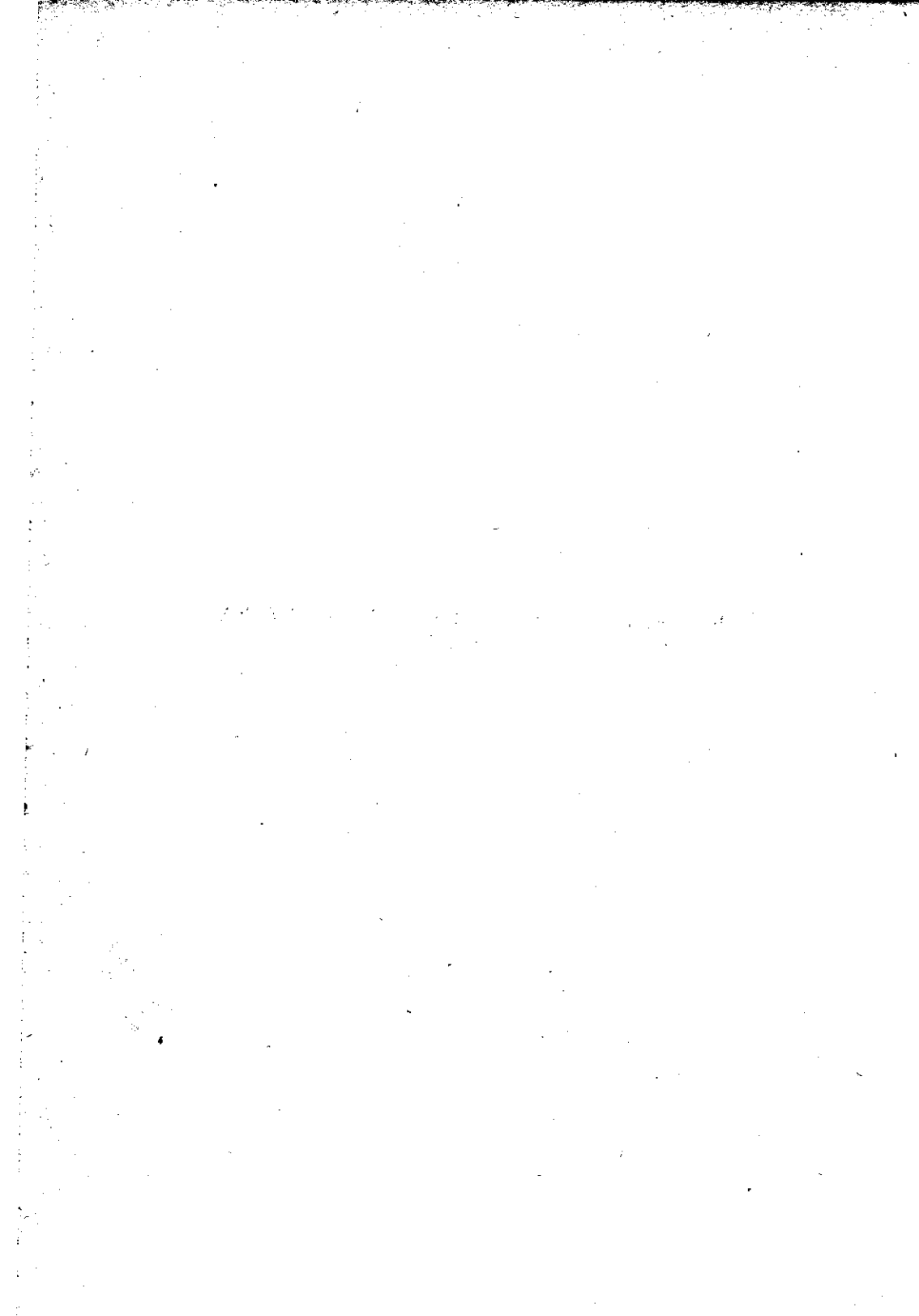
GASTÃO GALHARDO MADEIRA.





III

**SOCIO EFETIVO DA CONFEDERAÇÃO AEREA  
BRASILEIRA**



Em 1911, fundou-se no Rio de Janeiro a Confederação Aerea Brasileira. Numa das sessões preparatorias, foi Gastão Madeira aclamado socio efetivo da novel instituição. Eis o documento:

## CONFEDERAÇÃO AEREA BRASILEIRA

*Escola Nacional de Aeronáutica para a Defesa do Brasil*

Exmo. Sr. Dr. Gastão Madeira:

A Comissão de Iniciativa da *Confederação Aerea Brasileira*, composta dos membros abaixo inscritos, tem a subida honra e nimia satisfação de levar ao vosso conhecimento que fostes unanimemente aclamado, na última sessão preparatoria desta Confederação, Socio efetivo, cujo cargo corresponde ao exercicio patriótico da nobre missão de brasileiro.

A *Confederação Aerea Brasileira*, agremiação eminentemente nacional, como vai ser, terá por fins principais:

Cooperar patriótica e eficazmente para a defesa nacional, em auxilio às forças armadas;

Reivindicar para o Brasil os foros de Partenon da Aeronáutica, a que tem incontestavel direito;

Promover o formidavel engrandecimento econômico-social da nossa Patria, que é a verdadeira Terra da Promissão da Navegação Aerea, ou seja desbravando, pela triunfal penetração das aeronaves da C. A. B., os nossos 8.500.000 quilômetros quadrados de lendarias e fabulosas riquezas, ou seja conseguindo fazer a Cartografia de todo o nosso incomensuravel Brasil de um modo nítido, perfeito, completo, por meio da foto-topografia aerea, ou seja empregando-se na repressão do contrabando das nossas fronteiras e portos, eterno aniquilador da nossa prosperidade.

Esta agremiação, exclusivamente nacional como é, tratando tão somente dos interesses vitais e da felicidade da Patria Bra-

sileira, não pode prescindir da vossa aceitação e do valiosíssimo concurso da vossa presença no grande festival da sua inauguração, no dia 16 de dezembro de 1911, no Pedagogium, honrado com a presença do Exmo. Marechal Presidente da República, digníssimo Presidente de Honra da *Confederação Aerea Brasileira*.

A Comissão de Iniciativa:

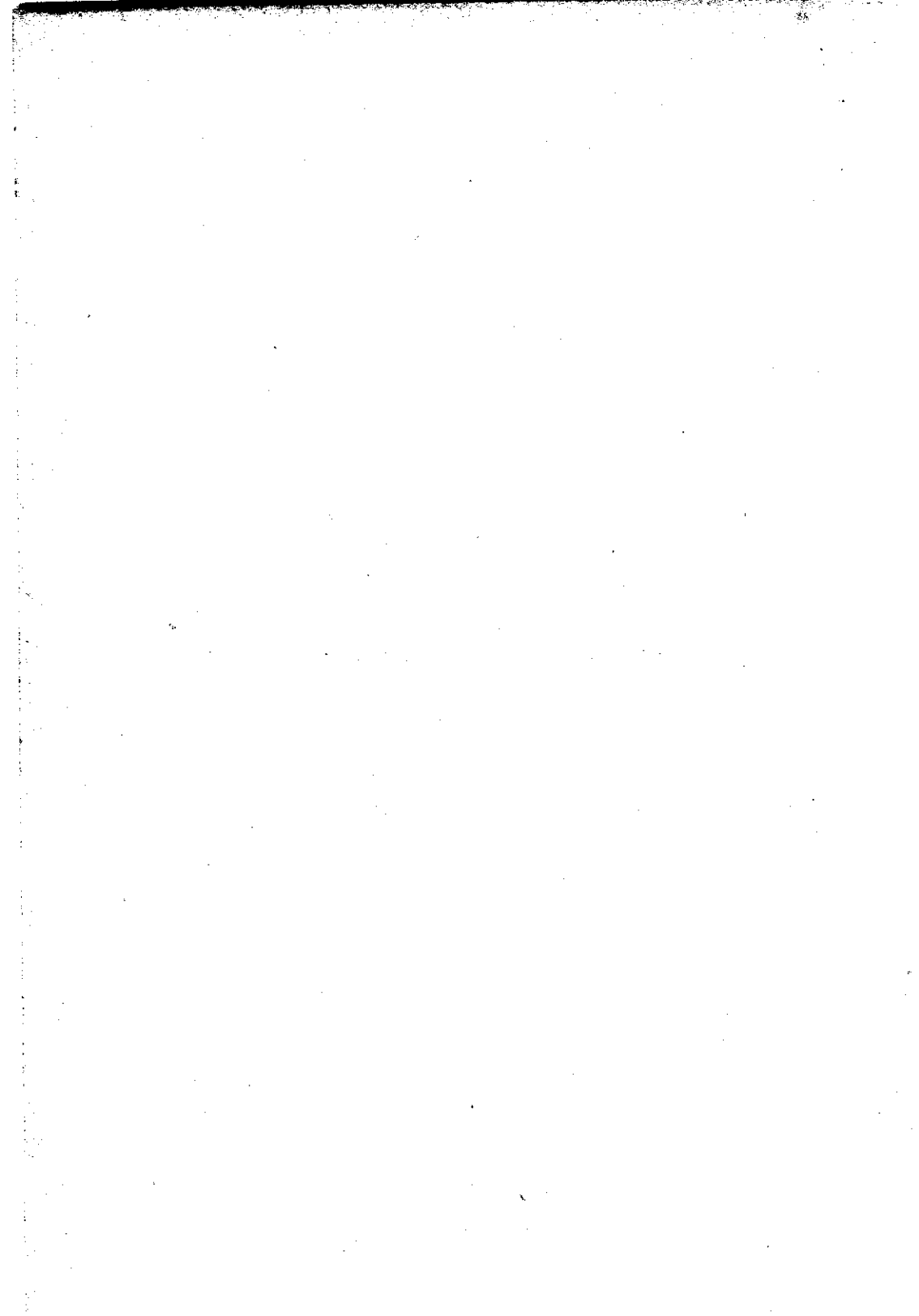
General *Müller de Campos*.  
Engenheiro *Carlos Sampaio*.  
Senador *Lauro Müller*.  
Dr. *João Penido*.  
Engenheiro *Sampaio Correia*.  
Major *Leite de Castro*.  
Dr. *Rafael Pinheiro*.  
Engenheiro *J. do Rego Barros*.  
Dr. *Julio Ottomi*.  
Tenente *Mario Hermes*.  
Dr. *Tancredo Burlamaqui*.  
Engenheiro *Cordeiro da Graça*.  
Dr. *Adolfo del Vecchio*.  
Dr. *Ribas Cadaval*.

Sede provisoria no Clube Militar, em 14 de dezembro de 1911.

*Dr. Heitor Teles*  
3.º secretario em exercicio.

IV

**DOIS ARTIGOS EXPRESSIVOS**



A)

## DIVAGAÇÕES

*Silvio de Almeida*

Caso vissem os senhores, em jornal de fora parte, que o engenheiro francês Gaston Dubois tinha descoberto a estabilidade da locomoção aerea, logo que o lessem, — título, nome e nacionalidade do inventor, tudo lhes havia de rasgar na massa fosfórica do cérebro um sulco em que se iriam lançando, facil e inadvertidamente, os alicerces da certeza. Mas já não terão a mesma disposição para crer, em se tratando embora do mesmo invento, si tal invento for atribuído, não a um engenheiro, mas a um bacharel; não a um francês, mas a um nacional; não a Gastão Dubois, mas a Gastão Madeira.

Não se formou Gastão Madeira em escola de muitas artes? Não traz a sua carta de alforria intelectual registada nas chancelarias do governo; estampilhada nas condições do regulamento do selo? — Que importa? Nem as escolas de “engenharia” criam e monopolizam o “engenho”, nem, a-pesar-de todas as veleidades, haverá nunca meios de assimilar o talento a um contrabando, só porque ele não tenha cumprido as exigencias de uma ronqueira pragmática official, com as estampilhas e penduricalhos anexos. — Engenheiro não era Leonardo da Vinci, que inventou o para-quedas e imaginou o helicóptero voador; nem o “padre voador”, que subiu e navegou na “Passarola”. . . Santos Dumont, Blériot e tantos outros, não são, nunca foram engenheiros, muito menos profissionais da especialidade que escolheram; mas são e foram “engenhosos”, — o que é muito melhor. . . E a historia, queiram ou não queiram, está cheia mais de invenções de leigos que de técnicos.

Desfeita agora essa má impressão negativa, de Gastão Madeira não ser engenheiro, acudamos ao defeito (mais grave, porque positivo) que lhe poderão imputar, de bacharel e bra-

sileiro, que é como quem diz — ao quadrado... Porque bacharel — já uma feita me atiraram com esta — é um homem que aprende a falar, mesmo bem, do que desconhece, ou conhece mal, ou, ainda, mal conhece: e o brasileiro, com toda sua facundia, é um bacharel nato, e que apenas o deixa de ser para ser coronel, reproduzindo assim, na miniatura burguesa, os dois grandes poderes sociais. Erro fora, porém, e grave. supor-se que, no tocante a vãos, ele desfira unicamente os da eloquência alcandorada; pois que, — pondo-se de parte, por fabuloso, o caso de Ícaro, que até saiu da moda, — nós figuramos como iniciadores na historia da aviação, para cujo necrologio, de tantas vítimas, entramos com o trágico sacrificio de Juventino da Fonseca e de Augusto Severo. Si a este “as capelas de bácaro” não impediram o vôo icareo, também as letras jurídicas e o misterio dos cânônes não prejudicaram a aeronáutica do padre Bartolomeu de Gusmão, que em Coimbra exercitara “o valeroso officio de Minerva”...

Gastão Madeira, portanto, sem embargo de uma jurisprudencia tão avezada, aliás, aos embargos, poude levar por diante as suas cogitações aviatorias, tendo só diante de si os materiais de que toda a gente dispõe, no *magnum lexicon* da natureza: — daí, e não dos livros, que geralmente reproduzem coisas em segunda mão, é que se devem tirar as invenções, assim como as novas teorias; e foi o que fez Darwin quando fechou, com as chaves de sua biblioteca, os antigos autores, e saiu, desafogadamente, a viajar e ver, para melhor estudar e aprender. E, logicamente, como ia tratar de aviação, quiz o Madeira principiar pelo principio, isto é, pela observação das aves...

Ao tempo que a humanidade, tão ingenua quanto supersticiosa, procurava no vôo dos pássaros o que lhe daria o futuro, mal pudera cuidar o que esse mesmo vôo dos pássaros lhe daria no futuro... Da crendice de que os emplumados seres aereos, vizinhos do alto céu, delineavam, com as asas, pelo ar, o mapa do porvir, resultaram, neste sentido, as primeiras “contemplações”, depois continuas e sistemáticas, dos áuspices romanos: — tão certo é que pouco nos importam as coisas em si mesmas, e o que nos importa são as relações que as coisas possam ter conosco e o nosso destino.

Hoje, à necessidade da adivinhação teológica tem sucedido a necessidade da previsão científica; e, desde que o homem, pela cessação da guerra, abandona a conquista do homem, ele trata, pela industria, de fazer a conquista da natureza, representada



nos quatro elementos de Aristóteles, dos quais o fogo, que se-nhoreamos, com Prometeu, nos serviu, por mais impetuoso e bravo, para a sucessiva e completa dominação dos outros — a terra, a água e o ar... Mas não só o movimento industrial e o científico mutuamente se ligam, modificando o primeiro a natureza de acordo com as leis que o segundo lhe revela, sinão um e outro ainda se expandem à medida que decescem as impulsões militares. O trabalho deixou de ser a condição dos prisioneiros de guerra e de seus descendentes; e, porque a emancipação dos trabalhadores, na fase feudal, dificultava, cada vez mais, o emprego do homem como instrumento mecânico, a libertação dos servos foi coincidindo com o desenvolvimento das máquinas, sobretudo, segundo Augusto Comte, dos moinhos de água e de vento. Por outro lado, a química também já se foi esboçando na idade-média, sob o imperio das mesmas necessidades industriais.

Premido, igualmente, pelo seu meio, e arrastado pelo turbilhão de seu tempo, vemos agora um bacharel, como Gastão Madeira, em vez de amodorrar o espírito com a lengalenga do *Corpus Juris*, extasiar a vista na demorada e paciente contemplação dos vãos... E ele penetrava, há vinte e cinco anos, nesse estranho dominio, com um raro talento de observação, "talento" que não é somente a capacidade intelectual, mas, consoante a significação arcaica do termo, a disposição moral, a vontade, o "gosto", de que a aptidão mental em magna parte provem. Quem quer que o conheça e lhe aprecie a inesgotavel exuberancia anedótica, há de logo verificar que ele — artista e desenhista, que o é — observa por gosto e com bom gosto, e, tão rapidamente como apanha e regista a imagem sintética de um conjunto essencial, surpreende a fortuita minucia de um acidente ou incidente imprevisto. Nisto, exclusivamente nisto, consistiu o segredo da feliz inspiração com que ele, modesto, ignorado, pobre e sem auxilio, concretizando o que via e o que pensava em pequenos modelos de papel, antecedeu teoricamente todos os principais progressos da navegação aerea em nossos dias.

Já em 1889 ou 1890, o nosso então muito jovem auto-didata apresentava ao Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, as suas primeiras idéias acerca da dirigibilidade dos balões; e do extenso e intenso entusiasmo que tais locubrações despertaram, festivamente carrilhonaram, na imprensa, os cronistas desse tempo. Sem recursos, todavia, para por obra, ou em máquina que

voasse, os sonhos que lhe devoavam no espírito, ele voltou tristemente para São Paulo, e aqui foi, como eu (ai! que dor de saudade...), juntar-se àquela geração alacre e tumultuosa, que, nos anos da proclamação da República, infestava a nossa Academia de Direito. Faltou-lhe, por conseguinte, essa condição de saúde, de êxito e de felicidade, que sempre repousa na inteira conformidade do destino à vocação; mas, muito se engana quem imagine que ele deixou de vir entrelaçando, pela existência afora, dois estudos, de um dos quais tirava o pão amargo, e do outro esperava a doce gloria! Talvez mesmo pensasse ele, como Alfredo de Vigny, que uma grande vida é um pensamento da mocidade executado na madureza...

Assim que, em janeiro de 1892, ainda que desanimado, ou quiçá por inteiramente desanimado, de obter os meios indispensáveis ao seu intento ou invento, amplamente o divulgou pelas colunas do *Correio Paulistano*, onde inseriu (mercê do generoso espírito progressista do Dr. Almeida Nogueira) uma serie de artigos ilustrados com cincoenta e quatro figuras; e aí, insistentemente, afirmava que, à semelhança do que lhe depararam as aves do céu, todo o, até então, insondado arcano da direção aerea vinha a ser apenas a deslocação do centro de gravidade, e que ele, como qualquer outro, facilmente obteria semelhante deslocação pelo processo da mobilidade dos pesos. Lembrava ainda, mais precisamente, a idéa de um lastro que corresse pouco abaixo do corpo do balão *alongado* e no sentido do eixo longitudinal, empregando também a hélice como elemento de propulsão.

Não me quadra ao espaço e aos moldes de uma crônica ligeira esmiuçar perspicuamente a sagacidade e a justeza dessas e de outras vistas de Gastão Madeira, já verificadas na feitura dos dirigíveis alemães, e comprovadas com a memoravel ascensão e vôo de Santos Dumont, a 19 de outubro de 1901. Vedou-lhe a sorte, justa ou injusta, acrobacias no ar, de que pudera sair com triunfo, ou não sair com vida; mas a justiça da historia não desconhecerá que ele — de seus proprios naturais desconhecido — foi um dos precursores teóricos da aeronáutica...

Sem descontinuar estudos, que lhe constituem a atmosfera espiritual, apresenta agora Madeira a solução do mais importante problema atual, nos dominios da aviação — o da estabilidade dos aeroplanos, que não mais causarão, pelo descuido ou incapacidade nervosa dos pilotos, esses horriveis desastres que ensanguentam os anais de uma técnica, ao mesmo tempo tão di-

ficil e tão recente. Acredita ele haver descoberto, depois de cerca de 2.200 provas, um segredo de estabilidade automática para os aparelhos; e, como obtivesse o parecer favoravel de engenheiros, acaba de solicitar ao Congresso do Estado a subvenção sufficiente para levar a termo as experiencias definitivas. Ora, quando melhoramentos secundarios têm sido objeto, alhures, de magníficos auxilios e munificentes premios, não parece razoavel que S. Paulo, onde já existe o ensaio de uma escola de aviação, despreze o invento que afeta a parte vital do problema dos ares...

(*O Estado de S. Paulo* de 20 de outubro de 1913).

B)

UM PIONEIRO DA AERONÁUTICA: —  
GASTÃO MADEIRA

*Gaspar Ricardo Jr.*

E' sempre interessante recapitularem-se os trabalhos ou as tentativas que precederam as soluções definitivas das grandes descobertas, principalmente quando se trata da Aeronáutica, a cujo progresso estão ligados os nomes de varios patricios.

À lista destes nomes cumpre agora juntar o de mais um, quasi desconhecido, mas que incontestavelmente anteviu alguns principios hoje consagrados na técnica de vôo, resultado da cooperação parcial de múltiplos inventores, como succede, aliás, com todas as grandes invenções — estradas-de-ferro, automobilismo, radio-comunicação, etc.

Ao lado dos grandes precursores — o padre Bartolomeu Lourenço, cujos trabalhos estão hoje inteira e indiscutivelmente provados, graças aos estudos exhaustivos do illustre historiador Dr. Afonso de E. Taunay, publicados recentemente no *Anuario da Escola Politécnica de S. Paulo*, e Santos Dumont, cujos magnificos sucessos são dos nossos dias, — cumpre citar o de outro paulista, o Sr. Gastão Madeira, que, sem ter alcançado a repercussão e o brilho dos mencionados, é todavia digno de menção, a-pesar-da obscuridade em que tem vivido até agora.

Os seus trabalhos, que não ultrapassaram de pesquisas teóricas, sem jamais se alçarem ao campo experimental, devido à falta de recursos do autor e de auxilio por parte das autoridades públicas, constam de uma conferencia pronunciada em 1891 no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, muito aplaudida, segundo informa o autor, e de uma serie de artigos publicados no *Correio Paulistano*, de que o último traz a data de 24 de janeiro de 1892.

O estudo ainda que sumario dessa colaboração revela, entretanto, conhecimentos interessantes; notáveis, sem dúvida, para a época em que foram escritos e para o meio em que foram elaborados.

E' certo que já nessa ocasião, iam bem adiantados os trabalhos do engenheiro alemão Otto Lilienthal, cujos planadores já apresentavam características aerotécnicas notáveis, de que provieram os trabalhos de Chanute e dos célebres irmãos Wright, nos Estados Unidos, e de Santos Dumont, com os seus primeiros aeroplanos, em Paris, depois de haver abandonado os dirigíveis.

Não é de se supor, portanto, que Gastão Madeira, ao escrever o seu trabalho, tivesse conhecimento das experiencias de Lilienthal, feitas sem grande repercussão na Alemanha, e muito menos do livro desse engenheiro — *O vôo das aves como base da arte de voar*, livro de que, segundo Kleffel (*Der Segelflug*), em sete anos, não foram vendidos sinão cerca de 300 exemplares.

Aliás, da leitura dos artigos de Gastão Madeira, nada leva a crer que ele se tivesse deixado influenciar por Lilienthal, cuja linguagem obedece a uma clara orientação técnica, de carater científico, o que não admira em um engenheiro de superior cultura físico-matemática, característicos que faltam absolutamente nos artigos do nosso patricio.

Entre as varias soluções estudadas e apresentadas por este, se destaca pelo seu grande valor práctico, hoje não só aceita como utilizada nos grandes dirigíveis, a que se refere ao principio de que a dirigibilidade dos balões só seria possível mediante a aplicação *do mais pesado do que o ar*.

O Sr. Gastão Madeira exprimiu-o, de forma concludente, no item 7.º do artigo publicado sob o número XIII:

“Temos verificado, por experiencias, que não é indispensavel a proporção entre o aerostato e o peso deslocado. Basta como base: 1.º) que seja mais pesado que o ar; 2.º) que seu centro de gravidade esteja afastado do meio do aparelho.”

A técnica dos dirigíveis atuais, como já vimos, consagrou definitivamente este principio, e o êxito de Santos Dumont, com seus dirigíveis, decorre tambem do seu emprego racional.

Tal seja a velocidade da aeronave e a inclinação do seu eixo longitudinal em relação à direção do vento relativo, e se desenvolverá uma força de sustentação aerodinâmica que o manterá

em determinada altura de vôo, a-pesar-do aparelho ser mais pesado do que o ar.

Assim sendo, uma parada brusca dos motores, com diminuição da velocidade relativa ao ar, poderá ter como consequência uma queda desastrosa, do dirigível não se descarregar lastro, etc.

O nosso autor ainda se refere à aplicação de planos sustentadores aos dirigíveis, para melhorar a sustentação aerodinâmica a que ele, na sua balbuciante linguagem técnica, atribue as funções de "para-quedas".

No trecho citado, faz referencias ao deslocamento do centro de gravidade, que ele conseguiria por meio de pesos moveis. Assim, o afastamento voluntario e controlado do centro de gravidade, em relação ao centro das pressões, provocaria a maior ou menor inclinação do eixo da aeronave e, portanto, de sua trajetoria, subindo ou descendo o dirigível, sem o lançamento de lastro ou descarga de gás, isto é, com o aumento do seu raio de ação.

Os dirigíveis modernos e os de Santos Dumont recorreram a este disposto com excelentes resultados.

Gastão Madeira tentou também um estudo das trajetorias dos corpos que caem, submetidos às reações aerodinâmicas. Não conseguiu, porem, separar nitidamente as duas componentes fundamentais — a *força de sustentação* (perpendicular à direção da velocidade relativa) e a *resistencia do ar* (paralela a essa direção), como já havia feito Lilienthal.

Vislumbrou, entretanto, a influencia dessas forças sobre a inclinação da trajetoria e anteviu, assim, a noção de "fineza" aerodinâmica, indispensavel ao vôo dos aeroplanos.

Erroneamente, pôs inteiramente de parte a propulsão das hélices e daí imaginou um sistema de navegação aerea que tem muitos e evidentes pontos de contacto com o vôo dos nossos modernísimos planadores.

Assim, os três modelos de aparelho, que descreveu e propôs, baseiam-se todos no seu deslocamento, sob a ação da gravidade, segundo uma direção escolhida (dirigibilidade), a partir de um ponto do espaço, tal como se faz com os aparelhos sem motor.

Aqueles aparelhos seriam verdadeiros balões que atingiriam o ponto alto por meio de qualquer das três soluções: 1.º) Flutuação por meio de gás mais leve do que o ar, como nos balões livres comuns; 2.º) Elevação por meio de uma hélice de

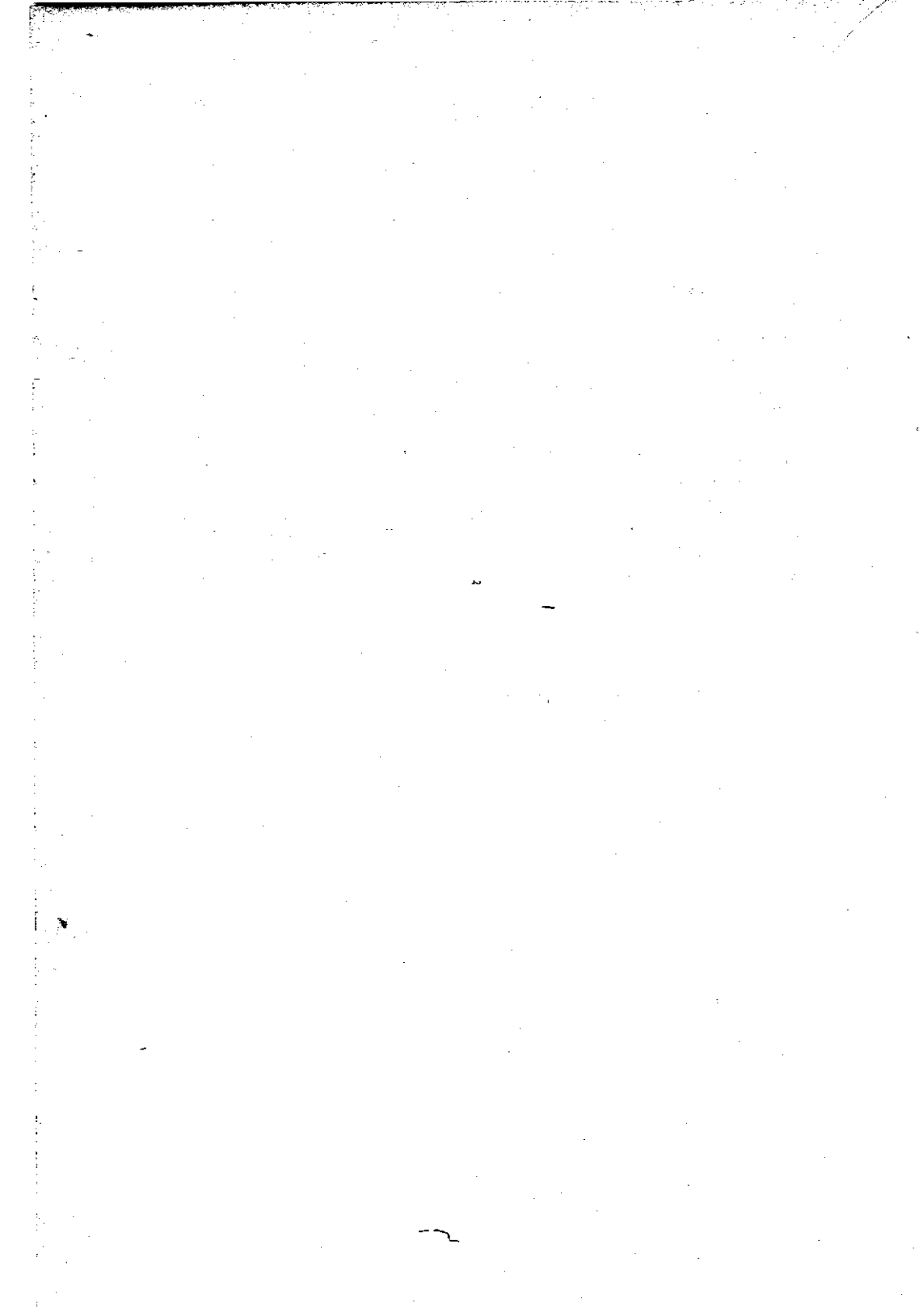
eixo vertical, como nos helicópteros. (Aí, Gastão Madeira, que não acreditava na hélice como propulsor, cai em contradição e admite-a como capaz de elevar a aeronave); 3.º) A elevação seria obtida pelo efeito do *batimento* de asas, o que até hoje nunca se conseguiu.

Em resumo, não se pode duvidar de que, na moderna aeronáutica, se aplicam com sucesso idéias sugeridas pelo nosso co-estaduano.

Graças a elas, com os recursos pecuniarios que lhe faltaram, e com o espírito de crítica e o raciocínio claro revelados em seus artigos, é provavel que o sr. Gastão Madeira tivesse demonstrado praticamente a exequibilidade e a utilidade de suas invenções, que, todavia, ficariam prejudicadas pela inexistencia, nessa época, do motor de explosão, a que Santos Dumont recorreu, num golpe-de-vista genial. Como todo inventor, sofreu, foi ridicularizado, principalmente quando se tratava, de homens voadores... Ao digno paulista, pois, uma parte das homenagens das atuais gerações que usufruem a descoberta pela qual se esforçou.

S. Paulo, 28 de março de 1936.

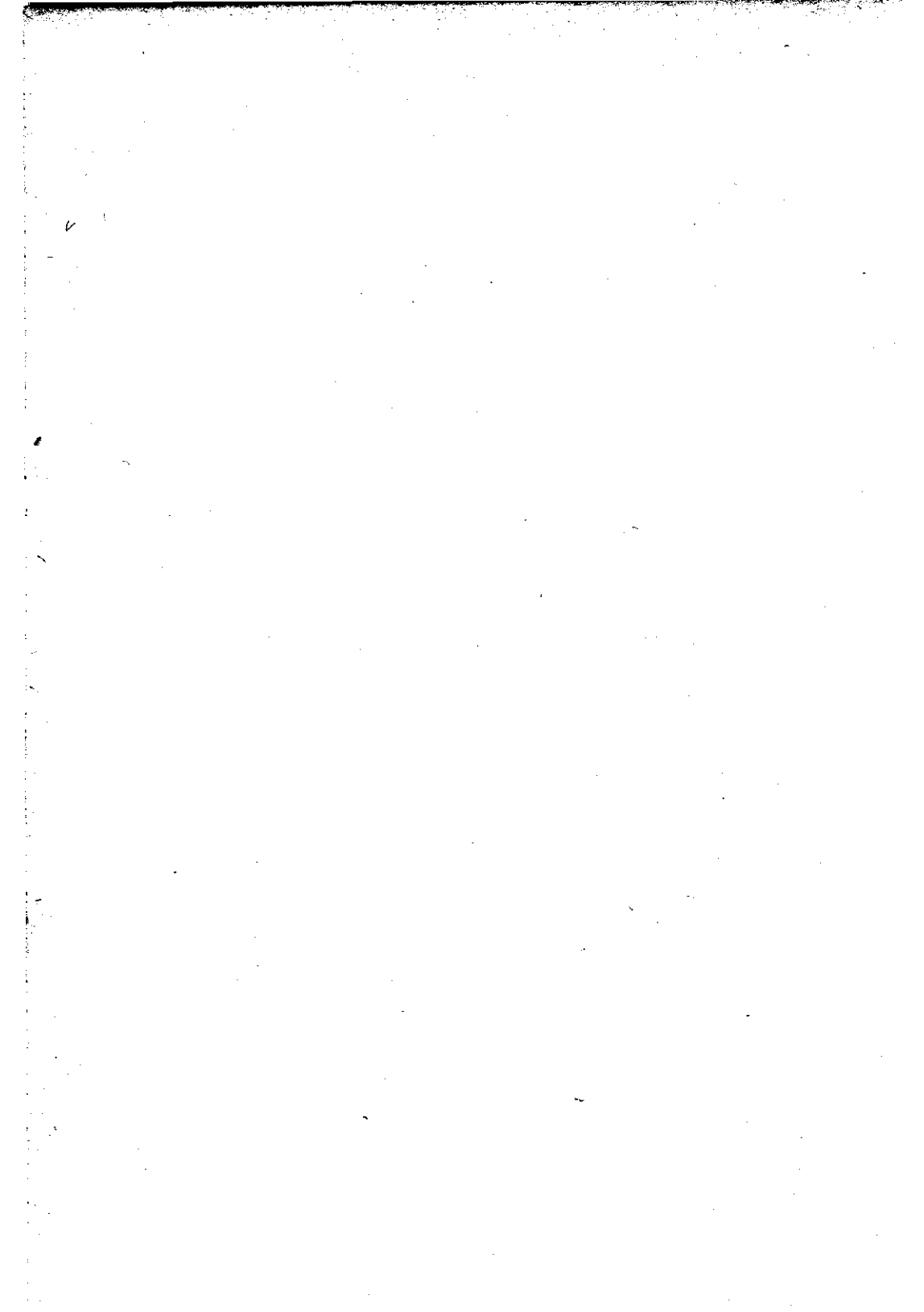
(*Correio Paulistano* de 3 de abril de 1936).





V

NA EUROPA, EM VIAGEM DE EXPERIENCIAS



A)

## O AUXÍLIO DO GOVERNO

Em 1911 ou 1912, Gastão Madeira ideou um dispositivo para assegurar aos aviões maior estabilidade de equilíbrio, evitando os contínuos desastres daquela época. Esse dispositivo merecera elogios do Dr. Hilario Freire, que, desde muito, vinha manifestando grande entusiasmo pelos primitivos trabalhos de Gastão Madeira, publicados no *Correio Paulistano*, em 1892, sobre o vôo das aves e dirigibilidade dos aerostatos.

Entrou, então, o Dr. Hilario Freire a colaborar nos estudos do novo dispositivo, e ambos patentearam esse invento. Entretanto, com os grandes progressos da aviação, Gastão Madeira entendeu que o *Aviplano* — assim haviam os inventores denominado o seu aparelho — não mais poderia ter a eficiência esperada. Diante disso, passando a estudar o problema sob outro ponto-de-vista, Gastão Madeira inventou um dispositivo de peças moveis, com o emprego do giroscopio combinado com a manobra do piloto. Construiu pequenos modelos, que ofereceu à consideração de professores da Escola Politécnica de São Paulo, entre os quais o Dr. Gentil de Moura, já falecido. As demonstrações satisfizeram, tendo sido enviado ao então presidente do Estado, Dr. Altino Arantes, um relatório explicativo.

Esse último invento, depois de uma serie de modificações, levou-o, em 1913, a pleitear ao governo do Estado auxilio para uma viagem de experiencias à Europa. Os poderes públicos interessaram-se pelo assunto e, assim, se promulgou um decreto concedendo “ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistencia anual de 18:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de sua invenção”.

Eis a íntegra dos debates que, a esse respeito, então se travaram nas duas casas do Congresso:

## NO SENADO

E' lido e vai a imprimir, o seguinte

## PARECER N. 39, DE 1913

A Comissão de Fazenda e Contas foi presente a petição dirigida ao Senado pelo bacharel Gastão Madeira, solicitando do Congresso Legislativo do Estado o auxilio necessario para realizar na Europa experiencias definitivas com um novo tipo de aeroplano, de seu invento, denominado "Brasil-S. Paulo".

Alega o peticionario que, há quasi trinta anos, se tem dedicado ao estudo dos diversos problemas referentes à aviação, havendo perdido em 1892 o fruto de todos os seus esforços acumulados sobre a dirigibilidade dos aerostatos, pois naquela data, por não possuir recursos, fez pelo *Correio Paulistano* inteira divulgação do seu invento, cuja aspiração teve a felicidade de ver realizada pelo glorioso brasileiro Santos Dumont, em 1903, com a coincidência do emprego de alguns dos dispositivos também por ele imaginados.

Vem agora o peticionario, apoiado em pareceres técnicos de uma comissão de engenheiros, nomeada pelo diretor da Escola Politéctica e lentes da mesma, e de outra comissão também de notaveis engenheiros especialistas, documentos estes que acompanham a petição apresentada ao Senado e confirmam em lúcida exposição a realidade e eficacia de um novo e importante invento seu, nada menos que a *estabilidade dos aeroplanos*, problema considerado no mundo culto como o mais relevante na fase actual da aviação, — invocar para este fato a atenção do Congresso.

Tendo sacrificado, como declara, em consequencia da sua pertinaz applicação a estes estudos, todo o futuro da sua profissão de advogado, não dispõe o peticionario dos precisos elementos para custear as enormes despesas de carater definitivo, em meio proprio, a saber na Europa; e, por isso, filho deste glorioso Estado, vem dirigir-se aos seus representantes pedindo a concessão de um auxilio suficiente para a consecução do almejado fim e assegurar ao Brasil e a S. Paulo a primazia de mais uma descoberta que há de assinalar ingente fase evolutiva no progresso da aviação.

Afigurando-se-lhe embora, desde logo, dignos de animação e de aplausos os estudos do peticionario, hesitou a Comissão de

Fazenda e Contas em aconselhar ao Congresso a concessão do solicitado auxílio. Na prudente disposição que lhe é imposta pela gravidade da situação financeira, de negar a sua anuência, em geral, a despesas novas e novas consignações orçamentarias, e, por outra, ante a responsabilidade de, embora obedecendo a um programa patriótico, ocasionar o malogro de uma gloriosa iniciativa cujo êxito não deixa de ter alto interesse moral para a nossa patria e o nosso Estado, resolveu a Comissão requisitar sobre o objeto informações do governo.

Foram estas prestadas, ao Congresso, por officio do sr. secretario da Agricultura, de 13 de novembro p. p., e são favoráveis ao invento do bacharel Gastão Madeira e ao deferimento de sua petição.

Nesta conjuntura, e na contingencia de reduzir ao mínimo o auxilio pedido, é de parecer a Comissão de Fazenda e Contas que seja aprovado pelo Senado o seguinte

#### PROJETO N. 6, DE 1913, DO SENADO

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo resolve:

Art. 1.º — E' autorizado o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistencia annual de 12:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de sua invenção.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Comissões do Senado, 15 de dezembro de 1913.  
— Almeida Nogueira, Albuquerque Lins, Melo Peixoto.

(*Anais do Senado do Estado de São Paulo*,  
85.ª Sessão ordinaria, em 15 de dezembro de 1913  
— Págs. 254-255).

---

Entra em 1.ª discussão, com o parecer n.º 39, e é sem debate aprovado, o

#### PROJETO N.º 6, DE 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistencia annual de . . . . 12:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de seu invento.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA (*pela ordem*) requer, e a casa concede, dispensa de interstício, afim de ser o projeto incluído na ordem dos trabalhos da sessão imediata.

(*Anais do Senado do Estado de São Paulo*,  
87.<sup>a</sup> Sessão ordinária, em 17 de dezembro de 1913  
— Pág. 265).

---

Entra em 2.<sup>a</sup> discussão, com o parecer n.º 39, o

### PROJETO N.º 6, DE 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistência anual de . . . 12.000\$000, em dois exercícios, para experiências definitivas de um novo tipo de aeroplano, de seu invento.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Sr. presidente, por motivo de serviço público urgente, tive de ausentar-me ontem do recinto, quando se discutia este projeto, não tendo ocasião, por isso, de ouvir o requerimento do nobre senador sr. Almeida Nogueira, pedindo dispensa de interstício, para que o mesmo fosse incluído na ordem-do-dia da presente sessão.

Nestas condições, como desejo tomar parte no exame e discussão do projeto da comissão de fazenda, eu pedirei ao seu nobre relator que me releve o requerimento que vou fazer ao Senado, no sentido de ser adiada a discussão da matéria por vinte e quatro horas, afim de que eu possa meditar sobre o assunto, o que não me foi possível ainda, visto que só hoje, ao receber, já muito tarde, o jornal da casa, é que tive conhecimento de que o projeto voltaria ao debate nesta sessão.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Estou de pleno acordo com o requerimento do nobre senador.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Peço então a v. ex., sr. presidente, que se digne submeter à consideração da casa o requerimento que mando à mesa. (*Muito bem*).

Vai à mesa, é lido, apoiado, posto em discussão e aprovado, o seguinte

## REQUERIMENTO

Requeiro o adiamento, por vinte e quatro horas, da discussão do projeto n.º 6, do corrente ano.

Sala das sessões, 18 de dezembro de 1913. — *Cândido Rodrigues*.

(*Anais do Senado do Estado de São Paulo*,  
88.ª Sessão ordinária, em 18 de dezembro de 1913  
— Pág. 279).

---

Entra em 2.ª discussão, adiada, com o parecer n.º 39, o

## PROJETO N.º 6. DE 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistência anual de . . . 12:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de seu invento.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Sr. presidente, desempenho-me do compromisso que tomei ontem perante o Senado, de dizer algumas palavras relativamente a este projeto.

Perfeitamente fundamentado em opiniões autorizadas de auxiliares do governo, e, ainda mais, no luminoso estudo da comissão de engenheiros convidados a manifestar-se sobre as condições de estabilidade do tipo modelo de aeroplano imaginado pelo bacharel Gastão Madeira, o parecer da comissão de fazenda e contas expõe com tanta clareza o assunto e a necessidade, que eu classificarei como dever moral do governo, de auxiliar os persistentes estudos desse cidadão, que eu me dispense de insistir sobre esta face do projeto. Limite-me, portanto, a pedir ao Senado e à digna comissão de fazenda, cujos pareceres nós todos acatamos, já pela proficiência com que são lavrados, já pela alta autoridade moral de cada um de seus ilustres membros, a pedir, repito, a benévola e preciosa atenção do Senado para a emenda que vou ter a honra de submeter à sua aprovação, solicitando um pequeno aumento no *quantum* desta subvenção, que é realmente parca, realmente exigua, como será fácil demonstrar.

Basta, sr. presidente, um momento de reflexão calma e atenta para se verificar que o auxilio de 24:000\$000 é de todo o ponto insufficiente para o fim colimado. Ninguem dirá que seja excessiva a quantia de 12:000\$000 para a manutenção do cidadão Gastão Madeira na Europa, durante dois anos, com a sua familia. Esta quantia, que é na actualidade, aquí no Brasil, absolutamente insufficiente para a manutenção de uma familia da classe media, o será igualmente na grande capital europeia, onde o estrangeiro, como sói acontecer, é explorado por todos os modos, e onde ele não conhecerá, desde os primeiros tempos, os meios faceis de economizar.

E neste caso, só com a mais absoluta parcimonia, com o mais absoluto retraimento, ele poderá manter-se com sua familia, com a verba de 500\$000 por mês. Admitido, porem, que assim não seja, que ele possa viver com a quantia de 12:000\$000 durante dois anos, ou com a subvenção mensal de 500\$000...

O SR. ALBUQUERQUE LINS — Mas o projeto não lhe dá somente 500\$000; dá-lhe 1:000\$000 por mês.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — ... ficam apenas 12:000\$000 para todos os outros serviços, que são fatais, indispensaveis, tais como as experiencias e estudos preliminares.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Si o nobre senador entende que, da subvenção, o inventor deve destinar 12:000\$000 para tais despesas, então, realmente, a sua assistencia seria apenas de 500\$000 mensais.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — A verba de . . . 12:000\$000 para tais despesas é absolutamente insufficiente.

Lembre-se o Senado de que há estudos e experiencias iniciais a fazer, há a fundição de peças e dispositivos que devem compor o aparelho imaginado pelo inventor, e tais despesas avultam sempre, em trabalhos desta natureza.

Exemplifiquemos: si nós tivermos um modelo de uma ponte de ferro, calculada para uma certa resistencia, mas organizada por engenheiros nossos, e que tenha de ser feita na Europa, essa obra deverá custar três ou quatro vezes mais caro do que si tivermos uma mesma ponte, com a mesma resistencia e talvez mais elegancia, mas cujos modelos já existam nas fábricas.

E' exatamente o que acontece no caso vertente. As peças novas imaginadas pelo inventor terão primeiro de ser modeladas em madeira, para depois serem fundidas, e nisso vai grande despesa.



Depois disso, vem o ajustamento das peças, serviço por sua natureza delicadíssimo, pelo qual os operários mecânicos exigem elevadas somas; vêm a construção do aparelho, as experiências aéreas e, finalmente, as patentes provisórias e definitivas da invenção.

Nestas circunstancias, ninguém poderá dizer que os 24.000\$000 concedidos pelo projeto sejam suficientes; ao contrario, são absolutamente insuficientes, si ainda se levar em conta que as patentes não podem custar menos de 6.500\$000, pois a patente definitiva custa dez mil francos, ou 6.000\$000 de nossa moeda, e a provisoria, indispensavel para a garantia do invento, 500\$000.

Restam, portanto, da verba, apenas 17.500\$000, dos quais, deduzida a manutenção do subvencionado e sua familia, calculada em 12.000\$000, em dois anos, ou 500\$000 mensais, restam 5.500\$000 para os demais serviços que já enumerei, o que é manifestamente insufficiente para o fim colimado.

Já que temos de subvencionar o inventor, já que um dever patriótico nos aconselha a auxiliar o cidadão a quem se refere o projeto, parece-me que devemos fazê-lo com quantia que possa satisfazer as necessidades do serviço.

E nem se diga, sr. presidente, que podem ser adiadas as despesas com as patentes; ao contrario, a primeira coisa que tem de fazer o sr. Gastão Madeira, ao chegar à grande capital europeia, é justamente munir-se da patente provisoria, para que, escudado por ela durante um ano, possa entregar aos profissionais e aos mecânicos a realização da sua idéia, concretizada justamente nos dispositivos do aparelho que inventou.

Nestas circunstancias, é indispensavel a despesa com a patente provisoria.

E uma vez feitas as experiencias, feitas as despesas necessarias com a construção do aparelho, para que o inventor tenha garantido o seu invento, não só na França como em outros paises, será necessaria patente definitiva, que, como disse, custará pelo menos 6.000\$000.

Penso, portanto, que não é preciso dizer mais para afirmar que o auxilio proposto no projeto é absolutamente insufficiente e só explicavel pela apreensão de espirito da digna comissão ante a crise financeira e econômica do momento atual. Mas este pequeno aumento de despesa não virá por certo agravar a crise...

Ouçõ dizer, sr. presidente, que se deveria adiar esta despesa. Penso, ao contrario, que ella é absolutamente inadiavel, urgente e imprescindivel, si quisermos, como nos segreda o patriotismo, manter para o Brasil a gloria completa da conquista dos ares, iniciada há cento e cincoenta annos atrás por Bartolomeu de Gusmão...

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Muito bem. Ou concede-se já o auxilio, ou compromete-se essa nobre aspiração.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — ... e que tem sido continuada, estudada e aperfeiçoada através do século por tantos mártires, que têm pago com a vida o pesado tributo devido aos grandes surtos da humanidade, destacando-se, sem ser martir, ao contrario, forte e robusto, pronto para novos cometimentos, o vulto de Santos Dumont, afirmando e mostrando ao mundo que estava resolvido o problema da direção dos aeroplanos, navegando arrojadamente em torno da Torre Eiffel.

Este problema, porem, — a navegação aerea, — ainda não está completamente resolvido; sua resolução final depende da solução de uma importante condição, que está sendo estudada com tanto afincõ e esforço e que, de um momento para outro, pode ser encontrada por outrem, si não nos adiantarmos em auxiliar este nosso compatriota para ir dizer talvez a última palavra sobre a questão no mundo europeu.

Refiro-me, sr. presidente, à estabilidade dos aeroplanos. Não obstante todos os esforços empregados, este problema ainda não está resolvido, a despeito de todos os estudos, de todo o empenho havido por aqueles que se preocupam do assunto, sabios e aeronautas, mecânicos e curiosos.

Não importa que revolteie nos ares, fazendo graciosas cabriolas e arriscados saltos e curvas, o nosso simpático Edú Chaves, atestando assim o valor e a quasi temeridade do paulista, o antigo bandeirante.

O que é verdade é que o problema da estabilidade dos aeroplanos não está ainda resolvido.

Parece, portanto, sr. presidente, que é urgente, é inadiavel, a despesa que o Estado deve fazer para auxiliar esse nosso compatriota, tanto mais que elle está absolutamente convencido, numa convicção verdadeiramente suggestiva, de que tem descoberto o meio de estabilizar os aeroplanos.

Nessas condições, não valerá a pena a despesa de 36.000\$000, que faça o Estado, para colaborar com as nações civilizadas na solução desse importante problema da navegação

aerea, ainda mesmo que não seja alcançado o desejado objetivo? Que o digam e respondam as consciencias e o patriotismo dos membros do Senado paulista.

Será, porventura, elevada essa despesa? Penso que não, sr. presidente, penso que ela não agravará a nossa crise, que é o tema favorito de todos aqueles que procuram opor-se às despesas ainda as mais uteis.

Repito: será grande essa despesa? Respondo: por Deus que não é, sr. presidente; principalmente si atendermos a que dentro em breve teremos de votar o orçamento do Estado e com ele verbas perfeitamente adiaveis, despesas que poderiam ser reservadas para tempos mais prósperos.

E ocorre-me, dentre elas, a que se encontra no orçamento em discussão na outra casa do Congresso, para aquisição de quadros para a Pinacoteca, a qual era de 30:000\$000 e será de 60:000\$000 no exercicio futuro, sem falar na que aumenta talvez de cincoenta por cento a verba destinada aos pensionistas do Estado que vão à Europa estudar música, escultura e pintura. (*Apoiados*).

Essas despesas são perfeitamente adiaveis e menos urgentes e justificaveis.

O SR. PINTO FERRAZ — Nesse caso, votemos contra todas elas: sejamos lógicos.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Acredito bem que não poderemos fazer isso. O orçamento nos chega sempre à última hora e não teremos tempo nem de examiná-lo.

O SR. PINTO FERRAZ — Protestemos, ao menos.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — E não só essas, votaremos muitas outras despesas que podem visivelmente ser adiadas, mas que não o serão.

Assim, pois, sr. presidente, não é demais que eu peça a benevolencia do Senado para este pequeno aumento de despesa, auxiliando um paulista operoso e paupérrimo, que tem dedicado trinta anos de sua vida ao estudo deste assunto, e que ora vem recorrer ao Senado para auxiliá-lo na consecução de uma obra que pode resultar em uma gloria para o Estado de São Paulo. (*Apoiados*).

Desculpe-me o Senado si abusei por tanto tempo de sua atenção com as palavras desalinhasdas que pronunciei. (*Não apoiados gerais*).

Mando à mesa a minha emenda, para que v. ex. a submeta à consideração da casa.

VOZES — Muito bem! Muito bem!

Vai à mesa, é lida, apoiada e posta em discussão com o projeto, a seguinte

#### EMENDA

Onde diz "12:000\$000", diga-se "18:000\$000".

Salas das sessões, 19 de dezembro de 1913. — *Cândido Rodrigues*.

O SR. EDUARDO CANTO — Sr. presidente, preliminarmente, devo declarar que não venho opor-me ao projeto nem à emenda, de modo que não entro no julgamento do mérito de um e de outra.

Apelo, porém, para o que há bem pouco tempo ainda declarei, de que eu não votaria emenda alguma que consignasse aumento de despesa, sem que a comissão de fazenda se pronunciasse a respeito, expondo a sua opinião.

No caso vertente, eu me abstenho de requerer a volta do projeto à respectiva comissão, como estava nos meus intuitos, e me darei por satisfeito desde que ela verbalmente emita o seu parecer em relação à emenda que acaba de ser oferecida ao projeto em debate.

E' o que eu tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Sr. presidente, acudindo ao apelo que acaba de ser feito pelo ilustre orador preopinante, e mesmo, independentemente dele, em atenção ao honrado autor da emenda submetida à consideração da casa, venho, em nome da comissão de fazenda e contas, dizer algumas palavras sobre a emenda proposta.

Não desconhecia a comissão, quando propôs o auxílio de 12:000\$000 anuais para esse empreendimento de ordem moral de alta importância que, efetivamente, era módica essa quantia; mas a comissão, como que se achou sobre a pressão do momento, possuída de apreensões pela situação financeira do nosso Estado, e convencida de que o Congresso deve obedecer à maior restrição possível, na autorização de despesas e criação de serviços novos.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Apoiado.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Arbitrando a quantia constante do projeto, que no seu proprio conceito era havida por muito módica, não teve mesmo a comissão de fazenda em vista proporcionar os meios suficientes para que se levasse a efeito o invento do dr. Gastão Madeira, mas simplesmente o intuito de conceder-lhe uma contribuição para o mencionado objetivo.

Imaginou que, com esse auxilio do Estado, poderia o inventor, que é um nosso illustre conterraneo, transportar-se para a Europa, e que lá, naquele meio adiantado, científica e industrialmente, talvez conseguisse, pela lucidez com que expõe as idéias básicas do seu invento, e pela impressão que deixam as suas experiencias e demonstrações, o auxilio de capitais ávidos de applicação para levar a efeito a grandiosa invenção que tem porventura conquistado pelo estudo, pela observação, pela genial intuição que origina os grandes descobrimentos.

Em tais condições, a comissão de fazenda não consignou no projeto sinão, por assim dizer, os meios suficientes para a manutenção do inventor na Europa.

Em circunstancias financeiras que autorizassem maior liberdade de ação, certo mais generosa deveria ser a dádiva do Congresso, mesmo para que o seu auxilio fosse mais eficaz e assegurasse, independentemente do concurso eventual de estranhos, a primazia para o Brasil e para S. Paulo de uma descoberta promissora de glórias; pois em todos os centros civilizados o problema da aviação está na ordem-do-dia e a idéia da estabilidade dos aeroplanos está no ar... está duplamente no ar, e quando uma idéia paira no ar, desce sem demora a se assenhorar de algum cérebro para se objetivar como conquista do espirito humano e assinalar mais um estadio no progresso da humanidade.

De fato, achou-se a comissão nesta apertada colisão: ou conceder quanto fosse preciso para assegurar o êxito completo da descoberta; talvez uma centena de contos de réis, mas, neste caso, concorreria para agravar as dificuldades da situação financeira do Estado; ou negar qualquer auxilio ao peticionario. Carregaria assim com a grave responsabilidade moral de produzir talvez o malogro da descoberta ou, quando menos, a perda da sua primazia para o nome paulista.

Que desgosto, que desastre mesmo para nós, si esta descoberta de tanta importancia para o futuro da aviação, que ainda não é sinão um esporte, mas que deve ter applicações industriais e económicas, viesse a ser conseguida por outro inventor? S.

Paulo e o Brasil perderiam a gloriosa primazia pelo nosso retraimento ou mesmo pela nossa morosidade, deixariam de avolumar o contingente da nossa contribuição direta para o progresso da humanidade, o maior título de benemerencia para uma nação civilizada.

O SR. CANDIDO RODRIGUES — Seria até um crime.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — O projeto é bastante vago no seu enunciado — para novo tipo de aeroplano; mas o nobre senador que ocupou a tribuna em primeiro lugar declarou do que se trata — da estabilidade do aeroplano. Atualmente, o aviador arrisca a vida em cada vôo que alteia, e é este perigo sempre iminente que emociona os espectadores. Quantas vítimas contam já essas temerarias experiencias!

Descobertas a ascensão e a direção dos aerostatos, não está resolvido o grave problema da aviação. Falta-lhe o equilibrio, a estabilidade do aeroplano. O aviador tem presentemente de dirigir o aparelho, tem ao mesmo tempo de equilibrá-lo. Sem o completo equilibrio, ele não poderia nem mesmo praticar a aviação como esporte, realizando evoluções, como fazem agora na Europa, de cabeça para baixo. Obtida a estabilidade, a aviação deixaria de ser um esporte e poderia ter applicações mais práticas, de carater econômico ou com fito estratégico, de um alcance extraordinario para a industria do transporte.

E é esta a invenção que o dr. Gastão Madeira supõe ter conseguido, e em cuja realidade confesso que acredito. Ele encontrou, a principio, como sói acontecer a todos os inventores, um certo cepticismo ao apresentar a sua idéia, por “não ser um técnico”. Mas o ilustre diretor da nossa Escola Politécnica, o dr. Paulo Sousa, que teve ocasião de animá-lo, contesta que ele seja um leigo... A-pesar-de não ter estudos acadêmicos, há trinta anos que o dr. Madeira se dedica ao estudo da aviação, sobre cujo objeto fala com proficiencia, como si fosse engenheiro, perfeito senhor do assunto.

Hoje, tem crescido, mesmo nos meios intellectuais, o número das pessoas que depositam confiança na realidade do invento do dr. Madeira.

Eu assistí a algumas das suas experiencias, assim como outros dos meus illustres colegas do Senado. O inventor coloca o seu aparelho, imperfeito ainda, em ponto pequeno, de encontro ao vento, procurando mesmo perturbar o ambiente, e o aparelho mantem-se firme no ar; quando cessa de funcionar o motor, por ter acabado a corda, o aparelho desce morosamente em linha

obliqua, e, sempre em posição horizontal, toca a terra mansamente. O dr. Madeira procede então à contra-prova: coloca o aparelho de lado ou invertido, e o aparelho, de per si, automaticamente, recobra a posição natural. E' uma contra-prova extraordinariamente eloquente e de alcance convincente.

O dr. Gastão Madeira obteve de uma ilustrada comissão da Escola Politécnica, e de outros profissionais que têm estudado a materia, pareceres opinando, com demonstrações científicas, que a descoberta é real, dependendo todavia de experiencias definitivas, que não podem deixar de ser assaz dispendiosas. Nas demonstrações a que teve ocasião de proceder na Escola Politécnica, o inventor foi animado por aplausos calorosos e entusiasticamente felicitado.

Ora, si, como parece, é real a descoberta, compreende bem o Senado o grande alcance da mesma.

Foi ante essa situação que, como disse, se achou a comissão de fazenda. Assumir a responsabilidade de negar o concurso do Estado de S. Paulo a um invento desses, tão maravilhoso, pareceu-lhe caso muito grave. Conceder tudo quanto fosse necessario, era desconhecer a nossa situação financeira. O alvitre adotado exprime, portanto, uma solução media.

Alem de que não era simplesmente a denegação que seria um mal: a simples morosidade em resolver uma questão dessas poderia prejudicá-la, como bem notou o nobre senador sr. Cândido Rodrigues (*apoiados*), pois a materia é inadiavel; toda a gente está se preocupando com o mesmo problema, e é bem possível que, assim como ao nosso ilustre conterraneo, acuda a outrem a sua solução.

O dr. Gastão Madeira estuda o assunto de há trinta anos, diz ele, e disso dou testemunho. Alguns dos honrados senadores que me ouvem e muitas pessoas que lerem este discurso conhecem talvez a verdade deste fato. Em 1891, ele publicou pelo *Correio Paulistano* uma longa exposição, ilustrada por muitos clichês, acerca de descoberta análoga.

O SR. GABRIEL DE REZENDE — Desde 1890 eu sei que ele se ocupa deste assunto.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Tem estudado profundamente a materia, conforme o demonstram o parecer que acompanha o projeto e a sua petição, em que expõe a eficacia e a realidade desta descoberta.

Referiu-se tambem o ilustre autor da emenda à despesa necessaria com o registo da patente de invenção. Efetivamente

essas despesas são avultadas, dado, porem, que elas tenham de ser feitas no mundo inteiro, ou ao menos naquelas nações em que seja necessario, em que este problema está em estudo progressivo. Mas não é necessario que seja feito esse registo immediatamente; o invento pode ser registado num dos países da união internacional, para garantia da propriedade industrial: no Brasil, na Italia, na França, na Suíça, na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos, por exemplo. Neste caso, a despesa não será muito avultada, pois o registo é provisorio. Garante a precedência por espaço de um ano, para então se efetuar o registo nas outras nações. Portanto, para a garantia imediata do invento, não se faz necessaria uma grande despesa. E é de esperar que dentro de um ano ele tenha conseguido demonstrar a realidade do seu invento, não lhe faltando então os auxílios que agora lhe escasseiam, para que tenha êxito completo na execução de uma obra que lhe há de trazer, si bem dirigida, avultadíssima riqueza, riqueza econômica, sobrepujada por uma riqueza moral ainda maior.

Por isso entendemos, na comissão de fazenda, ao fazer a concessão consignada no projeto, que o inventor ficava aparelhado de recursos para se transportar para a Europa; mas, desde que lhe é necessario tirar desses recursos a soma precisa para as experiencias do seu invento, então a verba do projeto é evidentemente insufficiente.

O nobre senador argumentou que a concessão para a assistência será, quando muito, de metade do que está no projeto, pois que o dr. Gastão Madeira terá necessariamente de aplicar a outra metade nas despesas com a construção e as experiencias do seu aeroplano.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — O nobre senador sabe que o inventor não tem recursos para tamanho empreendimento.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Em vista disso, e resumindo o que acabo de dizer, devo declarar que a comissão restringiu a concessão ao mínimo, não achando entretanto iniqua a emenda do nobre senador.

E si ao Senado aprouver dar o seu beneplácito a essa emenda, a comissão nada tem a opor.

O SR. ALBUQUERQUE LINS — A comissão quis provocar a deliberação do Senado, e não leva a mal que este seja mais generoso do que ela.



O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — O Senado todo já conhece bem a questão e, si entender conveniente aceitar o alvitre proposto pelo nobre autor da emenda, a comissão de fazenda e contas não pode sinão aplaudir a sua resolução.

VOZES — Muito bem! Muito bem!

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Poucas palavras, sr. presidente, preciso dizer para desfazer o engano em que labora o nobre senador quando pensa que, uma vez chegado à capital francesa e exposto o seu invento aos profissionais no assunto, logo encontrará o dr. Gastão Madeira braços abertos para o receber e auxiliar.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA — Era uma suposição minha.

O SR. CÂNDIDO RODRIGUES — Pois é um perfeito engano em que labora o nobre senador.

Todas as pessoas a quem tenho ouvido a respeito, e que têm tido na Europa cometimentos dessa natureza, são unânimes em afirmar que nenhuma porta se abre sinão a poder de dinheiro, que nenhum braço ampara o autor de um invento qualquer, sinão depois que esse invento está perfeitamente experimentado, defendido pelas patentes de invenção e em grau de oferecer plena garantia aos capitais que nele se tenham de aplicar.

Nestas condições, é perfeitamente illusoria a suposição do nobre senador, para limitar o auxilio de um modo tão restrito, tão anormal, tão excepcional.

As larguezas com que o Estado de S. Paulo costuma subvencionar os seus filhos, em empreendimentos desta natureza, sugeriram certamente ao nobre senador, ou à digna comissão de fazenda, o pensamento de evitá-las ou restringi-las; e só assim se pode compreender que fosse julgado admissivel que uma subvenção de 24:000\$000 seria sufficiente para os fins que se têm em vista.

Pode, porem, o nobre senador estar certo de que a verba proposta no projeto é insufficiente.

Ainda ontem, conversando com um engenheiro que esteve na Europa, fez-me ele sentir que se iludem os que julgam que o dr. Gastão Madeira, lá chegando e fazendo uma conferencia, por íntima que seja, sobre o seu invento, encontre logo todas as portas abertas e todas as facilidades. Mais vale negar-lhe a subvenção, e poupá-lo-emos à decepção que há de ter naqueles

grandes centros. E' mister que ele procure primeiro todos os elementos de segurança para o seu invento, que as suas experiencias tenham tido completo êxito e se torne bem assegurado o exercicio da invenção, para que se encontrem os capitais necessarios à sua exploração.

Aí, então, sim: será uma realidade o formoso quadro idealizado pelo nobre senador: uma serie de sucessos financeiros e de glorias morais. Antes disso, não.

Com esta convicção, sr. presidente, pedirei licença à digna comissão de fazenda para insistir na minha emenda, cuja sorte eu confio ao patriotismo do Senado paulista.

*(Muito bem, muito bem).*

Encerrada a discussão, é posto a votos e aprovado o projeto, salvo a emenda.

Em seguida, é posta a votos e aprovada a emenda do sr. Cândido Rodrigues.

Vai o projeto, com a emenda, à comissão de fazenda, para ser redigido conforme o vencido.

*(Anais do Senado do Estado de São Paulo, 89.<sup>a</sup> Sessão ordinaria, em 19 de dezembro de 1913 — Págs. 282-288).*

E' lida a seguinte redação, para 3.<sup>a</sup> discussão, do projeto n.º 6, de 1913, do Senado.

A comissão de fazenda oferece redigido para 3.<sup>a</sup> discussão, de acordo com a emenda aprovada, o seguinte projeto n.º 6, de 1913, do Senado:

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo resolve:

Art. 1.º — E' autorizado o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistencia anual de 18:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de sua invenção.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Salas das comissões, 20 de dezembro de 1913. — *Almeida Nogueira, Albuquerque Lins.*

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA *(pela ordem)* requer, e a casa concede, dispensa de impressão e interstício para a re-

dação lida, afim de que o projeto seja dado para a ordem-do-dia da sessão seguinte.

(*Anais do Senado do Estado de São Paulo*,  
90.<sup>a</sup> Sessão ordinária, em 20 de dezembro de 1913  
— Págs. 290-291).

Entra em 3.<sup>a</sup> discussão, e é sem debate aprovado, o

### PROJETO N.º 6, DE 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder auxílio ao bacharel Gastão Madeira, para experiencias definitivas de um tipo de aeroplano de seu invento.

.....

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, achando-se incompleta a comissão de redação, pela ausencia de dois dos seus membros, e devendo ela apresentar à mesa um trabalho urgente, requeiro a v. ex. se digne designar um dos nobres senadores para completá-la.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo ao requerimento do nobre senador, nomeio o sr. Luiz Flaquer para completar a comissão de redação.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA (*pela ordem*) — Sr. presidente, atendendo à angustia de tempo em que nos achamos, a comissão de redação vai enviar à mesa, devidamente redigido, o projeto n.º 6, deste ano, do Senado, há pouco aprovado em 3.<sup>a</sup> discussão, requerendo a v. ex. se digne consultar a casa si concede que, dispensada de impressão e de interstício, seja a mesma imediatamente discutida e votada, de modo a poder ser desde logo enviado o projeto à Câmara dos Deputados.

Vai à mesa, e é lida, a seguinte

### REDAÇÃO DO PROJETO N.º 6, DE 1913, DO SENADO

A comissão de redação oferece redigido, conforme o vencido nas discussões regimentais do Senado, o seguinte projeto n.º 6, de 1913, do Senado:

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta:

Art. 1.º — E' autorizado o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistencia annual de 18:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de sua invenção.

§ único. — O governo realizará, para este fim, as necessarias operações de crédito.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 22 de dezembro de 1913. — *Almeida Nogueira, Luiz Flaquer.*

Consultada, a casa aprova o requerimento do sr. Almeida Nogueira e é posta em discussão a redação.

Ninguem pedindo a palavra, é a discussão encerrada e aprovada a redação.

Vai o projeto à Câmara dos Deputados.

(*Anais do Senado do Estado de São Paulo*,  
91.ª Sessão ordinaria, em 22 de dezembro de 1913  
— Págs. 293-294).

\*

\* \*

## NA CAMARA DOS DEPUTADOS

### EXPEDIENTE

.....

OFICIO do sr. 1.º secretario do Senado, enviando, afim de ser submetido a discussão e votação nesta Câmara, o seguinte projeto n.º 6, de 1913, daquela casa do Congresso:

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta:

Art. 1.º — E' autorizado o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira passagem para a Europa e a assistencia annual de 18:000\$000, em dois exercicios, para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de sua invenção.

§ único. — O governo realizará, para este fim, as necessarias operações de crédito.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. —  
À comissão de fazenda.

(*Anais da Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo, 77.ª Sessão ordinária, em 23 de dezembro de 1913 — Pág. 999*).

---

Entra em 1.ª discussão, com o parecer n.º 76, e é sem debate aprovado, o

#### PROJETO N.º 6, DE 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira auxílio para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de seu invento.

O SR. FREITAS VALE (*pela ordem*) requer, e a casa concede, dispensa de interstício, afim de ser o projeto incluído na ordem-do-dia da sessão imediata.

(*Anais da Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo, 78.ª Sessão ordinária, em 24 de dezembro de 1913 — Pág. 1077*).

---

Entra em 2.ª discussão, com o parecer n.º 76, e é sem debate aprovado, o

#### PROJETO N.º 6, DE 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira auxílio para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de seu invento.

O SR. FREITAS VALE (*pela ordem*) requer, e a casa concede, dispensa de interstício, afim de ser o projeto incluído na ordem-do-dia da sessão imediata.

(*Anais da Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo, 79.ª Sessão ordinária, em 26 de dezembro de 1913 — Pág. 1095*).

Entra em 3.<sup>a</sup> discussão, com o parecer n.º 76, e é sem debate aprovado, o

PROJETO N.º 6, de 1913, DO SENADO

autorizando o governo a conceder ao bacharel Gastão Madeira auxilio para experiencias definitivas de um novo tipo de aeroplano, de seu invento.

O SR. FREITAS VALE (*pela ordem*) requer, e a casa concede, dispensa de redação, afim de ser o projeto enviado à promulgação.

(*Anais da Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo*, 80.<sup>a</sup> Sessão ordinaria, em 27 de dezembro de 1913 — Pág. 1111).

---

B)

## DOCUMENTOS

Em abril de 1914, partiu Gastão Madeira para a França, onde se fixou. Com os modestos recursos de que dispunha, e a-pesar-das perturbações da grande guerra, deflagrada quando ainda lançava mão dos expedientes preliminares para a obtenção de privilegios e a escolha de oficinas especializadas nesse gênero de construções, havendo então mais de 37.000 invenções em estudos pela técnica francesa, conseguiu Gastão Madeira que o seu novo invento fosse aprovado.

Eis, a seguir, em ordem cronológica, varios documentos relativos a essa época e que patenteiam não só o interesse que despertou na Europa o invento de Gastão Madeira, mas também as dificuldades de toda sorte por ele encontradas na consecução do seu objetivo:

DOCUMENTO N.º 1

KAISERLICHES PATENTAMT.

Bd. 7    S. 105  
Frisch    \_\_\_\_\_

*Ihre Patent -, . . . . . Anmeldung vom 28. Juli 1914  
auf Vorrichtung zur Sicherung einer selbsttaetigen Stabilisie-  
rung von Aeroplanen und dergl.*

PATENTAMT  
29.7.1914

*ist am . . . . . hier eingegangen und unter dem  
Aktenzeichen M 56961 XI/77 h2 in den Geschaeftsgang ge-  
geben worden.*

*An*

*Herrn Gaston Madeira in  
Neuilly (Frankreich).*

Kaiserliches Patentamt  
Annahmestelle

*37 bis Avenue du Roule.*

*durch den Patentanwalt Dr. Lotterhos.*

---



## DOCUMENTO N.º 2

MINISTÈRE  
DE LA GUERRE

N.º 2

CABINET  
DU MINISTRE

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Paris, le 22 MAR 1915

*Cher Monsieur,*

*En réponse à votre lettre du 18 courant, je m'empresse de vous faire connaître que si vous voulez bien passer à l'Hôtel du Ministre 14, rue St.-Dominique le mercredi ou le samedi entre 9 et 11 heures du matin, M. le Commandant Allard vous recevra bien volontiers.*

*Croyez, cher Monsieur, à l'assurance de mes sentiments les meilleurs.*

*Le Chef-adjoint, chargé de la Direction  
des Affaires Civiles et du Secrétariat particulier  
(Assinatura ilegivel).*

**Monsieur PALLU DE LA BARRIÈRE**  
PARTI RÉPUBLICAIN DÉMOCRATIQUE  
17, rue de La Rochefoucauld, PARIS

*Cher ami.*

*Par erreur, l'audience est accordée à moi. Le scribe s'est trompé. Mais la chose est sans importance et le Ct. Allard est au courant. En outre, je le préviens. Vous pourrez donc lui présenter M. Madeira.*

*Cordiales amitiés.  
Pallu de la Barrière.*

**LA FRANCE LUTTE  
POUR LE DROIT**  
**PRO PATRIA**

DOCUMENTO N.º 3

**RENÉ HANRIOT**  
32, Avenue du Roule  
Neuilly-Sur-Seine  
Tél. Wagram 94-64

le 13 Avril 1915

*Monsieur MADEIRA*  
7 rue de Parme PARIS

*Monsieur.*

*Je m'empresse de vous retourner le dessin que vous m'avez confié et j'ai le regret de vous dire que malheureusement nous n'avons pas pour le moment le temps de nous occuper de votre invention qui est cependant des plus intéressantes.*

*Je souhaite que vous trouviez un constructeur qui l'adopte mais dans le cas où après la Guerre vous pourriez en disposer, vous voudriez bien nous proposer à nouveau votre stabilisateur.*

*Les essais seront à cette époque certainement plus faciles. Veuillez agréer, Monsieur, mes salutations distinguées.*

*Pour R. Hanriot,  
G. Hanriot.*

---

## DOCUMENTO N.º 4

8 Mai 1916

RÉGY et Frères, rue Javel  
PARIS.

DOSSIER N.º 2387.

*Monsieur,*

*J'ai l'honneur de vous faire connaître que Mr. Gaston MADEIRA, Brésilien, est inventeur d'un dispositif qui assure une plus grande stabilité aux aéroplanes en donnant au pilote un plus grand rayon d'action.*

*Je vous demanderais de bien vouloir lui donner votre concours pour exécuter dans le plus court délai possible les appareils qui sont nécessaires et qui intéressent particulièrement la Défense Nationale.*

*Veillez agréer, Monsieur, l'assurance de mes sentiments distingués.*

*Le L'Colonel Fleuri**Pour le Directeur**Ministère de l'Instruction Publique**Direction des Inventions  
Section de l'aéronautique,**Fleuri.**Munie du cachet suivant:*

*Ministère de l'Instruction Publique  
République Française  
Invention aéronautique.*

---

DOCUMENTO N.º 5

**MINISTÈRE  
DE L'INSTRUCTION PUBLIQUE  
DES BEAUX-ARTS  
ET  
DES INVENTIONS**

*Paris, le 18 Mai 1916*

**DIRECTION DES INVENTIONS**  
23 bis, Rue de L'Université

*Le Directeur Administratif des Inventions*

*à Mr. MADEIRA — 38, Rue Eugène Carrière  
PARIS*

DOSSIER N.º 697

*Monsieur,*

*J'ai l'honneur de vous prier de bien vouloir vous présenter  
à mon bureau de 14 heures 1/2 à 18 heures demain Vendredi  
19 Mai 1916.*

*Veillez agréer, Monsieur, l'assurance de mes sentiments  
distingués.*

(Assinatura ilegível).

## DOCUMENTO N.º 6

## CONSTRUCTION D'APPAREILS AÉRIENS

## H É L I C E S

LES FILS DE RÉGY FRÈRES

120-122, Rue de Javel (15e.)

Adresse Télégraphique:  
REGYFRES - PARIS*Paris, le 29 Mai 1916*

PIÈCES JOINTES:

*Monsieur M A D E I R A  
38 Rue Eugène CARRIÈRE  
PARIS.**Téléphone  
Saxe 09-85**Monsieur,*

*Comme suite à notre entretien de ce matin, nous avons l'honneur de vous confirmer que nous serions disposés à vous établir un modèle de stabilisateur suivant vos données, auparavant il serait nécessaire que vous nous fassiez obtenir l'autorisation de l'administration militaire et que vous nous fournissiez des dessins d'exécution.*

*Quand nous aurons vos dessins, nous les examinerons et nous vous donnerons alors un devis ainsi qu'un délai de livraison. Veuillez agréer, Monsieur, nos sincères salutations.*

(Assinatura ilegível).

---

DOCUMENTO N.º 7

Paris, le 19 Juin 1916

**CABINET DU MINISTRE  
de l'Instruction Publique,  
des Beaux-Arts  
et des Inventions Intéressant  
la Défense Nationale**

*Le Ministre de l'Instruction Publique, des Beaux-Arts et des Inventions intéressant la Défense Nationale à MM. Régy frères, Paris*

*Messieurs.*

*M. Madeira, chargé d'une mission du gouvernement de l'État de São Paulo (Brésil), est inventeur d'un dispositif de gouvernail de profondeur qu'il demande à réaliser et qu'il est prêt à faire construire à ses frais pour le soumettre, en vue d'essais, à l'examen des services compétents. Je vous demande de lui faciliter, dans la mesure de vos moyens, la réalisation rapide du dispositif en question.*

*Veillez agréer, Messieurs, l'assurance de ma haute considération.*

*Paul Painlevé.*

---

## DOCUMENTO N.º 8

*Siège: 52, Rue de Chateaudun. — PARIS —  
Téléphone: Gutenberg 59-13*

## LIGUE AÉRIENNE FRANÇAISE

*Pour la suprématie de l'air  
Par l'avion de guerre*

L

A F

*Mirepoix (Ariège), le 30 Août 1916.*

*A Monsieur Madeira.*

*Monsieur,*

*J'ai eu connaissance de votre visite à la Ligue. J'ai l'honneur de vous confirmer que le "gouvernail Madeira" est à l'étude, entre les mains de M. le Commandant Roche, et qu'il sera statué fin Septembre.*

*Cette période de vacances aura donc fait perdre un mois. Le Rapport de notre Ingénieur M. Desmons donne des conclusions favorables à votre appareil.*

*Veillez agréer, Monsieur, mes salutations très distinguées:*

*Henri Sabarthez  
Secrétaire Gal.*

## DOCUMENTO N.º 9

Rio, 17/9/1916.

*Prezado Dr. Gastão Madeira:*

*Saudações afetuosas e votos de bem estar, a par de sua Exma. família.*

*Tenho presente sua estimada carta de 4 do passado, de cujo conteúdo fico ciente. Poucos dias depois que a recebi, chegou ao governo de S. Paulo o seu relatório enviado por nosso Ministro, sem uma palavra de animação ou aplauso, sem um comentário sobre sua ação aí, conforme me disse o Dr. Presidente do Estado, pois eu não o li. O Dr. Cardoso de Almeida, Secretário da Fazenda, estudou o assunto e aconselhou o Presidente a que nada promovesse mais no sentido de continuar o Estado a lhe auxiliar aí no estrangeiro, e o Dr. Presidente autorizou-me a escrever-lhe declarando que o meu Amigo deve aproveitar os recursos financeiros que ainda lhe restam para recolher-se quanto antes à nossa Pátria, onde talvez seja possível realizar a experiência e demonstração práticas de seu invento.*

*A nossa situação financeira é a mais precária possível: todos os serviços e obras públicas estão paralisados, muitos cargos públicos suprimidos, vencimentos reduzidos, sendo a única preocupação dos dirigentes a mais rigorosa economia e redução das despesas públicas, para que possa o Estado enfrentar a situação difícil que atravessa, agravada pela guerra européia.*

*Adeus: respeitos à Exma. família e um abraço do*

*Amigo velho*

*A. Cândido Rodrigues.*

---



DOCUMENTO N.º 10

LE FIGARO

26, Rue Drouot

26 Octobre

*Cher Monsieur et ami,*

*Je regrette beaucoup de vous informer que la censure a empêché au Figaro la publication de la note sur l'invention de M. Madeira en croyant qu'elle pouvait porter atteinte à la défense nationale!!!!*

*J'espère, une autre fois, ne pas me heurter à des tels empêchements.*

*Amicalement votre,*

(Assinatura ilegível).

---

DOCUMENTO N.º 11

CONSTRUCTION D'APPAREILS AÉRIENS

H É L I C E S

---

LES FILS DE RÉGY FRÈRES  
120-122, Rue de Javel (15e.)

Adresse Télégraphique:  
REGYFRES - PARIS

Paris, le 13 Novembre 1916

PIÈCES JOINTES:                    *Monsieur Gaston MADEIRA*  
   *Ingénieur*  
   *Téléphone            44 Rue Richer*  
   *Saxe 09-85                                    Paris.*

*Monsieur,*

*Nous avons l'honneur de vous accuser réception de votre lettre du 7 courant nous demandant un rendez-vous au sujet de la construction de votre appareil. Nous sommes régulièrement à notre atelier le matin de 8 1/2 à 9 1/2, mais il serait préférable que vous téléphoniez au préalable.*

*Nous devons vous dire que nous sommes toujours surchargés de besogne et qu'il nous sera impossible de s'occuper de votre appareil avant que notre nouvelle usine commence à fonctionner; c'est-à-dire vers fin Mars.*

*Veillez agréer, Monsieur, nos salutations empressées.*

(Assinatura ilegível).

\*  
\* \*

Achando-se quasi esgotado o auxilio recebido, Gastão Madeira fez ao governo do seu Estado as devidas comunicações, por intermedio do ministro brasileiro em Paris, Dr. Olinto de Magalhães, demonstrando a impossibilidade financeira de execução do invento e pedindo os necessarios recursos para as despesas preliminares. Então, o senador Dr. Freitas Vale apresentou ao Congresso um projeto de concessão de um auxilio de 50 contos de réis, sobre o qual o então secretario da Fazenda, Dr. Cardoso de Almeida, deu parecer desfavoravel, em virtude das más condições econômicas do Estado, como consequencia da guerra. Foi esse fato que motivou o chamado de regresso por parte do senador Dr. Cândido Rodrigues. (*Ver documento n.º 9*).

Em consequencia, não lhe sendo mais possivel permanecer com sua familia na França, viu-se o inventor forçado a regressar à patria, o que fez em 1917. E, como não dispusesse de meios para pagar as anuidades dos privilegios obtidos em França, na Inglaterra, Italia e Estados Unidos, todas as patentes caducaram, não sabendo o inventor si as suas idéias foram aproveitadas.

\*  
\* \*

Um episodio interessante, relacionado com a estadia de Gastão Madeira na Europa:

Espirito cheio de imaginação e de capacidade criadora, preocupou-se Gastão Madeira com os constantes desastres sofridos pelos navios britânicos, em consequencia de minas espalhadas pelos alemães no canal da Mancha. Concebeu, então, com o fim de ser afastado o perigo das minas, um engenhoso dispositivo para ser colocado na proa dos navios, e a respeito enviou um relatório ao Almirantado inglês. Em resposta, recebeu a seguinte carta:

HONI SOIT QUI MAL Y PENSE  
ADMIRALTY. S. W.

*The Director of the Intelligence Division presents his compliments to Mons. Gaston Madeira and begs to acknowledge, with thanks, the receipt of his letter addressed to the First Lord of the Admiralty dated 5th courant.*

*Admiralty War Staff,  
Intelligence Division.  
14th November 1914.*

Não teria certa importância o fato de haver o Almirantado britânico se dignado responder, numa fase cheia de preocupações ocasionadas pela guerra, a um estrangeiro inteiramente desconhecido que enviara um relatório de Paris? Feita essa observação por um amigo, dirigiu-se Gastão Madeira à embaixada inglesa, à procura de informações.

Como única resposta, depois de vários incidentes e comunicações do embaixador com o seu governo, ouviu o inventor que nenhum esclarecimento poderia obter, por tratar-se de "segredo de guerra"...

---

C)

## ESTABILIDADE DOS AEROPLANOS

### O INVENTOR PAULISTA DR. GASTÃO MADEIRA EM PARÍS

Da nossa edição da noite:

“Diz um telegrama de Paris que um funcionario do sub-secretariado da aviação visitou o inventor paulista dr. Gastão Madeira, afim de examinar os seus trabalhos sobre a estabilidade dos aeroplanos e apresentar ao governo minucioso relatório a respeito.

Esta informação coincide com a chegada de outras, por carta particular de que tivemos conhecimento. Estas dão conta das dificuldades com que lutava o nosso compatriota para a execução e prova definitiva do seu invento, não obstante os pareceres favoráveis que tem colhido em toda parte. Essas dificuldades já foram claramente expostas pelo nosso colaborador sr. Medeiros e Albuquerque, numa das suas últimas crônicas de Paris. Podem resumir-se por esta forma: o dr. Gastão Madeira, que se acha em França há cerca de dois anos e já gastou, naturalmente, com a sua manutenção e com os estudos técnicos que tem sido obrigado a fazer em companhia de especialistas, a maior parte da subvenção concedida pelo Estado, tem trabalhado em vão por obter o auxilio material das autoridades francesas para a construção do seu aparelho. E tem lutado em vão, porque a lei francesa sobre invenções, muito estreita e rigorosa, não permite semelhante auxilio. A essa razão principal devem juntar-se as inevitáveis prevenções e as naturais reservas que cercam todos os inventores, sobretudo quando eles agem em terras estranhas.

O telegrama a que acima nos referimos, porem, deixa entrever um raio de esperança. Si é exato que um funcionario do sub-secretariado da aviação visitou o nosso conterraneo, no in-

tuito de examinar o seu invento e apresentar um relatório a respeito, é muito provável que o dr. Madeira esteja, enfim, a caminho de realizar o seu sonho — a construção e a prova definitiva do seu aparelho. E isto pela razão de que o relatório a que alude o telegrama não deve deixar de ser favorável, quer quanto ao aspecto puramente técnico do assunto, já examinado por muitos competentes, acordes todos em afirmar a utilidade do invento, quer quanto às vantagens que implicitamente decorrem para a França, à qual o dr. Madeira cede o direito de aplicá-lo, desde logo, à sua aviação militar.

Façamos votos por que se realizem tão agradáveis prognósticos. Construído o aparelho estabilizador de aeroplanos, que o dr. Gastão Madeira pretende ter inventado, — e pretende, já agora, apoiado em alguma coisa menos suspeita do que o seu simples raciocínio pessoal, — terá o Brasil colhido um novo florão em assuntos de navegação aérea, juntando aos nomes do "Padre Voador" e de Santos Dumont o daquele modesto advogado paulista, numa trindade que representará luminosamente três fases capitais do problema da conquista dos ares.

Com isso, — o que não deve ser posto de lado pelo nosso coração, — cessará com glória a longa serie de provações a que se tem submetido o nosso compatriota, com paciência e coragem que tocam as raias do estoicismo, e dignas, sem dúvida, de serem coroadas pelo êxito mais completo.

Há cerca de vinte e cinco anos que o dr. Gastão Madeira se dedica ao estudo de questões de navegação aérea, levado, insensivelmente, por irreprimível pendor natural para as aplicações práticas dos princípios da física e da mecânica, dos quais, aliás, tem mais a intuição do que um conhecimento metódico. As suas faculdades criadoras, sempre em atividade, já produziram uma boa porção de pequenos inventos interessantes, uteis uns, outros apenas curiosos (ou, melhor, mais curiosos do que uteis, porque alguma utilidade, embora muito restrita, sempre se encontrará no mais inocuo dos inventos). Com referencia à navegação aérea, alvo das suas maiores e constantes ambições, já há muitos anos que realizou perante amigos, nesta capital, divertidos ensaios de dirigibilidade, com pequenos aeroplanos toscamente construídos por suas mãos, — antes que qualquer outro inventor houvesse dado a conhecer a solução de tão importante problema.

Finalmente, de tempos para cá, já lá vão também varios anos, começou a estudar, — sempre por transições insensíveis,

— outro problema conexo, que tem desafiado as maiores competências em coisas de aviação, frustrando sempre todos os esforços empregados: o da estabilidade dos aeroplanos. Dedicou-se de corpo e alma a essa questão. Dadas as suas dificuldades terríveis, para quem não dispunha de um sólido preparo científico e precisava ir adquirindo, de caminho, as noções com cujo segredo esbarrava a cada passo; atento o caráter absorvente de semelhantes indagações, que exigem enorme dispendio de tempo e de esforço mental, com sacrifício das necessidades correntes da vida, — far-se-á idéia da intensidade heróica de paciência, de resignação, de coragem e de perseverança que o dr. Gastão Madeira tem posto em contribuição à sua devoradora teimosia de inventor.

Dotado de um conjunto de qualidades intelectuais e morais que lhe garantiriam um lugar ao sol da prosperidade na vida social, tem obstinadamente preferido viver na sombra, encouraçado numa modestia de cenobita, alheio à tentação das comodidades e dos gozos mais corriqueiros. Imolou tudo à sua preocupação fixa, aceitando todas as provações com uma serenidade que não hesitamos em qualificar de admirável.

Daquí é fácil inferir que os atributos morais onde ele tem cobrado forças para perseverar num caminho tão pouco convidativo, se lhe tenham desenvolvido grandemente pelo constante exercício de tantos anos. E' isso, na realidade, o que succede. Hoje, o nosso patricio tem toda a apparencia pessoal de um bom e de um puro, cuja sabedoria se temperou ao fogo lento dos sacrificios voluntarios... Mais um motivo para que a nossa simpatia o acompanhe.

Referimo-nos atrás a uma carta particular aqui recebida. Trata-se de uma carta escrita pelo proprio inventor paulista, em novembro próximo passado, a um amigo residente em São Paulo. Expondo as dificuldades já aludidas, diz ele:

“Até agora tenho lutado para levar a efeito o meu invento. Tendo aquí chegado em fins de abril do ano passado, só em 11 de julho obtive o privilegio francês. Quando as coisas iam tomando um caráter positivo e o engenheiro Régy, da casa construtora dos aeroplanos Mourane Saulnier, deveria entregar-me o respectivo orçamento, rebentou essa infame guerra...

“Eu esperava que, em razão mesmo da guerra, o meu invento, que só visa à segurança do piloto, seria chamado a prestar serviços, à custa do governo francês.

“Para tal fim, empreguei os necessarios expedientes, que seria longo e fatigante narrar. De uma parte, todas as construções estavam mobilizadas e só podiam receber encomendas do governo; de outra parte, o governo a quem ofereci o invento exigiu que eu apresentasse o aparelho construido, não podendo fornecer as despesas, para não abrir precedentes, ainda mais que eu era estrangeiro...

“Logo depois, começaram os aeroplanos alemães a bombardear Paris, o que provocou a fuga em massa da população, em cuja onda, com a familia em aflição, me retirei para o departamento de Nièvre.

“Eu me achava, então, com começo de esgotamento nervoso.

“Em Nièvre, onde cheguei no dia 4 de setembro, passei todo o inverno, e, em fins deste (março), voltei só a Paris. Como já se havia dado a batalha do Marne, fui verificar si havia qualquer modificação quanto à severidade referente à construção de carater civil. Então, às oficinas só era permitido, quanto aos particulares, a construção de encomendas, sendo as experiencias feitas por ordem de autoridade militar, o que não seria difficil obter.

“Todas as oficinas continuavam sobrecarregadas de encomendas urgentes do Estado e sem número sufficiente de operarios.

“Imagine o trabalho que tive para chegar à fala com os construtores em tais circumstancias e contrariar os preconceitos franceses em materia de novos inventos!

“Entretanto, dirigi-me a Newport, Deperdussin, Clément, Bayard, Lioret, Hanriot, Blériot, etc., etc. Todos receberam bem o meu invento, elogiando-o, mas o enorme aumento de encomendas do Estado, inclusive fornecimento de obuses, impedia a aceitação de trabalhos estranhos, por melhores que fossem julgados. Hanriot, comendador da legião de honra e membro do Aero-Clube, escreveu-me uma carta julgando o invento como dos “mais interessantes” e pedindo preferencia para construí-lo depois da guerra. E eu continuei a procurar aqui, ali, até que encontrei a firma Ratmanoff & Comp., fornecedora da defesa nacional e construtora, entre outros, do célebre aeroplano “*Antoinette*”. Estes, depois de alguma relutancia, decidiram estudar o meu trabalho e, isto feito, deliberaram construir o aparelho, para o quê me enviaram a carta que vai junto por copia, remetendo-me tambem o orçamento.



“Tudo enviei a pessoas do governo desse Estado, pedindo os recursos necessários, isto em 21 de maio deste ano, visto como, presentemente, os que possuo aqui apenas servem para minha manutenção e são bem inferiores à soma pedida pela casa construtora — 37 mil francos e mais 3 mil francos por mês durante as experiencias, o que calculo que irá a um total de 50 mil francos, mais ou menos.

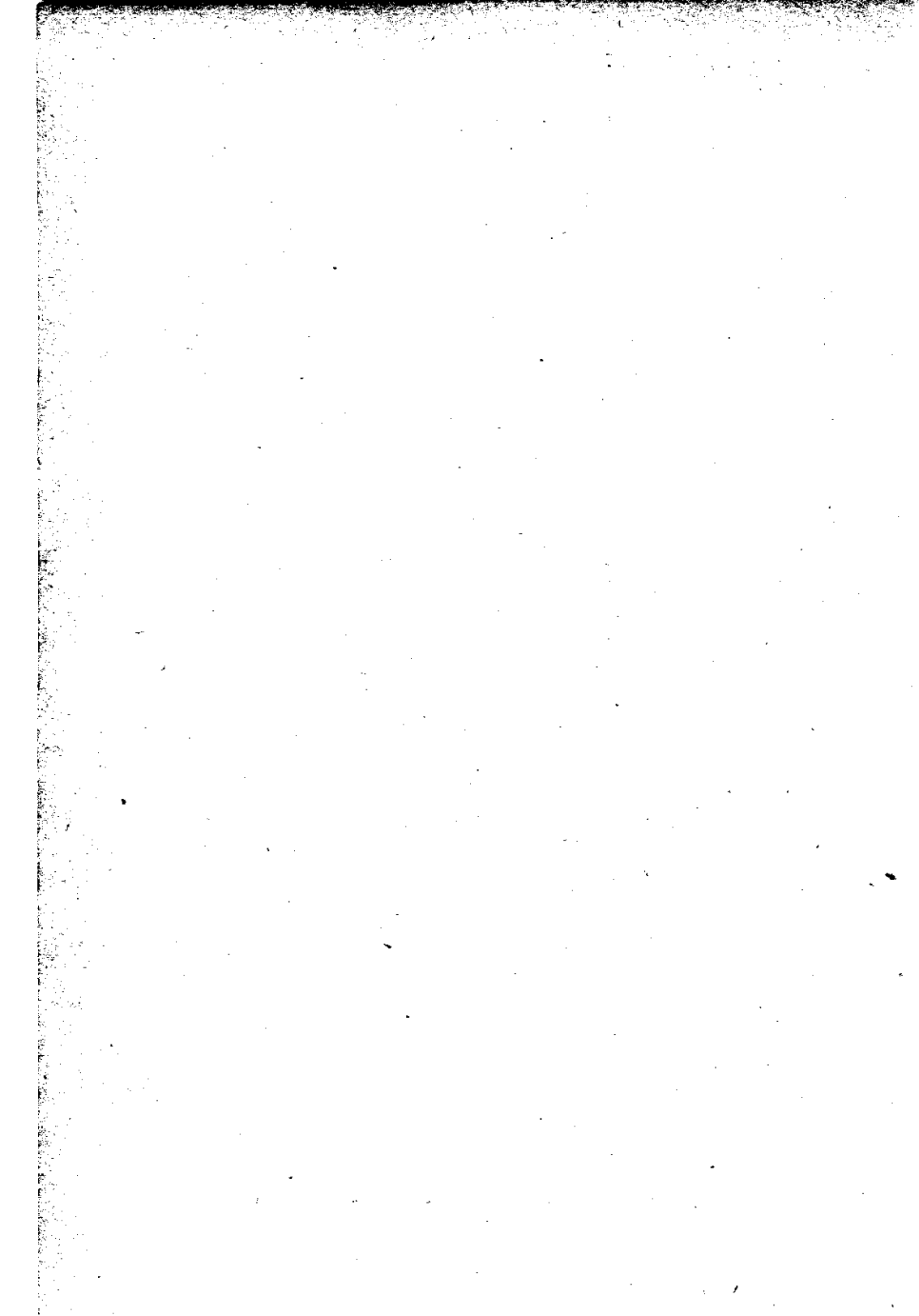
“Do meu excelente amigo o senador Cândido Rodrigues, recebi, há pouco tempo, uma carta dizendo que as condições econômicas do Estado não permitiam a mínima consignação orçamentaria e que eu deveria “antes de tudo” realizar a prova definitiva do invento!

“Que fazer, pois? Cruzar os braços e deixar que a fatalidade das coisas anulasse todos os esforços, que caducassem os privilégios que tirei aqui, na Alemanha, na Inglaterra, na Italia e nos Estados Unidos, e que, alterado e modificado, fosse furtado o invento?

“Depois que aqui cheguei, fiz novos e interessantes estudos que deram em consequencia o aperfeiçoamento do invento.

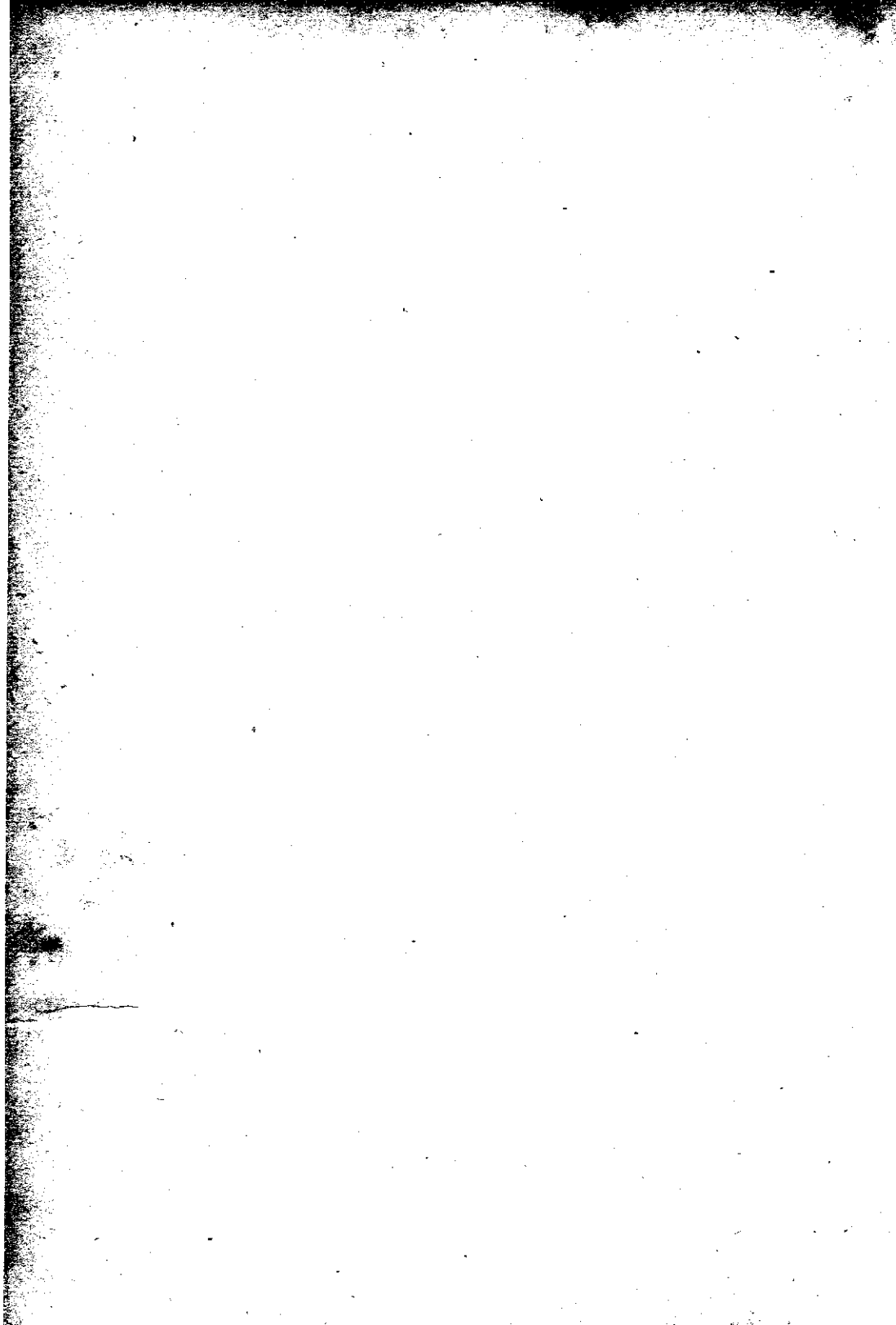
“Consegui conciliar o automatismo com a livre manobra do piloto, que, em todas as hipóteses, não fica escravizado ao automatismo, o que até agora não fora resolvido. Esta condição é julgada importantíssima pelos técnicos de França e da Inglaterra. Blériot pensa que o meu invento é indispensavel aos grandes aeroplanos, que muito fatigam o piloto.”

(De *O Estado de S. Paulo* de 21 de dezembro de 1915).



VI

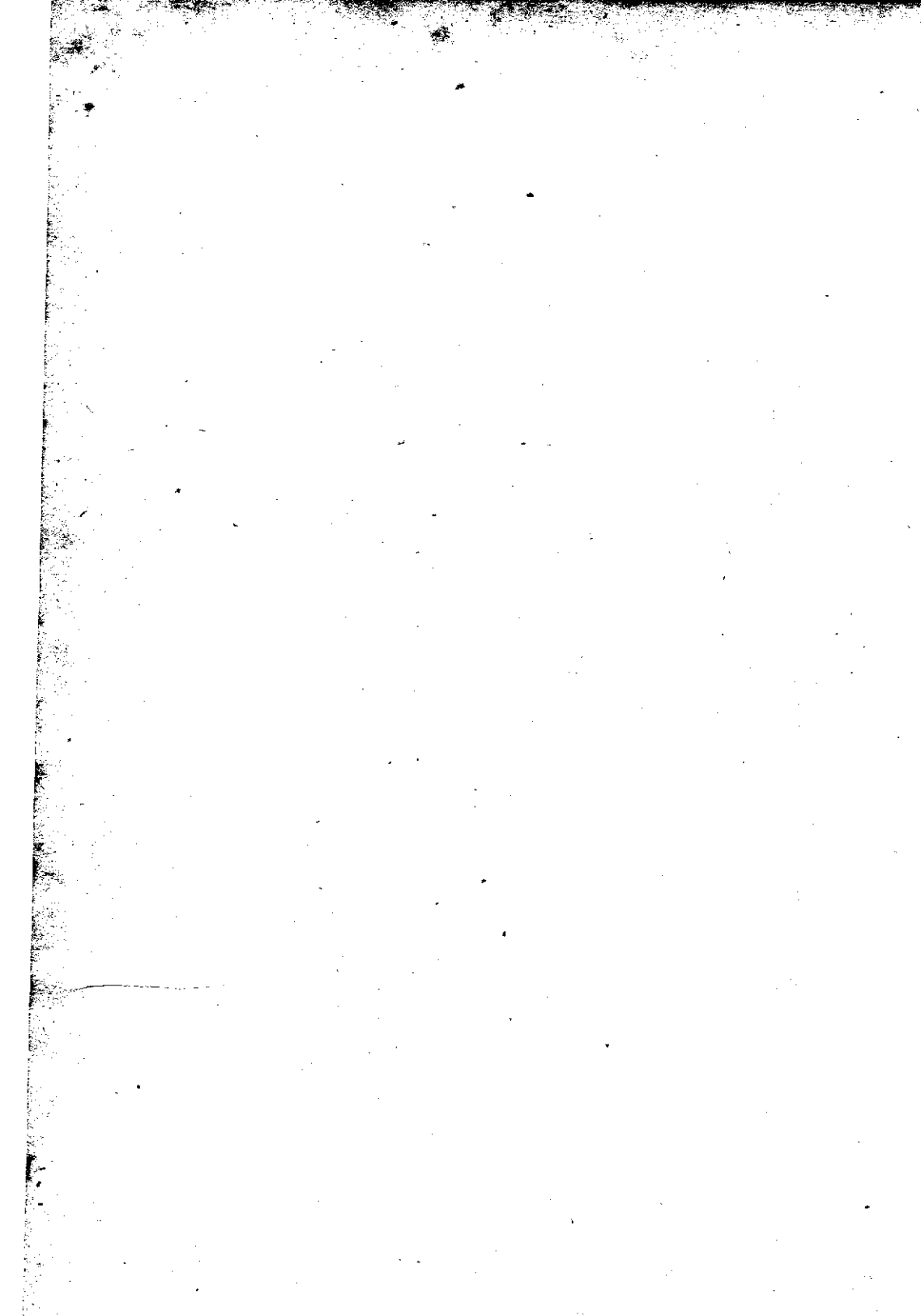
POR OCASIÃO DO VÔO TRANSATLANTICO  
DO "JAÚ"



Por ocasião do vôo transatlântico de João Ribeiro de Barros e dos seus companheiros do "Jaú", foi oferecida aos aviadores uma placa comemorativa, em ouro e brilhantes, na qual aparecem, artisticamente gravados, além dos seus nomes, os dos precursores da navegação aérea no Brasil. Entre estes últimos, como se pode ver na estampa ao lado, figura o de Gastão Madeira, logo em seguida ao do "Padre Voador", Bartolomeu Lourenço de Gusmão. E' este mais um documento valioso, que si não bastou para tirar Gastão Madeira da surpreendente obscuridade em que tem vivido, pelo menos teve o mérito de patentear, de forma eloquente, que não o esqueceram de todo os seus conterrâneos; assim como não esqueceram o justo lugar que lhe cabe, cronologicamente, entre os pioneiros da aviação.

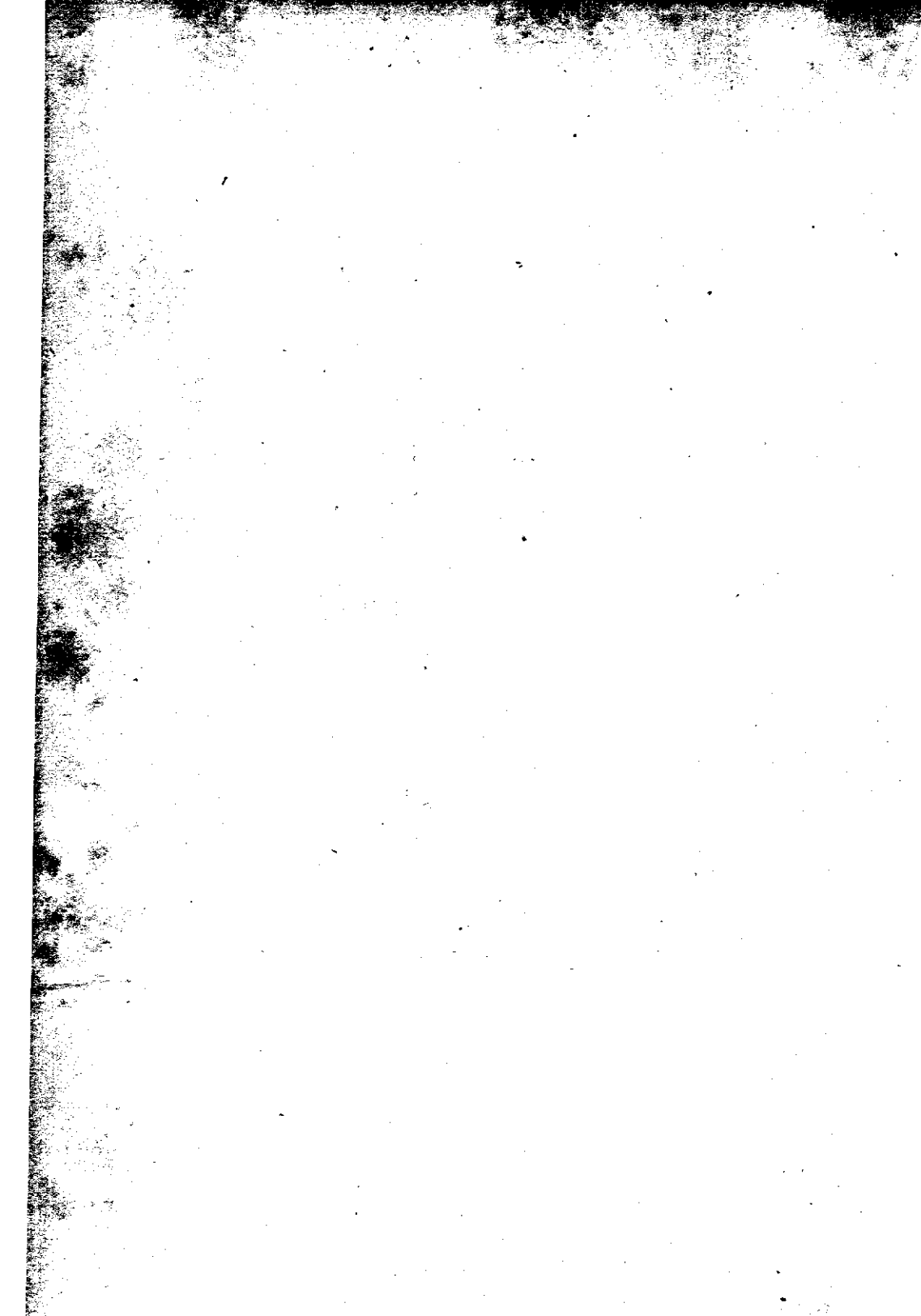
Discursando na Câmara dos Deputados, em 3 de novembro de 1926, sobre o feito dos aviadores brasileiros, pronunciou o Dr. Hilario Freire um notavel discurso, para justificar o projeto pelo qual "fica concedido um premio de duzentos contos de réis (200:000\$000) ao aviador paulista João Ribeiro de Barros, organizador e executor do *raid* Gênova-Santos, no avião "Jaú." Referindo-se aos precursores da navegação aérea, acentuou o orador:

"Assim o ilustre patricio Dr. Gastão Madeira, o nosso mais profundo, mais sutil e mais delicado observador do fenómeno do vôo das aves, o grande precursor teórico dos principios que Santos Dumont converteu em vitoriosa realidade, o primeiro de todos que estabeleceu, como fundamento de dirigibilidade aeronáutica, a deslocação do centro de gravidade, uma vocação penetrante, vasta e genial, que oculta a sua desilusão e o seu desamparo na atividade judiciaria do foro de Santos."



VII

A HOMENAGEM DE UBATUBA





## UM UBATUBANO PIONEIRO DA AERONAVEGAÇÃO

É filho de Ubatuba, tendo sido, por suas qualidades de cientista, homenageado durante as festas do III Centenario da Fundação, o dr. Gastão Madeira, um dos pioneiros da navegação aerea. Quasi septuagenario, o ilustre aeronavegador estava afastado do seu berço natal desde os dois anos de idade e ali só retornou agora, a convite do Instituto Histórico e Geográfico, que teve a feliz iniciativa de homenageá-lo com uma placa de bronze, contendo sua effigie, trabalho do escultor Vicente Larocca, na casa em que nasceu Gastão Madeira.

Essa cerimonia realizou-se logo depois da inauguração do obelisco, falando, na ocasião, o universitario Henrique Lindenberg Filho, que pronunciou as seguintes palavras:

“No momento em que comemoramos o III Centenario de Ubatuba, não podemos esquecer aqueles que contribuíram para que esta cidade se mantivesse, ainda hoje, iluminada pelos reflexos de seu brilhante passado. Ao contemplarmos a obra, não olvidemos o seu construtor. Inclínemo-nos ante esses homens destemidos, que, confiantes em Deus, venciam as suas fraquezas, desprezavam as comodidades, e, segurando com pulso firme o leme de pequenina nau, atravessavam os mares bravios, vergastados pelo vento, batidos por calores abrasantes, impregnados da agua traiçoeira. Não abandonavam nunca o seu posto, decididos a manter inabalavel a resolução tomada. E, uma vez conquistada a terra, tratavam de adaptá-la às exigencias humanas.

“Meus senhores, essa obra de civilização é continua. Ainda hoje temos necessidade de caracteres resolutos como aqueles que outrora se erguiam altivos ante o perigo, imperturbaveis ante os misterios sombrios. Na vida moderna, a pertinacia do idealista é posta à prova por seguidos reveses, pela descrença, às vezes até pelo desprezo dos contemporaneos...

“Pois o dr. Gastão Galhardo Madeira enfrentou todas essas dificuldades. E venceu-as...

“Nasceu ele nesta cidade de Ubatuba, aos 20 de junho de 1869, sendo filho do dr. Joaquim José Lázaro Madeira e de d. Maria Angélica de Galhardo Madeira. Aos dois anos de idade, passou a residir, com sua família, na vizinha São Luiz de Paraitinga, de onde se mudou, sucessivamente, para Guaratinguetá e Caçapava, e, finalmente, para São Paulo. Tinha o dr. Gastão Madeira, por este tempo, apenas doze anos de idade e já era conhecida a sua vocação para as pesquisas científicas, sendo de notar-se que nessa época *A Província de São Paulo*, hoje o prestigioso *O Estado de São Paulo*, já se referia às mesmas. Aos catorze anos dedicou-se a serias observações sobre o vôo dos pássaros, com o objetivo de neles descobrir, quando planados, si o centro de gravidade era ou não deslocado, de molde ao fator peso vir a constituir fator propulsão. Baseado nessas observações e auxiliado por acurados estudos de física, ideou uma hipótese que explicasse inteligente e cientificamente a sustentação do corpo, bem como o deslocamento das aves no espaço. Consistia este principio na fuga da vertical, pelo afastamento do centro de gravidade, hipótese simples na aparência, mas que encerra nada menos que as noções fundamentais do vôo. Uma vez estabelecido, por conclusões que não admitiam dúvidas, esse principio tinha de ser demonstrado materialmente. Iniciou-se, então, para o dr. Gastão Madeira, um penoso periodo de experiencias pacientes que confirmaram, *in totum*, as suas esplêndidas qualidades de inventor e de homem pertinaz. Nada havia, no ambiente atrasado de São Paulo da época já remota, que pudesse facilitar-lhe o trabalho, a não serem as lições que os seus proprios erros forneciam. Em cerca de duas mil tentativas, não obteve um único resultado que satisfizesse. Entretanto, o seu espirito enérgico resistia a todas as decepções e sua pertinacia vencía os mais sutís imprevistos. Insistiu, por isso, em fazer mais experiencias. Abandona no espaço o aparelho que reunia os aperfeiçoamentos aconselhados por uma serie enorme de verificações; o pequeno avião desliza suavemente, atingindo o solo em ponto extremamente distante do que em que fora lançado... O proprio inventor fica surpreso ante o êxito obtido! E desde esse instante lhe foi possível afirmar, sustentar sem qualquer receio, que tinha arrancado à Natureza o seu grande segredo. Agora, competia-lhe o direito de exigir da coletividade o reconhecimento e o respeito ao seu esforço.

Em 1890, há, portanto, perto de cinquenta anos, requer e obtem a indispensável patente de invenção. Ao mesmo tempo realiza uma conferência no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, acompanhando suas explicações com experiências feitas, à vista de todos, em pequenos aparelhos voadores. O êxito é completo e a importante descoberta nacional é recebida com franco entusiasmo pelos maiores de nossa engenharia, entre eles Paulo de Frontin, Carlos Sampaio e Álvaro Rodvalho Marcondes dos Reis, que estudam detida e demoradamente o princípio, tirando conclusões altamente favoráveis.

“Entretanto, o mal que persegue todos os gênios estava a rondar os passos de Gastão Madeira: — a escassez de recursos. A falta de meios impediu o inventor pátrio de explorar a sua preciosa descoberta. Ante a impossibilidade de tirar proveitos materiais de seu trabalho, satisfez-se com os sinceros aplausos de conterrâneos ilustres como os já enumerados. Publicando, no *Correio Paulistano*, em 1892, um estudo completo e fartamente ilustrado de seus trabalhos, o dr. Gastão Madeira terminou as suas investigações acerca do princípio do vôo dos pássaros. Volta-se, imediatamente, para o planador, para o dirigível e até para o aeroplano, e sustenta que vencerá o mais pesado...

“Os tempos passam e os recursos materiais não vêm; a engenharia aeronáutica progride e, um dia, eis que o grande Santos Dumont consagra, em prova memorável, o princípio muito anteriormente demonstrado por Gastão Madeira. Qual não terá sido a satisfação deste ubatubano eminente ao ver a sua lei física exposta ao mundo inteiro por um seu próprio pátrio?!

“Com o correr do tempo, o avião se aperfeiçoa. Entretanto, na verdade obtida em 1890, por Gastão Madeira, ainda permanece o fundamento único da aeronáutica. E vemos, hoje, constituindo a “última novidade” em matéria de aviação, notadamente na cultíssima Alemanha, justamente o aparelho com que Gastão Madeira iniciara os seus esforços: — o simples planador... Basta um confronto entre a farta documentação técnica constante dos jornais citados, com desenhos esclarecedores, e o que vemos hoje no espaço!

“Obtidas as noções básicas da aeronáutica, tornou-se necessária a ampliação do campo científico neste assunto. Gastão Madeira dedicou-se, então, a pesquisas sobre a estabilidade dinâmica dos aeroplanos. Para tanto, construiu pequenos aparelhos, apresentando-os aos professores da Escola Politécnica de

São Paulo. As conclusões dos mestres, plenamente satisfactorias, foram remetidas ao então presidente do Estado, dr. Altino Arantes. Esses estudos tiveram forte repercussão no Congresso Estadual, tendo os senadores Almeida Nogueira e Cândido Rodrigues exaltado os trabalhos de Gastão Madeira. Como corolário foi, pelo Legislativo, aprovado um pequeno auxilio para que o inventor continuasse suas investigações na Europa.

“Em 1914, embarca ele para a França. Não obstante as perturbações acarretadas pela Grande Guerra e o acúmulo de nada menos de 37.000 invenções em estudos nos departamentos técnicos, Gastão Madeira viu suas teorias aprovadas e mereceu considerações altamente elogiosas, feitas pelo proprio ministro Painlevé, que, tendo tido conhecimento do alto valor de seu invento, recebeu, excepcionalmente, em seu gabinete, o inventor ubatubano, para, com ele e assistido por eminentes técnicos franceses, ter de tudo pleno e esclarecido conhecimento.

“Por intermedio do embaixador brasileiro em Paris, o eminente dr. Olinto de Magalhães, o governo de São Paulo teve ciencia da alta distinção de que fora alvo o nosso homenageado. O deputado Freitas Vale propõe, então, que seja fornecida, pelo governo, uma ajuda de custo ao inventor paulista, no que não é atendido, por motivo de ordem econômica advinda da guerra que assolava o mundo.

“Em 1917, impossibilitado de permanecer por mais tempo na Europa, vê-se na contingencia de regressar ao Brasil. Não podendo, por absoluta falta de recursos, pagar as anuidades dos privilegios que obteve na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, passa pelo tremendo golpe de ver suas patentes caducas, caindo, assim, no dominio de aventureiros que delas vão tirar o máximo proveito. Mas, nem por isso Gastão Madeira deixa de ser reconhecido aos que verdadeiramente conhecem a historia da aviação mundial, sabendo-o um dos seus pioneiros. E é assim que, em 1927, tem a consolação de ver o seu nome figurar, ao lado de Bartolomeu de Gusmão, Santos Dumont e outros brasileiros insignes pelos feitos na aviação, na placa em ouro e brilhantes comemorativa da travessia do Atlântico pelo “Jaú”. Ainda o ano passado, o *Correio Paulistano* publicou um artigo do saudoso engenheiro Gaspar Ricardo, em que os esforços de Gastão Madeira são apreciados em termos altamente significativos.

“Ao prestar esta homenagem ao dr. Gastão Madeira, por intermedio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

a cidade de Ubatuba não faz o elogio do seu mais ilustre filho, porque os grandes e notáveis empreendimentos não precisam ser louvados: — basta serem conhecidos!

“O ilustre homenageado foi, sobretudo, um homem de ação. Como tal, deixará uma obra que fala por si. Sua vida é um testemunho magnífico do quanto podem a persistência e a coragem.

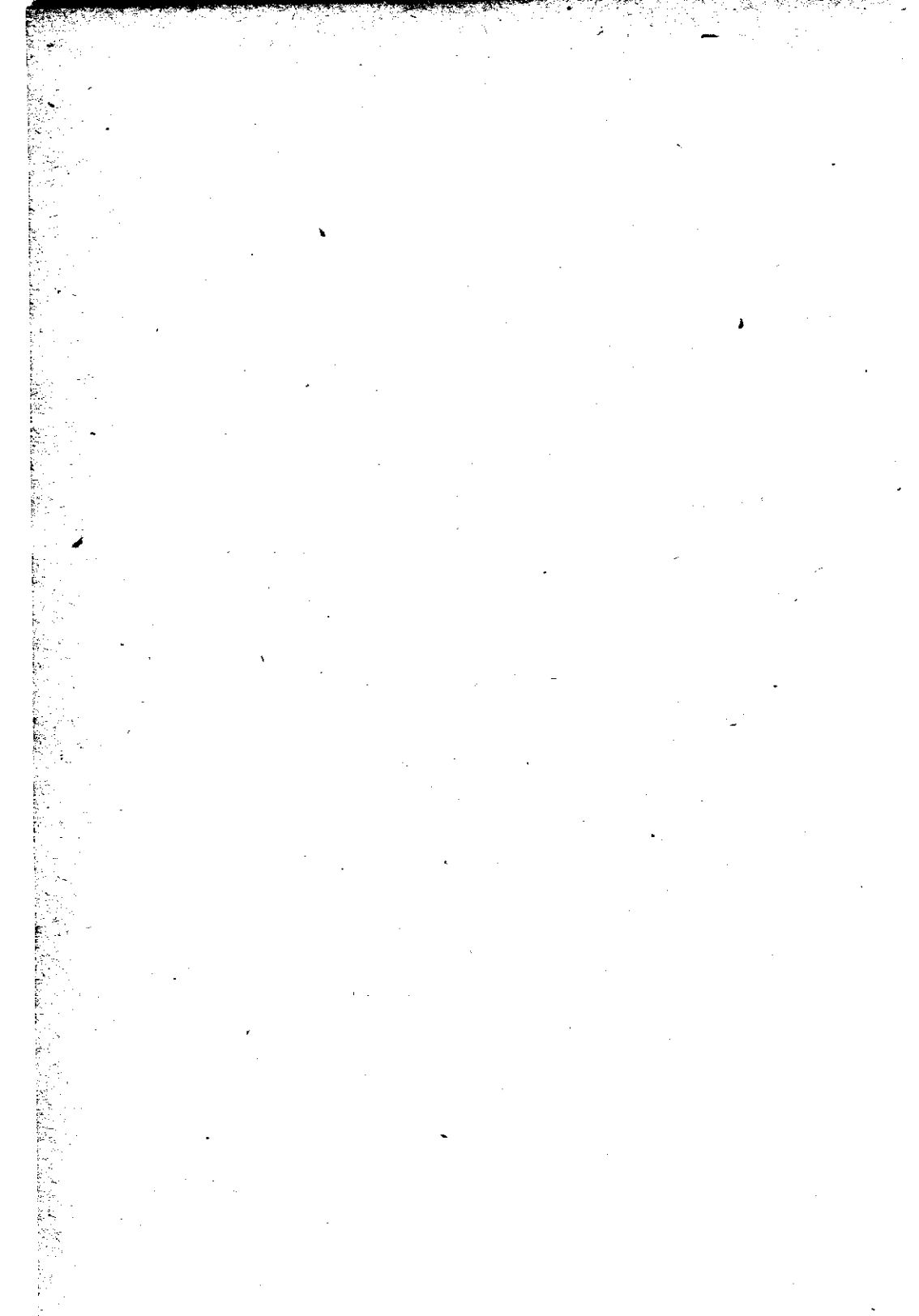
“Dr. Gastão Madeira: — Ubatuba, berço vosso, rende, neste bronze, um preito de gratidão ao seu grande filho. E nós, os moços da Academia de Direito de São Paulo, unimo-nos neste sentimento de amizade e admiração ante um vulto que é um paradigma esplêndido para a juventude pátria.”

Profundamente comovido, o dr. Gastão Madeira, agradeceu à excepcional homenagem, com estas palavras:

“Coube à iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo promover estes brilhantes festejos em comemoração do III Centenario de Ubatuba, minha terra. Os nossos sentimentos de nacionalidade receberam, assim, um novo alento de vigor para os esplendores do futuro. E, pois que, no meio de tantas invocações da historia passada, os nossos modestos trabalhos nos dominios da navegação aerea, como contribuição aos estudos para a solução de tão magno problema, foram lembrados, aquí deixamos a mais delicada e sincera gratidão, sabendo, todavia, que si algum valor os nossos esforços possuem, devemos, sobretudo, às virtudes da raça de que somos filhos.

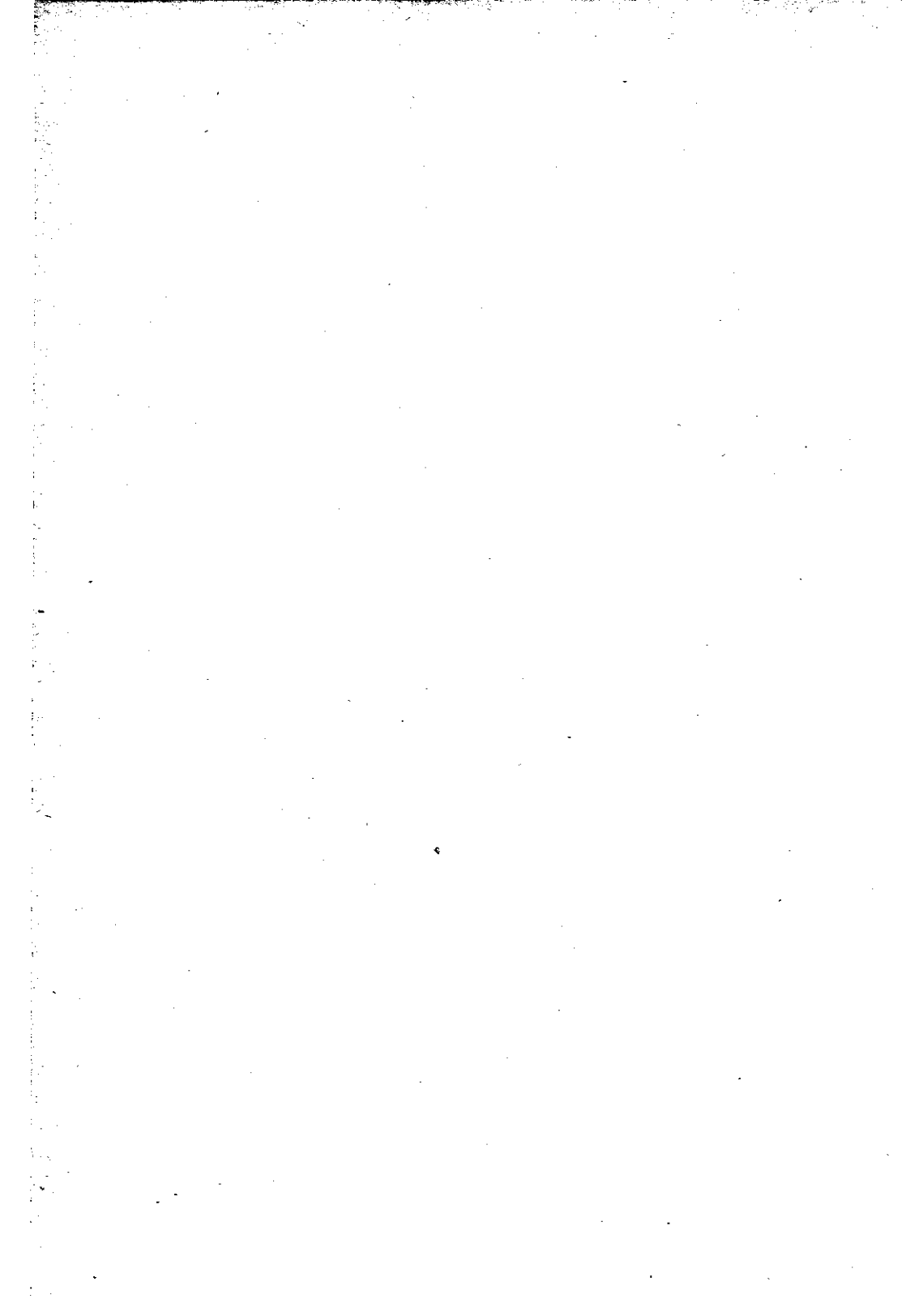
“Vindo à nossa terra, depois de tantos anos de ausencia, aos conterraneos de Ubatuba manifestamos, comovidos, o mais profundo reconhecimento pela homenagem que acabamos de receber, oriunda, é preciso que se diga, dessa alta instituição que é o benemérito Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.”

*(Terceiro Centenario de Ubatuba — Memorial descritivo das festas comemorativas realizadas nos dias 28, 29 e 30 do mês de outubro de 1937 — Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Págs. 78 a 85).*



VIII

GASTÃO MADEIRA E SANTOS DUMONT





Desde 1888, Gastão Madeira dedicava-se ao estudo do vôo das aves, procurando descobrir a sua lei fundamental. Somente em 1890, os resultados dos seus esforços foram expostos, em conferencia' realizada no Rio de Janeiro, no Clube de Engenheiros. O *Jornal do Comercio* daquela época e outros da imprensa carioca deram noticias a respeito. O *Diario Oficial* da União, de 19 de agosto de 1890, publicou um memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 anos, para' novo aerostato dirigivel, invenção de Gastão Madeira. Eis alguns trechos desse memorial:

“E' indispensavel' notar-se que na forma não está o fundamento da invenção do suplicante. A forma pode ser alterada de muitos modos, segundo as circunstancias. Em resumo, reivindico, como pontos e caracaterísticos da invenção:

.....

5.º) Aerostato *mais pesado que o ar*, quando se dirigindo; direção aerea obtida pela propria queda *quasi horizontal*, alcançada *pela deslocação do centro de gravidade por qualquer maneira que seja feita.*”

Mais tarde, Gastão Madeira, desanimado pela falta de recursos, divulgou e melhor explicou os seus anteriores estudos.

Assim, em janeiro de 1892, Gastão Madeira publicou no *Correio Paulistano* uma serie de artigos, divulgando todos os seus estudos sobre o vôo das aves e indicando o meio pratico de applicação da lei respectiva.

Esses artigos, que reproduzimos em capitulo à parte, foram ilustrados com muitas figuras e desenhos explicativos, os quais vão igualmente reproduzidos nos lugares competentes.

Naquela época, ninguem acreditava que o problema pudes-se ter solução. Somente alguns visionarios pensavam em conseguir a solução por meio do mais leve que o ar. A preocupa-

ção principal era a da ascensão em balões esféricos. Em 1892, não existia ainda o motor de explosão.

Gastão Madeira, em seus artigos, afirmava que a lei do vôo assentava *no mais pesado, no centro de gravidade especialmente localizado e suas deslocações*. E, contemporaneamente, fazia demonstrações com modelos reduzidos.

Até então, não havia explicação concludente e demonstrável do vôo do corvo, cobrindo enorme percurso, contra os ventos e sem batimento de asas.

Inventavam-se hipóteses absurdas e perguntava-se: — Que força impele a ave em tais condições?

Os curiosos respondiam que esse prolongamento do vôo era devido a um *impulso* anterior e inicial do bater das asas.

Mas, continuando o vôo a prolongar-se contra a corrente em distancia considerável, os efeitos dos impulsos anteriores já teriam cessado há muito.

Para evitar complexidades, Gastão Madeira, de acordo com as suas observações de longo tempo, formulava, em seus artigos de 1892, a lei procurada, nos seguintes termos:

“O centro de gravidade, *especialmente situado*, e a *forma* do corpo constituem o fundamento da direção.”

“As três pressões, das duas asas e da cauda, e a *natural deslocação do peso*, é que dão em consequencia a *queda bastante distante da vertical*.”

“De modo que a *deslocação do centro de gravidade e a forma especial do corpo mais pesado que o ar*, são as condições *indispensáveis* à direção.”

“Quanto mais pesado é um corpo, tanto mais facilmente corta a atmosfera e vence os ventos.”

“A maior ou menor distancia do peso, em relação à superfície plana que lhe serve de apoio na atmosfera, dá em consequencia o aumento de força na direção, o que se verifica pela inclinação mais ou menos sensível das trajetórias contra a corrente aerea.”

Após outras explicações detalhadas, Gastão Madeira passa à applicação desses principios aos aerostatos, mas de tal modo que o problema a resolver ficou sendo sempre o do *mais pesado*. Não existindo ainda, na época, um motor leve e de grande

energia, como o de explosão, o emprego do gás apenas servia para *reduzir o peso*, mas, no vôo, o aparelho seria sempre mais pesado que o ar.

E assim escreveu Gastão Madeira:

“Entrando a tratar do emprego mecânico ao aerostato dos princípios que firmamos, resumiremos o que de mais importante há, no seguinte:

“1.º) A direção (queria dizer o vôo orientado), fica reduzida a um fato mui vulgar, pois repousa em leis conhecidas — *do equilíbrio e da queda dos corpos* — que não devem de modo algum ser *abandonadas*.

“2.º) Os inúmeros movimentos que se notam na ave são, pela maior parte, nervosos, acidentais, sem importância *fundamental* para a direção; podem mesmo ser comparados com muitos que o homem faz com a cabeça, os dedos, os braços, etc., etc., sem os quais, todavia, ele podia caminhar.

“3.º) Sendo a deslocação do centro de gravidade e, conjuntamente, como auxiliares, as asas e a cauda, que dirigem a ave, *é facilíma* sua aplicação ao aerostato e, portanto, *não se exigirá* muito de mecânica, cujo aperfeiçoamento moderno é extraordinário.

“4.º) A queda, *quasi em linha horizontal*, de que tratamos, muito favorece ao aparelho *sua permanencia em certa altura*, bastando apenas *uma pequena pressão atmosférica inferior para sustê-lo*.

“5.º) Em vista da teoria exposta, confirmada, *em seu fundamento*, por inúmeras experiencias, poder-se-á estabelecer plano aproximadamente matemático, calculando a altura, peso, etc., em relação à distancia.

“6.º) O peso é, si não a única, pelo menos a principal força, mais vantajosa para cortar a atmosfera.

“7.º) Temos verificado, por experiencias, que não é indispensavel a proporção entre o aerostato e o peso deslocado. Basta como base: 1.º) *que seja mais pesado que o ar*; 2.º) *que seu centro de gravidade esteja afastado do meio do aparelho*.”

“De muitos modos se poderá levar a efeito o plano, pois a *forma* pode ser alterada indefinidamente, apenas conservando-se o *fundamento*.

“Assim, não é necessario que o aerostato tenha asas, mas superficie suficiente para equilibrá-lo sobre as camadas infe-

riores do ar; a *deslocação do centro se poderá fazer de maneira diversa e por diferentes sistemas.* (1)

“Sem entrarmos, porem, em reflexões sobre a variabilidade da forma, apenas apresentaremos 3 sistemas principais de aerostato.

### 1.º SISTEMA

“Numa construção de junco ou de outro material leve, de forma elíptica, no sentido transversal, e alongada no comprimento, coberta de pano apropriado, afim de resistir à pressão do ar, introduzir-se-á o balão propriamente dito, o qual, dentro desse invólucro exterior, será cheio de hidrogenio. (2)

Na parte superior do aerostato, duas asas de regular dimensão (não perfeitamente relacional ao tamanho do aparelho, porque verificamos não ser isso indispensavel) serão fixas, servindo de paraquedas. O meio do corpo do aerostato será guarnecido de dois arcos de ferro, para segurança da barquilha; do meio desta *descerá uma vara de aço ou de aluminio, com um peso que, centralizando o peso total, servirá para firmeza do equilibrio.*”

“Outro peso, próximo à barquilha, *deslocando aquele, mover-se-á do centro para um dos extremos do aerostato.*”

“A cauda, ou leme, tambem de pano apropriado e colocada na parte posterior do sistema, terá dois movimentos, um em sentido contrario ao do outro, sobre o respectivo eixo, com o fim de produzir as voltas.

“Elevado o aerostato, pela força do gás, à altura relacional à distancia do lugar em que o aeronauta deseja cair *ou para onde se dirige*, tirar-se-á pela competente válvula uma certa quantidade de gás *que produza a descida*, com peso calculado de tal modo que evite as quedas violentas.

“Então, *em virtude* dos principios que expusemos, a máquina aerea descreverá no espaço **UMA LINHA OBLIQUA, POUCO ABAIXO DA HORIZONTAL**, cortando os ventos com a força do peso que levar deslocado.”

---

(1) Bem mais tarde, a deslocação do centro de gravidade operou-se por meio do leme de profundidade e *aillérons*.

(2) Sistema Zeppelin.

“Note-se que para o aerostato ter desde logo direção vantajosa, não é necessario ser  *muito pesado*, pois, segundo as nossas experiencias, basta que seu peso seja superior ao da atmosfera.”

## 2.º SISTEMA

“Por este sistema, em lugar de asas, o aerostato terá uma hélice colocada na barquilha, em posição vertical, sufficiente para erguer o peso *proporcional à sua força*.”

“Para isso, deixar-se-á o aerostato, pela quantidade calculada de gás introduzido no invólucro interior, com o peso que se quiser, de *tal modo* que, posta a hélice em movimento, eleve aos ares o aparelho, que, *tendo o seu centro de gravidade deslocado*, subirá desde logo em *direção obliqua*, até a certa altura, donde, *em virtude do movimento mais vagaroso da hélice, deverá cair em linha inclinada, e assim alternativamente*. Neste caso, como o aerostato é sempre mais pesado que o ar, a força de sua direção estará sempre mais ou menos em relação ao peso deslocado.”

“O cálculo entre o maior ou menor peso do aerostato e a força da hélice, de modo que a máquina se eleve mais pesada que o ar, é, como se vê, perfeitamente exequível.”

## 3.º SISTEMA

Este sistema, com o mesmo fundamento dos outros, visa a uma maior aproximação do modelo natural. Gastão Madeira finaliza esta parte com as seguintes palavras:

“Pelos 3 sistemas mencionados, vê-se que o centro de gravidade é deslocado à vontade.

“Assim estabelecemos por nos parecer mais conveniente. Todavia, pode a deslocação ser fixa, como se dá com a ave, cujo maior peso está no torax.” (1)

\*  
\* \*

Não consta que, antes de Gastão Madeira, houvesse al-

---

(1) Como se vê, trata-se mais de uma descoberta do que de uma invenção.

guem interpretado do mesmo modo o vôo das aves e descoberto, na deslocação do centro de gravidade o seu princípio fundamental, que, afinal, veio a ser aproveitado nos aeroplanos e dirigíveis.

As concepções de 1890, e ainda durante alguns anos depois, consistiam na construção de um aparelho que, em *suspensão* na atmosfera, permanecesse em perfeito equilíbrio estável, localizado o seu centro de gravidade bem ao centro da figura para, assim, impellido por um propulsor, deslocar-se em sentido horizontal. Seria temerario pensar na colocação do maior peso mais à frente do que ao centro da figura.

Na queda natural, fugindo da vertical pela deslocação do centro de gravidade e sem impulsão previa, como condição fundamental e preliminar do vôo, nunca, ao que conste, havia alguém pensado.

\*  
\* \*

Os 3 sistemas ideados por Gastão Madeira compreendem:

- O aeroplano, no mais pesado.
- O dirigível, — tipo Zeppelin, — no sistema rígido, gôndola fixada ao corpo do aerostato e balão de gás *interno*, e condição de ser mais pesado que o ar, conforme foi revelado por um dos pilotos alemães dos planadores.
- O planador, no 1.º e 2.º sistemas.

Tudo subordinado, sempre, ao principio de *deslocação do centro de gravidade*.

Todavia, os planadores são verdadeiros aeroplanos sem motor. Por outra: o planador deve ser considerado como o aeroplano em seu começo.

As experiencias definitivas de solução do problema foram realizadas dentro do prazo de 15 anos de duração do privilegio concedido a Gastão Madeira em 19 de agosto de 1890 (*Diario Oficial da União*, dessa data).

As primeiras experiencias sobre dirigibilidade aerea de Santos Dumont foram em dezembro de 1898, isto é, 8 *anos e 4 meses depois* daquele privilegio concedido em 19 de agosto de 1890 e garantido por 15 anos.

A experiencia oficial de Santos Dumont realizou-se em 19 de outubro de 1901, isto é, 11 *anos e 2 meses* após a data daquele

privilegio, que ainda se achava em vigor e reivindicava, entre os característicos:

— Aerostato mais pesado que o ar e deslocação do centro de gravidade como base de sua direção (Vide os livros de Santos Dumont: *Dans l'Air*. Paris, 1904, Eugène Fasquelle, editor, e *O que eu vi — O que nós veremos*, São Paulo, 1918. Tipografia Piratininga).

Aos técnicos e aos historiadores cabe, e somente a eles, reconstruir esses fatos, verificar a verdade dos acontecimentos e fazer justiça a quem entendam que a deve merecer.

À primeira vista parece haver, entre os sistemas de Gastão Madeira e Santos Dumont, a seguinte diferença: quanto ao primeiro, a deslocação do centro de gravidade serviria para o movimento de translação e a hélice para o de elevação; quanto ao segundo, a deslocação do centro de gravidade serviria somente para a elevação e descida, e a hélice para o movimento de translação. Mas, uma leitura atenta mostrará que a deslocação daquele centro servia aos efeitos procurados: — elevação e descida obliquas, e translação, esta com auxilio do propulsor, tanto no sistema de Gastão Madeira como no de Santos Dumont. Vejam-se os vôos obliquos deste (*Dans l'Air*, págs. 97, 213 e outras). Nem seria possível a marcha para a frente, em linha oblíqua ou horizontal, sem a deslocação do centro de gravidade no sentido da orientação.

\*  
\* \*

Os estudos de Gastão Madeira, aparecidos em 1890, assim como a conferencia que fez no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e o privilegio da mesma data, depois divulgados amplamente, em artigos ilustrados, pelo *Correio Paulistano*, em janeiro de 1892, continham as bases que, 11 anos mais tarde, serviram para a solução do problema da dirigibilidade dos balões alongados, nas memoraveis experiencias de Santos Dumont, como se poderá verificar por um confronto do seu livro *Dans l'Air* com os citados artigos e com o memorial descritivo do referido privilegio, publicado no *Diario Oficial* da União, de 19 de agosto de 1890.

Santos Dumont achava-se no Brasil em 1892, como ele proprio o indica em seu livro *Dans l'Air*, pág. 32. Passaram-lhe, no entanto, despercebidos os artigos de Gastão Madeira divulgados nessa data:

"Durante varios anos, estudei e viajei.

"Seguí com interesse, nos jornais ilustrados, a expedição de André ao Polo Norte; em 1897, estava eu no Rio de Janeiro..." (*O que eu vi — O que nós veremos*, págs. 14-15).

As experiencias de Santos Dumont sobre a dirigibilidade aerea começaram em fins de 1898, mas sem successo. (*Obra citada*, pág. 21).

E mais:

"*Paurais discuté d'abondance contre la direction des ballons.*" (*Dans l'Air*, pág. 68).

Comparem-se, agora, os seguintes trechos de *Dans l'Air* com os de Gastão Madeira, transcritos no inicio deste capítulo:

"*Mes aéronefs — qui ont encouru de ce chef tant de reproches — sont un tant soit peu plus lourds que l'air.*" (Pág. 22).

"*L'aéronef n'avait de lest que juste ce qu'il lui en fallait pour être un peu plus lourd que l'atmosphère...*" (Pág. 242).

"*Il ne me restait plus rien à trouver, qu'un système de poids déplaçables que, dès le début, je considérais comme indispensables. À cette fin, je disposais, l'un à l'avant, l'autre à l'arrière, deux sacs de lest, suspendus par de cordes à l'enveloppe du ballon; au moyen de cordes plus légères, chacun de ces deux poids pouvait se ramener dans la nacelle, modifiant ainsi le centre de gravité de tout le système.*" (Págs. 79-80).

"*J'étais monté sans sacrifice de lest; j'étais descendu sans sacrifice de gaz; mes poids déplaçables avaient fonctionné avec un plein effet: on ne pouvait me chicaner le triomphe de mes vols obliques.*" (Pág. 97).

"*Sous l'action combinée du propulseur donnant son mouvement à l'aéronef, du gouvernail lui donnant sa direction, du*



*guide-rope que je déplaçais, des deux sacs de lest que je faisais glisser à ma fantaisie, tantôt à l'avant, tantôt à l'arrière, j'eus la satisfaction d'évoluer en tous sens, à gauche e à droite de bas en haut et de haut en bas." (Pág. 88).*

*"De l'avant dressé de mon aéronef, je fendais l'air en diagonale, comme par une sorte de faculté instinctive." (Págs. 103-104).*

*"Là, je pus m'exercer à mon gré dans la navigation aérienne, décrivant des cercles, filant en ligne droite, imposant à l'aéronef des montées diagonales, des descentes diagonales, par la force du propulseur (1), et acquérant ainsi la maîtrise de mes poids déplaçables. Ceux-ci, à cause de la plus grande distance où ils se trouvaient maintenant l'un de l'autre, aux extrémités de ma traversequille, me donnèrent des résultats qui m'étonnèrent moi-même. Ce fut ma plus belle victoire." (Pág. 126).*

*"De sorte que l'aéronef descendait pendant que la force motrice devenait moindre.*

*"Pour m'opposer à la descente, je dus ramener en arrière le guide-rope et les poids déplaçables. L'aéronef se redressa en diagonale, et ce qui restait d'énergie au propulseur le fit remonter de façon continue." (2) (Pág. 213).*

\*  
\* \*

Em 23 de outubro de 1906, isto é, 16 anos depois de ter Gastão Madeira obtido o seu privilegio, que já então caducara, realizou Santos Dumont sua experiéncia com o aeroplano. An-

---

(1) Mas, as diagonais de subida e descida não derivavam somente da força propulsora, pois sem a deslocação do centro de gravidade seriam impossiveis esses resultados. O aerostato ficaria talvez girando em torno de si mesmo. Aliás, Santos Dumont refere-se com especial aténção aos seus pesos deslocaveis.

(2) O aerostato era, pois, mais pesado que o ar, e a deslocação do centro de gravidade, em combinação com o propulsor e mesmo com este retardado ou parado, não impedia os vôos obliquos, de que fala Santos Dumont. E, si não fosse a deslocação desse centro, poderia ter ocorrido um desastre.

tes, porem, cometera um erro, ao deslocar o centro de gravidade do aparelho para trás, contrariamente ao que fizera com o balão dirigível, tambem um pouco mais pesado do que o ar. (*Dans l'Air*, pág. 22).

Esse erro, que atentava contra o principio fundamental, é confessado por Santos Dumont em seu livro intitulado: *O que eu vi — O que nós veremos*. Com efeito, à página 54, lê-se o seguinte:

“Lutei, a principio, com as maiores dificuldades para conseguir a completa obediencia do aeroplano; neste meu primeiro aparelho, coloquei o leme à frente, pois era crença geral, nessa época, a necessidade de assim fazer. A razão que se dava era que, colocado ele atrás, seria preciso forçar para baixo a popa do aparelho, afim de que ele pudesse subir; não deixava de haver alguma verdade nisso, mas as dificuldades de direção foram tão grandes que tivemos de abandonar essa disposição do leme. Era o mesmo que tentar arremessar uma flecha com a cauda para a frente.”

O erro foi, afinal, corrigido, com a deslocação do centro de gravidade para a frente, no aeroplano *Demoiselle*, a respeito do qual escreve o “Pai da Aviação” em seu livro acima citado, pág. 62:

“Este foi, de todos os meus aparelhos, o mais facil de conduzir, e o que conseguiu maior popularidade.”

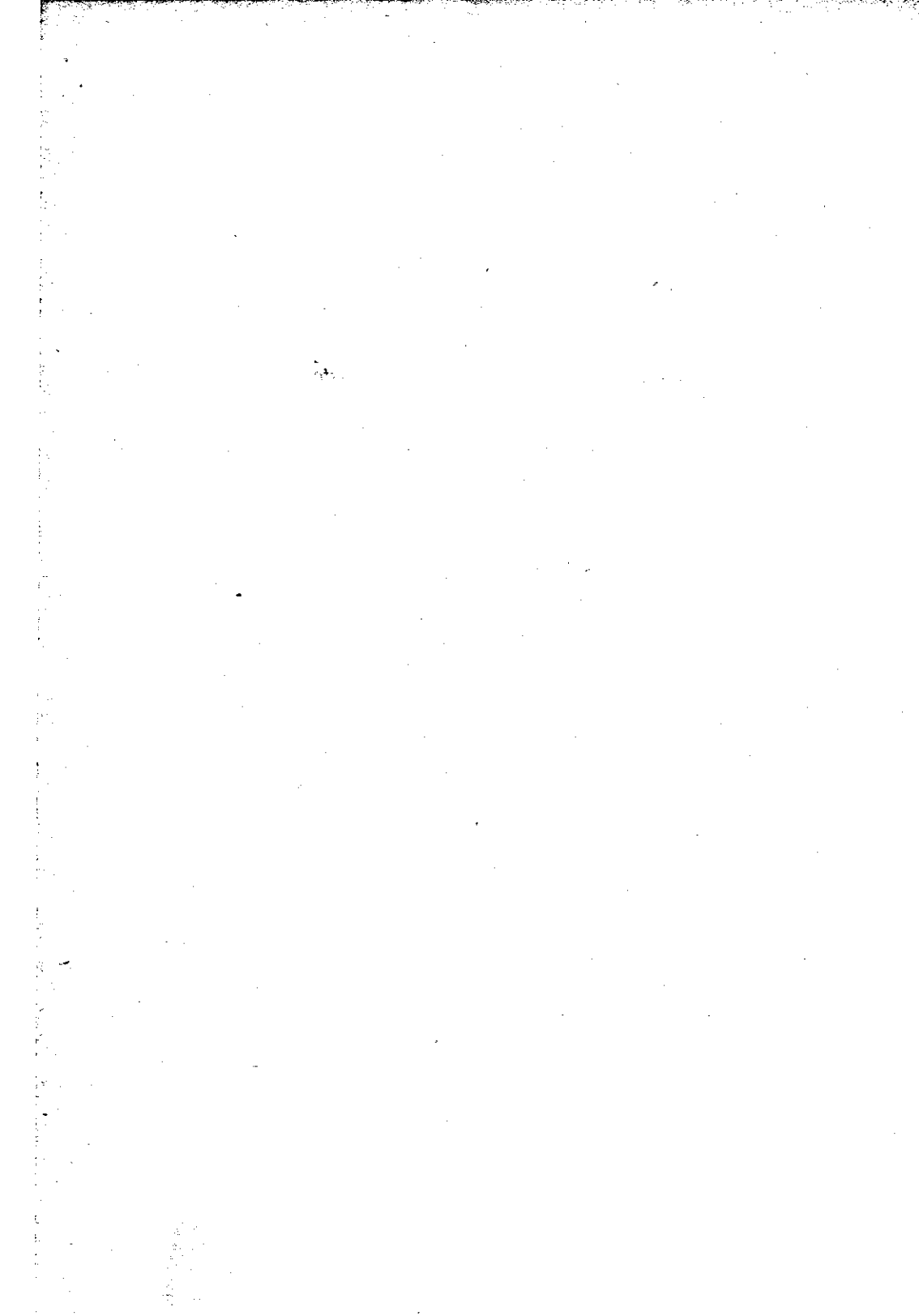
Isso em 1908, isto é, 16 anos após a publicação dos artigos de Gastão Madeira no *Correio Paulistano*.

\*  
\*   \*   \*

Jamais poude Gastão Madeira concretizar na prática o resultado dos seus esforços e estudos, por falta absoluta de recursos pecuniarios. Teve, contudo, a ventura de ver, mais tarde, que caberia a um brasileiro a gloria dessa concretização. E' o proprio Gastão Madeira quem revela o seu contentamento por esse fato, na petição que em 1913 dirigiu ao Senado do Estado, solicitando auxilio oficial para realizar experiencias na Europa sobre um novo tipo de aeroplano. Eis o que diz o res-

pectivo parecer, publicado no *Correio Paulistano* de 16 de dezembro daquele ano:

“Alega o peticionario que, há quasi trinta anos, se tem dedicado ao estudo dos diversos problemas referentes à aviação, havendo perdido em 1892 o fruto de todos os seus esforços acumulados sobre a dirigibilidade dos aerostatos, pois naquela data, por não possuir recursos, fez pelo *Correio Paulistano* inteira divulgação do seu invento, cuja aspiração teve a felicidade de ver realizada pelo glorioso brasileiro Santos Dumont, em 1903, com a coincidência do emprego de alguns dos dispositivos também por ele imaginados.”



# A primeira Casa da Moeda do Brasil

*Afonso de Escragnoille Taunay*

## I

Em 1928, preocupou-nos um assunto para o qual, em 1917, chamara Capistrano a atenção dos esclarecedores de nossos fastos.

Lêramos a sabia memória do mestre a que intitulara *Paulística*, publicando-a na *Revista do Brasil*. Análise dos anais paulistanos destinada à nossa *Historia Seiscentista da Vila de São Paulo* fez com que o problema aventado pelo historiador se nos apresentasse. Não o ventilamos então, porque ainda não nos achávamos suficientemente documentados.

Assim dela só tratamos alguns anos mais tarde, a princípio pelas colunas do *Jornal do Comercio* e depois pelas da *Revista Numismática* de São Paulo. E ainda em capítulo do tomo terceiro de nossa *Historia da Cidade de São Paulo*, escrito em 1935. Isto à medida que íamos descobrindo novas achegas documentais para o esclarecimento do caso.

Como houvésemos recebido documentação nova, retomamos o assunto, muito ampliado com a apresentação de papéis do arquivo municipal de São Paulo, numa memória apresentada em março de 1936 ao Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, realizado em São Paulo e promovido pela Sociedade Numismática Brasileira.

Mereceu a nossa memória análise conscienciosa por parte de uma das maiores autoridades em materia de historia monetaria do nosso país: o Sr. Capitão Severino Sombra. E as conclusões do seu parecer encheram-nos do maior desvanecimento, por partirem de quem partiram, do grande sabedor dos fastos de

nossa história monetária, cujas lições acabam de ser compendiadas no recente e magnífico volume da *Historia monetaria do Brasil colonial*, veemente documento da condição e da probidade do seu autor.

Como anexo à sua obra, colocou o Sr. Capitão Sombra o seu parecer relativo à nossa memória, reforço da sua generosa demonstração em favor de um trabalho que só vale pela aproximação proibidosa dos elementos documentais invocados.

Submetido o parecer do Sr. Capitão Sombra à apreciação do plenário, teve o voto de todos os congressistas, exceto o do Sr. Antonio Augusto de Almeida, que não justificou, aliás, os motivos de seu dissentimento, prometendo fazê-lo oportunamente.

Quasi três anos já se passaram e o Sr. Almeida continua encerrado no mais profundo mutismo, a-pesar-da interpelação formal que já lhe dirigimos, a tal propósito, há cerca de um ano. Tal silencio parece-nos inexplicavel, ante a promessa feita perante o plenário do Congresso, na sessão em que o Sr. Almeida apenas se limitou a fazer algumas objeções verbais, desistidas de qualquer prova documental, às conclusões do Sr. Capitão Sombra.

Provavelmente prepara S. S. cabal resposta às nossas alegações e às do Sr. Capitão Sombra, destruidora da larga documentação de que nos valem.

Recebemos, ultimamente, do Arquivo Colonial Português, mais alguns documentos que vêm poderosamente reforçar os nossos pontos-de-vista e os do Capitão Sombra. Este já nos trouxera o adminículo de um papel da maior relevancia e por nós não examinado, o regimento do Conde de Óbidos, e que jamais lêramos, aliás.

Aos leitores façamos, porem, um apanhado da questão em apreço, antes da adução dos documentos recentemente recebidos.

As primeiras moedas brasileiras, de que há notícia documental, foram de ouro, dizem-nos as mais velhas referencias numismáticas ao nosso dispor: os "São Vicente", brasileiros, provavelmente fabricados com o metal do Jaraguá, a bela montanha do planalto paulistano.

Estas moedas se chamaram "São Vicente", por causa de sua procedencia, as jazidas pobres, descobertas, em fins do século XVI, por Afonso Sardinha, em torno de São Paulo, a vila da capitania de São Vicente, cujo nome oficial era, como se sabe, São Paulo do Campo de Piratininga.

É este o depoimento de Simão de Vasconcelos em pormenores de mera ocorrência, que se encontram em suas biografias de João de Almeida e de José de Anchieta.

Quais seriam os cunhos destes "São Vicente"? Ninguém o sabe; não existe, hoje, uma só peça de nossa numismática que se possa identificar como tal, atribuindo-se-lhe este nome com alguma segurança. Isto, porém, nada quer dizer, pois nas mesmas condições estão inúmeras outras barras e moedas nossas, por exemplo, as cunhadas na Casa da Moeda de São Paulo, no decorrer de largo período. Ultimamente, o Sr. Capitão Sombra descobriu, em feliz achado, que traziam as letras monetárias S. P.

A moeda quinhentista e seiscentista, chamada "São Vicente", por causa da origem, repetimo-lo, poderia ser inteiramente diversa da portuguesa, assim também denominada, pelo fato de que, em seus cunhos, aparecia a efigie do Santo deste nome, padroeiro da cidade de Lisboa.

Assim, não há absolutamente motivos para se estabelecer, como premissa, que o "São Vicente" brasileiro, de existência denunciada por Simão de Vasconcelos, haja sido idêntico ao seu homônimo português, quer quanto à cunhagem, quer quanto aos valores.

A única coisa que o Provincial jesuítico afirmou vem a ser: "de ouro se batem moedas, chamadas (com o mesmo nome da terra) de São Vicente".

Portanto, *moeda de São Vicente*, a saber, "moeda procedente de São Vicente" "da Capitania de São Vicente". Quanto aos seus cunhos, repetimo-lo: nenhum numismata os identificou, até à presente data. Talvez para o futuro alguém possa algum dia fazê-lo.

Mas, isto nada significa. Está o passado do Brasil cheio de enigmas desta ordem e de todas as naturezas, em numerosos ramos da heurística.

Queira alguém fazer pesquisas genealógicas afastadas em nossos cartórios e verá como lhe será fácil, de 1800 para trás, reconstituir árvores de linhagem!

Foi Capistrano quem, com a sua formidável argúcia, apontou aos estudiosos este caso dos "São Vicente" brasileiros.

Mas, teve a idéia, a nosso ver, pouco acertada, de imediatamente querer assimilar tal circunstância à da moeda homônima de Portugal. Si, por acaso, as primeiras moedas brasileiras houvessem sido cunhadas em Santo Amaro ou em Pernambuco.

e circulassem sob o nome de *Santo Amaro* e *Pernambucos*, ou mais simplesmente *Brasís*, nenhuma dúvida excitaria este problema.

Isto de se designar uma moeda pelo lugar de origem é fato que muito se repete. Abundam os exemplos de tal, quer na numismática portuguesa, quer na universal.

Vejamos, por exemplo, o ocorrido com uma das moedas mais conhecidas em todo o globo.

Haverá pessoa civilizada que ignore o que seja o guinéu? Donde vem tão esquisito nome, para uma moeda britânica? Da circunstancia de que os primeiros guinéus, cujo valor era então de vinte *shillings*, foram cunhados com o ouro africano da Guiné!

Na numismática portuguesa não há moedas designadas pelos nomes de sua procedencia? De pronto nos ocorre o de *malaguês*. E na numismática universal o mesmo não se dá com o tão conhecido *besante*?

Porque, portanto, por em dúvida as asserções repetidas da Simão de Vasconcelos? Para que tamanho rigor, tão acirrada repulsa, que até frisa a animadversão?!

Para nós, não pode haver dúvida: as primeiras moedas cunhadas no Brasil foram de ouro e procederam da Capitania de São Vicente. E pensamos que à nossa tese reforçará, notavelmente, a prova de que a primeira Casa da Moeda, oficial, criada no Brasil, e de que há noticia documentada, existiu em São Paulo.

E, insofismavelmente, pelo menos, de 1645 em diante. A documentação municipal paulistana, as asseverações de Pedro Taques, os papéis do Arquivo da Marinha e Ultramar, que invocaremos, oportunamente, apresentam tal conjunto de concordancias que para nós a denegação de tal fato só poderá ser levada a cabo por meio dos austeros processos da austeríssima escola do mestre Mendes Fradique.

Naturalmente, afirmarão os ultra-cépticos, os inconvenientes, os irreductíveis: naquele tempo, Casa da Moeda não quereria dizer officina de fabricação de dinheiro, estabelecimento onde se cunhava a moeda por conta do Estado. Significava coisa inteiramente diversa. Hoje se intitularia por exemplo *Casa da moagem*, pois moeda e moagem pretenderão derivar do mesmo verbo *moer*.

Apresentemos porem os textos das referencias documentais ao primeiro dinheiro cunhado no Brasil.



Quer nos parecer que sejam os acima citados nascidos das obras de Simão de Vasconcelos, o tão conhecido autor da *Crônica da Companhia de Jesús*.

Na *Vida do Padre Joam d'Almeida* (Livro IV, pag. 119), biografia impressa em Lisboa, em 1658, hoje umas das maiores preciosidades bibliográficas brasileiras, lê-se: "*E no presente já em San Vicente se bate Moeda d'ouro e ha ali o dinheiro ordinario*".

Catorze anos mais tarde, em 1672, portanto, ao se imprimir a *Vida do Padre Joseph de Anchieta* (pág. 134), publicação aliás póstuma, pormenorizaria a prosa do ilustre Provincial do Brasil, recém-falecido no Rio de Janeiro, a 29 de setembro de 1671, ao falar da Capitania de S. Vicente:

"*E' tambem farta da riqueza, por serem minadas suas entranhas de ouro, e muito genero de metaes. Do ouro se bate moedas chamadas (com o mesmo nome da terra) São Vicente. E quando isto escrevo se diz que apparecem minas de prata de grande rendimento.*"

Estes dois tópicos corroboram, iniludivelmente, os documentos afirmativos de que, já antes de 1658, se fabricava moeda de ouro no Brasil, na capitania de S. Vicente, na Casa da Moeda da Vila de S. Paulo, a primeira que parece ter existido em nosso país.

Nada mais natural do que a localização de tal estabelecimento em S. Paulo, primeira região da colonia onde surgira o metal do Rei Midas.

Supomos incontestada e incontestavel a asserção de Pedro Taques na *Informação sobre as minas de S. Paulo* sobre as descobertas de Afonso Sardinha e seu filho do mesmo nome.

Seja como for, muito ou pouco ouro haja Sardinha descoberto e extraído das lavras de pobre pinta do Jaraguá, cabe-lhe a gloria do patriarcado da mineração no Brasil. E a *Sociedade Numismática Brasileira*, por ocasião do Primeiro Congresso da Numismática Brasileira, cunhou uma moeda que lembra o célebre precursor da mineração aurífera brasileira.

Traz esta peça a effigie do ilustre *proprospector* e o perfil longitudinal do Jaraguá com a divisão que compusemos *Primum Brasiliae autum obtuli*.

Cogitou-se, logo após a Restauração de 1640, de estabelecer uma casa da moeda no Rio de Janeiro. Demonstra-o a resposta dada, a 3 de outubro de 1642, pelo Conselho da Fazenda às representações do procurador do Conselho da cidade fluminense.

João de Castilho Pinto e do Capitão Diogo Moreira, relativos à cunhagem de moeda nas capitais do Brasil.

E parece que se tomava a serio esta resolução, pois, a 23 de novembro de 1644, o Conselho Ultramarino deferia o pedido de um tal Domingos José, candidato ao cargo de "capataz da Casa da Moeda do Rio de Janeiro", que se mandara estabelecer.

A 5 de dezembro immediato, solicitavam-se providencias para o pagamento da ajuda de custa deste homem, necessaria a seu embarque.

O mesmo se pedia para o ensaiador Antonio Rodrigues de Matos. Sobre esta casa da moeda fluminense silencia a documentação do Arquivo Ultramarino até os últimos anos do século XVII, documentação já desvendada no Brasil, pelo menos ao que sabemos, entende-se.

Mas, a propósito da existencia de uma Casa da Moeda em São Paulo, os arquivos revelam fatos tão interessantes quanto positivos.

Na correspondencia de Salvador Correia com a Câmara Municipal de São Paulo, há um papel absolutamente precioso para a tese que procuramos defender; a saber: houve Casa da Moeda em São Paulo na primeira metade do século XVII.

Tal papel pertence à documentação do arquivo municipal paulistano e dele deu noticia, em 1904, Francisco Inacio Xavier de Assiz Moura, antigo chefe desta repartição.

Publicou este serventuario uma *Relação de alguns documentos existentes no Archivo da Camara Municipal de São Paulo, as quaes servem de subsidio para a Historia do Estado de São Paulo*.

À página 4 deste opúsculo lê-se um verbete relativo ao documento 25 da coleção.

E' ele uma carta de Salvador Correia de Sá e Benevides à Câmara de São Paulo, datada do Rio de Janeiro e de 24 de junho de 1645.

Lamentava o illustre cabo de guerra fluminense a discórdia reinante na vila, os conflitos dos poderes municipais com o povo.

E como derivativo a este estado anárquico aconselhava pesquisas no sentido de se descobrirem novas minas de ouro. Ao terminar *recomendava a cunhagem do metal na Casa da Moeda de São Paulo*.

A *Casa da Moeda*, note-se bem.

A este depoimento, do maior valor, vem corroborar outros ainda mais importantes, muito mais importantes, muito mais categóricos, entre os quais, os de alguns papéis que recolhemos ao acervo arquivado do Museu Paulista.

Em 1647 assumiu João Correia em São Paulo "o caracter e jurisdicção de Administrador das Minas e *Provedor da Casa da Moeda e Fundição dos Quintos*" (sic!).

Mas não era talvez *persona grata* à Câmara de São Paulo ou quiçá quisesse muito voltar ao Rio de Janeiro, cansado do ambiente turbulentíssimo da vila piratiningana, conflagrada pela guerra civil. Assim, a 18 de abril de 1648, era empossado, no seu cargo, pela Câmara, Bartolomeu Fernandes de Faria.

Desapareceram estes documentos, infelizmente, do Arquivo municipal paulistano, mas deles dá noticia Pedro Taques na *Informação sobre as minas de São Paulo*, dizendo que estavam averbadas no Livro de Registo número 2, capa de couro, tt. 1642, pág. 3 e 38.

Mas, já muito antes desse milésimo de 1645, se assinalara, em documento oficial, que em São Paulo se fabricava tanta moeda de ouro quanto de prata.

Nas *Atas da Câmara de São Paulo*, os termos relativos à vercação de 5 de março de 1633 são os mais elucidativos, apesar de sua rude redacção. Aos seus parceiros, os juizes e vereadores da vila do Campo de Piratininga, nesse dia pediu o procurador do Conselho, Geraldo da Silva, pusessem cobro a este povo, "*porquanto se levava desta villa toda prata e ouro que nesta villa faziam, e ficava a terra sem dinheiro*, pelo que queria e mandassem não levassem dinheiro deste povo e que levassem drogas da terra, farinha e carnes e couros e pano; o que visto pelos ditos officiaes (*os membros da Câmara*) mandaram que se fixasse quartel que nenhuma pessoa levasse desta villa fóra della dinheiro senão drogas da terra sob pena de seis mil réis."

A este termo assinam o juiz ordinario Manuel Pires, os vereadores Lucas Fernandes Pinto, Estevão Gomes Cabral e Estevão Soares de Pontes, e rubrica o Procurador de Conselho Geraldo da Silva. (*Atas da Câmara da vila de São Paulo*, IV; pág. 158).

Assim, neste documento, oficial, *ad perpetuam* declarava a Câmara de São Paulo que na vila *se fazia dinheiro de ouro e prata*.

O ouro viria certamente das faisqueiras vizinhas, do metal que "em nove e meia oitavas quebrava em tres tostões", a prata do recunho ou carimbo da moeda reinol, serviço geralmente realizado nas casas do Conto como na Baía se praticava, numa secção da alfândega local.

O fato capital é o seguinte: *em 1633 se fazia dinheiro, moeda, em São Paulo, dinheiro de ouro e dinheiro de prata.*

E naturalmente isto só se realizava em oficina do Estado, pois não eram para graças as disposições cominadas pelo quinto livro das Ordenações, título doze, aos que fabricavam moeda falsa "isto é toda aquella não feita por mandado do Rey" ainda que "daquella materia e forma de que se fazia a verdadeira moeda que o Rey mandava fazer".

"Porquanto, conforme o direito, ao Rey sómente pertencia fazel-a e a outro algum não, de qualquer dignidade que fosse."

Não davam as Ordenações tregua aos moedeiros falsos.

Morte natural e de fogo! precedido pelo confisco geral dos bens do criminoso, em proveito da Coroa, pura e simplesmente!

Nestas condições, iria a Câmara de São Paulo apregoar que em sua vila se fazia moeda, si esse dinheiro não procedesse de uma repartição do fisco real, da Casa da Moeda paulista?

Prestemos agora a devida atenção a outros documentos que nos parecem igualmente de capital importancia, e procedente igualmente do arquivo municipal paulistano.

E' o primeiro a representação de 31 de outubro de 1649, endereçada à Câmara de São Paulo, por Bartolomeu Fernandes de Faria, que se assinava: "*thesoureiro da casa da moeda desta villa*" (cf. *Atas da vila de São Paulo*, 5-390).

Protesta Faria contra os abusos praticados, em Paranaguá, na fundição de barretas de ouro, cujos carimbos eram diversos "da marca de Sua Magestade de que avia na casa da fundição (s. c. de São Paulo) que nella estava".

Assim requeria aos juizes e vereadores "fossem ver as ditas marcas, e vistas provessem na materia o que lhes parecesse justiça".

A este requerimento reforçava outro, do Capitão-Mor da capitania de São Vicente, Manuel Pereira Lobo, pedindo à Câmara que levasse ao conhecimento do Donatario, Marquês de Cascais, os graves fatos denunciados por Faria.

Assim tambem ao Governador Geral do Brasil e ao Rio de Janeiro, Duarte Corrêia Vasquennes, pois "convinha ao real serviço avisassem a sua Magestade o descaminho que se fazia em

o ouro marcado fraudulentamente com o sello real. Accudissem as altas autoridades a impedir" o "dito descaminho *fugindo da Casa da Moeda desta dita villa*".

A 27 de novembro immediato, Pascoal Afonso, provedor das minas da Capitania de São Vicente, lavrava novo protesto perante a Câmara Municipal de São Paulo contra Heliodoro Ébano. Este, em Paranaguá, fundia e marcava barretas abusivamente, com ouro procedente das minas que Gabriel de Lara Vieira registrar "*na casa da moeda e quintos reaes desta villa de são paullo*".

Protestando contra o procedimento de Ébano, pedia Pascoal Afonso força armada que o acompanhasse a Paranaguá, onde queria "impedir a atalhar o dito Ébano que não fosse por deante com o seu intento".

E sollicitava ainda precatórias para as Câmaras de Cananéia e Paranaguá, e o Capitão-Mor paranaguense Gabriel de Lara, afim de que lhe dessem mão-forte, "toda ajuda e favor necessario", para que não só o "sobredito Ebano como todas mais pessoas que tivessem de quintar ouro viesse a esta villa de São Paulo *onde Sua Magestade tinha casa de moeda*".

Aos desobedientes se applicasse o confisco rigoroso do ouro. *Assim era o provedor das minas quem em 1649 declarava: tinha naquella época Sua Magestade casa da moeda em São Paulo.*

Pitorescas as razões expendidas no final do requerimento de Pascoal Afonso:

"As minas de pernaguá adonde se quinta o dito ouro, e marqua, estão em porto de mar, adonde tendo o inimigo ollandes noticia lhe será muito facil ir com seus navios e fazer-se dellas com o que dará perda a Sua Magestade."

Falecendo Bartolomeu Fernandes de Faria, tesoureiro da Casa da Moeda de São Paulo e depois Provedor e Administrador das Minas, foi nomeado, em seu lugar, Pedro de Sousa Pereira, Provedor da Real Fazenda no Rio de Janeiro, e personagem de prodigiosa ganancia.

Entendia ele que a mineração do ouro de Paranaguá daria grandes lucros e quis realizá-la transportando para ali os indios das aldeias dos arredores de S. Paulo. Isto motivou prodigiosa celcuma, os mais irados e violentos protestos da Câmara paulistana, diante dos quais precisou recuar.

Contra ele representando, afirmavam os camaristas do Rei: "não consentiriam na emigração dos seus indios, porque tal medida era de maior damno para o real serviço."

As razões principais a esta opposição vinham a ser as seguintes: “estes indios são de muita utilidade e de grande préstimo nesta paragem assim para os moradores como para o serviço real, porque estes são os que accódem, de continuo, a rebates que se dão, por razão do inimigo que infesta esta, costa, que *está povoada ha mais de cem annos, com muitas igrejas, casa de moeda e quantos reaes e alfandegas* além que estes indios são os que se servem no serviço commum da republica os ministros e capitães em todas as occasiões necessarias como em effeito se serviu o dito Pedro de Souza levando muitos em sua companhia a buscar as pedras a Pernaguá despedindo outros para mais longe com alguns brancos a descobrir as minas de prata.”

Atrevidamente advertiam os camaristas a Pereira, em outra carta, nova e a mais evidente prova da existencia de uma casa da moeda em S. Paulo, naquelle ano de 1653 —:

“Não ignoramos ser de muita utilidade, para o entabola-mento das minas, sendo descobertas, e feitos os ensaios *na real casa da moeda desta villa* e constando pelos livros della a verdade *do caso com o que é bem se mudem as aldeias para os pontos que se devem segurar e se assignalaram por aviso e ordem real* mas também visto não proceder o que dito é se ha de attender ao damno que de tal mudada pôde resultar.”

Fato também da maior relevancia, para a historia da nossa numismática, e em abono do nosso ponto-de-vista, é o seguinte: interferia a Câmara Municipal paulistana na administração da Casa da Moeda de sua vila, onde também se fabricavam cunhos

Vejamos o que nos denunciam alguns documentos de 1652: seis años antes do aparecimento do livro de Simão de Vasconcelos, portanto; note-se bem.

A 18 de maio de 1652, instigava a Câmara ao Capitão-Mor de S. Vicente a que cumprisse a provisão regia mandando logo reduzir a patacas o dinheiro que sua Majestade tinha na região paulista.

Mas muito mais expressivo é o termo de 17 de agosto immediato. Nele declaram os vereadores paulistanos que a sua presença comparecera Simão Roiz Henriques, funcionario da Casa da Moeda. As autoridades municipais vinha trazer os cunhos “que se tinham feito” e com os quaes “o dito Simão Roiz *tinha cunhado a moeda nesta villa, o que tinha feito por ordem delles ditos officiaes da Camara*”. Pode haver coisa mais clara que isto?

Finda o termo com esta declaração importante: "*os quaes cunhos ficaram entregues aos ditos officiaes e os mandaram metter no cofre e archivar nesta Camara. E de como (s. c. Simão) os entregou de tudo mandaram fazer este termo que assignaram*".

A esta declaração subscrevem Jerônimo de Camargo, Juiz ordinario; Sebastião Fernandes Preto, Francisco Leme, Geraldo Correia Soares, vereadores, e Francisco Barriga de Sousa, procurador do Conselho, cinco portanto dos seis membros da edilidade.

Rubricam-na o tabelião Domingos Machado, servindo de escrivão, e o mestre fundidor, depositario dos cunhos, Simão Roiz Henriques.

Assim era a Câmara de S. Paulo que em seu cofre guardava os cunhos com os quaes a Casa da Moeda de sua vila fabricava o dinheiro de Sua Majestade.

Outra circunstancia curiosa que à saciedade demonstra a interdependencia da municipalidade e da Casa da Moeda!

Quem pagou a Henrique os novos cunhos por ele depositados no cofre municipal foi a Câmara e não a Procuradoria Real.

E' o que nos relata o termo de 30 de dezembro de 1652. Discutiram os camaristas o que se devia pagar a Simão Roiz Henriques: "se consertaram sobre o que se lhe estava a dever do dito cunho". Ajustou-se logo a conta.

"E se consertarão em dezesseis mil réis de que logo recebeo onze mil réis em dinheiro de contado e se lhe resta a dever sinquo mil réis."

A respeito deste resto de conta declararam os edis que os seus sucessores, de Câmara de 1653, saldariam tal débito "por não haver dinheiro de presente".

Seriam estes cunhos da fabricação de Simão Roiz Henriques os que serviam para dar curso legal aos *São Vicente* de que nos fala Simão de Vasconcelos? Provavelmente, sim!

## II

Aos que conhecem um pouco do nosso passado colonial não é estranha a noção das terríveis crises financeiras que assolaram o Brasil seiscentista, crises estas provocadas, sobretudo, pela imensa escassez do numerario em circulação.

No fim do século XVII tal situação trouxe até violentíssimas explosões. Em São Paulo, os chamados *motins da moeda*, acerca dos quais, largamente, escrevemos em nossa *Historia seiscentista da vila de São Paulo*.

Multiplicam-se, nos termos das vereanças paulistanas seiscentistas, as alusões — à falta de dinheiro. Entretanto já davam as minas alguma coisa.

Assim, fizera D. João IV mercê, à rainha sua esposa, de cinco mil cruzados anuais nos quintos de São Paulo.

A 2 de setembro de 1654, escrevia Brito Freire, era considerável “a quantidade que se tirava de ouro de lavagem”.

Em 1658, Simão de Vasconcelos manifestava a sua confiança nos grandes resultados da mineração paulista, dentro em breves dias.

Um dos mineradores, com vinte escravos, conseguira, numa faisqueira, setecentas e tantas oitavas em três meses (cerca de dois e meio quilos de metal).

Circunstancia curiosa a notar-se é a seguinte coincidência com o que há pouco deixamos dito. E' o que dá a conhecer uma portaria do Conde de Óbidos, Governador Geral do Brasil, data-da de 15 de dezembro de 1663, para a qual chama Capistrano a atenção em sua *Paulistica*: a administração dos quintos do ouro de São Paulo não corria pela provedoria da real fazenda da capitania de São Vicente.

Nem dela havia noticia para a Provedoria do Estado do Brasil na Baía. Tinha-se por tradição de que se fazia por meio de ordens particulares concedidas a Salvador Correia e Benevides e depois ao provedor do Rio de Janeiro, Pedro de Sousa Pereira.

Nela havia contudo a interferencia da Coroa, direta, pois que se conhecia uma provisão de D. João IV fazendo mercê à Rainha, sua mulher, de cinco mil cruzados, anuais “do rendi-



mento dos ditos quintos, com condição que se rendessem mais lhe não pertencia, suppondo não ser menos”.

Em 1692 enviava a D. Pedro II Antonio Pais de Sande, Governador do Rio de Janeiro, longo e notavel relatorio em que indicava ao Rei as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul.

Referia-se largamente aos pequenos proventos das faisqueiras de São Paulo, fazia grandes, enormes elogios aos paulistas como a vassallos de quem poderia Sua Majestade esperar os maiores serviços para a descoberta de minas. E realmente logo depois desvendariam eles o pactolo do Espinhaço.

Depois da adução de tão abundantes provas como estas que reunimos no artigo que a este antecedeu, haverá ainda cépticos que possam duvidar da existencia de uma Casa da Moeda em São Paulo na primeira metade do século XVII? Parece-nos que difficil será contestarmos.

Já a nosso favor contamos com o juizo exato de um dos mais formosos espiritos da geração dos nossos jovens historiadores: Pedro Calmon. A vista de varios dos mesmos argumentos por nós expendidos, opinou em sua lúcida *Historia da Civilização Brasileira* (pág. 97) que a casa de fundição dos reais quintos de São Paulo fundou-se em 1631 e durava em 1756.

Dirão os irreductiveis que na Casa da Moeda não se batiam as moedas de que tão singela e naturalmente fala Simão de Vasconcelos, narrando que no Brasil eram chamadas *São Vicente* do mesmo modo que uma das mais famosas moedas do mundo, universalmente conhecida, o guinéu, assim se apelidou porque os primeiros exemplares de seu tipo foram feitos com ouro importado da Guiné.

Assim tambem, na antiga numismática portuguesa, os *malaguêses*, chamados deste modo porque os primeiros mandou-os cunhar Afonso de Albuquerque em Malaca. Eram moedas de prata feitas com o metal de Sião e Pegú, conforme relata João de Barros nas *Décadas*, e correram em todas as conquistas lusitanas da India.

O proprio *Marte português* a elas individualiza em seus fortes comentarios.

Assim os *São Vicente*, moeda cunhada na Capitania de São Vicente, trariam, *segundo o depoimento de Vasconcelos, o nome da região de onde provinham*. Assim também, até encontro de documentação capaz de destruir as asserções que acabamos de aduzir, ninguém de boa fé poderá contestar a primazia paulistana em materia de cunhagem de moeda no Brasil.

Analisando a nossa memoria, expendeu o Sr. Capitão Severino Sombra uma serie de considerações que por si valem como verdadeira consagração dos nossos pontos-de-vista. Diz o illustre erudito, cujos qualificativos a nós relativos não podemos transcrever, tão generosos se mostram:

“Ao escrevermos a *Historia Monetaria* apresentada ao Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, inserimos uma Nota relativa ao debatido problema, chamando a atenção dos estudiosos para a grande concentração de especialistas no trato dos metais, que tivera lugar em S. Vicente, e, para as expressões do Regimento do Conde de Óbidos, de 1663, que, ao nosso entender, não deixava dúvida quanto à existencia de uma peça particular da Capitania de S. Vicente: ou moeda lavrada propriamente ou, pelo menos, um certo cunho especial que a caracterizasse como Vicentina.

“Acrescentamos que, nos arquivos paulistas e portuguezes, certamente ainda seriam encontrados documentos que melhor esclareceriam a questão. E acertamos.

“Descobriu o Sr. Afonso de Taunay varios deles, da maior importancia, para a historia monetaria colonial e que constituem o nucleo da sua *Memoria* a respeito da qual emitiremos *Parer*.”

Dividiu o Sr. Capitão Sombra a sua cerrada argumentação em três partes. Na primeira estudou as condições de possibilidade material do estabelecimento da Casa da Moeda de São Paulo:

“Aos documentos aduzidos por Pedro Taques e aos do Arquivo Municipal de São Paulo e do Museu Paulista, trouxe em reforço outros por ele descobertos nos arquivos de Portugal, comprobatorios da existencia de uma casa de fundição em São Paulo, já no primeiro terço do século XVII, abonando documento por nós apontado do *Livro Segundo do Congresso do Brasil*, códice pertencente ao Museu Paulista.”

Muito judiciosamente apresenta o Sr. Capitão Sombra objeções a propósito da distinção a se estabelecer em relação à ata

da Câmara de São Paulo, de 5 de dezembro de 1633, em que há referências a dinheiros de ouro e prata feita na vila:

“Convem notar que o documento paulistano não se refere propriamente a *moedas* e, sim, a *ouro* e *prata* feitos na terra, e que, quanto ao primeiro, poderia tratar-se de barras fundidas e marcadas na Casa de Fundição, as quais, como se sabe, correram como si moeda fossem em diferentes épocas da Colonia e deveriam correr, em S. Paulo, desde os primeiros anos do século.

“E’ bem verdade que a prata era em moeda e nenhuma distinção é feita nos termos da ata, podendo-se, talvez, daí deduzir que o ouro era também amoedado. Não esqueçamos, todavia, que dinheiro nem sempre é *moeda*, e disso nossa historia monetaria é fértil em exemplos. Mais adiante, o historiador das Bandeiras Paulistas apresenta documentos muito mais claros e convincentes.

“Serão eles examinados na segunda Parte desta Documentação.

“Parece-nos sobejamente provado nesta 1.<sup>a</sup> Parte que, em S. Paulo e tão somente lá, minerou-se e fundiu-se ouro, promovendo o trabalho um numeroso corpo de peritos, como hoje seriam chamados.

“A quantidade do precioso metal extraído foi bastante para animar a Metrópole e os paulistas a maiores empreendimentos. E, como argumento, ainda poderíamos lembrar o famoso caso do presente de Manuel João Branco a Dom João IV, relatado por Taques e retificado por Taunay, a propósito do qual estranhámos que os ourives existissem na Baía, e não no centro da riqueza da época — S. Paulo.

“Para maior prova da mineração paulista, desnecessario se torna recorreremos a documentos estranhos à *Memoria*. Onde eles se encontram, porem, bem sabem os estudiosos discutindo o caso da possibilidade legal da existencia da casa da Moeda de São Paulo, lembra o douto autor a serie de providencias tomadas por João IV, a propósito da fundação de casas da Moeda no Reino e no Brasil. Assim, liga capital importancia ao dispositivo do Regimento de 30 de maio de 1644, dado a Salvador Correia de Sá e Benevides, ao qual se determinou que nas casas da moeda a serem criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo se cunhassem moedas de 3\$, 1\$500 e \$750.

“Consideremos a difficilima situação financeira do Reino, na época, e, ao mesmo tempo, o rendimento das minas paulis-

tas. Porque o não aproveitaria El-Rei para amoadá-lo, ele que recebera um cacho de bananas feito com ouro de S. Paulo?

“Observemos que a carimbagem para aumento do valor extrínseco não era facultativa e prazos estabeleciam-se logo para que as moedas fossem, no caso, manifestadas. Aquí, não: El-Rei diz que as *“pessoas que tiverem ouro”* — e, não, moeda antiga. note-se — e o *“quizerem fundir em moeda o possam fazer”*”.

“Fundir ouro em moeda! Moedas de 3\$000, 1\$500 e \$750, como as do Reino! Será preciso maior clareza? Sente-se que El-Rei estava em apertos — como em todo este periodo — porque apresentava tal medida como mercê aos mineiros para estimulá-los e essas mercês mal encobriam sempre interesses da propria Fazenda Real.

“Não se trata mais, pois, das medidas adotadas a 3 de agosto de 1643, mas da propria fabricação das moedas, uma vez que o Regimento se referia ao lugar da Colonia, onde era possível lavrá-la pela existencia da materia-prima necessaria.”

Passa depois o Sr. Capitão Sombra a analisar os documentos do arquivo paulistano que descobrimos e apontamos em nossa memoria, para assim terminar:

“Então, recapitulando: Salvador Correia, nomeado *Administrador Geral* das Minas, em 1644, recebe um Regimento que lh’ordena “entabolar Casa da Moeda em S. Paulo”; para cumprir a determinação, pede certidão das ordens registadas na Casa da Moeda de Lisboa; dão-lhe a do Alvará de 30 de maio de 1642 entre as providencias tomadas com relação ao ouro que consta da *Descrição... de Aragão*; referida certidão é registada, para ser cumprida (“registre-se e cumpra-se”), em S. Vicente e em S. Paulo, no ano de 1645.

“Prestemos atenção aos termos do Alvará: “... e que da mesma maneira se proceda com as pessoas que levarem á Casa da Moeda, *ouro em peça, quarta, ou barra para se haver de Lavrar em novas moedas...*” — reza ele; e mais adiante: “do ouro que assim se levar á Casa para, se haver de Lavrar de novo, *ou seja em moedas, ou em peças, pastas, e barras...*”

“Não se tratava, pois, apenas do recunho da moeda de ouro antiga para aumento de “*valia extrínseca*”, mas tambem de se lavrar moedas novas com o ouro em barra ou em peças, que apparecesse.

“Nada mais natural, então, que El-Rei desse *instruções* mais precisas a Salvador Correia, que vinha como Administra-

dor para a terra do ouro. Em S. Paulo havia Casa de Fundação; cumprindo o Alvará, Salvador Correia aproveitaria as barras de ouro para lavrar moedas. "*Façais casa da Moeda em que as pessoas que tiverem ouro, e o quizerem fundir em moeda o possam fazer*" — determinara o Soberano.

"Que dúvidas poderão persistir?

"Sobejamente provado está que em S. Paulo e S. Vicente poderiam ser fabricadas moedas de ouro: 1.º pela possibilidade de material; 2.º pela possibilidade legal (Alvará de 1642 e Regimento de 1644)."

Que mais falta? Agora, apenas a execução — a moeda lavrada. E é o que examinaremos. Tratando da execução das ordens regias, na terceira parte da sua argumentação cerrada, lembra o Sr. Cap. Sombra a atuação de Salvador Correia. Atribue real valor à recomendação do expugnador de Angola à Câmara de S. Paulo, quando lhe encarecia a cunhagem do ouro na Casa da Moeda de sua vila:

"Salvador Correia de Sá e Benevides não era um principiante nas questões relativas às minas paulistas. Seu avô, Salvador Correia de Sá, estivera encarregado da administração das minas da Capitania de S. Vicente, por Carta Regia de 21 de julho de 1616."

"Estariam sendo cumpridas as ordens sobre as moedas de ouro?

"Estaria sendo "entabolada" a Casa da Moeda?

"Moeda alguma vicentina apareceu até hoje, mas isso não constitue prova suficiente contra a sua existencia. Conhece-se, por acaso, alguma barra de ouro da Casa de Fundação de São Paulo? E, no entanto, que diferença enormíssima entre a quantidade de barras fundidas durante cerca de 2 séculos, incluídas as interrupções, e a das moedas que teriam sido lavradas?

"As ordens foram dadas a algum inexperiente que, pela primeira vez, viesse ao Brasil cuidar das minas de S. Paulo, ignorando as suas possibilidades? Nada disso. Desde 1616, como vimos, a família de Salvador administrava as minas e ele proprio delas fora nomeado Administrador em 1639. O que se determinara em Lisboa fora com o seu acatado parecer.

"Como a tal homem se ordenariam fantasias? Bem sabia Benevides o que significava fazer "*Casa da Moeda em que as pessoas que tiverem ouro, e o quizerem fundir em moedas o possam fazer*".

“Conhecia ele tambem o que será preciso para tal empreendimento, e vindo com tão numerosa gente e tão grande copia de material, não se esqueceria de trazer os elementos que julgasse necessarios para aquele “entabolamento”.

As diversas referencias das *Atas da Câmara de São Paulo*, que coletamos em nossa memoria, analisa o douto numismata com extraordinaria atenção. A respeito de algumas se mostra um tanto céptico; não lhes atribue grande valor convincente.

Mas impressiona-o o seu conjunto que empresta singular contraprova às alegações categóricas de Simão de Vasconcelos relativas à existencia e ao curso dos *São Vicente* cunhados em S. Paulo.

Aduz aí mais um trecho da lavra do Provincial dos Jesuitas que nos escapara:

“O Padre Simão de Vasconcelos acrescenta que do ouro recolhido das catas, os moradores “pagam os quintos a el-rei, o demais o levam a bater em moeda ou vendem em ser”. “Bater em moeda” — note-se bem — não fundir em barras.”

E comprovação a seu ver ainda mais veemente decorre do Regimento do Conde de Óbidos datado de 7 de julho de 1663, relativo às providencias necessarias ao recunho da moeda em todos os Estados do Brasil.

Este documento, importantíssimo, não o havíamos incluído em nossa memoria, verdadeiro cochilo homérico que o nosso erudito analista veio apontar:

“Tratando da moeda existente em terras paulistas, determinava o Vice-Rei do Brasil:

“E todo o numerario das villas de São Vicente, Santos, São Paulo, Parnahyba, e mais logares que ha naquella Capitania e fóra della para o Sul, (ha de vir receber novo cunho) na mesma casa donde costumam assistir os Officiaes da Fazenda Real, com o Capitão-Mór da mesma Capitania a que lhe parecer mais segura. E porque alli se achar (sic) algumas moedas que tem por armas São Vicente se lhe accrescentará cunho com o excesso que lhe tocar a respeito do valor a que sobem as mais moedas de ouro, que é doze e meio por cento como fica dito.”

Ótimos estes comentarios do douto reparador:

“Haverá contra-prova mais categórica? Encontram-se na Capitania moedas “que tem por armas São Vicente” e elas deverão receber um aumento proporcional ao seu valor em rela-

ção às mais moedas! Sua existencia e sua diferença das outras estão aí patentes. Peça particular, não resta dúvida.

“Para as demais regiões, nenhuma observação especial; só para São Vicente. Si se tratasse do São Vicente português, a menção deveria ser geral, pois tal moeda, a circular, correria em toda a Colonia, mormente na sede do Governo, e não, por singularíssima coincidência, tão só na Capitania de São Vicente.

“Cunho particular de São Vicente existira, pois, aberto talvez por Simão Roiz. E isso não admira, si considerarmos que as minas da Capitania estavam sujeitas a uma administração especial cuja autonomia era lamentada pelo Conde de Óbidos, em Portaria de 15 de dezembro de 1663. As ordens regias eram transmitidas diretamente a Salvador Corrêia e seus sucessores, sem conhecimento da Provedoria da real fazenda.

“Em setembro do ano seguinte, o Governador Geral manda a Santos um proprio — o Ajudante Antonio de Matos — recolher todo o dinheiro resultante do cunho na Capitania de São Vicente.

“Sucedem-se depois as medidas de ordem monetaria, até à crise de 1688, cujos resultados forçam o estabelecimento de Casa da Moeda na Baía, em 1694. E' uma nova fase.

“As faisqueiras paulistas já muito pouco rendiam.

“A autoridade dos órgãos de governo da Colonia faz-se sentir melhor em São Vicente. Estabelece-se correspondencia entre as Câmaras paulistas e o Governador Geral. Longe vai agora o tempo das moedas vicentinas. As Câmaras fazem cumprir as diversas Provisões sobre o valor da moeda. Rebentam motins. A Capitania integra-se no ritmo da vida do resto da Colonia, unindo os seus protestos aos das outras Capitánias e alegrando-se, após, com a promessa regia da vinda da Casa da Moeda ambulante da Baía para o Rio de Janeiro. Era a única solução.”

Realizando a síntese de suas considerações tão claras quanto lógicas, escreveu o Sr. Capitão Sombra a seguinte conclusão:

“Encerrando o estudo da documentação oferecida a exame e a-pesar-de havermos frisado, ao longo do nosso trabalho, os pontos essenciais das provas que justificam a *tese vicentina*, salientando ainda as consequencias logicamente decorrentes das mesmas, o que, a rigor, dispensaria maior acréscimo do nosso já bastante extenso Parecer, para maior clareza, sintetizaremos, a seguir, as nossas conclusões.

“Dividimos o corpo do nosso Parecer em três partes. Na primeira deixamos provada a *possibilidade material da cunhagem das moedas Vicentinas*.

“Na segunda, claramente mostramos a possibilidade legal desta cunhagem, com as insofismáveis expressões do Alvará de 30 de maio de 1642, do Regimento de 30 de maio de 1644, dado a Salvador Correia de Sá e Benevides, e da petição, certidão e registos que acompanhavam o Alvará.

“Na terceira, enfim, demonstramos como as palavras de Simão de Vasconcelos são confirmadas pelo Regimento do Conde de Óbidos e como os dois — o jesuíta e governador — dão testemunho assim de que a ordem recebida pelo Administrador das Minas de São Vicente e mercê concedida aos seus moradores não tinham sido desprezadas, mas, pelo contrario, executadas, *sendo lavradas moedas na Capitania*.

“Que a moeda vicentina não era o S. Vicente português vimos de maneira incontestável em três passagens principais, particularmente nos próprios termos do Alvará e do Regimento que autorizaram a cunhagem.

“Resumindo então, de maneira geral, a serie dos principais acontecimentos examinados, verificamos que:

“I) em 1644, El-Rei ordena ao Administrador das minas de São Paulo e São Vicente faça Casa da Moeda onde os moradores dessas Capitánias possam fundir o ouro em moedas iguais às do Reino — \$750, 1\$500 e 3\$000;

“II) para cumprir tal ordem e mercê, Sá e Benevides pede e obtem certidão da Lei relativa àquelas moedas, remetendo-a, ao chegar ao Brasil, às Câmaras da sua Administração, que a registam para ser cumpridas;

“III) a partir de 1645, os documentos paulistas referem-se à “casa da moeda” da vila de São Paulo, mesmo em periodo durante o quais não poderiam ter sido estabelecidas oficinas monetarias;

“IV) o jesuíta Simão de Vasconcelos afirma, em obra publicada no ano de 1658, que eram batidas moedas de ouro, acrescentando mais, no seu livro aparecido em 1672, que tais moedas eram chamadas São Vicente — nome da terra;

“V) confirmando as palavras do cronista da benemérita Companhia, o proprio Governador Geral do Brasil, em seu Regimento de 1663, fez menção especial às moedas ali existentes com as armas de São Vicente.



“Assim pois, havendo ordens insofismáveis para o estabelecimento da Casa da Moeda paulista e testemunho irrecusável das moedas lavradas, nosso Parecer é pela sua existencia, a partir de 1645, nela sendo cunhadas, com o ouro das minas de São Vicente e São Paulo, as moedas indicadas no Alvará de 1642, com marca especial que as distinguisse como vicentinas.

“Essa fabricação de moedas, realizada em quantidade relativamente pequena (“algumas”) durou pouco tempo, não mais tendo lugar, certamente, por ocasião da crise monetaria de 1658.”

Expendidas estas conclusões, ainda soube o Sr. Capitão Severino Sombra encontrar novas palavras e das mais generosas, em relação à nossa memoria, entendendo que a solução, a seu ver incontestavel, do famoso caso das moedas de São Vicente, constitue “merecido triunfo” do renovador da tão debatida, obscura e indeterminada questão, aventada por Capistrano de Abreu.

Apresentadas as conclusões do Sr. Capitão Sombra ao plenário do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, obtiveram a quasi unânime aprovação da assembléia.

Uma única voz discordante se elevou, como já lembramos, a do Sr. Antonio Augusto de Almeida, que veemente então se pronunciou, negando, de modo formal, o assentimento às asserções de nossa memoria e às que lhe trouxera o precioso reforço do Sr. Capitão Sombra.

Tal denegação foi, aliás, feita a título gratuito e sem a menor base documental. Nenhuma peça arquivada aduziu o Sr. Almeida em contra-prova aos numerosos papéis que alegáramos, o Sr. Capitão Sombra e eu. Anunciou, contudo, oferecer, em tempo, cabal contestação às nossas asserções e às do parecer do Sr. Capitão Sombra.

Mais de três e meio anos já decorreram da data da promessa. Até agora, conservou-se o Sr. Almeida, ao que sabemos, no mais profundo mutismo: Ainda não respondeu à interpelação que, já há um ano, a tal propósito lhe dirigimos.

E’ que com certeza prepara irretorquível contestação aliçada em poderosa documentação, arrasadora dos alegados iniciais de Capistrano de Abreu, dos numerosos documentos do arquivo da Câmara de São Paulo, por nós trazidos à colação dos de outros do Arquivo Nacional e os constantes do opulento repertorio cronológico das leis monetarias portuguesas seiscentistas, invocadas pelo Sr. Capitão Severino Sombra em tão

inédita quanto minudentíssima sequencia de papéis por ele proprio copiados nos acervos arquivais lusitanos e brasileiros.

Novos tropeços a remover vamos agora ofertar ao Sr. Almeida, com o desvendamento de mais algumas peças provenientes do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. E entre elas uma das mais polpudas...

Assim pois, consigamos que o Sr. Almeida, com a sua palavra definitiva e autorizada, de vez liquide o caso dos famosos São Vicente seiscentistas e nos convença de que na primeira metade do século XVII jamais existiu Casa da Moeda em São Paulo. Esperamos ansiosos a justificação do seu voto emitido em principios de 1936 e justificação até agora não trazida a público. Tal demora talvez traduza as dificuldades em que se encontra o nosso digno contestante para cumprir a palavra e justificar o voto.

Vão elas aumentar agora com a adução dos novos documentos que por intermedio do Dr. Artur da Mota Alves recebemos do Arquivo Colonial Português.

### III

Tratando da origem dos *São Vicente e Meios-São Vicentes* — elementos da questão mais interessante da numismática brasileira, diz o Sr. Capitão Sombra que estes casos provocam três perguntas (cf. *Historia Monetaria do Brasil Colonial*, 36):

"1) Seriam essas moedas, que circulavam na Capitania de São Vicente, as referidas do Regimento do Conde do Óbidos de 1663?

"2) Teriam sido cunhadas em São Vicente moedas idênticas com cunhos remetidos da Metrópole?

"3) Seriam moedas vicentinas diversas dos *São Vicente*, lavtadas na terra, donde tiraram o nome?"

No caso de resposta afirmativa à última pergunta, existiria, então, Casa de Moeda anterior à da Baía, consideradas geralmente como a primeira.

Mais adiante (Ibid. 132), comenta o douto e probo historiador:

"Termina, com o estabelecimento definitivo da Casa da Moeda no Rio de Janeiro, a fase das Casas "ambulantes" e principia um novo periodo de nossa Historia monetaria.

"A prohibição da Lei de 19 de dezembro de 1695 é afastada e começa na Colonia a cunhagem da moeda de ouro corrente no Reino.

"A propósito da criação das Casas de Moeda durante este Reinado, seria interessante indagar si, em periodo anterior, já teriam sido lavradas moedas na Colonia. Não foi encontrada até agora peça alguma, mas isso não constitue prova sufficiente em contrario."

Sabe-se que com o aparecimento das primeiras minas, vieram da Metrópole homens especializados no conhecimento e trato dos metais. Enumera o Sr. Capitão Sombra nomes numerosos destes especialistas, encontrados em diversos papéis por ele descobertos nos arquivos portugueses, sobretudo na Bibliotheca da Ajuda, e comenta:

"Considere-se agora o efeito da concentração de tantos especialistas em São Vicente. Não faltava o ferreiro para a construção dos instrumentos; o ensaiador para ensaiar o ouro; o fundidor para fundi-lo.

"Ora, no governo de D. Francisco de Sousa, tomara grande incremento o commercio com o Rio da Prata, correndo portanto muita moeda castelhana.

"A Casa da Fundição de São Paulo deve ter sido estabelecida nos primeiros anos, do século XVII, com esses officiais da metrópole.

"Tantas eram as facilidades que se apresentavam que não há motivo serio para repelir definitivamente a noticia de Simão de Vasconcelos.

"Realmente, porque não teriam os moradores de São Paulo e de São Vicente se servido de tantos especialistas para cunhar as moedas de que precisavam para o seu commercio?

"Que eles tinham bastante audacia para assim proceder, o provam, alem de outros fatos bastante conhecidos, os motins de 1688 contra a baixa da moeda e as cartas de Câmara Coutinho de 1693 e de 1695.

"Na de 13 de novembro daquele ano, citada no Repertorio, diz o Governador, referindo-se aos Officiaes da Câmara de São Paulo, que eles "prezam mais de não obedecerem as suas ordens.

do que de serem fieis vassallos de Sua Magestade”, e na de 4 de setembro de 1693, querendo lisongear-los para que cumprissem as ordens regias, escreve o Governo: “ficará Sua Magestade entendido, quão diversa é a opinião que o nome de Paulistas tem grangeado no conceito de alguns, contra o zelo, e amor que mostram ter a seu Real serviço”.

“E tanto parece que eles assim procediam que o conde de Óbidos, em seu Regimento de 1663, ao fazer a distribuição das Capitánias em grupos para receber o novo cunho, enquanto nada diz com relação a moedas existentes em outros lugares, faz menção especial da Capitania de São Vicente recomendando: “E porque ali se achar (*sic*) algumas moedas que tem por armas São Vicente se lhe accrescentara cunho, com o excesso que lhe tocar a respeito de valor a que sobem as mais de ouro, que é doze por cento como fica dito.”

“Seriam as tais moedas os São Vicente lavrados no reinado de D. João III? E porque então a referencia às vilas de São Paulo e de São Vicente?”

“Não há explicação para que não circulassem elas em toda a Colonia e mormente na Baía.

“Só resta, pois, a hipótese de que existiam moedas fabricadas mesmo em São Vicente e que por isso tinham tal nome. Si não foram lavradas propriamente, deveriam, pelo menos, ter recebido um cunho especial que as diferenciasse a ponto de merecerem denominação particular.

“E’ bem provavel que ainda se encontrem, nos arquivos portugueses ou paulistas, documentos que venham esclarecer melhor a questão.”

Como que respondendo ao Sr. Antonio A. de Almeida, continua o Sr. Capitão Sobra:

“As opiniões em contrario não têm força bastante para destruir a forte suposição a que dão lugar as expressões do Regimento do Conde de Óbidos.

“E é preciso não perder de vista a circumstancia particular de haver sido São Vicente um nucleo de concentração de numerosos fundidores, como demonstramos atrás.

“Resumindo, podemos enumerar assim os elementos favoráveis à opinião pró-São Vicente:

"1.º) — possibilidade material da cunhagem pela existência de matéria-prima e de oficiais capazes de fabricar os instrumentos e cunhar as moedas;

"2.º) — a proverbial audácia dos paulistas, que permite aceitar o fato como possível e tolerado a-pesar-da grande desobediência que ele representava;

"3.º) — o intenso comércio que se estabeleceu com o Rio da Prata no Governo de D. Francisco de Sousa;

"4.º) — as palavras do Regimento do Conde de Óbidos."

A documentação de que nos valem os e o Sr. Capitão Sombra examinou e analisou, percucientemente, para redigir o seu brilhantíssimo parecer sobre a nossa tese, trazemos agora valioso reforço de cinco peças inéditas, das quais uma do Arquivo Municipal de São Paulo e as restantes do Arquivo Histórico Colonial Português.

Vieram-nos os últimos por cópia realizada pelo Sr. Dr. Artur da Mota Alves, a quem agradecemos o valioso serviço que nos prestou.

O documento do arquivo paulistano é-nos assinado por Francisco I. Xavier de Assiz Moura: certa carta de Salvador Correia de Sá e Benevides à Câmara de São Paulo, datada do Rio de Janeiro, de 9 de abril de 1645. Participa-lhe que nomeara para a casa da Moeda da vila tesoureiro e escrivão: o Padre Fernando de Faria e Francisco Barbosa de Aguiar.

Vejamos agora o que nos ensinam os documentos ultramarinos. O primeiro não se refere exatamente à Casa da Moeda de São Paulo, mas trata da questão a ela conexas, isto com cuidada organização de superintendência das minas de São Vicente e São Paulo.

Tomemos conhecimento do seu contexto, cujas abreviaturas imprimimos para maior facilidade do leitor:

"SOBRE A VER PROVIDO O CARGO DE ADMINISTRADOR DAS MINAS DE SÃO PAULO E SÃO VICENTE SEM SER CONSULTADO PELO CONSELHO

2 — MAIO — 1642

"Senhor,

"Diz o procurador da fazenda de Vossa Magestade, que hora veo a sua noticia, estar provido o cargo de administrador

das minas de S. Paulo, e São Vicente estado do Brasil, sem que precedesse consulta do Conselho da fazenda, a onde se devia fazer, e pertence por que de mais de ser na forma das ordens de V. Magestade, assy convem ao serviço de V. Magestade tão bem de sua fazenda real, por a noticia que ha em o dito Conselho do que importa as ditas minas, de como se deverá administrar, e do que a ellas serve no dito estado; e se tudo fora presente a V. Magestade, se não servirá de nomear administrador, sem ser por consulta a V. Magestade por este Conselho, portanto.

"P. q. por o mesmo Conselho se faça consulta a V. Magestade representando-se tudo o sobredito, para que V. Magestade tome a resolução que fôr servido.

E. R. M.

"Façasse a Consulta na forma que pede o Procurador da Fazenda de S. Magestade. Lisboa, a 2 de Março de 643."

(Duas rubricas com monograma).

O segundo documento é muito mais importante, tanto mais quanto permite calcularmos a data aproximada da fundação da Casa da Moeda de São Paulo, posterior a 1644.

"CARTA DOS PROCURADORES DAS CAPITANIAS  
DO SUL, PEDINDO PARA QUE NA VILLA DE  
S. PAULO SE FAÇA MOEDA DE OURO.

7 — DEZEMBRO — 1643

Caixa de S. Paulo n. 1  
*Archivo Hist.º Colonial — Lisboa*

"Señor.

"Dizem os Procuradores das Capitánias do Sul que elles estão embarcados em um navio que partirá dentro de vinte dias, a fazer dar execução o que V. Magestade em seu despacho tem mandado; e porque entendem que de se bater moedas de

outro que naquellas partes se tira, Resultará, muito augmento a real fazenda de V. Magestade e bem aos moradores dellas.

“Pedem a V. Magestade seja servido mandar que na villa de São Paulo se faça moeda de ouro e que os quintos reaes do ouro que se tirar se carregue ao almoxarife como a mais fazenda de V. Magestade, por que não tenham lugar os governos geraes de se aproveitarem delle como tem feito a alguns e receberam mercê.

“Dévesse mostrar a ordem de V. Magestade porque vem ser uso V. Magestade de mandar que nas conquistas se lavre moeda douro.”

(Uma rubrica monograma).

“Satisfaça ao que aponta o procurador da fazenda. Lisboa. 16 de Novembro de 1643.”

(Duas rubricas em monograma).

“Remetida em lista do Secretario S.<sup>o</sup> Vieyra da Sylva de 7 de Dezembro de 643.”

O terceiro documento que vamos apresentar é extenso e tambem procede da “caixa numero um de S. Paulo”. Subordina-se ao titulo: *ordens que se passam para o beneficio das minas de São Paulo*.

E’ o regimento passado a Salvador Correia de Sá e Benevides em 1644 em dia e mês não declarados infelizmente.

Sabe-se porem que Dom João IV o despachou a 26 de março de 1644. General do Mar Oceano com a comissão de proteger a frota do Brasil.

A primeira parte deste longo regimento refere-se à outorga de amplos poderes e a uma serie de disposições para a organização do serviço das minas do sul do Brasil.

Interessantes são por vezes as notas lançadas à margem dos artigos do regimento, não sabemos de que punho.

Declara o Rei que tendo resolutó, por convir a seu serviço e a outros respeitos muito particulares dele, que a fábrica das minas de São Paulo continuasse por conta da Real Fazenda, ordenara a Salvador Correia de Sá e Benevides, depois de cumprir as ordens que para o mais se lhe dariam, despachasse a nati-

almirante da frota, de que era o General, para a Baía, acompanhada dos navios que entendesse necessários, e depois singrasse com a sua capitanea para o Rio de Janeiro.

Continuava o Rei:

“E dali vades logo pessoalmente a São Paulo e disponhaes e façaes correr a fabrica das ditas minas no modo que tiverdes por mais conveniente, e que posto tudo na boa ordem que convem deixeis correndo com ellas a Duarte Corrêa Vasqueanes, Hey por bem que para melhor efeito do entabolamento das ditas minas augmento de minha fazenda, bem de meus vassallos. E administração da justiça uzeis e tenhaes o Regimento seguinte — (à margem: “no modo que parecer mais conveniente”).

“Uzareis e tereis todo o poder, jurisdicção e Alçada, que tem e de que uza o governador geral do estado em todas as materias de justiça, fazenda e guerra em toda a Repartição do Sul e partes donde tratardes de minas, independente em tudo o dito governador geral e immediato somente a mim.”

Como vemos, notavel autonomia era attribuida ao futuro reconquistador de Angola.

“Hey por bem que possaes prover todos os officios do districto das ditas minas e pertencentes a ellas; os de Justiça em vida das pessoas providas e os da fazenda emquanto eu os não der de propriedade — (à margem: “pertencentes somente ás minas no interino até eu os prover”).

“Averá nas ditas minas hum Provedor da fazenda e terá de ordenado 400\$000 cada anno, hum tezoureiro que terá de ordenado 300\$000. E um escrivão que terá de ordenado 200\$000 os quaes ordenados se pagarão do Rendimento das ditas minas por vossos mandados correntes — (à margem: “Provedor — sem mil rs. Tisoreiro — oitenta mil rs. Escrivão — sessenta mil rs. por mandados com vista do provedor das ditas minas”).

“De todas as cousas que se moverem pertencentes ás ditas minas tomará conhecimento de primeira instancia o dito Provedor da fazenda e as sentenças com appellação de agravo para vós que as sentenciareis a final — (à margem: “sentencial-as ha com ajuntos o procurador da fazenda sargento mór do logar e ouvidor”).

“O Ouvidor geral das ditas Capitánias sendo letrado será vosso adjunto e com elle sentenciareis afinal todas as causas civéis e crimes que no districto das ditas minas e partes donde



assistirdes em seu descobrimento se moverem, e não sendo letrado elegereis um detrádo docto e de sã consciencia que para as ditas causas seja vosso adjunto; e sendo caso que o não haja na parte donde vos achardes, vós sentenciareis as ditas causas e as mandareis por appelação ao meu Conselho Ultramarino, e por escusar mais gastos Hey por bem que o mesmo escrivão deante o dito ouvidor geral para todas as ditas cauzas E não levará outro ordenado mais que o sobredito E os próes E percalços que directamente lhe pertencerem — (à margem: “nas causas tocantes ás ditas minas e virá a Resolução ao Conselho Ultramarino.

“O escrivão será o do mesmo ouvidor e com o mesmo seu ordenado”).

“Para melhor beneficio das ditas minas Hey por bem que aja nellas os ofeciaes seguintes a saber dous mineiros de ouro que averá cada hum de ordenado 600\$<sup>s</sup>; hum mineiro de betas que averá 600\$<sup>s</sup> 2 mineiros de prata com 600\$<sup>s</sup> cada hum, hum ensaiador com 600\$<sup>s</sup>, hum mineiro de perolás com 600\$<sup>s</sup>, hum mineiro de esmeraldas com 600\$<sup>s</sup> hum mineiro de salitre com 500\$<sup>s</sup> dous mineiros de ferro com 200\$<sup>s</sup> cada hum os quaes ordenados serão pagos do Rendimento das ditas minas.”

(à margem: “os mineiros — 120\$000 rs. os de salitre e ferro 80\$000 rs.”).

“Sendo os necessarios algũa cousa de algum lugar das ditas capitánias para beneficio das ditas minas passareis mandados ao Capitão-mor, ou capitão que no dito lugar servir, ou para os Provedores da Fazenda conforme aonde pertencer os quaes darão inteiro cumprimento aos ditos mandados.

“Outrosi sendo necessario para o dito beneficio algũa couza do governo geral Hey bem que passeis precatorias ao Governador geral para que vos faça acudir com o que assi necessitardes E lhe ordeno que assi o faça.”

(à margem: “parece que não ha de ser por precatoria, se não por carta”).

“Ordeno e mando que cada mina que se descobrir ou puzer em via façais logo rezistrar nos livros da minha fazenda para que della se cobre o que me pertencer, em cuja cobrança o Provedor fará todas as deligencias que convem.

“E porque pode succeder que entaboladas as ditas minas havendo dellas o aproveitamento que se espera, seja seu sitio e

portos Requestrados do inimigo cuja defensão convem prevenir, Hey por bem que donde vos parecer possaes fabricar huã fortaleza para guarda do dito Porto. E nella meter infantaria e artilharia que convenha cujos gastos se farão do mesmo Rendimento das minas, elegendo nella officiaes avendo sempre respeito aos que por mais serviços melhor o merecerão dandome conta de tudo no meu conselho Ultramarino.”

(à margem: “parece que antes de se fazer esta fabrica, sendo necessario se deve dar conta, e não depois”).

“Hey outrosi por bem que para o trabalho & Beneficio das ditas minas vos possais valer dos indios de qualquer aldeia pagandolhe seu sallario do dito Rendimento.

“E porque sou informado que não somente em São Paulo mas em outras partes do Brasil ha minas de ouro, Prata, ferro, cobre, calahim, estanho, perolas e esmeraldas, Vos encarrego muito trateis com todo cuidado de tomar informação dellas, E procureis descubrilas e entabolalas de maneira que tenham efeito por cujo Respeito para melhor achardes uzareis do sobredito poder, jurisdicção e alçada em todo o districto do sul.”

(à margem: “parece que como sua Magestade não tem noticias destas que avendoas em outras partes se deve darlhe conta antes de tratar nellas para ver se convem fabricalas”).

“E porque importa tanto o meu serviço augmento de minha fazenda e bem de meus vassallos estes entabollamento E animados os moradores das ditas capitancias com mercês se disporão melhor ao trabalho dispendido e gasto que nelle hade fazer cada hum que quizer descobrir e beneficiar nova mina, pella confiança que de Vós tenho e que em tudo procedereis como convem a meu serviço de maneira que mereçais fazervos mercê e agradecervos o que obrardes Hey por bem que possaes acrescentar a honra que vos parecer a toda a pessoa que descobrir mina E a puzer em via, lavrar e tirar metal, E conceder lhe as liberdades que licitamente não impedão meu serviço nem o accrescentamento da minha fazenda E caibão em sua calidade, e disto lhes passareis cartas Em que irá incerto este capitulo as quaes me enviareis para eu aprovar E confirmar tendo muito consideração as calidades E merecimentos das taes pessoas E o mesmo fareis as que vos acompanharem na empreza E servirem no dito beneficio das minas.”

(à margem: — “he muito largo este poder”).

“E enquanto senão poem por obra o entabolamento das minas de ouro de betas procurareis que, do ouro da lavagem se Recolha todo o possivel assi por conta de minha fazenda, como por os moradores que nisso quiserem intrrometer de cujo procedido fareis cobrar o que me pertencer como está dito.

“E sobretudo Vos encarrego muito tenhais particular cuidado de que se não divirta, nem desencaminhe nada do que pertencer á minha fazenda para o que mandarei lançar bandos e impor as penas que Vos parecer que inviolavelmente fareis executar nos transgressores dellas E sua fazendas.”

(à margem: “com moderação ordene ser estes bandos para se poderem com justiça exequutar e não poder aver alguma alterasam”).

“E porque\* daqui senão podem prevenir os accidentes que podem succeder deixo a Vossa disposição que conforme o que Virdes que convem disponhais tudo como melhor se consiga meu serviço e o dito entabolamento.”

(à margem: “com o parecer dos ajustes atras”).

Chegamos agora à parte capital do documento, importantissimo para a defesa da nossa tese. Manda Dom João IV terminantemente que haja por parte do seu delegado o máximo empenho na cunhagem da moeda:

*“E considerando que para melhor augmento de minha fazenda E bem de meus vassallos será mais util que o procedido das ditas minas se lavre em moeda Hey por bem que do dito procedido e do metal que os moradores tiverem adquirido antes desta ordem se lavre moedas de toda a sorte na forma de minhas leis E ordenação, E pagos os ordenados E mais gastos, o Remanecente entregue o tizoreiro das ditas minas (a cuja mão hade ir para fazer os ditos pagamentos) do pagador E tizoreiro da frota com conhecimento em forma por Vos asinadas para que neste Reino de conta com antiga delle, o que tudo vos tomareis por auto feito pello escrivão da fazenda para me dardes aviso.*

“Em poder do escrivão averá dous livros por Vós Rubricados ou pello procurador nos quaes se fará Receita E despesa ao Almojarifado E por elle lhe tomareis contas em cada anno quando fordes as ditas minas.

“E' assi averá outro livro em que se Rezistam as minas que se forem descubriendo, e o Rendimento da casa da moeda de que passará a fazerse carga ao dito Almojarife.

“E porque sou informado que os moradores de São Paulo por suas conveniencias e muito em prejuizo do meu serviço E augmento de minha fazenda impedem o entabolamento das ditas minas.

“E emquanto os Religiosos da Companhia de Jesus tratão cômigo de seus Requerimentos sobre serem Restituídos a suas casas E fazendas de que pellos ditos moradores de São Paulo forão expulsados por aver procedido a dita expulsão por Respeito dos indios Hey por bem e a Vos mando que com toda a capacidade que de Vós espero trateis por todos os meios de convencimento (em que meu serviço se não defraude) que os ditos moradores não impidão o dito entabolamento antes para elle vos dêem todo favor E ainda, declarando lhes que com o contrario me averey por mal servido, E que emquanto se não determine no Requerimento dos ditos Religiosos o que mais convenha ao serviço de Deus e bem das almas, Hey outro si por bem que os ditos moradores tenham os indios por administração, E nesta conformidade sendo necessarios mais os possam ir buscar ao sertão com licença Vossa com tanto que não entrem em Aldeas donde os ditos Religiosos os tenham já debaixo de sua administração.”

(à margem: “e outros Religiosos os tenham”).

“E sendo caso (o que não espero) que obstinados moradores em sua Rebeldia prosigão em impedir o dito entabolamento depois de serem como está dito por Vos e amoestados, ordenareis que o ouvidor geral tire devassa dos cabeças do bando E amotinadores, E aos que achar culpados procure com toda diligencia prender E por evitar maiores danos que disto se podem originar os Remetereis presos a bom Recado a esta corte com suas culpas para que sejam castigados como merecerem, E vindo para exemplo fazer lá algum castigo examinada a culpa á sentenceareis com Vosso adjunto E fareis execução.”

(à margem: “com mta. moderação e resguardo a os ter em obediencia”).

“E sendo o dito Remanecente tão consideravel que Vos pareça que não se arranque tudo em hua só embarcação, o dividireis por outras entregue aos mestres com auto E muito em forma, a entregar neste Reino ao dito pagador tizoreiro para que elle dê conta de tudo por encheio.”

(a seguir: “no Conselho Ultramarino”).

Todas estas notas à margem dão-nos a nítida impressão de que devem ter sido lançadas por inspiração do proprio Dom João IV, tal a incisividade dos seus termos. Parece-nos que o soberano deve ter anotado um borrão do requerimento passado ao seu General das Frotas do Brasil.

Da máxima importancia vêm a ser as linhas que aquí deixamos sublinhadas:

*“E porque outrosi convem que a casa da moeda esteja donde (ha) os metaes de que se hade bater com o que os moradores se applicarão mais ao descobrimento E beneficio delles Hey por bem que só (sic) em São Paulo se faça a dita casa da moeda E que nella se leve toda a que houver de Redundar dos ditos metaes de ouro, prata, cobre E calahim assi já adquiridos como de novo descobertos E na dita casa averá os officiaes necessarios E com ordenado que tem os da casa da moeda desta côrte de Lisboa.”*

Assim se explica porque não se levou avante a fundação da casa da Moeda projetada para o Rio de Janeiro e só se estabeleceu a de São Paulo.

“E porquanto pello que convem a meu serviço, confiança que de Vós tenho, Experiencia que tendes das ditas minas Vos encarrego o dito entabolamento tendovos elegido por general das frotas do Brasil Hey por bem que dispondo o dito estabelamento na forma que vos parecer que convem a meu serviço e seu bom efeito Vos venhais a embarcar na Vossa capitania e tragais a frota do Rio de Janeiro e bahia a este Reino na forma da ordem E Respeito que vos tenho dado, E em quanto fareis a dita viagem corra e prosiga com a dita administração E entabolamento Duarte Correa Vasquesanes Vosso tio dispondo tudo na forma E ordem que lhe deixardes por escrito, E quando torneis a buscar as outras frotas cada anno Vos dará conta do que ouver o brado para que disponhais o que mais convenha a meu serviço E me tragais a informação E procedido na forma declarada, E em vossa auzencia uzará o dito Duarte Correa dos mesmos poderes.

(à margem: “tomando a forma deste regimento — emquanto S. Magestade ouver por bem e não mandar o contrario”).

“Pello que ordeno E mando, officiaes de justiça, fazenda E guerra moradores E mais pessoas assistentes nas dittas ca-

pitánias, do Sul E dstricto das minas do brasil Vos conheção ajão E Respeitem por Administrador dellas com todo o poder jurisdicção E Alçada neste Respeito declarado E como tal Vos obedeção E cumprão Vossos mandados para o dito efeito E em Vossa auzencia ao dito Duarte Correa Vasquesanes, o qual Hey outrosi por bem que tenha de ordenado em cada hum anno — 200\$ rs. que se lhe pagarão dos Rendimentos das ditas minas E aos que por general das frotas Vos tenho nomeado.

“Esperando que procedais dè Maneira neste entabolamen- to que mereçais fazerdes mais honrra E mercê E o mesmo ao dito Duarte Correa.”

Assim era o Rei que terminantemente determinara a exclu- sividade da sua primeira casa de moeda no Brasil, fixando-a em São Paulo e só em São Paulo.

O último dos quatro documentos portugueses não tem por si importancia especial, mas traz-nos a comprovação do nosso favor. E' uma certidão emanada de um funcionario que se de- clara “provedor da casa da Moeda da villa de São Paulo”, tra- tamento que, aliás, lhe dão diversos documentos municipais de São Paulo, de 1649, por nós aduzidos:

“Certificado passado por Pascoal Afonso, Provedor das Minas e Casa da Moeda da Villa de São Paulo a Estevão Fer- nandes Porto, Tezoureiro, sobre distancias á Villa de São Vi- cente.

“8 — Junho — 1653.

“(Caixa n. 1 São Paulo, do Archivo Historico Colonial de Lisbóa).

“Sertificamos eu, Pascoal Afonço Provedor das Minas, e Caza da moeda da Villa de Sam Paullo, e o thezoureiro estevão frz Porto, em como he verdade, e ser serto ser da Barra Gran- de á Villa de Santos legoa e meia e dahy á Villa de Sam Paullo quinze legoas, q. vem a ser dezaseis e meya, e da Villa de Sam Paullo a aldeia de Marouiri sinco legoas, e da dita Villa a al- deia de Sam miguel coatro legoas o que juramos pelo juramento dos santos e evangellios passar assy na verdade do que passa- mos a prezente per nós assignada oje 8 de Junho de 1653 an- nos. E eu Andre de fontes escrivão das minas e quintas reaes o sob escrevy e o cõsertey cõ o official abaixo assinado e o pro- prio torney ao sr. administrador a que me reporto na Villa de

Santos em os deis dias do mes de Julho de seis sentos e sincoenta e tres annos.

“Comigo Provedor das  
minas.

(a) Domingos Gomes de Escobar.

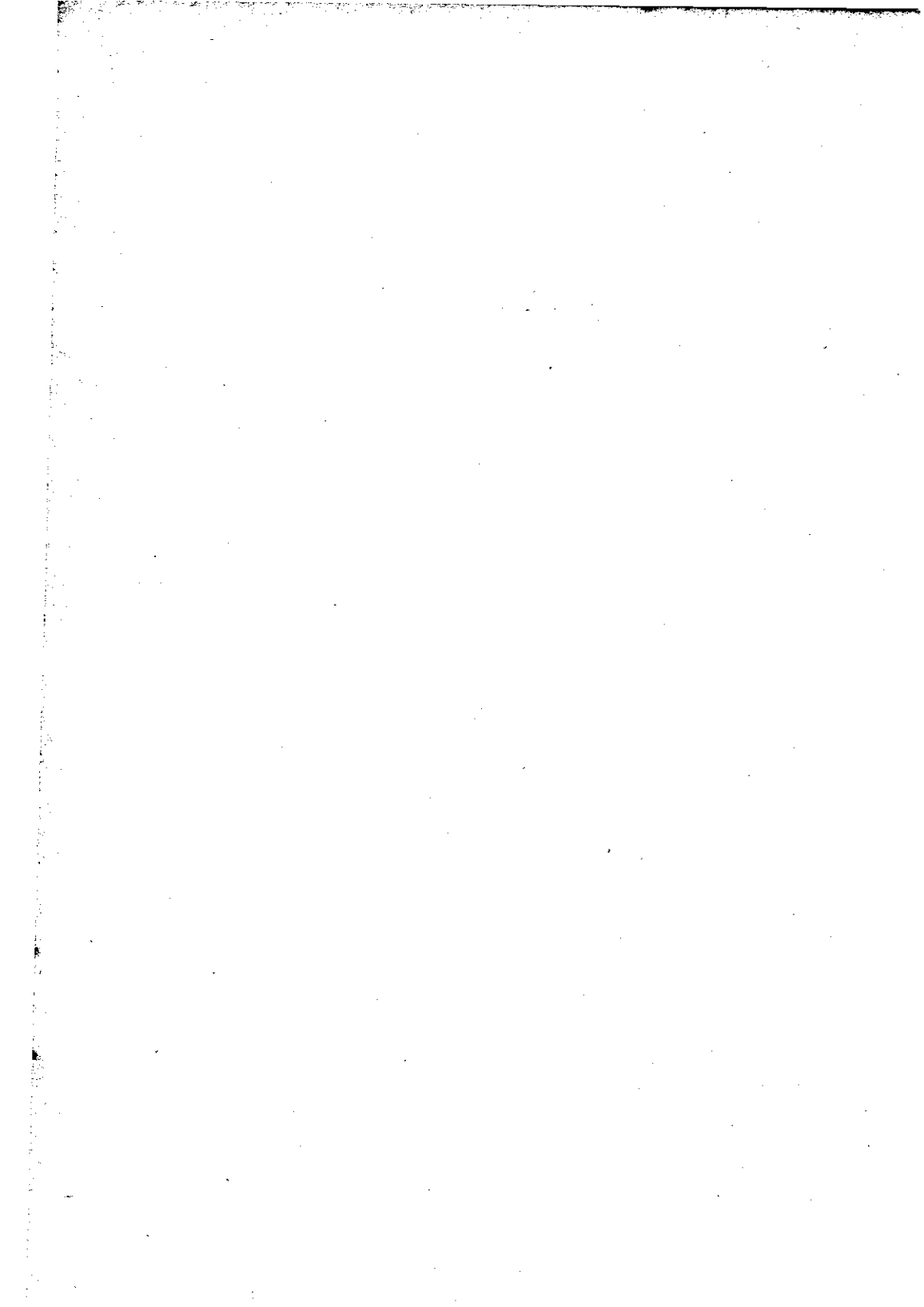
cõsertado por my escrivão

(a) Andre de fõtes.”

São estes os novos documentos que apresentamos ao exame dos especialistas em favor da nossa tese sobre a procedencia da Casa da Moeda de São Paulo em relação às demais do Brasil.

Esperamos que a sua divulgação contribua para que o Sr. Antonio Augusto de Almeida saia do seu obstinado silencio de quasi quatro anos, justificando o seu voto de março de 1936, adverso ao nosso ponto-de-vista e até hoje não documentado. A julgar pela demora, a resposta de S. Ex. deve vir arrasadora...

São Paulo, 7 de novembro de 1939.





# Produção do ouro no Brasil (\*)

*Alvaro de Sales Oliveira*

À mingua de dados estatísticos que merecem fé, não foi possível até hoje determinar com segurança o montante exato da produção total do ouro no Brasil, desde as primeiras lavras paulistas até o presente.

Diversas são as causas da falta de uma documentação rigorosa, baseada em algarismos precisos, salientando-se a escassez de dados seguros da soma total produzida pelo pagamento dos tributos devidos ao Real Erario, impostos estes arrecadados de diversas formas, como vimos anteriormente — o quinto, a finta, a capitação, a avença, etc.

Com o rendimento exato de toda a arrecadação fiscal, nada mais fácil que o cálculo com rigor, quasi matemático. de todo o ouro extraído, excluído, é claro, o contrabandeado, de apenas possível estimativa.

Na falta destes assentamentos, recorreu Eschwege a um expediente interessante, tomando a população como base para a avaliação da extração do ouro, desde o ano de 1600 até o de 1820, sendo que, para a província de Minas Gerais, os dados a esse respeito são mais circunstanciados, devido a um trabalho intitulado — *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, escrito em 1780 pelo Desembargador José João Teixeira Coelho, com dados até 1787.

Adotando este critério para a avaliação do ouro extraído em outras províncias, exceto as de Minas Gerais, onde o imposto do quinto foi tomado para base desse cálculo, Eschwege (1) nos fornece as seguintes estimativas:

(\*) Capítulo do livro inédito *Moedas do Brasil*, do mesmo autor.

(1) Eschwege — *Pluto Brasiliensis* — Trad. Prof. Rodolpho Jacob — *Revista do Arquivo Público Mineiro* — Ano III — Fascs. III e IV — Págs. 560 e 561.

PROVINCIAS	Arrecadação do quinto — arrobas	Ouro extraído, já quintado — arrobas
Minas Gerais:		
1700 a 1713	14	69
1714 " 1725	312	1.562
1725 " 1735	500	2.500
1735 " 1751	2.050	10.249
1751 " 1777	2.495	12.475
1788 " 1820	1.766	8.831
SOMA ....	7.137	35.686
Goiaz:		
cálculo aprox. 1700 a 1820	1.842	9.212
Mato-Grosso:		
cálculo aprox. 1721 a 1821	621	3.107
São Paulo:		
cálculo aprox. 1600 a 1820	930	4.650
Soma de todas as provincias .....	10.531	52.657

Alem destas quantidades, apresenta ainda mais as seguintes:

Ouro confiscado de 1700 a 1713	11 arrobas
" " " 1713 a 1820 ap.	120 "
" contrabandeado de 1600 a 1820 "	10.531 "
" trocado nas casas de permuta de 1808 a 1820	20 "
" extraídos nas lavagens dos dia- mantes de 1772 a 1820	27 "

Total 10.709

O total destas duas somas, 52.657 e 10.709, dá a quantidade geral de 63.366 arrobas de ouro, ou cerca de 950,50 to-

neladas, peso máximo de todo o ouro extraído no Brasil, desde 1600 até 1820, segundo a abalisada opinião deste ilustre geólogo.

Considerada uma arroba valendo 15.360 cruzados, correndo a 1500 réis a oitava, a quantidade total desse ouro corresponderia à respeitável importância de 973.301.760 cruzados, ou ainda cerca de 397 mil contos de réis, equivalentes aproximadamente a 130 milhões de libras esterlinas (libra = 305\$ réis), das quais 808.811.520, ou digamos 809.000.000 de cruzados, provenientes de todo o ouro apurado nos Casas de Fundição, e 164.490.240 cruzados provenientes do ouro confiscado, contrabandeado, etc., no decorrer desses 220 anos.

E' curioso também notar que Eschwege estima o ouro contrabandeado em 10.531 arrobas, cifra esta exatamente a mesma achada para a arrecadação total dos impostos devidos à Coroa Real.

Vejamos agora qual a estimativa de Calógeras, para a extração total do ouro, somente em Minas Gerais, no mesmo período.

Depois de fazer varias considerações e ainda estribado no testemunho de Antonil e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, as *Minas e os Quintos*, avalia, em algarismos redondos, em 51.400 arrobas ou 771,00 toneladas.

Embora Calógeras não especifique si neste total o ouro já estava ou não *quintado*, supomos que sim, havendo uma diferença de cerca de 12.000 arrobas, ou perto de 20% para menos, entre a estimativa de Eschwege e a sua.

Desde 1820 até 1903, os dados que encontramos são referentes exclusivamente ao ouro extraído em Minas Gerais, e assim é que, segundo Henwood, no período de 40 anos que medeia entre 1820 a 1860, esta industria produziu 63.783 quilogramas deste metal.

Desde esta época até 1896, as informações são infelizmente pouco seguras, sendo que há uma estimativa de uma produção media anual de 2.000 quilogramas, citada nos *Anais da Escola de Ouro Preto* e aceitas por Calógeras, ou sejam mais 74.000 quilogramas.

Para o quinquenio seguinte, o Dr. Antonio Olinto (2) nos dá a seguinte estatística :

(2) Antonio Olinto dos Santos Pires — *Mineração e Riquezas Mineiras* — *Revista do Arquivo Público Mineiro* — Ano VIII — Fascs. III e IV — Págs. 969.

Em 1896	.....	1.988,527	gramas
1897	.....	2.233,944	"
1898	.....	3.090,205	"
1899	.....	4.192,414	"
1900	.....	4.670,400	"
Total:	.....	16.175,490	"

E, si levarmos em linha de conta' o ouro extraído pelos faisca-  
dores, pode-se avaliar, segundo o mesmo autor, em 20.000  
quilogramas o total produzido pelas minas auríferas de Minas  
Gerais nos cinco últimos anos do século XIX.

E para os três primeiros anos do atual século XX, temos  
ainda, segundo Calógeras:

Em 1901	.....	4.045,802	gramas
1902	.....	3.813,794	"
1903	.....	3.943,980	"
Total:	.....	11.803,576	"

aos quais deve ser adicionado o produto das faisqueiras, en-  
contraremos cerca de 14 toneladas de ouro produzido nestes  
três exercicios.

Com os dados acima, chegamos aos seguintes resultados,  
somente para o ouro extraído em Minas Gerais:

De 1820 a 1860	.....	63.783	quilogramas
1860 a 1896	.....	74.000	"
1896 a 1900	.....	20.000	"
1901 a 1903	.....	14.000	"
Total:	.....	171.783	"

Para a produção total do ouro em nosso país, diz  
Calógeras:

“Arredondando as cifras, para levar em conta pe-  
quenas porções de metal precioso explorado moderna-  
mente na Baía, no Ceará e no Rio-Grande-do-Sul, po-  
demos dizer que o Brasil, desde o seu descobrimento,

forneceu cerca de mil toneladas de ouro, no valor aproximado de três bilhões de francos." (3)

Como vemos, este cálculo, sem grande precisão, compreende um ciclo de 303 anos, que vai de 1600 a 1903.

Si à produção total de ouro no Brasil, estimada por Eschwege até 1820, último exercício por ele computado, adicionarmos a quantidade de 172,0 toneladas, acima mencionadas, em números redondos, teremos o peso total desse metal, extraído de 1820 a 1903.

E, assim recapitulando, encontraremos:

CÁLCULO DE ESCHWEGE de 1600 a 1820

Provincias	
Minas Gerais — São Paulo — Goiaz — Mato-Grosso	
Ouro extraído, já quintado	.... 52.657 arrobas
" confiscado	..... 131 "
" contrabandeado	..... 10.531 "
" de diversas procedencias	... 47 "
Total:	..... <u>63.366</u> "

ou 950,5 toneladas, às quais, somadas às 172, dão para o total do ouro extraído até 1903, cerca de 1123, ou, em cifras redondas, 1200 toneladas — 20% mais da estimada por Calógeras, conforme vimos anteriormente.

Vejamos agora o cálculo do valor total do ouro, segundo as estimativas de vários outros autores estrangeiros.

Pelos cálculos apresentados pelo Barão Humboldt, na sua *Nova Espanha*, citada por Del Mar (4), a produção total das minas de ouro do Brasil, desde 1680 a 1803, atingiu a ..... \$855.500.000; Mr. Danson, diz ainda o mesmo informante, em um minucioso trabalho lido perante a Sociedade de Estatística de Londres, avaliou essa produção no mesmo periodo em \$992.000.000.

E, finalmente, o proprio Del Mar (5), baseado, segundo afirma, em autores como: Reynal, Humboldt, Jacob, Danson,

(3) João Pandiá Calogeras — Obra citada — Vol. I, Pág. 225.

(4) Alex. del Mar — *A History of the Precious Metals* — Pág. 255. — New York, 1902.

(5) Alex. del Mar — Obra citada — Pág. 255

John Mawe, Biskyre, Southey, Phillips, Kelly, Beauchamp, etc., apresenta o seguinte quadro estatístico:

SOMA EM MILHÕES DE DÓLARES-OURO, AMERICANOS — Desde 1680 a 1899

Periodo	Produto	Periodo	Produto	Periodo	Produto
1680 -	25,0	1740 - 49	150,0	1820 - 29	15,0
1680 - 89	10,0	1750 - 59	75,0	1830 - 39	20,0
1690 - 99	15,0	1760 - 69	50,0	1840 - 49	13,0
1700 - 09	30,0	1770 - 79	50,0	1850 - 59	15,0
1710 - 19	50,0	1780 - 89	50,0	1860 - 69	13,5
1720 - 29	100,0	1790 - 99	43,0	1870 - 79	12,5
1730 - 39	200,0	1800 - 09	25,0	1880 - 89	13,5
		1810 - 19	12,5	1890 - 99	15,0

A soma destas parcelas perfaz um total de cerca de UM BILHÃO de DÓLARES, ou 206.000.000 de libras esterlinas, equivalentes a mais ou menos ao peso de 1.508,0 toneladas, estimativa esta que se nos afigura algo elevada.

A respeito da produção aurífera do Brasil, escreve Del Mar (6) o seguinte trecho, que muito a propósito deixamos de traduzir, afim de não modificar o espírito e as expressões do autor, a forma e o sabor do original:

*"Until within recent year the extent of the Brazilian gold product was scarcely less than had been that of either the Californian or Australian. When it is considered how much less gold there was in the world's stock of the precious metals, at the period when Brazil threw her auriferous product into Europe, than there was when California and Australia were productive, the importance of the Brazilian placers, will be seen to have been ever greater than that of the great placers of the present century."*

(6) Alex. del Mar — Obra citada — Pág. 256.

De 1904 até 1922, a produção de ouro no Brasil, verificada a mor parte em Minas Gerais, parceladamente, por ano, foi a seguinte, avaliada em gramas (7):

1904 — 4.081.109	1914 — 4.127.700
1905 — 3.878.693	1915 — 4.564.523
1906 — 4.547.940	1916 — 4.377.893
1907 — 3.779.839	1917 — 4.368.770
1908 — 4.165.017	1918 — 4.265.315
1909 — 4.287.402	1919 — 4.099.273
1910 — 3.873.786	1920 — 4.156.355
1911 — 4.289.630	1921 — 4.472.623
1912 — 3.882.400	1922 — 4.542.511
1913 — 3.392.635	— — —
TOTAL	79.153.454

Si desde essa época, 1922, até os nossos dias, tomarmos uma produção media diaria em todo o Brasil de 7,5 quilos ou por ano, cifras estas bem razoaveis, teremos um peso total de 187,5 quilogramas por mês, ou ainda 1500,0 quilos (8 meses) por ano, cifras estas bem razoaveis, teremos um peso total de cerca de 1300,0 toneladas, ou seja tudo quanto foi extraído de 1620 até o presente.

Relativamente à quantidade de ouro extraída pelos faisca-dores, o Dr. Fleury da Rocha, competente Diretor Geral da Produção Mineral, nos dá as seguintes informações muito in-teressantes:

“A quem percorreu os municipios de Santa Bárbara, Sabará e Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais, du-rante o ano corrente, deve ter impressionado o grande número de faiscaadores que, por processos rudimentares, lavavam cascalho aurífero no Rio das Velhas, Ribeirão do Gaia, Rio Santa Bárbara e em seus afluentes; familias in-teiras, inclusive crianças, entregavam-se a esses trabalhos.

“Ao par disso, proliferaram tambem os compradores que percorriam a região, até os pontos mais recônditos.

“Achando-me instalado em Santa Bárbara, afim de proceder a estudos de jazidas de ouro, resolvi fazer uma estatística dos faiscaadores nos três municipios já citados, tomando-lhes os nomes, produção diaria e dias de serviço.

(7) *Boletim do Ministerio da Agricultura*, já citado — Pág. 402.

“Nas sedes dos municípios, fácil foi a tarefa, mas outro tanto não se deu nos diversos distritos, onde os faiscaadores, aconselhados pelos compradores que diziam ter eu o fito de inscrevê-los *para que lhes fossem cobrados impostos*, negaram-se a fornecer os dados pedidos; nesses pontos limitei-me, apenas, a obter o número de faiscaadores, com o seguinte resultado geral:

Município de Santa Bárbara .....	850
Município de Sabará .....	100
Município de Santa Luzia .....	50
	1.000

“Embora grande parte tenha obtido a media de 3 gramas, penso que devemos tomar a de 1 1/2 grs. diarias, com 25 dias de serviço mensal, ou seja uma produção de 37k,5.

“Os faiscaadores não podem trabalhar os 12 meses do ano, devido às enchentes do verão; assim, penso que devemos tomar 8 meses que, multiplicados por 37k,5, dão um total de 300k,0.

“Não será de estranhar que no próximo ano seja a produção aumentada, pois muitos são os pedidos de autorização para a extração de ouro, devendo o processo ser o de máquina, como bateas mecânicas, etc., já existindo algumas em pleno funcionamento.

“Recentemente foi noticiado que o número de faiscaadores e garimpeiros, em todo o país, elevava-se a ... 150.000; é um cálculo muito exagerado.

“No Estado de Minas Gerais, o número não poderia ultrapassar a 5.000 faiscaadores, com a produção diaria de 1 1/2 gramas, ou sejam 7k,500 que, multiplicados por 25 dias de serviço mensal, dão 187k,5, ou sejam ... 1.500k,0 em 8 meses no ano.

“Para os outros Estados reunidos, calculamos cerca de 5.000 faiscaadores, que, produzindo também 1 1/2 grs. diarias, dão resultado idêntico ao de Minas Gerais.

“Assim, pode-se calcular a produção de ouro dos faiscaadores, em todo o Brasil, em 3 toneladas.” (8)

(8) *Boletim do Ministério da Agricultura*, já citado — Págs. 407/408.



# Valores permanentes

*Afonso José de Carvalho*

Certos predicados de cunho regional permanecem intactos através dos tempos e dos elementos de dispersão e quiçá de eliminação, advindos ao planalto piratiningano desde o último quartel do passado século. Compreende-se o absurdo de equiparar o vigor e o volume das realizações atuais aos modestos surtos do progresso material e cultural paulistanos dos últimos tempos do Imperio. Mas, si a quantidade refoge à comparação, a qualidade se mostra fiel às mesmas fontes originárias das virtudes bandeirantes. Sob certos pontos-de-vista, o temperamento do genuíno paulistano de hoje não difere substancialmente do de 1880, assim como o dos dessa época não diversificava do dos rijos mamelucos da era colonial. Graças a esse fenômeno sociológico, a bondade e o pundonor da gente piratiningana revestem, através das reviravoltas e comoções de nossa vida política, o carater de perpetuidade muito confortavel e grata às velhas testemunhas do esforço paulistano em meio das demais unidades integrantes do país. A grande imigração incrementada por paulistas de escol, o cruzamento com o estrangeiro, o intercambio de valores étnicos — influíram por certo no vicejamento de certas qualidades raciais reconhecidas por todos os observadores estrangeiros que nos têm visitado. Mas, o segredo do êxito subsiste no âmago das iniciativas, da mesma forma que em certos vinhos generosos, onde entram os produtos de outros parreirais, o gosto reconhece, ao prová-los, o suco da uva originária a que se deve o privilegio de seu sabor. Cumpre reconhecer que o São Paulo da atualidade, com suas instituições de benemerencia, com os seus dispensarios, as suas ligas protetoras, suas iniciativas vicentinas e, em geral, com todas as demais instituições benfazejas onde o altruismo reflete

uma alta sociabilidade, onde a higiene se casa com o máximo conforto, a bondade se associa à riqueza e a opulência moral se une ao progresso material, evoca na mente dos velhos observadores a pequenina cidade de outrora, onde cada cidadão era um amigo de seu semelhante, cada relação social uma força como a do parentesco íntimo e cada habitação um ninho de afetos bons amantes da paz e da ordem, da fraternidade e da solidariedade social.

Há sessenta anos atrás, a pequena cidade piratiningana de pouco mais de trinta mil habitantes constituía-se em aparência como uma só família onde raros agrupamentos procediam de além-fronteira, podendo em regra cada individuo encontrar sem dificuldade o seu pequeno ramo genealógico na grande árvore ancestral comum. Ia aumentando sem dúvida o número de estrangeiros meritorios, excelentes colaboradores de nosso incipiente progresso. Mas, nesse tempo, contavam-se ainda pelos dedos os forasteiros moradores do planalto dentre os mais prestimosos portugueses, franceses e teutos. Ainda se aludia, nas relações de ordem privada, ao alemão do beco, ao italiano da esquina, ao português da venda. Também não se confundiam, sem dúvida, estrangeiros com brasileiros, e nem mesmo o paulistano com os brasileiros de outras províncias, pois bem se sabia quem era o baiano, quem o cearense, quem o mineiro, e quem mesmo o paulista oriundo das cidades do interior. Mas, era absolutamente certo que a aparência era de uma perfeita fraternidade, como si todos os moradores vivessem sob o mesmo patriarcado, com seus costumes fortemente acentuados e o *modus vivendi* como que previamente estabelecido. Vivia-se numa continuidade de hábitos tradicionais, onde aqueles predicados da cordialidade e do brio regionais pareciam compartilhados por todos os habitantes identificados pelo mesmo interesse de paz para o trabalho e de solidariedade para o aumento progressivo do conforto comum.

Essas qualidades principais não se incompatibilizaram jamais na alma do paulistano de ontem e de hoje. O paulistano foi sempre bom e brioso. Em traços magistraes, desenhou o grande Eça, na *Ilustre Casa de Ramires*, a figura paradoxal de Gonçalo Mendes, o fidalgo luso de aspectos aparentemente contraditorios, mas em realidade acomodaveis num misto de bondade e bravura, de descuidos temporarios e de súbitas arrancadas heróicas em face de bramante injustiça. Ora, com certos retoques necessarios de temperamento, o paulistano de outrora

podia comparar-se a um Ramires talvez mais afetivo, com aparências de mais comodismo na apreciação dos fatos consumados, mas igualmente intransigente e reivindicante em pontos graves de pundonor. Era o paulistano o que sempre foi e havia de ser: uma alma de lusitano forte, amenizada pela cordura de nossos valentes antepassados da floresta. Para lhe traçarem a linha dos destinos, lá estavam Ramalho e Bartira, na origem promissora das energias que haviam de triunfar no cimo da esplanada. E, enquanto não chegava a onda imigratoria que deveria impulsionar com ímpeto a carreira das prosperidades materiais, vivia ainda o paulistano, há 60 anos atrás, a sua vida algo rotineira, a que entretanto não minguavam atrativos pela sinceridade respirada de seus usos e costumes. Era então um povo de hábitos quasi inalteráveis. Ia à missa pela manhã nublada, trabalhava o dia todo, e divertia-se levemente à noite, dentro ou fora de casa. Si havia espetáculos dramáticos ou acrobáticos, não faltava ao teatro São José, do largo da Cadeia, ou ao circo de cavalinhos, do largo de São Bento. Amava as zarzuelas e as sortes de picadeiro. Em falta de tais funções, distraía-se em casa com serões alegres recheados de jogos de prendas, cantorias ao violão, recitativos e dansas, que se prolongavam às vezes até o romper da aurora. Não faltava às festas populares e religiosas, misturadas de rezas e coisas profanas, de nuvens de incenso e fumaradas de fogos de artifício, ladainhas cantadas de envolta com o estrugir dos morteiros, entre luminarias e acordes musicais no coreto da Banda dos Permanentes. Aos domingos, afluíam famílias no adro do Colegio, na igreja e pateo do mesmo nome, para ouvir trechos de ópera executados pela grande banda, com bombo e pratos, cujo rumor sacudia as chamas das velas. Passeava o povo à tarde pela Ilha dos Amores ou perambulava pelo Jardim Público, ouvindo música, enquanto alguns "ousados" subiam ao mirante do Canudo de cinco andares. Vida tranquila até em política. Com a centralização, estagnavam-se as idéias, vinha a rotina, o desinteresse pelo aperfeiçoamento da máquina administrativa. O Imperador estava muito longe, na sua Corte, cercado de áulicos e responsáveis pela estabilidade das instituições. E o povo ordeiro da Paulicéia dispensava providencias. Bastavam-lhe, para garantias da ordem social, o presidente da provincia e a pequena guarda urbana. Jornais caricatos lançavam periodicamente a sua pilheria, gozada por momentos ao redor das mesas de jantar. Era uma crítica risonha contra os dirigentes. O paulistano

ria-se com as piadas, mas encolhia os ombros, por não divisar ainda o motivo serio de apreensões. Achava, em sua filosofia otimista, que afinal todos os homens da governança realizavam o que podiam, e que, si mais não conseguiam, era por lhes faltar o numerario. Mas, o dinheiro havia de vir. E, enquanto não vinha, cumpria observar com paciencia as subidas e descidas alternadas de liberais e conservadores, com seu sistema de represalias no exercicio do poder. Os que se viam no alto derrubavam os vencidos. Caído o ministerio, subiam os da opposição da véspera, os quais, por sua vez, se vingavam, derrubando os adversarios. O paulistano se acostumara a esse processo e não o achava fora de propósito. A sua existencia podia, por isso mesmo, continuar com suavidade e gosto, como um justo descanso após o cansaço das antigas bandeiras. E, tambem por isso mesmo, à noite, ouvindo soar lá fora, na esquina, a cantiga em menor de uma serenata estudantina, entre toques de violões, a familia paulistana suspirava tranquila, entendendo não haver motivo ainda para tomar a serio os vaivens e contradansas da politicagem.

E era realmente pacato e bom o paulistano de outrora. Bom e sentimental. Emocionava-se no teatro assistindo à representação dos velhos dramas pesados, de capa e espada. As mulheres choravam nos grandes lances da peça. Choravam ainda mais nas procissões de Sexta-Feira Santa, pela rememoração dos episodios bíblicos culminados pela cena do Calvario. E a piedade de homens e mulheres se estendia a todos os departamentos do altruismo. Acudia aos mendigos, arrolava-os, como succedeu em 1881, para que nada faltasse aos verdadeiros necessitados. Afligia-se o povo por ocasião das grandes secas nordestinas e socorria aos numerosos cearenses que o flagelo atirara para o Sul, para São Paulo. Estremecia de comiserção ante a catástrofe da Andaluzia e enchia de donativos a quermesse memoravel do Jardim Público, em prol das vítimas do terremoto. Com esse mesmo altruismo, auxiliava a extinção dos incendios, em falta de bombeiros, e, com a mesma tradicional cordura, se compadecia dos escravos, intervindo na propaganda abolicionista, verberando a tarefa dos capitães-do-mato, assistindo com horror, no drama *A Cabana do Pai Tomaz*, à representação da crueldade dos senhores ianquis, tão diferente da moderação paulistana para com os míseros cativos. As manumissões se multiplicavam de dia em dia, e preparavam suavemente, sem atropelos e violencias, o advento da libertação total dos escla-

vos. Quando a morte extinguiu a palavra inspirada de Luiz Gama, a mesma justiça e mesma piedade do povo admirável formaram a sua apoteose, acompanhando-lhe o corpo, num caudal enorme, que parecia toda a população da cidade. Esquecia esta, no doloroso traspasso, que o propagandista era um negro baiano e ex-escravo, para somente lembrar-se do homem genial que pugnara ardorosamente pela redenção de uma raça infeliz. Ante o valor e a virtude, ninguém cogitava de origens e procedências. *Homenagem à virtude* — tal foi a inscrição singela e eloquente lançada na fita aderente à coroa de lilazes colocada sobre o féretro do bom e honesto presidente dr. Sebastião Pereira, que vivera e morrera pobre, mas sempre fiel ao dever.

E o povo que, desse modo, se mostrava sentimental e brando para com os humildes e para com os meritorios, sem distinção de cores e de raça, era o mesmo que, em assomos de indignação, vaiava os apresadores de escravos fugidos e que, ao ver, na rua, um detido qualquer levado aos safanões por guardas urbanos brutais, bradava o clássico protesto “não pode!” e obrigava os esbirros a se comedirem, acompanhando-os até à cadeia, para fiscalizar a condução do preso e impedir violências. Embora hospitaleiro, de braços sempre abertos para os forasteiros que quisessem colaborar na sua vida social, esse mesmo povo não tolerava, no entanto, um menosprezo para com a nossa terra e a nossa gente. Em 1881, visitou a Paulicéia uma turma alegre de estudantes fluminenses. Por terem passado da linda capital do país para a modesta capital provinciana, entenderam alguns deles, mal avisados, de criticar, entre gargalhadas, tudo o que lhes parecia acaipirado e anacrônico, talvez os grandes beirais das casas, talvez quem sabe os aguadeiros, as ruas mal calçadas. Certo é que, conhecida a leviandade, uma indignação correu pelos quatro cantos da cidade. Isto aqui não era terra conquistada! — bradava-se. Si achavam isto feio, o trem de volta estava ali mesmo na estação do Norte. E não ficou apenas em palavras a repulsa, pois na próxima tarde domingueira, repetindo-se no Jardim Público a indelicadeza dos imprudentes rapazes, um magote de populares investiu contra eles e positivamente os expulsou, com vaias ameaçadoras, para fora da florida estância. Houve grande escândalo, protestos pela imprensa do chefe da turma, e os rapazes lá regressaram para a Corte, estomagados, cheios de ressentimento. Mas, o prestígio da Paulicéia se manteve em toda a linha.

Ontem, como hoje, a boa e válida gente paulistana amava a paz e o trabalho dentro da lei. Naquele tempo, entretanto (o que hoje não ocorre mais), os vizinhos se conheciam todos na mesma rua. De janela a janela se trocavam idéias e confidências, conselhos e receituários, promessas de mutuo auxílio. Conheciam-se por miúdo de uns e outros os hábitos e meios de vida, e sabiam-se os parentescos, as amizades, os nomes, os apelidos de toda a gente. Queriam-se todos como companheiros solidários da mesma vida provinciana. Uniam-se os habitantes como num pacto geral de defesa comum em caso de perigo. Mas, ninguém pensava em perigos, pois nenhum perigo parecia então ameaçar a tranquilidade herdada dos tempos da baeta e da mantilha. E essa lhaneza e doçura de costumes impressionava o estrangeiro recém-chegado, convidava-o naturalmente a ficar entre nós, a compartilhar de nossa existencia feliz. E tal adaptação do estrangeiro perdura ainda hoje. O paulistano continua a exercer a mesma força atrativa. A assimilação dos de fora continua a mesma, pois é bem certo que, volvidos os tempos, após as comoções políticas e sociais que advieram desde a abolição do elemento servil e após as transformações materiais que enriqueceram e aumentaram a população para mais de um milhão de habitantes, a solidariedade eficiente de estrangeiros, cujos valores étnicos ficaram assimilados, fundidos em nossa vida social, confortou-nos um dia quando este povo se ergueu de ímpeto, em 1932, para renovar os antigos fastos mamelucos.

E eis porque os velhos paulistas se convencem, confortadamente, da constancia dos valores regionais. Eles sabem que variam as conformações ramalhudas da árvore racial, mas não difere a seiva que alimentava outrora o vegetal forte mas esguio, e que hoje robustece o roble gigantesco do planalto.

# O Talleyrand de 1817

*Vicente Temudo Lessa (\*)*

O famoso príncipe de Benevento e bispo de Antun foi daqueles que sabem acomodar-se a todos os tempos e a todos os governos.

Serviu a Luiz XVI e aderiu à revolução. Ligou-se a Mirabeau, foi presidente da Assembléia Nacional e conseguiu conservar a cabeça entre os ombros naqueles dias terroristas, fugindo para a América. Regressando pouco depois, ligou-se ao Diretório e foi ministro das Relações Exteriores. Tomou parte no 18 Brumario e foi ministro no Consulado, servindo a Napoleão. No Império, foi príncipe de Benevento. Caiu a aguilha, mas o habil diplomata aderiu aos Bourbons e tomou assento no Congresso de Viena. Foi ministro de Luiz XVIII, como o fora de Bonaparte. Veio a revolução de julho e serviu à Casa de Orléans. Custou mesmo a despedir-se desta vida, pois que se foi somente aos oitenta e quatro anos, em 1838.

Vivesse ele no tempo dos patriarcas bíblicos, em que a vida se contava por séculos, e Talleyrand teria saudado a Napoleão III e se teria aliado depois a Thiers e Gambetta, findo o desastre de Sedan.

Tivemos também um Talleyrand em miniatura, em uma terra de adesistas como a nossa.

Trata-se de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, nome extenso, que só por isso se prestaria para diversas adesões. Ocupou lugar na política dos tempos coloniais, do primeiro Império, da Regência e ainda do reinado de D. Pedro II.

Foi secretario íntimo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, também de nome extenso, governador e capitão-general de Pernambuco nos dias agitados de 1817. Caetano Pinto,

---

(\*) Falecido em 19-11-1939.

jovial e bonachão, governou Pernambuco pelo espaço de treze anos com sucessos varios. Dele disse um crítico que — no primeiro quatrienio foi um Marco Aurelio, no segundo um Helio-gábalo, no terceiro um Sardanapalo. Jônatas Serrano caricaturou-o de *Caetano* no nome, *Pinto* na falta de coragem, *Monte* na altura e *Negro* nas ações.

Mayrink encontrou em Caetano Pinto um segundo pai e serviu-lhe de secretario pelo longo periodo de dezesseis anos, desde Mato-Grosso, onde Caetano deixou, quando capitão-general, ligado o nome aos presidios de Miranda e Montenegro.

O governador era solteirão, mas não quis a mesma sorte para o seu protegido. Conta o Pe. Dias Martins que o secretario era do general — “ídolo tão favorito que, si em Mato-Grosso o amava, em Pernambuco o adorava — chegando a propor-lhe para esposa uma das mais ilustres, honrada, rica e formosa donzela de Pernambuco, que pediu a seu pai como si fosse para si mesmo, fato que fez dizer que ele, general, viera a Pernambuco somente para felicitar (tornar feliz) a José Carlos.”

José Carlos Mayrink vivia satisfeito e afortunado na terra aonde a sorte o conduzira. Habil e maneiroso, era o “ai Jesús” do governador e o favorito do bispo Frei Bastos, que, ainda no dizer de Dias Martins, dignava-se de ir passar dias inteiros com o seu mimoso compadre, o único particular que lhe mereceu em Pernambuco tão honrosa distinção.

Era tambem coronel de milicias do Cabo e cavaleiro da ordem de Cristo.

Quando, porem, flutuava sereno naquele bonânçoso mar-de-rosas, explodiu intempestivamente a revolução de 6 de março. Num momento, foi Caetano Pinto apeado do fastigio e recolhido à fortaleza do Brum, para ser despachado para o Rio de Janeiro, onde esplendia a corte de D. João VI e onde teria ele de gemer na ilha das Cobras, por se haver deixado apanhar.

José Carlos Mayrink lançou-se-lhe nos braços, desfeito em lágrimas, e bem quis partilhar da sorte do seu protetor, o que não lhe foi permitido, porem.

Para consolo de suas magoas, os republicanos de março confirmaram no posto o crônico secretario, visto que ninguem como ele estaria tão inteirado dos negocios da capitania.

Mayrink desconfiou da prebenda. Concordou apenas em servir de técnico perante o Padre Miguelinho, então escolhido para o lugar em questão.



Com o seu faro de Talleyrand, percebeu qual seria o destino da fragil máquina do governo e, de abril em diante, meteu-se na cama para arranjar um pretexto futuro.

Passou a efêmera república como a formosura de um esplêndido sol de verão. Veio o inverno. José Carlos aconselha o ditador Teotônio a retirar-se do Recife e propõe-se para emissario perante o almirante Rodrigo Lobo, afim de obter os artigos da capitulação, entrando logo a gabar-se do papel que representara.

Dispersou-se o bando republicano naquela tarde fatídica de 19 de maio de 1817. Rodrigo Lobo tomou posse do governo, com o encarniçamento de um servo da coroa. O secretario crônico de Caetano Pinto e acessor do Padre Miguelinho passa a secretariar diligentemente ao almirante português. Em breve, o afavel Mayrink consegue a estima e confiança do governador interino.

Acendeu-se vivamente a reação do governo em punir os culpados e o cruel Luiz do Rego assume a direção da capitania. Nas pesquisas e interrogatorios, não aparece de todo sem mancha o nome do secretario, que não deixara de servir à revolução, embora tibiamente. A terrível Alçada não o quer isentar, inculcando-o de réu de lesa-majestade, mas o habil secretario havia já conquistado as boas graças do sombrio Luiz do Rego, que o faz seguir às ocultas para a França, de onde voltou pouco depois apadrinhado pelo ministerio de Luiz XVIII. Luiz do Rego acolhe-o de novo paternalmente e consegue uma revisão do processo. Por fim, é declarado inocente.

A fortuna continua a acariciá-lo. Membro da junta consultiva de março de 1821 e depois da junta constitucional, coube-lhe instalar em Pernambuco a primeira junta liberal, contra a qual, aliás, se manifestara em opposição, observa Oliveira Lima.

Passado o periodo anormal em que o governo de Pernambuco foi representado por Manuel de Carvalho, o chefe da Confederação do Equador, e pelo Morgado do Cabo em nome do governo, e ainda depois dele pelo general Lima e Silva, o progenitor de Caxias — passado o novo periodo revolucionario — Mayrink obtem a nomeação imperial, vindo a ser o primeiro presidente constitucional de Pernambuco.

Conta Sebastião Galvão que foi ele que declarou ser o Recife a capital de Pernambuco, visto como ali estavam as repartições públicas e a sede do governo.

Cumpra por em relevo que sua nomeação em 1824 ocorreu no aceso da luta entre Manuel de Carvalho e Pais Barreto, o Morgado do Cabo, vindo a ser ele uma especie de desempatador ou mediano político, graças à sua maleabilidade.

Mas, a fortuna continuou a sorrir ao coronel de cavalaria da 2.<sup>a</sup> linha do exército e comendador da ordem da Rosa.

Assim é que, em 1826, D. Pedro I escolheu-o senador do Imperio, pela referida provincia de Pernambuco, ao tempo daquela presidencia. Era ainda relativamente moço depois de tantas peripecias e agitações políticas. Tinha somente quarenta e três anos.

Vinte anos depois, falecia honradamente em Pernambuco, "muito chorado por todos".

O Talleyrand de 1817 soube muito bem viver no meio das agitações do seu tempo.

A respeito, tecendo-lhe o panegirico, disse o Padre Dias Martins que era um personagem indefinivel para quem o quisesse avaliar.

Resumamos. Foi o ídolo de Caetano Pinto, e os republicanos de 17 não o repudiaram. Rodrigo Lobo confiou nele e Luiz do Rego — algoz dos pernambucanos — protegeu-o sobremaneira. Gozou da confiança do 1.<sup>o</sup> Imperador, quando o nomeou desempatador da situação política da provincia. Houve quem o chamasse de "anfíbio". Vicente Ferrer qualificou-o de "pai do adesismo nacional".

José Carlos era deveras astuto. Quando se viu nos tentáculos da revolução de 1817, declarou na sua defesa: "A minha patria não são os penhascos de Vila Rica, que me viram nascer, a minha patria, eu o digo e entendo, é o meu governo, é a Constituição da monarchia portugueza, a que pertenco e a que pertenceram os meus maiores, a este corpo moral é a que eu chamo patria, aliás fora preciso não ter senso comum e ser rapaz que briga por pertencer aos bandos de Tróia e Grecia."

\*

\* \*

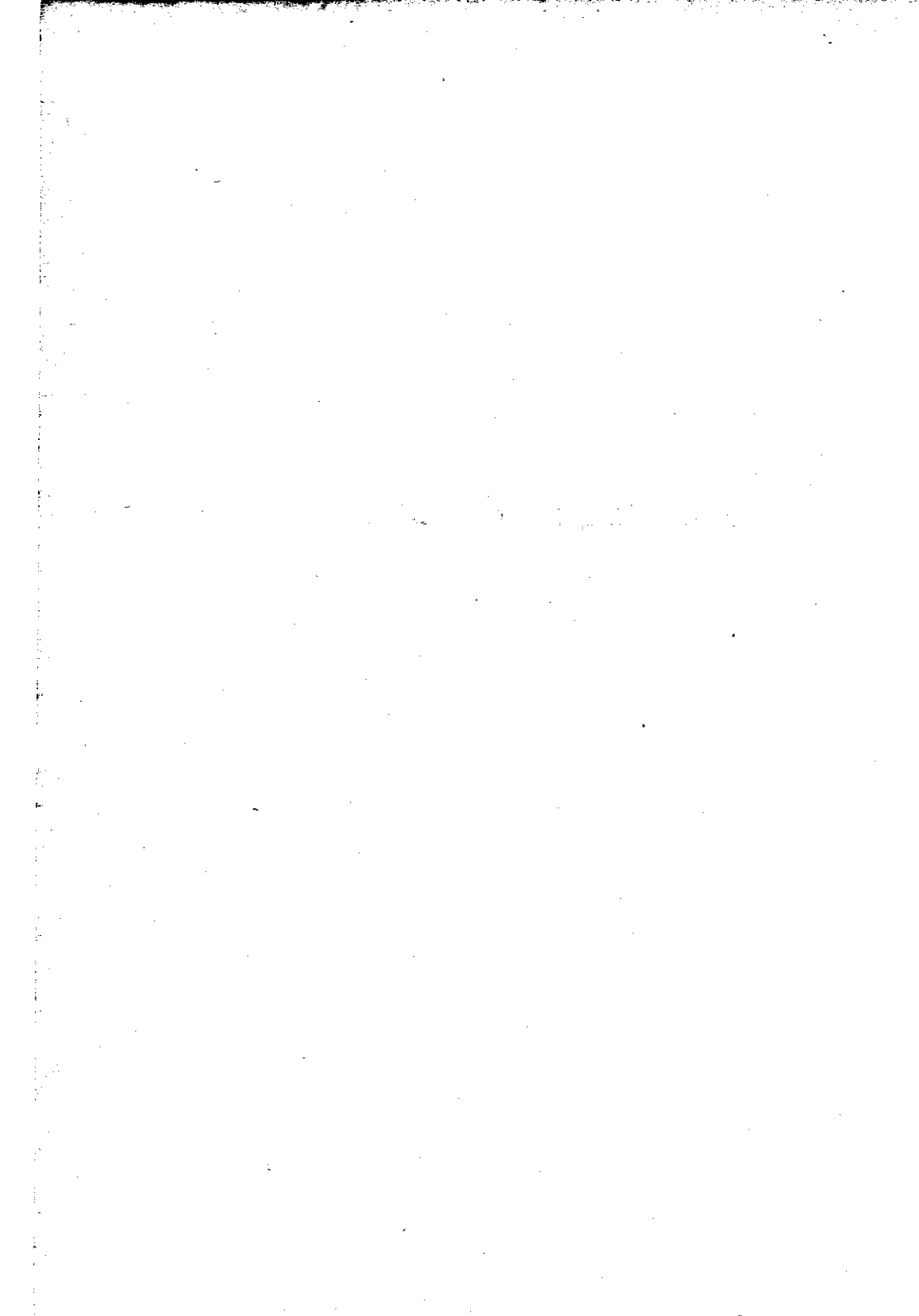
José Carlos Mayrink da Silva Ferrão era mineiro de origem.

# São Roque de outrora

*Joaquim Silveira Santos*

*O trabalho que se vai ler enfeixa a serie de 57 artigos publicados no jornal O Democrata, de São Roque, pelo distinto Prof. Joaquim Silveira Santos. Merece ser perpetuado nestas páginas, como mais uma contribuição de indiscutível valor para a historia regional do Estado de São Paulo.*

A REDAÇÃO.



## PEDRO VAZ, O FUNDADOR

Nestas ligeiras e despreziosas crônicas, farei por evocar o S. Roque d'antanho, tal como o conheci de há 60 anos para cá, com o seu aspecto físico e com algumas das figuras que, por um motivo ou por outro, mereçam ser recordadas. São notas escritas ao correr da pena, sem pretensão literaria, e inspiradas na crença de que terão algum interesse para a geração atual.

Comecemos pela sua fundação.

Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos historicos, geographicos, biographicos, estatisticos e noticiosos da Provincia de São Paulo*, diz:

"*São Roque*. — Povoação fundada a oeste da Capital, na margem esquerda do ribeirão *Aracahy* pelo lado oriental, e pelo occidental do ribeirão *Carambehy*, que atravessando a povoação pelo lado do sul vae fazer barra naquelle, defronte da povoação. Foi fundada pelo rico paulista Capitão Pedro Vaz de Barros na segunda metade do seculo XVII, estabelecendo ahi uma vasta fazenda de cultura e erigindo uma capella com a invocação do martyr que deu o nome á povoação; mas a capella de São Roque de *Carambehy*, tendo passado por diversas transformações, já não conserva hoje (isto foi escripto em 1872) traço algum de sua primitiva architettura. A povoação foi creada freguezia em 1768, elevada á villa por decreto de 10 Julho de 1832, e á cidade por lei provincial de 22 de Abril de 1864."

Este Pedro Vaz de Barros era filho do Capitão-mor do mesmo nome, nascido em Portugal e que viera para S. Vicente em 1600 com o seu irmão Antonio Pedroso de Barros, ambos "fidalgos de illustre ascendencia". De seu casamento com D. Luiza Leme tivera o capitão-mor 8 filhos, sendo um deles o fundador de S. Roque. Pela opulencia e vida faustosa que levava, juntou-se-lhe o cognome Guassú, isto é, Grande: Pedro Vaz

Guassú, ou ainda, Pero-Guassú, segundo o Dr. J. de P. Leite de Barros (*Notas genealogicas da Família Paula Leite*).

Este mesmo genealogista informa:

"Foi o fundador e capitão-mór da actual cidade de S. Roque, onde possuía enorme fazenda com cerca de 1.200 indios seus administrados. Gozou de grande tratamento e muita riqueza; possuía baixellas de prata no peso de muitas arrobas. A pedido do governador Alexandre de Souza Freire, marchou em maio de 1671 para a Bahia, que andava sendo devastada pelos indios do Reconcavo, demorando-se por lá cerca de dois annos: fez milhares de prisioneiros que fôram repartidos entre os conquistadores seus sequazes. Foi, talvez, o maior potentado de seu tempo na capitania. Falleceu em 1676, sem descendencia legitima, deixando nove bastardos, todos de diversas indias." (Obr. cit.).

Pedro Taques estende-se demoradamente na descripção da abastança de Pedro Vaz, da grandeza de sua fazenda e da prodigalidade do trato que dispensava aos seus frequentes e numerosos visitantes.

Quanto à sua coparticipação na expedição à Baía, é assunto ainda não bem elucidado. Pode ser que tomasse parte, mas não como chefe; pois o dr. Afonso de Taunay, a maior autoridade em materia de bandeirismo e em historia do periodo colonial, mostra que Pedro Vaz foi realmente convidado e com muita instancia pelo governador da Baía, Alexandre de Sousa Freire, para organizar a expedição, fazendo-lhe promessas vantajosíssimas, mas "recusou Vaz Guassú as vantagens e honrarias que bem sabia quanto seriam de aquisição penosa. Allegou, provavelmente, a idade. Não queria deixar os commodos de seu grande e bello feudo e da vida opulenta. Em seu logar partiu Bayão Parente." (*Historia geral das Bandeiras Paulistas*, tomo V).

Informa ainda:

"Era um dos mais ricos paulistas do seu tempo, e pertencia á irmandade illustre de sertanistas de que tanto nos temos occupado citando as façanhas de Luiz Pedroso de Barros, e chamando a attenção dos leitores para as de Valentim de Barros. Antonio Pedroso de Barros, e sobretudo, Sebastião Paes de Barros." (Obr. cit., vol. 5.º).

Como foi, porem, que veio o grande Capitão fixar-se nestas paragens — nesse tempo sertão bruto, só habitado por tribus indígenas? E' ponto sobre que não se encontra a menor re-

ferencia nos cronistas e historiadores, e do qual se ocupou meu tio Antonio Joaquim dos Santos em interessante manuscrito, que, juntamente com outros papéis e livros, me confiou. Esse manuscrito que, além de dados biográficos sobre sanroquenses notáveis, continha também informações geográficas de São Roque, acha-se desfalcado e, posso dizer, por culpa minha. Em fins do século passado, estive em São Roque o geógrafo Moreira Pinho, que, para obter *in loco*, informes seguros para o seu grande *Diccionario Geographico*, percorria as cidades de São Paulo. Mostrei-lhe os apontamentos de meu tio: achou-os interessantes, e me pediu que lhos confiasse, que ele os devolveria sem demora. Levou a parte que tratava de geografia do municipio e nunca mais a recebi.

E' desses apontamentos que me vou servir, no que eles possam esclarecer os primeiros e nebulosos tempos da nossa terra. Dele, também, os informes sobre figuras que influíram na vida do São Roque primitivo.

## S. ROQUE DE CARAMBÉI, CAPELA — OS PRIMEIROS POVOADORES

Na opinião do meu tio Antonio Joaquim dos Santos, exarada no manuscrito citado, a fundação de S. Roque prende-se à influencia social de um paulista de grande notoriedade nos tempos coloniais — o padre Guilherme Pompeu de Almeida, “doutor em theologia com o titulo de “bispo missionario pela Santa Sé”. Em sua fazenda de Araçariguama, que, pela suntuosidade, fausto e imponencia, fazia lembrar os castelos solarengos dos tempos feudais, ele construiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Pela riqueza e pelo prestigio pessoal de que gozava o “Creso paulista”, como na *Crus de Cedro* o denominou o Barão de Piratininga, — a sua residencia era frequentada pelas maiores figuras do tempo, tornando-se por vezes o centro de reuniões ruidosas e brilhantes. Uma dessas reuniões vem descrita com traços vigorosos e vivo colorido no romance *O Padre Belchior de Pontes*, de Julio Ribeiro: foi aquela em que esse virtuoso e modelar sacerdote opinou, como árbitro, pela continuação da luta com os *Emboabas*, em Minas.

O padre Guilherme faleceu em 1713, e os jesuitas, tomando conta, por disposição testamentaria, da fazenda de Araçariguama, estabeleceram aí um collegio que teve curta duração; mas o nome “Collegio” ficou, dando denominação ao bairro que é situado, como todos sabem, a duas leguas de S. Roque, e uma de Araçariguama. Em 1882 e 83, tive ocasião de frequentar esse bairro: lá estava ainda, embora em estado de abandono e com as paredes nuas, a velha capela onde se celebravam ainda por aquele tempo as festas anuais da Padroeira. Ao lado, no meio do mato, uns restos de taipas — certamente os últimos vestígios da fidalga habitação de há três séculos.

Ora, segundo os apontamentos citados, o capitão Pedro Vaz de Barros era amigo íntimo e comensal do padre Guilherme, e



seu companheiro de caçadas. Numa destas excursões venatorias, chegaram ao alto da serra do Ibaté, donde descortinaram todo o vale do Carambéi. Pedro Vaz, que já havia deliberado tomar terras por sesmaria, agradou-se da paisagem, deu os passos para obtê-la, e dentro em breve entrava na posse desse vasto dominio. Veio então novamente com domésticos do padre Guilherme e, depois de percorrer as zonas circunjacentes, escolheu para sede de sua propriedade o trecho situado entre as margens do Carambéi e do Acaraí. Construiu logo a casa residencial, que era assobradada e de taipa, conforme o uso do tempo. Ficava próximo ao atual largo da Matriz, à esquerda de quem desce; e logo depois, em frente ao sobrado, no lugar em que, diz o manuscrito, está hoje a capela-mor, erigiu uma igreja-jinha, que colocou sob a invocação de S. Roque. Entre a residência e a capela, fez construir um passadiço de madeira, que lhe permitia assistir mais comodamente às festas e cerimoniais do culto.

Desde aí, a fazenda do grande potentado, passou a ser Capela, sujeita à paróquia de Parnaíba.

Cabe aqui uma pergunta. Porque Pedro Vaz escolheu S. Roque para padroeiro? As crônicas não dizem; mas, atendendo-se ao costume geralmente seguido pelos descobridores e povoadores do Brasil Colonial, é lícito supor que o dia 16 de agosto tivesse significação especial para ele: talvez a data da chegada, ou a em que começou a edificação, ou mesmo a da posse da sesmaria.

Outra informação sobre o S. Roque primitivo é que o leito da antiga rua da Estação (que nome terá ela hoje?) passa justamente pelo lugar em que ficava a represa do Carambéi, construída por Pedro Vaz; e que ao lado esquerdo dessa rua ainda se via, nos fins do século passado, uma fração de pedra de moinho, última reliquia, diz meu tio, do primeiro proprietario de São Roque.

Uma vez aí estabelecido, tratou o fundador de lavrar a terra, de povoá-la, de melhorá-la; e com tanto empenho o fez que, diz Azevedo Marques:

“Foi a casa e fazenda de Pedro Vaz de Barros uma povoação tal que bem podia ser villa. Teve grande tratamento correspondente ao grosso cabedal que possuía, entre o qual contava-se uma copa de prata de muitas arrobas. A sua casa era diariamente frequentada de hospedes e parentes, e nella se fabricava o pão e vinho em abundancia.”

Homem viajado e pertencente à antiga fidalguia paulista, trouxe de Portugal muitos colonos que, cansando-se com indígenas, foram tronco de numerosa descendencia. "As familias Pinto, Moreira, Toledo, Telles, Oliveira, foram colonos do cap. Pedro Vaz", diz meu tio.

As informações que possuo não esclarecem com precisão a serie de sucessores de Vaz Guassú na posse de seus vastos domínios de S. Roque. Como se vê da monografia do dr. Argermiro Silveira, a que adiante me referirei, assim como de um fragmento do testamento de fundador, de que tratarei a seu tempo, o primeiro sucessor foi seu filho Braz Leme e em seguida Pedro Vaz de Barros, neto de Vaz-Guassú.

Sem podermos recompor a cadeia de sucessores, o certo é que, segundo o referido manuscrito, a posse veio a parar finalmente às mãos do paulista Mateus de Matos, sobre cuja individualidade nada pude averiguar. Anos depois, "Matheus de Mattos fez doação das terras a S. Roque, ficando a administração destas a cargo dos religiosos da ordem de S. Bento; e estes em 1787 as venderam ao cadete Antonio da Cunha Raposo Leme." — E' o que informam os referidos apontamentos.

### III

#### S. ROQUE ANTES DE SER FREGUESIA — O PADRE BELCHIOR DE PONTES

S. Roque começou a ter vigário só depois de haver sido elevada a freguesia, o que se deu em 1768. E' claro que no largo periodo de mais de um século, que vai da fundação da capela até àquella data, as necessidades espirituais dos habitantes só podiam ser atendidas de duas maneiras: ou pela vinda ocasional de sacerdotes de fora, ou recorrendo os fiéis às paróquias mais próximas; e de ambos os casos há exemplos que citarei.

O inicio da vida civil e espiritual de nossa terra, como o de todos os nucleos formados nos primeiros tempos, é essencialmente vago e obscuro, e há de se proceder aí, na carencia de documentos, às apalpadelas, por conjecturas e analogia.

São Roque é apenas um caso do processo geral na formação das primitivas localidades. Com efeito, criado o primeiro centro de origem européia na região da serra acima, com a fundação de São Paulo nos campos de Piratininga (janeiro de 1554), dali, como *cellula mater*, começaram a desprender-se os elementos que, à semelhança do fenómeno que em biologia se chama de — cissiparidade, foram criar novos centros pelas vizinhanças, estendendo-se depois pelas zonas mais distantes do planalto. Foi assim que surgiram pouco a pouco, ainda nos fins do século XVI, primeiro, Parnaíba, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, S. Miguel, Guarulhos; a seguir Santo Amaro, Itapeperica, M'Boy (Embú), todas ao pé de S. Paulo. Vem depois Moji das Cruzes (1611) e Taubaté (1645) na direção do chamado Norte; enquanto para o oeste iniciava-se Jundiá (1655), e a caminho do sul, sucessivamente — Ibituruna, Afaçariguama, que foi primeiro N. S. da Piedade e depois N. S. da Penha, onde hoje está a vila; N. S. da Conceição (bairro do Colegio), S. Roque. Santo Antonio (Bói-poruçuguaba), Itú e Sorocaba, estas quasi simultaneamente.

Dessas povoações, algumas se extinguíram logo, como Carapicuíba, Ibituruna, Conceição (bairro do Collegio); outras, situadas, ao redor de S. Paulo, ficaram estacionarias, atrofiadas, vegetando apenas, qual aconteceu com M'Boy, Guarulhos, Itapicirica, Parnaíba, etc., e só as mais distantes tomaram incremento, e foram se desenvolvendo mais ou menos vagarosamente. E em todas elas a vida civil se iniciava ao mesmo tempo que a vida religiosa, com a indefectível implantação da capela. Mas nisto, cumpre advertir que os fundadores obedeciam mais a conveniências políticas do que a fins de religião; porque a verdade é, que aqueles "plantadores de cidades", dizendo-se católicos, e, assistindo nos templos às práticas do culto, não trepidavam em abrir lutas violentas com padres e ordens religiosas, sempre que estes se atravessavam em seu caminho. Foi assim na delicada questão da servidão dos índios: os jesuítas se opunham a que os piratiniganos os escravizassem, e mesmo por paga lhes prestassem serviços, por interesse proprio, diziam eles, isto é, porque os jesuítas e as outras ordens religiosas queriam só para si o serviço dos indígenas. Seria interessante examinar aqui essa questão, mas é historia comprida e nos desviaria do ponto de hoje. Baste-me lembrar que dessa acirrada luta resultou serem os jesuítas expulsos violentamente de S. Paulo em julho de 1640, só conseguindo voltar 13 anos mais tarde (maio de 1653), e isso mesmo depois de se terem sujeitado, por documento escrito, a estipulações rigorosas impostas pelos paulistas.

Assim, pois, seguindo a regra<sup>1</sup> geral, Pedro Vaz, estabelecendo aqui a sua moradia, fundou logo a capela de S. Roque, fazendo-lhe em testamento valiosa doação de escravos e bens. E' preciso dizer que deste testamento encontra-se apenas pequena parte num caderno apenso ao primeiro livro do Tombo da Matriz de S. Roque. Examinei-o na Curia Metropolitana; mas, pela redação confusa, pela ortografia irregular do tempo, e a tinta desbotada, pouco é o que desse documento se aproveita. Vê-se aí, que ele deixou à Capela "vinte peças (escravos) encabeçadas", quer dizer, constituidas em morgado sob a administração de seu filho Braz Leme, ou algum outro filho, e por falta' deles a algum genro mais idoneo, "com a obrigação de sustentar a Igreja limpamente, e trazer sacerdote ao menos no dia do Santo, para dizer missa cada anno, e mandar-me dizer por minha alma cinco missas por anno". Esta copia foi lançada no livro do Tombo, parece que pelo prelado Manuel de Arau-

jo; mas pode ser também pelo primeiro visitador da paróquia, o padre Antonio José de Abreu, em 1768, e aí se declara que "este testamento é da era de 1674, e não consta o seu principio por não apparecerem os papeis do titulo da herança e instituição". Entretanto, no mesmo apêndice vem, assinado pelo primeiro vigário de S. Roque, e datado de 1.º de junho de 1768, o transunto do "inventario dos bens do dito Pedro Vaz de Barros pertencentes á dita Capella de S. Roque", no qual se diz que esse inventario "foi feito na era de 1698, a requerimento do herdeiro (?) de Pedro Vaz de Barros", e aí menciona os seguintes bens do patrimonio de S. Roque: "Duas casas de dois lanços de taipa de pilão em a villa de N. S. da Ponte em Sorocaba, que custaram a Manuel Ribeiro 704\$000, duas casas de taipa de pilão em Piragibú, e cinco lanços, mais dois lanços de casa de ferreiro".

Como se vê, é tudo isto muito confuso e incompleto para se ter idéia exata das disposições testamentarias e da doação á capela; mas aí está bem clara a determinação de se sustentar a igreja bem limpamente, de se trazer sacerdote ao menos para a festa no dia do padroeiro, e mais a obrigação das cinco missas anuais pela alma do testador. Esta última disposição havia de ser deixada de cumprir com a morte dos descendentes mais próximos de Pedro Vaz, mas si o fosse até á extinção dos vínculos (lei de outubro de 1835) se elevaria a 1.800, como observa o dr. Argemiro (*Not. hist. de S. Roque*), o número daquelas missas.

Dentre os sacerdotes que prestaram serviços espirituais á Capela, um houve que aquí vinha com frequencia, e era o padre Belchior de Pontes. E' uma figura simpática de religioso que se enfileira na linha dos grandes catequistas dos primeiros tempos, os Anchietas, os Paivas, os Leonardo Nunes, os quais se impuseram por sua abnegação e desinteresse, e de cujo proceder se afastaram, depois, no dizer dos cronistas, os frades que os sucederam.

"Em S. Paulo, — diz Azevedo Marques, — consumiu (o padre Belchior de Pontes) mais de 30 annos no exercicio da mais austera virtude, percorrendo as aldeias e lugares longinquos, todo entregue á missão de verdadeiro sacerdote e catechista, com tal pureza de costumes e abnegação dos bens terrenos que lhe grangearam a reputação de Santo" (*Apont. hist. e geogr.*). Neste empenho, assistiu e doutrinou por muito tempo os selvagens no aldeamento de Carapicuíba, construiu a igre-

ja de M'Boy, e completou o templo do Collegio, pois ampliou a primitiva capela construida pelo padre Guilherme Pompeu, acrescentando à mesma a parte que ficou servindo de nave. Esta parte já desapareceu, destruida pelo tempo, existindo apenas, segundo informa D. Duarte Leopoldo na monografia — *As Capellas de Araçariguama* (1916), a primitiva capela.

Os jesuitas receberam, por herança do padre Guilherme Pompeu, a fazenda e a capela, e deram a esta por primeiro superior o padre Belchior de Pontes, que exerceu assim essas funções durante dois anos, de 1717 a 1719, quando faleceu com a idade de 75 anos.

Amigo pessoal do padre Guilherme, e visitando frequentemente a sua fazenda, é natural que prestasse seus serviços espirituais às povoações vizinhas de S. Roque e Santo Antonio. Com efeito, no seu sempre citado manuscrito, diz meu tio Santos: “O padre Belchior de Pontes vinha sempre officiar, baptizar, casar e confessar. Era muito amigo de Pedro Vaz. Viajavam juntos e em conversação elle dizia ao companheiro: “Meu amigo Pedro Vaz, qual de nós irá primeiro?” Na *Vida do padre Belchior de Pontes* se verificava isto.”

Quanto à frequencia à capela de Santo Antonio, viu-se esta informação do Barão de Piratininga reproduzida no artigo anterior: “Alli (no altar que se erguia no alpendre) o padre Belchior de Pontes celebrava missa e outras funções de seu santo ministerio.”

E' natural que viessem igualmente outros sacerdotes da parochia de Araçariguama, a que pertencia a capela de S. Roque, ao menos para a missa anual no dia do padroeiro. E na falta destas visitas, ou nos casos mais urgentes, recorreriam os fiéis à parochia vizinha. Um exemplo neste sentido encontra-se na interessante e substanciosa monografia — *As Capellas de Araçariguama*: “A 15 de Agosto de 1747, fez o padre Antonio Bacellar, superior da fazenda de N. S. da Conceição, na igreja matriz (de Araçariguama) o casamento de Mathias Leite de Barros, filho de Pedro Vaz de Barros.” (pág. 35).

Este devia ser filho de Braz Leme, e portanto neto do fundador de S. Roque. Mas, nesse caso, como se explica que ele deixasse a capela justamente na véspera do dia consagrado ao padroeiro? A não se tratar de pessoa diferente, isto mostra que setenta anos depois já estavam completamente esquecidas as disposições testamentarias de Pedro Vaz Guassú...

#### IV

### DE CAPELA A FREGUESIA — FIGURAS PRINCIPAIS DO SÉCULO XVIII

Indicaremos agora, com os dados de que dispomos, os nomes que maior influencia tiveram nos séculos XVIII e XIX na formação e desenvolvimento de São Roque.

Nas sociedades em via de formação, sejam países, regiões limitadas ou simples povoações nascentes, é mais importante o crescimento por aglutinação do que pelo processo vegetativo, que é por natureza lento, pois resulta do saldo dos nascimentos sobre a mortalidade. Ao passo que pela migração os núcleos sociais podem crescer rapidamente, até surpreendentemente, como se dá em nossos dias com as cidades da alta Paulista e Noroeste; mas podem também decrescer com a mesma facilidade. Por isso, nas populações pequenas os chefes locais, quando na altura do posto, além da ação direta de coordenar e estimular a atividade coletiva e promover o progresso, servem ainda, à semelhança de íman social, para atrair de outros pontos indivíduos e famílias que vêm aumentar a população e melhorar a situação local com o concurso de novos capitais, novos braços ou novas capacidades técnicas.

Na ausência de chefes, ou com chefes apenas nominais, é o inverso o que se dá.

Foi este sempre o caso de nossa terra, explicando-se pela ação de seus dirigentes (salvo a ocorrência de causas gerais) as alternativas que tem tido de animação e desfalecimento.

Ora, si isto se verifica ainda nos tempos que correm, o que não seria nos seus começos, quando, um século depois de fundado, São Roque não passava daquele pequenino burgo, cujo aspecto de primitiva simplicidade o Barão de Piratininga esboçou nestes tópicos da *Assassina*:

“A povoação de S. Roque de Carambehy foi elevada a freguezia em 1768: dois annos depois, isto é, aos 15 de Agosto de 1770, todos os moradores do districto se dirigiam para a nova freguezia afim de assistirem no dia seguinte a festa do padroeiro que nesse anno tinha de ser solemnizada com maior magnificencia do que nos anteriores.

“Ao anoitecer accenderam-se quatro grandes fogueiras no pateo da Matriz, e um feixe de taquaras seccas em cada um de seus angulos, que despediam chammas vivas e claras, semelhante grandes pharóes nocturnos. Além disto bordaram-se os dois lados da rua Direita (unica que existia, e com rarissimas casas) com alas de archotes de taquara, symmetricamente collocadas, em cujas pontas haviam posto uns caquinhos de barro em fórma de meia laranja, contendo umas mechas de pavio de algodão afogadas em azeite de mamono, que despediam fracos lampejos.

“O sininho da torre da pequena Matriz (que era bem differente da que existe actualmente) deu o signal da entrada das matinas. O povo que ondulava pelas ruas e pelo pateo dirigiu-se para a igreja.”

S. Roque se resumia, pois, nas poucas casas da rua Direita, a única existente, e nas tambem necessariamente poucas do largo da Matriz. Em nucleo assim tão acanhado, compreende-se a influencia que devia exercer a chegada ou saída de individualidades importantes, membros de familias numerosas, trazendo ou levando após si vasto círculo de parentes, amigos, escravos e serviçais. E' isso o que em seu manuscrito o meu tio Santos acentua em mais de uma passagem.

E vem aquí a propósito um esclarecimento. Na interessante monografia do dr. Argemiro Silveira — *Breve memoria historica sobre a fundação de S. Roque*, que reli agora, encontrei os nomes dos primeiros sucessores do fundador de S. Roque.

Esse trabalho do dr. Argemiro, publicado em agosto de 1889, há de encontrar-se ainda na biblioteca da União Literaria, pois esta sociedade, que havia sido fundada em janeiro daquele anno, subscreveu cem exemplares, o que facilitou a publicação do folheto.

Aí, à página 11, escreve o nosso conterraneo:

“A Pedro Vaz succedeu seu filho Braz Leme, casado com Ignacia Paes, ao qual deixou o fallecido a administração da Capella de São Roque com a pensão de cinco missas cada anno pela sua alma. A Braz Leme succedeu seu filho Pedro Vaz de



Barros, cognominado — *o Coro*, que casou-se com Catharina do Prado e falleceu sem descendencia” (1).

Esta passagem desfaz uma contradição e explica enganos existentes no manuscrito de meu tio. Ele diz que Pedro Vaz Neto era celibatario; e adiante, tratando de D. Liberata Castanho, nascida em 1731, informa que o marido desta “era amigo leal e dedicado do Capitão Pedro Vaz, cuja esposa a amava muito”. Conta em outro lugar: “João de Deus, que eu conheci, conheceu pessoalmente o Capitão Pedro Vaz”. Estes informes não podem se referir nem ao fundador de S. Roque, nem a Pedro Vaz Neto, pela enorme discordancia de datas em relação ao primeiro: referem-se, agora se vê, ao filho de Braz Leme, que era casado. Este foi naturalmente quem fez a doação a Mateus de Matos, donde a herança passou sucessivamente aos frades de São Bento e em 1787 ao cadete Raposo Leme.

Formando já pequeno burgo, poudo S. Roque ser elevado de Capela a Freguesia, deixando de ser simples bairro de Parnaíba. Deu-se isto em 1768; e daí lhe adveio novo impulso para desenvolver-se e a acentuada melhora social: a população teve sacerdote para o culto e outras vantagens decorrentes, o que devia auxiliar o movimento imigratorio.

Assim é que, por esses tempos, vieram para aquí, com seu séquito de parentes e fâmulos, o Capitão Fernão Pais, proprietario da fazenda Santo Antonio, e Manuel Monteiro de Carvalho, natural de Sorocaba. A seguir, mudou-se para S. Roque o filho deste, João de Deus, que se tornou figura das mais importantes e eficientes. Casado em Itú na importante familia Pacheco Fonseca, a sua vinda determinou a mudança de não poucos parentes. Tendo estudado mineralogia com os jesuitas, foi praticar nas minas de Bagagem, onde ficou 18 meses, de lá trazendo o sargento-mor Luiz Fernando de Góis, homem abastado e filantropo, o qual foi residir no Pantojo, onde se tornou benquisto pelos seus atos de benemerencia. E' de seu nome, diz meu tio, que veio o nome actual de ribeirão de Góis, perdendo o primitivo nome indígena de Boijobí.

João de Deus tornou-se muito conhecido como mineralogista e foi companheiro de Martim Francisco, o velho, e do Coronel Policarpo, em explorações mineralógicas do Saboó, se-

---

(1) Há engano, porque, como havemos de ver, Pedro Vaz Neto teve um filho, Matias Leite de Barros, que em 1747 se casou em Arariaguama.

gundo informação, diz o manuscrito, de seu filho Rafael da Fonseca Coelho. Este foi proprietário do sobrado situado no Largo da Matriz, esquina da antiga rua Direita; e em menino conheci, morando nesse predio, os irmãos João Taborda e D. Maria Angélica, ambos já muito velhos.

João de Deus, informa o manuscrito, foi a segunda longevidade de S. Roque, pois nasceu em Sorocaba em 1748, e faleceu em 1853 (e é neste ponto que ele diz ter aquele conhecido pessoalmente o Capitão Pedro Vaz). A primeira longevidade verificou-se com uma respeitavel matrona — D. Eiberata Castanho, que viveu 108 anos, pois nasceu em S. Paulo em 1731 e faleceu em 1839. Filha de india e de português, o pai levou-a para Coimbra, onde se educou, e lá mesmo se casou com um moço da familia Camargo, o qual, diz o meu tio, era amigo dedicado do Cap. Vaz de Barros, cuja esposa amava muito a D. Liberata — o que indica tratar-se de Pedro Vaz, o *Coxo*, e não do fundador de S. Roque. Por fim, informa que o casal Camargo foi tronco da numerosa descendencia constituída pelas familias Camargo, Penteado e Castanho, ramificadas pelas cidades de Indaiatuba, Campinas, S. Roque e Tatuí.

Ainda no último quartel do século XVIII, deu-se a vinda para São Roque de duas individualidades que tiveram a maior influencia nos destinos da localidade; pois foram eles chefes, e de sua descendencia saíram chefes que a dirigiram até fins do século passado. Referimo-nos ao Capitão Vicente José de Moraes e Tenente-Coronel Manuel Francisco da Rosa Passos, e deles nos ocuparemos a seguir.

## V

### NO SÉCULO PASSADO — S. ROQUE ELEVADO A VILA

Estas notas ligeiras, escritas aos domingos, como diversão do espírito a ocupação mais pesada, não têm, já o dissemos, pretensão literaria, nê m constituem aquilo a que se poderia chamar — a historia de São Roque. Tal trabalho, aliás meritorio, fica ao encargo de quem em melhores condições o possa escrever: por nfm, contento-me em ir entremeando, com reminiscencias pessoais e ao sabor do momento, os poucos dados históricos de que disponho. Por isso deixo para depois os informes genealógicos sobre os dois personagens a quem me referi no último capítulo, afim de acompanhar quanto possível a vida de São Roque no século passado.

A entrada de elementos novos foi aumentando, do fim do século XVIII em diante, e com isso cresceu São Roque, mas lentamente, no ritmo pausado de povoação sertaneja, encravada entre montanhas e segregada da Capital por dez leguas de caminhos só acessiveis a casco de cavalo. Colocada, porem, à margem da estrada que ligava S. Paulo a Sorocaba e às regiões do sul, cujo intercambio começava a intensificar-se, é natural que fosse acompanhando, ao raiar do século XIX, o movimento geral que ia modificando o ambiente político do Brasil. O sonho de independencia, que vinha de longe trabalhando o país de norte a sul, avolumava-se com o tempo, e afinal tornou-se realidade a 7 de setembro, com a cooperação direta, ativa e eficiente de S. Paulo, que teve em José Bonifacio o obreiro másculo da integridade nacional. A antiga Colonia converteu-se em Imperio, e as Capitaniás em Provincias. Veio a Constituição que, cerceando a autoridade discricionaria, despótica e quasi sempre violenta dos governadores gerais e capitães-mores, sujeitava o governo civil a normas restritas e coercitivas. Nenhum bra-

sileiro era mais obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa si não em virtude de lei preexistente.

Surgiram, então, os partidos políticos — o liberal e o conservador, que, à semelhança de gangorra, subiam ao poder e desciam, ao aceno do Imperador, ou por capricho pessoal, ou por atender a reclamos da opinião pública. A formação dos partidos teve profunda influencia em São Roque. Aquí predominou sempre o partido conservador; mas logo depois da Independencia, surgiu um verdadeiro chefe liberal na pessoa do Cap. Messias José da Rosa, o qual, segundo narra por meudo o manuscrito de meu tio Santos, comunicou à nossa terra tal sopro de vida, que a sua população cresceu rapidamente. Voltarei oportunamente a este ponto.

Mas, seja por isto ou por aquilo, o certo é que em 1831 São Roque já possuía uma população de 2.209 habitantes, segundo estatística do tempo. Era, portanto, evidente o contraste com aquele pequeno povoado de 60 anos atrás, conforme descreveu o trecho que reproduzi da *Assassina*.

Por isso, a população nadou em justo regozijo ao ver realizar-se, em 1832, a sua velha aspiração: nesse ano a freguesia foi elevada à categoria de vila.

A divisão administrativa e judiciaria era então diferente da que vigora hoje. Os povoados tinham, no começo, a denominação oficial de Capela, passavam depois a Freguesia, com seu Juiz de Paz, em seguida a Vila, sendo então administrada por sua câmara municipal composta de sete vereadores, e quando a vila conseguia a categoria de Termo, era-lhe dado um juiz municipal, formado. Elevava-se depois a Cidade e se tornava cabeça da comarca, sob a jurisdição de um juiz de direito. Na Capital funcionava o Tribunal de Justiça, cujos membros se denominavam desembargadores.

Não havia Registo Civil de nascimentos, casamentos e óbitos; e como o catolicismo era religião oficial, estes assentamentos faziam-se nas igrejas, pois os vigarios, equiparados a funcionarios públicos, percebiam uma congrua paga pelo Tesouro.

Obtendo categoria de vila, tratou o chefe político local, Cap. Manuel Francisco da Rosa, de formar a câmara, que ficou constituida pelos seguintes vereadores: o mesmo Cap. Rosa (de quem adiante trataremos), vigario Manuel Joaquim Barbosa, Antonio José Bastos, Cap. Rafael da Fonseca Coelho, Joaquim de Sousa Saquete, Joaquim Francisco da Silva e Cap. Rafael Antonio de Oliveira. No ano seguinte (1833), com grande gaudio da po-

pulação, instalou-se a Câmara, sendo eleito presidente, como era natural, o chefe político.

Para secretário foi nomeado Venceslau José da Rosa, membro da numerosa família Rosa, e pelo qual começarei as reminiscências pessoais.

Era eu menino, mas vejo-o ainda como o conheci: alto, corporatura regular, um tanto curvado, rosto largo e raspado; o cabelo muito branco e comprido, atirado para a nuca. Muito versado nas práticas da liturgia católica, tomava parte em todos os atos da Semana Santa e nas missas cantadas, paramentando-se então, si não me falha a memória, com as vestes talares. Substituía, às vezes, o professor Tomazinho, seu filho, nos impedimentos provisórios, e também servia eventualmente de ponto, nas representações teatrais de amadores.

Foi o velho Venceslau tronco de numerosa prole, composta, ao que sei, só de homens, todos bons elementos da sociedade, tendo dois deles marcada atuação na vida local: o professor Tomazinho (Tomaz Henriques de Almeida), que há de aparecer, com mais individuação, no correr destas notas, e seu irmão, o maestro Porfirio (Porfirio Caetano da Silva Tavares). Era este, violinista exímio, compositor, professor de música, e especialmente de piano, que tinha imensa voga nessa época. Organizou, sob os auspícios do negociante Maneco Pinto, uma banda de música formada de jovens da melhor sociedade. Enfim, a ele devem as moças e os rapazes de meu tempo a educação musical e o acentuado gosto pela suavíssima arte do som, gosto que sempre caracterizou, e não sei si ainda caracteriza, a mocidade sanroquense.

Uteis ainda, embora em situação mais modesta, e cada um no seu officio, os demais irmãos: Indalecio G. da Silva, José I. de Almeida (Juca Sacristão) e Jorge da Rosa, todos alfaiates; e Manuel da Silva (Neco de Inhô), Benedito (Nitinho) e Francisco Rosa, pedreiros.

## VI

### O ENSINO PÚBLICO NA VILA — OUTROS INFORMES

Em 1831, ainda antes da elevação a Vila, foi criada a primeira escola primaria para meninos, sendo nomeado por concurso o professor de fora Luiz da Costa Faria. Vencia o ordenado de 200\$000 por ano, quantia que parece irrisoria, mas corresponderia hoje a alguns contos de réis, dados o valor aquisitivo da moeda e o custo da vida naquele tempo. Vaga no ano seguinte pela morte do occupante, foi novamente provida a cadeira em 1834, ainda mediante concurso, pelo professor José Daniel Arnobio, igualmente vindo de fora.

Foi uma das figuras interessantes do seu tempo, e bem merece ser lembrado nestas notas, que não são mais que singela crônica dos homens e coisas de nossa terra, crônica modesta e simples como em geral a de todas as cidades modernas. Já se foi o tempo da cavalaria e das conquistas, em que a historia dos castelos se entretecia de feitos brilhantes, de rasgos de bravura, de lances empolgantes, dos quais emergiam, aureolados de gloria, vultos de cavaleiros e combatentes — chapeados de ferro da cabeça aos pés. Nos tempos modernos, em que predominam a ciencia e a atividade pacifica, o que enaltece os homens e as cidades é a sua ação construtiva, a sua agricultura, a sua industria, o seu commercio, enfim o seu concurso para o bem geral.

Quando o conheci, o professor Arnobio já não exercia o magisterio e servia como agente do correio. As malas postais chegavam então de oito em oito dias; e durante muito tempo trabalhou como estafeta o andarilho Antonio Salvador de Camargo, que se gabava de fazer sempre em dez horas, a pé, o percurso da Capital a São Roque. Conheci a este já alquebrado pelos anos: alto, espadado, moreno, barba rala, apresentava os característicos da raça. Ele era filho de indios.

A agencia funcionava numa das poucas casinhas do largo dos Almeidas, lado esquerdo de quem desce pela antiga rua Direita. Esse largo, que depois se denominou — Praça da Republica, e não sei o nome de que político terá hoje, não era o logradouro ajardinado e de belo aspecto que tem agora; era terreno inculto, coberto de capim e touceiras de arbustos, e facilmente alagado pelas enchentes do Carambeí, cujo leito descrevia por ele uma linha sinuosa. Não existia a fileira de casinhas que fecha o fundo da praça, e foram construidas, si bem recordo, por Francisco Malheiros: havia apenas a casa assobradada que pertenceu ao Coronel Amaro Dias e depois passou à familia Vilaça; a casa pequena, que fora de meu tio Santos, e que chamavam de Castelinho, talvez pela sua posição eminente — e onde está hoje o belo predio em que reside o dr. Marcio Reis; e do lado oposto, somente algumas casas pequenas, em uma das quais funcionava o correio. Tal era o largo dos Almeidas.

\*  
\* \*

Bem pouco é o que sei por mim mesmo do velho José Daniel Arnobio. Conservo, ainda que esbatida pelo tempo, lembrança de sua silhueta interessante: baixo, ventre proeminente, e sempre — ao menos nas vezes em que o vi — de fraque e óculos pretos. Pela tradição, sei que era de índole folgazã, e dava a nota alegre nas reuniões, banquetes ou festas, principalmente quando em companhia de dois outros brincalhões como ele, e tambem já idosos: Manuel Rodrigues (de Moraes Barros) e Lourenço de Arruda. Então, fazendo discursos no gênero que a giria denominou *bestialógico*, e repetindo a frase sem sentido: “Retambefe, heim! heim! Retambefe!” provocava gargalhadas dos assistentes e estrondosos aplausos dos companheiros. Manifestava tambem sua índole galhofeira nas representações teatrais de amadores, quando fazia no papel enxertos de frases e piadas, o que o colocou certa vez em grande dificuldade. Servia na ocasião de ponto o Inhô Venceslau, que, pouco afeito a esse mister, pôs-se a olhar para o ator e a rir de suas graças. Este, esgotados os recursos de sua verve, chegava-se para o ponto e, aflito, batia com o pé dizendo em voz baixa: “Aponta, diabo! aponta, diabo!” Foi quando o acudiu o perito ensaiador e contra-regra Vilaça (o velho Sebastião Vilaça), que tomou o livro e começou a apontar. Mas, reza a

tradição que era também sujeito a venetas, e nesses ocasiões chegava a praticar desatinos em casa. Como professor, então, era ríspido, e, na aplicação de castigos, rigoroso. Meu pai frequentara sua escola; e quando em casa eu e meu mano, arripados, narrávamos algum episódio de “bolos” ou reguadas que tivéramos presenciado, o que no entanto só se dava de longe em longe — ele acudia: “Isso não é nada! Si vocês fossem alunos do Arnobio!” Aliás, esse antiquado processo didático podia ser devido mais à mentalidade da época, segundo a qual não se podia, sem o emprego de castigos físicos, nem disciplinar, nem ensinar. E é preciso dizer que os alunos de então não eram como os de hoje crianças de 7 ou 8 anos; eram rapazes taludos, muitos deles já buçando.

Entretanto, bem diverso era o que se dava, mesmo nesse tempo, com as classes do outro sexo. Em 1845, foi criada uma escola para meninas, sendo para ela nomeada a professora D. Maria Flora Vaz e Sousa, que, moça e solteira, viera para S. Roque acompanhada pela família. Minha mãe lembrava-se dela com muita afeição, narrando episódios que denotavam a afabilidade com que tratava as alunas. Assim, em certos dias, entrava na classe o pai da professora e, disfarçadamente, como si esta não visse, ia auxiliando as meninas nas suas dificuldades do cálculo, da escrita, ou da leitura.

Dizem as crônicas domésticas que o Barão de Piratininga, então bem moço e ainda não agraciado com o título honorífico, manifestara pela jovem professora acentuada inclinação e que ela fora a musa que lhe inspirou delicados versos (versos que certamente não foram publicados); mas essa inclinação não teve força bastante para levá-lo ao matrimônio.

\*

\* \*

Ainda no capítulo da instrução vem a pelo recordar que em 1853 foi criada uma cadeira de ensino secundário para o curso de latim e francês, na qual foi provido por contrato o sorocabano José de Moraes e Silva. Este, creio que por 1859, casou com minha tia materna D. Deolinda dos Santos e no ano seguinte deixou a escola, estabelecendo-se com loja de fazenda. Em 1861, foi eleito vereador para o quadriênio e pelas atas da Câmara vi que serviu diversas vezes de presidente, na falta do efetivo que era o Comendador Manuel Inocencio. Parece que a



abertura desse curso foi acontecimento de nota em S. Roque, porque a-pesar-de sua curta duração, o povo apelidou o cate-drático de — Juca Professor, antonomasia que lhe ficou até à morte. Pela amizade que me ligou a seus filhos — a D. Julia, que se casou com meu tio Joaquim da Silveira Melo, a José Mi-guel e João Gualberto (de Moraes), este da minha idade, entrei na convivência doméstica de meu tio afim, uns sete anos antes do seu falecimento, e não me furto ao desejo de lhe consagrar algumas linhas, embora saiba que de pouco ou nenhum interes-se para o público. Ele já se achava atacado de molestia cruel, que hoje suponho se tratava de “tabes dorsal”, e para vir do interior da casa para a loja só o podia fazer arrimado a duas pessoas, pois tinha os joelhos por assim dizer desconjuntados. Projetaram os filhos, ainda adolescentes, organizar um pequeno Grupo Dramático, e ele, pai afetuoso, mandou pintar o pano de boca e uns cenários, realizando-se os espetáculos, que aliás fo-ram poucos, na casa chamada *maçonaria* (por ter sido sede da primeira loja maçônica) e que meu tio Santos construíra na an-tiga rua Direita, no lugar fronteiro ao em que hoje está a fá-brica Brasital. Do grupo fazíamos parte uns 5 ou 6 menores de 10 a 14 anos, entre os quais, pouco mais idoso, um rapaz bona-chão e delicado que tem direito a um lugar nesta crônica. Era o Teixeira (Benedito Teixeira), de cor fula, quasi preto, e com o rosto picado de bexigas. Este rapaz atrairá sobre si, anos antes, a atenção geral, porque, segundo a versão do tempo, fo-ra ele causa involuntaria de uma grande calamidade pública: a epidemia de variola que dizimou S. Roque em 1874. Diziam que ele contraira a molestia ao levar animais a um pasto do Taboão, onde se achava um varioloso que ali, numa hospedaria, caíra doente quando em trânsito de Sorocaba para S. Paulo. Morava o Teixeira em casa de uma senhora conhecida pela alcunha de Sinhara Música, e em visita a esta fora contagiada a esposa do maestro Porfírio, a qual veio a falecer. Sendo o casal estima-díssimo, teve a casa sempre cheia de visitantes, que ignoravam a natureza da enfermidade; e daí a rápida disseminação da va-riola por toda a cidade. Foi então um só movimento de —“sal-ve-se quem puder!”, e ficaram em S. Roque somente os con-tagiados, ou os que não tinham fora um canto para onde fu-gir. A mortalidade foi enorme.

## VII

### OS ROSA

Em seu manuscrito, — *Fragmentos historicos e tradicionaes de São Roque*, — meu tio Santos assinala, como de summa importancia à povoação, a vinda para aquí, em fins do século XVIII, do Tenente-Coronel Manuel Francisco da Rosa Passos e do Capitão Vicente de Moraes.

Realmente, foram ambos elementos ponderaveis para a vida de São Roque, não só pela posição social que tinham ou vieram a ter, como pelas relações de parentesco com prestigiosas familias da Capitania, o que devia carrear forte corrente imigratoria para a Freguesia. Pelas suas qualidades pessoais, tornaram-se chefes locais de influencia vital para o lugar e deram, com descendentes seus, outros chefes que continuaram a dirigir os destinos da nossa terra até aos fins do século passado.

Trataremos hoje do primeiro e seus descendentes mais próximos. Português, pois nasceu na cidade do Porto, como veio Rosa Passos parar em S. Roque? Meu tio dá do fato explicação no manuscrito, explicação que ele certamente bebeu nas tradições da familia. Diz ele que em uma de suas viagens à Europa, Pedro Vaz de Barros (certamente o *Coxo*, filho de Braz Leme), teve como companheiro na volta a Manuel Francisco da Rosa Passos. Chegados ao Rio, separaram-se, seguindo este para as minas de Bagagem, na então Capitania de Minas Gerais. Cinco anos depois, achava-se no Rio, e aí teve ocasião de encontrar-se novamente com Vaz de Barros. “Este, — diz o manuscrito, — se interessava pelo augmento da sua povoação, e fazia doação de terras aos que desejavam ser proprietarios. Vendo que Rosa Passos era aproveitavel, convidou-o para vir residir em São Roque.”

Aquí, Rosa Passos começou como negociante ambulante, o que mostra a escassez de seus recursos; mas, naturalmente, ativo e operoso, logo adquiriu os meios de se estabelecer com loja de fazenda no povoado. E, quando se julgou em situação esta-

vel, resolveu constituir família, e, diz o manuscrito, "communicando este projecto a um amigo residente em Conceição de Guarulhos, este lhe respondeu que em sua casa tinha pessoa digna de ser sua esposa". Era preciso conhecer essa pessoa, e aqui vem um episodio que mostra os costumes da época, ou pelo menos a austeridade da familia em questão. Não sendo permitida a convivencia entre jovens de sexo diferente, informa o manuscrito, combinou-se o seguinte estratagemma: "a nubente iria com o pote á cabeça buscar agua, e Rosa Passos ficaria occulto em posição de vel-a sem ser visto na passagem para a fonte ou rio". É conclue meu tio: "Referi o facto para que se reflecta sobre os costumes do tempo. Devia ser em 1771 ou 1772."

Casou-se; "e esta moça, que, diziam, era de maravilhosa belleza, chamava-se Anna Maria Joaquina Morgado, da casta, diz o manuscrito, — dos afamados Gonçalves, temidos pelo seu valor." Não pude obter dados mais completos a respeito; apenas conseguí saber que ela era filha de Domingos Gonçalves Morgado e Maria de Godói Moreira, cuja ascendencia alcança as épocas mais remotas do São Paulo Colonial, como se vê na *Genealogia Paulistana* de Silva Leme.

Constituida a familia, e prosperando em sua carreira commercial, foi Rosa Passos subindo na estima e consideração dos conterraneos, e se tornou dentro em breve chefe político local, que era muito acatado por todos, quer em assuntos de interesse público, quer nas suas contendas particulares.

Do seu consorcio provieram três filhas e seis filhos que se tornaram por sua vez tronco de vasta descendencia. Assim, as filhas — D. Ana Maria, casada com o importante fazendeiro Capitão Agostinho Rodrigues de Almeida, residente, si bem me lembro, para os lados do Saboó; D. Joana, com Rafael Leme e d. Jacinta com o Alferes (depois Coronel) Manuel Antonio dos Santos (meu bisavô), foram ascendentes de inúmeras familias, ramificadas por S. Roque, Itú e Sorocaba.

Dos filhos, o chamado Jacinto mudou-se muito moço para o Rio-Grande-do-Sul, e dele nunca mais houve noticia; outro, Bernardo José da Rosa, casou em Itú com Ana Maria da Silveira, descendente de Antonio da Silveira Goulart, bisavô de meu pai. O de nome Joaquim (Nhoca do Engenho) casou em S. Roque e dele provêm os Rosas e Arrudas que residiam no Taboão e no bairro do Ribeirão. José Francisco da Rosa era pai de Veneslau, a quem já me referi, e de Manuel da Cruz Rosa conheci

um filho — Inocencio Manuel de Jesús, que foi uma das figuras excêntricas de meu tempo de menino. O mais notável de todos, porém, foi o Capitão Manuel Francisco da Rosa, o Capitãozinho, que, com o nome, herdou o tino e qualidades do pai, o que o fez chefe político e continuador da influencia e tradições paternas, qualidades e influencia que transmitiu a alguns dos seus filhos, como adiante veremos.

Viuvo pela morte de Ana Morgado, ocorrida, si não me engano, em 1787, Rosa Passos, então Tenente-Coronel, contraiu, dois anos depois, segundas nupcias com Manuela Maria de Aruda, natural de Itú, e de honrosa e larga ascendencia, conforme a já citada *Genealogia Paulistana*.

Neste segundo casamento, deu-se um fato interessante, que reputo verídico, porque o ouvi narrado em familia por diversas vezes.

A futura noiva residia em Itú, e não querendo ou não podendo ir procurá-la pessoalmente, encarregou dessa tarefa a uma senhora respeitável, comadre sua, que devia em visita à familia, ver a moça, falar-lhe, e trazer informação completa a seu respeito. Voltou a emissaria com as melhores referencias da moça: jovem, afavel, maneiras delicadas, muito prendada; e quanto ao físico — alta, esbelta, cabelos e olhos pretos, formosa, em uma palavra. Tratou-se o casamento, que se realizou em São Roque; e qual não foi a surpresa do noivo ao encontrar na Igreja, em vez do tipo de beleza que esperava, uma senhora baixa, morena, deselegante, nariguda. Chegados à casa, o marido fez-lhe esta observação:

— Senhora, eu fui enganado. A pessoa que minha comadre viu foi outra que não a sua.

— E' verdade, respondeu a moça timidamente. Ela não falou comigo, mas com Fulana, que é minha cunhada.

— Não importa. Estamos casados, e como casados viveremos. Faça a Senhora por ser boa esposa, que eu não faltarei com os meus deveres e minha afeição de marido.

E assim aconteceu. Ouvi sempre dos meus maiores que D. Manuela foi companheira exemplar, dedicadíssima ao esposo, e tão carinhosa e meiga para os enteados que estes lhe tributavam o mesmo respeito e afeição que si ela lhes fosse mãe.

Deste segundo matrimonio advieram cinco filhos, que tiveram igualmente grande e assinalada descendencia: residindo muitos em S. Roque, outros em Itú e Itapetininga. Foram eles: o Capitão Messias José da Rosa, que se tornou pela sua ope-

rosidade e clarividencia um dos homens mais uteis a S. Roque, como havemos de ver;

D. Maria Custodia de Arruda, que casou em 1809 com o Capitão Joaquim José de Moraes, nome que ainda há de aparecer nestas notas;

Capitão José Vicente Penteado;

Francisco Olinto de Arruda, que casou em Sorocaba, em 1822, com D. Custodia Maria da Conceição, filha do primeiro casamento de meu bisavô materno, alferes e depois coronel Manuel Antonio dos Santos; e Antonio Rodrigues Leite.

Este foi casado com D. Ana Joaquina Rosa, filha de D. Ana Teresa e do Capitão José da Rosa Gomes, tendo deste enlace cinco filhos: Capitão José Coetano de Arruda, D. Maria Joaquina da Rosa, casada com Antonio Joaquim de Moraes, tronco, si não me engano, dos Moraes do Sorocamirim; Capitão Tobias Rodrigues de Arruda, que se mudou para Itapetininga, bem como suas irmãs D. Firmina, casada com José de Moraes Rosa (Juca do Bagre), e a esposa do Coronel Manuel Pereira de Moraes (Neco Pereira), todos com numerosa descendencia naquela cidade; Joaquim Rodrigues de Arruda e D. Ana Reducina, que se casou com o português Antonio José Bastos, proprietaria do sobrado do largo da Matriz, que hoje pertence à Câmara Municipal.

Destes conheci de perto o Capitão José Caetano de Arruda, do qual conservo a mais viva e carinhosa lembrança. Homem de presença agradável, acolhedor, franco, acessível a todos — pobres e ricos, a sua fazenda de Setubal, situada entre S. Roque e Una, era verdadeiro hotel onde ninguem que chegasse sairia sem tomar alguma refeição. Era amigo do progresso, e se comprazia com a convivencia dos moços. Muitas vezes o ouvi dizer: — “Porque há de ser a vida tão curta! Vive-se tão bem aqui!” Muito jovial e folgazão, são inúmeras as anedotas verídicas das pirraças e partidas inofensivas que pregava a amigos e conhecidos, desde os cunhados Barão de Piratininga e Comendador Manuel Inocêncio, até aos simples tabaréus que pernoitassem em sua casa. Por mim, nunca me esquecerei de que na sua solarenga e acolhedora residencia passei na minha mocidade temporadas felizes na companhia sua, de seu filho Augusto — outro fidalgo de raça, e de seus netos Honorio, Julio e José Marcolino (Juquinha Arruda); e de que lá mesmo, em abril e maio de 1893, fui, a conselho médico, convalescer de grave enfermidade, que quasi me levou às portas do túmulo.

## VIII

### OS MORAIS — O VALOR DAS GENEALOGIAS

Foi em 1787, segundo o manuscrito de meu tio Santos, que o cap. Vicente de Moraes transferiu sua residencia para aqui. “Esta mudança, — diz ele, — deu muita vida a S. Roque, ao passo que Parnahiba começou a decahir.”

Da narração de meu tio, é-se levado a ligar a vinda do cap. Vicente a uma influencia de família. Porque, segundo informação fornecida por ele, como narramos atrás, os religiosos de S. Bento venderam as terras de Carambeí, em 1787, ao cadete Antonio da Cunha Raposo Leme, casado, diz meu tio, “com Gertrudes de Moraes Lara, sobrinha carnal do padre Guilherme Pompeu de Almeida”; e o cap. Vicente “era casado com Custodia de Moraes Lara, tambem sobrinha do mesmo padre Guilherme”. Assim, a mudança do cadete Raposo teria trazido, é lícito supor-se, o concunhado para cá.

Não sei em que dados se baseou o autor do manuscrito para esta informação: naturalmente os obteve de pessoas idosas, e aceitou-os sem lhes verificar a autenticidade, porque naquele tempo a fonte de mais segura informação neste assunto era a obra de Pedro Taques — *Nobiliarchia Paulistana*, de difficil consulta por ter aparecido primeiro na *Revista do Instituto Histórico do Brasil*.

Para elucidar este ponto, recorri não só a essa obra como aos *Apontamentos* de Azevedo Marques e à *Genealogia Paulistana* de Silva Leme, publicação mais recente e mais completa; e por elas se vê que a estirpe dos Pompeus — aliás uma de entre as mais vastas e illustres descendencias de S. Paulo, — teve origem em Francisco Taques Pompeu, natural do Brabante, estabelecido no século XVI em São Paulo, onde se casou, deixando os seguintes filhos:

- 1 — Pedro Taques de Almeida,
- 2 — Guilherme Pompeu de Almeida,

- 3 — Lourenço Castanho Taques,
- 4 — Sebastião Taques,
- 5 — Mariano Pompeu, e
- 6 — Antonio Pompeu de Almeida.

Destes, o que nos interessa agora é o segundo, progenitor do padre Guilherme Pompeu de Almeida, o "Creso paulista" de que nos ocupamos no segundo capítulo. Este teve, realmente, duas irmãs:

1 — Maria de Lima de Almeida, casada três vezes, mas sem descendencia, e

2 — Maria de Lima de Moraes, casada com Antonio de Godói Moreira. Deste enlace provieram seis filhos, que por sua vez foram fontes de numerosa prole; mas entre as suas descendentes, nenhuma figura como esposa de Vicente de Moraes. Foi talvez a semelhança de nome que induziu a erro a informação que meu tio consignou.

Voltemos agora ao cap. Vicente (Vicente de Moraes Carmago). Descende ele de uma das mais antigas e ramificadas famílias do São Paulo colonial; e como por sua vez se tornou tronco de larga descendencia, que conta numerosos representantes em S. Roque como em todo o Estado, talvez não seja fora de propósito algumas informações a seu respeito, numa resenha de pessoas e coisas de nossa terra.

A origem desta familia foi Baltasar de Moraes de Antas, o velho, português que veio ao Brasil no século XVI, e procedia da alta nobreza lusitana, como se pode ver na citada *Genealogia Paulistana*. Sua neta Isabel de Moraes, e que era tatara-vó do cap. Vicente, foi casada com o castelhano D. Francisco de Lemos, o qual, com seus dois filhos Baltasar e Jerônimo de Lemos Moraes, tomou parte ativa num movimento político que sacudiu S. Paulo no século XVII. Em 1640, Portugal quebrou o jugo que o prendia à Espanha desde 1580, após o desastre de D. Sebastião em Alcacerquibir, sendo então aclamado rei D. João IV. Os paulistas por sua vez pensavam aproveitar a ocasião para libertar-se de Portugal, fazendo de S. Paulo um reino (pois que nesse tempo era desconhecida a forma republicana). Para rei escolheram o grande vulto de Amador Bueno da Ribeira, que fora capitão-mor e ouvidor da Capitania de S. Vicente, mas este, antepondo aos seus os interesses da Patria, recusou tenazmente o trono que lhe era oferecido, e ao povo que o aclamava nas ruas dando vivas a "Amador Bueno, rei de S. Paulo", ele respondia com vivas a "D. João IV, nosso rei". Di-

zem alguns historiadores que essa tentativa de separação foi manejo político dos espanhóis, despeitados com a independência de Portugal; mas o certo é que a aclamação partia de massa compacta e amotinada que acompanhou pelas ruas o ilustre paulista, o que o obrigou, para evitar que a sedição tomasse maior vulto, a refugiar-se na Igreja de S. Bento. Foi redigida igualmente uma proclamação escrita, e esta, sim, assinada por numerosos espanhóis influentes, contou também a assinatura de D. Francisco de Lemos e dos filhos Jerônimo e Baltasar Lemos de Moraes; e este, casado com Maria Bueno de Camargo, foi trissavô do cap. Vicente.

A numerosa geração deste espalha-se, como disse, por todo o Estado, dela fazendo parte, entre muitíssimas outras, a família Moraes Barros. D. Maria Joaquina de Moraes, minha sogra, referia sempre em família que, no sítio da Samambaia (próximo do Taboão), ela em menina brincou muitas vezes com Prudente de Moraes e seus irmãos, todos crianças então; pois o pai destes, José Marcelino de Barros, era sobrinho carnal do cap. Joaquim (pai de D. Maria Joaquina), e visitavam-se frequentemente.

Quando o cap. Vicente se mudou para S. Roque, já era viuvo de Custodia Maria de Moraes, falecida em Parnaíba em 1787; de sorte que, si sua mudança se deu nesse ano, conforme os apontamentos de meu tio, talvez esse desgosto doméstico influísse na sua resolução. Sua permanência aqui tornou-se definitiva quando, três anos depois, contraiu segundas nupcias com Isabel Bueno de Moraes, também viuva pelo falecimento de Francisco Xavier Leite Penteado.

Estabelecido nesta localidade, o cap. Vicente ligou-se por estreita amizade com Rosa Passos, o qual, a-pesar-do prestígio pessoal do recém-vindo, continuou como chefe político, mas ouvindo-o em tudo e por tudo. "Era o seu confidente" — diz meu tio.

E' bem de ver a situação de calma e boa convivência que devia reinar na povoação sob a chefia de dois homens honestos, experientes e ponderados, e como devia ser sentida a morte de ambos: Rosa Passos faleceu em 1800 e o seu amigo em 1804, três meses apenas após a morte da esposa.

A amizade entre as duas famílias, entretanto, sobreviveu ao desaparecimento dos chefes e foi ainda para diante, fortificada pelo entrelaçamento matrimonial. O cap. Vicente trouxe de Parnaíba dois filhos do primeiro consorcio: Joaquim (de-



pois capitão Joaquim José de Moraes, ou simplesmente — o capitão Joaquim) e Maria Custódia: em 1809, Manuel Francisco da Rosa, o capitãozinho, casou-se com esta, e o cap. Joaquim com a irmã de Manuel Francisco, Custódia de Arruda, filha do segundo casamento de Rosa Passos.

Destes novos troncos proveio vasta e prestimosa geração que de S. Roque se foi espalhando sucessivamente por Itú, Sorocaba, Itapetininga, Tatuí, etc., onde existem inúmeros descendentes, a maioria dos quais talvez nem suspeite a origem sanroquense de seus antepassados. Pelo motivo acima lembrado, indicarei as primeiras famílias que destes troncos procedem, embora esta extensa enumeração de nomes possa tornar-se fastidiosa.

E aqui cai a ponto uma observação. Há pessoas que buscam reconstituir sua arvore genealógica por motivo puramente pessoal. Querem ter orgulho de dizer: sou diferente dos mais, pois descendo de tais e tais figuras ilustres, de tal ou tal família notável. Outras vão mais longe, e chegam a supor que à sombra de um nome herdado podem viver à solta, afrontando a sociedade com os desmandos de uma vida repreensível. Na multidão de ascendentes que, digamos de passagem, todos têm no mesmo número, embora desconhecidos, há de haver forçosamente de tudo: heróis e santos, nulos, e até bandidos e celerados.

O que importa para cada um, o que o eleva e dignifica, não é a fidalguia de sua origem, mas a nobreza do seu procedimento na vida pública e particular, a soma de serviços que presta à sociedade. Gonçalves Dias, o criador da poesia indianista, era filho natural de português com uma pobre mulher do povo, Vincencia Pereira, de humilde condição social; entretanto os filhos legítimos que o mesmo português teve depois, pelo casamento com senhora de distinta família maranhense, nem são ao menos conhecidos. E Luiz Gama? Filho também natural de português com a africana Luiza Maú (que ele mesmo, num traço de comoção e piedade, dizia ser negra retinta); vendido na Baía pelo pai a um traficante que o revendeu em São Paulo, tornou-se aqui nome ilustre, querido e venerado pela inexcedível energia e dedicação com que se votou à causa dos seus ex-irmãos de cativeiro.

Mas as indagações genealógicas têm ação educativa e social, quando compreendidas em seu verdadeiro sentido. É quando a recordação dos antepassados serve para indicar a cada um o peso da herança moral que seu nome representa; para mos-

trar-lhe nas situações difíceis, a maneira por que agiram tais ou tais de seus avós em conjuntura semelhante. Mas, além de tudo, põe-se em atividade e exercita-se o sentimento da veneração que, limitada a princípio a uma só classe de tipos, estende-se depois facilmente a todo o Passado, o que é de suma vantagem, porque, segundo o aforismo sociológico, "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos".

E' com esse objetivo que o positivismo — religião puramente humana, que coordena e normaliza a existencia sob todos os aspectos — institue no "culto doméstico" a recordação sistemática dos principais antepassados comuns a toda a familia; e para sistematizar o culto de todo o Passado, insere no seu calendario concreto os nomes de todos os grandes homens que têm dirigido ou auxiliado a evolução humana. Aí se encontram representantes de todos os tempos, de todos os lugares e de todas as crenças — fetichistas, politeístas, israelitas, católicos, maometanos, protestantes e modernos filósofos livre-pensadores.

## IX

### OS MORAIS-ROSA E OS ROSA-MORAIS

Os dois maiores expoentes do S. Roque antigo, ligados em vida pela amizade, continuaram unidos pelo tempo em fora, graças ao duplo enlace matrimonial de imediatos descendentes, enlace que prolongou os nomes de ambos por vasta geração espalhada hoje pelo Estado e fora dele. E' o que vamos mostrar, pedindo aos leitores que tenham sempre em vista as considerações finais do último capítulo.

#### O CASAL MORAIS-ROSA

O casamento do Capitão Joaquim com Maria Custódia (filha de Rosa Passos e da segunda esposa) deu-se, como referi, em 1805. Na relação dos filhos e seus descendentes mais próximos, que vou apresentar, há de haver alguma omissão ou engano, que poderiam ser evitados mediante informação de algum dos Moraes dos que residem em S. Roque; mas, na impossibilidade de os procurar agora, tenho de cingir-me aos recursos da memória. Aceitarei, porem, para completar meus apontamentos, qualquer retificação com que me queiram auxiliar. Foram seus filhos:

##### 1 — PADRE FRANCISCO DE MORAIS

Não cheguei a conhecer pessoalmente o "Padre Chico", o qual, segundo tradições da família, ordenou-se sem vocação e apenas para satisfazer os desejos da mãe, que fazia o maior empenho em ter um padre na família. Talvez por isso mesmo, esteve, depois de ordenado, sem ordens por muito tempo, residindo com a família no sitio da Samambaia. Só mais tarde aceitou a vigararia de S. Roque, vaga com a morte do Padre Manuel Joaquim Barbosa. Foi dedicado e exato no exercicio.

do seu ministerio, esmoler e despreocupado de interesses pecuniarios, tanto que, segundo diziam, foram encontrados em livros de sua estante, depois de sua morte, valores em moeda-papel. No retraimento em que vivia, não se preocupava com politica e talvez por isso caiu no desagrado do chefe local de então, o Barão de Piratininga, que, segundo crença da familia, o maltratava com mofinas e noticias impertinentes em jornais de S. Paulo, escritos que, sempre anônimos, eram atribuidos a determinada pessoa, serviçal do Barão, e ao qual designavam, os da familia, simplesmente por — “o testa de ferro”. Não é meu intuito reavivar antigas malquerenças, que iriam nagoar hoje a pessoas que nenhuma responsabilidade têm pelos atos de seus antepassados: por isso nada mais direi. Enfim, austero, mas simples, e caritativo, o modesto sacerdote era estimado de todos. Mas possuia um traço característico: era obstinado. Depois de formar opinião sobre qualquer assunto, ninguém dela o demovia, pelo que deixou este proverbio: “teimoso como o padre Chico”.

## 2 — CAPITÃO MANUEL FRANCISCO DE MORAIS

Conheci-o já velho, cabelos muito alvos, barba raspada, alto e magro, encerrado sempre em casa. Morava à rua, hoje Rui Barbosa, esquina da do Dr. Stevaux, onde por muito tempo esteve estabelecido Pedro Verani. Foi casado com Maria Angélica, filha do Capitão Messias (nome que tem frequentemente aparecido nestas notas e ao qual me hei de referir com mais individualização), e deste casamento, ao que sei, teve só um filho — Joaquim Osorio de Moraes. Conheci apenas três filhos deste, e todos já falecidos: d. Eulina, casada com o sr. João da Luz, Antonio (Nhô Tô) e Teodomiro. Este morreu moço, mas com certeza todos se lembram dele: professor de música e membro de uma das corporações musicais, era muito popular e benquistado pela sua índole afavel e bondosa.

## 3 — OUTROS FILHOS DO CASAL MORAIS - ROSA

Com outros filhos do casal não tive oportunidade de manter relações pessoais, pois residiam em Sorocamirim, e assim, somente pelas referencias de terceiros, sei que eram os seguintes: Francisco (Chico Silverio), Firmino (que chamavam de Firminão, certamente por causa de seu sobrinho conhecido por

Firmininho), Ismael, que morreu solteiro, e Cândido, que foi casado com uma cunhada do português Domingos Loureiro (depois, crejo eu, Visconde do Rio Tinto). Conheci desta família os moços Delmino, Firmininho, Nhozinho, havendo um, afamado pelo seu genio brincalhão e pelas *peças* que pregava nos visitantes, mas só no seu sitio, porque diziam que era muito acanhado e nunca viera a S. Roque. Chamava-se Leopoldino, si bem me recordo. Tambem D. Deolinda, esposa do Tenente Francisco Luiz de Campos, era filha de um destes Morais do Sorocamirim; mas não consigo lembrar-me de qual deles.

Deste casal provieram dois filhos que, por serem contemporaneos e muito conhecidos em S. Roque, dispensam indicações domésticas: Francisco Guilhermino (Campinhos, e tambem Chiquinho de Campos), e D. Maria (D. Mariquinhas de Campos).

#### 4 — AS FILHAS

Destas conheci de perto, intimamente, D. Maria Joaquina de Morais, casada com o meu tio Tenente Manuel dos Santos Rosa, pais de minha esposa. Fora a Piracicaba, a instancia de meus filhos mais velhos, passar uma temporada conosco. Em consequencia de uma queda, fraturou o colo do femur, e nunca mais poudo andar. Lá morreu aos 87 anos de idade (29 de junho de 1919), conservando até ao fim a resignação no sofrimento, serenidade, e toda a lucidez de espirito. Dela provem grande parte dos dados que possuo; mas lamento não ter sabido aproveitar como podia esta excelente fonte de informações sobre coisas da familia.

Outras filhas que conheci foram: d. Custodia, casada com Joaquim Correia; d. Manuela (nhá Zinha), uma das três irmãs conhecidas pela denominação de "meninas da Samambaia", certamente porque ficaram sempre solteiras; d. Carolina, casada com Joaquim José Lourenço (Joaquim Velho). Deste casal, há em S. Roque uma filha, d. Maria Custodia de Morais (nhá Ruiva), viuva de Pedro Molon, do qual teve duas filhas, Julieta e Helia, ambas casadas, com grande descendencia. Não conheci a que se chamava Edviges, casada com Joaquim de Oliveira, cujo casal teve uma filha, d. Maria Francisca, casada com Cândido Dias Andrade, atualmente em Campinas.

## DO CASAL ROSA-MORAIS

Deu-se o consorcio do Capitão Manuel Francisco da Rosa (Capitãozinho) com Maria Custódia de Arruda (Nhanha), em 1809, como já dissemos, e dele provieram cinco filhas e três filhos. As filhas:

## 1 — MARIA UMBELINA

Casou-se em 1827 com o Major Manuel Antonio dos Santos, e tiveram os seguintes filhos:

a) Tenente Manuel dos Santos Rosa, casado com Maria Joaquina de Moraes, dos quais provieram os seguintes filhos: Deolinda, casada que foi com Vicente Julio de Oliveira; Antonio dos Santos (Santinhos), casado com D. Corina B. dos Santos; Maria Amália, casada com Hipólito Veiga; Amelia, minha esposa, e Veridiana, que morreu solteira;

b) D. Custódia (Nhalinha), casada com seu tio Comendador Manuel Inocencio, pais de Antonio Francisco da Rosa, falecido em Sorocaba;

c) Capitão José Vicente, casado com D. Ana Joaquina (Nhazinha), filha do Coronel Amaro Dias e D. Maria Joaquina de Moraes, aos quais ainda hei de referir-me, tendo os seguintes filhos: José (Juquinha dos Santos), os professores Amaro Egidio, casado com D. Isabel Monteiro, Antonio, Salvador e Joaquim; e as filhas: Belarmina (Sinharinha), Maria, viuva de Hortencio da Silveira, Adelia, que foi casada com o professor Antonio Arnobio, e a professora Ana de Lourdes, esta falecida em Ribeirão Preto;

d) Maria Gertrudes, casada com Honorato da Silveira Melo, meus pais. Tiveram mais: Elisa, viuva de José de Sousa, residente em Sorocaba, e os seguintes, já falecidos: Manuel, casado com Maria Pedroso de Moraes; Honorio, com Maria Olimpia da Rosa, e Maria Joaquina, solteira;

e) Antonio Joaquim dos Santos, falecido solteiro, cujo nome tem aparecido frequentemente e ainda há de aparecer nestas notas.

f) Deolinda, esposa de José de Moraes e Silva, com os seguintes filhos: D. Julia, consorciada com meu tio Joaquim da Silveira Melo; José Miguel e professor Alvaro, falecido, solteiro, e João Gualberto, casado em primeiras nupcias com D.

Olimpia Laureiro, e em segundas com D. Escolástica do Amiral Gurgel (Sinbara);

g) Francisco Quirino, falecido solteiro;

h) Joaquina, primeira esposa de meu tio Joaquim da Silveira Melo, havendo desse consorcio um filha que morreu de mente.

Do seu segundo consorcio com d. Julia, deixou ele os seguintes filhos: d. Maria Anesia Teixeira de Carvalho (Nesinha), Valdomiro e Carlos da Silveira Melo, todos tão conhecidos que dispensam mais indicações domésticas.

## 2 — MANUELA JACINTA

Casou-se em 1827 com José Francisco da Rosa, tendo os seguintes filhos:

a) Manuel Francisco da Rosa Passos, de cujo casamento com D. Maria Eugenia provieram os seguintes filhos: D. Olimpia, casada em segundas nupcias com Basilio Xavier de Lima; D. Honorina, viuva de Antonio Francisco da Rosa; D. Rosina, viuva de Albano Simões; Eugenio, Vergilio, Ovidio, Augusto e Mario, todos residentes em Sorocaba (o último já falecido);

b) Antonio Claudiano da Rosa, pai do Cônego Rosa, vigario de Piracicaba, e sogro de Olegario Rosa, falecido em S. Roque;

c) José Vicente, residente em Cabreuva, do qual conheci os filhos Eusebio, Antonio e Honorio de Moraes Rosa;

d) D. Emilia, que foi casada com o seu primo Manuel Francisco da Rosa, tendo os filhos: d. Ana, residente em Cabreuva; Maria Olimpia, viuva de meu irmão Honorio, e Altitina, viuva de Augusto de Arruda; Avelino e Francisco, falecidos em S. Roque, e o professor Antonio Rosa, residente em S. Paulo;

e) Maria Custodia, casada com Antonio Benedito Gomes, e do casal creio que só existe em São Paulo Tomaz Gomes.

Do chefe desta familia, José Francisco da Rosa, provieram ainda outros filhos dos quais conheci:

a) Tenente Francisco da Rosa Gomes, importante fazendeiro em Sarapuí, o qual deixou tradição de energia, intelligencia e honestidade. De seus filhos apenas dois residiram em S. Roque, onde faleceram: Silvio de Moraes Rosa e o dr. Antonio Rosa; os outros, o Coronel Olimpio e Cristiano faleceram em

Itapetininga, Adolfo em Sarapuí, e Artur Rosa (que foi casado com minha prima Marcolina da Silveira Melo), em Sorocaba.

b) D. Maria, casada com Inacio da Silveira, provindo desse enlace as filhas: D. Maria, esposa de Sebastião Martins Vilaça; D. Adelaide, casada com Bento Vieira da Silva; D. Ana, com Raimundo Tavares; D. Amancia e D. Francisca, residentes fora de S. Roque; e os irmãos Joaquim, Cristiano e Juca Silveira, todos falecidos.

Deste tronco penso que só existem nesta cidade descendentes do casal Silveira-Vilaça, todos contemporaneos e tão populares em S. Roque que bastará indicar-lhes os nomes sem as ligações domésticas. São eles: Manuel (Maneco Vilaça) e Luiz, já falecidos, Tiburcio (residente em Baurú), Sebastião (morador em Itapetininga), José, Antonio (atualmente em Campinas) e as irmãs: d. d. Maria (Nha Lica), Isabel e Augusta, falecidas.

### 3 — D. ANA BLANDINA

Casou-se em 1830 com Francisco de Assiz Oliveira Araujo, natural de Itú e que pelo nome do pai — Manuel de Oliveira Silveira, devia pertencer ao tronco de S. Roque. Deste enlace proveio larga descendencia, que se espalhou quasi toda para fora da nossa terra. Assim:

a) D. Leopoldina, que se casou primeiro com o moço português Antonio Ferreira de Aguiar, contraiu segundas nupcias com João Martins de Melo, e com ele se mudou para Cabreuva. Deste casal conheço o político militante João Martins de Melo Junior, que foi senador do Estado;

b) D. Laura, casada com Manuel Guedes, residiu em Tatuí;

c) D. Deolinda, esposa de Antonio Vieira Branco, e viveu sempre em Una, e deste casal creio que só vive a professora D. Laurinha Escobar, residente em Sorocaba;

d) Outra filha, cujo nome não me acode, casou-se com Francisco Justino da Silveira Machado e mudou-se para o Estado do Rio.

De seus filhos, Isaías, o mais velho, foi fazendeiro em Cabreuva; de sorte que o único descendente de D. Ana de Assiz que morou em S. Roque foi o mais moço — Francisco de Assiz Oliveira (Chiquinho de Assiz), que foi casado com D. Joaquina Silva (D. Quininha de Assiz). Deste casal faleceram fora



de S. Roque — D. Risoleta e Ernesto, e reside em S. Roque D. Carlina Marques, viuva de Amador Marques da Silva.

#### 4 — D. JOAQUINA

Foi casada com o Capitão José Caetano de Arruda, donde provieram, que eu sei, apenas dois filhos: José Firmino, que morreu moço deixando três filhos: Honório, Julio e José Marcolino de Arruda; e Augusto de Arruda, casado em primeiras nupcias com sua prima, filha de Antonio José Bastos, e em segundas com D. Altina Rosa.

#### 5 — CUSTODIA GABRIELA

Consoiciou-se em 1840 com Querubim Rodrigues de Arruda e foi residir em Itú. Deste casal conheci apenas os netos João Rodrigues da Rosa (Coronel João Rosa), que foi chefe de real prestigio em Piedade; D. Palmira, casada com Joaquim Xavier de Lima (Joaquim Rato), e D. Mariquinhas, casada com Lucio Cepelos.

#### 6 — OS FILHOS

Os três filhos do casal Rosa-Morais foram:

Manuel Inocencio, Antonio Joaquim e José Vicente; este, que era objeto da maior afeição e das maiores esperanças do pai, faleceu muito moço. Dos outros darei na continuação informações mais minuciosas.

Dei-me a esta longa e fastidiosa enumeração de nomes na persuasão de que estes dados não são inúteis, e por isso desculpar-nos-ão os leitores a quem o assunto não interessar.

## UM HOMEM DE VALOR — O CAPITÃO MESSIAS

Coube a Manuel Francisco da Rosa, "o Capitãozinho", suceder ao pai, tanto na atividade comercial como na chefia política de S. Roque. Os três irmãos mais velhos, conforme já expús, deixaram cedo a casa paterna, tomando cada um rumo diferente. Era, pois, natural que o que permaneceu a seu lado, continuando no mesmo gênero de comercio, lhe herdasse também as qualidades e o prestígio político.

Não tinha ainda 30 anos quando a morte do pai e do sogro lhe deram a investidura de chefe político; e a sua atuação, que foi sempre calma, ponderada, conservadora, meu tio Santos a resumiu nos seguintes tópicos:

"Empregar todos os esforços para debelar a intriga e manter a paz;

"Viva cada um como puder, e se conforme com as privações."

Não foi homem de iniciativas e estimulador do progresso local: o que ele tinha em vista precipuamente era conservar o *statu quo*, evitar conflitos e trazer em paz a sociedade que dirigia.

Com tais disposições, é natural que se filiasse ao partido conservador, e foi o que aconteceu. Logo depois de promulgada a Constituição do Imperio (25 de março de 1825), as tendências das classes dirigentes, das *élites* políticas, como hoje se diz, levou-as a se arremetarem em dois grandes grupos, segundo a maneira de encarar e satisfazer as necessidades da Nação. Esses grupos denominaram-se — partido liberal e partido conservador, cada um com os seus principios bem definidos, e com o seu programa distinto. Isso em teoria; porque na prática o que se viu mais de uma vez foi invadirem-se reciprocamente a esfera de ação, invertendo-se os papéis de cada facção: o partido liberal efetuando reformas de caracter

conservador, e o conservador levando a efeito medidas acentuadamente liberais.

Na provincia de S. Paulo, o partido conservador ficou sob a direção do Barão de Tietê, e o liberal teve por chefe ao Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, procurando cada um desde logo criar nucleos de adeptos em cada localidade. Em S. Roque o primeiro partido que se formou foi o conservador, e, de acordo com o chefe provincial, à frente dele ficou o Capitão Manuel Francisco. Não tardou, porem, que se criasse aqui a facção liberal, como vamos ver, servindo-me para este capítulo exclusivamente das informações de meu tio, nos seus tão citados *Fragmentos historicos*, pois o nome do Capitão Messias já estava esquecido entre os sanroquenses da minha geração.

Segundo esses apontamentos, veio a S. Roque, em serviço de seu partido, o Brigadeiro Rafael Tobias, e, depois de minuciosa observação, fixou a atenção no Capitão Messias, com o qual teve demorada conferencia. Este nada lhe prometeu, pedindo uns dias para refletir. Irmão de Manuel Francisco apenas por pai, nada quis decidir entretanto sem com ele entender-se primeiramente; porque, pelo feitio patriarcal da educação doméstica (ouvi-o muitas vezes aos meus maiores), os irmãos o atendiam e respeitavam como si fossem filhos seus. Conversou, pois, com ele, diz o manuscrito, até alta noite. Dias depois, seguiu para Sorocaba, e teve com o Brigadeiro Tobias esta prática, que foi presenciada, afirma meu tio, por seu pai, o Major Manuel Antonio dos Santos:

“— Estou prompto a servir a V. Exa. como os seus mais dedicados amigos. Dando-me, porém a esse trabalho, em que empenharei corpo e alma, eu quero ser util a meus amigos, ou antes a meu berço. Se V. Exa. puder favorecel-os, embora com sacrificio, não lhe causarão o menor prejuizo e entendo que prestarei á minha terra serviços que me honram.

“— Sim, respondeu Tobias; mas as garantias?

“— A garantia que posso offerecer a V. Exa. é um pouco de probidade que possuo, e nada mais, tornou o Capitão Messias.

“— Essa é bastante para mim, respondeu o Brigadeiro. Pode contar com os recursos de que precisar, contanto que os pagamentos sejam sob sua responsabilidade.”

Voltou, pois, o prestigioso sanroquense com carta branca para proporcionar a seus conterraneos o auxilio financeiro necessario ao empreendimento de que fossem capazes. Convocou uma

grande reunião onde expôs os seus planos, o financiamento que podia facilitar-lhes e o compromisso que tomara para com o Brigadeiro Tobias. O Capitão Messias, informa o manuscrito, possuía, quando falava, duas qualidades distintas: sabia a um tempo insinuar-se no ânimo dos ouvintes, e inspirar-lhes confiança irresistível. E' facil, pois, imaginar o entusiasmo que estas novas deviam ter despertado em seus conterraneos.

São Roque atravessava nessa época um periodo de estacionamento e desânimo. Não havia aquí industria, como de resto em nenhuma cidade da Provincia; e os gêneros da pequena lavoura — feijão, cereais, e o pouco açúcar que produzia destinavam-se, pela falta de transporte, apenas ao consumo local. O commercio, portanto, devia ser fraco; e, pela falta de trabalho, os artífices de qualquer gênero, teriam de ir buscar fora a ocupação que aquí faltava. Esta situação não podia escapar à observação atilada do Capitão Messias, o qual compreendeu logo que a primeira providencia a tomar era criar meios de transporte, que servissem não só para o escoamento dos produtos locais, para facilitar o intercambio comercial, como ainda para atender às necessidades de outros municipios. A aquisição de tropas arreadas seria, pois, o passo inicial para o levantamento de São Roque, e foi por aí que começou a atuação do novo chefe. Naturalmente, já na reunião inicial, ficou estabelecido o número de bestas que cada um devia adquirir, segundo as posses e as garantias que podia oferecer. O certo é que, segundo reza o manuscrito, oito dias depois seguiam para Sorocaba diversos sitiantes e de lá trouxeram bestas chucras em quantidade suficiente para arrear duzentos lotes: o proprio Capitão Messias deu o exemplo adquirindo cem bestas. Devia ser isto, pois, na época daquelas feiras que celebrizaram Sorocaba.

Compreende-se o surto de atividade, o sangue novo, digamos assim, que a formação repentina de tantas tropas, devia injetar no organismo local. Foram casas de arreios que se estabeleceram, artífices de diversos ramos que abriram suas tendas e oficinas — seleiros, ferreiros, e a seguir, sapateiros e alfaiates. Conta o manuscrito que se estabeleceram logo quatro tendas de ferreiros, todos sanroquenses que se haviam mudado: vieram primeiro de Itú, José Joaquim e Antonio, este escravo de José Vicente Penteado; depois, de Sorocaba, Fidelis do Amaral e Floriano Soares. Com alfaiataria voltaram a estabelecer-se em São Roque os profissionais distintos (assim

os qualifica o manuscrito) João Luiz, sogro do maestro Porfirio Tavares, José Maria, José Barbosa, e Américo Garcia. Reproduzo esta citação de nomes para mostrar o caráter de autenticidade que meu tio quis imprimir à narração.

Enfim, para maior animação local, o Cap. Messias foi ao Rio e de lá trouxe grande sortimento de fazendas, estabelecendo-se ele mesmo com casa do ramo, que conquistou logo numerosa freguesia.

O tráfego das tropas pôs S. Roque em comunicação direta com São Paulo, Santos e outros municípios importantes; e canalizando para aqui boa soma de numerario, estimulou a produção agrícola, a qual exigiu a compra de escravos que eram nesse tempo os braços mais baratos e mais eficientes. As tropas foram pagas nos prazos estipulados, o que aumentou o prestígio do dedicado sanroquense que servira de fiador. Enfim, um novo sopro de vida animou a nossa terra. "A época em que foi chefe o Capitão Messias, afirma o manuscrito, foi a idade de ouro de S. Roque." E ainda: "Impossível seria descrever os serviços prestados por este grande homem em tão curto espaço de tempo."

Infelizmente, tão profícua, tão fecunda atividade foi inopinadamente interrompida pela morte: o Cap. Messias faleceu repentinamente em 1834, pela ruptura de um aneurisma; e é bem de ver o abalo que semelhante desastre havia de produzir. "As funestas consequências que sobrevieram à morte deste illustre filho de Carambehy são dolorosas de lembrar." Deixamos, porém, de acompanhar o narrador na enumeração que faz a seguir, porque não tem isso interesse direto ao fim que temos em vista.

Antes de prosseguir, vejamos os dados domésticos que posuo sobre o homem que foi figura das mais importantes de nossa terra; e acredito que somente pela curta duração de sua atividade política não deixou de si lembrança que obrigasse a inscrever seu nome em uma rua ou praça, numa terra que vive a batizar seus logradouros públicos com nomes de políticos efêmeros e de personagens sem relevo.

O Capitão Messias José da Rosa, já o temos repetido, era filho do Tenente-Coronel Rosa Passos e de sua segunda esposa — Manuela de Arruda, e conforme o inventario de seu pai, que vi no cartorio do 1.º Ofício, tinha em 1800 apenas dois anos de idade. Casou-se, certamente muito moço, com Ana Joaquina da Rosa, filha do Cap. José da Rosa Gomes e de D. Ana Te-

resa de Jesús (nome de que ainda temos de nos ocupar), e desse consorcio deixou sete filhas e três filhos: José, Joaquim e Messias. Lembro-me de ter conhecido no Marmeleiro, em 1884, dois destes, ambos pobres, apáticos, obscuros — o Juca Messias e o Messias da Rosa, este sem energia sequer para obrigar os filhos a frequentar a escola primaria.

Das filhas, a primeira, D. Maria Angélica, casou-se, como já referi, com seu primo Cap. Manuel Francisco de Moraes, em 1834. A segunda, Ana Vicencia, com Antonio Mendes de Almeida. Deste casal conheci os filhos Messias Pedro, José J. de Almeida (Juca Mendes), Manuel, Cristino Mendes, e as filhas: D. Emilia, falecida solteira, e D. Cândida, mãe dos srs. Honorio e Augusto Mendes e sogra dos sanroquenses Totó de Lima (Antonio Xavier de Lima Junior), já falecido, e Joaquim Pedroso, residente em Ourinhos.

Outra filha do Cap. Messias, Carolina Maria, casou-se (segundo Silva Leme) com José Antonio Ribeiro, do qual não tenho noticia. Casou-se a quarta, Rita Rosa, com Francisco José Malheiros Braga, conhecido por Chico Malheiros, e também Chico Boava, e deste casal só conheço Joaquim Malheiros, que deve ter agora mais de 80 anos.

Contraíu Chico Malheiros segundas nupcias com D. Rita, filha de Chinhô da Boa Esperança (Manuel Rodrigues de Arruda Moraes), da qual teve, segundo me recorde, um filho, o professor Antonio de Arruda Malheiros e duas filhas, D. Nenê (casada com o prof. Cipriano da Rocha Lima) e D. Teresinha, também casada, todos residentes em S. Paulo.

Segundo a feição anedótica destas notas, não deixarei sem referencia uma das figuras interessantes do S. Roque antigo — o sr. Antonio Mendes de Almeida. A sua residencia, que faz hoje parte do centro urbano (não sei si a casa será a mesma) era então verdadeira chácara, pois não existia a rua Dr. Stevaux, nem as transversais — Dell'Aqua e Pedro Vaz. Ao lado do caminho não havia casas, mas dois pastos fechados com cerca — o de D. Ana de Assiz e o da "Loja grande", pertencente ao comendador Manuel Inocencio. A chácara do "Antonio Mendes" era nesse tempo ponto de reunião de pessoas que iam, pela manhã, tomar leite, principalmente moços e moças, cada um com o seu copo provido já de açúcar e *cognac*, já de *refinado*, já de piché (milho torrado e moido) conforme as necessidades ou o paladar de cada um. Por mais cedo que fossem, lá encontravam as vacas no terreiro, a serem mungidas

por uma escrava ou pelo sr. Cristino, e a figura do velho proprietário, passeando de um lado para outro, baixo, magro, barba raspada, queixo saliente, em mangas de camisa e a limpar com o punho, de quando em quando, os olhos que lacrimejavam. Muito conservador, não vendia um palmo de terra e não teria consentido que por seus pastos se abrisse, como depois aconteceu, a Avenida Tiradentes. A evocação deste homem retraído mas estimado, desperta-se-me uma revoada de gratas lembranças. Ah! o doce bucolismo daquelas manhãs formosas, de branda viração, e sob o céu azul de minha terra!

Mas esses lugares mesmo se me tornaram anos depois verdadeira *via crucis*: foi quando acompanhava minha Esposa à chácara do meu cunhado Santinhos, onde ela ia em exercícios matinais a conselho médico, pois já se achava atingida pelo mal sem cura que devia — tão cedo! — cortar-lhe o fio da existência.

## D. ANA TERESA

O capitão Messias, cujos traços principais esbocei no capítulo anterior, prende-se pelo casamento a uma família que ocupa lugar assinalado na historia de S. Roque. Referi que ele consorciou-se com uma filha do casal Ana Teresa — Rosa Gomes, e é agora ocasião de dizer destes, principalmente da mulher forte que foi D. Teresa, o que consegui reunir pelas tradições da família e pelas rebuscas que andei fazendo na repartição do Arquivo, em S. Paulo, e nos cartorios de S. Roque. E aquí deixo consignados meus agradecimentos aos respectivos serventuarios — srs. dr. Osorio dos Santos e Hostalio de Campos, pela gentileza com que me franquearam o volumoso e valioso arquivo de que são ambos proprietarios.

D. Ana Teresa de Jesús era natural de Parnaíba, e não pude precisar a data em que veio para S. Roque; mas o certo é que seu pai faleceu aquí em 1791. Era filha de Maria do O' Leme e de José Matias Peregrino, e por este, neta em 5.º grau de Antonio Rodrigues Alvarenga, o qual, segundo Pedro Taquez, "passou em serviço do rei a ser um dos primeiros povoadores da villa de S. Vicente", fundada por Martim Afonso de Sousa.

Aquí casou-se com o capitão José da Rosa Gomes, o qual nenhum parentesco tinha com Rosa Passos, como se é induzido a crer pela identidade do apelido Rosa, comum a ambos. Rosa Gomes era portuguez, da ilha do Faial, e antes de vir a S. Roque residira na vila de S. João Marcos, da então Provincia do Rio de Janeiro, como adiante se verá.

Do seu casamento provieram três filhas e cinco filhos: Maria Joaquina, casada em 1811 com Roque Tavares de Jesús; Rita Maria, com o tenente Antonio Rodrigues Leite; e Ana Joaquina, com o cap. Messias José da Rosa, irmão deste. Dos filhos, Francisco José da Rosa consorciou-se, como já vimos,



com Manuela Jacinta; Manuel Francisco, em 1821, com Rita Joaquina de Moraes; Inacio José, em 1830, com Maria Luiza, e Antonio José da Rosa, o último, em 1829, com Antonia Joaquina de Moraes, cunhada de seu irmão Manuel Francisco.

Faleceu o cap. Rosa Gomes em agosto de 1822, e nessa ocasião eram menores os filhos Inacio, que tinha 14 anos, e Antonio José, 12, dos quais foi nomeado tutor o cap. Messias.

Do valioso acervo inventariado em Parnaíba (a que S. Roque então pertencia) consta a existencia de 40 escravos, um engenho de cana, dois sitios ou sortes de terras em Piratuba (e isso explica a residencia de filhos do casal naquele bairro), e nas dívidas ativas 33 devedores que moravam em S. João Marcos. O monte-mor subia a 13 contos e tanto; mas, para se calcular o que isso representaria hoje, basta ver o preço da avaliação. Por exemplo: o açúcar alvo foi avaliado a 1\$120 a arroba; o redondo a 800 réis e o mascavo a 480 réis também por arroba.

A existencia de tantos devedores residentes em S. João Marcos é o que induz à convicção de ter primeiro residido ali o cap. Rosa Gomes. E' verdade que naquela mesma localidade passaram a morar os irmãos Manuel Francisco e Inacio da Rosa, e o cunhado daquele, Francisco Alvares de Moraes. Mas, que os teria levado a passar-se de S. Roque para uma vilazinha distante, sem comunicação direta, pois S. João Marcos fica engravado entre Barra Mansa, Bananal e Angra dos Reis? Portanto, a conjectura mais simples e mais natural é que Rosa Gomes chegando ao Rio fosse tentar a vida em S. João Marcos, como outros patricios, pois veremos adiante que outro português lá se estabelecera. As relações que ali criou e continuaria a cultivar explicam o fornecimento de dinheiro a tão numerosos sanjuanenses; e finalmente a liquidação dessas contas, ou mesmo a amizade teria levado os três membros da familia a se mudarem para S. João Marcos.

Anos depois, em época que não conseguí fixar, D. Ana Teresa contraiu segundas nupcias com Francisco de Figueiredo Coimbra, português, o qual, pelos escassos dados que obtive, era homem de alguma cultura, mas sem profissão bem definida, servindo como solicitador, agrimensor prático, etc.

Com efeito, no cartorio do 2.º officio encontrei uma petição por ele dirigida ao juiz de paz, pedindo que, como caixa de Joaquim da Silva Pontes & Cia., mandasse o juiz notificar os devedores da relação que apresentam para satisfazerem suas respectivas quotas. A petição tem a data de 25 de agosto de 1829.

e o juiz de paz era José Vicente Penteado. Em 1830, meu avô paterno, cap. Manuel da Silveira Vieira, requereu ao juiz de paz a demarcação amigável das terras de sua propriedade denominada Curralinho com a fazenda confinante chamada Santa Quitéria, pertencente à ordem de S. Bento; e em audiência do juiz de paz as partes escolheram para servir de agrimensor a Francisco de Figueiredo Coimbra, "homem curioso", diziam, o que significa — agrimensor prático.

Destas modestas funções aparece Coimbra ocupando cargos locais de relevo: em 1844, juiz municipal; em 45, vereador e membro da Comissão de instrução pública; em 1847, delegado. Isto mostra que seu casamento com d. Ana Teresa ter-se-ia realizado pouco antes de 1844. Mas este consorcio teve tão desastrosas consequências — quer pelo mau procedimento do marido, quer pela oposição dos enteados, que logo em 1848 divorciaram-se os cônjuges, com as complicações que mostraremos. Como delegado ele officia (30 de janeiro de 1847) ao presidente de S. Paulo, que era então Lima e Silva, para denunciar a João Rodrigues da Silva, vacinador, como funcionario desidiioso e relapso. O presidente mandou que Rodrigues informasse; e este, em officio longo e bem redigido, rebate as afirmações de Coimbra e diz ser falsa a denuncia, tanto que o proprio Coimbra lhe dera atestado elogioso o ano passado, e que, si agora mudou de opinião, foi em consequencia de ter ele, Rodrigues, desmascarado Coimbra em uma prestação judicial de contas.

Em 15 de junho desse mesmo ano (1847), Coimbra, em novo officio ao presidente, diz-se ameaçado e em perigo de vida, pelo que pede ao presidente que lhe mande urgente reforço policial. É historia os fatos: havia se casado nesta Vila com uma viuva, cujo mau procedimento moral ignorava — e que os filhos tinham a mesma brutalidade e malvadez. "Entre elles, — acrescenta, — o que se chama Manuel Francisco da Rosa morara em S. João Marcos, e tendo ahi feito emboscada ao fazendeiro Joaquim Breves, importante chefe politico, foi por este processado e posto na cadeia. Conseguiu fugir e acha-se morando no bairro de Piratuba, não voltando mais a S. João Marcos, onde deixou muitos filhos. "Como não pude mais supportar a brutalidade de minha mulher, vi-me obrigado a separar-me e então ella de combinação com o malvado filho assentou de assassinar-me." Descobriu a trama e prendeu três individuos implicados no conluio, tendo escapado um que devia ser o depositario do plano.

E quatro dias depois (19 de junho), o juiz municipal, que era então Antonio Joaquim da Rosa (depois Barão de Piratininga), oficiava ao presidente da Província narrando que na véspera fora disparado um tiro contra o delegado Coimbra produzindo ferimento felizmente sem gravidade; e que indo nessa manhã proceder a auto de corpo de delicto, o delegado lhe declarou que o tiro fora disparado pelo individuo Joaquim Pires e que ele Coimbra attribuia este atentado à sua mulher D. Ana Teresa e a seus enteados. E mais, que ontem mesmo foram recolhidos à cadeia os individuos Lucio Cepelos, João Rodrigues da Silva (o vacinador por ele denunciado), a mulher de Joaquim Pires e um menino de 8 ou 9 anos.

Não encontrei nos cartorios de São Roque os autos deste ruidoso processo, autos que certamente se acham em Sorocaba, a cuja comarca pertencia então esta vila; e assim não pude apurar qual o desfecho desta rumorosa questão, que devia ter agitado profundamente a pequena sociedade, dada a importancia dos personagens nela envolvidos.

O certo é que em seu testamento feito 8 anos depois (agosto de 1855) D. Ana Teresa declarava que "por causas que posteriormente appareceram" tinha-se divorciado do segundo marido, por sentença regular do Juizo eclesiástico (que era o competente então para as questões deste gênero); que fizeram partilha amigavel, a qual foi confirmada por uma composição entre os seus herdeiros e Coimbra, que havia falecido há pouco.

A sentença do divórcio foi proferida a 4 de maio de 1848 pelo juiz Lourenço Justiniano Ferreira, de S. Paulo, e encontrei-a em um livro de assentos do Barão de Piratininga, copiada pela letra deste. Nela o juiz declara que "concede á Autora D. Anna Thereza o divórcio perpetuo quanto ao thoro e cohabitação do réu," por ter ficado provado que "este quebrou a fé conjugal, vivendo em publicas e illicitas relações com uma concubina de nome Maria Thereza" e que "conserva hoje dita mulher em sua casa como sua barregã".

No conflito acima referido figuram, alem de Joaquim Pires, que havia de ser agregado, camarada, ou simples capanga dos Rosa, mais dois nomes de pessoas qualificadas: Lucio Cepelos e João Rodrigues da Silva. Conheci pouco antes de 1890 uma pessoa com o nome do primeiro, o qual residia em Sorocaba, e era casado com D. Mariquinhas, irmã do Coronel João Rosa: a identidade de nomes e as ligações de familia induz a

crer que fosse este um dos agressores de Coimbra; mas então devia, quando o conheci, ter mais de 60 anos, e ao que me recordo não aparentava essa idade.

O outro era muito chegado à família Rosa Gomes, como se vê de uma justificação por ele requerida, e que tive em mãos no cartório do 2.º officio. Na petição dirigida ao juiz de paz declara ser portuguez, nascido na cidade do Porto, que vive de seu officio de carapina, e acha-se no Brasil desde 1825. Queria justificar estas qualidades para naturalizar-se brasileiro. Foram ouvidas duas testemunhas — João Luiz, que declarou ser natural do Rio de Janeiro, alfaiate (foi depois sogro do maestro Porfirio, e por falta de serviço se mudara para Campinas, e de lá voltou a estabelecer-se novamente em S. Roque, a chamado do Cap. Messias); que conheceu Rodrigues há dois anos em S. João Marcos, e em algumas viagens que para ali fez, soube ser o justificante residente no Brasil há muitos anos.

A segunda testemunha foi Antonio José da Rosa, o filho mais moço de D. Ana Teresa, o qual declarou que sabe ser Rodrigues residente no Brasil há muitos anos por o ter ouvido a seu cunhado Francisco Álvares de Moraes, morador em S. João Marcos. O juiz de paz, que era meu avô, Major Manuel Antonio dos Santos, proferiu sentença em 20 de fevereiro de 1837, julgando justificado todo o alegado. Por aquí se vê que João Rodrigues da Silva vivia em contacto com os Rosa Gomes, a cuja influencia talvez devesse a sua nomeação para vacinador.

Francisco de Figueiredo Coimbra faleceu pouco antes de 1855, como ficou dito, e D. Ana Teresa quatro anos depois, isto é, em 1859, em seu sitio do Engenho. E o inventario de seus bens, a que logo depois se procedeu, confirma a fama que deixou relativamente a seu tino administrativo, energia e espirito de economia; pois, a-pesar-do desfalque sofrido com a partilha por ocasião do divorcio, o acervo era muito mais avultado que o existente no inventario de Rosa Gomes (1822). Com effeito, constam desse acervo quatro sitios em Piratuba (em vez dos dois anteriores), 20 escravos, jóias, o sobrado da esquina da hoje rua Dr. Stevaux, construido por ela, o sitio do Lageado, vasilhame de açúcar, 9 alqueires de roça de milho, etc.

De seus netos, principalmente do sr. Antonio Claudiano, ouvi, muitas vezes, referencias que bem caracterizavam os hábitos e a índole da opulenta senhora. Costumava vir do sitio em liteira carregada por escravos; era de uma parcimonia que to-

cava às raias da avareza e tinha as maneiras decididas, francas, desabusadas. Habitou-se a chamar os homens de *chibarro*; e quando da janela do sobrado via passar no largo da Matriz alguma pessoa com quem precisasse falar, gritava com a sua voz estentórica:

— O' Chibarro!

Mas, a-pesar-do juizo depreciativo que a seu respeito fazia o seu segundo marido, em momento de irritação e desabafo, foi sempre senhora respeitada, acatada por todos e figura de relevo na sociedade de seu tempo.

## XII

### UM CHEFE QUE DESAPARECE E OUTRO QUE DESPONTA — A VISITA DO IMPERADOR

Em capítulo anterior mostrei como, segundo o meu tio Santos nos seus *Fragmentsos historicos*, surgiu em S. Roque o partido liberal: o Brigadeiro Rafael Tobias proporcionou ao Cap. Messias largos recursos pecuniarios, que afinal redundaram em beneficio da localidade.

Morto prematura e inesperadamente o prestimoso sanroquense, ficou o partido acéfalo, e foi-se desde logo enfraquecendo, até quasi se extinguir por completo. Ficou, pois, novamente só, na chefia de S. Roque, o Cap. Manuel Francisco; mas este, com a sua tendencia à tranquillidade e já cansado pelos anos, não sentia mais disposição para a atividade política. “Depois da morte do Cap. Messias, — escreve meu tio, — o Cap. Manoel Francisco continuou a ser chefe. Mas já havia perdido o gosto. Encarregava de todos os affazeres seus filhos Manoel Innocencio e José Vicente.” Eram os filhos mais velhos: o terceiro, Antonio Joaquim (depois Barão de Piratininga), nascera em 1822 e estava na adolescencia. Embora muito jovens, o pai neles confiava inteiramente pelo criterio e discernimento que ambos desde cedo revelaram. Basta dizer que o primogênito, Manuel Innocencio, foi em 1840, isto é, aos 26 anos, nomeado Tenente-Coronel comandante do Batalhão da Guarda Nacional de S. Roque. Quanto a José Vicente, era portador dos melhores predicados de intelligencia e sentimento e, segundo tradição constante na familia, objeto das mais sólidas esperanças de todos. Dotado, porem, de um físico delicado, contraiu a tuberculose e faleceu na flor da idade.

Este golpe foi rude demais para o coração do extremoso pai. “A morte de seu filho amado José Vicente em 1843 lhe acabou com todas as illusões da vida. Emudeceu até a morte”, diz o manuscrito. E certamente contribuiu para abreviar-lhe os dias, pois

o Cap. Manuel Francisco finou-se logo no ano seguinte, com mais de 60 anos. Operoso, honesto e persistente, acumulou bens, que, pensava, gozaria na velhice. Pelo inventario a que se procedeu em junho de 1844, o monte-mor alcançou a soma de ... 81:900\$000. Para se calcular o valor real desta importância, cumpre ter primeiro em vista a faculdade aquisitiva da moeda naquele tempo, o preço ínfimo de todas as utilidades e, pois, o baixo custo da vida. Depois, é preciso levar em conta que o inventario foi amigavel, e tinha por fim apenas legalizar a partilha feita de comum acordo entre a viuva, os dois filhos e as quatro filhas (estas representadas por seus maridos ou filhos): o que convinha, como em geral acontece, era diminuir os encargos fiscaes; o preço de cada avaliação nada importava. E' o que mostra o exame de algumas parcelas, que vou reproduzir a título de curiosidade. Enquanto os bens moveis importavam em seis contos e pouco, os imoveis, compreendendo sitio no Pinheirinho, parte no sitio do Engenho, chácara no Ibaté e o sobrado que hoje pertence à familia Bento Pereira (este avaliado por 3:200\$000) alcançaram apenas pouco mais de cinco contos. Aos escravos, em número de 20, atribuiu-se o valor de cinco contos e fração. O que mais avultou no acervo, porque deviam representar o valor real, foram as dívidas ativas, na importância de 52:000\$000.

Depois da morte do velho chefe, continuaram os filhos Manuel Inocencio e Antonio Joaquim, como socios, com a casa comercial que era conhecida pelo nome de — "Loja grande", o que mostra a sua preeminencia no comercio local. Ficaram ambos residindo com a mãe, no mesmo predio, o sobrado pegado ao que pertence hoje à Câmara Municipal, predio este construido pelo cap. Manuel Francisco.

Esse estabelecimento em que os dois moços continuaram as tradições paternas de honradez e lisura nas transações, e onde conseguiram abastados bens de fortuna, foi ainda escola de util aprendizado que deixou continuadores. Dois nomes desses me acodem de momento à memoria: Antonio Ferreira de Aguiar e Francisco Luiz de Campos. O primeiro, português de nascimento, veio muito cedo para São Roque, onde começou como empregado de balcão dos irmãos Rosa. Inteligente e muito ativo, conseguiu logo estabelecer-se por conta propria, e tal conceito grangeou na sociedade local que se casou com uma sobrinha dos ex-patrões, d. Leopoldina de Assiz. Faleceu moço, deixando do casamento apenas um filho, que morreu tambem

muito jovem em Cabreuva — o dr. Antonio Ferreira de Melo, vindo este apelido de seu padraсто (pois a viuva contrairá segundas nupcias com João Martins de Melo).

Outro sanroquense que se iniciou em menino na vida commercial como caixeiro da "Loja grande" e é muito conhecido ainda da geração actual: o Tenente Francisco Luiz de Campos, além da tradição de probidade commercial, deixou fortuna que foi talvez a maior de S. Roque.

Até quando permaneceram ligados como socios os dois irmãos Rosa? Não tenho dados precisos a respeito, mas em 1846 ainda se achavam ambos residindo com a mãe no grande prédio da familia, pois foi nesse prédio que se hospedou D. Pedro II quando de passagem por São Roque, na visita que fez a diversas cidades de S. Paulo. De volta da excursão por Santa Catarina e Rio-Grande-do-Sul, o imperador com a esposa e comitiva chegou a Santos a 18 de fevereiro de 1846. Partiu para a Capital a 25, e só no dia 16 de março iniciou a viagem pelo interior. Almoçou nesse dia na Cotia e pernотou em S. Roque, onde chegou à noite. Retomou logo no dia seguinte de manhã a viagem e percorreu sucessivamente Sorocaba, Porto-Feliz, Itú, Campinas e Jundiá, chegando a S. Paulo a 31 de março; e a 13 de abril seguiu para Santos, onde embarcou no dia 14 de regresso para o Rio.

A permanencia em S. Roque foi, pois, muito curta: aqui chegando o imperial itinerante às 9 horas da noite, retirou-se logo no dia seguinte de manhã; mas ainda assim foram grandes os preparativos e a recepção festiva. Houve iluminação, *Te-Deum* (número indefectível nos programas officiaes do tempo) e oração do vigario Manuel Joaquim Barbosa — tudo isso pondo à prova a resistencia física do moço imperante que, com os seus floridos 21 anos, assistia de rosto prazenteiro àquelas manifestações de afeto depois de ter perlustrado a cavallo as dez leguas que separavam S. Roque da Capital.

Esses festejos, dirigidos pelo presidente da Câmara Municipal, o jovem Antonio Joaquim da Rosa, importaram em 1:554\$000, sendo parte dessa quantia obtida por subscrição popular. Num velho livro destinado a copias de officios e que encontrei entre os papéis do Comendador Manuel Inocencio, vem a relação nominal dos subscriptores, relação que foi enviada meses depois ao Presidente da Provincia, a pedido deste. Abre a lista o então Tenente-Coronel Manuel Inocencio com a quantia de 200\$000; seguem-se outros com as importancias decrescen-



tes de 40, 30, 10, 5, até 2\$000, produzindo o total de 598\$000. O vigário subscreveu 50\$, que applicou na ornamentação da Igreja; e o *deficit* foi suprido pelo presidente da Câmara que entrou com a quantia de 906\$000. Contava então o futuro Barão a idade de 25 anos; e pela parte primordial que assumiu numa manifestação acentuadamente politica, vê-se que se estava ali incubando o chefe que devia continuar as tradições de seu pai e de seu avô.

Dizíamos, pois, que até 1846 moravam juntos os dois irmãos e socios. No ano seguinte realizou-se o casamento do Tenente-Coronel Manuel Inocencio com sua sobrinha D. Custodia Augusta dos Santos, e é natural que instalasse domicilio à parte; mas a sociedade continuaria, porque certamente aos 33 anos (ele nasceu em fevereiro de 1814) não poderia ainda viver só dos seus rendimentos.

Dotado de excelente natureza moral, como se há de evidenciar no correr destas notas, mas propenso como o pai à tranquillidade e ao sossego, grande incômodo lhe causou o seu posto de comandante da Guarda Nacional no correr dos sucessos que agitaram a Provincia em 1842. E' o que se verá na continuação.

### XIII

## A GUARDA NACIONAL — A REBELIÃO DE 42 — UM GRANDE SANROQUENSE

Instituição há muito extinta, e por isso desconhecida da atual geração, a Guarda Nacional foi parte integrante e preocupação de todas as classes na sociedade de seu tempo. Não será, pois, fora de propósito lembrar alguns traços com que ela vincou a vida do S. Roque antigo.

Organizada nos moldes dos exércitos regulares, compunha-se de batalhões, companhias, pelotões, com todo o aparato da officialidade correspondente; mas era força cívica, destinada a auxiliar o policiamento local, e a cooperar com o exercito nos casos de comoção intestina, ou de guerra externa.

Em 1872, segundo Azevedo Marques, a Guarda Nacional se achava dividida na Província em 24 comandos superiores, com as três armas — artilharia, cavalaria, infantaria, tudo num total de 50.000 homens, mais ou menos. Mas isso teoricamente, no papel apenas; porque os soldados, alistados pelos chefes locais, eram operarios, quasi todos trabalhadores rurais, que continuavam no seu serviço, e só se apresentavam — quando se apresentavam — nas ocasiões das revistas, realizadas esporadicamente, sem datas regulares, e nas quais se limitavam a executar as evoluções mais simples. De modo que, sem a disciplina que a permanencia nos quartéis impõe, sem uniformes, sem armamentos, essa força nunca teve eficiencia militar em ocasião alguma. A principio cada batalhão do interior era obrigado a fornecer um certo número de praças para a guarnição da capital: desse onus pesadíssimo para pobres roceiros que se viam obrigados a abandonar suas lavouras ou os misteres de seu ganha-pão, foram-se as unidades locais libertando aos poucos, com os progressos da capital, e afinal ficaram de todo dispensadas.

Era, em summa, um exército *sui generis*, composto só de officiaes, sem soldados; e os encargos da officialidade consistiam

nas despesas com as patentes e fardamento, porque deviam apresentar-se rigorosamente uniformizados em certas ocasiões, como nas festas, nos dias de gala, etc.; mas não se dava o mesmo com o comandante, que era obrigado a manter correspondência assidua com as autoridades superiores e com os oficiais seus subordinados.

Em S. Roque havia em 1840 um batalhão com quatro companhias, sendo duas na sede, uma em Una e outra em Araçari-guama. Nesse ano foi nomeado, como referí, o sr. Manuel Inocencio, Tenente-Coronel Comandante; e, pelo registo de correspondencia, vê-se o interesse com que ele, a-pesar-de seus 26 anos, se houve no desempenho do cargo. São numerosos os officios que dirige a seus superiores reclamando armamento e mais objetos de que o batalhão necessita; pedindo diminuir o número de praças que as companhias devem fornecer à guarnição da Capital, ponderando que são lavradores, residentes alguns a 15 e 18 leguas de S. Paulo, outros, tropeiros, que se vêem obrigados a pagar quem os substitua. Em outros officios elogia, censura ou estimula, conforme as circumstancias, aos comandantes das companhias. Mas, para se ver o auxilio militar que desta milicia se poderia esperar em caso de necessidade, basta dizer que, accusando o recebimento de 30 espingardas (officio de 1 de setembro de 1840), informava que só existiam 40 no quartel, e algumas desmanchadas, pelo que solicitava nova remessa. Por aí se pode prever qual seria a attitude do batalhão no movimento revolucionario de 1842.

Este movimento foi organizado no Rio pelos próceres do partido liberal, como protesto contra a lei que, em 1841, criou o Conselho de Estado, e a que reformou o código do processo criminal, e devia explodir simultaneamente em S. Paulo e Minas. O chefe liberal mais influente desta Provincia era o Brigadeiro Rafael Tobias, e a ele coube a direção do movimento, o qual irrompeu em Sorocaba, onde residia, a 17 de maio, quando a Câmara Municipal e o povo o aclamaram presidente da Provincia. A rebelião estendeu-se logo às localidades mais próximas — Itú, Capivarí, Porto-Feliz, Itapetininga e Campinas. Formaram-se contingentes armados que seguiram para S. Paulo em número de 1.000 homens; mas em vez de se apoderarem da capital, o que seria facil, porque o governo estava desprovido de força militar, deixaram-se ficar acampados nas proximidades, dando tempo a que chegassem do Rio as tropas sob o comando do então Barão de Caxias. Estas, no dia 28 de maio, se-

guiram ao encontro dos revolucionarios, os quaes, depois de um pequeno tiroteio em Jaguaré, foram se retirando para Sorocaba, sempre sob a pressão das forças legais. Afinal, a 20 de junho, Caxias entrou em Sorocaba dispersando os rebeldes e prendendo ali o Padre Feijó. Rafael Tobias conseguira escapar para o Rio-Grande-do-Sul, onde meses depois foi preso, sendo finalmente amistiado com os demais revolucionarios em 1844. A revolta não passaria, pois, de inocua intentona, si não fosse o encontro sangrento que se deu em Venda-Grande, a meia legua de Campinas, onde pereceram dois soldados legalistas e 17 revolucionarios.

Em S. Roque, nenhuma repercussão teve o movimento, a-pesar-da vizinhança de Sorocaba. Naturalmente as coisas se teriam passado de outra maneira, si fosse vivo o cap. Messias, o qual, amicíssimo de Tobias e muito influente em sua terra, não teria deixado de aderir ao movimento, como se deu com Itú e outros pontos. S. Roque não apoiou, pois, a revolta; e não dispondo nem de forças, nem de armas e munições, o comandante do batalhão nenhuma resistencia opôs aos insurrectos, quer na ida à capital, quer na volta. O dr. Argemiro, na sua *Memoria historica*, relata que “no dia 21 de Maio, das duas para as tres horas da tarde, um bando de revoltosos accometteram a Villa”, entrando em algazarra na povoação. Nenhuma referencia encontrei a respeito: apenas em officio de 30 de junho o comandante comunica ao Presidente da Provincia que “uma porção de armamentos foi arrebatado pelos rebeldes de Sorocaba”, e solicita a remessa de reiunas e correames na quantidade que julgasse conveniente. E em 30 de setembro relata que havia reunido cerca de 300 guardas; mas que, “como felizmente se extinguiu a revolução e os guardas destacados estavam soffrendo prejuizo por ser tempo da colheita de milho”, resolveu “deixar apenas 50 soldados que, reunidos á força policial, era o bastante para o policiamento da villa”.

\*

\* \*

Referindo-se ao episodio militar de 42, ouvi mais de uma vez ao Comendador:

— O Presidente ordenou-me que detivesse a marcha dos insurrectos na passagem por aquí. Mas deter, como? Sem sol-

dados, sem armas nem munição, seria expor nossa gente a um sacrifício inútil.

Está certo, e procedeu avisadamente. Mas hoje, conhecendo como conheço a natureza moral do Comandante de então, tenho a convicção de que, ainda que a força local estivesse em condições de agir, não seria ele quem comandasse a resistência. Porque essa atitude belicosa e essa atividade onímoda e violenta que qualquer ação militar reclama dos chefes, é o que podia haver de mais incompatível com a índole pacífica, afetuosa e comodista do prestimoso sanroquense. Realmente, o Comendador Manuel Inocencio foi durante sua longa vida o espelho em que se refletiu a calma, a moderação, o espírito de concordia que sempre reinou em S. Roque.

Inteligente, criterioso e filho primogênito de influente chefe político, estava ele naturalmente indicado para continuar no posto cívico do pai. E não quis. Conta meu tio Santos, no seu citado manuscrito, que quando S. Roque esteve em condições de indicar um representante à Assembléia provincial, o velho cap. Manuel Francisco apresentou o dr. Carlos Ilidro da Silva, que foi eleito. Morto o "capitãozinho" e "não querendo o dr. Carlos Ilidro ser reeleito, o Barão de Tietê dirigiu-se a Manuel Inocencio, consultando-o, e este indicou então, para deputado, seu irmão Antonio Joaquim." E foi assim que o futuro Barão ingressou na política.

Não se desinteressou, porem, da causa pública: no acervo de seus papéis, que conseguí ter há pouco em mãos, encontrei cartas dos homens mais eminentes do partido conservador, — Barão de Tietê, Barão de Iguape, João Mendes, Conselheiro Nebias, Antonio Prado e outros, e outros, por onde se vê a atuação política que ele exercia em S. Roque e nas localidades vizinhas.

Uma vez houve em que, acedendo à insistencia dos próceres, foi eleito deputado à Assembléia do Rio. Para lá se dirigia viajando de bangüê, que era a maneira mais cômoda, quando ainda em caminho recebeu noticia de ter sido anulada a eleição. Ao regressar, muito contente por se ver livre da "estopada", a viatura sofreu um pequeno desastre, e ele recebeu leve ferimento no rosto, donde lhe proveio um sinal escuro que se conservou indelevel.

— Aqui está como escarmento, o que me ficou da política, gracejava ele, apontando para a pequena mancha.

Mas abstando-se de figurar, por desapego e falta de ambição, no cenário político da Província, concentrou seus esforços em ser útil à sua terra e à sua gente. Serviu, como já vimos, no posto de Comandante da Guarda Nacional por muitos anos (encontrei no seu registo officios até 1865); exerceu em diversos quatriênios as funções de vereador, sempre como presidente; figurou em todas as comissões e iniciativas tendentes a qualquer melhoramento local, sendo ele um dos maiores acionistas da E. F. Sorocabana, em S. Roque; finalmente a ele se deve a fundação da Santa Casa de Misericórdia, assunto a que voltei com mais individuação.

Teve a ventura de encontrar uma esposa exemplar: D. Custodia possuía essa bondade irradiante que, pela singeleza e espontaneidade, tinha o dom de atrair a afeição e a estima dos que dela se acercavam. Seu lar, sempre aberto ao apelo dos necessitados, era como que um hotel onde encontravam hospitalidade fidalga os amigos e a parentalha residentes nas localidades vizinhas, e o centro onde se reunia habitualmente, quasi sempre aos domingos, a *élite* sanroquense. Ali se encontravam, com moços e moças da melhor sociedade, as famílias dos juizes de direito que residiram sucessivamente em São Roque — os drs. Fleury, Américo Vespucio, Rolim, assim como médicos e advogados; e muitas vezes, as reuniões se transformavam em sessões literarias, com recitativos ao piano, tão ao gosto da época. Ali se hospedavam frequentemente o bondoso cônego Raimundo, de Una, o padre Juquinha, da Piedade, o vigario Manuel Zeferino e o major Flaminio, de Araçariguama. Ali se via amiude a figura um tanto espalhafatosa do padre Cunha, que de 1881 a 83 convulsionou o mundo católico de S. Roque, assim como a de seu successor, o padre Marcondes, que muito moço, com um ar de timidez e *gaucherie*, iniciara, em nossa terra a sua carreira eclesiástica, que havia de culminar no posto de bispo, que o é hoje de S. Carlos.

Enfim, ainda há de haver entre os nossos, algumas pessoas, homens ou senhoras que conhecessem a sociedade sanroquense daquelle tempo: e esses hão de hoje narrar aos netinhos o que foi a fidalga residencia do Comendador, e a acolhida afetuosa que todos, indistintamente, recebiam do casal estimadíssimo que eram “tio Chinhô” e “Nhalinha”, como os tratavam na intimidade os parentes.

#### XIV

### AINDA O COMENDADOR — OS DOIS IRMÃOS ROSA

Quem conheceu o S. Roque de há cincoenta anos para trás, ou melhor, nos tempos anteriores à proclamação da República, sabe que a configuração da cidade era bem diferente da que tem hoje. Não havia a Avenida Tiradentes, nem as ruas Dell'Acqua e Pedro Vaz. A atual rua Dr. Stevaux era apenas o começo da estrada de Ibaté a Araçariguama, atravessando até à ponte dos Mendes pastos que pertenciam, do lado direito, a D. Ana de Assiz, e do outro — o chamado "pasto da loja grande" — ao Comendador Manuel Inocencio. A entrada para este se fazia por um corredor que havia na rua Rua Barbosa, entre o prédio em que está hoje a agencia do Correio, e a casinha contigua, à direita. Essa viela desapareceu quando foi vendida creio que ao sr. Silvio Rosa, o qual aproveitou o terreno para aumentar a casa anexa, por ele reconstruida (a da agencia postal, si não estou enganado).

Era "o pasto da loja grande" sitio muito aprazivel, sombreado aqui e ali por grandes árvores copadas, e limitado à esquerda pelo Carambeí, cujas aguas foram em tempos anteriores represadas, formando tanque pouco fundo mas extenso, devido à topografia do terreno, o que aumentava a beleza da paisagem e fazia o encanto do rapazio que ali se ajuntava assiduamente para os exercicios de natação. Não cheguei a alcançar essa represa, a qual fora esvaziada depois que, segundo a tradição, ali perecera afogado por imprudencia, no dizer de uns, voluntariamente, na opinião de outros, um rapaz chamado Elias, irmão do sr. Vicente Julio.

Esse terreno acha-se hoje cortado pelas ruas Dell'Acqua e Pedro Vaz e por uma pequena travessa que liga a ambas, e a que deram o nome de "rua Comendador Inocencio" (tão esquecido está o nome inteiro do antigo proprietario!). Lembrome, entre outras coisas, de que ali assistia, em menino, aos en-

saíam das "congadas", representação simbólica por meio de marchas, danças, cantos e "falas", que os pretos, vestidos a caráter, realizavam por ocasião das festas anuais de S. Benedito. Talvez se me apresente ocasião de voltar a este assunto, e direi então o que ainda me lembro dessas representações que, correspondentes às "cavalladas", que vieram depois, e ao "caiapó" (dansa imitando os folguedos dos índios), constituíam o encanto da petizada da minha geração.

Era esse recanto silencioso e pitoresco o passeio predileto do Comendador Manuel Inocencio, que o frequentava habitualmente duas vezes por dia, antes do almoço e depois do jantar, ao menos desde a época em que comecei a viver nas proximidades do seu lar, isto lá por 1876, quando, a instancias de minha tia D. Custodia, meus pais me mandaram iniciar a carreira comercial na loja de fazendas que Quirino de Aguiar abria pouco antes e ficava nos baixos do sobrado do Comendador, no mesmo lugar em que está hoje o armazem do sr. Antonino Bastos.

Com a regularidade de hábitos peculiar a determinadas naturezas, era certo ver naquelas horas o estimado sanroquense, chapéu de palha de abas largas, pesada bengala com que cadenciava os passos, tomar o rumo do passeio costumeiro. Fizera construir, pelos creolinhos que o acompanhavam sempre, assentos rústicos de paus roliços, encostados aos troncos das grandes árvores; e ali, *sub tegmini fagi*, passava horas lendo, ou mandando ler, jornais e livros de sua predileção. Aí também era constantemente procurado por amigos para a palestra, ou para coisas de política, ou de negocios. Alguns então, como o padre Marcondes, e depois o sucessor deste, padre Sampaio, lá iam frequentemente à tarde, gozar da palestra simples, criteriosa e variada do bom velho que, pela leitura dos jornais do Rio e de S. Paulo, andava sempre a par dos acontecimentos. Era um gosto ver, na sua passagem pelas ruas, a satisfação com que o cumprimentavam à direita e à esquerda, e a complacencia com que ele parava aquí e ali para se informar da saúde de uns, para dar a outros informações sobre os seus, e isto sem descer à vulgaridade, sem quebrar a linha de circumspecção que lhe grangeava, com a estima, o respeito de todos.

Esta simplicidade de costumes e maneiras decorria da simplicidade de sentir e pensar, pois ele se manifestava sempre contrario a tudo o que tendesse ao exhibicionismo e à ostentação. Por isso, o título de "Oficial da Ordem da Rosa", com que foi agraciado pelo Imperador em março de 1855, si causou satis-



fação a todos, pelos merecimentos do honorificado, não deixou de suscitar reparos a outros, por parecer em desacordo com as tendências do distinto sanroquense.

Nunca lhe ouvi nada a respeito; mas, por mim, estou convencido de que ele aceitou essa condecoração não espontaneamente, por vontade própria, mas por obedecer a considerações de ordem exterior. Com efeito, nenhum atrativo podia ter, para um espírito como o seu, esse anacrônico arremedo de instituições caducas que, uteis e fecundas no regimen feudal, não passavam de vã puerilidade, sem nenhum alcance social na fase contemporânea. Ele teria acedido em ser condecorado por uma concessão ao espírito da época, segundo o qual as distinções honoríficas serviam como penhor de dedicação ao trono: aceitá-las era dar arras de fidelidade à monarquia. Mas, transigindo nesse ponto, limitou-se a aceitar o título de "Oficial da Ordem da Rosa", o grau mais modesto na serie das condecorações do Imperio, ele que possuía os requisitos morais e recursos materiais para aspirar e obter as mais altas vêneras: poderia ter sido, si o quisesse, barão, visconde, etc.

Por isso, a obtenção do título não alterou em nada a simplicidade de seus hábitos, e a estima popular continuou a mesma, apenas com esta pequena modificação: ao tratamento que lhe davam, ao encontrá-lo, de — "seu Coronel" e "seu Manuel Inocencio", alguns usavam dali em diante o de "seu Comendador".

Era proverbial sua tolerancia em materia de política e de religião. Mantinha relações de amizade com chefes republicanos, como o dr. Américo Brasiliense e os Moraes Barros de Piracicaba; e, *leader* do partido conservador em S. Roque, não se opôs a que Quirino de Aguiar e Antonio dos Santos Sobrinho fundassem aqui, por assim dizer sob suas vistas, o partido republicano.

Suas crenças católicas — ele era católico de fé, mas não assiduo nas práticas do culto — não o tolhiam na amizade a seu cunhado Antonio Joaquim dos Santos, que era ateu, como ateu era Antonio dos Santos Sobrinho, a quem ele muito estimava. E a mim mesmo, quando após o curso da Escola Normal, em 1887, regresssei para S. Roque ardendo no entusiasmo de minha recente conversão ao Positivismo, ele se limitava a dizer, abanando a cabeça, com ar de recriminação:

— Positivista, você, nascido no seio da Igreja, de pai e mãe católicos!...

Mas condescendia em ouvir-me, e eu lhe explicava o meu caso: perdendo a fé em que nasci e fui criado — e o crer e não crer não depende da vontade da gente — sentia-me feliz em ter encontrado uma doutrina religiosa que me livrava do negativismo vago em que ficam os ateus, os materialistas e os que são simplesmente deístas; que o positivismo não era adversário de nenhuma religião, mas se considerava herdeiro e continuador de todas e pretendia ser para a sociedade presente e futura o que foi o catolicismo para os tempos passados.

O seu apaziguamento, porém, foi completo quando lhe dei uma informação concreta. Ele era grande admirador do Livro de Tomaz de Kempis, *Imitação de Cristo*, que manuseava com frequência; e um dia, em conversa, lhe referi que Augusto Comte lia sistematicamente todas as manhãs um capítulo do livro, e recomendava a seus discípulos que o fizessem também, tendo apenas o cuidado de atribuir à Humanidade os louvores e agradecimentos ali dirigidos a Deus.

Entretanto, este homem de bem, este homem bom, bom na extensão da palavra, não deixou nome que transpusesse os limites de sua terra natal, porque dentro desta circunscreveu toda a atividade de que era capaz. Seu irmão, ao contrario, conquistou como político e literato renome que se estendeu pela Província, e era talvez mais conhecido e homenageado lá fora do que entre os seus. Mas, havemos de ver na continuação, sua fama literaria provinha precipuamente do prestígio político, e este foi realmente relevante; mas, para este prestígio concorreu em máxima parte a influencia local de Manuel Inocencio.

Porque — e aqui um ligeiro confronto se impõe — os dois irmãos sempre unidos por inalterável amizade, e pela conformidade de ideal político, eram profundamente diferentes pelo sentimento, pela índole e pelos hábitos. Essa diversidade começava pela aparência física. O Comendador tinha compleição robusta, rosto cheio e corado com uma expressão natural de bonomia e franqueza que punha logo à vontade quem dele se acercava. O Barão, ao contrario, era franzino de corpo, o dorso acurvado, o aspecto enfermizo denunciando a molestia cruel, a asma, que o afligia desde moço. Através das sobranceiras cerradas e longas, coava-se o seu olhar agudo e fixo que parecia penetrar no íntimo do interlocutor. Foi negociante na mocidade, e teria convivido com o povo; mas desde que a política o arrebatara, foi perdendo o contacto com a sua gente; e quando lá de fora chegava aquí o eco de seu nome, era de envolta com os

títulos de Deputado Provincial, Deputado Geral, Presidente da Província, o que concorria para conservá-lo no alto.

A isso tudo juntava-se a circunstancia oriunda de sua situação doméstica; pois seu lar, a que não dava encanto e graça a presença de esposa legítima, vivia fechado, ao menos após a morte da mãe, ao convívio das famílias, e ele só era procurado por motivo de cortesia, de política ou de negócios.

Compreende-se assim como é que o ilustre sanroquense foi perdendo o contacto com o seu povo, e insulando-se cada vez mais no seu soturno e melancólico sobrado, numa situação que alguns dos seus versos pintam dolorosamente.

Nessas condições, o prestígio eleitoral do Barão na sua terra estaria em grande parte comprometido, si não viesse em seu apoio a dedicação do irmão, o qual arregimentava e carregava para ele o grosso do eleitorado. E é daí que lhe vinha a força local que alimentava lá fora a sua influencia política.

## O BARÃO DE PIRATININGA — O POLÍTICO

Com a morte do Capitão Manuel Francisco, em 1844, ficou vaga a chefia política de São Roque. A sucessão caberia ao seu primogênito, Manuel Inocencio, si este tivesse vocação para a política, isto é, ambição de mando, gosto pelas posições aparatosas, espirito maleável e, sobretudo, energia e paciencia para sofrer as complicações, as decepções, as artimanhas e dificuldades inerentes à carreira. A estes attributos junta-se, nas grandes naturezas, o nobre desejo de, por esse meio, prestar serviços à causa pública; "nas grandes naturezas", digo, porque os ambiciosos vulgares, que formam a raça nefasta dos políticos profissionais, esses, andam só à cata das posições e dos proventos.

Ora, aquellas qualidades possuia Antonio Joaquim, o qual começou a revelar-se muito cedo. A sua intelligencia penetrante teve a vantagem de receber cultura superior à media da do seu tempo e seu meio. A instrução primaria ser-lhe-ia fornecida, como aos irmãos e irmãs, por professor particular, talvez o vigario da paróquia, porque, como já ficou dito, a primeira escola da vila foi provida em 1831; e por morte do respectivo professor, a qual se deu no ano seguinte, assumiu a regencia da cadeira, em 1834, o professor Arnobio. Esse curso primario não poderia, portanto, ser frequentado por Antonio Joaquim, nascido em 1821, e ainda menos pelos irmãos, ambos mais velhos, nem pelas irmãs, as quais foram tambem alfabetizadas.

Após o curso preliminar, recebeu o futuro Barão de Piratiniga cultura mais ampla, segundo o testemunho de meu tio Santos. "Tinha o Capitão Messias", — escreve ele no manuscrito, — "predilecção pela instrucção. Contava-me o sr. Piratiniga que, por instigação d'elle, Capitão Messias, seu pai o fizera ir a Sorocaba estudar com o padre João Norberto." Não diz quanto tempo estudou e o que estudou, e nem conseguí informações sobre tal padre João Norberto; mas esse ensino

devia constar das materias nesse tempo exigidas para a matricula na Academia de Direito, que pouco antes, agosto de 1827, se havia fundado em São Paulo. Em vez, porem, de continuar os estudos no curso jurídico, o que lhe seria facil pela intelligencia e pelos recursos, preferiu dedicar-se ao commercio, sob a direção paterna; e na mesma "loja grande" continuou depois como socio de Manuel Inocencio, ainda em vida do pai. O certo é, porem, que este gênero de vida não lhe torceu a vocação litteraria, como provam os trabalhos que publicou, trabalhos que ficaram em começo, pois os interrompeu desde que entrou para a politica.

Até quando esteve ele no commercio? Não tenho dados para resposta certa, mas em 1850 — ano em que foi eleito deputado, era ainda negociante, como se vê do prólogo da *Assassina*, o qual começa com estas palavras: "Para nos distrairmos de *nossa vida commercial*, tão arida e tão prosaica, resolvemos romantisar um factó verídico, occorrido nesta villa ha 80 annos." Esse prólogo é datado de maio de 1850.

Com esse preparo mental e com as disposições morais inatas, é natural que começasse logo a salientar-se num meio acanhado, como o São Roque do tempo. E assim foi. Vemo-lo em 1845, aos 24 anos de idade, eleito vereador e a seguir juiz municipal e de orfãos, delegado de policia e membro da Commissão inspetora das escolas. Na Câmara teve como companheiros homens respeitaveis pela idade e pela posição social, como o Capitão Silveira Moraes, Joaquim Rodrigues de Arruda, Joaquim Silverio e Antonio José Bastos; e, não obstante, foi ele eleito presidente. E nesta qualidade é que promoveu e dirigiu, em 1846, os festejos por ocasião da passagem do Imperador em São Roque. E aí, como já referi, ficou patente a posição preeminente que ele já havia conquistado; pois nessa manifestação essencialmente politica a sua contribuição para as despesas foi o duplo da que se obteve de todos os subscriptores reunidos.

Porem, prova mais eloquente de que ele ia assumindo a posição de chefe, é a que vem relatada em documento que encontrei na Repartição do Arquivo do Estado, relativo a um incidente entre o Coletor de Rendas Provinciais e diversos negociantes.

O Coletor Joaquim Mariano da Rosa, vindo de fora (outra familia Rosa sem parentesco com os Rosa Passos e Rosa Gomes), talvez por demasiado zelo no exercicio de seu cargo, incorrera no desagrado de negociantes que contra ele represen-

taram, em 1846, ao Presidente da Provincia. A representação não produziu efeito, e daí o descontentamento e a luta latente entre o funcionario e os commerciantes. Alguns destes, e entre elles Generoso Antonio Cardoso e o Major Manuel Antonio dos Santos, deixaram de pagar em tempo, de ânimo deliberado, disse o Coletor, os impostos do segundo semestre (de 1846); e, como o mesmo se recusasse a receber esse pagamento no dia 1.º de janeiro, elles requereram ao juiz municipal a nomeação de um depositario a quem entregassem a importancia devida. Nomeado para isso o commerciante Joaquim Antonio de Toledo e por este avisado, o Coletor se negou a mandar procurar o depósito, dizendo que não recebia os impostos sem a multa em que haviam incorrido. Foi então que o juiz municipal officiou ao presidente da Provincia, expondo com muita clareza o fato e pedindo instruções que o orientassem no caso atual e em futuras situações semelhantes. Este officio veio para o funcionario informar; e este, em longa e bem fundamentada explanação, descarrega sua cólera, não contra os negociantes faltosos, mas contra o juiz municipal, a quem acusa como autor do incidente acintosamente provocado para desgostá-lo a ele Coletor. Ora, o juiz municipal em questão não era outro sinão o jovem Antonio Joaquim da Rosa, futuro Barão de Piratininga, cuja dominante influencia local naquela época o desabusado Coletor fotografa nestas linhas com que conclue a informação:

“Resta-me dizer a V. Excia. que minha posição nesta villa é bastante precaria, visto que tenho de lutar com devedores da Fazenda Nacional ha muitos annos e que não querem pagar, tenho que lutar com officiaes de justiça dependentes e subordinados ao juiz, e sobretudo tenho de lutar com as iras do juiz, iras que se não abrandam, poderoso que está acostumado a fazer nesta villa tudo o que quer, e a trazer a todos que tem a desdita de cahir no seu desagrado espesinhado debaixo dos pés. Elle, Exmo. Sr., não pode soffrer que tendo assignado uma petição contra mim V. Excia. decidisse a favor da justiça. Si eu não contasse como sempre conto com a rectidão da justiça de V. Excia. ha muito tempo que eu teria deixado o meu emprego de Collector de Rendas visto que por este emprego só tenho tido dissabores, tenho só soffrido nesta villa baixas vinganças e ameaças, tudo, tudo, só movido por uma intriga particular, por querer cumprir com meus deveres e advogar os direitos da Fazenda Nacional, sem me curvar a esta Potencia que só quer arrogar a si o direito de mandar e ser em tudo obedecido. São

Roque, 20 de Fevereiro de 1847. O Collector — Joaquim Mariano da Rosa.”

Descontando embora as demasias devidas à paixão do momento, que levaria o queixoso a pintar com cores excessivamente carregadas a pressão de que se dizia vítima, é fora de dúvida que um moço de 25 anos, a quem se attribuia tal ascendente local, possuia qualidades de mando. Vê-se, entretanto, que ele não tinha ainda influencia official, pois não conseguiu a demissão do Coletor, que continuou no cargo com o apoio do inspector do Tesouro.

Esta influencia viria logo, desde que ele começasse a tomar assento no parlamento da Provincia. Já relatei que o dr. Carlos Ilidro da Silva (que era ituano, mas residiu em S. Roque, onde foi vereador e presidente da Câmara), representou a nossa terra na Assembléa Provincial, no bienio de 1844-45, e recusou depois ser reeleito. Crescendo o prestigio local de Antonio Joaquim, seu irmão Manuel Inocencio indicou-o aos chefes políticos para deputado provincial. Começou aí, aos 28 anos de idade, a sua carreira política, que se pode resumir assim:

Deputado à Assembléa da Provincia em quatro bienios seguidos: 1850 - 51, 52 - 53, 54 - 55 e 56 - 57;

deputado à Assembléa Geral em duas legislaturas: 1869 - 72 e 73 - 75;

novamente deputado provincial em dois bienios: 1876 - 77 e 78 - 79;

3.º Vice-Presidente da Provincia: nomeado em julho de 1868, occupou a presidencia durante 5 dias apenas, de 25 de abril de 1869, na vaga do presidente Barão de Itauna, até 1.º de maio, substituido pelo 1.º Vice-Presidente, José Elias Pacheco Jordão.

Foi condecorado com o título de Barão de Piratininga, por decreto de 13 de novembro de 1872. Antes havia sido agraciado com a comenda da ordem da Rosa, em data que não sei precisar, pois não a encontrei nas rebuscas que fiz, e nem conseguí ver o diploma de nomeação, que se extraviou, segundo fui informado.

Com o prestigio decorrente de membro das Assembléas provincial e nacional, e da influencia local secundada pela influencia de seu dedicado irmão; com a finura de espirito e argucia política que todos nele reconheciam, tornou-se o sr. Piratininga um dos próceres do partido da Provincia e cujo parecer tinha peso na deliberação dos chefes.

Nestas condições, era-lhe lícito aspirar a posição de maior relevo na política nacional. Podia ter sido ministro de Estado, senador, presidente de Províncias, que lhe não faltavam qualidades para isso; e, si nas assembléias de que fez parte não deixou traço forte de sua passagem, si não brilhou como orador, foi isso tudo devido, penso eu, ao precario estado de sua saude, que não lhe permitiu a atuação enérgica e sustentada, que aquellas posições eminentes requerem.

Ele mesmo se queixa, como vamos ver, deste estado quasi valetudinario que se agravava com a idade; assim, é preciso levar em conta estes coeficientes pessoais para se poder apreciar na justa medida a sua carreira política, nem alcançando-a a culminancias que ele não atingiu, nem menosprezando-a por inferior aos seus méritos.

Como presidente na legislatura de 1876, ele proferiu, na sessão de encerramento, bem elaborado discurso, o qual, depois de fazer a sinopse dos trabalhos, conclue com estas palavras:

“Honrado com a vossa confiança, procurei elevar-me acima de mim mesmo para correspondel-a, sinão bem, o que fôra impossivel, ao menos para dar-vos inequivocos testemunhos de minha funda gratidão.

“Neste empenho, procurei cumprir desveladamente o vosso regimento; e si algumas vezes — se mesmo muitas vezes — deixei de ser o regimento vivo, foi isto devido unicamente ao acanhamento de minha intelligencia, enfraquecida por enfermidade pertinaz e afflictiva, e pelos gelos dos Andes que me branqueam a abatida frente, e só não podem arrefecer o estremecido amor que voto a esta bela provincia, da qual me desvaneço de ser filho, a esta Canaan do Brasil, que marcha altaneira na senda da civilisação e dos progressos materiaes, allumiada em sua brilhante carreira pelos raios deslumbrantes do sol do Ipiranga!”

Note-se: “molestia pertinaz e afflictiva”, a asma que o atormentava desde moço; “gelo dos Andes” e “abatida frente”, quando ele contava apenas 55 anos!



## O BARÃO DE PIRATININGA — O ESCRITOR

A obra literaria do Barão de Piratininga consta de algumas poesias avulsas e três composições em prosa: o conto *A Feiticeira*, e as novelas: *A Assassina* e *A Cruz de Cedro*, escritos o primeiro em 1848, a segunda em 1849, e a última em 1851. São, pois, trabalhos de estréia, elaborados na mocidade, e já por aí se vê que não poderiam ter a perfeição e o acabamento que os escritores consagrados só conseguem depois de largo tirocinio. Valem, sim, como promessas, como sinal do que o autor produziria, si persistisse na carreira das letras e não tivesse a sua vocação abafada pela agitação da política; pois é de notar que a primeira novela — *A Assassina*, apareceu justamente no ano em que o Barão foi eleito deputado provincial, e a composição da *Cruz de Cedro*, escrita no ano seguinte, obedeceu evidentemente a impulso anterior, sem que a política tivesse ainda monopolizado a atividade mental do jovem sanroquense.

As três produções literarias do nosso ilustre conterraneo estão hoje muito vulgarizadas, graças aos esforços do sr. José Hipólito, que tirou diversas edições de cada uma; mas, para fundamentar e justificar minha opinião, resumí-las-ei em poucas linhas.

O conto *A Feiticeira* consiste no seguinte: Anacleto Gonçalves havia sido infiel ao marido, Astolfo, e na ausencia deste tivera um filho adulterino. Ao regressar, o marido se enfurece e, entrando em casa, assassina a criada tomando-a pela esposa. Esta, espavorida, vai procurar a feiticeira, Corá Mendes, a qual lhe promete proteção si lhe entregar o filho para ella, Corá, sacrificar. No auge do desespero, Anacleto cede, e na madrugada do dia seguinte vão ambas à *Caverna dos Infantes*, onde Corá assassina a criancinha: quebra-lhe a espinha de encontro ao joelho, e a arremessa para a *Caverna*. De dor, Anacleto en-doi-dece. Astolfo, arrependido, procura no dia seguinte a feiti-

ceira e pede noticia da esposa: vai procurá-la no ponto indicado e, encontrando-a morta, suicida-se. Agora o castigo da feiticeira. Ao voltar da gruta sinistra, uma cobra enrola-se-lhe no corpo. Dá um grito de espanto, e nesse momento a serpente ferra-lhe a lingua, e dela fica pendente. Corá rola pelo despeñhadeiro, fratura um joelho, e só no dia seguinte, com auxilio da doida, consegue sair da gruta e a muito custo, arrastando-se como reptil, chega à sua choça. Ficou logo entrevada e, 28 anos depois, ainda vivia nesse miseravel estado.

Neste conto que revela as tendencias do autor para o gênero trágico, manifesta-se tambem a inexperiencia, a técnica hesitante e as inverosimilhanças naturais nos que começam. Veja-se: nada menos de quatro mortes violentas; a figura incompreensivel dessa megera que vivia impunemente, e, sem se saber para quê, a matar crianças (na Caverna havia "um montão de ossos infantis"), e, ignorante como devia ser, emprega entretanto linguagem polida recheada de imagens literarias: "palavras cabalisticas", "potestades invisiveis", "profetiza da cabana" (ela mesma), "Caverna dos Infantes", "aguas do Lethes", "magias dos meus philtros". "pena de talião", "dores de Hercules", "tunica de Nessus". Inverosimil tambem é o ataque da cobra enrolando-se na cintura da velha e fisingando-se-lhe depois na ponta da lingua. Que especie de serpente seria essa?

A *Assassina*, o mais equilibrado de seus trabalhos, é a narração singeira de "um episodio da eterna historia do adulterio", conforme escreveu Julio Ribeiro, e cifra-se no seguinte: Catarina, esposa de Augustinho de Lara, seduzida pelo libertino Juca da Cachoeira, combina com este o assassinio do marido, e o realizam com o auxilio do escravo Mateus. Presos na cadeia de Parnaíba, onde aguardavam julgamento, apareceu ali numa noite Juca da Cachoeira, que escapara de ser preso, e depois de narcotizar os guardas, abre um rombo na cela, e foge com Catarina, constando vagamente que tinham ido para a provincia de Minas. Do casal ficaram três filhos, e vinte anos depois, o mais velho destes, que se chamava Eugenio, saiu para Minas, a ver si obtinha noticias da mãe. Já desanimado, voltava para casa, quando, ao passar por S. José, encontrou casualmente a mãe, velha e vivendo na mais completa miseria, num casebre sórdido. Catarina contou ao filho toda a odisséia de seu martirio: chegando àquella localidade, fora com o amante a um folgado, onde, por seu gênio bulhento, provocou um tumulto e foi assassinado. Voltaram-se contra ela as iras dos assistentes, e seria tambem sacrificada

si não fosse a intervenção de um individuo que a levou para casa e a obrigou a tomá-lo por marido. Esse homem tem sido o seu verdugo: ebrio contumaz e jogador, vive a espancá-la constantemente, sempre na maior miseria, de modo que ela permaneça maltrapilha e faminta naquela situação incomportavel. E quando o filho, louco de dor e de cólera, diz que esperava o monstro para vingá-la, é ela quem lhe pede que a deixe, e que prossiga, porque esse homem é o instrumento divino para expiação do crime de ter assassinado o marido; e o remorso por esse crime é-lhe mais doloroso do que os sofrimentos que seu carrasco lhe inflige.

Como se vê, o entredo é simples, sem complicações dramáticas, notando-se, ao contrario, cenas jocosas, em que o libertino Cachoeira se diverte em expor ao ridículo uma senhora casada, idosa e desmiolada.

*A Cruz de Cedro* é sua obra principal, pelo entredo e pelos personagens que nela aparecem.

Augusto de Lara, orfão de pai e mãe, foi criado pelo Capitão André de Góis, o qual tem uma filha, Julia, da mesma idade que Augusto, existindo entre ambos uma afeição que vinha desde a infancia. Para evitar um enlace desigual (porque Augusto era pobre), o Capitão André contrata o casamento da filha com um vizinho rico e poderoso, Gonçalo Castanho; mas Julia prefere fugir com Augusto, e manda dizer-lhe que, si concordar com este alvitre, vá esperá-la à meia-noite, debaixo do Cedro, com os cavalos prontos para irem casar-se na Igreja do Collegio. Perplexo, Augusto resolveu aconselhar-se com um padre, e aqui começa a ação da novela. O jesuita que o ouviu era o celerado frei Gaspar do Santo Sepulcro, o qual, dizendo que ia entender-se com o Capitão André, faz Augusto vestir uma batinha, e prende-o na cela; e à meia-noite, vestido com a roupa de Augusto, e montado no cavalo deste, vai ao Cedro de Carambei, e traz Julia na garupa, levando-a para o subterraneo do Collegio, onde outro jesuita mancomunado, frei Inacio, às escuras, simula o casamento com o suposto Augusto. A vítima descobre logo a cilada em que caiu; e o toque da sineta, chamando os jesuitas para as matinas, livra-a da odiosa companhia de Gaspar. Este entra à tarde na cela de Augusto, e inventa que Julia fora raptada pelo Capitão Gonçalo: Augusto parte como louco e vai desafiar aquele para um duelo de morte, a realizar-se sob o Cedro. Entretanto, o nefando jesuita volta novamente ao subterraneo e, para aumentar as torturas de Julia, inventa que seu pai apode-

rou-se de Augusto, arrancou-lhe os olhos e o amarrou a quatro cavalos que fizeram seu corpo em pedaços. Ao desespero da moça, apresenta-lhe um vidro que diz conter veneno, quando não passava de simples narcótico, que ela engole de um trago. Neste momento vibra o sino grande, cujo sinal indicava chamada para reunião imediata e imperiosa de todos os frades. Rugindo de cólera, Gaspar sai, fechando por fora a porta do subterrâneo, e levando a chave consigo. Nisto, diante dela, aparece a figura de um jesuíta, em quem ela reconheceu logo o padre Belchior de Pontes, que lhe narrou toda a perfídia do padre Gaspar, e lhe ordenou que partisse naquele instante para o Carambei, afim de evitar o duelo de morte em que se iam encontrar os dois jovens. Julia parte no cavalo que o padre Belchior mesmo lhe arranjava, e chega no momento preciso em que ia começar a luta. Narrou toda a trama tenebrosa do negregado jesuíta, e acabou contando que estava envenenada, e caiu desfalecida, dizendo que ia morrer. Augusto pede então a Gonçalo que lhe mande umas ferramentas e que no dia seguinte de manhã fosse contar ao Capitão André aqueles horríveis sucessos. Mandou por um fâmulos seu chamar o padre Gaspar em nome do Capitão André, que, assim ensinou ao portador, em artigo de morte, queria confessar-se àquele padre. Abriu de baixo do Cedro uma cova e sepultou o corpo de Julia. Daí a pouco passava a galope o padre Gaspar e com um laço Augusto o derruba, e vai assassiná-lo, quando diz o frade que Julia estava apenas narcotizada, e que ele Augusto é que a matara. Neste momento chega o Capitão André, que, ouvindo aquela acusação, atravessa com uma espada o peito do rapaz, que cai sobre a sepultura. O velho, então, desenterra o cadaver da filha, abraça-o, e em seguida firma no chão os copos da espada, arroja-se contra a lâmina e cai exânime. O padre Gaspar, que assistira à tragedia oculto atrás do Cedro, contemplou os três cadáveres e, com riso sardônico, exclamou: — “Ousavam resistir-me e morreram! e morreram morte violenta.”

O principal valor da *Cruz de Cedro* está nas minudentes informações sobre o dr. Guilherme Pompeu de Almeida, o “Creso Paulista”. Mas aí se revela também a sua inexperiencia de romancista, porque estas informações são dadas por um personagem, Augusto de Lara, no correr de uma confissão, e esse personagem se achava em condições especialíssimas. Ele ia aflito e desorientado pedir conselho a um padre, e não é natural que nesse estado tivesse calma cerebral para narração tão minuciosa sobre pessoas e fatos, relativos à molestia e à morte do dr.

Guilherme, chegando a ponto de repetir integralmente a carta que o emissario do mesmo dr. Guilherme, Roque Paim, lhe escreveu de Roma; e é de notar que esta narração nenhuma relação, direta ou indireta, tinha com o conselho que ia pedir. Ainda mais, falando a um jesuita, frei Gaspar do Santo Sepulcro, repetia, com indisfarçavel sarcasmo, as críticas que se faziam aos jesuitas, quanto às suas traças para se apoderarem da herança do dr. Guilherme, e quanto à suspeita do envenenamento que lhe teria ocasionado a morte.

Outro ponto inexplicavel é o papel do padre Belchior de Pontes. Não se sabe como foi ele aparecer no subterraneo, quando a porta estava fechada e a chave em poder de Gaspar. Não se sabe como ele conhecia a trama sinistra que era segredo dos dois padres; mas si conhecia, porque não desfez a serie de criminosas insidias do jesuita? Não estava aí um motivo poderoso para aumentar o romance e dar-lhe novo interesse? Não parece natural tambem que Julia, já sob a ação do narcótico, tivesse forças para vencer, a cavalo e em escasso tempo, as duas leguas que medeiam entre o Colegio e o Carambeí?

Finalmente, não pode passar sem reparos a tragedia final dos três assassinatos. Porque, suspenso o duelo e supondo que Julia tivesse de fato morrido, o natural é que Augusto, o mais interessado no caso, a levasse à residencia do pai, a qual ficava nas proximidades do Cedro, e não a sepultasse ali, precipitadamente, sem a menor solenidade, como si se tratasse de simples animal. Assim, ou ela se restabeleceria, si apenas narcotizada, ou, si morta, seria sepultada no "sagrado" com o cerimonia! do tempo; e ter-se-iam evitado o assassinato de Augusto e o suicidio do Capitão André.

O dr. Eugenio Egas, no livro *Galeria dos Presidentes de S. Paulo*, ao tratar do Barão de Piratininga, diz que a *Cruz de Cedro* inspirou a Julio Ribeiro o *Padre Belchior de Pontes*. Pode ser, porque este romance começou a ser escrito em Sorocaba, saindo em folhetins da *Gazeta Commercial*, que Julio Ribeiro redigia naquela cidade. Mas a influencia da *Cruz de Cedro* seria limitada apenas às referencias relativas à residencia do dr. Guilherme, na fazenda de Araçariguama e a ação do romance começa justamente pela descrição de movimentada reunião que ali se realizava. E Julio Ribeiro, no prefacio do livro, enumerando as fontes de onde hauriu os dados para o seu historico romance, cita em oitavo e último lugar a *Cruz de Cedro*.

Como quer que seja, estes trabalhos revelam no Barão de Piratininga acentuada aptidão para o romance, e é pena que a política apagasse nele a vocação literaria. Os escritos com que começou, inquinados embora dos ilogismos, incoerencias e técnica hesitante, inevitavel nos estreantes, mostram que, si continuasse, teria legado obra de valor real, como tem acontecido com os maiores escritores. Por exemplo, Machado de Assiz não seria o romancista consagrado que é si tivesse ficado apenas nos trabalhos de estréia — *Helena* e *Contos Fluminenses*, e o mesmo se dirá com relação à Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, cujo renome lhes adveio dos romances da madureza, e não dos ensaios com que se iniciaram.

## XVII

### O BARÃO DE PIRATININGA — O POETA

Das poesias do Barão conheço muito poucas: umas sete ao todo. A mais antiga é o *Cantico de Anchieta*, que o sr. José Hipólito ajuntou como apêndice à edição que fez da *Feiticeira*. Ele aí idealiza a pregação do taumaturgo do Brasil aos selvagens, memora a sua estada com Nóbrega, como refens, entre os tamoiós, e alude à tentação a que o expôs a presença da jovem Potira. E' sua composição poética de maior fôlego; mas há nela pequenos descuidos de metrificação que podiam, aliás, ter-se dado na transcrição.

Outra poesia, *O Adeus*, foi reproduzida na *Revista dos Novos*, publicação escolar fundada pelo sr. José Filiciano, e de que fui diretor-gerente, quando, em 1885, frequentávamos ambos o primeiro ano da Escola Normal. Trascrevemo-la de uma revista cujo titulo não me ocorre, e por indicação mesma do autor, que fez na poesia ligeiros retoques.

Alem dessas duas, consegui rever agora apenas cinco produções poéticas insertas no *Almanach Literario Paulista*, editado por José Maria Lisboa, de 1876 a 1885, e são: *Menino Louro*, *Gozar e Morrer*, *Mater!*, *Canto do Cysne* e *Vivo-Morto*. E' provavel que haja outras poesias nos demais exemplares desse *Almanach*; mas foi-me impossivel conseguir a coleção completa, que procurei inutilmente até junto do filho e do irmão do velho Lisboa. Deve-se, pois, lamentar a dispersão total da biblioteca, assim como do arquivo do Barão de Piratininga, onde certamente se encontrariam não só o *Almanach Paulista*, como outras revistas em que elle tivesse colaborado; assim tambem documentos indispensaveis para reconstituir a sua personalidade. Aliás, desta falta de dados se queixa o dr. Eugenio Egas, o qual, no seu livro — *Galeria dos Presidentes de S. Paulo*, conclue com estas linhas a noticia sobre o nosso conterraneo:

“Ao que me informam, foi o Barão celibatario; e, portanto, sem familia, sem descendencia, são agora difficeis, senão impossiveis, informações completas para a reconstrucção de seu papel politico e literario.” (Galeria, 1.º vol., pág. 869).

Das cinco poesias acima citadas, *Menino Louro* devia ser escrita por volta de 1850, porque (sei-o por tradição de familia), foi inspirada por um seu sobrinho, Augusto de Arruda, quando recém-nascido. *Gozar e Morrer*, versos da mocidade, como o título indica, é composição leve, de quatro quadras apenas. Dedicadas à mãe, *Mater!* e *Canto do Cysne* têm muito sentimento, mas são igualmente breves. Na última, *Vivo-Morto*, a mais vigorosa e mais extensa, ele retraza um quadro de sua alma, mas com cores tão sombrias que comovem. Vê-lo-emos no capítulo seguinte.

Ora, reduzida a estas poucas produções, é bem leve a bagagem literaria do Barão de Piratininga. Como se explicam então o renome e a fama que adquiriu como homem de letras?

Explicam-se, penso eu, por estas duas circunstancias: o tempo em que surgiu, e a sua influencia politica. Com efeito, quais os romancistas, quais os poetas, quais os cultores das letras que, do meado até ao último quartel do século passado, produziram em S. Paulo obras de valor que chegassem até aos nossos dias?

O dr. Joaquim Floriano de Godói, figura preeminente no cenário politico e social de seu tempo, no livro *A Provincia de São Paulo*, publicado em 1875, faz o balanço do nosso movimento literario. No capítulo da jurisprudencia e no dos historiadores e geógrafos, apresenta numerosa lista de autores, com a indicação das obras de cada um. A seguir, enfileira 18 nomes de poetas e 15 de literatos e romancistas, incluindo em ambas o Barão de Piratininga; mas não menciona o título dos livros que eles publicaram. Pois bem. Dentre os poetas, tirando-se os nomes dos três irmãos Andrada, de José Bonifacio, o Moço, o de Álvares de Azevedo, e mais uns três autores de livros efêmeros, — digamos, *Rosas loucas*, de Carlos Ferreira, *Trovas Burtescas*, de Luiz Gama, e *Madresilvas*, de Brasílio Machado, todos desconhecidos hoje, que traços se encontram para os outros dez? Eram considerados poetas porque, como Joaquim Xavier da Silveira, Quirino dos Santos, Hipólito de Camargo, escreviam uma ou outra poesia, que publicavam nas folhas da época. O mesmo se dava quanto aos romancistas. Quem conhece



algum romance de Galvão Bueno, Rodrigues dos Santos, Antonio Carlos ou Salvador de Mendonça?

Não admira, pois, que com as suas novelas, e uma ou outra poesia que saísse em alguma revista ou almanaque, figurasse o Barão, e honrosamente, entre os poetas e romancistas da Província. Mas isto, e aqui vai o segundo motivo de sua nomeada, em consequência da posição de relevo que lhe dava o seu papel na política. Porque, é preciso acentuar, a *Assassina* appareceu no mesmo ano (1850) em que ele foi eleito deputado provincial, e ainda como tal se achava (1854) ao publicar a *Cruz de Cedro*. Si ele, em vez de se por em contacto com o meio intelectual e social de S. Paulo, continuasse na penumbra do interior, certamente suas produções ficariam obscuras e ignoradas, como aconteceu com muitos outros.

Entretanto, si a política lhe deu notoriedade, si lhe abriu as portas da mais culta e fina sociedade de S. Paulo e do Rio, cujo convívio devia encantar o seu espírito fidalgo, ela mesma lhe trouxe depois fundos desgostos que, com a molestia e a sua situação doméstica, lhe amarguraram o fim da existencia. E' o que veremos a seguir.

## XVIII

### O BARÃO DE PIRATININGA — DISSABORES POLÍTICOS — A DOENÇA

Depois de escrito o capítulo anterior, tive oportunidade de ver no arquivo do sr. J. B. Aguirra, dedicado ao estudo de nossas tradições e coisas antigas, em dois exemplares do *Almanach Paulista*, duas outras poesias do Barão: *Visão Materna*, versos de muito sentimento inspirados pela recordação da mãe, e *Delirio*, a qual, pelo assunto, devia ter sido escrita na mocidade, embora esteja datada de 1882. Pouco modificam essas duas composições a bagagem literaria do nosso ilustre conterraneo. E a desproporção entre o que dele existe e o que devia existir (dado o renome que tinha de literato) fez nascer uma lenda a que não posso deixar de referir-me e começou a ter curso logo depois da morte do Barão. Segundo essa versão, as suas poesias inéditas teriam sido retiradas do seu arquivo pelo dr. Rolim e aproveitadas depois por sua filha, a distinta poetisa D. Zalina, que as teria incluído no seu livro *Coração*, publicado por 1890 ou pouco depois.

O dr. Rolim (José Rolim de Oliveira Aires) mudou-se de fato para S. Roque, como Juiz de Direito, em setembro de 1886, dois meses apenas antes do trespasse do sr. Piratininga. E' possível que ele tivesse efetivamente examinado os papéis e os livros daquele titular. Mas a sua reconhecida austeridade não permite julgar-se que ele fosse capaz de se apoderar de documentos ou livros porventura confiados à sua guarda. Quanto à apropriação dos versos, é isso baleia só admissível por pessoas leigas em literatura e completamente estranhas às questões de estilo. Como era possível que aquelas composições melancólicas, nascidas da psicologia atribulada do literato-político, se transformassem nas poesias simples e claras, espontaneas e alegres, poesias, enfim, de moça, que são as de D. Zalina Rolim? A apropriação dos versos é, pois, uma suposição sem a menor

consistencia. Dada esta explicação preliminar, passemos aos desgostos políticos a que atrás nos referimos.

Por motivos que não cabem no quadro destas notas ligeiras, o Barão de Piratininga desaveio-se com o dr. Rodrigo Silva, grande figura na política provincial e nacional: deputado geral, ministro e conselheiro de Estado, era ademais membro da "União Conservadora", a poderosa organização política que, quando de cima o seu partido, punha e dispunha de tudo em S. Paulo, como intermediaria entre o presidente da Província e o eleitorado. Tal como aconteceu depois com a "Comissão Diretora" no regimen do P. R. P., nenhuma nomeação ou demissão se lavrava, nenhum contrato se fazia ou desfazia sinão a pedido ou por indicação sua.

Pois foi com este chefe que o Barão estomagou-se, e teve logo ocasião de mostrar-lhe o seu desagrado.

Em 1882 governavam os liberais. O dr. Paula Sousa, eleito deputado pelo 4.º distrito (a que S. Roque pertencia), teve por isso de renunciar, pelo que houve de se proceder a nova eleição. Apresentou-se candidato pelo partido liberal o mesmo dr. Paula Sousa, conforme era de praxe, e, como opositor deste, o dr. Rodrigo Silva; e pelo Partido Republicano apresentou-se o dr. Américo Brasiliense. Correu a eleição com os incidentes proprios a demonstrar que as trapaças, as tramóias e as deslealdades são carepas inerentes, em todos os tempos, ao processo eleitoral. O dr. Paula Sousa ganhou, mas não tendo obtido a chamada "maioria absoluta", procedeu-se a segundo escrutínio, e desta vez saiu vencedor, por 11 votos apenas, o dr. Rodrigo. E' preciso ler os jornais do tempo para ver a serie de acusações graves e as descomposturas com que se mimosearam reciprocamente os dois partidos.

Em S. Roque e em Una, collegios compostos quasi só de conservadores, o dr. Rodrigo perdeu nos dois escrutínios, o que só se explica pela intervenção do chefe sonroquense, o qual aconselhou reservadamente a seus amigos e correligionarios que votassem no candidato liberal. Nem todos obedeceram, é certo: muitos, não querendo desagradá-lo, deixaram de votar, e a abstenção foi realmente grande; outros, porem, mais francos, se insurgiram abertamente. Anos mais tarde, falando-se sobre o episodio, ainda ouvi ao velho Sebastião Vilaça, em rodas de amigos:

— O Barão me pediu um absurdo. “V. Excia. me perdoe, respondi-lhe, mas não é possível. Fui educado na sua escola de lealdade política, e não posso trair o meu partido.”

Data desse tempo a conhecida carta dirigida aos correlegionários e amigos, na qual o Barão se despede da política, que lhe foi, diz ele, “como a túnica de Nessus a lhe queimar as carnes”.

Está visto que ele aí não denunciava francamente as decepções e desgostos que lhe vinham da política, e a eles só se referiu por essa discreta figura de linguagem: o motivo que alegou foi o seu estado de saúde, e esse não deixava de ter fundamento. Já citei o discurso pronunciado na Assembléa em que, aos 55 anos, ele se considerava “velho, com a fronte abatida pelos gelos dos Andes, devido á pertinaz e afflictiva molestia”; e esta alusão à enfermidade não era figura de retórica. Muitas vezes, quem passasse pela rua Direita, altas horas da noite, veria o pobre enfermo com o busto debruçado sobre a sacada, a soltar longos gemidos, quasi sufocado na opressão da dispnéia. E veria também, a friccionar-lhe o peito e as costas, a agasalhá-lo, a cercá-lo do conforto ao seu alcance, algum ou varios daqueles homens devotados, escravos seus que formavam por assim dizer a sua guarda de corpo: Benedito Mirim, Paulino, Antonio Benedito, Antonio Branco, Elesbão. Mas a isso se limitava a dedicação extrema com que o serviam; porque era tão grande a distancia moral e intellectual entre senhor e servos que nenhuma intimidade era possível entre eles, e, pois, nenhum conforto espiritual podia a sua companhia prodigalizar ao enfermo.

E aquí tocamos na situação doméstica do Barão, a que adiante me referirei.

## XIX

### O BARÃO DE PIRATININGA — VIDA PARTICULAR. O TESTAMENTO

Uma das coisas que amarguraram a vida do Barão nos seus últimos tempos, foi sem dúvida o seu estado de celibatario. E aí está um ponto sem explicação satisfatória: porque deixou ele de casar-se? Em dois de seus escritos encontra-se alusão a uma grande afeição que se teria malogrado. Na *Cruz de Cedro*, descrevendo as paisagens que circundavam o cedro do Carameí, faz esta confidencia:

“Muitas vezes em nossa adolescencia nossos passos se dirigiam para a cruz de cedro, e ahí passavámos horas inteiras engolphados em vago e delicioso scismar.” E depois de desenharmos na linguagem enfática, propria do estilo romântico, a angélica visão que lhe aparecia e com que se entretinha nos arroubos da paixão, acrescenta:

“E hoje... como o cego e melancolico bardo do Selma, com a alma oppressa de pesares e angustias, pranteamos lagrimas de sangue, porque a tristeza de nosso coração seccou e exauriu a outra fonte de lagrimas, embora tantas vezes de joelhos e a face em terra as imploremos.”

Moço (contava então 30 anos), rico, inteligente, já eleito deputado, que outro motivo teria ele para estes tão fundos pesares e angustias, si não algum sonho conjugal desfeito? Já lembrei de passagem que, segundo tradição que encontrei na familia, ele tivera acentuada inclinação amorosa pela jovem professora Maria Flora. Mas, na poesia *O Adeus*, ele diz que “sua alma ficou mergulhada em magua eterna somente por causa de um adeus”. Trata-se, pois, de pessoa que se retirasse de São Roque ou que o desenganasse com uma despedida irrevogavel.

Seja como for, permanecendo solteiro, nunca deixou a companhia da mãe, e nela concentrou todos os afetos domésticos. O carinho filial com que a tratava, transparece nas cartas que

escrevia ao irmão (algumas delas encontrei entre os papéis deste), nas quais não se esquecia recomendar-se à sua "saudosa mãe". Numa, dirigida do Rio (junho de 1862), e em que marcava a data provável de seu regresso, diz: "Minha adorada mãe que não se afflija com a demora de alguns dias. Com a ajuda de Deus hei de abraçar neste mez aquelles por quem meu coração repleto de saudades suspira incessantemente."

Por isso, a morte da veneranda senhora (ocorrida em 1866) foi um golpe rude que o acabou. Esse episodio ele resumiu neste quadro impressionante:

### MATER

Cruciantes angustias cruciavam  
de minha pobre mãe o peito afflicto,  
e nos seus olhos turbidos, errantes,  
brilhou extranha luz!

A minha alma no peito se ajoelhara  
doucejante, a tremer... e minha mãe  
soerguendo a custo a convulsiva mão  
nos labios me roçara!

Fitou-me, então, o olhar tristonho e fundo,  
e depois com voz cava e quase extincta  
"Filho!... Deus"!... balbuciou: suspiro extremo  
nos labios lhe expirou.

Qual o cedro escachado pelo raio,  
no turbilhão do vacuo deslumbrada,  
chorou minh'alma, soluçou, morreu...  
E eis-me aqui cadaver!

E depois, mesmo absorvido com as lutas da política e com a gerencia de seus negocios, não se interrompeu a ação subjectiva da mãe sobre ele, como se vê da poesia *Visão Materna*, de que reproduzo apenas, para não alongar-me demasiado, estas estrofes:

Oh! céus que meiga voz que se desliza  
como um soluço na lagôa dormente?!  
Será de um anjo a voz que á terra desce,  
a voz de minha mãe da terra ausente?!

"Filho, não chores — que em futuro breve  
tu dormirás como a lagoa dormente,  
e vindo aos braços meus, em outra esphera,  
serás com tua mãe da terra ausente!"

Calou-se a doce voz, dolente e meiga  
como um suspiro na lagoa dormente;  
e num raio de luz ao ceu se alara  
a minha santa mãe da terra ausente!

O falecimento de D. Custodia deu-se, como indiquei, em 1866, e aí começou o isolamento em que o filho foi ficando. Até então seria a casa frequentada pela vasta parentela e pelas famílias amigas, quasi S. Roque todo, dada a estima geral de que gozava. Mas dali em diante, solteirão como se manteve, a sua residencia passaria a ser procurada apenas, como já lembrei, por motivo de política, de cortesia ou de negocios. De negocios principalmente; porque às suas qualidades de intellectual e de político juntava o Barão os dotes de financista e de administrador ativo e perspicaz. E' o que evidencia o confronto do inventario, e vamos ver.

Em 1844, o acervo deixado pelo Capitão Manuel Francisco importou, como já indiquei, em Rs. 81:900\$000, e, pois, a meação da viuva foi pouco mais de 40:000\$000. No inventario desta, procedido 22 anos depois (junho de 1866), o monte-mor subiu a 137:000\$000, e isso por esforço exclusivo do Barão, que desde 1844 assumiu a gerencia dos negocios e dos haveres maternos.

Pois bem: o falecimento do Barão deu-se em dezembro de 1886 (portanto 20 anos depois) e seu espolio se elevou a . . . 271:000\$000, notando-se que não houve propriamente avaliação: houve apenas arrolamento para o efeito de legalizar a partilha.

Toda esta prosperidade, porem, não serviu para adoçar-lhe o fim da existencia; ao contrario, talvez servisse para amargar-lha. Porque ninguem podia melhor pintar o estado de sua alma e o desconforto moral em que se achava do que ele mesmo o fez na poesia *Vivo-Morto*, a mais vigorosa e impressiva, a meu ver, de suas composições poéticas.

Aí, depois de evocar sucessivamente, nas cinco primeiras estrofes, as imagens da "frigida Siberia", do "Sahara sem Moy-

sés”, do “Hymalaia com os dorsos estereis” e “do Vesuvio infernal”, ele diz, nas últimas quadras:

Assim já velho, acabrunhado e triste,  
sentindo n'alma a gelidez da morte,  
— sombra sem corpo, vacuo sem limites,  
presente sem futuro!

Mais infeliz que o triste e cego bardo,  
não deu-me o ceo a poetica Malvina  
que pela mão setinia me conduza  
de minha mãe ao tumulo.

Oh que maguas cruciantes me assoberbam!  
que noite sem luar! que bruma eterna  
os meus cançados, fugitivos dias,  
premem com ferrea mão!

Si da harpa santa do propheta rei  
eu busco ainda dedilhar as cordas  
quebram-se uma apoz outra, e mal desferem  
os lamentos de Job!

Aí está fotografado, com inexcedível nitidez, o acabrunhamento moral de quem a escreveu. Pode haver algum exagero de poeta. Mas, como conceber-se que um homem com a idade, a posição social e as responsabilidades do Barão, viesse desnudar a alma fantasiando sofrimentos, só pelo prazer literario de escrever bonitos versos? Para esse estado de depressão concorriam, como já assinali, os acessos asmáticos que se tornavam mais repetidos com a idade, e a falta de convivencia, que também aumentava. Os bens que possuia contribuiam talvez para isso; porque, não tendo herdeiros forçados, é natural que os parentes se sentissem tolhidos no desejo de procurá-lo pelo receio de serem mal interpretadas as visitas. E daí a especie de aversão pelos parentes, aversão que transparece em diversos pontos do seu testamento, os quais não têm tido, a meu ver, interpretação verdadeira.

Assim, aquela disposição determinando que sobre a sepultura lhe collocassem “uma pedra de marmore com a inscripção *NINGUEM*, e a data do fallecimento”. Entendem alguns que ele quis com esta singularidade chamar a atenção sobre o seu



nome; e, realmente, as pessoas de fora que visitem o cemitério, ficam logo sabendo a quem aquele *Ninguém* se refere, como o sabem todos os sanroquenses. Outros a interpretam como expressão de humildade; mas nesse caso não seria mais razoável e mais curial que fosse enterrado em sepultura comum, sem nenhum epitáfio? Para que pedra mármore, data da morte e túmulo perpetuo na tumba onde ninguém está sepultado? O que parece mais natural, dado o desconforto em que caiu, é que aquela determinação irrompesse como o desabafo de um homem desiludido de tudo e de todos, e que, sem família e sem parentes, não deixava ninguém que se interessasse pela sua campa. Esta hipótese é robustecida pelo fato de nem uma vez mencionar no testamento nomes de parentes, quando pelo menos duas vezes o podia ter feito. Veja-se:

“Deixo á F., minha afillhada, a casa da rua Municipal entre d. *Anna de Assis* e o *Tenente Manuel dos Santos Rosa*”, simplesmente; e uma era sua irmã e outro seu sobrinho carnal.

“Não se exija o que me devem F. e F.”, sem mais indicação; entretanto, um era seu primo e outro sobrinho por afinidade — notando-se que este pagou-lhe a dívida depois de redigido o testamento (feito em março de 1885), o que mostra o seu estado de espírito nos últimos tempos.

Mas o que maior estranheza causou foi não se encontrar no testamento a mínima referencia ao seu amigo de todos os tempos e companheiro inseparavel nas lutas políticas, o seu irmão, Manuel Inocencio. Nada: nem uma palavra de saudade, nem a deixa de um objeto de uso pessoal cujo valor está somente em significar que o que ficava não foi esquecido pelo que partia na hora grave em que escrevia as suas últimas vontades.

Penso ter assim contribuido para a apreciação mais exata e mais justa do homem que foi a figura máxima e de maior projeção que São Roque tem tido.

REFLEXÕES — A VILA ELEVADA A TERMO —  
OS JUIZES MUNICIPAIS

Parecerá que me estendi demasiado ao tratar dos irmãos Rosa, mas assim era preciso porque, ocupando-me nestas notas das coisas e dos homens do São Roque antigo, tinha de examinar mais pormenorizadamente as duas figuras que maior importância têm tido na vida pública de nossa terra. E por esse exame ficou confirmada a asserção que fiz quando atrás me referi ao Tenente-Coronel Rosa Passos e ao Capitão Vicente de Moraes: que eles foram duplamente uteis a esta localidade. Atuaram diretamente como repúblicos do seu tempo, e continuaram por alguns descendentes a dirigir o destino do nosso torrão até aos últimos dias da monarquia. E, com efeito, o Barão faleceu em dezembro de 1886 e o Comendador a 10 de agosto de 1889, três meses apenas antes da proclamação da República.

Mas aí findou (pelo menos até aqui a ação no cenário político daqueles dois troncos da enorme descendência Rosa-Morais; porque o Barão morreu solteiro, e Antonio Francisco, filho único do Comendador, com a sua natureza contemplativa, com a sua índole afavel mas retraída, não teve a menor disposição para as lutas da vida pública. E quanto aos descendentes colaterais (quero dizer, filhos e netos das irmãs de ambos), ao que sei, apenas se dedicaram à política o sr. João Martins de Melo Junior, neto de d. Ana de Assiz, o qual foi deputado e senador no regimen do P. R. P., e o Coronel João Rosa, chefe prestigioso na Piedade. Dos sobrinhos-netos de São Roque e Sorocaba, seríamos talvez meu cunhado Santos Sobrinho e eu os mais indicados para continuar a corrente dos antepassados, em vista das preocupações que desde cedo manifestáramos pela causa pública. Não nos faltou incitamento e oportunidade para isso; mas o Santinhos, com a sua índole brusca, com aquela aparente rusticidade que lhe dava o feitio de *payson du Danube*,

era incapaz de adaptar-se às sinuosidades e tergiversações inerentes aos processos da nossa chamada política. Proclamada a República, deixou ir o Quirino para a frente, e ficou na penumbra ocupando o lugar de simples funcionario municipal, ele que entretinha relações pessoais com Campos Sales, Adolfo Gordo e outros chefes eminentes.

Por minha parte, converti-me cedo à Religião da Humanidade, a qual estabelece normas próprias e precisas para o governo temporal, cuja forma se afasta tanto do parlamentarismo quanto das autocracias despóticas — fascismo, nazismo, integralismo, etc. E, ao mesmo tempo, veda a seus adeptos, mesmo aos práticos, o exercício da política militante, durante a fase de transição em que nos achamos; motivo porque, soldado do partido republicano desde que pude votar, deixei de ser eleitor a partir de 1890, isto é, logo após a proclamação da República, quando entrei em comunicação direta com Miguel Lemos, Fundador e Diretor da Igreja Positivista do Brasil. E aqui vem a ponto referir um fato, e o faço constrangidamente, por ser de caráter pessoal. Ao organizar-se a chapa dos deputados à Constituinte de São Paulo, em 1890, ficou assentado que todas as classes sociais e as diversas colonias estrangeiras teriam cada uma um representante no Congresso. O Dr. Barreto (Luiz Pereira) lembrou-se de meu nome para representar o professorado, talvez por nos conhecermos pessoalmente, talvez por causa de uma serie de artigos meus que na ocasião estava publicando o DIARIO POPULAR, a propósito da reforma da Instrução Pública, assunto que estava então na ordem-do-dia. Está visto que eu, como positivista, não podia aceitar a indicação, e foi eleito o professor Artur Breves, o qual exercia o magisterio na Capital (naquele tempo só havia escolas isoladas). Si eu fosse eleito, é possível que continuasse na política, contando como contava com o apoio irrestrito de Quirino de Aguiar, o chefe mais popular e, naquele tempo, de maior influencia, que São Roque tem tido.

E' de notar que o Dr. Barreto era tambem positivista, mas, não pertencendo à Igreja do Rio de Janeiro, agia livremente, por conta propria. Poder-se-á agora objetar: como é que o General Rabelo, que era igualmente positivista ortodoxo, exerceu a Interventoria de São Paulo? E eu mesmo, como é que fiz parte do Conselho Consultivo do Estado? E' que o General Rabelo se achava no comando da Região Militar quando o Dr. Laudo renunciou, e ele, como militar, teve de obedecer à ordem

que o governo lhe deu de assumir aquele encargo. Quanto a mim, não pude escusar-me ao apelo que me fez o General, atendendo a que o Conselho Consultivo não tinha função administrativa: aparelho criado pelo Governo Federal, para servir como fiscal do povo junto do Interventor, era órgão apenas consultiva, que devia ser ouvido em determinadas ocasiões. E, acima de tudo, achava-se o Estado em momento de excepcional gravidade, e todos os cidadãos éramos obrigados a concorrer com o nosso esforço para atenuar as dificuldades da situação.

\*

\* \*

Reenceto agora a narração dos fatos mais importantes, ligando-os, quanto possível, para completá-los ou esclarecê-los, às minhas reminiscências pessoais.

Em 1858, a vila de São Roque foi elevada à categoria de Termo, compreendendo as vilas de Una, Piedade e Araçari-guama. Esta elevação lhe conferia certas prerrogativas judi-ciárias, entre as quais a de ter juiz municipal formado, que ad-ministrava a justiça com jurisdição mais ampla do que a dos juizes suplentes, cargo que nas vilas era preenchido por pessoas leigas. Vimos, realmente, que haviam servido como tais os ir-mãos Rosa, José Vicente e Antonio Joaquim; o Capitão Joa-quim José de Moraes e outros.

Teve São Roque dez juizes municipais, sendo o primeiro o dr. Julio Xavier Ferreira e o último o dr. João Augusto Fleu-ry, nomeado em julho de 1889.

O dr. Julio Xavier Ferreira serviu desde fevereiro de 1858 até 1873, quando, com a criação da Comarca, ele passou a fun-cionar como promotor público, até ser nomeado o seu substi-tuto, o dr. Dantas.

Conheci-o pessoalmente, isto é, apenas de vista, porque eu era menino quando, em 1877, ele se mudou com a família para Tatuí.

Radicou-se profundamente em S. Roque, pois aí viveu por espaço de quasi vinte anos, e assim tomou parte ativa na vida da localidade durante aquele periodo. Foi eleito vereador para o quatrienio de 1873-1877, ocupando sempre a cadeira de pre-sidente. A ele, juntamente com os amadores Sebastião Vilaça, João Martins de Melo, professor Arnobio, Lourenço de Ar-ruda, se deve a construção do Teatro São João, para a qual

concorreram materialmente numerosos subscritores, figurando entre os primeiros o Barão de Piratininga e o Comendador Manuel Inocencio. Segundo tradição corrente, foi o edificio construido pelo Capitão Manuel da Silveira, meu avô paterno, que tinha nos escravos braços fortes e já adestrados no pesado serviço de pilar taipas. Foi ele também quem construiu os muros do cemiterio, ao qual ainda hei de referir-me.

Antes da construção do Teatro, os espetáculos se realizavam em casas particulares, onde se armavam cenários provisórios. Levavam à cena os dramalhões do tempo, acompanhados sempre de comedia; e como os intervalos eram longos, os espetáculos se prolongavam até uma e duas horas da madrugada. Nessas representações o dr. Julio Ferreira desempenhava o papel de *dama*, para o que se prestavam o seu fisico delicado e a pequena estatura. Aliás, foi esse o recurso adotado até fins do século passado, quando o sr. Leite (Francisco Teixeira de Sousa Leite), de Sorocaba, conseguiu a inovação de levar senhoras ao palco: representavam sua esposa d. Antoninha e uma jovem chamada Sinhá, de familia que estava provisoriamente em S. Roque. Uma das irmãs de Sinhá, d. Belmira, casou depois com o prof. Pedro Voss.

Era o dr. Julio esposo de uma senhora da alta distincção paulistana, d. Facunda Isabel Justo da Silva Xavier Ferreira, irmã, só por pai, do prof. Tiberio Justo da Silva. Este veio com a familia, muito criança, e aqui se integrou na nossa sociedade, sendo um dos seus apreciados elementos. Muito benquistado de todos, Tiberio deixou como professor, primeiro em Sebandilha e depois no Grupo Escolar, alunos que hão de ainda lembrar-se dele.

O dr. Julio Ferreira teve, ao que sei, um casal de filhos: a filha casou-se com o professor Cesario Lange Adrien, que regeu por algum tempo uma escola da cidade, e depois se mudou com o sogro para Tatuí, o que faz supor que ele deu nome a um bairro daquele municipio, o que se denomina Cesario Lange. Com o filho, o prof. Sizinio, fiz relações de amizade na Escola Normal, que ele estava frequentando quando ali me matriculei.

Dos outros nove juizes municipais, deixaram algum traço de sua passagem por S. Roque os drs. José Francisco Uchoa Cavalcanti, a respeito do qual narrarei adiante um episodio; drs. Lupercio da Rocha Lima, Albano Pimentel, Alcibiades de Mendonça Uchoa e o já referido dr. Fleury.

O dr. Lupercio contraiu segundas nupcias com d. Belarmina de Oliveira, filha do Coronel Amaro Dias de Oliveira, vulto preeminente em S. Roque, como ainda lembrarei. Do primeiro casamento deixou o dr. Lupercio dois filhos: Alberto, rapaz inteligente e que morreu muito moço, e o prof. Cipriano da Rocha Lima, que se consorciou em S. Roque na familia do tabelião Arruda Moraes (Chinhô da Boa Esperança).

O dr. Albano era nortista e solteiro, e quando nas reuniões em casa do Comendador, minha tia, por gracejo, começava a lhe indicar noivas, ele respondia sorrindo:

— Não, d. Custodia; eu só me casarei com viuva rica.

E assim foi: mudou-se para Capivarí e lá encontrou esposa, não sei si viuva, mas o certo é que logo se tornou grande fabricante de açúcar, e depois fundador da hoje conhecida e poderosa usina Pimentel. Quando ainda em S. Roque, escreveu o drama O MATRICIDA, que foi levado à cena por um grupo de amadores.

O dr. Alcibiades era moço, elegante, vestindo-se sempre com apuro; e, si não se fixou para sempre em S. Roque, foi só por ter visto malogrado o seu ardente desejo de contrair hime-neu com senhorita de nossa melhor sociedade.

Agora o episodio com o dr. Uchoa. Entrou em julgamento no Juri, por crime de homicidio, um homem qualificado, residente em Araçariguama. O conselho o absolveu, mas não por unanimidade; e como o promotor apelou, o preso devia aguardar na cadeia a decisão do Tribunal de Justiça. Presidiu ao julgamento o dr. Uchoa; e qual não foi a sua surpresa quando, na tarde daquele mesmo dia, viu passar em frente ao bilhar em que se achava, o réu que, em seguida, entrou no sobrado do Barão. O Juiz dirigiu-se ao delegado de policia, e este lhe informou que relaxara a prisão por ordem do chefe político. O sr. Uchoa mandou que se postassem duas praças nas imediações do sobrado, e, ao sair o réu, levaram-no preso para a cadeia. O Barão sofreu calado a desfeita; mas meses depois, inesperadamente, era o dr. Uchoa removido, *ex-officio*, para a vila da Estrela, provincia do Rio de Janeiro.

## XXI

### ELEVAÇÃO A CIDADE — NOMENCLATURA DAS RUAS

Termo em 1858, ficou S. Roque, desde então, aspirando a subir mais um degrau na classificação que na Monarquia tinham as localidades: quis ser cidade. Que vantagens auferiria com esta elevação? Muito poucas; pois como cidade continuaria a pertencer a outra comarca (a de Sorocaba) e a justiça local seria ainda ministrada, como na vila, por juiz municipal. A modificação se daria apenas quanto à administração municipal, e essa era pequena, pois consistia em ficar a Câmara composta de 9 membros em vez de 7, como anteriormente. Outra vantagem consistia em que, sendo cidade, poderia logo tornar-se cabeça de comarca, o que não se daria enquanto fosse Vila. Enfim, era sempre uma distinção conferida ao lugar, e motivo de ufania e satisfação para os munícipes. Por isso, é natural que São Roque, isto é, seus homens públicos e principalmente o Barão de Piratininga, se empenhassem em obter para sua terra aquela mudança de categoria, mais desejável, como se vê, pela distinção honorífica do que pelos efeitos práticos.

Essa aspiração foi realizada em 1864 pela lei Provincial de 22 de abril que deu a São Roque os foros de cidade. Imagine-se a satisfação geral com que essa lei foi recebida! A Câmara Municipal reuniu-se no dia 1.º de junho, sob a presidência do Comendador Manuel Inocencio, para deliberar sobre a data da instalação da cidade e os festejos correspondentes. O dr. Argemiro, na sua citada monografia sobre a fundação da cidade de S. Roque, diz que o presidente era o Barão de Piratininga, mas há engano, como se pode ver pelo respectivo livro das atas da Câmara (fls. 129 verso). Talvez fosse o Barão quem officiasse ao Presidente da Provincia, o Barão Homem de Melo, pedindo a aprovação do dia marcado pela Câmara para a instalação da cidade.

Naquella sessão ficou assentado, para comemorar o faustoso acontecimento, um programa resumido nos seguintes itens:

1.º) que se marcasse o dia 28 de junho para a instalação solene;

2.º) que se convocassem os dois suplentes mais votados para completar o número de vereadores que dali em diante deviam integrar a Câmara;

3.º) cantar solene *Te Deum* às 4 horas da tarde do dia 28;

4.º) convidar os oficiais da Guarda Nacional para assistir ao *Te Deum* e demais solenidades;

5.º) convidar o povo para o *Te Deum* e iluminar a cidade;

6.º) percorrer as ruas com música de instrumental, terminado o percurso por "um baile esplendido" (sic);

7.º) abrir subscrição para as despesas, devendo ser "os vereadores primeiros a assignar";

8.º) nomear uma comissão de três membros para organizar e dirigir os festejos.

Esta comissão, que ficou composta do presidente, Comendador Manuel Inocencio, do dr. Julio Xavier Ferreira e Manuel Rodrigues de Moraes Barros, deu cabal desempenho à incumbencia, e os festejos se realizaram com a pompa e brilho compatíveis com a época.

A officialidade da Guarda Nacional compareceu luzidamente fardada, como de praxe, e assumiu à posse dos dois suplentes, na Câmara, e ao *Te Deum*, que foi desusadamente concorrido. Depois da passeata marcial pela cidade, à noite, o escol da sociedade dirigiu-se ao sobrado do Comendador, em cujos salões se realizou o grande baile que se prolongou até à madrugada, segundo ouvi sempre dos moços daquele tempo — meu tio Santos, Vicente Julio, Augusto de Arruda e Antonio Claudiano.

A iluminação não se fazia mais como em 1768, quando S. Roque foi elevada a freguesia, a qual iluminação consistia, conforme a descreve o autor da *Assassina*, "em quatro grandes fogueiras no largo da matriz e um feixe de taquaras seccas em cada um dos seus angulos. Além disso bordaram-se os dois lados da rua Direita com alas de archotes de taquara, symmetricamente colocados, em cujas pontas haviam posto uns caquinhos de barro em fórma de meia laranja contendo uns pavios de algodão, afogados em azeite de mamona, que despediam fracos lampejos." Não; agora na elevação a cidade, a iluminação foi feita com velas de sebo encerradas em lanternas de vidro ou de papel, penduradas cada uma no alto das portas e janelas de todas as casas.



Foi um progresso; mas que distancia para os focos elétricos de hoje!

Mudando de categoria, a povoação não mudou de aspecto. Com a escassa arrecadação de que dispunha, as ruas continuaram maltratadas como antes, no estado em que mostra um officio apresentado pelo maestro Porfirio Tavares, o qual pedia à Câmara “providencias afim de melhorar o estado calamitoso da Travessa da rua de baixo desta villa, que se acha intransitavel”. (Ata de 24 de junho de 1861).

Andavam soltos pelas ruas não só cães mas também cabras e porcos; e a supressão desse mal foi problema que occupou por muito tempo a atenção dos vereadores. Na sessão de outubro de 1862, a Câmara “manda o fiscal matar os cães, cabras e porcos que divagam pelas ruas”. Mas parece que a medida encontrou dificuldades, ou talvez opposição por parte dos moradores, porque no ano seguinte “manda que o fiscal suspenda a matança daquelles animaes, até que a Camara resolva sobre o melhor meio de extinguil-os” (outubro de 1863). Parece que afinal acharam uma solução, pois na sessão de 1.º de junho de 1864 a Câmara “aprova a proposta para que o fiscal mande fazer por um policial a matança dos cães, cabras e porcos”.

Bem pequena era a area da cidade, pois o perímetro urbano se limitava praticamente a duas ruas paralelas e 4 travessas que as ligavam. Sem denominação official, o povo as designava pela posição topográfica, rua de Baixo e rua de Cima, e as travessas eram conhecidas pelo nome do principal proprietario residente em cada uma.

A rua “de Baixo” começava na casa do sr. José André Lopes, a qual fica em frente à primeira travessa que se denomina hoje do Carambeí, e terminava no largo de S. Benedito: bem em frente, fechando-a, ficava a casa de José Maria Rodrigues, alinhado com o, hoje, edificio do mercado. Esse largo tinha aspecto mui diverso do que tem agora. Bem em frente à igreja de S. Benedito erguia-se o edificio da Cadeia, que pela parede dos fundos se alinhava com o lado esquerdo de quem desce da actual rua Rui Barbosa. Constava o predio de dois pavimentos, servindo os baixos de xadrez e nos altos, que servia de Forum, realizavam-se as sessões do juri. Foi construido, logo depois da elevação à categoria de vila por iniciativa da Câmara e com o auxilio de governo; e a-pesar-do seu estado ruinoso, só foi demolido depois da proclamação da República, atendendo-se então às ins-

tantes reclamações dos moradores circunvizinhos, que reclamavam contra o “trambolho que enfeiava o largo”.

A rua “de Cima” começava na ponte do Carambeí e prolongava-se até onde está hoje a travessa da Caixa d’água. No mesmo lugar em que se ergue essa Caixa, existiu outrora a Capela de Santo Antonio, edificio de madeira, sem solidez e que, em estado de ruina, foi demolido ainda antes da República. Nessa Capela faziam-se enterramentos, e, si bem me lembro, foram encontrados ossos humanos na ocasião em que se fazia excavação para construir a Caixa d’água.

Para cima da Capela não havia arruamento, mas o caminho sinuoso que dava saída para o Taboão. E’ o que se vê da resolução que a Câmara tomou na sessão de dezembro de 1865, mandando demolir a “casinha de Ignacia Fernandes que é uma *figa* para o aformoseamento da cidade, pois fica quasi em meio da rua, na sahida da rua Direita”. E o presidente propõe ao mesmo tempo abrir subscrição para se construir outra em ponto conveniente — gesto que muito honra o sentimento humanitario dos vereadores.

Fora dos limites acima indicados, ficavam apenas os caminhos de comunicação com os municipios vizinhos: Itú, Sorocaba, Una, S. Paulo e Araçariguama, havendo à margem de tais caminhos uma ou outra casa. A falta de denominação official para as ruas e travessas (ou becos, como as chamava o povo) era mal de pouca monta para as relações sociais do tempo; mas essa designação tornou-se necessaria em 1865. A lei provincial de 22 de abril desse ano criou o imposto municipal de \$500 sobre portas e janelas; e a arrecadação dele exigia a numeração das casas uma por uma, com a indicação exata das ruas onde ficava.

Foi então que, em sessão extraordinaria de 11 de dezembro de 1865, sob a presidencia do Tenente Francisco Luiz de Campos, a Câmara deliberou mandar numerar todas as casas e denominar as vias públicas da maneira seguinte:

da casa de José André até à Cadeia — rua Municipal (a antiga “de baixo”);

da ponte do Carambeí até à Capela de Santo Antonio — rua Direita;

da ponte até à saída de Sorocaba — rua da Ponte (depois, rua de Sorocaba);

da esquina da casa do Capitão Amaro Dias (onde está hoje a casa do dr. Durval Vilaça) até à extremidade da casa de Roque Pinto (na encosta da ladeira) — rua de Santa Quiteria;

da esquina do sobrado de d. Rita de Arruda (hoje propriedade da Câmara Municipal) até sair para o Setubal — rua Padre Feijó (depois Padre Marçal e agora, parece-me, rua do Gado); da esquina da casa de Felício Rodrigues de Oliveira (hoje Hotel Bonini) até sair na rua Padre Feijó, rua do Setubal;

da esquina do sobrado de Antonio Rosa (filho de d. Teresa), largo da matriz, até o Mendes, rua “dos Quatro Cantos”.  
Agora os “becos”:

da esquina da casa de Jacinto José Pedroso até à rua Municipal (em frente à casa de José André) — Travessa da Califórnia;

da esquina de Manuel Fidelis (em frente à em que está hoje o Armazem do sr. Antonio Schumacker) até à rua Municipal — Travessa do Xavier;

da esquina da casa de João Soares (o sobradinho do largo da Matriz pertencente aos herdeiros de Antonio Francisco da Rosa) até à rua Municipal — Travessa do Comercio;

da esquina da casa de José Maria Tavares (hoje casa do professor Euclides de Oliveira) até à rua Municipal — Travessa do Teatro.

Na sessão seguinte (8 de janeiro de 1866) foram mudadas as denominações das Travessas: da Califórnia para Carambei e do Comercio para da Matriz, e a da rua do Setubal para do Goianã. Depois da República, a Travessa da Matriz, devidamente alargada, ficou fazendo parte da Avenida Tiradentes; e a rua dos “Quatro Cantos” passou a chamar-se rua Dr. Steveaux.

Tal a nomenclatura que ficou vigorando oficialmente em nossa terra. Como é assunto relevante e que tem sempre atualidade, é possível que reproduza nestas crônicas uns artigos que publiquei em tempo sobre esse assunto.

## OS TROPEIROS — UM EPISODIO SANGRENTO

Remexendo papéis velhos, encontrei a narração de fato ocorrido há mais de 60 anos e que vai reproduzido, na forma, levemente idealizado, como está no original.

Conquanto não tenha relação direta com o assunto destas notas, serve a narração para mostrar a psicologia do nosso povo, num caso impressionante que agitou a vida do S. Roque antigo.

\* \* \*

Naquela manhã era enorme o reboliço na casa da fazenda. Ia sair a tropa e, nessa ocasião, como acontecia no dia da chegada, o alvoroço invadia a tudo e a todos.

As bestas, num total de cinco “lotes”, já se achavam na “mangueira”, amarradas pelos “cabrestos” uma a uma, nas “estacas” que se enfileiravam em linhas paralelas.

Estavam acabando a “ração”, e o ruído daquelas cinquenta e tantas alimarias a triturar simultaneamente o milho nos embornais de couro, era semelhante ao marulho de águas encachoeiradas. Daí a pouco, colocadas as “cangalhas”, bem ajeitadas as “retrancas”, começava a faina pesada de carregar a tropa. Os “tocadores” de lotes, dois a dois, atiravam em “dois socos” a carga ao ombro e, num trote largo e cadenciado, iam enfiando as “alças” dos cestos, dos fardos ou dos caixotes, nas “esperas” das cangalhas; cobriam a carga com o “ligal”, passavam sobre este o “arrocho” que apertavam torcendo os “cambitos”, ajustando tudo tão bem que animal, carga e cangalha formavam uma peça única, um todo indivisível. Algumas bestas mais novas, e por isso mesmo ressabiadas ou “prosas”, refuga-

vam a carga fugindo com o corpo, e então o tropeiro aplicava-lhes o "tapa" sobre os olhos, e assim dentro em pouco estava a tropa aprestada e pronta para a partida. Era então a comoção da despedida, os adeuses, os votos de boa viagem; e cada "tocador", tomando o comando do seu lote, estimulava com vozes apropriadas as bestas, que iam saindo vagarosamente, uma a uma, pela porteira escancarada. Na frente, toda "chibante", caminhava a "madrinha" da tropa — uma besta nova, alta, vistosa, a cujos passos firmes retiniam as campainhas da "cabeçada" e os guizos do "peitoral". Os "tocadores" a pé, cada um atrás do seu lote, ralhavam com os animais, ou chamavam à ordem algum que queria desgarrar, gritando-lhes aquela expressão típica, articulada num tom todo especial:

— *Volta, djiu!* (Volta, diabo!).

E bem atrás, a cavalo, como um general, vinha o "arrieiro", ou capataz, que era o chefe da tropa, o encarregado da parte financeira, e o responsável pela entrega das mercadorias confiadas à sua guarda. Era esse o homem de confiança do proprietário e o representante deste perante os consignatários e os comitentes. A ele, no momento da partida, dirigia o proprietário as últimas recomendações sobre o serviço, ou sobre compras para a casa.

— Olhe, Antoninho. Não aperte muito a tropa. Você chegou há pouco, e as mulas ainda não estão bem descansadas, dizia naquela manhã o Tenente Melo ao arrieiro.

— Não há dúvida, patrão. Hoje vamos pousar nas Taipas, amanhã no Engenho Velho, depois no Monjolinho, e só nestes quatro dias estaremos em S. Paulo. Marcha curta e folgada.

Nisto correu a "chilena" no "ruano", ainda "redomão" e muito ligeiro. Num repelão o cavalo encostou-se ao parapeito do alpendre onde estava o fazedeiro acompanhando a balburdia da partida.

— Patrão, eu queria...

— Diga.

Mas, ao redor, grupavam-se espectadores. Relanceou os olhos, e tornou:

— Não. Não digo nada. Até à volta.

E a uma nova corrida de "chilena", partiu a galope, a reunir-se ao "tocador" do lote traseiro.

Homem experiente, acostumado às meias-palavras e reticências dos caboclos, o Tenente Melo não deixou contudo de estranhar os modos, o olhar enviesado e as hesitações do capataz.

Antoninho, ou antes, Antonio Maciel, era há muito tempo empregado do fazendeiro. Entrara a seu serviço ainda "piá", como cozinheiro da tropa. Passou, depois, a "tocador de lote"; e com o amor que ganhou àquele gênero de vida, errando sempre de cidade em cidade, em breve se tornou perito no lidar da tropa, e perfeito conhecedor dos caminhos e pousos entre S. Paulo, Santos e as povoações do interior. Retaco, muito vigoroso e ágil, era sempre o primeiro naquela faina rude a que estavam obrigados os tropeiros duas vezes ao dia: de manhã, ao sair do "rancho", para arrear e carregar os lotes; e à tarde, no pouso seguinte, para "bater carga", empilhar as cangalhas, raspar e soltar a tropa.

Junte-se a isto a sua constancia no trabalho, e uma proibidade nunca desmentida, e ver-se-á porque Antoninho foi sempre subindo na estima e consideração do patrão. Por isso, quando o velho Maneco Pinto deixou, por doente, a direção da tropa, foi o Antoninho quem tomou o seu lugar de capataz.

Só depois disto é que o caboclo resolveu casar; e logo depois casou-se com a filha mais velha de uma viuva que morava nos arredores da cidade. Chamava-se a moça Paulina; e si não possuía atrativos de beleza, tinha as qualidades necessarias para fazer a felicidade de um lar: modesta, prestimosa e dedicada ao serviço doméstico, foram estas prendas que lhe grangearam a afeição do tropeiro. Instalaram-se numa casinha a meia-encosta da ladeira, depois rua de Santa Quiteria, onde nos primeiros anos correram sem incidentes a vida do casal. Era sempre com o coração apertado que partia o tropeiro naquelas excursões quasi periódicas, com itinerario mais ou menos marcado; e sempre com alvoroço tornava para o lar, onde agora já o esperavam, além da ternura da esposa, o sorriso e a garrulice de uma filhinha gorducha e viva.

Mas, de algum tempo a esta parte, começou a turvar-se essa felicidade doméstica. Havia nas redondezas, para os lados do Marmeleiro, um rapagão sacudido que, com suas formas vistosas, com seu bigode preto, e expressão de auda-

cia no rosto acaboclado, tornara-se objeto de admiração das mulheres levianas e inquietação dos maridos desconfiados. Era o Chico Roque. Nos poucos dias que parara em casa, na volta das últimas viagens, o tropeiro notara com desgosto a assiduidade com que Chico Roque lhe passava pela frente da casa. Uma tarde, achava-se encostado à ombreira da casinha, quando reparou no vulto do rapaz que descia a ladeira.

— Boa tarde, Antoninho.

— Como vai, Chico?

E não se podendo conter:

— Ora, diga-me uma coisa, porque é que você gosta tanto de passar por aqui?

— E' boa! O caminho é de todos. Vou à vila fazer compras, e hei de passar por onde quiser.

— Sim, mas a estrada de cima também é de todos, e o caminho mais curto para você. E olha cá: não me agrada nada ver desocupados rondando a casa da gente. Tome cuidado.

Chico Roque tinha fama de valente; não enfeitava briga, e já começava a se formar lenda em torno de suas façanhas. Olhou de esguelha para Antoninho e respondeu:

— Você sabe que não corro de caretas. Só lhe digo que ninguém me pode proibir de andar por onde eu bem entender.

E prosseguiu.

Ora, desta vez, a coisa foi peor. Antoninho chegara há quatro dias, trazendo de Sorocaba cargas que devia entregar em S. Paulo. Tinha de partir na manhã do dia seguinte; e, à tarde, ao chegar da fazenda a pé, surpreendeu, na conversa cochichada de duas vizinhas tagarelas, estas palavras entrecortadas:

— “O Chico Roque... a Paulina... mas o marido...”.

Calaram-se à aproximação do tropeiro.

— Mas afinal, que historia é essa? O que é que vocês estão aí mexericando? Digam alto, linguas de sete palmos!

— De sete palmos, é? Então você pergunte à sua mulher o que é que vem fazer por aqui o Chico Roque, quando você está de viagem.

Foi o bastante. Como se lhe dessem uma punhalada, Antoninho retraiu-se, os olhos se lhe enturvaram, e entrou silencioso em casa. Passou a noite em claro, mas dissimulou

tão bem que a mulher atribuiu aqueles modos esquisitos às preocupações da viagem.

No dia seguinte, levantou-se ao romper do dia e ao despedir-se da mulher:

— Até quando, Antoninho?

— Sei lá! Tropeiro não se governa. Daquí para S. Paulo, e de S. Paulo... Malditas viagens!

— Mas, si você gostava tanto de viajar!

— Gostava; mas tudo aborrece, tudo cansa. Estou cansado.

E ao passar, vendo a filhinha que dormia sossegadamente, parou, quis dizer alguma coisa; mas, num movimento rápido, talvez com receio de comover-se, saiu para a estrada em direção à fazenda. Chegou, encilhou o ruano, e teve com o patrão o diálogo já referido. Alcançou logo a tropa que seguia sua marcha lenta pelos caminhos péssimos daqueles tempos, sob a vigilância dos tocadores que iam ralhando e praguejando na linguagem de tropeiros:

— *Vorta, djiu!*

— Pra onde vai, maluca!

— Tá dormindo, sem vergonha!

Afinal chegaram ao primeiro pouso, Descarregaram a tropa, acomodaram a carga, soltaram os animais. Daí a pouco, enquanto fervia o caldeirão suspenso pela corrente à forquilha, e chiava a gordura na caçarola em cima das "tacurucas", os tropeiros estendidos pelos ligais, temperavam a viola e soltavam a voz no descante das modinhas costumadas.

Só o arrieiro não participava daquela diversão, por assim dizer obrigatoria. Durante a viagem não trocara palavra com os companheiros; e agora, sentado alí a um lado, esquecido de tudo, relanceava de quando em quando os olhos que desferiam relâmpagos. Veio a noite, e dentro em pouco só se ouvia o ressonar cadenciado dos tropeiros, naquele bom sono reparador que a rudez da profissão proporcionava.

Pé ante pé, Antoninho saiu do rancho, selou o ruano que deixara à "soga", e partiu desabaladamente rasto atrás. Dentro de três horas chegava à sua casinha. Amarrou o cavalo no quintal, aproximou-se cautelosamente, meteu a mão por um buraco da parede, virou a tranca que fechava a janela, e de um salto caiu dentro, em pé. Ia dirigir-se para o quarto, quando à luz difusa que entrava pela janela e frin-



chas do telhado, lobrigou um vulto que vinha para seu lado, e no qual ele reconheceu — oh! desespero! — a pessoa de Chico Roque.

— Eu bem que te avisei, desgraçado!

E vibrou com violencia um golpe que o adversario rebateu com o braço. Num pulo alcançou a cozinha ao lado, e tirou do poial um tição ainda com brava viva. Foi a sua defesa e a sua perdição; porque os riscos de fogo, que rodopiavam no ar, denunciavam ao agressor a posição do agredido. Os golpes caíam repetidos e violentos; mas, fosse pela meia escuridão, fosse pela agilidade de Chico Roque, a faca não o alcançava em cheio, produzindo-lhe porem inúmeros ferimentos nos braços, no peito, nos lados.

Ao estrépito daquele duelo terrível em que dois homens valentes se empenhavam num combate de morte, a mulher levantou-se espavorida, abriu a porta e pôs-se a gritar por socorro, a pedir que acudissem. E começavam a chegar os primeiros vizinhos, quando os adversarios, no encarniçamento da luta, foram parar à porta da rua. Chico Roque estava a esvair-se em sangue; e aí, a um descuido na defesa, Antoninho cravou-lhe a faca no peito, estirando-o moribundo na soleira. Limpou a lâmina da faca no corpo da vítima, correu para o quintal, cavalgou, e saiu em disparada. Os circunstantes, estarrecidos, nem se moveram. Chegou à fazenda, bateu com violencia na porta e mal entreviu na janela o vulto do Tenente Melo, foi lhe dizendo:

— Patrão, mande tomar conta da tropa. Matei o Chico Roque.

— Com os diabos! Como foi fazer isso, Antoninho!

— Fiz o que devia. Era um traidor; matei-o em minha casa. Não me arrependo.

E depois, com um pouco de tremor na voz:

— Patrão, vou me alongar. Minha filha... Olhe por ela, patrão!

E partiu a galope.

.....

Meses depois, apresentou-se à prisão e entrou em julgamento. O juri o absolveu por unanimidade de votos.

## XXIII

### A ESCRAVIDÃO ANTIGA E A MODERNA — COMO SE EXTINGUIRAM

Houve no Brasil, até ao último decenio do século passado, dois problemas capitais, um social, outro politico, que a geração actual não conheceu: a libertação dos escravos e a supressão da monarquia. Essas duas questões vitais dividiram os brasileiros em correntes antagonicas que se chocavam de mais em mais. De um lado, os tradicionalistas e as classes conservadoras defendiam a escravidão e a monarquia; de outro lado, a mocidade activa e os filantropos as combatiam, apontando a dupla inferioridade em que o Brasil se encontrava, como sendo na América o único país governado por um trono e único país no mundo civilizado em que havia escravos. Foram dois movimentos que empolgaram a mocidade de meu tempo, arregimentada, quer num, quer noutro campo, encontrando aí um alvo elevado que os afastava da politicagem e das preocupações interesseiras da vida prática.

Esses dois belos movimentos tiveram seu desfecho quasi simultaneamente, como se sabe, um a 13 de maio de 1888 e outro a 15 de novembro do anno seguinte. Ocupar-me-ei agora da questão do escravismo, oportuna pela passagem da "Lei aurea"; e pelo feitio destes escritos, que não são nem memoria pessoal, nem propriamente historia de São Roque, mas simples miscelanea relatando tudo o que directa ou indirectamente se relaciona com a nossa terra, começarei por um resumo histórico da nefanda instituição.

Examinemos preliminarmente este ponto: como nasceu a escravidão?

Ela existiu em duas fases diferentes da evolução humana, e assim cumpre distinguir a escravidão antiga da moderna, pois cada uma teve origem diferente.

A primeira aparece desde os tempos primitivos como consequencia da luta entre tribus e cabildas. No regimen fetichista, os vencidos eram sacrificados, como se dava entre os nossos indios, e até devorados, segundo alguns escritores. Depois, na passagem para o politeismo, os vencidos foram sendo poupados e aproveitados nos trabalhos manuais considerados então indignos dos homens livres. A escravidão representou, assim, duplo progresso: permitia aos chefes militares, às classes guerreiras, alongarem-se nas demoradas expedições de conquista, e com essas conquistas, como aconteceu em Roma, estavam ligados os mais altos interesses da evolução social. E por outro lado sujeitavam os homens aos hábitos do trabalho regular, hábitos que, por serem infensos à natureza humana, só a condição de escravo podia instituir. Originada a principio dos asares da guerra, a escravidão foi depois estendendo-se a outros casos, como a venda de filhos, a sujeição para pagamento de dívidas, etc. Era condição em que podiam cair todos os homens, mesmo os mais eminentes pela riqueza e pela intelligencia, pois sabe-se que moralistas e escritores como Epiteto, Esopo, Terencio, foram escravos.

Essa instituição existiu nas populações do Oriente e do Egito, como mais tarde na Grecia e em Roma. Uma prova disso nos oferece a Biblia, que, como se sabe, encerra a historia e a literatura do povo hebreu. Há aí o caso da venda de José a uns mercadores mendianitas que o revenderam no Egito a Putifar; há o episodio da tomada de Jerusalem, sendo a população que escapou ao morticínio levada em cativeiro para a Babilonia. E nos livros do Pentateuco, o grande Moisés regula a situação dos escravos: venda, liberação, descanso, etc. O Novo Testamento traz passagens de S. Paulo e S. Pedro reconhecendo a legitimidade da escravidão. Tudo isso deixei bem explicado em uma serie de artigos que, em resposta ao jesuita frei Fidelis Mott, publiquei na GAZETA DE PIRACICABA, em 1912. Esses artigos acham-se reunidos em folheto, e está incluído na serie das publicações do Apostolado Positivista (*A Igreja Católica e a Escravidão*, publicação n.º 342).

Enraigado como estava, tal instituição foi se extinguindo aos poucos, à medida que a sociedade se ia aperfeiçoan-

do, e por fim se extinguiu completamente, ainda antes de findar a idade-media.

A escravidão moderna teve origem no século XV com os descobrimentos marítimos empreendidos pelos portugueses. Os navegantes aprisionavam os negros nas costas da África e vinham vendê-los na Europa.

Ela tomou logo depois espantoso impulso com a descoberta da América, que ofereceu aos europeus campo vasto e fecundo para a expansão industrial. A necessidade de braços levou os colonos primeiro a aprisionar os indígenas; e entre nós a epopéia bandeirante, de que tanto nos ufanamos, teve como inicio as famosas "entradas", em que os vicentinos, auxiliados pelos mamelucos, atiravam-se desabusadamente à caça dos indios. Dado, porem, o espirito de revolta e a sua inaptidão para o trabalho rural, as vistas dos colonizadores voltaram-se para os inermes habitantes da África, os quais, inteiramente desamparados, tornaram-se presas faceis da cupidez dos brancos. Companhias poderosas se formaram nas costas do continente africano, as quais se encarregavam de caçar os aborígenes ou comprá-los no interior e de vendê-los aos traficantes; e estes, por sua vez, os transportavam para a América, amontoados nos porões dos navios, como simples mercadorias, e como mercadorias os revendiam a peso aos negreiros. Estes, então, os iam oferecendo de fazenda em fazenda, como se fazia com as boiadas e tropas.

Por esse comercio infame, de uma crueldade inaudita, foi se canalizando para a América, em jactos continuos, cifra calculada em 100.000.000 de africanos. No Brasil, nos três séculos que durou o tráfico (1550-1850), entraram cerca de 12.000.000, calculando-se que vinham 40.000 negros por ano. E como Portugal fornecia apenas de 6 a 8 mil colonos por ano, o que perfaz a soma de 2 milhões e 400 mil naquele lapso de tempo, compreende-se a enorme desproporção entre os brancos e a população escrava no periodo colonial. Assim, segundo estatística apresentada por Perdigão Malleiros (*Historia da Escravidão no Brasil*), em 1817, para um total de 3.800.000 habitantes, havia aqui 1.040.000 brancos, 700.000 indios e 2.070.000 escravos.

A expiação deste crime secular, a abolição da escravatura, foi no caso dos indios diversa da dos africanos. Os indígenas tiveram a seu favor a protecção da igreja e em par-

ticular dos jesuitas (e são bem conhecidos os esforços de um Anchieta, de um Nóbrega, de um Padre Vieira) e tornaram-se livres em 1750, pelo decreto do Marquês de Pombal, que proibiu a escravidão deles.

Com os africanos não se deu o mesmo. Humildes, submissos e completamente desamparados da proteção da igreja e dos governos, foi só muito tarde que se começou a preocupar em libertá-los. A primeira voz que se ergueu em seu favor foi a do grande estadista José Bonifácio, o Patriarca da Independência, o qual, em representação à Assembléia Geral, chamava a atenção para esse problema e propunha medidas que, si fossem adotadas, extinguiriam em pouco tempo a escravidão. Depois de algumas tentativas malogradas, e sob a pressão da Inglaterra, foi adotada, em 1850, de Eusebio de Queiroz, a lei que extinguiu o tráfico africano. Estancou-se assim uma das fontes que alimentavam a maldita instituição. Novos esforços, e em 1871 a lei Rio Branco de 28 de setembro declarava livres os filhos de mulher escrava. Era outra fonte que secava; e agora novo impulso tomou o problema abolicionista, que teve afinal seu desfecho com a gloriosa lei de 13 de maio.

Dois pontos, agora, a ventilar: qual o motivo do interesse da igreja pelos selvícolas e desinteresse pelos africanos? Porque, dada a superioridade numérica dos pretos sobre os brancos, não se revoltaram aqueles, conquistando por si a liberdade?

A primeira questão que procurei elucidar no citado opúsculo (A IGREJA CATÓLICA E A ESCRAVIDÃO), resume-se no seguinte: os jesuitas vinham para aqui com a missão de catequizar os índios e torná-los cristãos; e contra os seus esforços nesse sentido se opunha a ação brutal e até deshumana dos colonizadores, ação que, por partir de católicos, contraminava e dificultava a propaganda dos padres. Ao apelo destes, pintando as delicias do céu, chegavam os bugres a responder: "Não queremos ir para um paraíso onde há europeus" (Cesar Cantú, *Hist. Univ.*). Daí os esforços do clero para subtraí-los ao poder dos colonos. Com os africanos não se dava o mesmo. Humildes, submissos, sofredores, aceitavam sem relutar a condição que lhe criavam aqui. Deixavam-se batizar e acompanhavam com supersticioso interesse a cerimônia do culto, que misturavam com suas

ingenuas crenças fetichicas, as suas *feiticarias*. "Para a igreja era isto o bastante. Porque, pois libertá-los?"

Quanto ao segundo ponto, muitos interpretam a atitude dos escravos como devida à covardia. E' uma clamorosa injustiça, que cumpre rebater. A verdadeira explicação do fato só foi possível depois que Augusto Comte deu na *POLITIQUE POSITIVE* a teoria científica das raças, segundo a qual a cada uma coube o predomínio de um dos nossos atributos superiores. A raça branca distingue-se pela superioridade intelectual, a amarela pela aptidão para os trabalhos práticos, e a raça negra pelo predomínio do sentimento. Assim, os pretos, na sua mística veneração, achavam que seu dever era submeter-se aos senhores, pois acreditavam que nasceram para servir. A isso se juntava a ação silenciosa mas continua dessa criatura admirável que os homens da minha geração chegamos a conhecer: a Mãe-preta. Era ela que, amamentando, criando, vigiando os filhos dos seus senhores, afeiçoava-se tanto a estes e a seus pais que intervinha constantemente junto de seus companheiros de infortunio para contê-los nos seus ímpetos de revolta, e desarmava muitas vezes, o braço prestes a ferir.

E é deste contacto constante e generalizado que a raça negra conseguiu modificar a índole dos brasileiros, dando-lhes essa delicadeza de sentimentos, essa afabilidade, essa tendencia lírica, que os distingue dos portugueses e de outros povos latinos.

Entretanto não é verdade que os negros nunca se revoltassem, o que, para não alongar este capítulo, mostrarei adiante.

## XXIV

### CAPACIDADE DA RAÇA NEGRA — OS PALMARES

Referi a influencia moral que a raça negra exerceu em massa sobre o Brasil, concorrendo para modificar a nossa formação psíquica, de modo a dar à nossa índole o matiz afetivo que distingue o brasileiro não só do português como de outros povos latinos. Ninguém, fora do *meio* positivista, aprecia devidamente essa influencia, que é entretanto importante do ponto-de-vista social. Compare-se, por exemplo, a situação do Brasil com a dos Estados Unidos. Há, lá, um problema gravíssimo que nós aqui desconhecemos: a existencia, na mesma pátria, de duas populações distintas e irreconciliáveis — os brancos de um lado e os pretos de outro, em attitude hostile.

Ao passo que aqui a população preta, a principio numericamente dominante, vai sendo pouco a pouco absorvida, de maneira que num futuro mais ou menos distante desaparecerá por completo, formando uma raça única. Sem dúvida, entre nós como em toda a América espanhola, foi a nossa índole de latinos que permitiu o maior contacto com a raça infeliz, facilitando a fusão de ambas; mas, em cambio, recebeu dela um acréscimo de afetividade que a melhorou moralmente.

Já falei da influencia da Mãe-preta no sentido de evitar a sublevação de seus infelizes irmãos de infortunio, influencia que chegou muitas vezes a desarmar o braço vingador levantado contra seus algozes. Mas essa intervenção nem sempre conseguiu vencer a revolta dos oprimidos, e cenas violentas, nos lugares em que o cativo era mais severo, marcaram com sangue a historia da escravidão.

Entretanto, por toda a parte, o que sempre se dava, inevitavelmente, nas fazendas, era a fuga dos cativos para o mato. Reuniam-se às vezes às dezenas e centenas, formando os terríveis *Quilombos*, que constituíam o terror dos moradores e mesmo das povoações vizinhas. Tais valhacoutos eram exterminados a ferro e fogo, com a maior crueldade, e os pretos caçados a cães sob a direção dos bárbaros *capitães-do-mato*.

O mais notavel desses *quilombos* ocupa lugar saliente na historia dos tempos coloniais, e vale a pena recordá-lo como exemplo da capacidade política e administrativa dos negros, tão menosprezados, assim como de sua coragem e intrepidez. Foram os *Palmares*.

No começo da primeira invasão holandesa de Pernambuco, 40 escravos fugidos de diversas fazendas reuniram-se nas faldas da serra da Barriga, entre Pernambuco e Alagoas, no lugar que ficou conhecido pelo nome de *Palmares*, pelas muitas palmeiras ali existentes, nativas, ou, segundo outros, plantadas pelos negros.

A esse primeiro grupo foram-se reunindo sucessivamente outros, formados não só de escravos como de libertos e pardos. Constituíram-se, assim, diversos quilombos vizinhos uns dos outros; e, quando se sentiram fortes, trataram de dar ao núcleo organização regular. Escolheram dentre eles, para chefe, o mais forte e audaz, a que deram o nome de *Zambi* ou *Zumbi*, que na lingua angolense significa Rei, ou Superior. A este se juntaram outros funcionarios, especie de ministros, com a denominação correspondente à que tinham na África (*Inacio Acioli, Memórias Historicas da Provincia da Bahia*). Para garantir a perpetuidade da República, roubaram a principio escravas das fazendas vizinhas.

Estabeleceram uma religião, misto do culto católico com as credences fetichicas. Criaram normas de justiça, que eram rigorosamente observadas: o roubo e o adulterio *intra muros* eram punidos, sem remissão, com a pena de morte.

De começo, proviam às necessidades da comunhão com o roubo e as depredações das propriedades vizinhas; mas, pouco a pouco, foram estabelecendo culturas regulares nos arredores, e então trocavam os seus produtos com os moradores vizinhos, que, a-pesar-da proibição do governo, prestavam-se a esse commercio pelo receio dos palmarenses.

A população aumentava constantemente, e com o tino de administradores e tática de militares, escolheram o ponto conveniente para assento da povoação, e o fecharam com duas paliçadas de paus altos e lavrados nas quatro faces, madeira de lei. Davam acesso ao reduto três portas equidistantes com sua plataforma, onde se postava, em cada uma, uma guarda de duzentos homens. No centro erguia-se a pique uma elevada colina, que servia de atalaia, de onde podiam observar a aproximação do inimigo ao longe. Era a cidadela provida de agua abundante.



e nas vizinhanças havia uma lagoa que fornecia copiosa provisão de pescados. Com toda esta organização civil, econômica e militar, chegou a República a contar cerca de 20.000 homens, segundo alguns autores, e 30.000, na opinião de outros. Tudo isto que mostra, si não a capacidade política de organização e direção revelada pela raça negra?

Infelizmente, esta organização, por mais entusiasmo que suscite e por mais admiração que desperte, constituia um quisto no organismo da Patria, e forçoso era extirpá-lo. A essa tarefa se entregou o governo de Pernambuco e só o conseguiu depois de ingentes esforços. Nessa empresa tomou parte ativa e direta o afamado bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Era natural de Parnaíba, mas achava-se em Piauí, onde, internando-se nas matas em perseguição aos indios, chegou a fundar 50 fazendas de criação, das quais 21 com 711 escravos (Azevedo Marques, *Apontamentos históricos*). Chamado pelo governador de Pernambuco, dirigiu-se para os Palmares com mais de 1.000 homens. Atacado de surpresa pelos palmarinos, houve um encontro sangrento onde pereceram mais de 400 homens de parte a parte. Dirigiu-se em seguida para Porto Calvo a reunir-se a dois outros fortes contingentes que lá se achavam, e estas forças, englobadas sob a direção de três chefes, tornaram aos Palmares, postando-se cada um em uma das portas. Os negros defendiam-se heroicamente, e inutil foi todo o esforço para escalar as muralhas, sendo os atacantes repelidos a pau, a pedra, e até a agua fervente. Novo reforço foi pedido ao governador geral, que atendeu enviando reforço de artilharia. Afinal faltou polvora aos sitiados e a defesa se tornou impossivel. Conseguiram então os sitiados arrombar uma das portas, e foi o reduto invadido. A vitoria foi então facil. Mas o Zumbi e seus principais companheiros preferiram a morte à escravidão. Subiram todos ao cimo da Atalaia e de lá resolutamente, heroicamente, se despeñaram no abismo. Durou a república 64 anos, pois a organização regular começou em 1630 e a sua destruição se deu em 1694.

Muitos outros exemplos, coletivos e individuais, comprovam a capacidade de organização e a competencia dos negros em materia de administração; e, sob o primeiro aspecto, citarei, de passagem, a República da Liberia, formada em 1822, nas costas de Guiné, a qual é constituída exclusivamente por escravos da América do Norte e indígenas africanos.

Dentre os tipos individuais, sobressai a figura máxima do preto Toussaint Louverture. Era um homem de genio. Filho de um africano que fora traiçoeiramente trazido da África e escravizado, tornou-se o libertador de sua patria, a ilha de Haití, cuja população era composta quasi só de escravos, pois os espanhóis haviam exterminado seus primitivos habitantes, os índios.

Aprendeu a ler com um escravo, e seus livros prediletos eram Epiteto, Plutarco e Historias Militares. Aos cincoenta anos de idade, em 1793, aparece em cena: formou um exército de pretos, composto de 25.000 homens, expulsou da ilha as forças espanholas, bateu os ingleses e submeteu os franceses. Organizou uma constituição em que estabeleceu plena liberdade de cultos e abriu os portos da Ilha ao commercio estrangeiro. Durante sete anos floresceu Haití sob um regime de paz e de progresso. O genio nefasto de Napoleão, eleito primeiro consul, resolveu recolonizar a ilha e reimplantar ali a escravidão. Enviou um exército de 30.000 homens, sob o comando de seu cunhado Leclerc, e não conseguiu dominar as forças de Toussaint; mas os franceses, para embair a boa fé dos habitantes, distribuíram boletins declarando que não vinham restabelecer o cativo e fazendo falsas promessas aos officiais, os quais acabaram abandonando Toussaint. Este resolveu, então, submeter-se, mas sob a condição de ser respeitada a liberdade de Haití. Fizeram-lhe todas as promessas e mandaram chamá-lo para conferenciar pessoalmente. Fiado na palavra do general Leclerc, o grande chefe negro se apresentou: foi inopinadamente atacado por doze homens, que se apresentaram armados e lhe deram voz de prisão. Mandado sob custodia para a França, Napoleão recusou-se a recebê-lo e mandou encerrá-lo na Fortaleza de Joux, nas divisas da Suíça. Essa masmorra era um túmulo, onde o grande homem foi definhando lentamente e afinal succumbiu, de fome segundo uns, envenenado na opinião de outros.

Para encerrar esta apreciação geral sobre a raça negra, vou referir-me agora à figura excepcional de Luiz Gama, que bem de perto nos diz respeito, pois a sua ação de abolicionista desenvolveu-se na capital do Estado.

Nasceu Luiz Gama na Baía, em junho de 1830, filho de uma preta africana, Luiza Mahin, e teve por pai um português, o qual, num momento de dificuldade financeira, cometeu a indignidade de vender o proprio filho a um traficante que o trouxe com muitos outros escravos para os revender em S. Paulo.

Como escravo, ficou em S. Paulo, e aí, aos 17 anos, começou a aprender a ler com um estudante seu amigo. No ano seguinte, obteve da Baía documentos que provavam não ser escravo: fugiu então, e foi assentar praça, servindo como soldado durante seis anos. No correr desse tempo, esteve como ordenança do dr. Furtado de Mendonça, de quem recebeu proveitosa instrução literaria, ao mesmo tempo que trabalhava como copista num cartório, onde adquiriu a prática forense. Nomeado, em seguida, amanuense da secretaria da policia, foi, anos depois, demittido em consequencia de suas idéias, pois já começara, como abolicionista, a promover pelos meios legais a libertação dos escravos. Dedicou-se daí em diante ao exercicio da advocacia e, como advogado e como jornalista, devotou-se com ardor inexcedível à causa de seus infelizes irmãos de raça. Conseguiu restituir à liberdade milhares de infelizes ilegalmente escravizados; e só de uma vez, numa causa célebre em Santos, arrancou ao cativoiro cem supostos cativos.

Foi, enfim, um lutador, um abnegado, um herói: odiado pelos escravocratas, que punham sua cabeça a premio, mas adorado pela mocidade e pelas almas generosas que sua atitute arrebatava, tinha este homem, ainda, a grande virtude de não occultar a humildade de sua origem e fazer gala de pertencer à raça negra.

O sonho de toda a sua vida foi a regeneração do Brasil pela libertação dos escravos, sonho que não teve a ventura de ver realizado, porque morreu em agosto de 1882.

## A ESCRAVIDÃO EM SÃO ROQUE — PRISÃO DE FEITICEIROS — O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

Pela estatística levantada em 1886, havia em São Paulo 104.300 escravos, no valor total de 73.557:800\$000. Esta massa distribuía-se desigualmente pelo território da provincia, conforme a intensidade da lavoura de cada região. Nesse tempo, já a cultura mais forte, a grande lavoura, como lhe chamavam, era o café, a qual, começando pela provincia do Rio, passou sucessivamente para o norte de S. Paulo, daí para o Oeste, depois para zonas novas como Ribeirão Preto, Rio Preto, Norte do Paraná, à medida que as terras se iam empobrecendo. E' o que se nota pelo número de escravos empregados em Bananal, Taubaté, Lorena, etc. Em 1886, Bananal ainda contava 4.000 escravos e Taubaté 2.600; mas já Campinas se avantajava com quasi 10.000 cativos, e Amparo, Piracicaba e Rio Claro possuíam de 3.300 a 3.500. Em nossa zona, onde predominava a pequena lavoura, era fraco o coeficiente do braço servil: assim, em Sorocaba, existiam pouco mais de 900 e em Itapetininga apenas 113.

A estatística de S. Roque acusava nesse tempo (1886) a existencia de 340 escravos, sendo 172 homens e 168 mulheres, empregados em serviço doméstico e no arroteamento do solo, consistindo a sua lavoura na cultura do milho, feijão, arroz, batatinhas, alguma cana de açúcar. Anos antes, com a guerra da abolição dos Estados Unidos (1870), floreceu aqui a cultura do algodão, que alcançava alto preço; e apenas um ou outro lavrador ensaiava timidamente a viticultura, a qual se tornou hoje a principal produção agrícola do Município.

Assim, com esse trabalho pouco intenso, não havia entre nós o rigor que caracterizava os grandes centros agrícolas, onde a enorme concentração de escravos e, ao mesmo tempo, as exigencias do serviço, determinavam o regime severo e mesmo brutal a que esses infelizes estavam sujeitos. Por isso mesmo, não havia para o cativos ameaça mais terrível do que prometer

mandá-los para Campinas: Campinas e os grandes centros cafeeiros eram o espantalho dos negros.

A esse respeito, ocorre-me a lembrança de um espetáculo a que assistí em criança (tinha eu cinco anos) e que nunca mais se me apagou da memória. Meu avô, Capitão Silveira, era dos lavradores que possuíam maior escravatura no município. Três filhos seus eram grandes fazendeiros em Piracicaba, e uma filha casada residia em Faxina. Por morte dele, aos herdeiros de fora, o maior quinhão coube em escravos. Daí aquela cena indescritível de choros e gritos lancinantes dos pobres pretos, homens e mulheres, no dia em que, sob o comando de seus novos senhores, tiveram de abandonar a velha residência, parentes e amigos, e seguir a pé para o horror, que eles anteviam, das fazendas de café.

A-pesar, porém, de serem em pequeno número e tratados com brandura e humanidade, havia sempre, entre os proprietários, o receio de sublevação geral, hipótese que os trazia sempre preocupados.

Foi desse temor que nasceu a perseguição movida aqui pelas autoridades contra escravos acusados de formarem uma macumba de feiticeiros.

Deu-se isso em julho de 1854, e do fato encontra-se forte noticiário, com abundancia de pormenores, nas correspondências enviadas pelo Barão de Piratininga ao *Correio Paulistano*, que havia sido fundado pouco antes.

A primeira correspondencia, de 20 de julho, começa da seguinte forma:

“Vamos noticiar aos leitores do *Correio Paulistano* um facto de summa gravidade. Esta villa, que sem exaggeração, pode ser considerada um novo seio de Abrahão, pela paz inalteravel que aqui reina constantemente, apresenta hoje o aspecto de uma praça de armas e um arreganho bellico que faria honra ás tropas aguerridas.

“A cadeia se acha apinhada de presos; muitas escoltas partem em todas as direcções e a cada momento chegam novos inquilinos á casa barata do carcereiro, que pôr certo ainda hontem não esperava ser honrado com tantas visitas. Cumpre que, sem mais demora, demos a razão de todo este movimento. De algum tempo a esta parte começou a propalar-se vagamente que nas immediações desta villa em noites e logares indeterminados, se faziam grandes reuniões de escravos e pessoas livres.”

Conta, a seguir, que o delegado nada pode apurar; mas, por um acaso feliz, três *capitães-do-mato*, que andavam à cata de escravos fugidos, foram ter ao engenho de D. Ana Teresa e aí deram com grande número de pretos reunidos em sessão. Denunciados ao delegado, mandou este capturar os indiciados, sendo por último detido o preto forro José Cabinda, que era o grão-mestre da associação. Entre os presos figuravam cinco mulheres.

Foi apreendida enorme coleção de objetos curiosos, que o correspondente enumera na seguinte ordem: "Caramujos, guisos de cascavel, grande e variado sortimento de raízes, figuras de cera, *pedras de cevar*, cabeças de cobra, olhos de cabra, pés e cabeças de macucos, rabo de serelepe, patuás envoltos em cascas de lagartos e contendo raspas de raízes, cabelos e unhas de gente. Havia também um objecto feito de ponta de chifre, betumado de cera e coberto com fragmentos de espelho, que se denominava — *Vungo*."

Passa, em seguida, a enumerar a organização dos feiticeiros e diz que na vila existiam três lojas: a primeira denominada "filhos das ervas", a segunda, "maçonaria negra", e a terceira, "campo encantado". O grão-mestre de todas, José Cabinda, tinha o tratamento de Pai Gavião ou Coroado, e sua companheira, a rainhá, se chamava Mambeque. Havia diversos graus e aos que atingiam o mais alto, o grão-mestre dava-lhes nomes especiais, como: Apaga-Fogo, Rompe-Ferro, Gaviãozinho, Chupa-Flor, Quinuano, Sete-Pombas, Quatro-Cantos.

Explica o correspondente como se dava a iniciação dos adeptos, e vale a pena recordar, porque as *macumbas* que ainda hoje subsistem por toda parte, até na capital e no Rio, sob os nomes de cartomancia, baixo espiritismo, etc., estão estilizadas, e perderam a forma da primitiva feitiçaria dos africanos. Aí vai a descrição:

Os irmãos formam um grande círculo, tocando alguns um instrumento feito de porungo, semelhante ao maracá, e que eles chamavam de Guaia-Caiumba. O grão-mestre, dansando e cantando, numa linguagem ininteligível, dirige-se para o centro e coloca aí uma luz, uma garrafa de aguardente, uma tijela com diversas raízes e uma panelinha vidrada, betumada de cera e coberta por um vidro. Pelo meio de tudo isto, e com o maior respeito, vai arranjando, com gestos cabalísticos, as imagens: uma figura tosca de pau, outra muito obesa, de cera, com um

vidro no ventre, dois Santo-Antonios de nós de pinho, sendo um deles sem cabeça, e um patuá envolto em casca de lagarto.

O Pai Gavião entorna a pinga na tijela e manda que o novo irmão se aproxime. Este ajoelha-se e o grão-mestre faz-lhe, com uma faca, batendo três pancadas nas costas da lâmina, três cruzeiros: no peito, no braço e no pé direito. Passa sobre as censuras, alternadamente, o patuá e uma raiz de Guiné; bebe a pinga e corre a tijela por todos os irmãos. A seguir, deita um pouco de incenso sobre as brasas de uma vasilha: o irmão iniciado aspira o perfume e acende o cachimbo sagrado. Então, o chefe estende a mão sobre a cabeça do novo adepto, e reza uma prece dirigida a S. João, prece que não reproduzo por ser longa e de pouco interesse.

No *Correio* de 1.º de agosto, faz o correspondente o relato de uma experiência de adivinhação, a qual se realizou no sobrado da cadeia, cujas salas se achavam atulhadas com os objetos apreendidos aos feiticeiros; enquanto que estes se encontravam presos nas enxovias do pavimento terreo.

Consistiu a experiência no seguinte:

Um dos circunstantes deu a guardar uma caixa de tabaco a pessoa que estava fora da sala. José Cabinda pediu o Vungo, e depois de longa e impressionante cena de concentração, com esgares e soliloquios que o missivista narra minuciosamente, o adivinho, com a testa banhada em suor, depôs o Vungo e declarou: "Meu senhor, a boceta está perto da escada, ao lado esquerdo da janela." Foi buscá-la, e teve a maior decepção ao verificar que ela ali não se achava. "O Vungo me enganou", disse ele em tom profundamente consternado. Mas o proprio correspondente atribue o malogro à intervenção de interessados, os quais, vendo a impressão profunda que causara nos presentes a concentração do preto, passaram o objeto escondido a outra pessoa distante, para que a experiência falhasse. Isto mesmo dizia meu tio Santos, que, ainda muito moço, fora testemunho ocular da cena.

O processo contra os feiticeiros ficou encerrado em agosto (*Correio* de 19), e em setembro recolheu-se à capital o resto do destacamento que fora mandado para aquí. Com essa força seguiu preso José Cabinda, que era liberto; e os escravos processados?

No processo nada se apurou contra eles, si não que pertenciam à macumba de José Cabinda, e por isso deviam ficar

isentos de penalidade. Mas não foi o que aconteceu. No empenho de se lhes dar uma lição que servisse de escarmento, foram todos condenados à pena do açoite; e a uns maior castigo, a outros menor, cumpriram ali mesmo, na praça pública, a sentença imposta. E em dias sucessivos, pela manhã e à tarde, os moradores vizinhos ouviam estarrecidos os gritos aflitivos dos escravos e o som compassado do azorrague vibrado vigorosamente pelo carcereiro; pois cada vítima era amarrada à escada colocada na frente da cadeia.

Felizmente, creio que foi essa a única página verdadeiramente trágica que assinalou a existencia da escravidão em São Roque, ao contrario do que se dava nos outros centros da provincia. E a reprovação que ela mereceu, transmitida de geração em geração, fez com que fosse o nosso municipio daqueles que com mais afã secundaram o movimento abolicionista.

Já lembrei o papel que coube nisso a Luiz Gama, o qual desde 1860 foi o pioneiro deste movimento em São Paulo. Morto em 1872, assumiu, pouco depois, o dr. Antonio Bento a chefia da campanha abolicionista, o qual com o seu corpo de *caifazes* entrou a desorganizar o serviço nas fazendas, tirando os escravos em massa e distribuindo-os por outros pontos da provincia. Foi isto possivel desde que o Marechal Deodoro, por sugestão de Benjamin Constant, obteve do governo que o exército não fosse mais empregado em capturar os cativos (janeiro de 1887).

Em S. Roque o grupo de caifazes era dirigido pelo prof. Vilaça (Maneco Vilaça), secundado ativamente pelo seu bravo irmão Tiburcio; mas nesta campanha generosa e altruística tomava parte prazerosamente toda a mocidade do meu tempo. O único incidente que nesta campanha ia tendo consequencias desastrosas foi o que se deu em casa do sr. Narciso da Silva Cesar: um moço de Araçariguama, o sr. Balico, casado com uma sobrinha do sr. Narciso, viera buscar um escravo que os caifazes haviam trazido para aquí. Ao escurecer, correndo a noticia de ter sido apreendido aquele escravo, aglomeraram-se os abolicionistas à frente da casa, exigindo a entrega do rapaz. Gritos, pedradas, disparo de um tiro, correrias; afinal, por intervenção do sr. Narciso, foi solto o escravo, e tudo ficou em paz.

Alem desta ação revolucionaria, os abolicionistas empregavam em S. Roque a tática de procurar os senhores e obter



suasoriamente que eles alforriassem os cativos: alguns o faziam incondicionalmente, outros mediante a cláusula de prestação de serviço por algum tempo. Estas cartas de alforria eram lidas pelo vigário, na missa dominical, e à noite, saíam os abolicionistas com a banda de música, celebrando com discursos e vivas o acontecimento do dia.

Nestas disposições de ânimo, é fácil de imaginar o transbordante entusiasmo com que foi recebida em S. Roque a decretação da Lei Aurea. Foram inesquecíveis dias de delírio popular: músicas, foguetes, ruas embandeiradas, sessões cívicas, discursos inflamados.

Era o desabafo coletivo da alma nacional, que, após três séculos de opressão e de vergonha, saudava, enfim, desoprimida, a aurora da liberdade. Quem tais cenas presenciou, delas se recordará sempre com infinita saudade.

## COISAS DO ENSINO HÁ UM SÉCULO

Quando tratei da Instrução Pública na então vila de São Roque, referi a severidade com que o prof. Arnobio disciplinava os alunos, e fiz ver que tal severidade podia provir dos costumes e da mentalidade do tempo, e não ser fruto só da rispidez do professor, pois todos entendiam que a aplicação de castigos físicos era necessidade inerente à função de ensinar.

Uma prova disto encontra-se na representação que há um século (fevereiro de 1836), dirigiram à Câmara Municipal de S. Paulo os dois únicos professores públicos existentes na capital da Província: o padre Bento José Pereira, de St.<sup>a</sup> Efigênia e Carlos José da Silva Teles, da Sé. Havia sido, pouco tempo antes, abolido por lei o emprego de castigos corporais; e contra essa medida é que oficiaram os dois professores à Câmara Municipal, pedindo sua intervenção junto à Assembléia provincial, para que fosse restabelecido o regimen disciplinar anterior.

A Câmara atendeu a esta solicitação e, em representação à Assembléia, abundou em considerações no sentido de mostrar a justiça da modificação reclamada.

Dessa representação transcrevo os seguintes trechos, não respeitando a ortografia do original, tão cheia de abreviaturas e tão fantasiosa que acarretaria enorme trabalho ao revisor:

“A constante experiencia, muito illustres senhores, tem feito ver claramente que os meninos são ordinariamente inacessíveis a esses estímulos de honra e emulação que, muito belos em teoria, não deixam ver na prática mais que tristes resultados: seja que entre nós não se tenha ainda tocado a esse perfeito grau de civilização, ou mesmo que a natureza infantil seja incapaz de apresentar em tenra idade, e nos mesmos, estímulos que possam por si guiar os meninos. E’ assim, senhores, que o novo método de que se usa nas escolas públicas, longe de produzir o adiantamento e moralidade dos alunos, não têm feito mais que o atraso e impureza de costumes dos mesmos. Isto é

tão evidente que se vêem os pais tirarem frequentemente seus filhos das mesmas escolas e os entregarem a mestres particulares, onde os meninos tendo mais a temer, entregam-se melhor a seus deveres escolares, donde resultam os seus efeitos desejáveis: adiantamento e moralidade. Os continuos e repetidos abusos que diariamente aparecem nas escolas públicas, os descatos feitos a seus professores, a destruição dos utensílios necessários às aulas, palavras, ações imorais, falta de respeito a seus condiscipulos e mesmo aos professores: eis o que efetivamente se está presenciando nas escolas públicas, por mais que se lance mão dos castigos permitidos em a moderna instituição. A Câmara está bem certa e convencida que assim e peor continuará a ser, enquanto por lei se não permitir aos professores usar com brandura e moderação de alguns castigos físicos; e portanto não hesita em corroborar tudo quanto disseram os professores em sua representação; por isso que por a já não pequena experiencia tem-se conhecido serem os únicos capazes de, intimidando de alguma sorte os meninos, fazê-los reconhecer e executar seus deveres."

E em que consistiam os castigos morais, vê-se pelo tópico seguinte, extraído do relatório do prof. Silva Teles, apresentado à Câmara em setembro de 1835:

"Os chamados castigos moraes quasi nada aproveitam a meninos educados na immoralidade, digo castigos chamados moraes, porque comparando-se o castigo da palmatoria com os castigos moraes de amarrar ao banco, pôr mordança, e canga-los como se fossem bois, e etc. só differem em produzir menos dôres, e no meu conceito estes castigos são mais infamantes que algumas palmatoadas dadas com moderação, e o resultado mais vantajoso." (Transcrito do artigo *O Mestre-Escola de O Estado de S. Paulo* de 21-11-936).

Não tenho agora em mão elementos para verificar qual a conta em que a Assembléa tomou esta representação. O certo é, porem, que em 1846 já era permitido o uso dos corretivos corporais, simultaneamente com os de natureza moral. E' o que se vê do officio que a Comissão Inspectora das Escolas Primarias dirigiu aos professores de S. Roque. Dessa comissão fazia parte o então jovem Antonio Joaquim da Rosa, de cuja letra é a copia do officio que encontrei entre os papéis do Comendador Manuel Inocencio, em livro destinado a registro de correspondencia official.

Reproduzo desse officio os passos mais interessantes, como indicativos do programa e regimen das escolas primarias há um século:

"A Comissão Inspectoras das Escolas Primarias desta villa, tendo em vista a lei provincial de Março do corrente anno e instrucções de 25 de Setembro, recommenda a V. S. que no desempenho das funcções desse magisterio observe o seguinte:

"1.º) A instrucção deve comprehender leitura, escripta, theoria e pratica de arithmetica até proporções inclusive, as noções mais geraes de Geometria pratica, grammatica e principios de doutrina da religião do Estado.

"2.º) As ferias geraes serão desde domingo de Ramos até o primeiro dia util depois da Paschoa, e desde 8 de Dezembro até 6 de Janeiro. Alem destas, serão dias feriados as quintas-feiras de todas as semanas, quando não houver dia santo ou feriado por lei.

"3.º) Os exercicios diarios da aula que V. S. rege durarão das 8 até ás 10 horas da manhã, e das 2 até ás 4 e 30 da tarde.

"4.º) As faltas de cumprimento dos deveres dos alumnos serão punidas moral ou physicamente, dando sempre preferencia aos castigos moraes como os mais proprios para a educação de homens livres. Sendo necessario o emprego de castigos physicos, usará V. S. tão somente a palmatoria, applicando até uma duzia de palmatoadas, conforme a gravidade da culpa.

"5.º) Quando algum alumno tornar-se incorregivel, ou a sua presença prejudicial ao bom andamento da escola, V. S. dará disto parte circumstanciada á commissão para resolver acerca da expulsão do mesmo alumno."

Este officio, datado de outubro de 1846, foi dirigido ao prof. José Daniel Arnobio e, diz em nota, *mutatis mutandis*, à prof.<sup>a</sup> d. Maria Flora de Sousa.

Quanto ao juizo da Comissão sobre a eficiencia do ensino, acha-se ele exarado no officio dirigido ao Presidente da Provincia em 16 de dezembro de 1846 e do qual cito o seguinte trecho:

"Na escola do sexo masculino encontrou a commissão muitos alumnos que leem e escrevem com perfeição, que sabem perfeitamente os principios de moral christã e religião do Estado, e as definições de arithmetica até á 4.<sup>a</sup> operação, pelo que se conhece a solicitude com que o professor desempenha as suas obrigações e o bom methodo do seu ensino. Na escola do sexo feminino é especialmente na escripta que as alumnas apre-

sentam progressivo adeantamento; e attendendo-se ao pouco tempo de sua existencia, vê-se que do incansavel esmero da professora e do bom methodo de seu ensino muito aproveitarão as alumnas."

D. Maria Flora foi nomeada, como já referi, em 1845, e a apreciação supra foi escrita pelo futuro Barão, o qual, a ser verdadeira a versão de que já falei, poderia ter se influenciado pela sua inclinação à jovem professora. Ao menos em relação ao prof. Arnobio, não manifestara a Comissão anterior o mesmo juizo, ao enviar ao Governo, em janeiro de 1844, a relação dos alunos deste. A título de curiosidade, reproduzo um tópico desse officio:

"Com quanto o methodo de ensino adoptado não seja dos melhores, é, comtudo, menos mau, e tem sido empregado com utilidade dos meninos."

O que se pode por em dúvida é a capacidade que tinham os membros da Comissão para decidir em assunto de tanta monta, tão complicado e difficil como a questão de métodos de ensino. Tal officio foi redigido por Francisco de Figueiredo Coimbra (segundo esposo de d. Teresa, pessoas de quem já me ocupei); e entre os seus subscriptores figura meu avô materno, Major Manuel Antonio dos Santos.

Não disponho agora de dados para verificar até que data esteve em exercicio o velho Arnobio: quando o conheci, já ele estava aposentado e exercia o cargo de agente do Correio.

Seu sucessor no ensino primario em S. Roque foi Antonio Benedito Gomide, de quem não tenho nenhuma recordação pessoal, por ter ele falecido prematuramente. Para não alongar demasiado este capítulo, direi no seguinte, o que sei a respeito deste professor e sua familia, assim como, do seu ensino, quanto ouvi a muitos dos moços que pertencem à geração que frequentou as suas aulas, como Quirino de Aguiar, Manuel e Luiz Vilaça, Santos Sobrinho, Tiberio Justo e outros com quem convivi.

A FAMILIA GOMIDE — O PROFESSOR ANTONIO  
BENEDITO

Foi Antonio Benedito Gomide, disse eu no capítulo anterior, quem substituiu, no magisterio público em nossa terra, ao prof. Arnobio; e, antes de me referir ao seu papel de educador, quero dar algumas indicações sobre sua familia, que se integrou na vida do S. Roque antigo.

Não sei em que data e por qual motivo se deu a mudança para aquí do seu progenitor Tomaz Gonçalves Gomide, o qual, pelo apelido, vê-se que é ligado por laços de parentesco a personagens de notoriedade no cenario político e administrativo da Provincia. Desses, o mais antigo foi o deputado à Assembléa Constituinte do Imperio, Antonio Gonçalves Gomide, o mesmo que, em carta a José Bonifacio, o Patriarca, sugeriu, em 1823, que se marcasse o dia 3 de maio para a reunião do Parlamento, o que foi efetivamente adotado. Deste modo, dizia ele, ligava-se o nome de Pedro I, que proclamou a nossa independencia política, ao do outro Pedro, o almirante português que descobriu o Brasil (porque naquele tempo acreditava-se que fora descoberto a 3 de maio). Modernamente, aparecem outros membros da familia: o senador Peixoto Gomide, o qual num momento de alucinação, ao que se attribue, assassinou a filha, noiva do poeta Batista Cepelos, e em seguida suicidou-se; o dr. Gabriel Gomide, que foi juiz de direito em Itapetininga, e ministro do Tribunal de Justiça; e o dr. Cândido Gomide, engenheiro e alto funcionario da Paulista.

Em S. Roque, Tomaz Gonçalves Gomide occupava-se em serviços do foro, e funcionou como secretario da Câmara em substituição a Inhô Venceslau, exercendo esse cargo até maio de 1865, quando foi exonerado a pedido.

Teve ele dois filhos, Antonio Benedito e Tomaz Gomide Filho, conhecido pela alcunha de Nhonhô Gomide, e uma filha, a qual, casada com José de Castro, natural, si bem me recordo, de Cabreuva, ficou viuva com duas crianças em terra

idade: José, que foi depois o conhecido professor José Gomide de Castro, falecido em 1936, e que foi lente da Escola Normal de Itapetininga, e uma filha que morreu solteira.

Dos dois irmãos, conheci bem o segundo, o Nhonhô Gomide, individualidade popularíssima, principalmente entre os meninos de meu tempo. Diziam que em moço fora muito elegante, vestindo-se com esmero e figurando com destaque entre os jovens da melhor sociedade local. Quando o conheci, porém, já no declínio da vida, nada nele revelava o elegante de outros tempos. Alto, magro, pescoço muito fino, olhos encovados, barba rala, semelhava-se antes à figura exótica do herói de Cervantes. Mantinha pequena oficina de carpinteiro na sala da frente da casinha em que morava, situada quasi defronte da Travessa Carambeí. Ao lado, ficava a modesta residencia de outra pessoa muito conhecida entre o povo: refiro-me a "nhá Chica Leal", avó do sr. Maneco Rosa. A notoriedade desta boa velhinha originava-se da pequena imagem de Sto. Antonio, que ela possuía no seu oratório, e cujos milagres corriam de boca em boca. Quem perdesse algum animal ou objeto de estimação, era só fazer a promessa e dar uma esmola ao santo, que logo recuperava os objetos ou animais desaparecidos.

Na sua pequena oficina, Nhonhô Gomide executava apenas trabalhos de biscates: objetos de uso doméstico, consertos de moveis, carrinhos para crianças, etc., mas a sua especialidade, o artigo com que conquistou popularidade única entre o rapazio, foi a fabricação de piões. Nas épocas em que a criança da se dava a este gênero de diversões, tinha ele sua exigua oficina completamente cheia de uma clientela ruidosa e impaciente: "Nhonhô, o meu pião." "O meu, primeiro, Nhonhô." "Quero os dois que encomendei ontem."

Ora, é bem de ver que com tão poucos recursos ele havia de passar dificuldades para manter a familia, que se compunha então da irmã viuva e dos dois sobrinhos, aos quais servia com extrema dedicação. Mas, por isso, também não lhe faltavam a simpatia e o auxilio do público. Via-se ele obrigado a recorrer frequentemente aos particulares e aos negociantes, não para pedir, mas para obter empréstimos ou fornecimento de gêneros com a promessa de pagar em serviço. Está visto que essa promessa não se cumpria, mas nem por isso ele deixava de ser atendido quando solicitava novos "empréstimos". Viveu sempre curtindo essas dificuldades, sem nunca se queixar; e, quando o sobrinho José de Castro, já feito professor, podia pro-

porcionar-lhe existencia mais folgada, deixou de existir o modesto, dedicado e prestante sanroquense.

O outro filho de Tomaz Gomide, Antonio Benedito, casou-se (conforme já referi quando tratei da genealogia dos Rosas), com d. Maria Custodia, filha de d. Manuela Jacinta, e portanto sobrinha dos dois chefes sanroquenses, o Barão e o Comendador Manuel Inocencio. Houve deste casamento tambem uma filha e dois filhos: d. Mariquinhas, Samuel e Tomazinho. D. Mariquinhas consorciou-se com um funcionario dos Correios, chamado Leopoldo, o qual, aposentado e muito doente, veio para S. Roque, onde faleceu. Dos dois irmãos, Samuel morava em S. Paulo, onde era estabelecido com negocio na ladeira do Piques e lá morreu moço. E Tomazinho (Tomaz Gomide), que foi por muito tempo fiscal de consumo, reside na capital e é sogro do poeta Cassiano Ricardo.

Não cheguei a conhecer, como disse, o prof. Antonio Benedito Gomide, e o que sei a seu respeito ouvi de ex-discipulos seus com quem convivi. Estes, em palestras jocosas, comentavam fatos, ditos e cenas de seu tempo escolar. Funcionava a escola no antigo Largo da Cadeia, em casa próxima à Igreja de São Benedito; e o professor, ao que diziam, muito amigo do violão e das modinhas, pouco se preocupava com o ensino. Durante as aulas, ausentava-se por longo tempo, em palestra pela vizinhança. Os alunos, então, aproveitavam a folga para os folguedos favoritos. Ficava um colega de atalaia na porta e, aos grupos, punham-se a jogar o pião, a peteca, ou os pinhões, conforme o tempo. E ao grito de alarma "Vem o mestre!", petecas, pinhões e piões, sumiam-se num ápice; os meninos ganhavam de um pulo os seus lugares e entravam a ler, ou antes, a rezar as lições no tom cantarolado do tempo.

Estava em plena vigencia o regimen da palmatoria; e pela menor falta eram os alunos exemplarmente castigados.

A este respeito lembravam um episodio picaresco que se dera com o Tiberio. Era este já taludinho e, por qualquer infração disciplinar, resolveu o mestre aplicar-lhe o corretivo da *Santa Luzia*. Pediu-lhe a mão e ele a recusou. Enfurecido, o professor agarra-lhe um dos punhos tentando abrir-lhe os dedos. Foi quando Tiberio, num movimento rápido, deu-lhe no peito forte repelão com os pés e deitou a correr porta afora. E ao brado colérico de "Peguem o Tiberio!", lançou-se a criançada, qual assanhada matilha, no encaço do fugitivo, com enorme algazarra: "pega-pega!", "pega-pega!". Atirou-se o rebelde



pelo caminho do antigo matadouro, a atual ladeira Aracaí, atravessou lá embaixo o córrego, subiu os pastos de Antonio Mendes e foi sair na, hoje, Avenida 3 de Maio. O medo pôs-lhe asas nos pés e os perseguidores retrocederam, desanimados. Não é preciso dizer que, depois do escândalo, o insubordinado não voltou mais à escola: continuou com professor particular que o dr. Julio Ferreira conseguiu para ele.

Quanto ao ensino, obedeceria àquele programa elementar apresentado em 1846 pelo Barão de Piratininga, como membro da Comissão Inspetora, no ofício que transcreví em o capítulo anterior. Diziam os alunos, a quem devo estas informações, que era tudo aprendido mecanicamente, tudo memorizado, e assim devia ser, levando-se em conta a situação didática daquele tempo; mas o que lhes merecia referencia especial era o ensino da "taboada". Para a criançada, o dia mais apreciado era o dessa disciplina, pois a classe toda cantava em coro, numa toada especial, todas as casas, desde a dos dois à dos dez. Esse costume encontrei ainda em vigor quando frequentei a escola do professor Tomazinho, assunto que será objeto do próximo capítulo.

## XXVIII

### A ESCOLA DE HÁ 60 ANOS — O PROFESSOR TOMAZINHO

A Antonio Benedito sucedeu, no ensino primario em São Roque, o professor Tomazinho (Tomaz Henriques de Almeida), o qual, nomeado em março de 1869, entrou em exercicio em maio. Alto, esguio, muito moreno, barba rala, tinha maneiras acolhedoras e simples, completadas pela voz de timbre agradável. Como seu irmão Porfirio, era bom músico e afamado officieidista, mas não se dedicou à composição de música.

Foi ele o meu primeiro mestre, e conservo de sua pessoa gratas recordações, as quais podem ter sido influenciadas pelas relações de amizade que posteriormente cultivamos. Dessas relações resultou a satisfação para mim de me tornar seu successor na mesma escola que frequentei em menino como aluno seu. Terminado o meu curso na Escola Normal, em fins de 1887, reassumi o exercicio da minha cadeira no bairro do Marmeleiro. Achava-se ele doente e cansado por quasi 30 anos de serviço, e assim tornara-se-lhe penosa a permanencia no magisterio, cujas condições se haviam modificado muito. Com effeito, já funcionavam na cidade mais duas cadeiras, a cargo, respectivamente, dos professores Manuel Vilaça e Julio Cesar. Este, principalmente, pela sua competencia e dedicação, elevara de tal modo o tom do ensino, que obrigava os colegas a grande esforço para acompanhá-lo. Nestas condições, o professor Tomazinho me procurou espontaneamente propondo a permuta de nossas cadeiras, por entender, na sua modestia de pedagogo antigo, que o magisterio exigia agora capacidade e forças que ele dizia não já possuir. Fizemos a permuta, e assim, em julho de 1888, ia ele para o Marmeleiro, onde, logo que completou o tempo, se aposentou, e eu assumia o exercicio da sua escola. a mesma em que, menino de roça, entrei 16 anos antes, tímido e assustadiço, acompanhando meu pai que me ia matricular.

Ainda tenho bem viva a emoção que senti ante a presença de tantas crianças reunidas e o aspecto do professor que,

embora acolhedor e sorridente; era para os alunos símbolo de disciplina e rispidez. Os olhos espantadiços dos neófitos, nesse primeiro contacto com a escola, voltavam-se insistentemente para a gaveta onde devia estar aninhada a terrível, a famosa palmatória, com que nas casas era costume ameaçar os rapazes a cada travessura de maior vulto. Que diferença entre o ambiente escolar daquele tempo e o de hoje! E vale a pena recordar esse ambiente como marco a medir o progresso do ensino de há 60 anos para cá.

Tudo profundamente diferente, tudo, desde o mobiliário e o ensino até ao regimen social da escola.

Achava-se a sala atravancada por bancos compridos e altos, colocados paralelamente e outros ao longo das paredes laterais; e em cada um se assentavam dez e mais meninos, que ficavam com os pezinhos suspensos, por não alcançarem o solo. Algumas mesas, também longas e estreitas, intercaladas entre os bancos traseiros, destinavam-se ao exercício da escrita.

Consistia o programa em leitura de impressos e manuscritos, escrita, cálculo até frações decimais, e principios da doutrina católica, a religião do Estado.

O ensino da leitura, que as crianças fazem hoje brincando, com o auxilio de livros farta e belamente ilustrados, constituia naquele tempo o maior martirio para a infancia. Começava o tormento pelo apprendizado do alfabeto, que se tinha de decorar letra por letra, primeiro na ordem directa, depois de trás para diante, e enfim salteadamente. Seguia-se o trabalho exaustivo de formar todas as sílabas imaginaveis, reunindo as consoantes às vogais simples e aos ditongos. A primeira carta era a do b - a, ba, que começava pelo b e ia até ao z. Vinham depois o b - a - i, bai; o b - a - m, bãm; o b - a - r, bar; o b - a - l, bal; b - a - s, bas. Seguia-se a das consoantes compostas: b - l - a, bla; b - r - a, bra; t - h - a, tha; c - h - a, xá ou cá.

Depois desta repetição enfadonha de sílabas desconexas e sem sentido, passava-se à leitura soletrada de palavras soltas: diziam-se as letras pelo nome que elas têm no alfabeto, juntavam-se em sílabas, e enfim pronunciava-se o vocábulo todo. Imagine-se a dificuldade para se lerem palavras como *Francisco*; efe, erre, a, n, — Fran; ce, i, esse — cis; ce, o — co, — *Francisco*. Assim, *trono*: te, agá, erre, o — tro; ene, o — nó. Ou *gallinha*: ge, a — ga, ele, ele, i — li, ene, agá, a — nha. E, ainda, *José*: jota, o — jo, esse, é — zé — *José*. Note-se que todas estas cartas eram escritas pelo mestre em quartos

de papel, que para muitos alunos tinham de ser renovadas diversas vezes, até que ficassem bem sabidas.

Depois destes exercícios penosos, passava-se à leitura do *Syllabario Portuguez*, livro em que nas primeiras lições vinham as palavras com as sílabas separadas por hífen. Ao *Syllabario* seguiam-se os livros de leitura corrente, para os quais estavam em uso no meu tempo a serie de Abilio Borges, barão de Macaúbas. Só então os mais adiantados começavam o estudo da gramática, que consistia em recitar, de principio a fim, o Coruja, pequeno compendio cujas definições e exemplos os meninos decoravam e repetiam sem nada entender. Como complemento do aprendizado da leitura, havia ainda um instrumento de tortura que os alunos de hoje não conhecem: os autos. O professor arrecadava nos cartorios calhamaços antiquados, e tinham os alunos de decifrar página por página os hieroglifos, tão confusos e rabiscados que às vezes nem pelo sentido se podiam entender.

O ensino da escrita era igualmente complicado e moroso. Hoje as crianças começam logo, não digo a escrever, mas a desenhar vocábulos inteiros, primeiro o seu nome, depois o da escola ou grupo, etc., e com a repetição das copias ficam logo conhecendo as letras. Antigamente aprendia-se por meio de "debuchos": o professor traçava a lapis riscos paralelos com a inclinação que teriam as letras; e depois de longo exercicio de cobrir com tinta estes "pauzinhos", escrevia ainda a lapis o alfabeto, que os meninos iam cobrindo, para finalmente passarem a escrever sozinhos. Para modelo do cursivo, havia "os traslados impressos", que reproduziam máximas do Marquês de Maricá. Aos sábados era costume os alunos "apostar escrita": combinavam-se dois a dois e entregavam os exercicios ao mestre, que os julgava.

Consistia o tirocinio da aritmética na prática das quatro operações sobre inteiros e frações e juros; mas tudo reduzido a fazer abstratamente as contas, sem os problemas que desenvolvem o raciocinio, e mostram a utilidade do cálculo. O dia sempre ansiosamente esperado pela classe era o destinado à decoração da "taboada", a qual, como no tempo do professor Antonio Benedito, os alunos cantavam em coro, casa por casa. Para "dar a lição", eram divididos em grupos, conforme as casas que decoravam, e, colocado cada grupo em semi-círculo diante da mesa, começava o professor a arguição por uma das extremidades. Mas, além desta sabatina geral, os alunos combinavam-se

dois a dois para "argumentar". Às vezes, esta arguição era "a bolo"; e neste caso, quando o arguido errava, o arguente o corrigia, aplicando-lhe as palmatoadas previamente combinadas.

A doutrinação religiosa só era ministrada depois que os alunos, já alfabetizados, podiam ler a "Cartilha" e, a seguir, o "Catecismo". Decoravam também as lições marcadas, e, para torná-las, o professor chamava-os em grupos, pelo adiantamento; colocava-os ainda em semi-círculo e ia fazendo as perguntas do livro, e o grupo as respondia em coro, repetindo simplesmente o texto, sem explicação ou comentário.

Pelo que toca à disciplina, tornara-se ela mais suave que nos tempos anteriores. Ralhos, repreensões severas, advertências e, de vez em quando, alguma reguada ou puxões de orelhas. Eram mais frequentes os castigos morais, que consistiam em por os faltosos de pé ou de joelhos, ou em privá-los do recreio. A famigerada palmatoria, essa permanecia oculta no seu esconderijo, de onde o professor uma vez por outra retirava para, alçada no ar, mostrá-la ameaçadoramente a algum discípulo barulhento ou preguiçoso. Apenas duas vezes a vi, durante o meu tirocinio escolar, entrar no exercício de suas terríveis funções. Uma vez, contra o proprio filho do professor, João Maria Tomaz (depois professor João Landin, falecido não há muito em Itapetininga) e de outra o paciente foi o Pedrinho Pistão (al-cunha que lhe veio do pai, Benedito Pereira). Eram ambos crescidos e ficavam no fundo da sala com os colegas mais altos, enquanto eu me assentava na frente: não cheguei a saber, por isso, qual a falta que levou o mestre, de ordinario tão calmo, a castigá-lo com tanto rigor.

Imaginem-se, por esta narração sucinta, as dificuldades com que, para receber os beneficios da instrução, lutava a infancia daqueles tempos. O aprendizado da leitura, principalmente com o processo de soletração era tarefa tão ardua que muitos rapazes desanimavam e se retiravam da escola sem conseguir alfabetizar-se. E, a-pesar-disso, foi sempre tão intensa a vontade de saber e tal importancia ligava o povo à instrução que afluíam à escola meninos não só da cidade como de bairros distantes. As aulas começavam, si bem me lembro, às 9 hs. da manhã e terminavam às 2 (com meia hora para recreio); e para alcançá-las, eu e meus irmãos tínhamos de fazer três quartos de hora a cavalo. Porem, de mais longe, — do Ribeirão, do Guassú, e proximidades do Saboó, — vinha a pé um grupo de uns seis ou sete caipirinhas (Rufino Soares e seus primos Daniel e Salva-

dor; Samuel e Sebastião Rodrigues; Joaquim e Claro Felix... Viverá ainda algum deles?)

Foi a lembrança deste fato que me levou, nos artigos que publiquei no *Diário Popular*, em janeiro e fevereiro de 1891, a combater a obrigatoriedade do ensino. Dêem-se ao povo, dizia eu, escolas bastantes e eficientes, forneçam-se recursos para os desvalidos, e elas serão espontaneamente procuradas por todas as classes. E é isso o que se vê hoje, principalmente com o ensino urbano: grupos instalados com higiene e conforto; caixa escolar fornecendo aos necessitados lanche, o prato de sopa, utensílios e até roupa; assistência dentária, ginástica, diversões, — tudo num ambiente de bem-estar e alegria, que torna o ensino ameno e fácil, e apetecida a frequência escolar.

## XXIX

### OS CEMITERIOS — SUA IMPORTANCIA SOCIAL SUA SIGNIFICAÇÃO RELIGIOSA

Ocupam os cemiterios, com justa razão, lugar saliente na vida dos povos, desde a mais remota antiguidade. São eles, realmente, que recolhem em seu recinto sagrado todos os que vão tombando sem vida; de modo que no decorrer do tempo, a população dos mortos torna-se maior, em cada localidade, que o conjunto dos vivos. E como não há família que não perdesse algum ou muitos de seus membros, o cemiterio fica sendo o territorio comum, o ponto de convergencia onde vão encontrar-se o sentimento e a preocupação de todos — ricos e pobres, grandes e pequenos, crentes e ateus. Sede que é dessa imensa população subjetiva, a necrópole, ou a cidade dos mortos, desempenha a função preeminente de incentivar e manter o culto aos que deixaram de existir, culto que se torna cada vez mais intenso como se vê da visita aos cemiterios no dia de finados. E é isso uma necessidade social, porque, ainda que não saibamos, é a legião dos que morreram o guia dos vivos, o regulador e ponderador da vida social.

Foi o que tive em mira explicar no artigo que escreví a 2 de novembro de 1914, e que saiu no *Jornal de Piracicaba* de 4, em resposta ao boletim que o "Centro Espírita" distribuiu aconselhando o povo a que deixasse de ir ao cemiterio. Não será por isso fora de propósito transcrever aqui esse artigo antes de tratar da construção do nosso Campo Santo, o que farei a seguir.

\* \* \*

"E' um espetáculo consolador — escrevia eu naquele artigo — o que oferece, aos olhos dos que se preocupam com o lado moral da existencia, a romaria aos cemiterios no dia consagrado à comemoração dos finados.

"Esse movimento que parece crescer de ano para ano indica que o culto dos mortos se vai radicando e sistematizando, o que é de suma importancia para os destinos sociais.

*“Os vivos são sempre e cada vez mais, necessariamente, governados pelos mortos, tal é o aforismo fundamental da ordem humana, como explica Augusto Comte. E’ um principio de sociologia, inflexível como todas as leis naturais; a ele obedecemos, livremente ou à força, quer o conheçamos quer não. Também nem todos conhecem, por exemplo, a lei da queda dos corpos, a da flutuação, a da expansão dos gases. Segue-se que elas não existam? Pois assim como sem nos subordinarmos rigorosamente às prescrições de tais principios não conseguiríamos as construções que nos encantam, ou a navegação marítima, ou aerea, ou dirigir a máquina a vapor, assim também facil seria mostrar como as calamidades públicas e privadas que afligem a sociedade presente provêm só das infrações da lei que subordina a atividade dos vivos ao impulso e à direção do passado.*

*“Mau grado a cegueira das camadas dirigentes, o fato de aumentar constantemente a preocupação dos vivos pelos mortos é sintoma consolador: ele mostra que a Humanidade progride sempre, seguindo a trajetória majestosa determinada e prevista pela sociologia com a mesma segurança com que a astronomia prediz os acontecimentos celestes.*

\* \* \*

*“Mas é de notar que esse movimento coletivo resulta de um impulso natural e apresenta-se antes como reação popular contra as doutrinas teológicas e metafísicas que ainda dominam nas classes diretoras.*

*“Aqui, como em muitos outros casos importantes, o bom senso do público antecipa a sistematização da ciencia, insurgindo-se contra as doutrinas pregadas pelas classes teóricas (padres, filósofos, publicistas, etc.) que são os guias dos diversos matizes religiosos ou filosóficos da atualidade.*

*“E, si não, vejamos.*

*“Perante a concepção teológica ou materialista, relativa à natureza humana, que significam estas visitas coletivas aos cemiterios? Para os ateus o homem só é feito de materia, e depois da morte, não vale mais do que outro animal. Tão irracional é prestar-lhe qualquer homenagem póstuma, como seria a um boi, a um cavalo, a um passarinho.*

*“Para católicos, protestantes e espiritas, o ente humano é composto de dois elementos distintos e inconfundíveis que se separam com a morte. Si o corpo que é barro, vai para a terra, o espírito, que é emanação da divindade, vai para a outra*



vida receber o premio ou o castigo de seus atos, segundo as regras que cada fé estabelece.

“Ora, como no homem, o que vale é o espírito, o corpo depois da morte não merece mais consideração do que a vaso vil feito pedaços, após ter encerrado uma essencia preciosa.

“São, pois, coerentes, são lógicos os espiritualistas quando dizem: “Que ides buscar no cemiterio? Ali não encontrareis sinão pó, materia em decomposição, vermes!” Deve-se procurar a alma. Mas onde? Para uns no espaço infinito, por essa abóbada que se arqueia incomensuravel; para outros no céu ou na região da dor; mas em qualquer caso abstendo-se de tributar aos mortos um culto que só é devido à divindade.

“Que se vai, pois, procurar no cemiterio?”

\* \* \*

“Ah! Mas contra este ensino, contra esta recomendação doutrinaria, insurge-se o instinto popular com a exuberancia, com a veemencia de um sentimento que vai buscar seiva no mais íntimo do proprio ser.

“O espírito! Quem o viu? Quando e como se introduziu no corpo? Que vem a ser essa entidade misteriosa, imponderavel, incoercivel e que entretanto tem meios de acionar e dirigir um maquinismo complicado? Também para onde foi e que foi ser depois da morte, ninguem sabe: hipóteses, conjecturas, suposições sobre as quais não há o mínimo acordo entre os teólogos. Para não sairmos do monoteísmo, compare-se a dogmatização católica com a explicação do protestantismo e do espiritismo, do judaísmo, do islamismo... Penas ou recompensas de uma vida póstuma são meios coercitivos ou estimulantes para conter e melhorar a natureza humana, e nesse sentido tais crenças foram e ainda são uteis.

“Mas o corpo! Ah! esse é coisa real, tangível, precisa. Haja espírito, ou não, cada um distingue perfeitamente pelo corpo aquele a quem amou; e esse havia de ser uma criança, ou uma mulher, ou um homem e nunca um ser amorfo, impalpavel, assexuado. O nosso afeto provem das qualidades que nele reconhecíamos, das suas virtudes, sim, mas também da apparencia física, sem o que não seria o que foi, amamo-lo enfim na plena integridade física e moral deste complexo que constitue o ente humano.

“As virtudes, a excelencia moral, o brilho da intelligencia que no morto existissem eram simples manifestação, mera emana-

ção da alma? Fossem! Mas sem aquele cérebro, sem aquela fisionomia, sem aquela voz, sem aquele conjunto orgânico, sem aquele corpo, em suma, a alma não poderia nada, não seria capaz do mínimo esforço em favor de outrem. Não nos poderia amar nem ser objeto de nosso amor.

"E é a esse maravilhoso complexo que tem realizado tudo o que há de grande, admirável, nobre sobre a terra, que chamaremos pó desprezível, matéria putrefata, asquerosidade vil?"

"Não. O sentimento popular tem razão de não endossar tão ingrata quão deshumana doutrina; tem razão de reagir, e prestar aos seus mortos a devida homenagem de amor e de reconhecimento.

"E' este sentimento que nos leva a considerar como sagrado o canto da terra onde repousa o ente que nos foi caro. E quando a saudade nos chama para ali, a imagem que o túmulo nos apresenta aos olhos da alma não é a da podridão, não é a da matéria que se decompõe, não é a dos "sepulcros branqueados que estão cheios de asquerosidades", conforme as duras palavras do Evangelho... E' a imagem do nosso ente querido, em sua integridade, física e moral; é aquele rosto pálido, com os traços fixados pela rigidez da morte, tal como o vimos pela última vez. E então um milagre do amor parece reanimar aquele corpo exânime e uma voz doce e carinhosa como que murmura suavemente:

"Não! Não estou morto porque o *nada* só existe para os egoístas, para aqueles que não amaram, e não conheceram os prazeres da dedicação!

\* \* \*

"E é isto que sente o povo, é isto o que está mais ou menos no fundo da alma de todos.

"Por isso acorre a multidão à morada dos mortos; por isso pode-se responder com segurança:

"Que vai o povo buscar no cemiterio? Vai procurar lenitivos para a saudade cultivando a convivência subjetiva, reavivar a gratidão, lembrando o que deve aos mortos; recordar que a vez de cada um há de também chegar e é preciso regular a vida contando com essa contingência fatal.

\* \* \*

"Tal é — concluiu eu aquele artigo — tal é a lição a tirar da visita aos cemiterios."

O NOSSO CEMITERIO — DADOS SOBRE SUA  
FUNDAÇÃO

As considerações do capítulo anterior mostram os motivos de ordem social e religiosa que levam o povo, embora instintivamente e sem o saber, a preocupar-se cada vez mais com a lembrança dos que baixaram ao túmulo.

Esta preocupação vem de épocas imemoriais, como sendo peculiar à raça humana; pois estudos da vida no período pré-histórico mostram que foi mesmo pelo culto dos mortos que a nossa especie se desprendeu pouco a pouco da animalidade primitiva.

E' o que se vê pelos escritores que narram os costumes dos povos fetichistas — os indígenas do Brasil e da América, os africanos, os oceaneanos; dos povos antigos, já na fase politeista, os druidas, os incas, os povos da Asia, os egipcios, e depois os gregos e os romanos.

Mas em todos estes casos os sepultamentos se faziam com o cerimonial e a pompa peculiar, a cada rito, mas em túmulos separados, sem recintos reservados para enterramentos coletivos. Foram os cristãos primitivos que começaram a sepultar os seus mortos em agrupamentos, nas catacumbas ou nas proximidades dos lugares onde jaziam os mártires. No século IV, com o reconhecimento do catolicismo como religião official, começaram os fiéis a ser enterrados dentro das igrejas.

Esse uso passou aos povos latinos, e em Portugal persistiu até 1838, quando por ordem do governo se começaram a construir obrigatoriamente os cemiterios paroquiais.

No Brasil implantou-se como era natural o costume da metrópole, e perdurou muito tempo ainda depois da independência: tal a força do hábito e da superstição.

Os dois primeiros cemiterios que se construíram em S. Paulo foram o do Recolhimento da Luz (em 1845) e o do chamado — Campo da Luz, no lugar em que está hoje a Avenida Tiradentes, esse em 1851 (V. Antonio E. Martins, *S. Paulo anti-*

go). O da Consolação foi começado em 1855 e concluído em 1858, sendo neste ano aberto ao público.

Talvez pela influencia deste exemplo, talvez pelo descaso das Câmaras anteriores, sete anos depois o problema dos enterramentos preocupou a edilidade sanroquense, e foi resolvido pela Câmara que serviu no quatrienio de 1865 a 1868. Compunha-se esta dos seguintes vereadores: Tenente Francisco Luiz de Campos, Cap. Manuel da Silveira Vieira, Tobias Rodrigues de Arruda, Antonio Benedito Loiola, Reginaldo Correia, Messias Pedro de Almeida, Cap. Ismael Cândido de Moraes, Generoso Antonio Cardoso e Joaquim Teodoro de Arruda. Foi presidente nos quatro anos o sr. Campos. Logo na primeira reunião o Cap. Silveira apresentou pedido de exoneração, alegando ser maior de 70 anos, pelo que foi chamado para o substituir o suplente Tenente Joaquim da Silveira Melo, filho do renunciante.

Foi esta mesma Câmara que, conforme já referi, cuidou pela primeira vez da nomenclatura das ruas, dando-lhes nomes officiais e procedendo à numeração das casas.

A questão do cemiterio foi ventilada logo no começo do quatrienio. O vereador Tobias de Arruda na sessão de 21 de março (1865) propõe à Câmara officio ao presidente da Provincia pedindo recursos para a construção da necrópole municipal, que é obra urgente. Foi nomeada comissão para entender-se com o vigario; mas já na reunião de 15 de maio o vereador Ismael de Moraes pede o adiamento do projeto, considerando que a Assembléia Provincial se fechara, e que o estado dos cofres públicos não comportava essa despesa por causa da guerra com o Paraguai, havia pouco declarada.

Dois anos depois voltou à tona o momentoso problema, e desta vez foi resolvido. Na sessão de 29 de abril de 1867 a Câmara resolveu, por proposta do presidente, "officiar ao Rvmo. Vigario, convidando-o para dirigir a construcção de um cemiterio, isto com a brevidade que as necessidades publicas reclamam e lembrando ao mesmo a conveniencia de sepultar-se cadaveres por emquanto na igreja de S. Benedicto e na capella de Santo Antonio; evitando-se a abertura de sepulturas no corpo da Matriz, cuja terra está em estado de completa podridão, pela agglomeração de corpos."

Certamente os termos desta indicação impressionaram e o projeto correu célere; pois já no dia seguinte (30 de abril) reune-se novamente a Câmara e toma estas resoluções definitivas: aprova a proposta do presidente "para abertura de rua ou

caminho pelo pasto do vereador Generoso Antonio Cardoso, que do Santuário vá sair na estrada do Sorocamirim, visto ter de se edificar o cemiterio naquelle lugar"; encarrega o presidente de comprar do sr. Generoso o terreno necessario para a estrada, e tambem de entregar ao Vigario "a quantia de 300\$000 de imposto com explicação para começar o cemiterio".

Em sessão de outubro (de 67) a Câmara nomeou, a pedido do vigario, uma comissão de três membros para representá-la e acompanhar o andamento do serviço. Essa comissão ficou composta dos vereadores Generoso, Loliola e Joaquim Teodoro (este primeiro esposo de D. Antoninha, irmã do sr. Mauricio de Oliveira. D. Antoninha contraiu depois segundas nupcias com o sr. Tobias Pereira).

Nada mais encontrei nos livros da Câmara a respeito da construção, não se sabendo a quanto montaram as despesas, de onde vieram os recursos, de que especie de imposto provinham os 300\$000, e nem tão pouco quem foi que executou a obra. Coube a superintendencia do serviço ao vigario, que era, nesse tempo, o cônego Benjamim — Antonio Paulino Gonçalves Benjamim, — nomeado em fevereiro de 1866 em substituição ao padre Chico (Francisco José de Moraes), falecido no mês anterior. Era natural que constassem dos assentamentos da Matriz dados relativos ao assunto; entretanto acabo de ser informado, por um amigo prestante, que o digno vigario atual nada achou a respeito. Não pude, por isso, verificar si a construção foi efetivamente realizada por escravos de meu avô paterno, o Cap. Silveira, segundo tradição corrente, e à qual aqui já me referí.

Não se sabe tambem a data precisa da conclusão. O primeiro enterramento sei que foi de uma mulher da roça conhecida pela alcunha de "Nhá Aninha Piquá", e sei porque no meu tempo de menino ainda o povo fazia trocadilhos com o apelido, dizendo que "o cemiterio nunca se encheria por causa do "piquá" da Nhá Aninha".

Parece, porem, que a construção não se completou logo, ou que ao menos ficou o cemiterio em aberto. E' o que se deduz de um incidente horrivel de que a Câmara tomou conhecimento na sessão de 11 de maio de 69. O suplente de sub-delegado em exercicio, que era o negociante Joaquim Antonio de Toledo, comunicou que no dia 25 de abril houvera um enterramento em condições anormais: a sepultura tinha apenas um palmo de profundidade, o que resguardou tão mal o corpo que as exalações

putrefactas atraíram os corvos e estes desenterraram o cadaver. A Câmara destinou então a verba de 400\$000 para a construção do portão e gradil, emboçamento das telhas e reboco dos muros.

Este incidente mostra o descaso com que começou a ser feito tão importante serviço, descaso que continuou ainda, não que se deixassem corpos descobertos, mas fazendo-se as sepulturas a esmo, sem direção, sem ordem, sem arruamento, de sorte que não se podia andar pelo recinto sem pisar sobre sepultura. Foi só depois da República, quando a administração dos cemiterios passou para o domínio das Câmaras, que se abriram as ruas dando ao campo santo as disposições que tem hoje.

A atual capela na entrada foi construída em 1882 por iniciativa e esforços do vigário de então, padre João Carlos da Cunha. Já me referi a este sacerdote que na sua ação dinâmica convulsionou a vida religiosa de São Roque, quebrando a pacatez e indiferença em matéria de culto que reinava durante o tempo do seu antecessor, o cônego Benjamim. Foi ele que apelando para todos, pedindo a uns materiais de construção, a outros transportes, recursos pecuniarios a terceiros, conseguiu em pouco tempo dotar o cemiterio com a capela para o culto católico. A construção foi iniciada em 1882, e no momento de lançar a primeira pedra, o Barão de Piratininga leu um discurso escrito naquele seu estilo romântico e que, como era natural, foi o número principal da cerimonia. Neste discurso ele rende calorosa homenagem ao vigário, como se vê neste tópico:

“Animado pelo santo respeito aos mortos, cuja origem se perde na noite dos tempos, o digno Padre Cunha, sem medir sacrificios metteu hombros, a esta obra humanitaria e inaugurando hoje o assentamento da primeira pedra desta Capella, inscreve nella o nome venerando do infatigavel Levita do Senhor que, pelas nobres e alevantadas qualidades do seu caracter, como por suas preclaras virtudes, tem erigido, um throno de gratidão e de amizade no coração de cada um dos seus parochianos.” Estas palavras dão bem a medida da estima que soube o padre Cunha grangear na sua, aliás, curta passagem, por S. Roque.

Chamava-se José Calvitti o artífice que construiu a Capela, o qual morava em Araçariguama, onde por fim se casou com uma filha do Major Flaminio. Tempos depois, talvez pelas condições do terreno, talvez pela existencia de galeria de sauva, o edificio cedeu para um lado e, receando que desabasse, o vigário intentou demolí-lo; tão sólida, porem, era a construção, que

apenas conseguiram derrubar a abóbada, a qual formava um conjunto harmônico com as paredes.

Foi pena que a não pudessem repor no estado anterior; pois o telhado atual, com os gigantes de arrimo, tirou àquele prédio a feição que tinha de obra de arte.

Modernamente, quando o professor Tonico Arnobio (Antonio Joaquim Arnobio) dirigia a política de S. Roque, agitou-se, na Câmara a lembrança de fechar o cemiterio e abrir um novo para os lados do Cambará, nas proximidades do córrego do Rosario. Alegavam-se para isso motivos de salubridade pública, pois segundo o modo de ver do sr. Arnobio, "os microbios podiam ser trazidos pelas enxurradas e prejudicar os moradores circunjacentes" assim como contaminar as aguas da "biquinha" — pequena fonte que fornecia ao público agua potavel, e que ficava no sopé do morro, à beira do caminho da então chácara do Manduzinho (Manuel Joaquim da Costa Nunes, genro do tabelião Chinhô da Boa Esperança) e onde hoje está a fábrica italiana Brasital. Foi geral o protesto que semelhante projeto levantou, combatendo-o com veemencia o *São-roquense*, que nesse tempo estava sob a direção do talentoso moço maranhense Otaviano Palhano, genro do sr. Vicente Julio. Felizmente, sob tão geral repulsa, o projeto não teve seguimento, e o nosso Campo Santo continuou, sem o menor perigo para a salubridade pública, no mesmo sitio em que foi construido há 70 anos, e que é um dos mais belos recantos da nossa montanhosa e querida cidade.

E aquí, vem a propósito lembrar que há no cemiterio um espaço completamente desaproveitado: a quadra em que foram enterradas as vítimas da variola que grassou em 1874. Provado como se acha o nenhum perigo de transmissão da molestia, não há motivo para se não ocupar aquele trecho. Que perigo de contagio ameaçou a população no tempo em que os enterramentos eram feitos na nave das igrejas pequenas como a nossa, de onde foram há pouco transportados para o cemiterio restos dos que ali repousavam até 1867?

A SANTA CASA DE MISERICORDIA — HISTÓRICO  
DE SUA FUNDAÇÃO

Depois dos dados relativos à fundação do cemiterio, objeto do capitulo anterior, toca hoje a vez à Santa Casa de Misericordia.

Instituição utilissima, que visa corrigir uma falta grave do organismo social, pois que ella se destina a fornecer assistencia aos enfermos desvalidos, sua necessidade se faz sentir com mais força à medida que cresce e se intensifica a vida urbana de cada localidade. Foi o que se deu com São Roque; e tal necessidade não podia escapar à visão clara do ponderado sanroquense, cujo coração aberto sempre ao apelo dos humildes estava em condições de melhor conhecer as precisões da pobreza: o Comendador Manuel Inocencio. A elle, pois, devia caber a honra de ser seu fundador. Vereador e presidente da Câmara Municipal no quadriennio de 1869-72, elle apresentou na sessão de 15 de janeiro de 1872 “as bases para a fundação de uma Santa Casa de Misericordia nesta cidade, com o fim de soccorrer os enfermos necessitados, criar as creanças abandonadas e remir captivos”. Unanimemente aprovada a iniciativa, “foi auctorisado o presidente a deliberar em nome da Camara, a fazer tudo o que fosse necessario para o bom exito deste projecto, ficando elle desde já nomeado Provedor Interino da Irmandade”.

Compunha-se essa Câmara dos seguintes vereadores: Comendador Manuel Inocencio (presidente), Tenente Joaquim Correia de Camargo, Tenente Antonio Joaquim Silverio, Alferezes José de Moraes e Silva (Juca Professor), Narciso da Silva Cesar, José Joaquim de Almeida (Juca Mendes), Camilo Antonio de Lelis, Odorico de Arruda Moraes e João Batista da Silva.

Fortalecido com este apoio, o fundador tratou logo, sem perda de tempo, de por por obra o seu projeto. A primeira reunião para a constituição definitiva só se realizou em 2 de fevereiro do anno seguinte (1873); mas pelas informações pres-



tadas, conforme consta dessa ata inicial, vê-se que todo o ano anterior foi fecundo para a instituição que se fundava. Com efeito já tinham sido dados pelo Provedor interino os seguintes passos fundamentais:

a) obteve do governo, mediante requerimento, autorização para a fundação da Irmandade;

b) modificou o "compromisso", quer dizer os estatutos da Santa Casa da Capital, de acordo com as condições locais, para servir à daqui;

c) conseguiu da Assembléa Provincial o auxilio de ... 2:000\$000;

d) adquiriu predio para o futuro hospital.

A primeira reunião efetuou-se, como disse, a 2 de fevereiro (dia escolhido de propósito, pois ficou a Irmandade sob o patrocínio de N. S. da Conceição), e, aprovado o "compromisso", foi eleito o pessoal administrativo que ficou assim composto:

Provedor — Comendador Manuel Inocencio;

Escrivão — dr. Lupercio da Rocha Lima;

Tesoureiro — Barão de Piratininga;

Mordomo — Sebastião Martins Vilaça;

Procurador — Antonio Xavier de Lima;

Definidores: Vigario Antonio Paulino Gonçalves Benjamin, Coronel Amaro Dias de Oliveira, João Martins de Melo, Alferes Francisco Luiz de Campos.

Irmãos de Mesa: Capitão Manuel Joaquim da Costa Nunes, Antonio Jacinto de Medeiros, José Maria Rodrigues, Narciso da Silva Cesar, Antonio Claudiano da Rosa, Manuel Francisco da Rosa Passos, Manuel dos Santos Rosa, Dr. Julio Xavier Ferreira, Porfirio Caetano da Silva Tavares, Emiliano Joaquim da Silva, Tomaz Henriques de Almeida, e Mauricio de Oliveira.

Começou aí a existencia official da instituição, existencia difficil, cortada de vissicitudes em que por vezes transparece uma ponta das paixões humanas, e lutando sempre com a escassez de recursos.

Desde sua fundação até instalar-se o hospital no predio proprio em que hoje se acha, a Santa Casa esteve sob quatro administrações, representadas pelos respectivos provedores: a primeira, do Comendador, de 1873 até o seu falecimento (agosto de 1889); a segunda a do Tenente Francisco Luiz de Campos, até 1894; a terceira de Quirino de Aguiar, até 1902; e a quarta nesse periodo preliminar, a do professor Arnobio.

Uma das primeiras providencias do Comendador Manuel Inocencio foi adquirir o predio, o que mostra que era seu pensamento instalar logo o hospital. Não consta da ata o preço, nem de onde proveio o dinheiro para a compra: esses dados foram consignados em livro especial, que encerra todo o movimento financeiro, e não me foi dado consultá-lo por ter-se extraviado juntamente com outros livros e mais papéis relativos aos primeiros tempos da Misericordia, segundo me informaram; mas em livros de contas do Comendador encontrei assentamentos que esclarecem esse ponto.

A casa pertencia à minha avó materna, D. Maria Umbelina da Rosa Santos, e a seu filho mais moço, Francisco Quirino dos Santos, e é o grande predio da rua 13 de Maio, hoje dividido em dois, com os números 5 e 7. Foi a compra feita por 3:600\$000, a 24 de dezembro de 1872; importou a sisa em 72\$200, sendo tudo pago parte pelo Comendador e parte pelo Barão. Como não se abrisse logo o hospital, o predio foi alugado a particulares, e mais tarde nele se instalou, na ocasião em que foi criado, o grupo escolar. Ali funcionou depois o forum, servindo tambem de cadeia.

Mas o pensamento dominante era fundar desde logo o hospital, tanto que na reunião de 9 de março (1873), o Tesoureiro comunicou ter mandado vir do Rio, por ordem do Provedor, dez camas de ferro, dez cobertores e fazenda para colchões, fronhas e lençóis em quantidade correspondente, achando-se tudo pronto graças à boa vontade de familias que fizeram gratuitamente o serviço.

Na sessão de 2 de maio de 75, o Tesoureiro presta contas da situação financeira, por onde se vê que a Irmandade tinha em caixa o saldo de pouco mais de 7:000\$000, pelo que a assistencia continuaria a ser domiciliar, por não serem ainda suficientes os fundos para custeio do hospital.

O pessoal administrativo foi aos poucos se modificando. Em maio de 1876, o Dr. Lupercio, que viera para S. Roque como Juiz Municipal em abril de 1872, foi removido para Caconde; e em sessão de 27 de fevereiro de 82 o sr. Sebastião Martins Vilaça pede demissão do cargo de mordomo, alegando idade avançada e mau estado de saúde. Foram então nomeados interinamente os srs. Antonio Xavier de Lima, mordomo, Quirino de Aguiar, procurador, e Antonio dos Santos Sobrinho, secretario.

Em 1886 deu-se o falecimento do Barão, o qual desde 1882 já vinha sendo substituído interinamente por Quirino de Aguiar. Na sessão de 23 de janeiro de 1887 foi prestada sentida homenagem ao extinto, pronunciando o Provedor comovido discurso, no qual se lê: "E' abalado pela mais viva e profunda commoção que vos falo em um nome que sempre foi e é summamente grato ao meu coração, nome que pertence á Patria e mais especialmente á cidade de S. Roque, berço e tumulo do finado." Falou aquí o afeto de irmão; mas o provedor não podia deixar de lamentar que o falecido, Tesoureiro da Irmandade, conhecedor portanto da precaria situação financeira desta, não a contemplasse no seu testamento com o mais insignificante legado, ele que era rico e não tinha herdeiros forçados.

Na sessão de 30 de junho de 1887, Quirino de Aguiar, já então Tesoureiro efetivo, comunica ter recebido do Tesouro Provincial a quantia de 12:000\$000, de uma loteria concedida em favor da Santa Casa. E na sessão de 25 de dezembro de 1888, o sr. Mauricio de Oliveira presta contas da gestão financeira do Barão como Tesoureiro, apresentando um saldo de 16:848\$000, quantia que foi recebida em debentures da Companhia Sorocabana e obrigações.

Em 1889 a instituição sofreu forte abalo com o falecimento do seu fundador e Provedor; e na primeira sessão, realizada dois meses depois, a 13 de outubro, o fato passaria despercebido, si não fora a lembrança do Major Flaminio de Vasconcelos, residente em Araçariguama, o qual "pediu que se lançasse na acta um voto de pesar pelo fallecimento do Provedor Manoel Innocencio da Rosa, patenteando então os elevados serviços prestados por aquelle pranteado cidadão". E' só o que diz a ata, a qual foi lavrada pelo professor Arnobio, como secretario interino.

Nessa mesma sessão foi eleito Provedor o Tenente Francisco Luiz de Campos e pediram exoneração Quirino, de Tesoureiro, e Santos Sobrinho, de Secretario. Na sessão seguinte, fomos escolhidos: Francisco Guilhermino de Campos para Tesoureiro e eu para Secretario; e como não aceitei o cargo, a assembléia elegeu para ele o professor Tiberio Justo da Silva.

A nossa attitude provinha de ressentimentos pelas apreciações malevolentes, quer quanto à atuação do Comendador, quer quanto à gestão financeira do Quirino, ao qual se chegava a acusar veladamente de desviar fundos da Irmandade para negocios seus. A tensão dos espíritos nessa sessão chegou a tal

ponto que o sr. Antonio Claudiano, aparteando um orador impertinente, disse:

— Admiro-me de sua opinião sobre o serviço de assistência. O consocio devia reconhecer a eficiência da Santa Casa, porque, estou bem informado, o sr. mesmo recebeu com a família socorros dela.

Na sessão de 3 de novembro seguinte, o Tesoureiro Aguiar prestou conta de sua gestão, com o seguinte resultado: em dinheiro que entregou — 20:860\$000; em documentos que foram saldados na ocasião — 2:255\$000; em caderneta da Caixa Econômica — 4:073\$000. Total — 27:194\$000. Não falou o Tesoureiro nas debentures da Sorocabana, sinal de que já havia recebido a importância das mesmas.

O novo corpo dirigente ficou, pois, constituído assim: Provedor Tenente Campos; Tesoureiro Campos Filho; Secretário Tiberio, e procurador Julio Cesar de Oliveira.

Esta administração caracterizou-se pela parcimônia nas despesas, clareza e precisão nas contas; e por iniciativa sua, estabeleceu-se a praxe de em cada fim de exercício ser apresentado aos irmãos minucioso relatório do movimento relativo ao ano findo, praxe de que o Provedor deu o melhor exemplo.

Mas ainda assim não escapou, ao demitir-se, dos arranhões, não direi da malevolência, mas da crítica de descontentes.

Continuou a fazer como até ali, fornecimento de alimento, remédio, roupa a pessoas necessitadas, pois que o patrimônio não dava ainda para custear as despesas do hospital, e pelos saldos apresentados, sucessivamente em 1890, 91, 92 e 93, o patrimônio elevou-se a 32:632\$000; e é bem de ver que em todos estes exercícios as contas eram aprovadas sempre com os maiores elogios das respectivas comissões.

Na sessão de 19 de agosto de 1894, o relator, professor Arnobio, apresentou, em nome da respectiva comissão, o projeto de reforma dos estatutos, o qual foi aprovado. Não consta da ata qualquer declaração sobre a permanência da diretoria atual, ou pedido seu de demissão; apenas diz que, de acordo com a reforma, se procedeu à eleição da nova diretoria, que ficou assim constituída: presidente, Quirino de Aguiar; vice, Julio Cesar de Oliveira; tesoureiro, Bento Pereira; e secretário, Tiberio Justo da Silva. A denominação — provedor — foi substituída pela de — presidente —; e criado o cargo de vice-presidente.

Na sessão seguinte (31 de agosto) apresentou-se o ex-tesoureiro Francisco G. de Campos para a prestação de contas e

mostrou que o patrimonio da Santa Casa elevava-se até 19 de agosto, último dia de sua gestão, a 35:060\$000, e na reunião imediata, a 2 de setembro, a comissão apresentou parecer opinando pela aprovação; mas entendia que não se lhe devia dar quitação porque aquela importancia se achava representada por documentos firmados pelo Conde de São Joaquim, a quem havia sido emprestada, e, à vista disso, entendia que só se devia dar quitação si o ex-provedor affiançasse aquele débito, ou desse documento de seu aceite que substituisse os do Conde. Nas considerações que o caso suscitou chegou a pairar censura indireta por haver sido feito aquele empréstimo à revelia dos demais membros da diretoria. Afinal, pagas as letras pelo Conde, reuniu-se a diretoria a 6 de dezembro para dar quitação; e o presidente explicou então que ela não fora dada há mais tempo por não se ter podido encontrar "parte da pharmacia, como balanças, alambiques, vasilhame, etc.". Nova estranheza pelo descuido em não terem sido arrecadados e conservados tais objetos.

A nova diretoria cogitou desde logo do problema da hospitalização: em sessão de 9 de setembro (1894) deliberou alugar uma sala por 20\$ por mês para estabelecer quatro leitos; tratar enfermeiro a 1\$500 por doente, inclusive alimentação e um médico a 50\$000, devendo-se procurar montar farmacia para a Santa Casa.

O patrimonio da instituição, em janeiro de 1899, elevava-se, segundo relatório lido na sessão de 28 desse mês, a 58:609\$000, em um predio, o cofre de ferro e dinheiro dado em empréstimo a juros de 10 e 12 %. A despesa do ano com remedios, alimentos e roupas para pobres subira a 5:331\$000.

A diretoria deliberou, em sessão de 12 de fevereiro, comprar por 20:000\$000 cinco predios sitos à Avenida Tiradentes, e pertencentes a Quirino de Aguiar, e em 15 de março de 1901, comprou a Antonio dos Santos, pela quantia de 6:000\$000, dois predios sitos à rua 13 de Maio. Por esse tempo, isto é, a 9 de março, resolveu fazer ao enfermeiro fornecimento de gêneros para os doentes hospitalizados e não mais pagar a tantos mil réis por enfermo como até ali.

Começou nessa ocasião, é o que se vê pelas atas seguintes, o descalabro financeiro da Misericordia, porque esse fornecimento feito a granel, sem haver quem controlasse as compras, atingiu logo a somas mensais que os cofres não comportavam.

O sr. Julio Cesar exonerou-se do cargo de vice-presidente em julho de 1899, sendo então eleito para substituí-lo o profes-

sor Arnobio. E na sessão de 7 de abril de 1902 foi lida a renúncia do sr. Quirino de Aguiar, que era obrigado a deixar o cargo de presidente por se haver mudado para S. Paulo.

Ficou então regendo os destinos da associação, em caráter interino, a mesma diretoria, composta, como se viu, dos seguintes membros: vice-presidente em exercício, Antonio Arnobio; tesoureiro, Bento Pereira, e secretario, Tiberio Justo.

Esta interinidade perdurou até janeiro de 1904, data em que foi eleita a diretoria definitiva.

## A SANTA CASA E SUA EVOLUÇÃO. UM DONATIVO VALIOSO. UMA ADMINISTRAÇÃO MODELAR

Com a renúncia do sr. Quirino de Aguiar, a qual se deu, como ficou dito, em 7 de abril de 1902, esteve entregue a direção da Santa Casa, em caráter interino, aos demais membros, srs. prof. Arnobio (vice-presidente), Bento Pereira, tesoureiro, e Tiberio Justo, secretario.

Esta interinidade perdurou por espaço de quasi dois anos, pois só em janeiro de 1904 se reuniu a assembléa geral, que elegeu para presidente o sr. Antonio Arnobio, para vice-presidente o sr. Antonio Domingues França, sendo reeleitos o tesoureiro e o secretario. A assembléa aprovou todos os atos da diretoria interina; mas para não fugir à regra, teve ali que rebater insinuações e calúnias. E' o que se vê do discurso em que o prof. Manuel Vilaça, propondo um voto de louvor à diretoria extinta, acentou que "não procediam as calúnias de que a mesma, por vezes, foi victima".

Segundo noticiou o *São-roquense*, a instituição contava, nessa época, o número de 100 socios; mas, ou as contribuições eram incertas, ou as despesas aumentaram muito, porque a verdade é que ela continuou a lutar com dificuldades financeiras. Assim, na reunião de 6 de maio de 1906, o presidente (prof. Arnobio) pediu que a diretoria estudasse, e na próxima sessão apresentasse suas idéias sobre estes pontos: 1.º reorganização da Irmandade; 2.º ver as economias que se podiam fazer no regime interno do hospital; 3.º procurar os meios de saldar as dívidas; 4.º finalmente — tratar da mudança do hospital para algum ponto do suburbio "visto achar-se muito no centro, e o predio não possuir as condições especiaes para isso".

Não pude averiguar as resoluções assentadas, porque a ata de 6 de maio de 1906 é a última do único livro que obtive; mas a solução dos dois pontos capitais, o pagamento das dívidas e a mudança do hospital, só foi conseguida anos depois como vamos ver.

A assistência hospitalar começou nas modestas condições estabelecidas na reunião de setembro de 1894 em que por proposta do sr. Quirino ficou combinado, conforme já expús, instalar 4 leitos em sala particular, pagando-se o aluguel de 20\$000, e ao enfermeiro a diária de 1\$500 por doente. Essa primeira instalação se deu no prédio chamado "maçonaria", na rua 13 de Maio, onde há hoje um sobrado em frente à fábrica de tecidos, e aí morava com a família o sr. Manuel Antonio da Silva (Maneco Sargento), servindo ele mesmo de enfermeiro. Homem delicado, de maneiras muito corteses, tinha o apelido de "Nhô Aquele" por causa do seu cacoete de na conversação empregar esse pronome a propósito de tudo. Era, si não me engano, sobrinho do sr. José de Moraes e Silva (Juca Professor) e sogro dos srs. Antonio Vieira, Serafim Salvetti e cap. Sinfonio de Alcântara. Parece-me que ele foi por algum tempo oficial do Registro Civil.

Não sei por quanto tempo estive aí o hospital; mas por informação que reputo fidedigna, soube que passou depois para o prédio da rua do Taboão, posteriormente vendido ao sr. Francisco Judica, ficando os enfermos sob os cuidados de Paulino da Rosa, ex-escravo do Barão de Piratininga, e que fazia parte daquele grupo de servidores abnegados, que se dedicavam ao amo com extremo devotamento.

Com o aumento sucessivo de leitos, passou mais tarde a funcionar o hospital no prédio da rua 13 de Maio, próximo do grupo escolar e que foi também, por algum tempo, sede da União Literaria. O serviço de enfermagem ficou aí a cargo do sr. Raimundo Tavares, que, com a família residia no prédio. Não era sanroquense de nascimento, mas criou logo boas relações de amizade. Foi casado com d. Ana. Silveira, cunhada do velho Sebastião Vilaça.

Funcionava o hospital nesse edificio quando, na citada assembléia de 6 de maio, de 1906, o presidente prof. Arnobio ventitou a questão da mudança, mostrando que a sede atual não possuia os requisitos necesarios.

Esta inconveniencia foi depois reafirmada pelo inspetor sanitario dr. Manuel Francisco da Costa que opinou pela mudança imediata do hospital para ponto situado fora do centro urbano. E aqui surgiu uma questão. Segundo a noticia do *São-roquense* de 24 de fevereiro de 1907, aquele inspetor indicou como mais adequada a chácara do sr. Tiburcio Vilaça, nas proximidades da Estação velha, mas a diretoria da Santa Casa pro-



pendia para a propriedade do sr. Antonio Arnobio situada em terrenos da rua S. Joaquim. No número seguinte, informa o mesmo *Sãoroquense* que a Santa Casa ia nomear uma comissão para decidir sobre a escolha. Não encontrei o laudo dessa comissão; mas o certo é que a chácara do sr. Arnobio foi vendida à Câmara Municipal em maio de 1908, e esta a revendeu à Irmandade da Santa Casa, em dezembro de 1909. E na respectiva escritura declara que no predio já se achava instalado o hospital.

Quanto ao pagamento das dívidas — dívidas resultantes de fornecimentos de gêneros alimentícios e remedios, — a solução foi a Misericórdia desfazer-se sucessivamente dos bens que possuía.

Assim, em abril de 1907 vendeu ao sr. Bento Pereira, pela quantia de 10:000\$000, quatro das cinco casas da Av. Tiradentes, adquiridas do sr. Quirino, e em outubro do mesmo ano, o 5.º daqueles predios por 2:400\$000, a d. Cândida da Rosa.

Por escritura de maio de 1908, traspassou ao sr. Antonio Domingues França, pela quantia de 20:500\$000, mais cinco predios, sendo um da rua Taboão e os demais da rua 13 de Maio: dois que foram do sr. Santos Sobrinho; o de n.º 32, próximo ao Grupo, e o grande edificio, hoje dividido em dois (n.os 5 e 7), comprado em 1872 à minha avó materna. Vendeu depois por 2:300\$000 ao sr. Francisco Judica o predio da rua do Taboão onde esteve o hospital.

E' bem de ver que, privada do rendimento dessas valiosas propriedades, e reduzida, portanto, às mensalidades, sempre incertas, dos socios, e aos auxilios officiais, continuou periclitante a situação financeira da pia instituição. Residindo há quasi 30 anos fora de S. Roque, não obtive dados sobre a composição das diretorias que sucessivamente têm dirigido os destinos da mesma. Nas escrituras acima referidas, a Santa Casa foi sempre representada pelos srs. Arnobio, Domingues França, Bento Pereira, Tiberio Justo e Fernando Pereira, respectivamente presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretario e procurador.

Não sei até que tempo esses abnegados cidadãos prestaram seu concurso ativo à misericórdia; mas é possível que só fossem sendo substituidos à medida que desapareciam dentre os vivos, sendo que o prof. Tiberio faleceu em julho de 1910, o prof. Arnobio em novembro de 1912, o sr. Domingues França em maio de 1919 e o sr. Bento Pereira em 1932. Não me occorre a data em que morreu o sr. Fernando. E' possível, digo, porque as funções administrativas nas sociedades de beneficencia, San-

tas-Casas, Asilos, Creches, Albergues, etc., são gratuitos, onerosos e exigem tempo e dedicação, e, por isso mesmo, nem todos as podem exercer; o que, todavia, não isenta os funcionarios das setas da maledicencia e dos botes da calunia.

De um desses ataques dá noticia o *São-roquense* na edição de 5 de outubro de 1907. O correspondente, em S. Roque, do *Rebate* da Capital, carreou para esse jornal uma serie de informações maldosas e deprimentes para os créditos da Santa Casa, o que vinha dificultar a entrega, pelo governo, do auxilio orçamentario. E informa o *São-roquense*: "A respectiva directoria, após as calumniosas publicações, requereu ao governo e immediatamente, pelo dr. inspector sanitario do districto foi feito exame minucioso na escripturação da Santa Casa e tomadas outras informações dando resultado o julgamento do governo pela maneira que acabamos de expôr, — isto é, foi a Santa Casa considerada nas condições de receber o referido auxilio."

Entretanto, mau grado o peso destas melancólicas reflexões, cuja veracidade está ao alcance de todos, é consolador verificar que não faltam corações abnegados que se dediquem à obra humanitaria e sobre todas meritoria, de proporcionar assistencia aos enfermos desamparados. Dois fatos, que com prazer vou mencionar, comprovam a veracidade deste asserto: o legado do sanroquense Sotero de Sousa, e a atuação da penúltima Mesa Administrativa.

Sotero Caio de Sousa nasceu em S. Roque a 22 de abril de 1874 e faleceu no Rio em 7 de setembro de 1928. Conheci seu pai, João Nepomuceno de Sousa e seu irmão mais velho Joãozinho, que regulava a minha idade e foi meu colega de escola. O pai, natural da Cotia, si bem me lembro, exercia a profissão de solicitador, e advogava no juri onde à vezes servia de promotor.

Na sessão da Câmara de setembro de 1872, aparece um requerimento seu pedindo pagamento de meias custas por ter funcionado como promotor no processo em que foi julgado um escravo. Era baixo, cheio de corpo, moreno, rosto redondo e usava suíças cuidadosamente aparadas. Muito amavel, tinha o hábito de terminar cada frase com um sorriso entre dentes. Vestia-se com certo esmero e usava chapéu duro, que pela forma, parecia cartola. Mudou-se com a familia, creio que para São Paulo e nunca mais os vi, nem a ele, nem ao Joãozinho.

O Sotero era criança a esse tempo e só mais tarde o conheci estabelecido na Capital com a conhecida "Casa Sotero", dedi-

cada ao ramo de piano e música. (Esse estabelecimento pertence hoje a uma firma italiana e está situado à rua S. Bento).

Era pianista e compositor de merecimento; mas inteiramente desconhecido em sua terra, a qual, ao que sei, nunca frequentou. Solteiro, e sem parentes colaterais, teve a generosa e feliz inspiração de legar todos os seus bens à Misericórdia de São Roque, gesto que o singularizou, não só por ser único, até aqui, como por mostrar que, a-pesar-das apparencias, não se havia esquecido do seu modesto berço natal.

O generoso donatario faleceu, como disse, a 7 de setembro de 1928, e, a 17 de outubro seguinte, o advogado Gustavo Bierrembach de Lima levou o fato ao conhecimento da diretoria reunida em sessão, propondo-se tratar do inventario e adjudicação dos bens, mediante a comissão de 10 % sobre o total da avaliação. Consistiam esses bens em casas e terrenos em S. Paulo e numa gleba de terra em Itanhaem, na praia do Suarão; importando tudo, pela avaliação judicial, em mais de 250:000\$000, pelo que recebeu o advogado 24:000\$000, dispensando o pagamento do restante. Entretanto, verificou-se, mais tarde, que foram excessivamente majorados os importes da avaliação, pois a diretoria posterior certificou-se de que o terreno do Suarão, recebido por 123:000\$000, não valia mais que 15:000\$000; e dois predios avaliados em 70 contos alcançaram apenas, ao serem vendidos, a metade desse valor. Essa excessiva majoração não deixou de prejudicar os interesses da Santa Casa, porque pela adjudicação de tão valioso patrimonio se julgavam os poderes públicos desobrigados de lhe prestar auxilios pecuniarios.

Mas, ainda reduzida ao seu justo valor, a dádiva de Sotero de Sousa foi de real influencia, pois serviu como poderoso tônico num organismo depauperado. E este efeito estimulante foi completado por uma atuação enérgica que convem lembrar como exemplo do que pode a força de vontade de corações bem formados, e como estímulo às futuras administrações.

Quero me referir à Mesa administrativa que tomou posse em 10 de dezembro de 1933 e era assim constituída: Provedor, Luiz Padilha Osses; vice, José Pezzotta Filho; 1.º secretario, José Carlássara Junior; 2.º, srta. Lucy Silva; 1.º tesoureiro, Alcínio de Almeida, 2.º, Alcides Vieira; mordomo, João Leandro; diretor-clínico, dr. Julio de Freitas.

Logo na primeira reunião, essa diretoria verificou as enormes dificuldades que tinha de enfrentar: deploravel o estado das finanças, e péssimas as condições do hospital. Pesava sobre

a instituição um débito de mais de 23 contos, sendo 7:700\$000 por fornecimentos de gêneros e medicamentos, e por isso, o crédito foi completamente cortado na praça de S. Roque, onde "os fornecedores se negavam ao fornecimento do necessario para a manutenção e tratamento dos doentes". Quanto ao estado do edificio, basta dizer que a diretoria "recebeu intimação do Posto de prophylaxia desta cidade para reformar com urgencia o referido predio, sob pena de ser o mesmo interditado". Com efeito, na primeira visita que ela fez ao hospital, tirou a conclusão de que "era de imprescindivel e urgentissima necessidade proceder a uma reforma geral no mesmo, pois alli faltavam os mais comeseinhos principios de hygiene hospitalar, notando-se, sobremaneira, a mais absoluta falta de conforto para os enfermos nelle recolhidos". (v. Relatorio apresentado à Assembléia geral em 10 de janeiro de 1937).

Este amontoado de dificuldades ao invés de entibiar, exaltou o ânimo da Mesa administrativa, que resolutamente se pôs a trabalhar. Começou por obter um empréstimo de 6:000\$000 sob a garantia individual de seus membros e saldou os compromissos mais urgentes, obtendo nas contas o abatimento de 20%. E como o predio, alem da reforma geral, exigia ampliações indispensaveis, lançou a diretoria apelos urgentes em todas as direções; e porque dedicação gera dedicação, o público correspondeu generosa e prontamente a esse apelo: vieram auxilios em dinheiro, em terrenos, animais, etc. E assim, com essas importancias e mais a venda de imoveis, mensalidades, alugueis e outras fontes de receita, apurou a diretoria nos 3 anos de exercicio o montante de quasi 160 contos. Com este recurso fez a reforma e ampliação do hospital, pagou a hipoteca que pesava sobre predios da herança Sotero de Sousa, comprou casa, terrenos, adquiriu material cirúrgico, louças, moveis e utensilios, etc., etc., passando ainda para a diretoria seguinte o saldo superior a 3 contos de réis.

Hoje, devidamente aparelhado para os fins a que se destina, faz gosto visitar o hospital acrescido com o seu pavilhão para doentes particulares, com suas salas de esterilização e operações tão bem montadas, que allí já se praticam, com pleno êxito, intervenções de alta cirurgia; com o seu necroterio e capela para o culto católico.

E' digno de nota a decisiva e eficiente cooperação que aos diretores emprestou o elemento feminino. Devo aquí apontar à gratidão pública o nome das distintas senhoras que, reunidas em

duas Comissões sucessivas, prestaram inestimável serviço aos reorganizadores da Santa Casa. Da primeira Comissão, que aqui agiu sob os auspícios do prefeito municipal, sr. Argeu Vilaça, faziam parte as exmas. sras. d. d. Amélia S. Vilaça, Julieta Tonso, Maria de Oliveira, Amasília Ribeiro Lopes, Marina Giusti, Zelinda Emery, Adelina de Castro Boccato e Marina T. Cereda. A esta Comissão que se denominava "Damas Cooperadoras", e serviu até fevereiro de 1934, seguiu-se outra que, com o nome de "Comitê Feminino Pró-Santa Casa", funcionou até janeiro de 1937, e era composta das exmas. sras. d. d. Julieta B. Tonso, Zelinda Emery, Alice Bonini, Brasilina T. Boccato, Beíinha de Carvalho, Assunta Consentino, Adelina de Castro Boccato, Pierra Alé e srta. Romilda Zecchi.

E' preciso ainda levar em linha de conta que o surpreendente resultado obtido pelos esforços da benemérita Mesa administrativa e seus auxiliares, teve de vencer serias dificuldades, entre as quais a concomitância de se estar, nesse tempo, procedendo à construção do prédio para o Colegio S. José e o salão na parte posterior da Matriz. E' bem de ver o sacrifício que representaria este tríplice apelo simultaneo para três dispendiosas construções, dirigido a uma população modesta e limitada como a de S. Roque.

Todo o apanhado que aqui apressadamente resumí achasse exaustivamente exposto no minudente e substancioso Relatório apresentado pela Mesa administrativa à Assembléia geral em 10 de janeiro de 1937, data em que terminava o seu mandato. Esta peça, assim como toda a atuação da digna e modelar Mesa administrativa, deve ficar como exemplo a ser seguido pela atual diretoria, composta de elementos por igual competentes e esforçados, assim como às que a sucederem.

Ao terminar, seja-me lícito lembrar uma dívida moral que a instituição tem em aberto. Refiro-me ao completo esquecimento em que até hoje há ficado o nome de seu egregio fundador. Não há associação deste gênero que não cultue o nome daqueles que a criaram e os dos seus mais eminentes continuadores. Poder-se-ia alegar até hoje, e com razão, que a origem e os primeiros tempos da Misericórdia jaziam completamente desconhecidos. Agora, porém, que deixei, no capítulo anterior, embora sucintamente, preenchida essa lacuna, já não prevalece esse motivo. E' de toda justiça, pois, que figure, no salão de honra do hospital, o retrato do venerando Comendador Manuel Inocencio da Rosa.

A SOROCABANA — APANHADO HISTÓRICO DE  
SUA CONSTRUÇÃO

O período percorrido de 1872 a 1875 teve marcada influencia nos destinos de S. Roque. Nesse lapso de tempo deu-se a fundação da Santa Casa, foi a cidade elevada à categoria de Comarca, realizou-se a construção da Sorocabana, e ainda nessa época grassou aqui a variola, a maior epidemia que flagelou a sua população.

Ocupei-me, nos últimos capítulos, da Misericórdia; tratarei agora da ferrovia Sorocabana, a qual modificou profundamente o teor de vida de nossa terra, não só pelo impulso que lhe deu naquela época, como principalmente pelas consequências futuras.

O primeiro projeto da Sorocabana nasceu ao tempo em que os filhos de Itú trataram de construir a linha que devia ligar aquela cidade a Jundiá, que era então o ponto terminal da Inglesa. Os sorocabanos apresentaram-se em Itú propondo-se a subscrever 300 contos de ações si a Ituana construísse um ramal daquela cidade a Sorocaba. Rejeitada esta proposta por anti-econômica, pensaram os sorocabanos em realizar por si mesmos tal ligação, e com esse modesto intuito formou-se a primitiva companhia Sorocabana, com o capital apenas de 1.200 contos. Naturalmente, de cogitação em cogitação, o projeto de um simples ramal tomou proporções mais amplas e converteu-se no plano de construir-se uma linha que partindo da Fábrica de Ferro do Ipanema fosse a S. Paulo, passando por Sorocaba e S. Roque. Elevou-se o capital a 4.000 contos, e por decreto de maio de 1871 o governo imperial concedeu licença para aquela construção.

A iniciativa da companhia deve-se a Luiz Mateus Maylasky, que era estrangeiro, pois, como informa o sr. Antonio Francisco Gaspar no seu livro *Histórico da Fundação da Estrada de Ferro Sorocabana*, Maylasky nasceu na cidade de Lemberg, Austria, e vindo muito moço para Sorocaba, aí applicou a diversos

empreendimentos o seu espírito de iniciativa, e a excepcional energia de que era dotado. Foi o primeiro presidente da Sorocabana; e por isto mesmo elevado ao mais alto plano comercial, meteu-se em empreendimentos arrojados de alcance superior às suas forças. Daí sofrer acusações gravíssimas de deshonestidade e de ter dado prejuizos enormes à Companhia. Os acionistas do Rio nomearam uma comissão para examinar as contas e escrituração da Sorocabana, e o relator, que foi o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, apresentou, na Assembléia geral realizada em maio de 1880, parecer em que articulava um a um os dolos e fraudes encontrados, atribuindo-os todos exclusivamente a Maylasky. A Assembléia resolveu unanimemente que ele fosse destituído do cargo de presidente, e que a diretoria interina promovesse a responsabilidade criminal contra os atos por ele praticados.

Foge ao nosso objetivo acompanhar os debates a respeito; mas o certo é que Maylasky não se deixou abater. Mudou-se para Moji-Mirim, e anos depois fundou a Estrada de Ferro de Sapucaí, e ainda mais tarde obteve do imperador o título de Visconde de Sapucaí — conforme se vê no citado livro do sr. Gaspar.

Organizados e aprovados os estatutos da Sorocabana, foi de acordo com eles eleita a direção da companhia que ficou composta de presidente e cinco diretores. Para presidente foi eleito L. M. Maylasky; e os diretores quatro eram de Sorocaba, e o quinto de S. Roque — o Barão de Piratininga.

O contrato para a construção da linha foi assinado em julho de 1871, iniciando-se logo os trabalhos preparatorios para a locação da linha.

Dois engenheiros foram encarregados da exploração preliminar: o dr. Clemente Spetzler, de S. Paulo a S. Roque, e o dr. Eusebio Stevaux, de S. Roque a Sorocaba.

E o desempenho deste encargo foi que levou o dr. Stevaux a vir mais tarde fixar residencia em S. Roque. Com efeito, ao examinar os accidentes do solo verificou ele as qualidades do terreno do Pantojo, sitio que pertencia ao sr. Manuel Pereira de Moraes, sanroquense da velha estirpe dos Moraes, e casado com uma irmã do Cap. José Caetano de Arruda. O dr. Stevaux entabou negociação, e comprou o sitio por 18 contos. O ex-proprietario, "Nhô Neco Pereira", como era conhecido, mudou-se para Itapetininga com outros parentes, e lá se tornou por

sua vez tronco de larga progenie que ocupou e ainda ocupa posição de relevo naquela cidade e adjacencias.

O dr. Stevaux tratou logo de explorar os enormes recursos minerais da fazenda, que possuía inesgotáveis pedreiras de cal, e jazidas de belíssimos mármore de todas as cores. Montou grandes fornos, construiu uma linha ferrea interna de 12 quilômetros, e desenvolveu de tal modo a sua propriedade que, segundo era corrente em S. Roque, chegou a enjeitar por ela, isso no tempo do chamado "ensilamento", o preço de mil contos que lhe oferecera o Conselheiro Mayrink. O dr. Stevaux, além do renome que trouxe a S. Roque com o seu grande estabelecimento calcareo, ainda prestou à cidade relevante serviço, a que me hei de referir adiante.

Feitos os estudos preliminares e aprovado o orçamento (junho de 72), foi o serviço de construção atacado com energia, e no meio de entusiasmo geral de toda a zona. Para maior brevidade na terminação, foi a linha dividida em seis secções, que ficaram entregues a empreiteiros e sub-empreiteiros. O trecho mais difícil, por muito montanhoso, era o compreendido no município de S. Roque, entre São João e Inhaiva, e foi por isso mesmo o primeiro a ser atacado.

O engenheiro chefe desta secção, o dr. Jorge Black Scorrar, tem também sua ligação especial com a nossa terra. Pela necessidade de serviço veio aqui residir, e relacionando-se logo com o nosso meio, constituiu família, casando-se com d. Presciliana, filha primogênita do tabelião Chinhô (Manuel Rodrigues de Arruda Moraes). Conheci pessoalmente o dr. Scorrar. Filho de alemães, e moço naquele tempo (ele nascera em Santos em 1847), era alto, corado, com a bela aparência que lhe davam a barba loura e os óculos de aros de ouro. Foi depois nomeado engenheiro chefe da Sorocabana, prestando posteriormente serviços a outras vias ferreas e à administração pública, como engenheiro competente que era. Faleceu há 8 anos em S. Paulo, onde ainda reside sua esposa d. Presciliana.

No entusiasmo geral do tempo, e para trazer às empresas o estímulo da presença oficial, o presidente da Provincia, conselheiro Pinto Lima efetuou em novembro de 1872 uma visita à estrada ituana, em inicio de construção, vindo de lá a Sorocaba. De volta à Capital, passou por S. Roque, no dia 16, hospedando-se, como era natural, na residência do chefe político. No dia seguinte, por coincidência, chegava aqui a noticia de ter sido o Comendador Antonio Joaquim da Rosa, agraciado com



o título de Barão de Piratininga. E' facil de imaginar o regozijo unânime, a festividade do banquete, que foi honrado com a presença do presidente da Província, as recepções, etc.

Pelo relatório do engenheiro chefe (reporto-me para estes dados ao citado livro do sr. Gaspar), em julho de 1873 estavam já prontos dois terços da linha, esperando ele poder abrir o tráfego no ano seguinte.

Em S. Roque o serviço de avançamento continuava com energia, e por esse tempo iniciou-se a construção da Estação; foi esse serviço contratado por 11:800\$000 com o sr. João Martins de Melo, genro de D. Ana de Assiz, e no começo do ano seguinte (1874) estava ele concluído. Surgiu então a necessidade de resolver um problema, o qual suscitou uma polêmica pela imprensa: refiro-me à construção da rua que devia ligar a Estação à cidade. Tinha-se para isso de abrir um grande rasgo, fazer um aterro elevado, construir uma ponte; e a Câmara, não podendo custear a despesa que foi orçada em mais de 23 contos, pediu à Assembléa provincial que autorizasse o fornecimento daquela verba, levando-a à conta de capital da Sorocabana.

O advogado desta saiu a campo e num artigo sob o sugestivo título — *Uma rua com garantias de juro!* opunha-se a essa concessão, entendendo que tal rua, de puro interesse municipal, devia ser custeada pela Câmara de S. Roque. O Barão respondeu dizendo que a Companhia se obrigara pelo contrato a fazer passar a linha pela cidade, e como pelo capricho do sr. Maylasky não cumpriu essa cláusula, a mesma devia custear a estrada de ligação. Retrucou o advogado observando que a planta fora apresentada pelo presidente e diretores; e sendo ele, Barão, membro da diretoria, devia ter então reclamado contra o traçado. O Barão treplicou esclarecendo que, “pelo seu estado valetudinario nunca fora a Sorocaba”, e nisso ficou a contenda; mas o governo concedeu o auxilio pedido, e a rua foi feita por administração do presidente da Câmara, que era o sr. Antonio Xavier de Lima.

E assim, quando se deu a inauguração official do tráfego, fato que se realizou com a maior pompa e no meio de indescriivel entusiasmo geral no dia 10 de julho de 1875, poude a população subir pela rua recém-construída. Ainda menino, assistí a essa festividade, de que guardo recordação indelevel. A Estação achava-se garridamente ornamentada de bandeirolas, arcos de bambús, galhardetes; e ali se achava presente não só o

mundo oficial, como enorme multidão que se aglomerava ansiosa por ver aquele espetáculo inédito: a chegada do primeiro trem de passageiros a S. Roque. E foi no meio do espoucar de rojões, de vivas, de aclamações e música, que se nos apresentou aos olhos maravilhados o famoso "trem de ferro", como se dizia. A banda marcial era regida pelo maestro Porfiriô, que compusera, especialmente para a solenidade, um dobrado (ou marcha) intitulado — *A locomotiva*, na qual imitava os ruidos, os apitos, os bufos do trem em movimento. Foi um sucesso!

AINDA A SOROCABANA — SEUS COMEÇOS — SEU  
SURPREENDENTE SURTO ATUAL

O tráfego da Sorocabana foi inaugurado, como vimos, em julho de 1875, e esse acontecimento entrou desde o começo a modificar as condições de vida de S. Roque, por facilitar as comunicações com a Capital e depois com outros pontos. Até ali a ida a S. Paulo, por doze leguas de maus caminhos, que se tinha de vencer em um ou dois dias, a cavalo ou "bangué", era empresa ponderosa a que só se arrojavam os fortes e por grande necessidade; de sorte que os sanroquenses viviam confinados nos limites de sua terra, e como que segregados das demais localidades da Província. Agora, essa viagem se convertia em passeio agradável, que se fazia comodamente em poucas horas. A mesma facilidade para o commercio: o intercambio de mercadorias que se efetuava morosamente a lombo de burro e com riscos inevitáveis, tornava-se dali em diante fácil, rápido e seguro. A correspondencia postal trazida e levada só de oito em oito dias (já lembrei a esse propósito as proezas do velho andarilho Antonio Salvador), passava agora a ser diaria. Abriam-se por assim dizer as portas da cidade, a qual, integrando-se na vida coletiva, ia sentir com mais intensidade a influencia do fluxo e refluxo dos acontecimentos políticos e sociais.

Mas verificou-se tambem aí um fato que, em toda parte e em todos os tempos, acompanhou a implantação de qualquer progresso. Sabe-se que a descoberta da imprensa, que modificou a face do mundo simplificando e facilitando a edição de livros, acarretou a ruina da numerosa classe dos "escribas" ou "copistas" empregados na reprodução manuscrita, isto é, a pena (e naquele tempo, pena de verdade, fornecida pelos patos, pois ainda não havia as de aço). E modernamente, vê-se que é o emprego desmesurado das máquinas em todos os ramos da industria a causa da desocupação dos operarios em massa, gerando na Europa o gravissimo problema dos sem-trabalho. Assim igualmente em São Roque, como em todas as localidades por

onde foi passando, a Sorocabana, que lhe trouxe tantos benefícios, causou-lhe grande prejuízo econômico com a supressão das tropas que eram talvez a principal fonte de rendimento local. Os proprietários tiveram de se ir desfazendo dos lotes arreados, desaparecendo assim um gênero de atividade industrial que vinha desde os tempos do capitão Messias, o que certamente levaria muitos dos prejudicados a condenar e maldizer essa invenção (nefasta para eles) das estradas de ferro.

Voltemos à Sorocabana. Quem conhece a grande Estrada de hoje, que corta com seus trilhos estensas regiões do Estado, mal pode imaginar a simplicidade da seu começo.

Os trens eram nesse tempo formados de três vagõesinhos, desses que hoje se denominam por gracejo "caixas de fósforos", e entre S. Paulo e S. Roque havia apenas duas Estações, as de S. João e Barueri, e somente uma entre Sorocaba e esta cidade, a de Pirajibú.

Corria apenas um trem de ida e um de volta, gastando três horas da Capital a S. Roque e duas daqui a Sorocaba. Os sorocabenses que saudaram extasiados o primeiro apito alviçareiro naquela festa inaugural, quando a linha possuía apenas 104 quilômetros, não suspeitavam de-certo que 60 anos mais tarde a Sorocabana viria a ser a grande ferrovia de hoje que, com os seus 2.100 quilômetros de trilhos apresenta a receita bruta de mais de 121 mil contos, e o saldo líquido superior a 23 mil contos, com o que se tornou a Estrada mais próspera do Estado, mais rendosa mesmo de que a Paulista e a Inglesa, que são de fato modelo de organização e perfeição de serviço.

Mas para chegar a esta situação de segurança e prosperidade, quantas lutas, quanta vissicitude, quantos tropeços!

Não será sem interesse para os meus contemporâneos lembrar em traços ligeiros os acontecimentos capitais que, a partir do seu início, agitaram a vida da via ferrea que nos serve. O seu primeiro presidente, e figura primordial de sua fundação, Luiz Mateus Maylasky, foi destituído, como referi, em maio de 1880, sob gravíssimas acusações de fraudes e dolo. Passou a Companhia a ser administrada pelos acionistas do Rio; mas essa administração andou tão desastrosamente, que a Sorocabana acabou por ser executada judicialmente, posta em leilão, e arrematada em junho de 1904 pelo governo federal. No ano seguinte, no governo do dr. Jorge Tibiriçá, o Estado de São Paulo a comprou por 3.250.000 libras, e dois anos depois (maio de 1907), o mesmo presidente a arrendou a dois ca-

pitalistas estrangeiros, o norte-americano Percival Farquar, e o banqueiro Hector Legru, residente em Paris; e estes, em setembro do mesmo ano, traspassaram o contrato à Sociedade anônima "Sorocabana Railway Co.". Andou por esse tempo a trouxe-mouxe a administração da Estrada, tornando-se proverbiais os desmandos no horario, no desvio de mercadorias, nos desastres, na insegurança do serviço. A grita tornou-se geral: reclamavam o público, o comercio, os interessados nas zonas desservidas pela via ferrea. Afinal, em setembro de 1919 o contrato foi rescindido, mediante pagamento pelo Estado da quantia de 52.800 contos (números redondos), sendo 21.000 contos como indenização, 27.600 contos pelo capital e 4.100 contos por material encomendado. Começou aí a fase de prosperidade crescente em que se tem achado até hoje.

Através, porem, de todas as lutas e dificuldades, a Estrada nunca deixou de ir, num esforço persistente e continuo, estendendo sucessivamente suas linhas nas diversas direções que constituem hoje a sua extensa rede ferroviaria.

Assim, em 1876 completou o contrato primitivo chegando a Ipanema, e já de 1878 a 82, estendia-se a Boituva, Tietê e Botucatu. Daí, duas novas direções: — para Noroeste — S. Manuel, Lençóis, Agudos e Baurú até 1895; e para a zona chamada "Alta Sorocabana", começando em 1888, alcançou Porto Tibiriçá em 1910 e Salto Grande em 1920.

No ramal para o sul foi de Tatuí a Itapetininga em 1894, e posteriormente a Itararé. Incorporando em 1892 a Ituana, ligou-se ao Oeste do Estado pelo ramal de Itaiçá a Campinas; e com a próxima inauguração do ramal de Mayrink a Santos, terá sua ligação direta com o maior porto do Brasil, assim como com o litoral-sul pela Santos-Juquiá, à qual se liga na Estação de Samaritá. Enfim, pelo tráfego mutuo a Sorocabana se acha em contacto com Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pela Sul-Rigrandense; com Mato Grosso pela Noroeste, e ainda com o Paraná, pelo Norte de Paraná; e já se projeta a comunicação direta com a Capital pelo ramal da Penha a Osasco. Está aparelhada com a maior officina ferroviaria, segundo dizem, da America do Sul; e quasi a terminar a Estação de S. Paulo, a mais bela e suntuosa do Brasil.

Faço prazerosamente esta recapitulação porque sou dos poucos sanroquenses vivos que tendo a satisfação de assistir à inauguração, puderam acompanhar o surto espantoso de uma

empresa que, construída por capitais paulistas, é um reflexo do vigor econômico de S. Paulo, e um atestado da capacidade administrativa dos paulistas.

---

A construção da linha, de 1872 até à inauguração, trouxe a S. Roque, uma grande população adventícia que lhe intensificou a vida por algum tempo; mas, vinda com o início do serviço, foi-se com a terminação dele: eram engenheiros, empreiteiros, a grande massa dos trabalhadores, assim como negociantes e artífices. Desses mesmos, muitos se incorporaram ao nosso meio, constituindo aqui família; e muitos sanroquenses de hoje tiveram pais alienígenas. Outra classe de adventícios permaneceu por mais tempo em nosso meio, e foram os agentes e demais funcionários da Estação.

O primeiro chefe daqui chamava-se José Amzalac, conhecido por "Cazuza". Viera, si bem me lembro, do Rio, e era um "esquisitão". Muito distraído costumava falar sozinho, e tinha o hábito de intercalar na conversa a interjeição sem sentido — "Heme-heme-heme". Parou pouco, e foi substituído pelo agente que estivera em Barueri, o sr. Henrique Morgenroth. Homem lhano, tinha um ar de melancolia, que provinha talvez da sua situação doméstica, pois constava que a esposa sofria das faculdades mentais.

Foi o terceiro agente da Estação o sr. Andrelino José Pedroso, o qual integrou-se na vida de S. Roque. Moço e muito jovial, criou logo uma roda de amigos entre os negociantes e a mocidade do tempo. Reanimou o gosto pelo teatro, promovendo uma serie de representações de amadores. O grupo anterior tivera como presidente o dr. Julio Ferreira e como secretario o velho amator Sebastião Vilaça, achava-se dissolvido: o novo grupo, teve ainda como chefe o mesmo Vilaça, servindo de "ponto" ele, Andrelino. Com a serie de espetáculos e mais algum auxilio popular, obtiveram-se recursos para melhorar as condições do teatro: nessa ocasião é que foi assoalhado e forrado, teve novo pano de boca, assim como algumas vistas para o cenario; e para tudo isso concorreu o sr. Andrelino com o seu espirito de iniciativa e sua "verve" espontanea. Casou-se com uma filha do sr. Generoso Cardoso, tornando-se assim conchudo do sr. Zefirino de Oliveira (primeiro casamento) e dos irmãos conhecidos pela alcunha de "Marcineiros" — Juca (Jo-

sé Francisco Cavalheiro) o qual morreu creio que na ocasião da epidemia de variola, e Tonico, o sr. Antonio Isidoro França que se tornou depois abastado negociante conhecido de todo São Roque, pois não há muito que faleceu.

Creio que ao sr. Andreolino sucedeu na chefia da Estação o sr. José Wey Meyer, que era suíço. Muito reservado e seco no trato social, era entretanto estimado por ser funcionario correto e solícito em atender ao público.

Guardo desses primeiros tempos da Sorocabana a lembrança de dois rapazes que começaram como aprendizes de telegrafistas. Ligava-nos essa amizade de que a gente nunca se esquece porque nascida da conformidade do temperamento, de educação e da idade. Um era conhecido por "Nhonhô", a que se acrescentava o nome da mãe — "de D. Berberina". Foi, muito moço, removido daqui para Estação distante e nunca mais nos encontramos. Era irmão de outro moço muito cortejado em S. Roque, o sr. Valencio de Almeida, casado com uma filha do sr. Antonio Xavier de Lima.

O outro era o sr. Delmino de Almeida, filho do sr. José Joaquim de Almeida (Juca Mendes). Circunspecto, de maneiras corteses e distintas, fez carreira rápida e brilhante na Sorocabana, onde chegaria aos mais altos postos de direção, si a morte o não arrebatasse tão prematuramente. Era casado, na conhecida e estimada família Silva, pois sua esposa, a que davam o tratamento familiar de "D. Priminha", era filha de D. Purezinha da Silva Malheiros. Residem em Sorocaba, ocupando cargos públicos de confiança seus filhos Alberto e Delmino.

A CIDADE EM 1873 — ATIVIDADE COMERCIAL —  
A CULTURA DO ALGODÃO

Desde fins de 1872 S. Roque começou a agitar-se com desusado movimento, devido à população movediça que lhe trouxe a construção da Sorocabana. A parte da linha que atravessa o município foi dividida, como já indiquei, em duas secções, uma de S. João até aqui, outra daqui ao bairro do Inhaiva. E como fosse o serviço entregue a varios empreiteiros e sub-empreiteiros, estabeleceram-se logo nucleos de trabalhadores nas vizinhanças da cidade que, como centro do trecho em construção, era o ponto forçado de reunião de todo o pessoal que aqui vinha prover-se do necessário, e expandir-se nos domingos e dias de folga. Daí o aumento rápido de casas comerciais e hotéis, e a consequente animação que comunicava vida nova à cidadezinha serrana. Isso por sua vez obrigava a Câmara a uma serie de providencias e a uma atividade destoante do teor das administrações anteriores, o que foi facil porque, por coincidencia, nesse ano de 1873 iniciava o seu quatrienio a nova Câmara composta dos seguintes elementos: Dr. Julio Xavier Ferreira, Tenente Francisco de Assiz Oliveira (Chiquinho de Assiz), Antonio Xavier de Lima, José Marcelino de Campos, João de Deus Martins de Barros, Pedro Antonio da Silva (Pedro do Sabó), Francisco de Almeida Loiola, Salvador Xavier de Jesus (Salvador Rato) e Porfirio Tavares. Uma vez empossada, elegeu para presidente o dr. Julio, o qual, logo na primeira sessão (11 de janeiro de 1873), tratou de prover à necessidade mais urgente: a reforma do código de posturas, pois o que existia já não se adaptava às novas condições da cidade. E entrou a agir.

Primeiro, os melhoramentos urbanos: na sessão de 23 de janeiro nomeia duas comissões, uma para orçar as despesas com serviços nas ruas Municipal e Direita, e largo da Matriz; outra para a construção de novo matadouro.



Abauladas e sargeateadas aquelas ruas, marcou (27 de março) o prazo de três meses para os moradores da rua Direita pintarem as casas e fazerem o calçamento das frentes, e na mesma sessão tratou de outro problema correlato, o qual, aliás, só muito mais tarde foi resolvido, como adiante mostrarei: a iluminação pública. E ainda no empenho dos melhoramentos locais, officia ao governo (abril de 1873) pedindo uma verba de . . . 2:000\$000 para reforma da cadeia.

A comissão encarregada do novo matadouro, entrou logo em ação. Já havia na cidade três açougues, o que mostrava o aumento de consumo; e o matadouro existente, que era no lugar em que está o cortume construído pelo sr. Quirino de Aguiar, já não satisfazia as novas necessidades. A comissão fixou sua atenção primeiro "numa ilhota que existe no cercado grande" em terrenos do sr. Antonio Mendes de Almeida; mas este declarou em termos terminantes que não vendia suas terras aos pedaços; e que si a Câmara queria, que lhe comprasse toda a propriedade. A comissão opinou então pela aquisição de "um pastinho junto ao rio (Acarai), que ficava nos fundos da casa da rua Municipal, casa que fora do Saquete (Joaquim de Sousa Saquete), e que pertencia agora a herdeiros de Antonio Mendes de Almeida". Este concordou com a venda, pelo preço de 600\$000, e o sr. Lima ficou encarregado de construir o matadouro.

Quanto à iluminação pública, a Câmara resolveu (sessão de 27 de março de 73) officiar ao presidente da Província no sentido de obter dele o fornecimento de 25 lampeões de querosene, dos que até ali serviram para a iluminação da Capital, e que se tornaram desnecessarios porque naquela época S. Paulo começou a ter iluminação a gás. Não sei qual a resposta do governo, mas o pedido não foi deferido, e S. Roque continuou às escuras por muitos anos, isto é, até 1884, quando, em modestissimas condições, foi iniciado esse melhoramento. Era nessa ocasião (1884) presidente da Câmara o sr. Vicente Julio de Oliveira, o qual propôs (sessão de 27 de setembro) que se iluminassem as ruas a lampeões de querosene. No mês seguinte, o funileiro Cristovão Nicodemos (que tinha a pequena officina em uma casinha atrás da matriz, à esquerda de quem desce) vizinho da casa do sr. Luiz Vilaça, foi encarregado de fazer primeiro 10 lampeões a 9\$000 cada um, sendo esse número depois elevado a 26. E em dezembro inaugurou-se o serviço, devendo os lampeões ser acesos, isso quando não houvesse luar,

às 7 horas e apagados às 10. Desse trabalho se encarregou, ao preço mensal de 1\$000 por lampeão, o sr. Luiz Mendes, o qual deixou o lugar em fins de 1887; pois na vigência da Câmara seguinte, que teve como presidente, o sr. Francisco Luiz de Campos, a iluminação ficou a cargo do sr. José Firmino de Arruda (nominalmente) e José Vilaça, este muito jovem então. Bem se pode imaginar a alegria com que a população recebeu este serviço que, embora deficiente, era melhor do que nada. E nesse tempo nem se sonhava com a eletricidade: S. Paulo, Santos e Campinas tinham iluminação a gás, e em algumas cidades, como Itapetininga, ensaiava-se o acetileno; nas demais localidades vigorava o velho e democrático petróleo. Mas com o espantoso surto que quasi de chofre tomou a eletricidade no Estado, os pobres lampeões fumarentos foram-se tornando indesejáveis e até ridículos: daí o frêmito de júbilo com que S. Roque estremeceu, quando ali por 1908, inaugurou-se aqui a luz elétrica, fornecida pela empresa Amosso & Bonini, proprietários da pequena usina estabelecida na chácara, então do sr. Albino Giancolli. Nas modestas condições com que se instalou, não podia deixar de ser deficiente e precario o fornecimento de força e luz; hoje, com a passagem dos cabos da "Light" por S. Roque, a população nada tem a invejar, nesse particular, a nenhuma cidade do Estado, nem mesmo à Capital. Tem toda a força e luz que quiser.

\* \* \*

A associação das idéias nos trouxe involuntariamente, de recordação em recordação, até aos fatos de nossos dias. Voltemos, pois, ao S. Roque de 1873.

A serie de melhoramentos locais que a Câmara do tempo realizou só foi possível com os novos recursos que a intensificação da vida local lhe trouxe, elevando quasi ao triplo o orçamento municipal. E' o que se vê do seguinte confronto. No primeiro trimestre de 1873 foi este o movimento financeiro: receita 1:368\$000, despesa 936\$000. Em igual periodo do ano anterior, a receita alcançou 408\$000, e em 1871 apenas 269\$000.

Este aumento de arrecadação era um reflexo da atividade comercial reinante. Com effeito, pelo Almanaque da Provincia de S. Paulo, para 1873, de Luné, vê-se que nesse ano havia em S. Roque 9 lojas de fazenda, 39 casas de ferragem e secos

e molhados, 4 hotéis, 4 padarias, 4 olarias, 2 oficinas para trolis e carroças, uma de selins e arreios, 2 tanoeiros, 2 cortumes e relojoeiro, dentistas, retratistas, ourives. Em todos estes gêneros de atividade figuram numerosos nomes de pessoas de fora, principalmente entre os negociantes de ferragens e molhados, em que cerca de metade apenas eram sanroquenses.

Mas além desta fonte de prosperidade, que provinha da construção da Sorocabana, outra houve por esses tempos de caráter local, e foi a cultura do algodão. Com a guerra de secessão dos Estados Unidos, veio a faltar o algodão para o consumo mundial, e a elevação de preços que então se verificou estimulou na Província a produção daquela fibra, e São Roque também participou desse movimento geral. Basta dizer que, segundo o referido Almanaque, havia aqui em 1873, 27 lavradores que se dedicavam ao cultivo do algodão, e 7 máquinas para o beneficiamento do mesmo. Por sua vez, esta grande atividade agrícola vinha intensificar a indústria do transporte, feito até ali por tropas arreadas.

A rememoração destes fatos aviva-me penosa recordação da infância, relativa a um episódio que me toca de perto, e vou referir porque ele ocupou por algum tempo a atenção do São Roque antigo. Meu pai foi um daqueles lavradores que montaram usina para beneficiar algodão, aproveitando a força hidráulica do salto que distava cerca de um quilômetro da casa de residência, a qual ficava no alto da colina. Esta cachoeira tem sua história remotamente ligada aos interesses de S. Roque, e a ela ainda hei de voltar. No espaçoso casarão da usina havia grande quantidade de algodão não só de meu pai como de outros lavradores que ali o mandavam para o benefício e enfardamento. O serviço era intenso, e havia sempre serão, que se prolongava até altas horas da noite. Um dia, pouco antes de amanhecer, um escravo que saiu casualmente ao terreiro, avisou lá embaixo vivo clarão como de imensa fogueira. Dado o alarma, para lá correu meu pai com todo o pessoal de que dispunha, escravos e camaradas, mas chegaram tarde: o fogo em breve consumava sua obra de destruição, devorando todo o algodão e as paredes do prédio. A máquina ficou completamente inutilizada. Os prejuízos foram totais, e desse revés financeiro meu pai nunca mais se refez. Houve quem atribuisse o sinistro a intenção criminosa; porém, ele não tinha inimigos, e dava como causa o descuido do pessoal noturno que, pela cansa da serviço, deixasse algum braseiro aceso.

## COISAS D'ANTANHO — AS CONGADAS

Para fugir à monotonia, deixo de continuar hoje a narração de acontecimentos relativos à evolução de nossa terra, para lembrar usos e diversões que desapareceram ou, si existem, não o é mais naquela forma típica e pitoresca dos tempos de antanho, e, nessa forma, inteiramente desconhecidos da geração atual.

Começarei pelas “congadas”, que eram promovidas e realizadas pelos pretos, e correspondiam ao “caiapó”, imitação de folguedos e dansas dos índios, e às “cavallhadas”, figuração do ciclo heróico de Portugal nas lutas político-religiosas com os mouros.

Ao que li há pouco tempo, as congadas continuam a existir, mas estilizadas, bem organizadas, e como número de atração nas festas populares. As que se faziam em S. Roque, entretanto, tal como as vi em menino, há mais de 60 anos, eram representações rudimentares, com aquele toque de simplicidade condizente com a mentalidade dos figurantes e dirigentes. Basta dizer que, sendo todos analfabetos, as “falas” eram aprendidas de cor, segundo as ia ensinando o ensaiador mor, que era um preto muito vivo e lépido, a-pesar-de já maduro, que se chamava Marcelino, — escravo do Comendador Manuel Inocencio.

As “congadas” figuravam o combate entre duas forças inimigas. De um lado o grupo constituido pelo “rei”, a “rainha”, as “damas de honra” e os “fidalgos”, e de outro o grupo dos atacantes, formado por 30 ou 40 conguinhos, dirigidos pelo chefe, que era o “embaixador”, o já referido Marcelino.

O rei e sua corte postavam-se sucessivamente em pontos previamente determinados, primeiro no largo da Matriz, e depois a seguir, em frente às residencias do Barão de Piratininga, do Comendador, do Coronel Amaro Dias, que era Comandante da guarda nacional, do delegado, etc.

A rainha e as damas vestiam-se de branco, e o rei e os fidalgos com a indumentaria usada pela antiga nobreza: corpete

de metim, calções, meias compridas, capa de escocia azul ou rosa, espada e capacete, ou turbante. Ali ficavam sentados até à chegada dos conguintos; e enquanto esperavam iam fazendo suas "falas". Eram estas, ao que me lembro, um aglomerado de frases sem nexos, que cada um ia recitando de pé, e em tom enfático. Tenho ainda na memória a tirada de um deles, na qual havia estas expressões oriundas evidentemente da gíria riograndense: "Alevanta, alevanta o cavalo, mano Juca! Cavalinho velho é "pingo"; homem delgado é "guasca"; pala enrolada na cintura é "chiripá"!"

Quando o exército inimigo vinha se aproximando, o "conselheiro", que era um rapagão vistoso e divertido, mostrava o perigo que o reino corria, e concitava a reagir, censurando a inércia do rei. Então este se levantava (e quem fazia o papel de rei era o João Creoulo, um preto alto e corpulento, escravo do Comendador). Levantava-se e fazia uma "fala" querendo dizer que ia arrasar o inimigo, e passaria a todos a fio de espada. Era quando a rainha (uma preta retinta, bem apessoada, que se chamava Catarina, e escrava do Capitão Arruda), também se levantava, e dizia numa voz aflautada: "Rei soberano! Não se botai a perder, pra maior vitória do Divino Espírito Santo!"

Nisto aproximava-se a força atacante, formada como disse de cerca de 40 rapazinhos, todos uniformizados a caráter: saio de metim cor de rosa ou azul, faixa branca a tiracolo, meias compridas e turbante da cor do saio. Vinham todos munidos de um pequeno bastão, à guisa de arma ofensiva.

Pelas ruas que percorriam antes de alcançar a "corte", vinham em passo cadenciado ao som de tambores e adufes, e cantando versos dos quais me ocorrem ainda os seguintes:

Eh, eh, sabiá !  
 Eh, eh, eh, sabiá !  
 Prá cantar saiu no campo,  
 Foi no mato, foi chorar !

Ou então:

Vimos de Loanda,  
 Vimos de Portugal !  
 Pobres coitadinhos,  
 Não podemos mais andá !

Ou ainda:

O rei profeta  
 Dansava e cantava  
 Com gosto e alegria !  
 Os conguinhos vêm agora  
 Também festejá  
 O rosario de Maria !

Assim cantando, marchando e fazendo pequenas evoluções ao sinal de apito do embaixador, eles se aproximavam do grupo real. Paravam a certa distancia, e então o embaixador corria para o grupo, e dando com agilidade um salto, gritava: "O embaixador pede entrada!" E como não lhe dessem atenção, voltava para os conguinhos, e tornando daí a pouco, gritava novamente: "O embaixador pede entrada!" Novo silencio, e pela terceira vez avançava, e se saía com esta:

"O embaixador pede entrada, que sua embaixada vem dar! Trago 500 mil homens para consigo guerrear!" E terminava arrogantemente com esta pergunta: "V...U é vu, senhor Gazanimbú?" Esta frase que apresenta um ressaibo de construção francesa (où êtez-vous, Mr. Gazanimbou?) talvez alguma expressão em voga e estropiada pela ignorancia dos figurantes, era um insulto que a corte não podia suportar. O rei se levantava indignado, levantavam-se os fidalgos que, sacando das espadas, punham-se em guarda. O embaixador dá ordem de atacar, e avançam cantando:

Finca pé, finca pé,  
 Cabeça do rei eu trago aquí.

Dá-se aí um simulacro de combate, que termina pela derrota dos conguinhos. Estes passam por baixo das espadas cruzadas dos fidalgos, o embaixador com um lenço nos olhos, e todos vão ajoelhar-se diante do rei entoando em voz lametosa:

Ai !  
 Que infelicidade !  
 Que caso estranho !  
 Quanto alvoroço !  
 Que de sangue não correrá !

Então a rainha intervem, o rei perdoa, os vencidos se levantam e, em boa camaradagem, entram a conversar alegremente, tomando todos algum "refresco", de que a "corte" andava sempre bem provida. Depois, mudavam-se os guerreiros para outro ponto previamente escolhido, e lá iam instalar-se: rei, rainha e fidalgos, enquanto o embaixador se retirava com os conguintos para lugar afastado, afim de recommençar a mesma marcha, as mesmas evoluções e os mesmos cantos.

Tal era, em suas linhas gerais, qual se me conservou na memoria (e haverá ainda em S. Roque quem tambem se recorde), aquele gênero de diversão que, figurando como número de sensação nas festas de S. Benedito, que se realizavam a 6 de janeiro, atraía para a cidade não só moradores dos bairros como muita gente das localidades vizinhas.

Para todos, o que encantava não eram as "falas" estropiadas e desconexas, nem mesmo a significação do entremez: era a indumentaria vistosa e variegada dos figurantes e o garbo com que estes se apresentavam. Para a criançada, então, o enlevo estava nos conguintos que, bem ensaiados, bem disciplinados, animavam as ruas com o espetáculo da marcha e com a melodia das vozes, embora cantando versos sem significação.

Mas a alma de tudo isto era o bom e jovial Marcelino, que não se cansava de ensinar as marchas e cantos aos pequenos e falas aos grandes, nos repetidos ensaios que tinham por cenário o "pastro da loja grande", como já referi de passagem. E foi por ter acompanhado com curiosidade esses ensaios, que se me gravaram na memoria os quadros que sucessivamente acabo de esboçar.

## XXXVII

### COSTUMES ANTIGOS — AS FESTAS DE S. JOÃO — O CARNAVAL E O ENTRUDO

Vou lembrar agora dois outros gêneros de diversões populares, que ainda existem, mas com caráter inteiramente diverso do que tinham outrora.

Começarei pelas festas de S. João, tais como se faziam na roça e na cidade. Nos sítios iniciavam-se elas na véspera (23 de junho) à tardinha pela cerimonia do levantamento do “mastro”, o que se fazia ao espocar de rojões, e aos estampidos formidaveis das “ronqueiras”, que eram peças formadas por um cano de garrucha ou de espingarda, solidamente fixado a pesado cepo. Carregavam-nas com pólvora seca, bem socada, e faziam-nas detonar por meio de um rastilho de pólvora que pelo “ouvido” comunicava fogo à carga. No alto do mastro, junto à bandeira colocavam, com ramos de flores, espigas de milho e laranjas enfiadas como rosarios; e na cova, ao fincar o mastro, depositavam ovos, tudo no intuito de obter que o santo propiciasse abundancia na lavoura e criação. Ao anoitecer acendiam-se as “caieiras” em torno das quais se reunia o rapazio nos folguedos e expansões proprios da idade.

A seguir vinham as rezas, dirigidas pelo “capelão” que aí funcionava como padre, o qual, ao cantar a ladainha, estropiava o latim da litania, produzindo frases grotescas como: “regina patinho arcado” (regina patriarcharum), “virge pote” (virgo potens), etc. E o que é mais, a um “puxador de rezas” conheci eu que recitava a antifona final da ladainha em latim (!), engrolando uma serie de sons sem sentido, mas arremedando exactamente a toada em que a cantarolavam os padres. E acabado o latinorio, os assistentes respondiam em coro: “Amem!” A parte religiosa dos festejos terminava com a cerimonia de “lavar S. João”, o que se fazia indo todos procissionalmente ao rio, ou aguada mais próxima. Na frente caminhava o “capelão” carregando o santo, e entoando as rezas costumadas, e os que acompanhavam levavam devotamente “rolos” acesos, pontilhan-



do a escuridão da noite com aquelas luzinhas amarelentas e movediças. Dado o mergulho conforme os preceitos daquela liturgia meio católica, meio pagã, muitos devotos lavavam mãos e rostos; e tornando para casa, repunham o santo no oratório ou no altar improvisado, e começavam as dansas e folguedos que se prolongavam até à madrugada.

Em traços gerais era esse o cerimonial das festas consagradas ao santo mais popular do calendario católico, e é possível que continue com o mesmo carater, dada a índole profundamente conservadora das populações rurais, conservadoras em tudo — no falar, no vestir, nos costumes.

Na cidade, porem, predominava outro gênero de folguedos que, creio eu, já desapareceram de todo, e eram os “buscapés”. Feitos de pólvora socada como os rojões, mas não podendo como estes subir por falta de “rabo”, os terríveis foguetes saíam esfuziando ao rés-do-chão, batendo por portas e janelas, riscando paredes, quebrando vidraças, até se consumirem no estouro final.

Os apreciadores do folguedo, rapazes em geral, saíam à rua logo ao anoitecer, com pacotes de buscapés, que iam acendendo e arremessando de ponto em ponto. Em breve se formavam nas esquinas grupos que, em grita e com os ditos adequados, provocavam os atacantes. Vinham os buscapés esbravejando em ataques repetidos; e os atacados se defendiam pulando daqui para ali, e esforçando-se por prendê-los sob os pés, o que quando acontecia era motivo de jubilosa algazarra. Entre os foliões mais apaixonados, distinguia-se o preto africano “João de Nhá Joaquina”, cognome que lhe davam por ser escravo de uma senhora já idosa, D. Joaquina de Pontes, conhecida popularmente por “Nhá Joaquina do Armazem” por causa de um negocio de molhados que ela possuía na esquina da então Travessa da Matriz em frente ao sobrado onde está hoje estabelecido o sr. Antonino Bastos. De tamancos, barras das calças amarradas e munido de uma enxada “para capí (carpir) buscapé”, dizia ele, punha-se o João na esquina a dasafiar os “fogueteiros”, e quando estes entravam em ação, era de ver a agilidade com que, aos saltos, se defendia, e a destreza com que conseguia com a enxada imobilizar os foguetes. Logo em torno dele se reunia numeroso grupo, tornando-se aquela esquina um dos pontos de maior animação.

Houve tempo em que esses folguedos se tornaram mais intensos, e foi quando se formaram dois grupos, grupos antagô-

nicos: o "de cima" capitaneado pelo afamado fogueteiro Emiliano (Emiliano Joaquim da Silva), que morava quasi no fim da rua Direita, e o "de baixo", que tinha por chefe o sr. João Pereira, que era simples amador e residia no largo então dos Almeidas. Quando os dois grupos se defrontavam, era verdadeiro combate o que se via: os buscapés rodopiavam qual e qual mais violento em porfiada luta, enquanto os adversarios, em uníssonos, mas sem intenção ofensiva, gritavam de um lado:

"O Emiliano  
nariz de tucano"

ao que o outro respondia:

"O João Pereira  
Tamanduá-bandeira".

Há de haver ainda entre os meus conterraneos alguém que fosse testemunha e quiçá parte dessas lutas.

---

Outro gênero de diversão popular, que se tem modificado com a evolução, é o carnaval e os folguedos característicos, que todos sabem em que consistem hoje. Antigamente havia nas grandes cidades, como Rio e S. Paulo, sociedades poderosas que consumiam quantias fabulosas em carros de alegorias e de crítica. Nas cidades do interior, como São Roque, além das máscaras avulsas e em bandos, que perambulavam pelas ruas a pé, como ainda fazem hoje, havia outra forma que desapareceu, e era a "mascarada a cavalo". Vestidos de belas fantasias, e montando vistosos cavalos lindamente ajazados (e nesse tempo era intenso, em São Roque, o comercio de cavalos de sela), apresentavam-se os mascarados em duas grandes filas.

Tinha cada fila o seu "mantenedor", e sob o comando destes executavam no largo da Matriz belas evoluções cuidadosamente ensaiadas. Depois destes exercicios, que o povo aglomerado no largo aplaudia ruidosamente, seguia-se uma prática delicada e tradicionalmente seguida: a troca de flores. Os figurantes, já então com o rosto descoberto, saíam pelas ruas e iam oferecer flores às familias de suas relações. Recebiam-nas as moças já postadas nas janelas, e as retribuiam com outras adre-

de preparadas. No último dia, depois das evoluções da tarde, havia o que se chamava então a "procissão dos encamisados" ou "o enterro do carnaval". Os cavaleiros sem máscaras, cobertos com lençol que lhes descia até aos pés, reuniam-se à noite no Largo da Matriz, e de lanterna na mão vinham em duas filas, silenciosos e a passo lento, ao teatro de S. João, onde se apeavam. Começava em seguida o baile, que se prolongava quasi sempre até à manhã da quarta-feira de cinzas.

Quanto às diversões proprias desses dias, o que há hoje nem por sombra se parece com o entrudo de outrora, em que esses jogos se faziam, não com lança-perfumes, bisnagas, serpentinas e *confetti*, mas com agua. Ganharam, não há dúvida, em delicadeza, em cortesia, em urbanidade; mas não têm, não podem ter, a bárbara animação que tinham antigamente, quando os folguedos eram verdadeiros combates, por vezes num frenesi que tocava às raias do delirio. Essas lutas se davam entre moços e moças que as iniciavam e sustentavam com ardor; mas não raro entravam tambem na dansa mães de familia e homens circumspectos. O "instrumento de ataque" era a agua, que se empregava sob diversas formas. As mais delicadas eram os "limões de cheiro" e as "laranjinhas" que, coloridas de verde, vermelho, azul, etc., eram expostas em taboleiros, nas casas comerciais, ou vendidas nas ruas por moleques. Bem municiados com elas, iam os moços pelas ruas agredindo indiferentemente aos transeuntes ou aos que se achavam nas janelas, mas insistindo no ataque às pessoas de amizade, visando principalmente as moças. Os atacados respondiam tambem com laranjinhas; mas quando estas se esgotavam, entrava em ação a propria agua, que, em canecas, em baldes ou em potes, era lançada contra os atacantes. Estes, arrojavam-se para dentro, e era então um "salve-se quem puder": gritos, exclamações, protestos... mas os adversarios, no auge do entusiasmo, não respeitavam nem cômodos reservados, nem idade, nem sexo, nem posição. Tambem o delirio ganhava a todos, e poucos eram os que protestavam contra aquela alegre selvageria.

Passada a febre daqueles dias, com os excessos, e cansaço, os aborrecimentos e as doenças, vinha a resolução de acabar com o entrudo; mas no ano seguinte tornavam aos folguedos com o mesmo carater violento e asselvajado, mas alegre, e, por isso mesmo, o encanto da mocidade viva daquele tempo.

MUNICIPIOS E COMARCAS — SÃO ROQUE CABEÇA  
DE COMARCA

Já tive ocasião de referir-me às diversas etapas por que passou S. Roque, na sua evolução como elemento, ou antes, como célula que é do organismo nacional. Começou como bairro pertencente ao município de Parnaíba; passou a Capela de S. Roque de Carambei nos meados do século XVII, e elevou-se a Freguesia em 1778, ainda, pois, nos tempos coloniais. Vila em 1833, designação que corresponde hoje a município, passou a ter administração própria, com sua Câmara de sete vereadores. Em 1858 obteve, com a criação do Termo, melhoria na distribuição da justiça, melhoria aumentada em 1864 com sua elevação à categoria de cidade. Faltava-lhe agora alcançar as vantagens de "cabeça de comarca", e isto o conseguiu em 1873. Tendo estado sujeita, como Freguesia, a Parnaíba, como Vila, à comarca de S. Paulo, e como Termo, primeiro a Itú, depois a Sorocaba, tornava-se dali em diante independente, com o seu foro próprio, no que se refere à administração da justiça.

Para situar S. Roque no ambiente político-social do tempo, e mostrar o que representam estas datas no conjunto da vida paulista, não serão fora de propósito resumidas indicações históricas, que podem ser de interesse, ao menos, para alguns dos meus conterrâneos.

A formação dos municípios, isto é, de novas células políticas, foi se processando paulatinamente, em S. Paulo como no Brasil, na ordem natural em que os elementos colonizadores iam penetrando pelo sertão a dentro, isso tanto no período colonial, como depois no regimen da monarquia e da República.

Os primeiros colonos fixaram-se, como era lógico, às margens do litoral em todo o Brasil; o povoamento do planalto só se deu muito mais tarde, à medida que as populações litorâneas iam-se infiltrando pelo *hinterland*. Mas neste processo geral de povoamento da colonia, houve uma exceção, e isso com a nossa capitania de S. Vicente, pois ainda na aurora da coloni-

zação, em 1554, os vicentinos galgaram a serra do mar, e plantaram o primeiro núcleo europeu nos campos de Piratininga. A que foi devida esta façanha, que singularizou S. Vicente das demais Capitânicas? Na minha brochura publicada em 1912, *A Igreja Católica e a escravidão* (publicação que tem o n.º 342 no catálogo do Apostolado Positivista do Brasil), tive ocasião de ventilar este ponto, acentuando que a vinda dos jesuítas para o planalto foi determinada pelo fato de já existir aí, em Santo André da Borda do Campo, a povoação formada por João Ramalho, com os mamelucos seus filhos, e boa porção de indígenas que obedeciam à direção dele. O caminho estava aberto e o terreno preparado para a catequese. Si cabe, pois, aos Paivas, aos Nobregas, aos Anchiétas, a glória da fundação de S. Paulo, dessa glória deve participar também o velho patriarca, sem cuja ação preliminar os jesuítas teriam de permanecer no litoral, como se deu nas demais capitânicas.

E por seu turno, como na história os fatos obedecem a encadeamento lógico, formando uma corrente cerrada de antecedentes e consequentes, a fundação do núcleo piratiningano teve a maior influência nos destinos do Brasil. A epopéia bandeirante, tão calorosamente celebrada pelos historiadores e enaltecida pelos paulistas, foi preparada e ensaiada por este fato na aparência tão simples: a necessidade que tinham os piratininganos de subir e descer constantemente o Paranapiacaba para ir buscar no litoral o abastecimento de gêneros e mais utilidades de origem européia. Aquelas viagens diuturnas, por caminhos intransitáveis e através de insídias e perigos do inhóspito sertão, foi a escola rude que preparou as gerações novas para as famosas "entradas" que tinham por objetivo, primeiro aprisionar índios para a lavoura, e depois descobrir ouro e pedras preciosas. Daí as arrancadas sucessivas para os sertões de Minas, Mato Grosso e Goiás, e daí a conquista para o Brasil das imensas regiões do Oeste, que deviam pertencer à Espanha.

Com o aumento paulatino da população, e sua infiltração pelo interior, formaram-se os dez primeiros municípios chamados "originários" (v. Djalma Forjaz, *Quadro do desmembramento dos municípios*) porque deles provieram, por desdobramentos sucessivos, os 259 municípios que formam a vasta rede de que se compõe hoje a população paulista (259, até 1928).

Esses dez municípios pela ordem cronológica são: S. Vicente (1532), do qual se originaram a seguir — Santos, Ita-

nhaem, S. Sebastião e Caraguatatuba; S. Paulo (1554), Iguape e Cananéia (1600), Moji das Cruzes (1611), Ubatuba (1637), Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651), Jundiá (1656) e finalmente Sorocaba (1661).

Nossa terra proveio indiretamente do municipio de São Paulo, pois deste separou-se, entre outros, Parnaíba em 1625, e de Parnaíba desmembraram-se Itú em 1657, e S. Roque em 1833, quando elevada à categoria de vila. E cumpre notar que não foi dos mais retardatarios, porque até àquela data (1833) só existiam na Provincia 29 municipios, contando com os 10 "originarios"; de sorte que coube a S. Roque, na ordem cronológica, o 30.º lugar.

Quanto à formação das comarcas, o movimento foi mais demorado, e operou-se diversamente. Durante o regimen colonial existiu apenas uma comarca, a de S. Paulo, criada em 1700, e dela se originaram, no correr do século passado, somente as quatro que foram cada uma a *cellula mater* de onde provieram as 120 circunscrições judiciais existentes até 1928. Essas quatro comarcas matrizes foram: Itú (1811), Taubaté (1833), Jacaré (1858), e Santos (1859).

Destas 120 comarcas, 61 foram criadas no tempo da monarchia (a última, Socorro, em março de 1889), e as restantes no regimen republicano. Entre aquelas 61, São Roque ocupa lugar saliente, pois foi, na ordem cronológica, a 25.ª comarca da Provincia.

Esse faustoso acontecimento devia despertar vivo entusiasmo na população, pois assinalava um grande melhoramento local. E verificando-se numa época de prosperidade, em que a cidade se achava movimentada pelo avançamento da Sorocabana, e pelas colheitas de algodão, é natural que fosse comemorado com manifestações mais vibrantes do que as realizadas em 1864, quando da elevação a cidade. Assim devia ser; mas si as houve, não foram promovidas pela Câmara Municipal. De fato, nas suas atas, relativas às sessões de 1873, apenas se encontra na de 21 de abril (Livro 4.º folhas 53), a proposta do presidente "autorizando o procurador a fazer as despesas com os festejos pela elevação a Comarca, que "consta", ter sido sancionada pelo presidente da Provincia". Esta ata é, como disse, de 21 de abril; e o decreto que criou a comarca tem a data de 13 desse mês. Nada mais se encontra nas atas posteriores, nem referencia alguma aos festejos, nem mesmo infor-

mação do procurador, ou prestação de contas das despesas que fizesse.

Como se explica esta indiferença?

Explica-se, a meu ver, por motivo muito humano de amor proprio e interesses contrariados. Com efeito, já ficou dito que o presidente da Câmara foi nesse quatrienio (1873-76) o dr. Julio Xavier Ferreira, o qual exercera o cargo de juiz municipal durante 12 anos (de 1858 a 1870), e era natural que aspirasse agora ao lugar de juiz de direito da nova comarca. Não faltaram certamente a boa vontade e o empenho do chefe local, pois o dr. Julio era correligionario do Barão de Piratininga, como prova o fato de ter sido eleito vereador; mas a sua pretensão fálhou, e ele apenas poudo ser nomeado promotor público, cargo que exerceu até 1877, quando se mudou para Tatuí. Dai o seu ressentimento e a frieza com que acolheu aquele melhoramento, que S. Roque há tanto tempo esperava. E nomeado promotor, renunciou ao lugar de camarista (sessão de 21 de julho de 1873), sendo eleito o sr. Antonio Xavier de Lima para substituí-lo, na presidencia.

A criação da comarca, com o consequente alargamento do foro, teve marcada influencia na vida urbana de S. Roque. A incorporação naquelo meio restrito de novas familias cultas (juizes, promotores, advogados, escrivães), devia concorrer para elevar o nivel social do tempo. E assim aconteceu.

O primeiro juiz de direito foi o dr. Fleury (João Augusto de Padua Fleury), que para aquí veio em julho de 1873, com sua numerosa familia composta, si bem me lembro, de cinco filhas e dois rapazes. Destes mantive depois relações de estreita amizade com o mais velho (Joãozinho Fleury) quando em 1889 ele veio para aquí como juiz municipal, o último que S. Roque teve. Esta familia grangeou logo a estima da melhor sociedade sanroquense na qual se integrou durante os cinco anos que aquí permaneceu, pois o dr. Fleury foi em 1878 nomeado Desembargador do Tribunal de Relação de S. Paulo.

Em sua vaga veio o dr. Américo Vespucio Pinheiro e Prado, primo do dr. Santos Prado, que foi por muito tempo promotor em S. Roque.

Haverá ainda aquí, quem se lembre da delicadeza e afabilidade de D. Candinha e das filhas (d. d. Elisica e Marieta), assim como do espirito jovial e das brejeirices dos dois filhos, então estudantes de direito — o Ameriquinho e o Artur. Estes dois moços tornaram-se depois muito conhecidos em S. Pau-

lo, o primeiro como advogado, o outro como delegado de policia da capital, cargo em que, pelo seu criterio e maneiras corteses, assim como pelo espirito conciliador, prestou reais servicos ao Estado, principalmente em occasões de greve e lutas com estudantes. Faleceram ambos bem moços e de maneira singular: o dr. Américo (filho) sofrendo das faculdades mentais, e o dr. Artur suicidando-se — ato de desatino que causou espanto geral por não haver nada que o explicasse.

O dr. Américo Vespucio, por seu feitio pirrônico e tal ou qual autoritario, teve aqui muitas occasões de aborrecimento, especialmente nos seus atritos com o advogado dr. Viriato (João Peregrino Viriato de Medeiros), que, com seu genio irritavel e desabusado, não perdia occasião de atacar o Juiz tanto nos autos como pela imprensa.

O dr. Américo, igualmente nomeado desembargador em 1886, teve como substituto aqui o dr. Rolim (José Rolim de Oliveira Aires) que serviu até 1890, quando foi removido para a Comarca de Itú, sendo pouco depois nomeado tambem Ministro do Tribunal de S. Paulo. Guardo da convivencia que mantive com este egregio magistrado e sua familia, a mais grata recordação. À afabilidade de seu trato correspondia a gentileza e distincção de suas filhas. A primogênita, D. Clementina, era casada com um moço da familia Teles, e aqui nasceu o dr. Mario Rolim Teles, filho do casal. Aqui iniciou D. Zalina, ainda muito jovem, a sua carreira literaria, escrevendo as delicadas poesias, que eram publicadas no *Correio Paulistano*. Recitava primorosamente, e o fazia nas reuniões familiares (ouvi-a frequentemente nos salões do Comendador Manuel Inocencio), como em récitas de beneficencia, e ainda nos inesqueciveis festejos por occasião do 13 de maio de 89. Enfim, com as duas irmãs mais moças, sempre juntas, formava o grupo "das três Graças", como dizia o poeta Ezequiel Freire.

Os demais juizes de Direito, a começar do dr. Lamaneres, que substituiu o dr. Rolim, já pertencem aos tempos modernos de S. Roque.



## A EPIDEMIA DE VARIOLA

Do que tenho dito relativamente à evolução de S. Roque, colige-se que três melhoramentos ficaram definitivamente incorporados ao seu patrimonio social e são: o hospital da Santa Casa (1872), a criação da Comarca (1873), e a construção da Sorocabana (1875). De efeito benéfico também, mas de ação transitoria, foi o que se verificou nesse periodo com o incremento do plantio de algodão, e o repentino surto comercial originado da abertura da ferrovia. De efeito transitorio, digo, porque aquela agitação mercantil cessou com a terminação do serviço e consequente retirada da massa de operarios; e a cultura da dita fibra desapareceu com a queda dos preços que se deu logo depois.

Cumpra lembrar também que a industria das tropas arreadas foi-se pouco a pouco extinguindo pela concorrência do tráfego ferroviario. E para completar esta serie de elementos negativos, veio em 1874, um fator inesperado, que paralisou por muito tempo a vida local: a epidemia da variola.

Num dos primeiros capítulos, tive ocasião de falar, de passagem, dessa epidemia, referindo a tradição corrente de ter sido ela trazida para a cidade pelo Teixeira (Benedito Teixeira), rapaz de cor, creio que liberto, que fora criado em casa de uma senhora conhecida pelo nome de "Sinhara Música". Dizia-se que ele contraira a molestia no Taboão, quando fora levar uns animais ao pasto; e que o contagiante seria um varioloso de Sorocaba, que enfermara ao passar por aquele suburbio. Tudo isto pode ser verdade, menos quanto à procedencia do suposto viajante, porque nesse tempo não havia variola em Sorocaba, conquanto grassasse em muitos pontos da Provincia. Pelo relatório do chefe de policia de S. Paulo, Joaquim José do Amaral, apresentado em 3 de março de 1875 ao dr. João Teodoro, presidente da Provincia, vê-se que no ano anterior a epidemia lavrara, com maior ou menor intensidade, em cidades do chamado "Norte", no litoral e mesmo no interior,

como Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, S. Luiz, Mojí das Cruzes, Santos, S. Sebastião, Ubatuba, Guarulhos, Campinas, Rio Claro, Piracicaba, e outras. Como havia naquele tempo afluência de trabalhadores vindos de fora, é natural que algum desses veiculasse a molestia para qualquer dos nucleos vizinhos, como o Taboão, e daí seria facil communicar-se à cidade.

Lamento ter-se extraviado um curioso livro de notas diarias, pertencentes a Juca Maria (José Marcelino Rodrigues), que fora procurador da Câmara e escrivão da coletoria. Nesse livro, de envolta com muitas anotações futeis e sem interesse, vinha a crônica, dia a dia, da vida urbana; e nele se encontrava com a maior minudencia toda a historia da epidemia em S. Roque, desde o primeiro caso até à extinção definitiva, porque Juca Maria foi dos poucos sanroquenses que permaneceram na cidade, na quadra calamitosa. Sinto não ter tomado desse livro, quando o tive em mãos, as notas que serviriam de subsidio para este capítulo.

A primeira informação positiva a respeito, encontra-se na ata da Câmara, sessão de 16 de agosto de 1874, em que ficaram assentadas estas duas resoluções: "officiar ao presidente da Provincia pedindo alguma providencia sobre a variola de que se acham acommettidos varios infelizes deste municipio, e bem assim para enviar algumas laminas de pus vaccinico"; e nomear uma comissão para "se proseguir com um assignado afim de soccorrer aos desvalidos atacados da variola". Ficou essa comissão composta dos vereadores José Marcolino de Campos (Juquinha de Campos), João de Deus Martins de Barros e Porfirio Tavares.

Nenhuma informação mais se encontra nas atas posteriores, nem quanto ao auxilio do governo, nem sobre as providencias da Câmara. Mas da intensidade da epidemia e sua ação devastadora dizem noticias de jornais de Sorocaba, transcritos pelo *Correio Paulistano*, onde as encontrei.

Da *Gazeta Commercial*, de outubro (de 74): "S. Roque. Continua alli lavrando com intensidade a epidemia de que demos noticia em nosso numero passado, e que o vulgo crê ser variola. O exmo. sr. Barão de Piratininga, o sr. Antonio Xavier de Lima e outros humanitarios cavalheiros, longe de cederem ao pânico que reina, conservaram-se na cidade, e a seus esforços deve-se a creação de um lazareto para o qual cedeu a sua vasta casa o philanthropo cidadão José Caetano de Arruda. Um distincto capitalista desta praça enviou de sua bolsa para esse fim

200\$000 e offereceu-se para tudo o que estivesse nas suas forças. O numero de victimas tem-se augmentado." (*Correio Paulistano* de 15 de outubro de 74).

E do *Ipanema*: "A variola tem invadido a população de S. Roque, que está quasi deserta. O panico é geral: está gravemente enfermo o tabellião publico Arruda Moraes (Chinhô da Boa Esperança). O Juiz de Direito (Dr. Fleury) e mais pessoas do povo e muitos cidadãos consta que se retiraram para a villa de Una." (*Idem, idem*).

Assim, pois, criou-se o hospital ou lazareto, que foi instalado no grande predio cedido pelo capitão Arruda, predio que fica ao lado da Matriz, à esquerda de quem desce. E no *Correio* de 28 de outubro, vêm, na "secção particular" e assinado — "Um são-roquense", informações complementares.

Diz o articulista: "Nesta cidade continúa a variola, e está lavrando com intensidade: no principio houve falta de recursos, porem com a protecção de alguns homens de caridade que se prestaram a formar um lazareto e uma subscrição cujo trabalho tem rendido *dois contos e tantos* para manter as faltas da pobreza. A iniciativa deste trabalho foi do sr. dr. Horacio da 4.<sup>a</sup> secção, e seus companheiros os srs. Costa Muniz e Antonio Xaxier de Lima."

E para não fugir à regra de que haverá sempre murmuração e queixa em todo serviço de beneficencia, conclue o articulista com este lembrete mal redigido, e em que entra já muito veneno:

"E' preciso fazer vêr que as pessôas que regem ou tomam conta do deposito de mantimento e mais necessario que pertence á pobreza, tem-se esquecido de alguns pobres como o sr. Wenceslau, Marcolina, Mariano e outros a proporção. Em vista disso precisa muita attenção porque todos são filhos de Deus e todos precisam, e neste negocio de caridade não ha capricho, e será bom que as cousas melhorem para não ser preciso censura."

E' facil de imaginar a situação de penuria em que ficou a pobreza que não conseguiu retirar-se da cidade, e os penosos encargos dos que, embora não necessitados, tiveram de enfrentar as agruras daqueles dias sombrios. Casas comerciais fechadas, escassez de gêneros de primeira necessidade; e por cima de tudo isso a tarefa horrivel de fazer o transporte e sepultamento dos mortos. Foi nessa conjuntura critica que sobressai-

ram a bondade e dedicação de almas abnegadas, senhoras e homens, e o estoicismo de um grupo de rapazes decididos.

Acontecia caírem doentes famílias inteiras que pereceriam à mingua, si não fosse o altruismo daqueles que iam de casa em casa acudir aos enfermos com os socorros mais urgentes. Mas com o crescimento da epidemia, a tarefa mais difícil se tornou o enterramento dos mortos. Na fase aguda havia três e mais cadáveres por dia; e como o transporte para o cemitério era feito a mão, pode-se calcular o sacrificio que custaria aos poucos incumbidos desse mister, o constante subir da íngreme ladeira que leva ao campo santo. Foi nessa missão piedosa mas ardua que se distinguiu um pugilo de moços, de entre os quais me ocorrem os seguintes nomes: Tiberio Justo, os irmãos Vilaça (Maneco e Luiz), João Tomaz, os irmãos Moura (Rafael e Marcos), Neco de Inhô, Emiliano, Juca Leandro e os Irmãos Arruda (Manequinho e Tiburcio, filhos do velho português Lourenço de Arruda). Desses, alguns permaneciam no cemitério abrindo as covas, enquanto os outros iam procurando os mortos, encontrando-os às vezes já em decomposição, enrolavam-nos em lençóis, e os transportavam em simples padiolas improvisadas, revezando-se dois a dois. E o faziam de bom humor, satisfeitos de seu heroísmo ignorado, a gracejar e dizer "piadas" com que amenizavam o amargor daquele duro e humanitário serviço. Heróicos, admiráveis rapazes!

A calamidade durou cerca de cinco meses, pois, começada em agosto, extinguiu-se em dezembro (1874). No seu relatório, a que me referi acima, o chefe de policia dá as seguintes informações:

"A epidemia de S. Roque tornou-se um dos maiores flagellos que tem soffrido o povo desta cidade. Foram affectadas 671 pessoas desde 18 de setembro de 1874, e falleceram 153, sendo 83 homens e 70 mulheres." Quer dizer que estes números são inferiores à realidade, porque a variola começou a grassar não em setembro mas em agosto, como se vê das providencias da câmara acima lembradas (sessão de 16 de agosto). Devia orçar, pois, por 800 o numero dos atacados, e por cerca de 200 os mortos.

Para bem avaliar a significação destes números cumpre ter em vista que a cidade despovoou-se logo que se acentuou o carater epidémico da molestia, pois só ficaram os que exerciam cargos públicos, como o promotor, dr. Julio Xavier Ferreira, o coletor, Manuel dos Santos Rosa (meu sogro), o agen-

te do correio, prof. José Daniel Arnobio, o tabelião, Chinhô da Boa Esperança, etc., ou os que não puderam encontrar refugio em algum sitio ou localidade vizinhas, — Araçariguama, Una, Piedade ou Sorocaba. Alem desses, aqueles poucos que quizeram permanecer para animar e socorrer os flagelados.

O professor Tiberio Justo da Silva, testemunha presencial de toda a tragedia, pois permaneceu na cidade durante todo o curso da epidemia, e foi dos que prestaram eficiente auxilio, como ficou dito acima, dá nas suas *Tradições e reminiscencias de S. Roque* esta curiosa informação:

“Até o dia 14 de novembro foram atacados pela variola 322 pessoas das quaes faleceram 41.

“O povo aterrorizado insistia com o vigario padre Benjamin para que fizesse preces a S. Roque, que sendo advogado contra a peste, attendesse ás supplicas afflictivas e debelasse o horrivel flagello.

“A 15 de novembro notava-se que a epidemia ia declinando. Grande melhora era notada nos acomettidos e parecia extinguir-se a molestia.

“No dia 15 de novembro iniciou o respectivo parochio as preces a S. Roque: durante tres dias houve ladainhas e procissões. O povo com fervor religioso acudiu em massa áquellas solemnidades, até mesmo algumas pessoas que no começo da epidemia haviam se retirado para o sitio voltaram assistil-as. A igreja nesses tres dias ficou repleta de devotos.

“Parece que foi peor.

“Dias depois das preces foram notificados diariamente 4, 6, 8 e 10 casos novos e muitos obitos. Era um horror! Familias inteiras succubiram!

“Muitas pessoas morreram á mingua, sem ter quem lhes desse, siquer, uma gotta de agua!” (V. *O Sãoroquense* de 19 de dezembro de 1909).

AINDA A VARIOLA — AS PÍLULAS PAULISTANAS  
ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS.

Disse eu no capítulo anterior que a cidade despovoou-se, e por isso o número de cerca de 800 pessoas atingidas pela variola indicava com energia a virulencia do surto epidêmico. Destes doentes, talvez pouco menos de 200 faleceram: o relatório do chefe de Polícia apresentava o número de 153 óbitos, mas a contar de 18 de setembro, data naturalmente em que o governo, atendendo à solicitação que a Câmara lhe fizera em agosto, mandara para aqui médico ou autoridade sanitária, cujo nome não aparece nos documentos do tempo. A molestia havia, pois, irrompido um mês antes.

Aos contagiados que se restabeleciam juntavam-se, na assistência aos bexiguentos, aquelas poucas famílias que tendo podido retirar-se, preferiram ficar para acudir aos enfermos nessa dura emergência. E' o que se vê do referido relatório no seguinte trecho: "Diversas pessoas prestaram serviços, distinguindo-se o Barão de Piratininga, que, por muito tempo deu, com a sua presença exemplos para minorar o soffrimento da pobreza."

Entre os que assistiram os variolosos apparece um médico de fora: o dr. Carlos Pedro Etecheoin, autor das "Pílulas Paulistanas". Seus atos de dedicação junto dos doentes, assim como a efficacia de seu preparado ressaltam dos atestados que em seu favor firmaram diversas pessoas de S. Roque. Pode ser isso verdade; mas o que restaria a averiguar é si elle assim procedeu por altruismo e desinteresse ou si teve em mira intuitos commerciaes, visando a propaganda de suas pílulas, como se infere de seus annuncios espalhafatosos e charlatanescos, e da intensa divulgação que dava a essas declarações. Seja por isto ou por aquillo, desde que elle fornecia gratuitamente seu preparado aos pobres, e ainda os socorria com dinheiro e alimentos, fez jus à benemerencia e aos elogios consignados nos atestados.

Estes, em número de oito, apparecem na "Secção Particular" do *Correio Paulistano*. Em o número de 3 de janeiro de 1875

vêm de uma vez três desses documentos, sendo o primeiro firmado por dez sanroquenses: Horacio M. Magalhães, Generoso A. Cardoso, Andreilino J. Pedroso, José Leandro da Conceição, José Vicente Gonçalves Gomide, d. Gabriela Gomide de Castro, José D. Arnobio, Manuel Fulgencio da Rocha, Francisco de Paula Brito e Mariano Martins de Moura, os quais afirmam a eficacia das pílulas e o desprendimento do médico. O outro certificado é o do dr. Julio Xavier Ferreira que elogia o "desinteresse e caridade com que o dr. Etecheoin tratava dos enfermos". Firma o terceiro o escrivão José Marcelino Rodrigues (Juca Maria), o qual atesta que aquele clínico "fornecia aos pobres remedio, dinheiro e alimentos".

Nestas mesmas declarações abundam os outros cinco atestados, a saber: de Venceslau José da Rosa, *Correio* de 30 de janeiro; Horacio Moreira de Magalhães, 6 de fevereiro; Antonio Garcia Domingues e José Daniel Arnobio, 9 e 11 de abril; José V. Gonçalves Gomide (Nhonhô Gomide), 14 de abril; e finalmente Emiliano Joaquim da Silva, 18 de abril, notando-se que este atestado foi repetido integralmente no *Correio* de 25 de abril e 27 de julho.

Apresentam aspectos interessantes e merecem ligeiro comentário os dos srs. Horacio Magalhães, Emiliano e Gomide. O primeiro achava-se em S. Roque como engenheiro da 4.<sup>a</sup> secção da Sorocabana, e tomou parte ativa na debelação do mal. Diz, em carta, que recebeu uma caixa das pílulas para serem distribuidas aos pobres. Elogia a dedicação do sr. Etecheoin e conclue: "a humanidade contrahiu para com V. S. uma divida de eterno reconhecimento!".

O sr. Emiliano declara que "no seu fraco entendimento, pouco pôde dizer sobre o remedio: o cego não pôde distinguir as côres. Mas nesta calamidade de S. Roque, lamento a tardança na vinda das pilulas paulistanas pois se o autor tivesse sido avisado a tempo, ao menos dois terços dos doentes se salvariani da morte."

O atestado de Nhonhô Gomide é curioso pelas informações pessoais e pelo feitio realista. Ele não era analfabeto, ao contrario, lia muito bem e tinha boa letra; mas os termos com que se exprime leva a supor que assinou o documento sem o ler. Aí declara: "Devo a vida a esta abençoada medicina, pois Deus teve piedade dos pobres fazendo aqui apparecer o autor das pilulas paulistanas, o qual sem receio algum entrou em minha casa, quando eu, deitado no fundo de uma cama, á espera

da morte, estava já "cheirando mal" (para não empregar o termo chulo de que elle se serviu) "e applicando-me uma pilula de 15 em 15 minutos afinal salvou-me." Alem disso, conta que estavam igualmente doentes sua irmã (d. Gabriela) e dois sobrinhos, "carregados de variola", "sem o recurso de uma caneca dagua ou de um caldo". E a todos socorreu o dr. Etecheoin.

\* \* \*

Aproveito agora o espaço que me resta para dar algumas indicações sobre os diversos conterraneos que aparecem nesses atestados. Quasi todos esses nomes já têm figurado, por um motivo ou por outro, no correr destas crônicas. Apenas a uns três ou quatro deles ainda não tive occasião de referir-me.

O sr. Generoso Cardoso era chefe de numerosa prole, mas me parece que só teve filhas. Foram seus genros, ao que sei, os srs. Zefirino Francisco de Oliveira, os dois irmãos "Marcineiro" (Antonio França e José Cavalheiro) e Andrelino Pedroso. Conheci-o estabelecido com loja de fazendas na rua Direita, esquina do largo S. Benedicto, já muito velho; mas apesar-disso ouvi-o como violinista figurando na orquestra que tocava na Matriz, onde uma de suas filhas cantava com agrado geral. E fazia ainda frequentes passeios a cavallo à sua chácara que ficava pouco alem de Santa Quiteria, à esquerda da estrada do Guassú.

O sr. José Leandro Conceição (Juca Leandro) foi figura muito popular e benquista. Era filho de uma irmã do sr. Generoso, d. Maria, que o povo tratava por Nhá Maria Cardoso, a qual morava na rua do Goianã, na chácara que depois pertenceu ao sr. França. Como amador, o sr. Leandro fazia parte do grupo dramático e encarregava-se dos papéis cômicos. Creio que era pintor de profissão, e lembro-me de o ter visto com outros, em 1872, pintando a torre da Matriz. Estabeleceu-se por fim com salão de barbeiro.

Uma pessoa sobre cuja identidade tenho dúvidas é o sr. Antonio Garcia Domingues. Conheci com este nome um homem de posição modesta, o qual se dava muito com meus pais, que lhe batizaram um filho. Tinha o apelido de "Saci" e era casado na familia Pinto, sendo sua mulher irmã do sr. Quirino Pinto de Barros, da esposa do sr. Indalecio G. da Silva e de d. d. América e Paula Pinto.



— Ainda haverá muitos que se recordem do sr. Emiliano. Tive com ele relações de amizade, e era então homem reportado, bom chefe de família e dedicado aos filhos, que faleceram muito jovens; mas na mocidade celebrou-se por seu espírito terrivelmente brejeiro que o levava a atormentar com engraçadas pirraças a todos os que, com motivo ou sem motivo, se tornavam alvos de suas diabruras. Dedicou-se à arte pirotécnica e era afamado pelas bombas das “baterias” e rojões.

O sr. Mariano Martins de Moura era sogro dos srs. Maurício de Oliveira, Manuel Martins de Barros e Alberto Boschini; no capítulo anterior fiz referencia à simpática atuação que tiveram, na epidemia, os seus dois filhos mais velhos, já falecidos, — Rafael e Marcos. Era pai também dos srs. Hipólito e Maneco de Moura, este falecido não há muito. Exímio violinista, eu o vi tomando parte naquelas saudosas reuniões familiares da melhor sociedade de meu tempo, fazendo acompanhamento às “modinhas” que eram número obrigatório nos bailes e festividades da época.

Francisco de Paula Brito veio para aqui na onda que invadiu S. Roque com os serviços da Sorocabana. Estabeleceu-se com armazem de molhados nos baixos do sobrado do Comendador, no mesmo ponto em que está hoje o negocio do sr. Antonino Bastos. Belo tipo de homem, alto, pele clara e corada, cabelos castanhos, atraía ainda pelas suas maneiras polidas. Tinha, como português, a pronuncia apressada e sibilante, e creio que possuia alguma cultura porque me lembro de ter visto um livro de poesias de Soares dos Passos, oferecido por ele ao Com. Manuel Inocencio. Paula Brito teve aqui uma filha que se casou, ao que me parece, com o sr. Marcos de Moura.

Resta-me agora falar de uma das figuras mais curiosas e interessantes daqueles tempos — Manuel Fulgencio da Rocha, que todos conheciam por Manuel Sabará, — ou simplesmente “Sabará”, alcunha que lembrava a terra de seu nascimento. Não sei em que data veio para aqui; mas nos meus tempos de menino já o encontrei integrado em nosso meio, como legitimo sanroquense. Casou-se com uma filha de Generoso de Sousa e, pois, era cunhado do conhecido Mauricio de Sousa, falecido não há muito. Residia numa casa que foi substituida, creio eu, pela que fica hoje na av. Tiradentes, esquina da rua Rua Rui Barbosa, onde está o açougue do sr. Vitorio Emery, e tinha aí sua pequena officina de sapateiro. Homem de condição modesta, mulato claro, grangeou, entretanto pela sua delicadeza e urba-

nidade a estima da melhor sociedade. Bom cozinheiro, era elemento indispensavel nos convescotees e brodios tão comuns naquele tempo; e com sua voz forte e bem timbrada dava encanto às serenatas que, em noites de luar, enchiam de harmonia as nossas ruas desertas.

Fazia parte da afamada "Banda Velha", mas simplesmente como tocador de pratos, e era de ver a atitude compenetrada, quasi solene, com que os batia, acompanhando os movimentos da vaqueta ao percutir o bombo, vaqueta vibrada pela mão do regente, o proprio maestro Porfirio Tavares. Quando acontecia nas reuniões alegres exceder-se um pouco nas libações, tornava-se taciturno e meditativo: encostado à porta ou a parede, em postura erecta que mais lhe avantajava a elevada estatura, daí partia para medir a sala com passos cadenciados, murmurando frases ininteligiveis: "O espadim... o gladio da Justiça... e o pugilato... o heroismo..."

Tinha apenas uma filha de adoção, a pequena Isabel, enfeitada, a quem os amigos, para atormentá-lo, chamavam de "Bugrinha" e "Oncinha"; e por morte de sua esposa, que se deu na ocasião da epidemia, entregou a criação da menina à sua sogra, a conhecida Nhá Maria Mendonça.

Entretanto, ainda forte, embora entrado em anos, este homem, de índole folgazã e sociavel, passou por uma evolução inesperada: foram-se acentuando nele as tendencias católicas, crença que por fim degenerou em misticismo. Começou por frequentar a igreja todas as manhãs; passou depois a visitá-la mais vezes por dia e as orações foram-se cada vez mais prolongando. Entregava-se a repetidos jejuns e penitencias e acabou por abandonar de todo o trabalho. Nestas condições pereceria à mingua si não fosse a solicitude de amigos dedicados, dentre os quais sobressaíam os srs. Quirino de Aguiar e Santos Sobrinho, assim como uma senhora que, tendo começado irregularmente a vida, regenerou-se depois e tornou-se estimada pelos seus atos de caridade. Era ela quem preparava a parca alimentação que se permitia nos últimos tempos o místico Sabará, que, afinal, expirou suavemente com a paz de espírito e a serenidade de um justo.

## XLI

### A FUNDAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO EM S. PAULO — UM SANROQUENSE NOTAVEL

Já tive ocasião de referir-me à organização da política nacional, lembrando que logo após a Independência formaram-se dois partidos, o liberal e o conservador, que dirigiram os destinos do país durante os 67 anos de regime monárquico. À semelhança de gangorra, alternavam-se no poder subindo e descendo segundo as exigências da opinião, ou por simples capricho do imperador.

O terceiro partido, o republicano, só se formou em 1870, data em que as velhas aspirações do povo brasileiro se concretizaram em corporação regular. Essas aspirações existiram desde o berço da nacionalidade e manifestaram-se por vezes violentamente, como se viu, depois do martírio de Tiradentes, na *Revolução de Pernambuco*, de 1817, abafada em sangue; na *Confederação do Equador*, de 1824, em que diversas províncias do Nordeste se declararam independentes; na *República de Piratinim*, quando o Rio Grande do Sul lutou durante 10 anos (1835-1845), e em outros movimentos de menor vulto, como a *Revolução praieira*, de 1848, encabeçada por Nunes Machado. E foi ainda, no fundo, essa mesma aspiração republicana que fomentou as lutas contra as tendências despóticas de D. Pedro I, lutas que deram em resultado o "7 de abril" e continuaram ainda a agitar o país não só no período regencial, como depois, em manifestações esporádicas durante o segundo reinado.

A proclamação da terceira república na França, após o desastre de Sédan, em 1870, veio despertar e estimular entre nós essas tendências inatas; e os elementos mais adiantados do partido liberal, unidos à mocidade das Escolas, fundaram no Rio de Janeiro, o partido republicano, com a publicação do manifesto de 3 de dezembro (1870).

Esse movimento, como era natural, repercutiu logo por todas as províncias, notadamente em S. Paulo e Minas. Em S. Paulo adesões esparsas foram se acentuando rapidamente na Capital e

no interior, e ao dr. Américo Brasiliense coube a iniciativa do primeiro movimento associativo. Reunidos em sua casa, em abril de 1872, deliberaram os republicanos convocar uma assembléia geral para a fundação do partido. A comissão encarregada desse trabalho (Américo Brasiliense, Campos Sales e Américo de Campos), depois de reiteradas diligencias e consultas a correccionarios do interior e da Capital, resolveu que essa primeira assembléia se realizasse em Itú. Porque em Itú? Porque essa cidade apoiou o seu pedido apresentando uma lista de 87 republicanos, número que superou o de todas as outras localidades. E ficou assente que a reunião se efetuaría por ocasião de inaugurar-se naquela cidade a estrada de ferro ituana (entre Itú e Jundiá). A inauguração se deu com desusada pompa a 17 de abril (1873), e no dia seguinte efetua-se a primeira assembléia republicana, a qual passou á historia com a denominação de "Convenção de Itú". Compareceram 133 republicanos, e entre as resoluções aprovadas ficou resolvido que houvesse nova reunião na Capital, na qual seria discutido e aprovado o programa. Realizou-se ela, de fato, no dia 1.º de julho (1873); e nessa ocasião declarou Luiz Gama, em vibrante discurso, desligar-se da agremiação partidaria. E assim procedeu porque a assembléia, no intuito de conquistar o apoio dos fazendeiros, cometeu o grave erro de não incluir no programa o compromisso de pugnar pela abolição immediata da escravatura, como calorosamente propôs o grande abolicionista que, aliás, continuou até á morte com o mesmo ardor republicano.

Assim, desde aquella data (julho de 1873) ficou existindo oficialmente a nova agremiação partidaria, cujas fileiras foram se engrossando com a formação dos directorios locais.

Em S. Roque, porem, só bem mais tarde se fundou o partido. Já existia aqui, desde o manifesto de 1870, um republicano confesso, e haveria tambem simpatias esparsas; mas por circunstancias occasionais, o directorio só se organizou em 1882.

Esse republicano a que me refiro era meu tio Antonio Joaquim dos Santos, cujo nome appareceu frequentemente no começo destas crônicas; e é agora ocasião asada para esboçar em ligeiros traços a curiosa personalidade deste sanroquense.

Era homem excêntrico no vestir, nos hábitos, e nas idéias; e a familia attribuia esta excentricidade a um desastre que ele sofreu em moço. Achava-se frequentando a Academia de S. Paulo quando por ocasião de umas ferias acompanhou os colegas de "República" em um passeio por mar ao Rio. Os pais

só mais tarde, e pelo correspondente em S. Paulo, tiveram notícia da viagem, pois, pelo receio de uma recusa, o estudante seguiu sem os consultar. Na volta o navio naufragou nas costas de Campos, e entre os náufragos que pereceram, um havia cujos traços coincidiam com os dele. Todos o tinham por morto quando um dia, meses depois, foi aparecendo, mas em situação lastimável: magro, roto, e apresentando sinais de profunda depressão moral. Fizera a pé, e através de Minas, a longa caminhada de Campos a S. Roque. Interrompeu os estudos, e só muito tempo depois, refazendo-se pouco a pouco do abatimento cerebral, começou por aplicar em serviços forenses o que aprendera no curso acadêmico. Mais tarde, com a morte do pai, continuou com a loja de fazendas deste na mesma casa à rua Direita, 3; e depois de vendida esta à Santa Casa, conforme já expliquei, transferiu o negocio para o predio ao lado da Matriz, onde, hoje reconstruído, se acha a filial do Banco Commercial. Por ocasião da epidemia da variola, ele mudou a loja para o sitio de meu pai, e ao voltar no ano seguinte (1875), traspassou os fundos de mercadorias ao sr. Quirino de Aguiar que se estabeleceu nos baixos do sobrado, onde está hoje o sr. Antonino Bastos. Meu tio passou então a residir no seu sitio que ele denominava "Chacara da Boa Vista".

Falecido há pouco mais de 30 anos, haverá ainda muitos conterraneos que dele se lembrem; mas talvez que só o conhecessem no fim da vida, naquela fase de declínio, em que entrou a imiscuir-se nas intrigas de campanario e nas pequenas dissensões políticas que pouco antes da República, agitaram a pacatez da vida local. Esses ainda se recordarão de seus traços inconfundíveis: alto, magro, nariz afilado, rosto moreno e anguloso a que davam realce as suíças — forma de barba de que só ele usava em S. Roque. Vestia tecidos grosseiros de brim e algodão, e assim, com os sapatões de sola crua e o chapelão de abas largas, poderia ser tomado por qualquer matuto, si não fosse a gravata preta, porque é de notar esta particularidade interessante: ele não dispensava o uso do colete e da gravata. Uma ocasião houve em que, para aproveitar restos de seu negocio, mandou fazer um terno de metim azul, fazenda que por ser muito fina, engomada e lustrosa só era empregada para forro. E objeto de espanto e comentario, era o seu *cavouri* (especie de sobretudo amplo e sem mangas), que, em vez de ser de pano "piloto" preto, como de uso, foi feito de cobertores vermelhos...

E despido de preconceitos, timbrando em andar ao arrepio da opinião geral, apresentava-se impávido com esta indumentária *sui generis* por toda parte: nas ruas, nas reuniões e festas a que tivesse de comparecer, assim como nos salões de seus tios o Barão de Piratininga e o Com. Manuel Inocencio, quer na intimidade, quer em ocasiões de visitas de cerimonia, como com frequência acontecia. Gostava também de passear montado num burrico, e era de ver o contraste daquele homenzarrão cavalgando alimaria tão baixa, que os pés quasi se lhe roçavam pelo chão.

Quanto ao moral, a mesma franqueza sem contemplos. Discutia desabusadamente com os tios, católicos e monarquistas, ou com quem quer que fosse, expendendo suas opiniões de republicano em política e de ateu em religião. Porque este homem de exterior tão grosseiro era orador fluente, e muito lido em filosofia e literatura. Em 1879 o sr. Napoleão Baldy (estrangeiro misterioso que appareceu em Una e ali se fixou) fez em S. Rôque uma conferencia sobre a existencia de Deus. Meu tio escreveu-lhe uma longa carta em que expõe os motivos de seu ateismo. Ele esposava a opinião erronea de filósofos e historiadores que attribuem a crença em Deus a embuste dos padres para explorarem os ingenuos. Opinião erronea, porque a filosofia da historia mostra que essa concepção abstrata nasceu tardiamente da propria evolução da Humanidade, originando-se do politeismo (crença na pluralidade dos deuses), o qual por sua vez se originou do fetichismo, através da astrolatria. Essa carta (de que possuo copia autógrafa) começa assim: "Disserrou V. S. sobre a existencia de Deus. Permitta que lhe responda. Reuno às investigações de autores, reflexões minhas, visto que, por minha constituição nervosa, vivo sempre a meditar." E conclue com estas palavras que resumem a sua filosofia: "Si para outros ha necessidade de existir um Deus, eu não a sinto, conformando-me com as contrariedades da vida, e resignando-me com as suas consequencias." (Carta de 5 de abril de 1879).

Entretinha relações de amizade com políticos e homens de letras como Julio Ribeiro (que manteve por algum tempo um externato em S. Roque), Dr. Rubino de Oliveira, lente da Academia, dr. Américo Brasiliense; e nunca me esquece que foi em sua casa comercial, em 1874, que tive a satisfação de ver a figura impressionante do destemido Luiz Gama, que foi uma das maiores admirações de minha mocidade.

Possuía pequena mas escolhida biblioteca, da qual faziam parte duas obras que me deu como presente de afeição e estímulo: *Mémoires d'outre tombe*, de Chateaubriand, em 6 grandes tomos e o precioso livrinho de Nunes de Leão, *Origem e orthographia da lingua portugueza*, o qual me foi furtado com muitas outras obras por um gatuno letrado. Deu-se isso em Itapetininga, em 1926.

Com esta natureza e estas idéias, não chegou meu tio a casar-se, mas teve uma filha que legitimou: chamava-se Maria Atatiba, e casou-se com Sexto Terni, sendo ambos já falecidos e sem descendencia. Mas, talvez, pela falta de familia, convivía na maior intimidade com seus fâmulos e camaradas, e todos gabavam a sua índole bondosa e compassiva, que só se alterava nos acessos de enxaqueca, mal que o atormentava com frequencia.

Republicano de convicção como era, e o primeiro adepto em S. Roque, não foi ele, entretanto, o fundador do partido, porque lhe faltavam qualidades para fazer prosélitos; mas foram suas idéias e seu exemplo que formaram aqueles que depois se tornaram centro e chefes da organização partidaria: Quirino de Aguiar e Antonio dos Santos Sobrinho. O primeiro, que era seu afilhado, entrou em menino como caixeiro para a sua casa comercial, e o outro, ou como empregado também, ou pelo estreito parentesco, viveu em constante contacto com ele. E assim ambos abeberaram-se de seus ideais, assimilaram suas aspirações políticas, e tornaram-se a seu tempo coordenadores dos elementos republicanos de S. Roque. E como o fizeram, veremos a seguir.

## XLII

### OS FUNDADORES DO PARTIDO REPUBLICANO LOCAL — A PRIMEIRA ELEIÇÃO — PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Expliquei no capítulo anterior que desde o manifesto de 1870 houve em S. Roque um republicano confesso, e era o meu tio Antonio Joaquim dos Santos; mas a formação do novo partido só se deu muito mais tarde, e isso pela ação de dois moços que lhe esposaram os ideais políticos: Quirino de Aguiar e Antonio dos Santos Sobrinho, tendo este se tornado ateu, como o tio.

A nova agremiação partidaria foi se formando espontaneamente, ao tom das circunstancias locais, tendo servido os jovens pioneiros como nucleo centralizador em torno do qual foram se agrupando depois as adesões sucessivas. Coube a Quirino, pela sua situação, a preponderancia no movimento e por isso, mais tarde, a chefia do partido. E' o que vamos ver.

Estabeleceu-se ele com loja de fazendas, em proporções muito modestas, nos baixos do sobrado do Comendador, em agosto de 1875. Contando apenas 18 anos, mas dotado de raro tino comercial, a sua atuação como negociante quebrou as normas rígidas e rotineiras até ali adotadas pelo commercio local. Começou por atrair a atenção do público por uma forma simples e engenhosa. Naquele tempo os fósforos de fabricação sueca, os afamados *jonkopings*, eram vendidos a 40 réis a caixa, pois não havia ainda selos de consumo, nem proibitivos impostos alfandegarios. Quirino pôs à venda os fósforos a 20 réis a caixa e 200 réis o pacote; e esta revolução no preço de artigo de consumo geral e obrigatorio chamou para a sua casa enorme clientela que, atrás dos fósforos, foi lhe comprando fazendas e demais artigos. Tornou-se logo popularíssima a "loja do Quirino", e a casa prosperou rapidamente; e si ele não chegou a constituir grande fortuna como as maiores de S. Roque, foi por motivo que terei ocasião de explicar. De índole afável, sempre bem humorado, tendo engatilhado um gracejo, um dito amavel para todos, compreendeu-se como lhe foi facil conquistar as simpatias gerais, principal-



mente entre os roceiros. Como era natural, da sua pessoa as simpatias se estenderam às suas idéias políticas, de modo que com a proclamação da República tornou-se ele o chefe mais popular e de maior prestígio que S. Roque jamais teve. Veremos porque não conservou até ao fim esta situação especial.

Seu companheiro de cruzada, o Santos Sobrinho, mais ardoroso, mais impetuoso que ele, não alcançou o mesmo prestígio popular, não só pelo seu feitio moral, como por não ter permanecido em constante contacto com o povo. Começou também como negociante, estabelecendo-se com negocio de molhados em frente à loja do Quirino, na casa de esquina que desapareceu depois com o alargamento da Travessa da Matriz, ao ser transformada em Avenida Tiradentes. Deu ao seu negocio o sugestivo título: "Ao Queima", que mandou inscrever em grandes letras garrafais nas paredes de fora, e daí o tratamento popular que lhe davam de — "seu Queima", alcunha de que ainda há de haver em S. Roque alguém que se recorde.

Vivendo em íntima camaradagem, numa amizade constante que nunca se desmentiu na boa e na má fortuna, estes dois moços se completavam no objetivo comum da propaganda.

Porque si a Quirino tocava, pela simpatia pessoal a disseminação de uma idéia na massa do povo, ao Santinhos competia a iniciativa na organização, as comunicações escritas, e o preparo do local e de ambiente para as manifestações populares, e conferencias que aqui faziam com frequencia propagandistas como Carlos Garcia, Adolfo Gordo, Alberto Sales e outros. E o esquisitão, o excêntrico Santos, tio, de fora os ia acompanhando aplaudindo e estimulando.

As simpatias do público começavam a manifestar-se logo, algumas vezes disfarçadas em forma de pilherias e chacotas, como acontecia com os três irmãos negociantes, Luiz, Marcos e Chico Rodrigues (irmãos também do velho Manuel Rodrigues de Moraes Barros), os quais metiam à bulha a *patetue* dos rapazes, garantindo que eles haviam de ver a República quando as galinhas "tivessem dentes".

Mas adesões declaradas, as primeiras foram as de Manuel Pinto de Barros e Lidio Santana. O primeiro, sanroquense de nascimento, era conhecido por Manduca Roque, alcunha que lhe vinha de seu pai, o açougueiro Roque Pinto. Teve, ao que sei, duas irmãs: d. Porfíria, mãe do sr. Juca Arnobio e do falecido professor Antonio Arnobio; e d. Benedita, mãe de dois moços muito conhecidos no seu meio: Antonio e José Benedito de Bar-

ros (Juca Branco). Proprietario, e homem de recursos, trajava entretanto o sr. Manduca Roque com a descuidada simplicidade do tempo. Andava sempre de chinelos sem meia. Tinha espirito mordaz, e comentava pessoas e fatos com muita dose de malignidade, pelo que o Luiz Vilaça costumava dizer: "Este Manduca é a melhor "tesoura" de São Roque."

Lidio Santana viera de Santos, sua terra, como camarada do sr. Antonio Teixeira de Carvaiho (genro do Cap. Frederico Pedroso, e pai do conhecido lavrador Totó Teixeira, meu primo por afinidade). Preto, modesto e muito cortês, gozava Lidio Santana de estima geral e, quando o conheci, achava-se estabelecido com pequeno negocio nos baixos do sobrado do Comendador, na sala que dava para a Travessa da Matriz. Vivia em constante contacto com os vizinhos Quirino e Santinhos, formando com eles uma trempe republicana, como sempre galhofeiros diziam os irmãos Rodrigues. Casou-se depois com a filha de um soldado chamado Higino, e por fim mudou-se para S. Paulo, onde foi nomeado carteiro.

Após essas duas vieram outras adesões, algumas de homens do povo, como o Tonic Café (Antonio de Paula Rosa) e outras valiosas, como a do Cap. Frederico Pedroso, seus filhos Jacinto e Juca Pedroso, e seu genro Miguel Weishaupt. E assim o partido foi crescendo.

A primeira afirmação de sua existencia, o seu batismo nas urnas, verificou-se em fins de 1882, por ocasião das eleições municipais, quando foram eleitos 4 conservadores, 2 liberais e 3 republicanos. Do primeiro partido eram os srs. Vicente Julio, Manuel Antonio da Silva Cesar (Maneco do Sabó), Manuel Francisco de Almeida (Maneco Mendes) e Felicio Rodrigues de Oliveira. Do segundo: Antonio Emidio de Arruda (Tonic Chinhô, filho do tabelião Chinhô da Boa Esperança, que era o chefe do partido) e Manuel Joaquim de Jesus (Maneco Tangará, si não me engano). Os republicanos eleitos foram Quirino de Aguiar, Manuel Pinto de Barros e Antonio dos Santos Sobrinho. Estes vereadores tomaram posse no dia 7 de janeiro de 1883, sendo que os 8 primeiros prestaram o juramento regulamentar, e o último tomou o compromisso sob palavra de honra, recusando-se a jurar por ser católico, como deixou declarado na ata.

A eleição de Santos Sobrinho deu lugar a uma troca veemente de correspondencia pela "secção livre" do *Correio Paulistano* e da então *Provincia de S. Paulo*, e que vou recordar pa-

ra mostrar as vivacidades das paixões que se agitaram naqueles primórdios do partido.

Sendo ele cunhado do sr. Vicente Julio, não podiam servir conjuntamente e, como mais moço, o Santos é que devia ser eliminado. Mas aquí fervilhavam os boatos e comentarios tendenciosos, e o Santos soube que para alijá-lo da Câmara “pelo crime de ser republicano”, o juiz de direito, dr. Américo Vespuccio fora a S. Paulo consultar os chefes conservadores, e fornecera ao sr. Vicente a norma do recurso que este devia dirigir ao proprio juiz. Indignado, e com a irreflexão de moço, formulou o Santos veemente protesto que saiu na *Provincia* de 23 de julho. O dr. Américo replicou imediatamente (*Correio* de 27 de julho) “provocando” o protestante a provar sua alegação “sob pena de ser tido por um infame e vil calumniador”.

Veio a seguir pelo *Estado* de 30 o sr. Vicente Julio dizendo que foi ele e não o dr. Américo quem fizera a consulta ao dr. Antonio Prado, de onde resultava o afastamento do cunhado por ser mais moço. Outro articulista, sob o pseudônimo de *A Consciencia*, pelo *Correio* de 29 explicava tambem claramente o caso da incompatibilidade dos dois vereadores, e estaria muito bem si não fosse o azedume com que conclue: “Recolha-se, pois, o pseudo republicano Antonio Sobrinho aos bastidores de sua taverna (allusão ao seu estabelecimento — “Ao Queima”), certo de que o seu juizo infundado jamais offuscará o merito e a reputação daquelles, etc. etc.”. O agredido respondeu a todos pela *Provincia* de 2 de agosto, mostrando em relação ao dr. Américo que a violencia de sua linguagem indicava a sua parcialidade e exaltação de ânimo, o que o tornava suspeito para decidir como juiz nas questões partidarias. O certo é que a exclusão do sr. Santos foi irrevogavel, e na Câmara ficaram apenas dois dos tres republicanos eleitos.

Esta vitoria do nascente partido devia ecoar lá fora e por isso, para atenuar-lhe o efeito sobre a opinião pública, veio na secção editorial do *Correio* (orgão do partido conservador) de 20 de julho (1885), sob a epigrafe — *Eleição Municipal em S. Roque*, uma explicação que termina assim: “Os tres republicanos foram eleitos por 17 votos, sendo 13 obtidos de conservadores e liberaes, que não fizeram desta eleição questão politica. Esta é a verdade que convem saber-se para não ser falsamente interpretado o facto da eleição de tres vereadores republicanos.” Membros confessos do partido haveria de fato naquele tempo talvez só os quatro a que me referi: Quirino,

Santos, Manduca e Lídio. Mas como não havia nem podia haver compra de votos nem compressão eleitoral, não há dúvida que o resultado da eleição mostrava evidentemente as simpatias ativas de que já gozava o novel partido.

Quanto ao número de votos, a sua exiguidade (17) não causará estranheza sabendo-se que naquele ano entrava em execução a lei Saraiva, que estabelecia a eleição direta, e exigia para o alistamento eleitoral condições difíceis de ser preenchidas na época. Basta dizer que na disputada eleição para deputados gerais, realizada em março daquele mesmo ano, 1882 (e a esse pleito me referí circunstanciadamente quando tratei da atuação política do Barão), nessa eleição, digo, apresentaram-se apenas 38 eleitores: 10 conservadores, 27 liberais e 1 republicano (voto de meu tio Santos, o único então alistado).

Firmada assim praticamente a existência do partido, foi crescendo gradualmente o número de seus aderentes, número que se tornou relativamente grande ao proclamar-se a República. Entretanto, na última eleição que se realizou no regimen monárquico (não posso certificar-me agora si em agosto de 1889), verificamos com amargura a deserção de um bom número de companheiros que deixaram de votar com o partido para acompanhar o governo. E' que o Visconde de Ouro Preto, ao assumir a chefia do último gabinete, tomava o compromisso formal de abafar o movimento republicano que se avolumara enormemente depois de 13 de maio; e para conseguir seus intentos lançou mão de todos os meios de compressão: promessas, engodos, ameaças, perseguição, suborno. Nessa triste emergência fraquearam muitos santoquenses, cujos nomes seria facil apontar. Mas para quê? Meu intuito com estas ligeiras crônicas, repito ainda uma vez, não é provocar um serodio ajuste de contas que viria ferir susceptibilidades, atingindo pessoas de representação em nosso meio, e que nenhuma culpa têm dos erros ou desvios de qualquer dos seus antepassados.

Chegamos assim ao 15 de novembro. A primeira noticia do sensacional acontecimento, quem a recebeu em S. Roque fui eu, e não me furto à satisfação de transmitir aos sanroquenses de hoje as primeiras impressões daquele momento inesquecível. Era uma 6.<sup>a</sup> feira, e eu saía com o dr. João Fleury, então juiz municipal em nossa terra, de passeio pelos pastos dos Mendes. Na volta encontramos o portador da Estação que andava à minha procura. No telegrama que me entregou vinha a incrível, a estupenda noticia: havia sido, na manhã daquele dia, procla-

mada a República no Rio. Corri à loja de Quirino, e não o encontrei; e o meu cunhado Santos, com o entusiasmo explosivo que o caracterizava, mandou imediatamente atacar fogo a quantas duzias de rojões havia no estabelecimento. Ao pipocar da rojoada afluiram para o largo inúmeros curiosos inquirindo a causa daquele inesperado estardalhaço. Mas, comecei a refletir: o telegrama era do Argemiro (dr. Argemiro Silveira), o qual militando no partido liberal achava-se tomado de entusiasmo pela atuação do governo Ouro Preto, e não cessava de meter à bulha as minhas convicções republicanas. Resolvi por isso ir à Estação certificar-me, e fui ainda com o dr. Fleury. E diante da confirmação do fato, voltei a correr, encontrando cheia a casa de Quirino (que era o sobrado do largo da Matriz onde hoje está a Casa Assunta). Dei a boa' nova, e caí exaustô no sofá. E de nada mais soube: preso de fortíssima comoção nervosa, passei a noite na casa mesmo do chefe republicano, rodeado de amigos apreensivos pelo meu estado. Nunca me esqueci da solicitude que nessa emergencia tiveram para comigo os srs. Julio Cesar, Vilaça (Manuel), Tiberio e Fernando Pereira, além dos cuidados da bondosa d. América, mãe do sr. Quirino. Relevem-me os leitores esta nota pessoal, sempre de mau gosto, mas que não pude calar, porque são fatos que estão para mim indissolivelmente ligados àquela noite memorável.

MELHORAMENTOS URBANOS — ABERTURA DE  
RUAS — UM HOMICIDIO INVOLUNTARIO

A proclamação da República caiu como raio em dia de sol, surpreendendo o país, que ficou atônito e desorientado. O povo do Rio, escreveu o sr. Aristides Lobo, assistiu “bestificado” ao desenrolar dos acontecimentos, e o mesmo pode se dizer, se deu por toda parte. Na verdade, a supressão da monarquia era coisa prevista, predita, e esperada há muito. Os fatos indicativos da próxima transformação se acumulavam nos últimos tempos, e o Apostolado Positivista do Rio pela pena do seu vice-diretor, Teixeira Mendes, chamara por mais de uma vez a atenção do imperador para os perigos da situação, insistindo para que ele mesmo instituisse a República, antes que ela viesse de baixo, por um movimento subversivo, com as incertezas e as desordens de uma revolução popular. Estas publicações tiveram larga publicidade e a mais intensa repercussão, mas não encontraram eco nas camadas dirigentes. Pelo contrario, o Visconde de Ouro Preto, ao organizar o seu ministerio (7 de junho de 1889), levava nas mãos o programa de extinguir o movimento republicano, e de tal maneira estava agindo que o seu prestigio crescera enormemente: basta dizer que, dissolvida por ele a Assembléa geral, formou, nas eleições que se seguiram (31 de agosto de 1889), Câmara quasi que unanimemente liberal. Daí o assombro com que foi recebido o grande, o inesperado acontecimento. Mas passada a estupefação do primeiro instante, o povo aceitou com alegria a nova ordem de coisas que libertando o país do regimen de mistificação e politicagem esteril, marcava o advento de uma nova era. Foi o que se viu também agora, com o golpe de 10 de novembro: a revolução vindo de cima (tal como os positivistas queriam que D. Pedro fizesse) operou-se sem abalo nem desordem, e o povo o acolheu de boa vontade, na esperança de entrar enfim num periodo de ordem, de trabalho fecundo, de progresso.

Em nossa terra, passado o aturdimiento daqueles inesquecíveis primeiros momentos, entraram os republicanos a agir. Os

dois inseparáveis companheiros, Quirino e Santos Sobrinho, promoveram no dia 16 uma grande reunião, em que ficaram assentadas as normas de ação quanto aos negócios do município. Presidiu-a Quirino de Aguiar, que ficou investido dos encargos de chefe, e serviu de Secretario o sr. Santos, que lavrou a ata do ocorrido. Dirigiram-se em consequencia às autoridades policiaes e aos vereadores, encontrando da parte de todos aquiescencia e franca adesão. Entrementes assumira o governo da Provincia a junta provisoria composta de Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Coronel Joaquim Mursa, com a qual entraram os dois companheiros em entendimento; e para a leitura e resposta do officio que a junta dirigiu à Câmara, combinaram com esta uma sessão solene, a qual se realizou no dia 19 de novembro. Estava ella, composta dos seguintes vereadores: Tenente Francisco Luiz de Campos, presidente; João Augusto da Silveira, vice; Silvio de Moraes Rosa, Cap. Frederico Pedroso, Hipólito Teixeira Veiga, José Marcolino de Arruda; Manuel Rodrigues de Moraes Barros, Arlindo Augusto da Silva e José Weishaupt. Reunida, pois, a Câmara, foi lido o officio em que a junta communicava ter assumido o governo da Provincia por aclamação popular, confirmada pelo governo provisório da República, e pedia a adesão dos municípios e da Câmara. Tomou então a palavra o presidente e declarou "que não hesitava em hypothecar o seu apoio a um governo que começava com todos os elementos de vida e força, dando provas de criterio, lealdade e patriotismo e offerecendo garantias de ordem e bem estar a todos". Aprovada a minuta do officio que apresentou, foi anunciado que se achava na ante-sala da Câmara uma comissão composta dos cidadãos Quirino de Aguiar, Antonio dos Santos Sobrinho e Manuel Pinto de Barros, acompanhada de consideravel concurso de cidadãos. A comissão vinha entregar à guarda da Câmara o livro da ata da reunião realizada a 16, a qual continha inúmeras assinaturas dos que compareceram, e a bandeira da República para que a Câmara a hasteasse em substituição ao pavilhão da monarchia. Esta bandeira, obedecendo ao modelo ideado por Julio Ribeiro (e que depois ficou adotada oficialmente pelo Estado), era de grandes proporções e fora confeccionada, ou antes, improvisada na véspera pelas irmãs do Santinhos, d. d. Mariquinhas, casada com o sr. Hipólito Veiga, e Amelia (que se tornou no anno seguinte minha esposa), auxiliadas por algumas moças que foram, si bem me recorde, as suas sobrinhas Maria Emilia e Adelaide,

(aquela casada com o prof. Sebastião Vilaça, e esta agora viuva do sr. Otaviano Palhano), e d. Carolina de Assiz, depois esposa do sr. Amador Marques — todas então muito jovens.

O presidente recebeu o livro e a bandeira dando vivas à República, ao Brasil e a S. Paulo, vivas que foram calorosamente correspondidos pela enorme assistência. Falou então o dr. Rolim, que em vibrante improviso congratulou-se com o povo e concitou a todós a que apoiassem a nova ordem política inaugurada com a revolução.

A direção dos negócios do municipio passara de fato às mãos dos republicanos; mas a Câmara continuou existindo nominalmente até 27 de janeiro seguinte (1890), quando foi com as demais edilidades dissolvida, sendo nessa data nomeado o “Conselho de intendencia municipal, de cinco membros”, para o qual foram nomeados os srs. Quirino de Aguiar, A. Santos Sobrinho, Francisco Luiz de Campos, Manuel Pinto de Barros e Salvador Xavier de Jesús. Esse número foi elevado a 9 por ato de 25 de abril (1890), e como Santos Sobrinho houvesse pedido exoneração, o Conselho ficou integrado com os novos membros seguintes: dr. Eusebio Stevaux, Mauricio de Oliveira, José Weishaupt, Cristino Mendes e Antonio Francisco da Rosa.

Este conselho serviu até 30 de agosto de 1892, data em que se procedeu em todo o Estado à primeira eleição municipal, sendo então eleitos vereadores: Quirino de Aguiar, Manuel Pinto de Barros, Antonio Francisco da Rosa, Mauricio de Oliveira, dr. Stevaux, Manuel Mendes de Almeida, Emiliano Joaquim da Silva e Alfredo Xavier de Lima. E aí se encerrou a situação provisoria, entrando a administração municipal no regimen prescrito pela constituição do Estado, que fora sancionada em junho de 1891.

Antes, porem, durante a fase de interinidade, S. Roque acompanhou o surto de entusiasmo e progresso que percorreu o país de norte a sul, e viu realizarem-se grandes melhoramentos, uns pela ação administrativa, outros pela influencia pessoal, os quais lhe modificaram a fisionomia, e imprimiram novo ritmo à vida local. Desses, os mais importantes foram a abertura de ruas, a implantação da fábrica de tecidos e a canalização de agua potavel — todos recebidos com alvoroço, porque constituíam velhas aspirações populares.

As novas vias abertas ao trânsito foram a Avenida Tiradentes e o prolongamento da antiga rua Municipal, do largo S. Benedito para cima; e fatos de realização trivial, que são,



pouco se me ofereceria a dizer, si não fosse a oportunidade para recordar nomes e episódios ligados aos primitivos proprietários dos respectivos terrenos.

O leito da Avenida Tiradentes cortou propriedades de três velhos troncos sanroquenses: D. Joaquina Rosa de Pontes, Com. Manuel Inocencio e Antonio Mendes, todos já então falecidos; e foi fácil o acordo com os herdeiros que não tinham pelas terras o entranhado apego que levava ao velho Mendes dizer que não cedia um palmo de seus pastos para qualquer gênero de servidão pública. Ou vendia tudo, ou nada.

O ponto inicial da Avenida, na rua hoje Rui Barbosa, era ocupado por uma casa muito antiga e de aspecto curioso por ser a única no gênero: as suas duas portas da frente eram guardadas de rótulas que lhe davam aspecto de convento. Casas de rótulas, mas só nas janelas, havia outras entre as quais me acodem à memoria a que pertenceu a Inocencio Manuel Rosa, e que é hoje residencia do sr. Antonino Bastos; uma outra, adiante, da familia Mendes; ainda outra de d. Manuela Mendes, vendida depois ao negociante Serafim Corsi. De rótulas nas portas, porem, só havia a que ficava bem em frente à Travessa da Matriz. A proprietaria era, como disse, D. Joaquina de Pontes, figura popular, conhecida por "Nhá Joaquina do Armazem", cognome que provinha do negocio de molhados que ela possuia na casa de esquina em frente, casa que foi mais tarde demolida, quando, devidamente alargada a Travessa da Matriz, se incorporou na Avenida Tiradentes. Era eu menino, mas lembro-me bem de seu vulto pequeno, rosto enrugado, a andar apressadamente, passos miudos, da casa para o armazem e do armazem para a casa, sempre com o seu avental escuro, e sempre a falar muito alto. Nesse tempo tomava conta do negocio o seu neto Joãozinho (João de Deus Martins de Barros), que faleceu moço (julho de 1880) deixando viuva a professora D. Rosalina, ainda muito jovem, e um casal de filhos em tenra idade, e são hoje o prof. Norberto de Barros e D. Mariquinhas, casada com o sr. José Vilaça. D. Rosalina contraiu mais tarde segundas nupcias com o sr. Luiz Vilaça. Moravam tambem com a avó os outros dois irmãos do Joãozinho, Honorio e Manuel de Barros, este depois casado com D. Vicentina de Moura.

Depois da morte de D. Joaquina frequentei assiduamente sua casa, ligado por estreita amizade a seus netos Julio (prof. Julio de Oliveira Chagas), D. América e Juvenal, que viviam na companhia da tia D. Maria.

Não encontrei a data em que foi demolido o velho casarão para a abertura da Avenida, mas lembro-me bem do interesse com que o público acompanhou o fato, aglomerado nas esquinas em frente, e, depois, do trânsito intenso de curiosos pelo quintal, através de tocos de laranjeiras e bananeiras decepadas, a sair na rua da Liberdade (hoje Enrico Dell'Acqua), onde nesse tempo não existia nem um predio.

Essa Avenida beneficiou duplamente a cidade: rasgou para o público mais uma via de comunicações, e abriu para construção uma vasta zona até ali fechada em quintais e pastos.

Não menos útil foi para a cidade o prolongamento da antiga rua Municipal, que terminava atrás da cadeia, no largo de S. Benedito, cortada pelo predio que ficava no alinhamento dos muros onde hoje está o mercado municipal. Esse melhoramento já preocupara a atenção da Câmara em 1883, quando o vereador Antonio Emidio de Moraes (Tônico Chinhô) propôs na sessão de 27 de janeiro que se fizesse o prolongamento, o que não conseguiu por falta de verba. Nesse tempo a chácara em que está hoje a fábrica Brasital pertencia ao Coronel Manduzinho (Mánuel Joaquim da Costa Nunes), cunhado daquele vereador, e daí talvez o motivo por que ele foi o primeiro a sentir a necessidade desse melhoramento, que abriria comunicação mais fácil para a chácara.

O predio que ficava fronteiro à rua Municipal fechando-a pertencia ao velho José Maria Rodrigues, pessoa considerada na vida do S. Roque antigo. Era solicitador, e quando funcionava no juri apresentava-se de sobrecasaca, o que, alto e magro como era, dava-lhe certo ar de gravidade. Quando se realizou a abertura da rua já ele tinha morrido: moravam no predio, ao que me recorde, seu filho Juca Maria (José Marcelino Rodrigues), escrivão da Coletoria, e uma irmã, ambos já idosos e celibatarios. Não houve, pois, dificuldade no acordo para a demolição.

A feição anedótica destas crônicas, destinadas a recordar pessoas e fatos do S. Roque d'antanho, leva-me a narrar o episodio trágico que se deu com o circunspecto José Maria, e que lhe amargurou o resto da vida.

Entre os amigos do velho solicitador contava-se o negociante Joaquim Antonio de Toledo, cujo negocio ficava próximo da igreja de S. Benedito, no lugar, penso eu, em que está hoje o predio da tipografia e livraria do *Democrata*.

Joaquim Antonio de Toledo, ou antes "seu Toledo", como todos o tratavam, era português, mas residia há muitos anos em S. Roque, pois conforme referi no capítulo XVI, ele já era aqui negociante e conceituado em 1846, quando serviu como depositario na pendencia entre o Coletor de Rendas e varios commerciantes chefiados pelo juiz municipal, o futuro Barão de Piratininga. Naturalizou-se brasileiro em abril de 1865, o que mostra quanto se achava radicado em nossa terra. Foi nomeado suplente de sub-delegado, e nessa qualidade levou ao conhecimento da Câmara o caso macabro do enterramento clandestino, em maio de 1869, fato que narrei no capítulo XXX.

Alem do negocio de molhados e quinquilharias, ele dava hospedagem a viajantes, pelo quê sua casa era conhecida tambem por "estalagem de seu Toledo". Por tudo isso, e pela índole comunicativa de negociante, sua casa era ponto de reunião dos amigos que ali se ajuntavam para a cavaqueira habitual, que ele alimentava com *verve*, entremeando a sua prosa com as sílabas sem sentido — "cá—lá, cá—lá", cacoete que ele repetia a cada frase.

Aconteceu que uma vez, voltando de S. Paulo, trouxe como grande novidade um revolver, arma inteiramente desconhecida em S. Roque, é que os amigos não cessavam de admirar. Uma tarde estava José Maria a examiná-lo atentamente, armando o cão e fazendo girar o tambor, quando, de repente se ouviram um estalido seco e um grito de dor: a bala encravou-se no abdomen do seu Toledo. Mandaram vir cirurgião de Sorocaba, e tudo foi tentado para salvá-lo mas inutilmente: o ferimento era muito grave, e ele veio a falecer (4 de abril de 1870). Entretanto o ferido não cessava de afirmar aos que o cercavam que o tiro fora casual, e que não culpassem o seu amigo.

No júri a que respondeu, José Maria recusou o oferecimento de amigos para advogarem sua causa, declarando que ele mesmo faria a sua defesa, e assim foi. Eu era menino nesse tempo, mais ouvi mais tarde, de testemunhas presenciais, a narração da impressionante cena desse julgamento. O réu, de pé, muito pálido e grave, expôs com minucia os antecedentes do fato; mas ao referir a magua que lhe causou a desgraça de ter assassinado o seu melhor amigo, apoderou-se dele profunda commoção: a voz se lhe embargara na garganta, vieram-lhe lágrimas aos olhos, e ele pôde apenas dizer: "Não posso!" E caiu sentado, enterrando o rosto nas mãos. Não é preciso dizer que o júri o absolveu por unanimidade.

#### XLIV

### A FÁBRICA DE TECIDOS — INFLUENCIA DA COLONIA ITALIANA — OS GRANDES PROGRESSOS DA CIDADE

A fundação de uma fábrica de tecidos constituiu sempre viva aspiração dos sorocquenses. Compreende-se. A industria de transporte por tropas arreadas, que vinha desde o tempo do Cap. Messias, extinguiu-se com o tráfego da Sorocabana; e municipio dotado de terras fertilissimas, mas improprio pelo clima para a cultura do café, aquí só se plantavam cereais e outros gêneros da pequena lavoura. O algodão e o açúcar, explorados algum tempo, deixaram de ser remunerativos; e ninguém sonhava naquele tempo que a viticultura e a citricultura viriam a ter a preponderancia que hoje as torna fonte da mais promissora perspectiva para S. Roque. Assim, só a industria fabril, a exemplo do que se dava com Tatuí, Sorocaba, Jundiá, poderia trazer animação e prosperidade à nossa terra.

Por isso, foi entre hosanas e festas que o povo acolheu a iniciativa do industrial Henrique Dell'Acqua, que vinha enfim realizar o sonho há tanto acalentado.

Um pouco antes dele, em novembro de 1886, houve uma tentativa no sentido desse empreendimento: foi quando o comerciante atacadista de S. Paulo, Manuel Lopes de Oliveira, comprou aquí propriedade agrícola, onde havia volumosa cachoeira que ele pretendia aproveitar como força motriz para a projetada fábrica. Essas terras pertenciam a meu pai; e foi tal a pressão da opinião pública, que ele cedeu o sitio pelo preço irrisorio que o comprador lhe ofereceu, não querendo que, por zelar de seus interesses, viesse privar nossa terra do tão desejado melhoramento.

Como veio o sr. Lopes a interessar-se por uma força hidráulica situada em localidade que ele nunca frequentou? Duas circunstancias concorreram para isso: a descrição que daquela cascata fez o Barão de Piratininga no *Almanach Litterario de S. Paulo*, de 1884, e depois as informações do sr. Quirino de Aguiar, que mantinha com ele relações comerciais e políticas, pois

Lopes de Oliveira, além de negociante, era um dos chefes republicanos da Província.

Não será sem interesse para os sanroquenses a leitura dessa descrição, hoje esquecida numa publicação que se tornou raríssima:

“A trez mil metros de S. Roque, depois de alimentar a machina de despolpar café, do sr. cap. Arruda (José Caetano de Arruda), e a de descarocar algodão, do sr. Honorato da Silveira, o Guaynumby encorpora-se em uma grande bacia de pedra, e dali, concentradas e centuplicadas suas forças, irrompe solenne e magestoso por estreita garganta, e, esbatendo-se em oito degraus de pedra, se deslaça em palhetas de prata de tons azulados com franja de ouro, conforme refração dos raios solares. Depois, espumante, rugindo, enovelando-se como enorme serpente, precipita-se da altura de dez metros, com ensurdecente fragor, levantando ondas de scintillações fascinantes e magneticas”. (*O Salto do Guaynumby, Almanach Litterario, de 1884*).

Dois observações cabem aquí. Uma é que a imaginação do literato exagerou as proporções da cachoeira, dando-lhe uma amplitude que ela não tem, conforme sabem os que a conhecem, como o autor destas linhas, que viveu até aos doze anos de idade nas vizinhanças dela. Outra refere-se ao nome de “Guaynumby” que o Barão dá ao rio e ao salto. Esse vocábulo significa colibri ou beija-flor; e sabida como é a meticolosa ponderação dos indígenas na adoção de nomes, não se sabe porque iriam escolher uma denominação para a qual aquela encantadora avezinha não podia oferecer nenhum característico especial. Ao passo que podiam chamá-lo Guassú (forma primitiva Iguassú, agua grande, rio grande), por ser o curso de agua mais consideravel da zona; pois formado ao pé da cidade pela junção do Acaraí com o Carambeí, ele recebe a contribuição dos riachos Marmeleiro, Varanguera, Ibaté e outros menores, até ao salto, e depois deste até sua foz no Tietê, mais o ribeirão do Góis, que vem do Pantojo, e o Itacoari e Saraí ou Saraú das vertentes do Saboo (segundo os *Apontamentos Geographicos* de meu tio Santos), e creio que tambem o rio Mombaça. O nome Guassú estendeu-se ao conhecido bairro que fica entre aquele Salto e o Saboo.

No mesmo escrito (*Almanach Litterario*), o Barão denomina tambem, não se sabe porque, de Ipiranga (que seria “terra vermelha” ou “morro vermelho”) ao rio que corre à di-

reita da cidade, e que foi sempre conhecido por Acaraí (rio dos acarás, isto é, dos cascudos).

Mas tanto influiu a noticia literaria do *Almanach* que na escritura foi dado ao sitio o nome de Guainumbí, sendo nela o comprador representado pelo sr. Quirino, o que tambem mostra a intervenção deste naquela transação.

Retomemos agora o assunto. As esperanças que despertou o gesto do sr. Lopes adquirindo a cachoeira duraram pouco, porque pouco tempo depois sobreveio a falencia de sua casa comercial, e o sitio de S. Roque foi adjudicado a um de seus credores, penso que ao capitalista M. J. Fonseca Junior, de Itú. O projeto caiu em esquecimento, até que ressurgiu três anos depois, e obteve pleno êxito, quando o sr. Henrique Dell'Acqua adquiriu a chácara onde está agora a Brasital. Essa chácara pertencera ao coronel Manduzinho (Manuel Joaquim da Costa Nunes), que a vendera ao seu contraparente, creio que do Varejão, Manuel Rodrigues de Arruda, conhecido pelo apelido de Maneco Dendê, o qual a revendera pouco depois (setembro de 1888) ao italiano Alexandre Ranzini estabelecido com açougue em S. Paulo; e foi o sr. Ranzini quem afinal traspassou a propriedade ao sr. Dell'Acqua. E cai a ponto aqui a mesma pergunta anterior: como veio aquele cavalheiro tornar-se proprietario e industrial em S. Roque? Ainda aqui se verificou a inteligente intervenção do sr. Quirino. Com efeito, o sr. Henrique Dell'Acqua tinha em S. Paulo uma grande casa de fazendas por atacado, e seu representante Carlos Grassi era amigo pessoal de Quirino. Homem de iniciativa, espirito empreendedor e arrojado, Dell'Acqua possuia tambem filiais em Assunção, e não sei em qual outra república sul-americana; e entrando a cogitar no projeto de estabelecer em S. Paulo uma fábrica de tecidos, facil foi ao chefe sanroquense, por intermedio de Grassi, chamar-lhe a atenção para a posição vantajosa que São Roque oferecia pela proximidade da Capital, sendo que a Câmara concederia os favores ao seu alcance, e um grupo de sanroquenses subscreveria ações da empresa que se fundasse. O sr. Dell'Acqua veio a S. Roque e a compra se efetuou (dezembro de 1890). Na verdade, bem reduzida era a força motriz que o Acaraí podia produzir, motivo por que não conseguiu a empresa depois ampliar a secção de tecelagem, nem montar as máquinas de fição, pelo que teve ela depois de adquirir, segundo era corrente, as fábricas de Saito de Itú. Melhor fora para todos que ele adquirisse a propriedade que pertencera a meu pai; mas essa

havia caído em mãos de pessoas que nenhum interesse tinham pela prosperidade de S. Roque.

Adquirida a chácara Ranzini, entrou logo o novo proprietário a agir energeticamente: barragem do rio, canalização, alicerces da fábrica e dependências, tudo foi empreendido simultaneamente. Um formigueiro humano mourejava de sol a sol, no empenho de concluir tudo no mais breve prazo; e mal coberto e assoalhado o prédio, começou a instalação do maquinário, e dentro em breve S. Roque ouvia jubiloso o prolongado e alviçareiro apito chamando os operários para a fábrica.

Foi então uma época de efervescente alegria, de justificado contentamento que viveu o nosso povo. Não só encontrava ali trabalho e recursos a gente pobre, como a cidade crescia com a forte corrente de imigrantes italianos, incrementando o comércio e as construções.

A população recém-vinda era recebida de braços abertos, e sabia corresponder à cordialidade do acolhimento.

Traziam os italianos o ânimo deliberado de fixar-se na terra em que vinham encontrar trabalho e bem-estar. De modo que em breve de tal forma se integravam em nosso meio que formavam com os nossos uma população homogênea. Esta homogeneidade mais se acentuava com as gerações que surgiam; porque tanto os filhos de italianos natos como os que provinham dos casamentos entre estrangeiros e brasileiros manifestaram por S. Paulo e pelo Brasil tanto entusiasmo e afeto como os nacionais.

Estou ainda a ver nossa terra no alvoroço daqueles primeiros tempos. Invadiu-a uma febre de construção, alastrando-se não só pelas zonas recentemente abertas como enchendo os claros do centro urbano. As ruas da Liberdade (hoje Henrique Dell'Acqua) e Pedro Vaz, então simples caminhos sem nenhuma habitação; a Dr. Stevaux, onde só havia as pequenas casas do velho Camilo de Leis, a de Benedito Mirim e uma ou outra em ruína; a hoje Rui Barbosa, que do lado direito de quem sobe, desde a rua Dr. Stevaux, não tinha nenhuma construção senão a face lateral do teatro e uma casinha contígua — todos esses pontos foram se povoando quasi simultaneamente.

O comércio acompanhou este movimento geral, tomando nele os italianos assinalado relevo: padarias, barbearias, açougues, fábricas de macarrão e de cerveja, casas comerciais de todos os ramos, oficinas de alfaiates, ferreiros, sapateiros — em todos os gêneros de atividade figuravam eles, e prosperavam.

Por uma coincidência curiosa até a Matriz esteve por esse tempo entregue a um vigário italiano — o padre Pedro Gravina.

Dai a ponta de malevolencia com que pessoas de fora e ainda alguns aferrados tradicionalistas daqui, comentavam: "São Roque? São Roque agora virou colonia italiana." Era uma injustiça. Os alienigenas nos traziam a cooperação de seu braço, de sua inteligencia e mesmo de seu sangue que se caldeara pelo casamento com o de nossa gente.

Mas, pertencendo como nós à raça latina, eles se adaptavam à nossa vida, tomavam os nossos costumes, tornando-se bem cedo tão bons cidadãos como os brasileiros. Não havia, pois, hipótese de formarem quistos inassimilaveis, como aconteceu com os alemães em Santa Catarina e está acontecendo agora com a aglomeração de japoneses na Alta Sorocabana, na Noroeste e na região de Iguape.

Assim, grande e real foi o acervo de serviços que nossa terra recebeu do elemento italiano; mas ela o retribuiu, seja na cordialidade com que a população o acolheu, seja na gentileza da Câmara, que dispensou à empresa dos impostos por dez anos (sessão de 24 de dezembro de 1890), e deu ao fundador da fábrica o nome de uma das suas ruas principais (a Municipal). Houve quem censurasse os camaristas por esta distinção julgada excessiva, porque, diziam, o sr. Dell'Acqua não nos procurou por amor à nossa terra, e sim para atender aos seus interesses comerciais; mas os dirigentes locais queriam prestar todas as homenagens ao homem que, não importava o motivo, trouxe tantos beneficios a S. Roque.

O nome do sr. Dell'Acqua passou depois a outra rua, onde ainda permanece; mas por injunções financeiras de que ninguém, nem empresa alguma está livre, seu nome foi logo afastado da firma que, por modificações sucessivas passou a denominar-se, si bem me recordo, Ítalo-Americana e depois Brasil. Em Milão, de onde havia de acompanhar o desenvolvimento da empresa que fundara, faleceu o sr. Dell'Acqua em julho de 1910.

Vê-se pelo que ficou dito que a instalação da fábrica respondeu às esperanças locais, pois ela assinala para S. Roque uma época de prosperidade, como foi o tempo do Cap. Messias com a introdução das tropas arreadas, e o periodo de 1872-75 com o plantio de algodão e a construção da Sorocabana. E este serviço deve-se fundamentalmente à iniciativa de Quirino de Aguiar, que tem aí mais um titulo à gratidão do nosso povo.



O ABASTECIMENTO DE AGUA — UM GRANDE  
AMIGO DE S. ROQUE

O abastecimento de agua potavel foi o terceiro dos grandes melhoramentos que S. Roque obteve com a proclamação da República. No regime anterior em vão a população clamava por esse beneficio que se tornava cada vez mais urgente. Nos últimos tempos da monarchia houve um momento em que luziu a esperança de o ver realizado, e foi quando um candidato liberal, no afã em que estava o ministerio Ouro Preto de formar Câmara federal unânime, conseguiu para esse serviço a importancia de 4:000\$000. Mas ao ser feito o orçamento verificou-se que só a compra dos tubos importaria em mais de 5:000\$000, e com isso morreu no nascedouro o projeto.

Por causa desses antecedentes o abastecimento de agua constituiu objeto das cogitações dos republicanos, logo que eles tomaram a direção da política local. E para o conseguir tiveram um grande auxilio que faltou às administrações anteriores: foi a assistencia técnica e o auxilio material que lhe prestou o projecto engenheiro dr. Eusebio Stevaux. Já tive occasião de referir que ele fora encarregado, em 1871, dos estudos preliminares para a locação da Sorocabana, na secção de S. Roque a Sorocabá, e assim viera a conhecer a riqueza mineralógica da fazenda do Pantojo. Adquirindo-a logo depois, fixou ali a sua residencia, mas embora mantendo com S. Roque continuadas relações comerciais, nunca tomara parte nos serviços de administração municipal. Quem aparecia sempre na cidade era o seu primeiro administrador, o velho português Diogo Pires de Albuquerque. Lembro-me dele quando aos domingos aparecia na casa comercial de Quirino, sempre afobado, espalhafatoso, falando apressadamente. Era um gosto vê-lo com os fartos bigodes, a barba branca penteada à rabo de peixe, entrar pela casa a dentro recitando uns versos de poesia em voga naquelle tempo:

“Aqueia da Russia imperatriz famosa  
Segundo disse a gazeta ainda há pouco...”

e vinham as pilherias escabrosas sobre a rainha Catarina II, que o Santinhos glosava ruidosamente.

Amigo pessoal de Quirino e do Santos Sobrinho, tiveram estes o cuidado de interessar desde logo o dr. Stevaux na administração municipal e, como vimos no penúltimo capítulo, foi eleito vereador na primeira eleição municipal (setembro de 1892) ocupando o lugar de vice-presidente.

O problema da agua entrou logo em cogitação, e em fins de 1891 estavam feitos pelo dr. Stevaux os estudos preliminares: escolha do manancial, cálculo da linha adutora e da rede de distribuição, locação da caixa d'agua. Pedido orçamento a casas de S. Paulo e do Rio, achou-se que eram os desta praça os preços mais vantajosos. A intendencia, pelo seu chefe, recorreu ao governo, e obteve em janeiro de 1892 o auxilio de 5:000\$000. Devia, pois, a compra ser feita no Rio, para o que tornava-se indispensavel um intermediario idoneo que se incumbisse da escolha do material, fiscalizasse a entrega e procedesse à remessa, e foi ali que tive a satisfação de concorrer com a minha pedrinha para o melhoramento almejado. Em junho de 1892 fiz com o Vilaça (Manuel) um passeio ao Rio, e lá me entendí com o abalisado e então jovem engenheiro, meu confrade e amigo Trajano de Medeiros, e ele com a maior boa vontade tomou a si esse encargo, que desempenhou satisfatoriamente. Deste fato deu conta official o sr. Quirino de Aguiar. Conforme deixei dito, foi eleita em setembro de 1892 a primeira Câmara municipal, e na sessão inaugural, a 30 daquele mês, o presidente apresentou substancioso relatorio, em que presta minudente informação de todos os atos praticados pelo Conselho Municipal, naquela data extinto. No capítulo relativo ao assunto de que tratamos faz o histórico seguinte:

“*Abastecimento de agua.* No tempo da monarchia um dos candidatos do governo, em transacção eleitoral, arranjou para este fim 4:000\$000. Com esta importancia não se podia levar a effeito tão importante melhoramento visto que só os tubos custavam 5:600\$000.

“Esta pequena differença seria facilmente preenchida se não houvesse tanta falta de patriotismo da parte de quem podia emprestar á Intendencia tão insignificante quantia.

“O cambio depois desceu tanto que a Intendencia viu-se obrigada a pedir um auxilio ao governador Jorge Tibiriçá. Este attendeu ao pedido e mandou dar 5:000\$000. A 9:000\$000, pois, elevava-se a verba para o encanamento d’agua. O cambio continuou a descer e novas difficuldades appareceram. Novo pedido ao secretario do Interior que, attendendo, mandou dar mais 4:000\$000.

“A’ vista disso esta Intendencia encarregou o cidadão Joaquim da Silveira Santos de comprar no Rio os respectivos tubos. O cidadão Silveira, para melhor exito obter na tarefa que lhe foi confiada, encarregou por sua vez ao distincto engenheiro Trajano Saboia Viriato de Medeiros de fazer a compra, a qual foi realizada pela quantia de 11:500\$000, inclusive uma pequena commissão que se deu ao mesmo engenheiro. Resolveu a Intendencia fazer a compra no Rio e não em S. Paulo porque obteve um lucro de 5:000\$000 mais ou menos.

“Devido á crise de transporte esses tubos que foram despachados no Rio em 27 de julho ainda não chegaram ao seu destino. Dei, porem, todas as providencias afim de que elles cheguem o mais breve possivel.” (Atas da Câmara, livro 5.º, folhas 217 e 217 v.).

A respeito desta demora, o dr. Trajano informou na correspondencia que mantivemos naquele tempo:

“O transporte para a Estação Maritima custou’ ao todo 482\$000, isto é, mais do que vai custar o frete do Rio a São Paulo! O motivo disso foi a colossal affluencia de cargas na Estação, o que obrigava os caminhões a ficarem na Estação parte da noite.

“Fui obrigado a fazer o despacho para S. Paulo e não para S. Roque por estar inteiramente suspensa a remessa para estações de trafego mutuo.” (Carta de 27 de agosto de 1892).

Não serão sem interesses para os meus conterraneos alguns dados sobre o engenheiro que teve sua parte no serviço da agua em nossa terra. O dr. Trajano possuia uma grande officina mecânica no Engenho Novo (Rio) onde construia vagões para a Sorocabana, e montou depois, aqui, em Mayrink, uma officina para reparações de vagões e locomotivas. Foi ele o arquiteto que em 1890 dirigiu a construção do Templo da Humanidade (rua Benjamin Constant, 74, Rio); e ainda lá se mantem à frente de seu escritorio técnico e comercial.

Chegados os tubos em outubro, começou com energia o trabalho de instalação, que foi sendo levado a cabo através de inúmeras dificuldades financeiras, que o sr. Quirino foi vencendo com tenacidade e esforço. Assim, em junho de 1893 havia um déficit superior a 8:000\$000, que foi suprido por ele, e pago depois com um novo auxilio de 3:000\$000 concedido pelo governo, com o empréstimo de 4:000\$000 feito à Câmara pelo capitalista Jaime Diederichsen, e com a venda de uns lotes de terreno. Tudo isso consta das atas da Câmara relativas àquela época.

A instalação ficou concluída nos fins de 1893, e já no orçamento para o ano seguinte ficou consignada na receita a verba de 2:400\$000 proveniente da taxa sobre penas de agua (sessão de 1.º de novembro).

Estava, pois, satisfeita essa premente necessidade pública, e a população exultava. A agua, de excelente qualidade, bastava para o consumo do tempo; mas o manancial era pequeno, e com o crescer da cidade tornou-se insufficiente. Vai ser S. Roque em breve fartamente abastecida desse elemento vital, e assim não faltará quem censure a imprevisão da primeira Câmara republicana; mas ela fez o máximo compatível com os exiguos recursos de que dispunha. Basta ver que aquella primeira instalação ficou em pouco mais de 20:000\$000; e para o abundante abastecimento actual o governo concedeu ao municipio empréstimo superior a 900:000\$000.

E' de justiça lembrar quanto concorreu para a redução das despesas o concurso do dr. Stevaux, quer dirigindo, como engenheiro, todo o serviço de instalação, quer fornecendo toda a cal consumida, e tudo gratuitamente, sem o menor onus para a Câmara. Por isso voltava-se para ele o reconhecimento unânime da população, a qual se associou espontaneamente à manifestação pública que a edilidade lhe prestou.

Realizou-se esta em 21 de abril de 1894, e esteve imponente. Naquele dia, segundo combinação previa, o dr. Stevaux devia chegar de sua fazenda, e a Câmara incorporada foi esperá-lo à Estação, acompanhada da comissão de festejos, banda de música e enorme concurso de povo. Receberam-no com vivas e aplausos, e no meio de aclamações populares foi levado até à sala da Câmara, que se reuniu em sessão magna. O orador official, o professor Antonio Arnobio, começou por oferecer à Câmara, para que figurasse perpetuamente no salão de honra,

como símbolo da gratidão do município ao seu grande benfeitor, o retrato do homenageado, primoroso trabalho do pintor paulista Almeida Junior, retrato que foi custeado por subscrição popular. Fez em seguida o panegírico do grande cidadão, enumerando os serviços que prestou desinteressadamente para as obras de abastecimento de agua, quer como técnico, quer fornecendo materiais, quer oferecendo o chafariz que instalou no largo da Matriz. Lembrou ainda que, como médico, acudia às necessidades da pobreza receitando e fornecendo gratuitamente medicamentos.

Falou a seguir o outro membro da comissão, o professor Manuel Vilaça, que, em nome do povo, lhe ofereceu o retrato e um estojo contendo instrumentos de engenharia com a dedicatória em cartão de ouro. Tomou depois a palavra o sr. Carlos Grassi, que leu um discurso laudatório salientando os serviços de engenheiro prestados gratuitamente à fabrica Dell'Acqua. A tudo respondeu em poucas palavras o homenageado, dizendo muito comovido que "não havia motivo para aquella exuberante manifestação de agradecimento, porque não fizera mais do que retribuir a honra que o povo lhe fazia de o aceitar na sua comunidade politica". Encerrando a sessão o presidente convidou o povo para a passeata cívica que se realizaria às 8 horas da noite, a qual se encerraria com a conferencia sobre Tiradentes, como complemento das manifestações daquele dia.

E efetivamente efetuou-se à noite vistosa *marche aux flambeaux*, e em seguida, no salão da Câmara, a referida conferencia, da qual, como terceiro membro da comissão, fui eu incumbido.

Mais tarde deu a Câmara seu nome à rua que ainda hoje o conserva; e a esta consagração não podiam os descontentes opor a objeção que fizeram ao sr. Dell'Acqua. Porque o dr. Stevaux veio moço para o Brasil e aqui viveu cerca de 50 anos. Prestou serviço público de engenheiro na administração dos presidentes Florencio de Abreu e Laurindo de Brito, assim como às estradas de ferro Central do Brasil (então Pedro II), Paulista e Sorocabana. Fixou residência em nosso município e aqui viveu mais de 30 anos; e de tal modo se radicou em nossa terra, que era seu desejo ser sepultado no cemiterio de S. Roque. Foi isso o que declarou o sr. Quirino de Aguiar na Câmara, em sessão de 18 de outubro de 1892, quando o dr. Stevaux requereu a concessão perpetua, mediante pagamento, de sepultura de um menor a quem ele estimava como filho, e o sr. Quirino propôs

que se lhe concedesse gratuitamente não só essa como o terreno de mais duas adjacentes (uma de cada lado).

Infelizmente não pôde ser satisfeito esse voto do venerando cidadão, pois seu falecimento em fevereiro de 1904 deu-se em S. Paulo, na residência da família, no largo dos Goianás (hoje da Princesa Isabel). Ali, na companhia do Quirino de Aguiar e Santos Sobrinho, visitei-o dias antes de sua morte, e ainda conservo a impressão penosa que me ficou dessa visita. O enfermo abatido, e com febre alta, estava em constante estado de delírio calmo, fazendo de quando em quando menção de levantar-se para ir atender a um hipotético chamado ou prover a determinado serviço imaginário. Acalmava-se à nossa intervenção e conversava; mas logo tornava ao gesto de levantar-se.

Sua morte foi sentidíssima e com razão porque era o dr. Stevaux cavalheiro de fino trato, bondoso, e de maneiras tão corteses que cativava quem quer que dele se aproximasse.

## XLVI

### A UNIÃO LITERARIA — HISTÓRICO DE SUA FUNDAÇÃO — DADOS SOBRE ALGUNS ITA- LIANOS E PORTUGUESES

Lembrei nos três últimos capítulos as vantagens que S. Roque auferiu com a proclamação da República, e por aí se viu a influencia que teve a fábrica Dell'Acqua para o povoamento da cidade e aumento do perímetro urbano, assim como a melhoria das condições de vida, com o abastecimento de agua, e é evidente o que tudo isso representou para o progresso local. S. Roque entrou de fato em novo ritmo de animação e atividades.

Antes, porem, da realização desse tríplice melhoramento já o nosso meio social se havia modificado muito, preparando-se, si assim posso dizer, para receber os beneficios que advieram da República.

Essa modificação foi devida a uma causa geral que influiu na vida do país sob todos os aspectos, econômico, político e social: a abolição da escravatura. Livre daquela mancha hedionda que o singularizava entre todas as nações do mundo, o Brasil respirou livremente, como que aliviado da carga secular que o oprimia. Após passageiro colapso em seguida ao 13 de maio, a lavoura expandiu-se, tomando um surto até então desconhecido; e obrigado a recorrer ao braço livre, o governo abriu as portas à imigração européia, e a torrente humana que para aquí afluíu veio modificar em todos os sentidos o nosso teor de vida, mesmo pelo lado espiritual.

Porque essa população adventicia obrigara o governo e as classes dirigentes a atender a reformas insistentemente reclamadas, relativas à liberdade espiritual, tais como a separação da Igreja do Estado, e a instituição do registo civil de casamentos, nascimentos e óbitos. E como o privilegio monárquico tinha seu principal apoio no privilegio escravocrata, abolido este, a fraqueza imperial facilitou essas reformas.

Na vida aldeã, humilde e obscura do São Roque de então, o movimento libertador repercutiu também favoravelmente. Pri-

meiro foi aquela agitação na fase aguda do abolicionismo, e a que já me referi: sessões públicas no teatro, apelos vibrantes aos "senhores", manifestações de rua, com o adinimicúlo obrigatorio de música e discursos inflamados, o que constituia uma excelente escola de oratoria para a mocidade do tempo. E esta agitação simpática, esta convergencia de esforços em prol de uma causa altruística determinava a união e a convivencia frequente entre os moços e os elementos ativos da sociedade contemporanea. Reinou, então, em S. Roque o ambiente eufórico que raramente se verifica e propicio para todas as manifestações em prol da sociabilidade.

Foi nesse estado de espírito que nasceu a "União Literaria". Sociedade modesta, sem o bafejo official, sem o brilho das grandes instituições congêneres, ela vem entretanto acompanhando há 50 anos as vicissitudes da vida local, com suas fases alternadas de depressão e de entusiasmo. Tem, portanto, o seu lugar nestas crônicas do S. Roque antigo, e ao lembrar as condições da sua fundação, peço que me relevem as referencias de carater pessoal a que a fidelidade da narração me obriga.

Professor e solteiro e morando sozinho, minha casa era ponto forçado de reunião de colegas e amigos que a procuravam frequentemente; e pode-se imaginar a animação desses conciliábulo reiterados, lembrando-se de que naquele tempo não havia cinema nem bares, nem casas de jogo, a não ser as de bilhar. Essas reuniões se tornavam mais animadas com a presença do Argemiro (dr. Argemiro Silveira), que, já no último ano do curso jurídico, vinha frequentemente a S. Roque e, embora tendo a casa do tio (o sr. João Augusto da Silveira, atualmente domiciliado em Sorocaba) preferia minha residencia por estar mais à vontade.

Ora, ao aproximar-se o Natal de 1888, foi resolvido realizar-se uma ceia em minha casa, e esse acontecimento ficou marcando época. Entre os convivas, em número de vinte e poucos, contavam-se rapazes, professores ou não, como pessoas de representação local. Lembro-me ainda de que lá se achavam os srs. Julio Cesar de Oliveira, João Augusto da Silveira, Quirino de Aguiar, Santos Sobrinho, Vicente Julio, Hipólito Veiga, Manuel e Luiz Vilaça, Francisco Guilhermino de Campos, dr. Argemiro Silveira, Joaquim Pedroso, Antonio Francisco da Rosa e os professores Tiberio Justo, João Maria Tomaz (depois João Landim), José Gomide de Castro, Julio de Oliveira Chagas, Mariano de Oliveira, Francisco Rodrigues Correia, Ci-



priano da Rocha Lima, Joaquim Francisco de Oliveira, Antonio Arnobio e ainda meus irmãos Manuel e Honorio da Silveira.

Numa reunião assim formada, e nas disposições de espírito do tempo, não é preciso dizer, a cordialidade, a alegria, o cunho de espiritualidade que reinou durante todo o inesquecível ágape. E quando, cerca de meia-noite, foram se retirando os convivas, levavam todos a mais grata impressão daquela noite, que continuou em dias sucessivos a ser objeto de referencias e comentarios, com o desejo de que não tardasse a reproduzir-se. E foi daí que surgiu um dia a idéia de constituir-se uma sociedade que viesse facilitar a convivencia dos amigos. Em consequencia, a 1.º de janeiro seguinte (1889), reuniram-se em minha casa muitos dos convivas daquela noite de Natal, e aí assentando o lineamento geral da futura associação, ficaram os profs. Vilaça e Tiberio encarregados de elaborar comigo os respectivos estatutos.

Numa grande reunião realizada dias depois, na sala da Câmara, foram discutidos e afinal aprovados os estatutos, e em consequencia eleita a primeira diretoria, que ficou assim constituída:

- Presidente — Silveira Santos;
- Vice — Tiberio Justo da Silva;
- Tesoureiro — Francisco Guilhermino de Campos;
- 1.º secretario — Francisco Rodrigues Correia;
- 2.º — Manuel de Oliveira Rosa;
- Orador — Antonio Arnobio; e
- Bibliotecario — Fernando Pereira.

A sociedade tinha um fim exclusivamente cultural, que se resumia na formação da biblioteca, comemoração das grandes datas nacionais, e realização de conferencias; e todos estes objetivos começaram a realizar-se desde logo.

Por um dispositivo dos estatutos, o presidente, tesoureiro e secretario ficaram formando uma comissão executiva, à qual competia dar todas as providencias para a instalação da sociedade e objetivação de seus fins. Os demais membros da diretoria se reuniram em casos especificados e a assembléia geral só de ano em ano para a tomada de contas e eleição de nova diretoria. Foi pena que, pelas vicissitudes por que tem passado a União Literaria, se perdessem todos os livros da primitiva escripturação (salvo os dois primeiros de carga e descarga da biblioteca). Pelas atas da comissão executiva, lançadas em livro

especial, se veria a soma de esforços, a agitada atividade dispendida pela mesma comissão nos primeiros passos da sociedade.

Começou ela por fazer um apelo no sentido de obter livros para a biblioteca; e depois com as jóias e primeiras mensuralidades, adquiriu volumes com que encheu as duas primeiras estantes, e a biblioteca foi franqueada aos socios; e pelo livro de cargas vê-se que a primeira obra *A Jangada*, de Julio Verne, foi retirada a 26 de fevereiro (1889). Ficou instalada a principio no grande predio que ficava ao lado esquerdo da Matriz, na sala em frente à em que funcionava a escola da 1.<sup>a</sup> cadeira, sob minha regencia desde julho de 1888.

Pertencia essa casa, que agora me parece estar dividida em duas ou três, ao Capitão José Arruda, que com a boa vontade de sempre cedeu gratuitamente a sala. Para dar uma idéia da aceitação que teve a biblioteca, aquí transcrevo o seu movimento dos dois livros de cargas que tenho em mãos: em 1889, nos dez meses, foram retirados 696 volumes; em 1890, 832; em 1891, 506, e em 92, 967.

As conferencias, que se realizavam no mesmo salão, iniciaram-se tambem desde logo, e allí, discorrendo sobre assuntos oportunos e de interesse geral, falaram sucessivamente os consocios Manuel Vilaça, Julio Cesar, Antonio Arnobio, Mariano de Oliveira, Tiberio Justo e quem estas linhas escreve; e como, conforme ficou dito, não havia naquele tempo as variadas diversões que hoje atraem e monopolizam a concorrência pública, aquellas palestras eram frequentadas por um auditorio em que havia sempre a graça e o realce do elemento feminino.

Para obviar o inconveniente do transporte de cadeiras que os socios emprestavam em cada reunião, a comissão executiva adquiriu 5 duzias de cadeiras americanas, moveis simples, modestos, mas confortaveis.

Em 1890 serviu ainda a mesma diretoria e, com o entusiasmo decorrente da proclamação da República, foram comemoradas todas as datas do calendario cívico, recentemente decretado pelo governo provisório.

Para 1891 foi eleita nova diretoria que teve como presidente o Tenente Francisco Luiz de Campos. Não me acodem os nomes dos demais membros e nem existe no actual arquivo da União nenhuma indicação sobre essa, nem sobre as outras que a sucederam.

Em geral a sorte das associações deste género depende dos seus elementos dirigentes. E assim, sob o impulso de directores

ativos, dedicados, entusiastas, elas prosperam e se expandem, enquanto que decaem e esmorecem sob direções desidiosas e inertes. É o que se tem verificado na vida da União Literaria que, si teve épocas de florecimento e prosperidades, atravessou também quadras em que foi quasi transformada em bar de uns fabricantes de bebidas, que aquí estiveram temporariamente, e até ocasião houve em que ela deixou de existir. Com efeito, na serie de escritos *Tradições e reminiscencias de S. Roque* do prof. Tiberio Justo, publicados no *Sãoroquense*, no artigo de 13 de junho de 1909, tratando do prof. Arnobio, diz que ele foi presidente do directorio político, da Santa Casa de Misericórdia e também "da extincta Sociedade União Literaria". Não me cumpre entrar na apreciação destes incidentes, que já pertencem à actualidade; apenas notarei que, pelo que pude observar, acha-se ela actualmente em fase de animação, como centro de reuniões familiares e com a biblioteca contando mais de 800 volumes. O que importa agora, para a sua maior eficiencia, é que ela retorne à ideologia primitiva, que retome o cunho essencialmente cultural com que foi criada, instituindo pelo menos a comemoração sistemática das grandes datas nacionais. E isto não será difficil; pois a directoria actual, formada de moços de boa vontade e amantes de sua terra, poderá facilmente continuar as tradições da velha sociedade.

Ao terminar a viagem subjetiva que acabo de fazer através de uma das fases mais gratas de minha mocidade longinqua, acode-me ao espirito uma revoada de pensamentos melancólicos. Daqueles elementos ativos, que formavam o ambiente social de há 50 anos, e com os quais mantive laços de maior ou menor afeto, quantos existem ainda hoje? Bem poucos; restam uns dez ou doze, ou pouco mais, e desse pugilo de sobreviventes a maioria reside fora de S. Roque: João Augusto da Silveira e Mariano de Oliveira, em Sorocaba; Joaquim Pedroso, em Ourinhos; Sebastião Vilaça, em Itapetininga e seu irmão Tiburcio em Baurú; Francisco Correia em Araçariguama; Manuel de Oliveira Rosa, em Piracicaba; Narciso Augusto da Silva (Narcizinho) não sei bem onde.

Esta ordem de considerações me oferece ensejos para, aproveitando o espaço que me resta, preencher uma lacuna apontada por um amigo. Refiro-me à indicação dos primeiros italianos e portugueses que aquí residiram antes da proclamação da República.

Daqueles conheci, em menino, uns três que de quando em quando passavam mascateando pelo sítio de meu pai. Lembrome de que um, alto e corpulento, chamava-se Aurelio; outro, mais moço, Ângelo, e ainda outro, Serafim, rapaz louro e quasi imberbe. Moravam no sobradinho do largo da Matriz, pertencente então ao Comendador Manuel Inocencio, e é o mesmo pegado hoje às antigas Casas Pernambucanas. Por esse tempo residia na cidade o italiano Cristovão Nicodemus, muito popular e conhecido por "Tristão Latoeiro", o qual tinha a sua pequena officina próxima à casa que depois pertenceu ao sr. Luiz Vilaça.

Mais modernamente estabeleceram-se aquí outros filhos da Italia que se tornaram, pelo entrelaçamento com familias brasileiras, tronco de numerosa e prestante descendencia. Não há quem não conheça, ao menos por tradição, um Pedro Verani, espirito jovial e comunicativo, negociante muito reputado; um "Chicha" (Francisco Setti), pequenino e modesto, vivendo muito discretamente na sua officinazinha de funileiro à travessa do Teatro. Depois, um João Micchi, baixo e magro, grandes bigodes, sempre de cachimbo na boca e sempre pilheriando. Era sogro do sr. Humberto Lippi, homem ativo, cheio de iniciativa, que, começando como simples padeiro, chegou a ter em certa época grande atuação como industrial e negociante. Enfim, lembrarei o sr. José Casali, que, por contraste com sua figura de homem alto e gordo, o povo tratava de "Josefino". Aquí aportou como negociante ambulante e depois se tornou vitor, e penso que foi ele o pioneiro desse ramo agrícola, si não em todo o municipio, ao menos na zona do Setubal, Sorocamirim e Sebândilha; pois por esse tempo o dr. Stevaux já tinha no Pantajo apreciavel plantação de vinha, assim como meu cunhado Santos Sobrinho, o qual em seu sítio de Samambaia tambem produzia vinho muito gabado pela qualidade e esmerado fabrico.

O sr. Casali consorciou-se na familia Pais, residente no bairro do Setubal, e estabeleceu-se com pequeno negocio na casa do sogro, à beira da estrada de Una. Alí dedicou-se à cultura da vinha, aproveitando um terreno alagadiço que dessecou ele mesmo abrindo valetas à força de braço, e mandou vir de Itú os bacelos para enxertia. Todos estranhavam aquele esforço que julgavam perdido; e só compreenderam o seu alcance quando viram as belas e florentes videiras que vinham abrir uma nova e promissora fonte de rendas para o municipio.

Tornou-se o sr. Casali chefe de numerosa familia, sendo seus descendentes conhecidos e estimados em nosso meio.

Dos portuguezes que se fixaram, nos meados do século passado, em nossa terra, conheci pessoalmente apenas três: os srs. Sebastião Martins Vilaça, Lourenço de Arruda e José André Lopes. Dos dois primeiros já tive ocasião de referir-me mais de uma vez no correr destas crônicas. O sr. Vilaça veio para aqui muito moço, estabeleceu-se com casa de molhados e foi elemento prestadio em nosso meio. Serviu como agente do Correio, juiz de paz e mordomo da Santa Casa; e, amador entusiasta da arte cênica, concorreu ativamente para a construção do Teatro S. João e era o animador dos espetáculos dramáticos dos diversos grupos que dirigiu. De seu consorcio com a bondosíssima d. Maria, filha do velho lavrador Inacio da Silveira, deixou numerosa prole que teve e ainda tem ativa e proveitosa atuação em nossa terra.

Conheci em menino o sr. Lourenço de Arruda estabelecido com padaria no predio que, hoje reconstruido, pertence ao sr. Fernando de Lima. De índole folgazã já recordei que ele em companhia do velho Arnobio e do sr. Manuel Rodrigues, dava a nota alegre nos banquetes e festas familiares a que compareciam. Foi casado com uma senhora da familia dos Silveiros do Goianã e teve relações de amizade com seus filhos srs. Silverio, Manequinho, falecido muito moço, Tiburcio e Joaquim Augusto de Arruda. Era avô materno de d. Guilhermina, viuva do sr. Francisco de Oliveira (Chico Zefirino).

O sr. José André Lopes foi dos três a figura mais original e de vida mais acidentada. Quando eu ainda menino o conheci, já estava ele estabelecido com loja de fazenda na casa da rua hoje Rui Barbosa, em frente à travessa Carambei. Mas ele devia ter começado como vendedor ou "encarnador" de imagens, porque o povo o tratava por José "Maginario". Ligou-se pelo primeiro casamento a uma familia abastada, sendo sua esposa irmã de d. Ana Batista, de Nhanhã Fidelis e de d. Berberina de Almeida; e daí naturalmente provinham os bens que possuia. Depois de viuvo deu-se ao vicio de embriaguez, e era comovente a proverbial dedicação de seus três fiéis escravos Bento, Manuel e Antonio, que o acompanhavam, às vezes, nas desabaladas correrias, a cavallo, pelas ruas, e outras quando, desorientado, descontrolado, perambulava a esmo. Acabou com o negocio e na situação extrema em que caiu, encontrou um braço amigo que o amparou: foi o sr. Quirino de Aguiar, o qual lhe propor-

cionou recursos para montar uma olaria nos terrenos de sua chácara. Corrigiu-se, então, do vício, consolidou sua situação material e prosperou.

Casou-se depois com d. Olimpia Machado, natural de Arariguama e que era, si não me engano, sobrinha do Major Tristão, sogro do sr. Julio Cesar. Também o velho José André ficou tendo pelo sr. Quirino mais do que amizade, mais do que gratidão, verdadeira veneração. Procurava-o frequentemente, ouvia-o em questões de seu interesse, e não cessava de manifestar-lhe seu reconhecimento, embora muitas vezes a proferir com sua lingua destaramelada as suas grossas chalaças portuguesas.

Possuía instrução rudimentar, e assim mesmo compôs a seguinte quadrinha que bem exprime os sentimentos que nutria pelo seu maior benfeitor:

De amigo sincero  
Quirino é modelo,  
É em filantropia  
Não tem "paranelo".

(Escreveu paranelo em lugar de - paralelo).

## O ENSINO PRIMARIO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO — OS PROFESSORES POR CONCURSO

Nos capítulos V, XXVI, XXVII e XXVIII tratei do ensino público em S. Roque, mostrando seus começos em 1834 com o professor José Daniel Arnobio e em 1845 com a professora d. Maria' Flora; e o que foi depois com os srs. Antonio Benedito e Tomaz Henriques de Almeida.

Para completar as informações sobre este assunto indicarei agora a serie de professores que aquí lecionaram até ao fim do século passado — que é o marco final destas crônicas; pois dali para cá já as ocorrencias e os homens pertencem ao S. Roque atual.

Desde 1869, até que as Escolas Normais fornecessem pessoal docente para o ensino primario, formavam-se os professores por meio de exames que prestavam em São Paulo, conforme o processo instituido pelo Regulamento daquele ano. O governo publicava de quando em quando a lista das cadeiras que desejava prover; e os candidatos inscritos eram examinados por uma comissão presidida pelo inspetor geral do ensino, que era o dr. Francisco Aurelio, lente de geometria do curso anexo da Academia. Poucas eram as materias do programa: redação, interpretação, gramática, com análise, morfologia e sintática, cálculo, geografia, noções da doutrina cristã (o catolicismo era a religião do Estado), rudimentos de pedagogia e metodologia. Os candidatos eram arguidos em turmas de doze diariamente (foi assim, pelo menos, em 1883); a análise, que se dizia — gramatical e lógica, se fazia pelos compendios de Sotero dos Reis e Augusto Freire, e às vezes, como naquele ano, examinava portugêus o proprio Freire, que era lente do curso anexo da Academia. E talvez por ser reduzido o programa, os examinadores se tornavam mais exigentes. Assim, no dia da minha turma um terço foi reprovado e dos oito que passaram só um obteve plenamente.

Creio que o último destes concursos realizou-se em 1885, pois dessa época em diante a affluencia de alunos à Escola Normal prometia fornecer normalistas em número sufficiente para as necessidades do tempo. E vêm a propósito alguns dados sobre o ensino normal.

A primeira dessas Escolas foi fundada em 1875 com o curso de dois anos; mas formou apenas duas pequenas turmas, tendo sido suprimida em 1877 "por falta de verba".

Reaberta em 2 de agosto de 1880 pelo dr. Laurindo de Brito, teve o curso elevado para três anos e foi instalada na rua da Boa Morte, em sobrado que já não existe, pois na mesma area há hoje dois predios terreos. Dalí foi transferida, em 1890, já com quatro anos de curso, para a Praça da República, em *predio proprio mandado construir* pelo dr. Prudente de Moraes: aos dois primeiros pavimentos primitivos foi acrescentado ultimamente um terceiro andar. A frequencia escolar foi desde então em aumento constante; mas o vertiginoso crescimento do Estado exigindo a multiplicação das escolas primarias, o governo teve logo de transformar em escolas profissionais as quatro complementares do interior (Itapetininga, Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá), até que em 1911 as elevou a Escolas Normais, criando mais cinco: no Braz, em Pirassununga, S. Carlos, Botucatú e Casa Branca.

Da escassez de professores daquele tempo passou-se à plethora de hoje, com as 60 escolas profissionais a despejarem milhares de mestres anualmente. Verdade é que esta grande diffusão do ensino secundario, a-pesar-do carater fragmentario e dispersivo que não pode deixar de ter na fase da evolução em que nos achamos, serve para elevar o nivel intelectual da população, principalmente do sexo feminino, e prepara a mocidade para outras profissões.

Feito este rápido apanhado geral, acompanhemos o movimento do ensino em nossa terra.

Até 1874 funcionavam aquí apenas as duas escolas da cidade: a do professor Tomazinho e a de d. Maria Ribeiro, a qual desde 1848 substituiu a primeira professora Maria Flora, que naquele ano fora removida para Sorocaba. D. Maria Ribeiro, que veio muito moça para esta cidade, aqui faleceu em idade assaz avançada, tendo se casado uma filha sua com o sr. Antonio Joaquim de Moraes (Nhozinho), dos Moraes de Sorocamirim.



Com os progressos verificados pelas causas que deixei miudamente explicadas, criaram-se naquele ano (1874) mais duas escolas na cidade, uma para cada sexo, e outra no Taboão. Nesta ficou o sr. Antonio Carlos da Rosa, que se habilitou no concurso que por esse tempo se abriu. Para a 2.<sup>a</sup> cadeira feminina veio de fora a professora D. Ana de Almeida, que pouco se demorou, sendo logo removida para S. Sebastião. A 2.<sup>a</sup> masculina permaneceu vaga até 1876 quando foi nomeado o professor Cesario Lange Adrien, formado nesse ano pela Normal (em sua primeira fase). Como já deixei dito, este professor casou-se com uma filha do dr. Julio Xavier e Ferreira, e com ela se mudou para Tatuí. Lá (soube-o recentemente) ele fixou-se no bairro do Passa Três, e tão bons serviços prestou ao lugar, tanta amizade grangeou, que os moradores conseguiram do Congresso que o bairro mudasse a denominação para — Cesario Lange, nome que ainda tem.

No concurso que se abriu em 1876, três pessoas daqui se inscreveram: D. Rita de Almeida Oliveira para a 2.<sup>a</sup> cadeira da cidade; seu esposo Julio Cesar para a de Sorocamirim (e terei de mostrar adiante a influencia deste casal na evolução do ensino aquí) e Manuel Vilaça, que nessa ocasião cursava a Escola Normal (1.<sup>a</sup> fase), para a de Sebandilha.

Para o concurso seguinte, de 1882, São Roque forneceu quatro concorrentes: Tiberio Justo da Silva e João Maria Tomaz (depois João Landim) que foram respectivamente para as escolas de Canguera e Sorocamirim (que já se achava vaga) e mais os jovens João Carlos de Toledo Ribas que foi para Faxina (onde faleceu o ano passado), e Vergilio de Andrade Raiche.

Era este irmão de d. Virginia (depois esposa do sr. Manuel Vilaça) e d. Maria Vicencia, as quais haviam se mudado há pouco para aquí com o pai, Antonio de Andrade Raiche, de quem darei alguns informes. Alto, magro, corado, cabelos claros, devia ele ser descendente de alemão, como seu sobrenome o indica, pois Raiche é evidentemente corruptela de Reichert. Casou-se em segundas nupcias com a viúva d. Ana Tavares (depois d. Anica Raiche); estabeleceu-se com loja de fazenda nos baixos do sobrado que pertence hoje à Câmara, e serviu também como agente do Correio. Habil tocador de contrabaixo, prestou eficaz concurso à orquestra sinfônica que aquí por aquele tempo se formou, e era composta de consumados musicistas, cada um famoso no instrumento de sua especialidade, ocor-

rendo-me agora os nomes de Porfirio Tavares, o professor Tomazinho, os irmãos Manuel e Luiz Vilaça, Silverio de Arruda, Joaquim Pedroso. Foi orquestra que deixou nome fazendo-se ouvir nas grandes datas, como a do centenario de Tiradentes (1892), e nos grandes sermões.

D. Virginia e a irmã eram eximias pianistas e com a voz educada que possuíam davam brilho às reuniões familiares tão frequentes naquele tempo, e fazendo parte do coral da Matriz, eram ouvidas sempre com muito agrado. D. Maria Vicencia faleceu muito moça, o que também se deu com o seu irmão Vergilio que, supponho, nem chegou a lecionar.

Realizou-se outro concurso em 1883, e de S. Roque se apresentaram dois candidatos: José Gomide de Castro, e o autor destas linhas. Estava eu, em principio daquele ano, me preparando para o exame, quando me apareceu em casa o Castro, e resolveu inscrever-se também. Fôramos colegas de escola e ele era apontado com admiração pela pronta memoria que possuía: sabia de cor, de principio a fim, a gramática de Coruja, com definições e exemplos que repetia fielmente, sem aliás, compreender-lhes o sentido, conforme o feitiço mnemônico que tinha o ensino naquele tempo. Saira adolescente de S. Roque a tentar fortuna, e naquele momento voltava de S. Carlos, onde servira como escrivão de terreiro, serviço que deixara apressadamente, por incidentes que ele narrava com chiste. Fomos juntos a São Paulo, e lá nos hospedamos na mesma casa. Nomeado para a escola de Sebandilha, removeu-se depois para a da Vila de Araçatiguama e daí para a Escola Complementar de Itapetininga, na fase de organização desta, e depois para a Normal, da mesma cidade, em que aquela se converteu. Coube-lhe a cadeira de geografia e, com a dose de exagero que ele punha em tudo, timbrava um ser justo e inflexível. Chegava a reprovar alunos que deixassem por alguns décimos de alcançar media; e a pedido do diretor, sr. Fonseca, o qual conhecia a amizade que nos ligava, mais de uma vez intervim para abrandar o seu rigorismo didático. Mas professor competente e severo por sistema, pois agia sempre sem rancor nem preferencias, os alunos acabavam por se conformar com o seu criterio, e isso até lhes servia de estímulo. Castro em moço aproximou-se do positivismo, fazendo parte do grupo de simpatizantes que aqui se formou de 1890 até pouco antes de minha mudança; indo para Itapetininga, entrou em relação direta com a Igreja para a remessa de seu curso mensal, que até então era feito por meu intermedio. E'

desta adesão (aliás incompleta) que resultou a escolha dos nomes para os filhos, nomes tirados do calendario positivista, mas seguindo ainda aqui a peculiaridade de seu carater. Pai dedicado e marido extremo, parece que a morte da esposa (D. Rubina, filha de D. Corina de Oliveira) foi golpe demasiado rude para ele, pois não demorou muito a segui-la no túmulo.

Voltemos ao movimento escolar de nossa terra.

Houve novamente concurso em 1885, e, como disse, penso que foi o último. De S. Roque apresentaram-se dez concorrentes de ambos os sexos, o que mostra o incremento que já tomara o ensino primário. Ao que me lembra (faço de memoria este relato) foram aprovados seis candidatos: d. d. Rosalina Martins de Barros (depois Barros Vilaça pelo casamento em segundas nupcias com o sr. Luiz Vilaça), Amelia Ourique de Carvalho e Eulina de Sousa, e os moços — Julio de Oliveira Chagas, Antonio Arnobio e Emilio Rosa. São nomes quasi todos desconhecidos hoje, e não serão sem interesse alguns informes sobre eles.

D. Amelia era filha do negociante Bernardino A. O. de Carvalho que aqui residiu por algum tempo, e D. Eulina pertencia à numerosa familia do sr. Claudio Justiniano de Sousa, escrivão do cartorio de orfãos. Os seus últimos filhos nasceram aqui, e entre eles o conhecido escritor e teatrólogo Claudio de Sousa, que mora no Rio. Dessas professoras nenhuma ficou em S. Roque, nem mesmo D. Rosalina, que foi para um bairro de Una, e só mais tarde se removeu para aqui.

Chamava-se Antonio Rosa o pai de Emilio Rosa, e era conhecido por Tónico Jaguaré, o que indicava o lugar de onde ele veio e aqui serviu como sargento da força policial. Emilio Rosa obteve a escola do bairro de Olhos d'Água, e lembro-me de ter estado com ele apenas uma vez: foi quando, nas ferias de 1888, os professores sanroquenses se fotografaram em grupo. Eram os seguintes, por ordem de antiguidade: Tomaz Henriques, Antonio Carlos, Julio Cesar, Manuel Vilaça, Tiberio Justo, João Tomaz, Silveira Santos, Antonio Arnobio e Emilio Rosa, do municipio, e José de Castro e Julio Chagas, de Araçariguama. Figuravam mais no quadro os srs. Porfirio Tavares por ser professor de música, e Vicente Julio, como inspetor municipal.

Depois disso nunca mais estive com Emilio Rosa, e nem sei si ainda vive.

Do professor Arnobio falarei a seu tempo; e quanto a Julio Chagas só os remanescentes daquelas eras, hoje muito pou-

cos, dele se lembrarão. Muito modesto, muito concentrado, encerrou-se no seu bairro de Aparecida (Araçatiguama), constituiu família, e de lá só saiu depois de aposentado, quando se mudou para Campinas onde reside seu filho, dr. Ernesto Chagas, engenheiro da Mojiana, fugindo de quando em quando para Sorocaba, onde outro filho seu, Juvenal, é funcionario de uma das coletorias locais. Dedicado ao ensino, exemplar como chefe de família, e amigo de seus amigos, Chagas teve sempre um lugar marcado nas minhas antigas afeições. Ele fazia parte do grupo de seis ou sete rapazes que, ligados pelas afinidades de sentimentos e educação, formávamos uma roda de que fui espontaneamente me tornando o ponto central de ligação. Desse grupo que se foi desfazendo primeiro pelo Destino que nos impeliu cada um para rumo diferente, e depois pela morte (e os últimos falecidos foram José de Castro e Julio Chagas), só restamos José Marcolino de Arruda e eu, e nós mesmos, tão diferentes do que fomos como o S. Roque de hoje difere da pacatez e do ambiente social daquela cidadezinha de há cinquenta e tantos anos atrás.

## XLVIII

### FUNDAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR — UM CASAL DE EDUCADORES

Extintos em 1885, como vimos, os concursos para provimento das escolas primarias, a mocidade que desejava dedicar-se ao magisterio começou a encaminhar-se para a Escola Normal. De S. Roque, até fins do século passado, houve os seguintes normalistas: Manuel Vilaça, formado em 1877 (1.<sup>a</sup> fase); Julio Cesar e D. Rita de Almeida Oliveira, em 1882; Joaquim da Silveira Santos, 1887; Tiberio Justo, Antonio Arnobio, todos já professores por concurso, e mais Mariano de Oliveira, Cipriano da Rocha Lima, em 1888; José de Castro e Joaquim Francisco de Oliveira, em 1889; Amaro Egidio, Sebastião Vilaça e Maria Emilia de Oliveira em 1891, e Antonio de Oliveira Santos, em 1895. Com exceção de José de Castro e Amaro Egidio, todos ficaram em S. Roque, e com o reforço dos sete elementos novos o corpo docente do municipio elevou-se, no fim do século, a dezesseis educadores sendo quatro do sexo feminino: D. Rita de Almeida, D. Corina de Oliveira, que substituiu D. Maria Ribeiro, D. Maria Emilia Vilaça na do bairro do Pantojo, e D. Rosalina de Barros vinda para a do Sabóó, recentemente criada.

As condições do ensino primario já se haviam modificado muito nos últimos tempos da monarquia. Crescera a população de S. Paulo, e multiplicaram-se as escolas, não só por cidades e vilas como pelos bairros. Daí a necessidade urgente de remodelar-se a organização didática, e essa remodelação começou logo que, proclamada a República, a situação política o permitiu. De fato cessada a agitação que terminou com a deposição do primeiro presidente do Estado, dr. Américo Brasiliense (dezembro de 1891), e normalizando-se a administração com a eleição do dr. Bernardino de Campos (agosto de 1892), foi logo sancionada a lei n.º 88, que deu o primeiro passo no caminho das reformas. Essa lei continha entre outras duas disposições fundamentais: criava um Conselho Superior, a quem

cem-construído, onde hoje se acha o grupo, e com a boa vontade do presidente da Câmara, sr. Quirino de Aguiar, fez-se ligeira adaptação no edificio desocupado, que pertencia à Misericórdia, e é o mesmo da rua 13 de Maio, que tem hoje os ns. 5 e 7. E aí se reuniram, a 3 de novembro (1893) as cinco escolas da cidade, cujos professores eram:

D. Rita de Almeida Oliveira  
Manuel Martins Vilaça  
D. Rosalina Martins de Barros  
Mariano de Oliveira e  
Cipriano da Rocha Lima.

Os dois primeiros estavam em exercicio, como vimos, desde 1876—77; d. Rosalina viera do Saboó para a 1.<sup>a</sup> cadeira vaga com a aposentadoria de d. Corina de Oliveira. Mariano deixara a sua escola de Pinheirinhos por permuta que fez com o sr. Julio Cesar, pouco antes de ser este nomeado inspetor, e Cipriano me substituiu, em março daquele ano (1893), na 1.<sup>a</sup> cadeira. Aconteceu que, acometido, meses antes, de grave enfermidade do aparelho respiratorio, eu teria de deixar por conselho de médicos e de amigos o exercicio do magisterio; e para não prejudicar o ensino da cidade com prolongadas licenças, preferí fazer a permuta.

Dava-se assim, pela primeira vez no Estado, a reunião de escolas urbanas, e é de crer que a experiencia daí resultante influísse na deliberação do governo, pois o regulamento publicado em julho do ano seguinte (1894), generalizou a instituição, estabelecendo as primeiras normas para a criação dos grupos escolares. E é bem de ver que S. Roque nessa criação antecipou as demais cidades: as escolas reunidas transformaram-se em grupo no dia 24 de setembro de 1894. Foi o primeiro do Estado, e por isso recebeu o nome, proposto pelo inspetor do distrito, do presidente do Estado; o segundo foi o de Itú, que se denominou Cesario Mota. Era este, como Secretario do Interior, a alma do movimento renovador do ensino; e tanto apreço ligou ele à iniciativa de S. Roque, que veio com sua visita (3 de novembro de 1894) trazer aos professores, no 1.<sup>o</sup> anniversario da reunião das escolas, o prestígio e a animação de sua presença.

Em julho de 1898 ponde o grupo melhorar de sede, mudando-se para o predio em que ainda hoje está.

Fora ele construído para servir de cadeia, mas não oferecendo as necessarias condições de segurança, o que se verificou

com a evasão de presos que abriram caminho por baixo dos alicerces, o presidente da Câmara, sr. Aguiar, obteve do governo a cessão do edificio para o grupo, voltando de novo a cadeia para o velho predio da Misericórdia, onde ficou até à construção da sede definitiva, o sobrado da Avenida Tiradentes.

Quanto ao pessoal docente, foi ele aumentado em janeiro de 1895 com a anexação da escola do Taboão, regida pelo professor Antonio Arnobio. E com esse pessoal, duas professoras e quatro professores, se conservou até 1900; pois em 1897 veio para o grupo o sr. Tiberio Justo, e em 1898 o professor Joaquim Francisco de Oliveira (Quim do Zefirino), mas para substituírem respectivamente o professor Mariano que se transferiu para Itapetininga, e Cipriano, removido para o grupo do Carmo, Capital.

Tal era no tempo a escassez de professores que, a despeito das constantes reclamações do diretor, só em 1901 foi nomeada terceira adjunta para o grupo — D. Maria Pedrina da Silva.

Até essa época, ou melhor, de sua fundação até abril de 1911, teve o estabelecimento quatro diretores: Manuel Vilaça, desde o inicio a abril de 1896; Mariano de Oliveira, até fevereiro de 97; e Rocha Lima até outubro desse ano, quando foi substituído pelo sr. Julio Cesar, que nessa ocasião deixou o cargo de inspetor. E' que nesse ano (1897) modificou-se novamente a organização do corpo de inspetores: foram extintos os distritos escolares, e reduzido a dez o número de inspetores, que passariam a residir na Capital, com jurisdição em todo o Estado, saindo, quando preciso, para os pontos que o diretor geral determinasse. Nessas condições ao sr. Julio Cesar não conveio continuar e, de acordo com o prof. Cipriano que se exonerou, aceitou a diretoria do grupo, e aí permaneceu até que se aposentou em abril de 1911. Em toda a sua vida serviu nossa terra, que ele amou como filho, posto que não fosse sanroquense: ele veio para aqui aos 30 anos de idade, como empreiteiro ou auxiliar de empreiteiro, no serviço do avançamento da Sorocabana, em 1873; e no *Almanach da Provincia* para aquele ano seu nome figura também entre os negociantes de ferragens e gêneros do país. Casou-se em 1875 com D. Rita de Almeida, de Araçariguama, filha de D. Benedita da Rosa e do valente Major Tristão Firmino de Almeida, que fez como voluntario a campanha do Paraguai onde foi subindo de posto por atos de bravura até alcançar aquele em que se reformou. Fixou o casal residência aqui, e S. Roque adquiriu mais um elemento

de valor; porque D. Ritinha, como a tratavam, foi não só educadora eximia como dama de reake na melhor sociedade. Muito inteligente e culta, tinha para o ensino a mesma aptidão que o marido. Ensinava e educava; e sabia fazer de cada aluna uma amiga e admiradora. E como possuía a afabilidade sem afecção e a bondade irradiante das almas bem formadas, compreende-se porque era ela de todos querida e estimada. Por isso sua morte, que se deu em agosto de 1911, foi sentida e lamentada por todas as classes sociais. Contava então 51 anos de idade.

Dos descendentes, contemporaneos e conhecidos como são, não preciso falar. Apenas lembrarei que todos, com exceção do dr. Gentil, que mora na cidade, herdaram a vocação didática dos progenitores: as filhas foram ou são professoras e residem em S. Paulo, e o filho mais moço, o Julinho, tem vivido por longe, como diretor de varios grupos. E certamente não se apagou ainda em S. Roque a memoria do malogrado Epaminondas, o qual, muito jovem, fez como regente brilhante figura num concurso de bandas em S. Paulo. Enfim, a primogênita, D. Olimpia, foi casada com o prof. Antonio Hipólito de Medeiros, nomeado, depois da República, tabelião do 1.º cartorio de S. Paulo. São ambos falecidos há muito.



## OS TEMPLOS CATÓLICOS — A MATRIZ

Vou agora, com os dados que pude obter, tratar de nossas igrejas e dos párocos que aqui serviram até fins do século passado. Ficaré, assim, concluída a viagem subjetiva que venho fazendo através dos homens e das coisas do S. Roque antigo, e realizado o programa que me impôs quando iniciei a serie destas despreziosas crônicas.

Não será longo este trabalho, porque os templos católicos se reduzem às igrejas da Matriz e S. Benedito e a pequenas ermidas em bairros, não restando mais nem vestigio da Capela de Santo Antonio que existiu no perímetro urbano, e da qual também falarei.

A historia da Matriz vem dos longinquos e nebulosos tempos da fundação do primitivo burgo, o qual foi no começo, como se sabe, simples fazenda de Pedro Vaz de Barros, conhecido pelo cognome de Vaz Guassú.

Uma vez fixada residencia aqui, tratou ele de construir o templo para acudir às necessidades religiosas da população, que cresceu rapidamente. Possuia numerosa escravatura, e cerca de mil e duzentos índios administrados (eufemismo que queria dizer — escravizados); e além disso era a sua casa frequentemente visitada por parentes e amigos, o que levou Pedro Taques a afirmar que sua fazenda bem podia ser considerada como Vila. O templo devia ser, pois, maior do que simples capela, dotada de torre com seu sino, de forma a corresponder à ostentação do grande e opulento proprietario. Foi ele construido, segundo versão transmitida por meu tio Antonio Joaquim dos Santos, no lugar em que está hoje a capela-mor da Matriz, e em frente ao sobrado residencial de Vaz Guassú.

Há uma lenda vaga pretendendo que o local escolhido primitivamente foi o topo do morro de Santa Quiteria. A essa lenda se refere o professor Tiberio Justo da Silva nos artigos que, sob a denominação de *Tradições e reminiscencias de S. Roque*, publicou no *São-roquense* no correr de 1909. Diz ele:

“Depois de varias pesquisas infructiferas do lugar onde seria construida a desejada Capella, ficou assentado que seria levantada no alto do morro que hoje chamamos de Santa Quiteria, na estrada do Guassú, mais ou menos onde está a capellinha de Santa Cruz.

“As primeiras paredes do futuro templo, depois de uma certa altura, ruíram não se sabe se por falta de prumo ou de solidez. Diversas tentativas ainda foram feitas para a construcção da capella, porém, todas inúteis, porque as paredes cahiam sempre. Abandonado esse lugar foi então feita a capella onde se acha actualmente a Matriz.

“E se alli foi construida, favoreceu a superstição então arraizada em nossos patricios que o herdaram de Portugal, cujo povo nos dominava nessa época. Consta que naquelle local fora encontrada uma pequena imagem de S. Roque e por isso a ignorancia popular attribuia áquella imagem a queda da igrejainha porque, dizia-se, o santo queria que fosse erecta a dita Capella no lugar em que o encontraram. Coisas do tempo!” (*O São-roquense de 7-2-1909*).

Parece-nos sem fundamento esta versão, porque a pretendida imagem só poderia ser levada para ali pelos jesuitas; e não consta que houvesse na paragem o menor indício de catequese. Portanto, si tentativa houve de mudança, seria depois da morte de Vaz de Barros, e as paredes poderiam então ter sido derrubadas pelos que não concordavam com a mudança por ser o local inadequado tanto pela topografia como pela distancia das aguadas.

Noutro tópico há esta referencia à escolha do padroeiro: “Pedro Vaz de Barros, como todos os antigos moradores desta zona, era catholico romano e querendo que sua fazenda estivesse sob a protecção de um santo, deu-lhe o nome de S. Roque de Carambehy, visto ter sido aqui encontrada uma imagem daquelle santo.” (*Idem*).

Não procede nenhum destes motivos. E' pura fantasia a existencia de qualquer imagem naqueles sertões brutos; e si Pedro Vaz fizesse a escolha somente por ser católico, então o mais natural é que tomasse por padroeira ou Nossa Senhora, sob alguma das inúmeras invocações com que a designam os crentes, ou então algum dos Santos que têm a primazia no culto popular, como S. José, S. João, Santo Antonio ou S. Pedro; e até nesse caso devia prevalecer este último, como santo de seu nome. A escolha de S. Roque para orago, prende-se com certeza à cir-

cunstancia de se achar o dia 16 de agosto ligado a algum fato notavel para ele: a data em que obteve a sesmaria, a em que dela tomou posse, ou o dia em que aquí chegou, conforme o uso entre colonizadores.

Esse pequeno templo foi servindo pelo tempo adiante por mais de um século. Em 1778 a povoação passou de capela a freguesia, e teve desde aí pároco residente, sendo o seu primeiro vigario o padre Francisco Bicudo de Siqueira; e a igrejainha continuou a mesma, como se vê deste passo da *Assassina*, quando descreve a festa do padroeiro realizada em agosto de 1780: "O sininho da torre da pequena Matriz (que era bem differente da que existe actualmente), deu signal da entrada das matinas." E o proprio Barão de Piratininga, autor da *Assassina*, conheceu esse pequeno templo com a sua torre e o seu sininho; porque foi demolido em 1837, quando ele, Barão, já contava 16 anos de idade. A demolição se deu naquele ano (1837), e isso por ter a pequena torre desabado.

A construção da nova matriz (a mesma que serviu até o ano passado) importou em 1:200\$, sendo 800\$ obtidos por subscrição popular, e 400\$ concedidos pela assembléia provincial, isso segundo os dados que o dr. Argemiro Silveira consultou no arquivo público; e parece incrível que se conseguisse tal construção com tão insignificante quantia, o que foi possível talvez por serem as taipas socadas a braço de escravo. Foi isso em 1838, e era então vigario o padre Manuel Joaquim Barbosa, que aquí serviu por muito tempo, como veremos adiante.

Até 1868 a nave era de terra chã e nem podia ser assoalhada por ser na igreja, ali, como já expliquei, que se faziam os enterramentos.

Essa prática cessou com a construção, por iniciativa da Câmara, em 1868, como ficou miudamente explicado no capítulo XXX. Pude só então a igreja ser assoalhada; e esse grande melhoramento foi conseguido com auxilio do povo, pelos esforços do vigario de então — o Cônego Benjamim (Antonio Paulino Gonçalves Benjamim). E ainda com este mesmo pároco, alcançou o templo, em 1872, dois outros progressos: a reforma da pintura exterior, e o relógio da torre. Foi este, no seu tempo, objeto de grande ufania para os sanroquenses, não só pela utilidade que vinha ter, como pela novidade de bater quartos e não só meias horas, conforme acontecia com os que existiam em algumas poucas localidades da provincia.

Outros benefícios recebeu a Matriz mais tarde durante o paroquiado do padre Cunha (João Carlos da Cunha), que para aqui veio em 1881, em substituição do vigário Benjamim, o qual se mudou para a Capital. Segundo o relato que o mesmo padre Cunha deixou no livro do Tombo, ele dotou a igreja com os seguintes melhoramentos: retirou das paredes da capela-mor o forro de tabuas já deterioradas e a pintou a oleo; construiu ao lado esquerdo da nave a capela do Santissimo, adquiriu alfaias, vestes talares e um grande missal. Retocou o telhado, fez sacra-rio novo; e mandou vir a atual e vistosa imagem de S. Roque para substituir a antiga que, "pela sua imperfeição já não estaya de accordo com a lithurgia" (palavras textuais). Esta imagem veio de Paris, e com as despesas de alfândega e transporte ficou em 1:300\$000, quantia que ele obteve por acordo com os festeiros de 1882, os quais consentiram em entrar com aquela importancia e ele, padre Cunha, fazendo gratuitamente as cerimoniaes da festa.

Deram-se com a instalação desta imagem episodios que têm seu lugar nestas crônicas. Quando o vigário tratou de colocá-la no altar, surgiu uma dificuldade. Os pedreiros e pintores que trabalhavam na igreja recusaram-se a obedecer ao sacerdote que os mandava retirar do altar a imagem velha para por, em seu lugar, o novo santo. Chamados um a um — Neco de Inhô, Juca Leandro, o preto Marcelino, os serventes, todos a uma voz se recusaram a praticar aquele ato que se lhes afigurava uma ingratidão para com o velho padroeiro, e um sacrilegio desalojar de seu nicho o santo que conheceram sempre ali. O recurso foi então ser a remoção feita pelo proprio padre Cunha, auxiliado por um médico que aqui residia naquele tempo, chamado dr. Sampaio. E com este logo depois se deu um fato que foi considerado como castigo: quis passear num cavalo fogoso e, mau cavaleiro, começou a bater involuntariamente com a ponta do guarda chuva na anca do animal, que se pôs em disparada rua Direita abaixo, até que ao chegar ao largo da Matriz foi o dr. Sampaio cuspidor da sela, e teve um braço fraturado. Foi vingança do S. Roque velho, disseram; mas não se lembraram de que nada aconteceu ao padre Cunha.

Ainda ao findar o século exigiu a velha Matriz novos reparos e para efetuá-los foi pelo Bispo nomeada uma comissão composta dos srs. Francisco Guilhermino de Campos, dr. Manuel Cardoso Barreto (promotor público), Luiz Martins Vilaça, Vi-

torio Della Torre, diretor da fábrica Dell'Acqua e professor Joaquim Francisco de Oliveira, a qual deu pronto desempenho à incumbência. O serviço ficou logo concluído, importando a despesa total em 7:000\$000 com o déficit de 1:050\$ que foi pago pela fábrica à igreja, conforme a conta apresentada em setembro de 1901. Era vigário nesse tempo o padre Cecere.

É de notar-se agora esta coincidência: em 1837 foi demolida como vimos a capela primitiva e em seu lugar erigido templo maior, mais condizente com as necessidades do tempo, e um século depois em 1937, foi ele por sua vez arrazado para ser substituído por nova Matriz que melhor corresponda aos progressos da cidade, o que se vai conseguindo sempre com auxílio do povo, sob o impulso do zelo religioso e dedicação do digno vigário atual, padre Murari, segundo tenho lido no *Democrata*. Elogiam os católicos a beleza do templo, na parte interna já concluída; mas também tenho ouvido reparos à falta de portas nas paredes laterais. Entretanto, detalhe de observação trivial como é, si o arquiteto que fez a planta e as autoridades eclesiásticas as não fizeram, é que acharam desnecessárias.

## L

### OS TEMPLOS CATÓLICOS ATÉ FINS DO SÉCULO

#### *A Igreja de São Benedito*

A construção da igreja de S. Benedito foi iniciada pelo padre Chico — Francisco José de Moraes, o 9.º vigário da paróquia. Não conseguí dados precisos sobre a data do começo das obras, e o montante das despesas. Na rebusca que pude fazer na Curia Metropolitana, graças à gentileza do reverendo Secretario e do jovem sacerdote Paulo A. C. Freire, diretor do Arquivo, aos quais aqui renovo meus agradecimentos, nada encontrei a respeito. E' que falta no Arquivo o segundo livro do Tombo, que é o correspondente ao tempo em que serviu na paróquia o padre Chico. Penso entretanto que as despesas foram custeadas pelo proprio vigário que, conforme indiquei no capítulo VII, era rico, desambicioso e modesto; e trarei adiante um testemunho em abono deste conceito.

O certo é que a esta obra dedicou o virtuoso sacerdote a melhor atenção e todo o seu tempo disponível. Acompanhava desde cedo, primeiro o pesado serviço de pilar as taipas, serviço executado pelos escravos da familia, e depois o trabalho de carpinteiros e pedreiros, subindo escadas e transpondo andaimes. Foi numa ocasião destas que se deu com ele o fato geralmente repetido, e que servia como documento indicativo do seu feitio obstinado e pertinaz.

Começava ele a subir, no corpo da igreja, uma escada de mão mal segura aos andaimes, quando um carpinteiro lhe observou:

- Não suba, seu vigário, que a escada pode cair.
- Não cai, respondeu ele.
- Não suba, seu vigário, insistiu o homem; a escada não está firme.
- Não cai.

E já havia galgado alguns degraus, quando veio abaixo com a escada. Não se machucou porque, por felicidade havia por baixo um monte de areia. Levantou-se, sacudiu a batina, e saiu murmurando:

— E caiu, viu? e caiu; caiu!

Isso confirmava a opinião geral que ficou como provérbio: “teimoso como o padre Chico”.

Infelizmente, não pôde ele dar a última demão à sua obra, que deixou apenas com as instalações indispensáveis para o exercício do culto. Faleceu em abril de 1866, e ao vigário Benjamim, que o substituiu, coube inaugurar o novo templo, provendo-o das alfaias necessárias. Mas foi só em 1883 que o sucessor deste, o padre Cunha, melhorou as condições do templo; pois segundo exposição que deixou no livro do Tombo, ele realizou as seguintes obras: reformou o telhado, retocou o frontispício, assoalhou, forrou e pintou-o interna e externamente. O acabamento completo, porém, só foi realizado no fim do século quando, talvez por iniciativa do padre José Cecere, que era então vigário, ou talvez espontaneamente, os srs. Julio Cesar, Antonio Arnobio e Manuel Vilaça se constituíram em comissão para, segundo se lê no livro do Tombo: “construir uma torre, reconstruir o frontespício, concertar o telhado, fazer o paravento e o altar, e pintar a igreja de S. Benedicto”.

E em dezembro de 1901 “foi entregue a obra, executada com toda solidez”. Importou tudo em 6:069\$000; e havendo obtido, por subscrição popular, a importância de 5:030\$000, ficou o restante como saldo credor a favor da mesma comissão. Foi só então que a igreja ficou com o aspecto exterior que tem hoje.

#### *Capela de Santo Antonio*

Deste pequeno templo não resta o menor vestígio, pois foi construído no lugar em que se acha hoje a caixa d'água, na travessa desse nome, esquina da antiga rua Direita.

Não encontrei a data de sua fundação, que devia ter sido pouco depois de 1860, pois, como ficou explicado no capítulo XXX, o presidente da Câmara de então, tenente Francisco Luiz de Campos indicou, na sessão de abril de 1867, “que se officiasse ao vigário propondo que, enquanto não se cons-

truisse o cemiterio, fossem os enterramentos feitos na igreja de S. Benedicto e na *Capella de Santo Antonio*, em vista dos perigos que offereciam á saude publica os sepultamentos na Matriz”.

Era ella muito menor que a igreja de S. Benedicto e, desprovida de torre, só a cruz no alto indicava o seu destino religioso, pois com suas duas portas e duas janelas envidraçadas, tinha o aspecto dos predios comuns de habitação. Para o serviço do culto possuía altar, trono, coreto e uma pequena sacristia.

Construção de madeira e barro, sem condições de durabilidade, já em 1883 se achava em estado de ruina, pelo que o vigario desse tempo, o padre João Carlos da Cunha, tratou de reformá-la. Queriam alguns paroquianos que fosse, depois de reconstruída, consagrada a Santa Quiteria, padroeira da pequena ermida que existira na estrada do Guassú, nas proximidades da cidade, e da qual adiante falarei. Mas o padre Cunha resolveu que a Capella depois de reedificada se destinasse ao Coração de Jesus. E com a atividade e pronta resolução que o caracterizavam, chegou em breve a reunir copioso material que elle deixou arrolado no livro do Tombo: carradas de pedra, milheiros de tijolos, sacaria de cal, e bastante madeira. Mas não chegou a efetuar a reforma porque deixou a paróquia e a provincia (1.º de janeiro de 1884), indo para o Rio, como vigario de uma das igrejas dali. Os sacerdotes que o substituíram, padres José Marcondes, até 1885, João B. Salgado, até 1887, e Macedo Sampaio, até 1890, não se interessaram pela reforma, e afinal, em estado de completa ruina, foi pela Câmara demolida em outubro de 1887.

A ereção deste pequeno templo, que teve vida tão efêmera, pois durou pouco mais de vinte anos, dá margem a reflexões que não deixarão de ter interesse numa crônica de carater estritamente local, como são estas. Realizou-se ella por iniciativa e a expensas de meu tio Antonio Joaquim dos Santos, cujo feitiço excêntrico aí se manifestou por dois modos. Livre pensador, e expondo desabusadamente seu ateismo, tanto em público como nas conversações familiares (e quantas vezes vi minha mãe censurar-lhe os comentarios pejorativos que elle fazia sobre certas passagens da Biblia!), não se atina com os motivos que o levaram a construir um edificio — nitidamente católico. Todos viam aí mais uma



manifestação daquele espirito contraditorio, que se comprazia em andar ao arrepio das opiniões correntes; mas por mim acredito que ele quis com isto prestar homenagem ao sentimento popular que faz de Santo Antonio objeto de veneração particular, sem se preocupar com a sua canonização teológica. Vêm em apoio desta opinião as reflexões que, no manuscrito a que tenho me referido, ele faz a propósito da substituição da velha imagem de S. Roque; e a transcrição que se segue servirá como complemento ao capítulo anterior, onde a deixei de inserir para não alongar demasiadamente o mesmo capítulo.

Diz ele nos seus *Fragmentsos historicos e tradicionaes*:

“A capella que elle (Pedro Vaz) construiu, e a que destinou para padroeiro o fidalgo S. Roque, é hoje capella-mór da actual matriz.

“A imagem do mesmo foi vinda de Roma, e lá esculpturada. Esta imagem vista pelos nossos avós, ainda existe. Duas vezes se tentou retirar do seu nicho ou throno. A primeira vez em 1841, quando veio uma outra para procissões. Pela segunda vez foi o reverendo padre Cunha que mandou vir outra de maior effeito artistico. O respeito que infundia a velha imagem despertou tão violenta repugnancia pela nova que os operarios, que faziam concertos no templo, resistiram ao poder das insinuações do vigario. Instados, fugiam. Parecia-lhes um sacrilegio. Mas o padre Cunha era tenaz, e continuou a tentativa. Conseguiu dispor um medico (*ele supôs ser o dr. Meireles, mas sei que foi o dr. Sampaio, como referi*), e arrastaram do seu nicho a velha imagem.

“O insinuante parochio chamava a attenção de curiosos para admirarem a perfeição da imagem nova. Os cren-tes olhavam e inclinavam a cabeça repassados de tristeza. Os proprios adeptos de ideas livres ficavam contrariados e pronunciavam que era uma profanação para aquelle thesou-ro archeologico (a velha imagem). Era o pronunciamento do povo romano mostrando consideração e estima pela velhice nobre.

“Retirada a antiga imagem para a sacristia, como traste imprestavel, substituíram ao padre Cunha os vigarios Marcondes Salgado e Sampaio. Cada um por sua vez foi indifferente áquelle acto desagradavel. Em 1890 veio parochiar o padre Gravina. Não sabemos quem o levou a conhecer

destes ressentimentos. O que se verificou foi que a velha imagem voltou a seu lugar de honra.

“De onde vem esta preponderancia, que faz estremecer o coração por objectos inanimados? Perante o sentimento, são preciosos os ossos e cinzas de pessoas amadas. E’ lei natural e intima.

“Os crentes desagravados ficaram satisfeitos, sabendo que os povos das parochias visinhas procuravam as pessoas mais illustres para vir pedir para elles a imagem abandonada.”

Com este espirito de larga tolerancia e bonomia, não é difficil de conciliar as suas idéias de livre-pensador com a construção do pequeno templo, que seria objeto de satisfação para as classes populares.

Mas tanto na insegurança, como sob o aspecto arquitetônico, ele revelou aqui a mesma excentricidade das outras construções que realizou. Com efeito, já lembrei que foi obra sua o predio denominado “Castelinho”, que existiu no hoje largo da República, no lugar em que está a residencia do dr. Marcio Reis — predio que tinha um pequeno sotão, o qual lhe dava o aspecto de castelo. Tambem já me referi à “maçonaria”, casa construida por ele, e que ficava na rua hoje 24 de Outubro, em frente à fábrica Brasital, e que era composto de dois corpos avançados, aos lados, com espaço no centro, destinado a jardim — forma exótica, e sem similar na cidade. Finalmente, quem o visitava pela primeira vez em sua chácara da Boa Vista, ficava espantado ante o aspecto lúgubre da sala principal, com a barra alta pintada de preto retinto.

Estes traços servem para completar o retrato intelectual e moral da natureza mais original e mais complexa, talvez, que S. Roque tem produzido.

## LI

### AS ERMIDAS DO MUNICIPIO

Há no municipio diversas capelas de construção recente, ou ao menos deste século, como a de Santa Cruz do Goianã, a do Marmeleiro, do Taboão, etc.; mas antigas, só conheço duas, as de Santo Antonio e Santa Quiteria, e é dessas que vou tratar.

#### *A Ermida de Santo Antonio*

A ermida de Santo Antonio, no bairro desse nome, é uma das preciosidades arqueológicas vindas dos tempos coloniais, e que estão prestes a desaparecer, como muitas outras perdidas pelo interior do Estado. O dr. Paulo Duarte encetou no ano passado intensa campanha de imprensa e de tribuna, no sentido de interessar os poderes públicos na conservação dessas construções que nos falam eloquentemente do passado. Nos artigos que publicou no *Estado* sob a sugestiva epigrafe — *Contra o vandalismo e o extermínio*, e que repercutiram vivamente em nosso meio, ele enumerou as preciosidades legadas pelos primeiros povoadores de São Paulo e que jazem em completo abandono. Referindo-se às reliquias existentes em S. Miguel, Carapicuíba, Embú, Santos, a do bairro do Colegio, não esqueceu a pequena ermida de Santo Antonio, em nosso municipio.

Foi esta construída, em meados do século XVII, por Fernão Pais de Barros, irmão de Pedro Vaz Guassú, fundador de S. Roque, o que mostra que à influencia deste se deve sua vinda para aquí pouco depois de criada a Capela de S. Roque.

Fernão Pais tornou-se, no dizer de Azevedo Marques, notável pela sua intrepidez nas explorações do sertão, e pelas riquezas que adquiriu. Como seu irmão Vaz-Guassú, foi dos maiores potentados da Capitania, fazendo consideraveis doativos para empresas de exploração de minas e mais serviços da coroa, pelo que foi honrado, por duas vezes, com cartas regias

que recebeu do governo português (em setembro de 1664 e ainda setembro de 1678).

Casou-se duas vezes, sendo sua segunda esposa D. Maria de Mendonça, que com ele veio para Santo Antonio; mas por discordancia de genio, vieram a separar-se. Em solteiro teve, de uma parda de Pernambuco, uma filha bastarda chamada Inacia Pais. Esta casou-se primeiro com seu primo Braz Leme (filho de Vaz-Guassú), e por morte deste contraiu segundas nupcias com o português João de Deus Martins Claro, figura a que já me referi no 35.º capítulo.

O bairro em que Fernão Pais estabeleceu-se, os indigenas denominavam Bói-poruçuguaba, a uma legua mais ou menos da residencia do irmão, e aí construiu a casa de feitio colonial que o Barão de Piratininga descreve minuciosamente no artigo que publicou no *Almanach literario da Provincia de S. Paulo*, de 1881.

“A direita do vasto alpendre, — conta ele, — se estende uma comprida sala, em cuja extremidade ha um compartimento, separado por um tabique onde se erguia um altar. Alli o padre Belchior de Pontes celebrava missa e outras funcções de seu santo ministerio.”

A ermida, portanto, foi construida só muito mais tarde. Eis como o Barão a descreve no seu citado artigo:

“Levantou (Fernão Vaz) a 50 metros de sua casa de moradia uma capella de dimensões regulares, com coro, pulpito, dois altares lateraes com obra de entalhe dourado, capella e altar mór, throno, sachristia, torre, etc. De cada lado do altar-mór levanta-se um busto africano sustentando na mão um castiçal. Na parede esquerda do corpo da capella ainda existe uma grande tela representando no plano superior o céu com o Padre Eterno, a Santa Virgem, os anjos e os justos, e no plano inferior o inferno com os reprobos, entre os quaes se destacam frades e freiras!”

A provisão para a capela ser benzida foi concedida pelo dr. Francisco da Silveira Dias, protonotario do bispado do Rio de Janeiro, em setembro de 1681. Nesta provisão o protonotario declara que atendeu ao pedido que lhe fez o cap. Fernão Vaz de Barros, porque este alegou que “sua fazenda de Boy-poruçuguaba, na qual assiste com sua familia, fica distante da capella de São Roque de onde é freguez, e não podia ir á missa por causa da distancia e ser o caminho aspero e elle achacoso e não poder arrastar toda a sua familia.” (*Provisão para a Capella*

de *Santo Antonio*, do arquivo do dr. Ernesto de Campos, que me forneceu este e outros documentos).

Esta provisão tem a data de setembro de 1681, e a cerimonia da benção realizou-se no ano seguinte (junho de 1682) com grande solenidade, sendo officiante o padre Francisco de Almeida Lara, vigario de Araçariguama.

Não tendo herdeiros forçados, "instituiu em testamento um vinculo perpetuo na fazenda Santo Antonio, nomeando administrador para este vinculo e providenciando sobre sua successão, com a obrigação de serem ditas annualmente 50 missas por sua alma. Em virtude desta disposição testamenteira foram ditas 8.650 missas por alma do testador!" (B. de Piratininga, artigo citado).

A instituição dos vinculos e morgadios extinguiu-se com a lei de outubro de 1835, e esta lei, segundo informa o Barão, "foi devida aos esforços de um paulista notavel, e foi o vinculo de Santo Antonio que deu origem aquella lei."

Extintos os vinculos em 1835, a fazenda Santo Antonio continuou ainda vinculada até 1854, quando se deu a morte do seu último administrador, o alferes João de Deus Martins Claro, personagem de que me ocupei no 3.º capítulo, mostrando, segundo o manuscrito de meu tio Santos, o papel preponderante que ele representou na sociedade daquele tempo. Faleceu com a idade de 105 anos — a segunda longevidade de S. Roque, no dizer de meu tio. A fazenda foi então dividida entre os herdeiros deste, e veio depois a parar em mãos do Barão de Piratininga, que lá passava temporadas de repouso, e foi assim, pelo conhecimento direto, que ele pôde fazer da capela a descrição minudente que acima reproduzi. E ainda previa a hipótese de ali falecer, pois no seu testamento (25 de março de 1885), ele dispõe que fosse o féretro "conduzido por servos, sem pompa funeraria, e sobre a sepultura collocada uma pedra de marmore com a inscripção — Ninguém — e a data do fallecimento. *Se morrer na fazenda sepultem-me do mesmo modo no corpo da Capella de Santo Antonio.*"

Vi, na noticia do dr. Paulo Duarte, que as terras pertencem hoje a um lavrador, sr. Trujillo, que tem procurado conservar a capela, sendo que as duas estatuas de madeira foram transportadas, por ordem do dr. Washington Luiz (quando presidente de S. Paulo), para o museu do Ipiranga.

*Santa Quiteria*

No mesmo lugar em que está a atual capela de Santa Quiteria, reconstruída modernamente, existiu a primitiva ermida, que teve papel saliente na vida religiosa de S. Roque de outras eras. Além das festas anuais, sempre muito concorridas, que se faziam no dia da padroeira, havia ainda o costume de mudá-la processionalmente para a Matriz, sempre que a estiagem perdurava; e esse fato, marcado com antecedência, dava ocasião a grandes festas pitorescas, que atraíam sempre enorme concurso popular. Porque, no politeísmo ingenuo do povo, Santa Quiteria ficou sendo padroeira dos lavradores no combate às secas, como Santa Bárbara e São Jerônimo o eram contra os raios, São Bento contra "cobra e os bichos maus peçonhentos" e São Roque advogado contra a peste.

Eu já não alcancei essas procissões, porém encontrei ainda bem viva a tradição delas e dos milagres que operavam. O professor Tiberio assim as descreve nas suas *Tradições e reminiscências*:

"Quando a secca se proiongava alguns mezes, e os lavradores pediam chuva, o vigário, de combinação com outras pessoas influentes, determinavam o dia de mudança de Santa Quiteria, de sua capellinha para a Matriz. O dia da trasladação era escolhido, propositalmente, nas conjunções de lua nova, crescente ou cheia, porque havia mais probabilidade de chover.

"Na vespera da trasladação da Santa, o pasto que servia de pateo da Capella enchia-se de ranchos, barracas e botequins. Logo de manhã affluíam para allí muitas famílias e grande massa popular que se divertiam até a hora da trasladação. Era uma festa pittoresca: o lugar tornava-se alegre e romantico.

"Essa cerimonia era bastante concorrida sendo a procissão acompanhada de uma banda de musica, e ao espoucar dos rojões entrava na povoação ao bimbalar dos sinos, percorria as principaes ruas, recolhendo-se em seguida á Matriz.

"Quasi sempre, diziam os antigos, chovia logo depois da entrada da procissão ou no dia seguinte.

"Oito ou quinze dias depois, regressava a Santa á sua capella com as mesmas formalidades, processionalmente.

"Ameaçando ruina a modesta capella, foi resolvido a mudança da Santa definitivamente para a igreja da Matriz." (*O Sãoroquense* de 17 de outubro de 1909).

Quando a conheci, já ela se achava nesse estado de ruína, e conheci-a muito particularmente, não só porque fica à margem da estrada que ligava o sitio de meu pai à cidade, como por estar a capela situada nos pastos de meu tio Joaquim da Silveira Melo, cuja residencia eu e os meus visitávamos irrequietamente.

Numa pequena casa em frente à ermida, morava então, por concessão de meu tio, com a familia, um agregado seu, chamado Maneco Felix, o qual, nas horas vagas, trabalhava como sapa-teiro, e era natural do Guassú, onde ainda terá parentes.

Com seus três filhos menores nos acamarávamos eu, meus manos e mais meus primos José Miguel e João Gualberto (de Moraes) e Manuel Francisco (de Melo) nos exercicios de natação, ali, na linda lagoa artificial que, nas ocasiões de chuva, se formava na baixada entre a casa residencial e a capelinha. Quanta recordação dessas paisagens e desses companheiros, todos já eliminados pela morte!

A capela, nesse tempo, já estava em ruína, telhado esburacado, sem porta e nuas as paredes de taipa, e tão esquecido o seu destino religioso que o Maneco Felix a aproveitava, com os reparos mais urgentes, para servir-lhe de paiol.

Já ficou dito que a imagem foi levada para a Matriz; e, lembro-me, na chácara do Comendador Manuel Inocencio, no bairro do Guassú, havia dois grandes quadros a oleo, pintados em tabuas, que diziam terem sido retirados da capela de Santa Quitéria. Eu era menino e me recordo bem de que um dos quadros representava os três Reis Magos, guiados pela estrela, a caminho de Belem; e o outro parece-me que o nascimento de Jesús. Nunca mais vi esses retábulos, e nem sei que destino tomaram: por informações que agora obtive de S. Roque, soube que não estão na Igreja da Matriz.

Como curiosidade, vejamos agora a origem da capela, e da fazenda a que esta deu o nome. Estes vastos dominios que contavam cerca de 650 braças de testada, e meia legua de sertão, pertenceram primitivamente ao Coronel Policarpo Joaquim de Oliveira, figura de grande relevo, residente em Araçariguama, o qual trocou esta propriedade por outra de dimensões quasi iguais, que a Ordem de S. Bento possuía em Parnaíba; esta se denominava Fazenda Sta. Quitéria, e a Ordem a comprara por 2.000 missas, segundo consta dos *Documentos Interessantes*, vol. XXXI. Deu-se isso em 1795; e aí os frades fundaram a capelinha sob a invocação de Sta. Quitéria.

Em 1830, a fazenda era administrada por Francisco Nunes Vieira, como vimos, de passagem, no cap. X. Em 1856, a Ordem vendeu esta fazenda por dois contos de réis ao cap. José Vicente Penteado; e, por morte deste, seus bens foram à praça, e meu avô paterno, cap. Manuel da Silveira Vieira a arrematou por 7:100\$000, e, finalmente, veio ela a caber, por herança, a meu tio Joaquim da Silveira Melo.



## OS SETE PRIMEIROS VIGARIOS DE S. ROQUE

Desde sua elevação a freguesia, em 1768, até ao fim do século XIX, num período de 130 anos, parouquiaram em São Roque, ao que pude verificar nos dois livros do Tombo, 15 sacerdotes, tendo sido o primeiro o padre Francisco Bicudo de Siqueira, de 1768 a 1776, e o último o padre Pedro Gravina, de março de 1890 a setembro de 1901.

Não posso, porém, garantir a exatidão destes dados, porque, além de falhas e irregularidades nos assentamentos dos livros paroquiais, a grafia e o apagado das letras amarelecidas pelo tempo, tornaram-me a leitura difícil, a-pesar-do auxilio que me prestou a lente do arquivo.

Para não apresentar simplesmente a lista nominal destes vigarios, o que seria enfadonho, deter-me-ei apenas naqueles nomes a que estejam ligados fatos ou episodios que possam ter algum interesse para os leitores.

O primeiro pároco, Francisco Bicudo, foi quem iniciou o livro do Tombo, em 7 de janeiro de 1768, e dele é o lançamento de 1.º de junho desse ano, relativo ao inventario dos bens deixados por Pedro Vaz à capela de São Roque, conforme ficou dito no cap. anterior. Naquele mesmo tempo, esteve em São Roque o visitador padre José Antonio de Abreu, que em fevereiro daquele ano visitou também Araçariguama. Segundo informa D. Duarte Leopoldo, o padre Abreu era "formado em Canones pela Universidade de Coimbra, nomeado conego da Sé, em Setembro de 1787, onde se distinguiu pela sua illustração e dotes oratorios." (*As Capellas de Araçariguama*, pág. 65). Deixou ele no livro do Tombo extensas e severas prescrições a serem observadas em a nova paroquia, não somente pelos fiéis como também pelos vigarios, aos quais "só era permitido ter portas a dentro apenas criadas de mais de 50 annos, fóra mãi ou irmãs. Nas cidades, villas e povoados deviam usar batinas compridas; nas estradas, sitios e fazendas podiam occupar terno preto de sobrecasaca comprida."

“Quando fossem encontrados dentro dos povoados vestidos secularmente seriam elles presos e multados em 6\$000 e mais a roupa apreendida.” A caça, a pesca, o uso de armas, os divertimentos, teatros, bailes, passeios com pessoas de outro sexo, eram-lhes rigorosamente proibidos. Vinham outras recomendações para os fiéis relativas à exata observancia dos preceitos da Igreja; e aos senhores de escravos que os fizessem trabalhar nos domingos e dias santos, era aplicada a pena de excomunhão.

Ao primeiro vigario seguiram-se, em 1776, os padres Francisco Xavier Monteiro, que parou apenas poucos meses e Pascoal Correia Leite, em dezembro daquele ano, e a seguir José Caetano de Miranda, que serviu durante nove anos.

Segundo dados que encontrei no arquivo do sr. Campos Aguirra, este sacerdote possuia um sitio nos arredores da freguesia, o qual vendeu por 3.000 cruzados ao tenente José Mendes de Miranda. E em março de 1799, portanto depois de ter deixado a paróquia, fez testamento em São Roque, instituindo seu testamenteiro o alferes Luiz Mendes de Almeida.

O 5.º pároco foi o padre João Álvares Botão (novembro de 1798), ao qual se seguiu, em novembro de 1802, o vigario colado Manuel José Gomes. Este serviu durante muitos anos, e não consta a data exata em que deixou, naturalmente por morte, o exercicio de seu cargo efetivo. O seu sucessor, o padre Marçal, se ordenou, como veremos, em 1815, e não é provável que fosse imediatamente nomeado para aquí. Devia, pois, referir-se ao vigario Manuel José Gomes o episodio que se deu com dois illustres naturalistas alemães, Carlos F. von Martius e João B. von Spix, na viagem que, para exploração científica de nossa flora e fauna, fizeram pelo Brasil, de 1817 a 1818. Martius, alem das *Viagens pelo Brasil*, escreveu a *Flora Brasiliensis*, obra conhecida como de inestimavel valor científico. Chegaram ao Rio em julho de 1817, e a S. Paulo no fim de dezembro. Depois da demora de alguns dias, partiram da Capital em direção ao Ipanema, a 9 de janeiro. A narração minuciosa e pitoresca dessa viagem vem reproduzida no tomo XVI da *Revista do Museu Paulista*, onde se encontram estes tópicos:

“Na Cotia, aldeia que tem igreja e dista cinco leguas de S. Paulo, abandonamos a nossa tropa e adiantamo-nos para alcançar o Ipanema o mais depressa possível... Depois de percorrer a matta durante algumas horas, encontramos finalmente, num outro caminho, um homem affavel que promptamente

nos reconduziu á estrada certa. Era o parochio de S. Roque, no caminho do nosso destino, que embora de noite, voltava de sua fazenda. Vestido á moda paulista, com um poncho grande, largo, o chapéo branco de feltro, trazia espada à cinta. Noutro paiz, ninguem nelle presumiria o pacifico doutrinante do Evangelho. Mas aqui neste paiz é necessario viajar assim, porque ás vezes se encontra, nos caminhos solitarios pelas mattas, alguma onça, cobra venenosa ou mesmo escravo fugitivo e salteador." (*In Separata, da Revista, pág. 45*).

Nestas poucas linhas acham-se fotografados o estado de nossa civilização no começo do século XIX, as difficuldades e os riscos das viagens. Aquele sacerdote, assim vestido e armado, não transgredia as severas ordens dadas pelo primeiro visitador 50 anos antes, porque se achava na estrada e sob o perigo de ser assaltado "por onças, cobras e escravos fugidos". A sua fazenda, a algumas horas da Cotia, devia estar situada entre os bairros de Pinheirinhos e Vargem Grande; e o fato de ser fazendeiro indica que se devia tratar mesmo do Padre Manuel José Gomes, que era vigário colado.

A seguir, contam os viajantes que pernoitaram em nossa terra, da qual falam nestes termos:

"Em S. Roque, aldeiazinha sem importancia, o cabo das ordenanças como primeira autoridade do lugar, nos alojou num pequeno rancho velho, recebeu-nos com boa comida e deu-nos como cama um girão." (*Idem, 46*).

Devia parecer-lhes aldeiazinha sem importancia a povoação limitada então às casas situadas de um lado e outro da linha tortuosa, que era a estrada entre S. Paulo e Sorocaba, notando-se que na mesma página, ao falar de Jacaré, classificam-na como "pequeno lugarzinho". O que admira é que o vigário, vendo que tratava com pessoas de distincção, não os alojasse em sua casa, e não os apresentasse ao chefe local, o Capitão Manuel Francisco da Rosa, que esse, sim, era a primeira autoridade do lugar, e não o cabo das ordenanças.

Ao vigário colado Manuel José Gomes, seguiu-se o padre J. Marçal, que foi o 7.º na ordem cronológica. Como indiquei, não se sabe ao certo a data em que assumiu o governo espirital de S. Roque, e a em que o deixou, devendo ser depois de 1818 até 1830 ou 32. Seja como for, ele devia ter exercido papel saliente na vida local, pois seu nome figura na denominação de uma de nossas ruas. Como ficou explicado no capítulo XXI, a Câmara Municipal, na sessão de 11 de dezembro de

1865 deu a denominação de rua Padre Feijó ao caminho que ia do sobrado de D. Rita de Arruda (hoje sede da Câmara) até à rua do Setubal (agora, parece-me, Sotero de Sousa). Posteriormente, abriu-se a rua da Estação, e a parte da rua Padre Feijó, a começar desta, passou a se denominar — Padre Marçal. Não encontrei nas atas da Câmara a data e os motivos dessa substituição, assim como nenhuma informação sobre o referido sacerdote. Nas pesquisas que fiz na Curia Metropolitana, apenas encontrei o processo para a ordenação do padre José Marçal de Sousa. Naquele tempo, explicou-me o reverendo diretor do arquivo, o postulante à carreira sacerdotal tinha de constituir um patrimonio na ocasião de se ordenar. E o referido José Marçal de Sousa oferecia, para constituir seu patrimonio, terrenos cuja situação se lia com dificuldade, devido à grafia e ao apagamento da escrita, e que me pareceu ser no Arraial de Pilar, freguesia de Guareí. Por essas indicações se evidencia que o padre Marçal de S. Roque é esse mesmo Marçal de Sousa, pois que não há no arcebispado, como verifiquei na Curia, outro sacerdote com esse apelido. E si ofereceu para seu patrimonio terrenos no Pilar, é provavel que ele fosse natural de Sorocaba, da antiga e numerosa familia Marçal, à qual pertencia o sr. Juca Marçal (José Marçal de Oliveira), casado em S. Roque com D. Sofia Rodrigues, filha do velho Manuel Rodrigues de Morais Barros. Desse casal conheço bem o prof. Crispim, que foi meu aluno na escola primaria, e de apresentação o sr. Liberato, que mora em S. Roque.

A esta familia Marçal pertenceu tambem a primeira esposa de Julio Ribeiro, a qual era natural de Sorocaba, onde ele residira, e pelo lado paterno aparentada com os Rosa de São Roque, pelo que ele considerava o Barão de Piratininga seu parente. Mais de uma vez o ouvi, na Escola Normal, quando em 1886 o reputado gramático ocupava a cadeira de português, aludir a essa ligação doméstica, e manifestar a estima que lhe merecia aquele titular sanroquense. Certa ocasião, ao começar um aluno a leitura dos *Lusiadas*: “As armas e os Barões assinalados...”, — interrompeu-o abruptamente, gracejando: “Barões assinalados... Conhece algum que não seja? São todos assinalados, todos, menos o Barão de Piratininga e o Barão de Parnaíba” (este era naquele tempo presidente da Provincia). E na carta que dirigiu aos redatores do *Mercantil* de S. Paulo, em agosto de 1886, enviando a *Assassina* para ser publicada em folhetim, como de fato foi, declara ele:

“Voto admiração sincera ás qualidades excepcionaes do Barão de Piratininga como todos que têm a dita de conhecê-lo. Não me move a esta homenagem o *laço de parentesco* que outr’ora nos prendeu, e nem tão pouco a muita amizade que sinceramente lhe tenho.” Esta amizade vinha do tempo em que Julio Ribeiro residiu em São Roque, onde manteve um externato, entre 1876 e 78, si bem me recordo.

Não me furtei à narração destes fatos episódicos porque, embora remotamente ligados a um vigario de S. Roque, dizem respeito a pessoas e coisas relacionadas com a nossa terra.

OS OITO PAROCOS QUE SERVIRAM DE 1830  
AO FIM DO SÉCULO.

Em seguida ao vigário J. Marçal, de que tratei no capítulo anterior, veio para S. Roque o padre Manuel Joaquim Barbosa, que foi o que parou por mais tempo, pois aqui esteve por espaço de 26 anos — de 1830 até 1856. Integrou-se na vida de S. Roque e prestou assinalado serviço à povoação, que por esse tempo tomou maior incremento. A freguesia foi elevada à categoria de vila, que corresponde hoje à de município, em 1832, e o padre Barbosinha, como o chamavam, foi escolhido para fazer parte da primeira Câmara, conforme ficou dito no quarto capítulo, onde vêm os nomes dos outros seis companheiros seus de vereança.

Com o desabamento da torre da velha igreja, construída ainda por Pedro Vaz, o que se deu em 1837, a ele coube dirigir a construção da nova Matriz, concluída em 1838, como expliquei ao tratar dos nossos templos católicos. Por esses serviços e pela influencia pessoal, que exerceu, ele tem seu nome ligado à evolução de nossa terra: sua individualidade e seus atos vinham constantemente à baila nas conversações do Comendador Manuel Inocencio, quando referia casos e acontecimentos do velho S. Roque; e lamento não ter, na despreocupação da mocidade, registrado aquelas narrações pitorescas e fidedignas, fornecidas por testemunha presencial. Apesar desta simpatia e influencia, o padre Barbosa retirou-se de S. Roque por desinteligencia com os dirigentes locais, ainda segundo ouvi ao Comendador. O professor Tiberio, em suas *Tradições e reminiscencias*, conta que o desacordo se deu com a Câmara, por motivo que passo a resumir. Na travessa que o povo denominava *beco de Nhá Joaquina*, e depois passou a se chamar — do Comercio, em seguida, Travessa da Matriz, e é hoje começo da Avenida Tiradentes, havia uns quartos conhecidos pelo nome de *casinhas*, que serviam de mercado, e onde havia ajuntamento aos domingos e principalmente nas ocasiões de festa. A Câma-

ra resolveu mudar essas casinhas para o largo da Cadeia, nos três pequenos cômodos que ficavam pegados à casa do sr. Generoso Cardoso, esta na esquina da rua Direita. O padre Barbosa se opôs a essa mudança, por motivos que apresentou, e, não sendo atendido, sentiu-se desautorado e mudou-se em 1856 para Sorocaba, onde faleceu. A sua residencia era no sobrado construido por ele no largo da Matriz, ao lado esquerdo de quem desce, o qual pertenceu depois ao sr. Manuel Rodrigues de Moraes Barros, e onde está hoje o negocio do sr. Reinaldo Verani.

Foi o padre Francisco José de Moraes, conhecido vulgarmente por "Padre Chico", que, como 9.º pároco de S. Roque, sucedeu ao vigario Barbosa. Dele já me ocupei no 8.º capitulo, quando tratei da estirpe dos Moraes. Relatei o que ficou como lenda de suas qualidades morais, seu retraimento, sua desinteresse, sua bondadê, assim como aquele traço de obstinação que o fazia passar por "turrão". Era ele tio materno de minha esposa, e por isso folgo de reproduzir a opinião de testemunha presencial e insuspeita. Dele escreveu o prof. Tiberio Justo: "Abastado e modesto, virtuosissimo e sem ambição, não punha preço nos seus serviços ecclesiasticos, e o dinheiro que recebia guardava dentro de livros de assentos, e por sua morte forani encontrados nelles alguns contos de reis. Era extremamente caritativo, e não guardava rancor." (*São roquense* de 19 de setembro de 1909).

Foi ele, como ficou dito, quem construiu, à sua custa, a igreja de S. Benedito, o que mostra o seu zelo religioso e desprendimento. Entretanto, não se compreende porque se desinteressou por tal forma das alfaias e vestes talares, que mereceu severa censura do Bispo D. Antonio Joaquim de Melo, quando em visita pastoral a S. Roque. Não sei si ele deixou qualquer apreciação por escrito, porque, conforme já tive ocasião de explicar, não se encontrara na Curia o segundo volume do livro do Tombo, o qual abrange o tempo em que este sacerdote paroquiou; mas, em suas *Tradições*, narrando aquela visita pastoral, conta o prof. Tiberio que o prelado "censurou brutalmente o vigario pelo estado das alfaias e vestes do culto, que mandou queimar. E mesmo do pulpito censurou acremente o vigario por occupar *uma capa em pedaços*." Não admiram estes atos de violencia, que estavam no carater disciplinador e rudemente franco de D. Antonio, do qual diz D. Duarte Leopoldo: "Foi o grande reformador da Diocese, tendo deixado memoria impecivel como homem de Deus e de zeló apostolico." (*As capel-*

*las de Araçariguama*). O que admira é que o censurado fosse o padre Chico (o prof. Tiberio não diz); e havia de ser, porque a vinda do bispo devia ter-se dado em 1859, pois ele visitou a paróquia de Araçariguama em março desse ano; e como naquele tempo as visitas pastorais eram raras e difíceis, por serem as viagens a cavalo, é natural que D. Antonio percorresse ao mesmo tempo as paróquias convizinhas — S. Roque, Una, Piedade e Sorocaba. E o padre Francisco parou aqui de 1856 a janeiro de 1866, quando se deu a sua morte. Vem aqui a propósito uma pequena retificação, e é que o padre Francisco de Moraes não iniciou nesta Igreja a sua carreira sacerdotal, como eu disse no 8.º capítulo, mas sim na vila de Araçariguama, para onde foi nomeado em 1855, daí vindo no ano seguinte para esta paróquia.

O 10.º vigário de S. Roque foi o cônego Antonio Paulino Gonçalves Benjamim, nomeado em fevereiro de 1868, tendo aqui servido até 1880, época em que se retirou para a Capital. Quando o conheci, já ele tinha os cabelos grisalhos, mas a pele corada e lisa. Alto e de presença agradável, davam-lhe expressão ao rosto os óculos levemente embaçados. Morava no grande predio construído por ele mesmo, à rua, hoje, Rui Barbosa, o qual pertenceu depois ao sr. Julio Cesar e atualmente à familia do sr. Casimiro de Castro. O cônego Benjamim cooperou na construção do cemiterio, e penso que a ele se deve a iniciativa no assoalhamento da Matriz, na reforma da pintura exterior do templo e na instalação do relógio na torre, tudo conforme ficou a seu tempo explicado. Força-me a justiça a dizer que sua moralidade deixou a desejar, não que levasse vida escandalosa, mas todos sabiam que ele mantinha familia clandestina, que o acompanhou na ocasião da sua saída. Também não se distinguiu pela preocupação religiosa; pois, limitando-se às festas anuais de S. Benedito e do padroeiro, e às missas conventuais, os fiéis foram se afastando de tal modo que, por fim, mesmo as missas dos domingos tornaram-se pouquíssimas frequentadas. Assim, não obstante sua permanencia na paróquia por mais de doze anos, nenhum pesar causou sua retirada (setembro de 1880).

Frisante contraste com a sua foi a atuação do padre João Carlos da Cunha, que aqui chegou dias depois (25 de setembro). Com sua natureza franca, com sua atitude desenleada e atraente, o padre Cunha desenvolveu aqui ação dinâmica, e em breve revolucionou o mundo religioso. Começou por entrar em contacto com todas as familias, e a sua palavra facil e comu-



nicativa foi logo atraindo os fiéis para a Igreja, primeiro para as missas dominicais, depois para a cerimonia da "benção" à noite, inovação sua, com cânticos do pequeno coral que organizou, e orquestra. Instituiu a comemoração do mês mariano, a qual consistia em verdadeiras festas diárias, pois duravam o mês todo, sendo nomeada para cada dia comissão especial. Com o apoio franco dos fiéis, realizou grandes melhoramentos, conforme oportunamente deixei mencionado, quer no cemitério, quer nas igrejas da Matriz e São Benedito. Reuniu abundante material para a reconstrução da capela de Santo Antonio; dotou a Matriz de alfaias e imagens novas — tudo isso descrito por ele mesmo com minucia no livro do Tombo. Com esta atividade exuberante, o padre Cunha conquistou a admiração e o entusiasmo do povo, e assim, quando correu a noticia de que ele ia ser removido, choveram os pedidos individuais e manifestações coletivas para que ele não abandonasse a paróquia. Foi tudo inutil. Protestava ele, para a sua resolução, pretendo agravo que sofrera de um sanroquense; mas a verdade é que sua natureza expansiva e sua capacidade de realização estavam a exigir campo mais vasto, meio mais adequado do que o que lhe podia oferecer a humildade da nossa pobre paróquia. Efetivamente, deixando S. Roque (1.º de janeiro de 1884), foi ele sêrvir na igreja de Santana, na Capital Federal.

Como seu substituto, veio o padre José Marcondes Homem de Melo, que, iniciando aqui, ainda jovem, sua carreira sacerdotal, teve de sofrer desfavoravel confronto com a atuação multiforme do seu antecessor. Tímido, modesto, com o ar de irresolução natural nos que começam, ele não poudo, no curto espaço de tempo que aqui paroquiou, sustentar a empolgante e recente tradição do padre Cunha. Por isso, em seguida aos pomposos assentamentos que este exarou no livro do Tombo, o padre Marcondes limitou-se, ao dêixar a paróquia, a esta humilde declaração: "O pouco ou nada que fiz, Deus o sabe. E' o que basta para os servos inuteis." (21 de agosto de 1885). Conhecí-o de perto porque frequentávamos ambos a casa do Comendador Manuel Inocencio, e o acompanhávamos frequentemente nos passeios que este fazia ao seu "pasto da loja grande". Simples nas idéias, na conversação, nas maneiras, ele estava entretanto fadado a alcançar os mais altos postos na hierarquia da Igreja, não só pelos merecimentos pessoais, como principalmente pela influencia de familia: ele era, como se sabe, sobrinho do Barão Homem de Melo. E com efeito, de S.

Roque foi removido aos 28 anos de idade para a Matriz do Braz, a mais rendosa do bispado; e, ainda moço, nomeado arcebispo de Pará. Não tomou posse do arcebispado, e contentou-se em ficar como bispo de S. Carlos, onde há pouco faleceu, recusando-se a embarcar para o Pará, diziam, pelo horror que tomou ao mar, depois do naufragio em que quasi pereceu. Ele voltava de Roma com outros prelados, ao que me lembro em número de sete, os quais receberam a sagração na mesma ocasião, quando, nas proximidades da Espanha verificou-se o sinistro: o vapor Sirio afundou, morrendo muitos passageiros, entre os quais D. José de Camargo Barros. O italiano Pedro Ferla, que foi por algum tempo mestre da fábrica que dirigí, viajava nesse navio, e narrava miudamente as peripecias do naufragio. E céptico como era, terminava gracejando: "Tambem, com sete bispos a bordo..."

Depois do padre Marcondes, funcionaram em S. Roque, até ao fim do século, três vigarios: João Batista de Oliveira Salgado, de agosto de 1885 a julho de 87; Manuel Teotonio de Macedo Sampaio, daí até março de 1890; e Pedro Gravina, dessa data a setembro de 1901. Os dois primeiros tiveram curta permanencia aqui, e como o padre Marcondes, nem tempo tiveram para assinalar sua passagem na administração da paróquia. Deu-se o mesmo com o padre Gravina, o qual, entretanto, com suas maneiras discretas, com o seu carater tolerante, deixou muitas relações de amizade, mesmo entre acatólicos. E aqui vai uma nota pessoal. Para mim, seu nome está ligado a uma recordação que me é sumamente grata: foi ele quem presidiu à cerimonia do meu consorcio religioso, o qual se realizou sob a forma eclesiastica de "casamento misto", porque minha noiva era católica e só mais tarde se converteu ao positivismo.

## LIV

### DOIS SACERDOTES AMIGOS DE S. ROQUE — OS COMEÇOS DO ESPIRITISMO E DO PROTESTANTISMO

A lista dos quinze vigários ejetivos, cumpre ajuntar os nomes de dois sacerdotes que mais de uma vez aqui serviram interinamente, e frequentavam S. Roque com assiduidade. São eles o cônego Raimundo Marcolino da Luz Cintra, vigário de Una, e o padre Manuel Zefirino de Oliveira, de Araçariguama.

Eram duas naturezas inteiramente diversas. O cônego Raimundo, muito afável, muito cortês, e sempre encerrado dentro de uma discreta bonomia, fazia-se estimado por todos e de todos respeitado. Muito conhecedor do ritual, e ao mesmo tempo homem ativo e prático, não o dispensava o bispo D. Lino de o acompanhar nas suas visitas pastorais, em longas viagens a cavalo pelas zonas do Bispado, que abrangia todo o território de S. Paulo. Nessas viagens, o cônego Raimundo era ao mesmo tempo diretor do serviço da tropilha composta de animais de carga e de sela, e mestre de cerimonia nas solenidades locais.

O padre Zefirino tinha, ao contrario, espírito folgazão e divertido. Santista de nascimento, fixava-se definitivamente na vila, e ali tinha o seu sitio, onde a pobreza encontrava amparo e conforto; e alegre como era, animava os folguedos ao ar livre, os "sambas" que naquele tempo estavam em voga, e em que, diziam, ele mesmo tomava parte. Costumava andar vestido à secular, o que deu lugar a um episódio **faceto**, que vem narrado no opúsculo — *As Capellas de Araçariguama*, e consistiu no seguinte: Por ocasião de uma festa de Pirapora, achavam-se reunidos, ali muitos sacerdotes, entre os quais o vigário Zefirino, sem batina. O padre Valadão, vigário de Guarulhos, resolveu "pregar uma pirraça" que serviria também de lição ao padre Zefirino. Em ocasião em que este se achava ausente, entrou em negocio com um

fazendeiro, oferecendo-lhe à venda um escravo em tais e tais condições — e descreveu a figura do mesmo Zefirino. O fazendeiro aceitou a oferta, combinaram preço, e pediu para ver o “escravo”. Chamaram-no então; e não é preciso dizer qual a confusão do comprador e as gargalhadas dos padres, quando se apresentou o “cativo”, que não era outro senão o padre Zefirino, o qual, informa a referida monografia, desde ali não mais deixou a batina. Para bem se compreender o alcance da pilheria, deve-se saber que ele era mulato e tinha o apelido de “padre Araçá”, dizem que em consequencia de umas manchas brancas que lhe pintavam o rosto.

As informações sobre a vida religiosa do S. Roque antigo ficariam incompletas si eu deixasse de referir outras manifestações culturais que aquí se verificaram no último quartel do século passado. Até então, a religião que predominava no povo sanroquense, como predomina no Brasil e em toda a raça latina, é o catolicismo; mas, para ser franco e sincero, como é do meu feitio, direi que predomina apenas para o culto, e não nas convicções nem na direção da vida privada e pública. Porque, si predominasse em tudo, como já aconteceu nos seus tempos aureos, a saber, no decurso da Idade-Media, em que a fé católica dirigiu efetivamente todo o mundo civilizado, não estaria a sociedade agora neste estado de anarquia, de desconforto e aflicção em que se debate por toda a parte. Seria este outro ponto interessante a ventilar, elucidando as causas deste fato conhecido de todos: a aparente pujança do catolicismo e sua inopia na direção da sociedade; mas não é oportuno fazê-lo agora.

Reduzido, pois, ao culto, é preciso dizer que este se apresenta aquí e onde ele prevalece, sob três aspectos: suave e grandioso para as classes mais esclarecidas; um pouco tocado de politeísmo no sentimento popular, quando confere a certos santos a especialidade de certos milagres ou determinadas atribuições, como acontecia com os deuses do paganismo; e entre os africanos e nas massas incultas, misturado às práticas da feitiçaria, com as suas “coisas feitas”, mandingas e candomblés. Repito aquí verdades sedições e que estão ao alcance de todos, pois não entra no ânimo de positivistas a intenção de menoscabar ou melindrar as crenças alheias, todas respeitáveis para nós.

Os outros dois ramos da fé teológica, o espiritismo e o protestantismo, só apareceram aquí tardiamente. Começaram ambos de maneira modesta, quasi imperceptível; e lamentação não poder agora, pela carencia de tempo, procurar dados com que completasse minhas reminiscencias pessoais.

### *O Espiritismo*

Creio que a primeira manifestação de espiritismo se deu ali por volta de 1880, quando se mudou para esta cidade o negociante Bernardino Atanasio Ourique de Carvalho, que morou primeiro na casa da rua 13 de Maio, pertencente hoje a herdeiros do sr. Luiz Vilaça, e depois na em que esteve até há pouco a loja das Casas Pernambucanas. Tinha familia numerosa, e fui amicissimo do seu primogênito, Chiquinho Ourique (Francisco das Chagas Ourique de Carvalho), amizade que se consolidou na nossa convivencia na Escola Normal, onde ele se formou em 1885, ano em que me matriculei. Outra filha sua, D. Amelia, fez parte da turma de candidatas daquí aos exames de concurso aberto em 1885, conforme relatei em capitulo anterior. Sei que tambem professoras foram outras duas filhas, dd. Teresinha e a esposa do professor Edmundo Lisboa; os outros filhos eram ainda pequenos quando ele daquí se mudou. O sr. Bernardino fazia sessões espiritas em sua casa, sendo ele mesmo medium. Nunca as presenciei, e nem sei si eram concorridas; lembro-me, porem, de que a elas assistia o sr. Vicente Julio, meu concunhado mais tarde, o qual relatava em familia as peripecias das sessões, mas sem se mostrar inclinado para o espiritismo. Esta inclinação veio-lhe depois, por um motivo emocional. Perdera o filho mais velho, o Agripino, já moço, e achava-se nesse estado de depressão moral que só pode ser bem avaliado por quem por ele passou, quando conversando com o sr. Baturia, espiritista exaltado, este o convenceu de que a morte não extinguiu o filho idolatrado, cujo espírito ele via ali presente, ao lado do pai. Data daí a sua conversão ao espiritismo. Seguiu-se mais tarde a adesão de seu genro Otaviano Palhano, e de outros, como os srs. Julio Cesar, Credo Negrelli, Alexandre Beldi, Firmino Lopes Fragoso e, si bem me recordo, o sr. Bento Pereira. Com estes elementos se constituiu o primeiro Centro Espí-

rita, de que eu tinha frequentes noticias pelo sr. Otaviano; mas não sei qual o número de adesões nem a ordem em que estas se deram.

Por esse tempo iniciava-se a construção da Estação de Mayrink, e entre a leva de trabalhadores, quasi todos vindos do Estado do Rio, havia grande número de espíritas, o que veio dar impulso ao movimento local.

Lembro-me bem, pela repercussão que tiveram, das sessões realizadas em casa do sr. Frágoso, o qual morava nas proximidades da Estação. Uma filha solteira, parece-me que chamada Sofia, servia de médium; e a essas sessões assistí algumas vezes, com muitos outros curiosos, a convite e por instancia do sr. Frágoso. O guia da médium, segundo os principios da seita, era o espirito de um advogado que se chamava, ao que me lembro, dr. Vasconcelos. Este espirito começou certa ocasião a ditar (repito o que ouvi de boa fonte) uma novela, cuja redação se prolongou por muitas sessões seguidas. A moça ditava e o sr. Julio Cesar escrevia, notando-se esta particularidade interessante que, caída a médium em estado de transe, começava a ditar exatamente no ponto em que ficara na sessão anterior, e isso sem que se fizesse a leitura do que estava até ali escrito. Era, aliás, um conto de entrecho e narração muito simples, e acredito que D. Sofia fosse capaz de a escrever em estado conciente.

O espiritismo conta atualmente bom número de adeptos, tendo-me dito o presidente do Centro, sr. Lourenço Pedroso, numa visita casual que fiz à sede, que ia aumentar a sala das sessões, porque aquela já se tornava insufficiente.

### *O Protestantismo*

As primeiras visitas de ministros do Evangelho deram-se aquí, si não me falha a memoria, pouco antes ou pouco depois da proclamação da República. Não me consta que houvesse em São Roque adepto algum do protestantismo, pelo que a primeira ou primeiras pregações deram-se no teatro; mas logo depois, nas seguintes visitas, não sei si dos mesmos ou de outros ministros, passaram a ser na residencia do sr. Bento Pereira, numa sala terrea do sobrado. Faltam-me dados para acompanhar a infiltração evangélica e nem posso indicar quais as primeiras adesões que se deram.

Sei, porem, que a propaganda tomou impulso depois da conversão do sr. Miguel Weishaupt. Viera ele de Itapecerica, e aqui se estabeleceu com tenda de ferreiro, juntamente com seus irmãos José e Adão, havendo este falecido logo depois. Os outros dois aqui se radicaram constituindo familia, tendo sido como se sabe, o sr. José Weishaupt sogro do sr. Jácomo Bonini.

O sr. Miguel casou-se com uma filha do sr. Frederico Pedroso, e esta aliança a uma familia numerosa e respeitada, junto às suas qualidades de homem correto, trabalhador e honesto, grangeou-lhe vasto círculo de relações. Descendente de alemães, era natural que as tendencias ancestrais o chamassem para o protestantismo; e assim, logo após as primeiras pregações, se tornou adepto fervoroso das doutrinas evangélicas, no que foi seguido por toda a familia. Tiveram dali em diante os ministros uma sede fixa para os atos do culto, e um auditorio constante e cada vez mais numeroso para as pregações. O nucleo que então se formou foi aumentado com a mudança para aqui do sr. José Crem, cunhado do sr. Weishaupt, sendo ele e os seus igualmente filiados ao protestantismo.

Por informação autorizada, sei que se organizou aqui a Igreja Metodista em julho de 1899, com a transferencia de doze crentes residentes nesta cidade, e que se achavam arrolados na Igreja de S. Paulo. Daquele primeiro grupo estão vivos apenas o sr. Manuel de Oliveira Rosa, atualmente em Piracicaba, e as senhoras dd. Madalena e Carmelina, filhas do sr. Miguel Weishaupt.

Não sei qual o movimento atual da seita, a qual possui sede propria no modesto templo situado no largo da República, e a cargo, creio eu, do prof. Mario Aguiar.

O POSITIVISMO E SUA PROPAGANDA — CONDIÇÃO  
PARA O SEU ADVENTO

Com o capítulo anterior, em que acabei de passar em revista os fatos de maior interesse local, eu poderia dar por encerrada a serie destas crônicas. Acontece, porem, que o prof. Tiberio Justo, nas suas *Tradições e reminiscencias*, ao enumerar as religiões de S. Roque, e depois de se referir ao espiritismo, ao protestantismo e ao ateismo, referiu-se tambem ao positivismo.

Nenhum prejuizo haveria em que ficasse em silencio essa referencia; mas, lembrado por ele como fato que ocupou seu lugar na historia de nossa terra, aproveito a feliz oportunidade para esclarecer o assunto, não por vaidade ou amor proprio, mas como homenagem aos que acompanham com simpatia estes escritos, e não conhecem sinão vagamente a minha fé religiosa.

Escreveu aquele conterraneo:

“O positivismo aqui não poude medrar devido talvez á sua alta philosophia que fugia ao alcance de muitos, e mesmo por não ter ao menos um culto regular, com preces, orações e canticos. O unico positivista sincero que aqui tivemos foi o intelligente e preparado prof. Joaquim da Silveira Santos. Este fez tudo para organizar aqui uma sociedade positivista; a começo parecia ter elle um bom numero de sympathicos admiradores, porem em breve achou-se elle só.” (*O Sãoroquense*, de 5 de setembro de 1909).

Há aqui três pontos a ventilar: a) um começo de agremiação positivista que não medrou; b) e não medrou talvez pela alta philosophia da doutrina; c) e mesmo pela falta de culto, com orações, etc.

Expliquemos.

A primeira proposição é exata. A minha conversão ao positivismo, começada no segundo ano da Escola Normal, completou-se integralmente em 1889, com a leitura e medi-



tação aqui das obras fundamentais de Augusto Comte. No principio do ano seguinte, entrei em relação epistolar com o sr. Miguel Lemos, fundador e diretor da Igreja Positivista do Brasil, e desde logo, com o entusiasmo de moço, procurei vulgarizar a doutrina, nas palestras com amigos e nas reuniões comemorativas que então promovi. Muito concorreu para isso a União Literaria, recentemente fundada. A proclamação da República, com Benjamin Constant à frente, deu grande impulso no Rio à propaganda que ali existia desde 1881. A grande notoriedade em que ficou o Apostolado determinou um movimento de simpatia pelos Estados, notadamente em Pernambuco e Rio-Grande-do-Sul, formando-se neste, dentro em breve, um forte centro de propaganda. Em S. Paulo, igualmente, iniciou-se um nucleo sistematico pela iniciativa do sr. José Feliciano. Sob este impulso geral, a minha ação, embora precaria e deficiente, encontrou eco em S. Roque, e tambem aqui se constituiu um grupo de simpatizantes, muitos dos quais manifestaram sua adesão começando a concorrer com módicas mensalidades, arbitradas por cada um, para o custeio da propaganda no Rio. Dentre esses contribuintes, ocorrem-me agora os nomes dos srs. Quirino de Aguiar, Santos Sobrinho, Manuel e Sebastião Vilaça, Mariano de Oliveira, José de Castro, Tiberio Justo da Silva, alem de meu pai e meu irmão Honorio.

Mas a este efervescente surto de entusiasmo cívico e social, seguiu-se por toda a parte, a começar no Rio, uma fase de estacionamento que se acentuou depois com a morte de Miguel Lemos (agosto de 1917) e Teixeira Mendes (junho de 1927): Já o nucleo de S. Paulo se desfizera com o desacordo entre o sr. José Feliciano e a Igreja do Rio, sendo ele desligado (1898); e aqui em S. Roque o grupo se desfalcara logo com a mudança dos srs. Mariano de Oliveira, Sebastião Vilaça e José de Castro. E a minha atividade espiritual mesmo ficou prejudicada pela absorção em que fui ficando desde 1898 com a gerencia da tentativa industrial que em má hora empreendi. Mau grado, entretanto, estas preocupações materiais, realizava eu reuniões comemorativas nas datas nacionais e nas de acontecimentos positivistas, e fiz diversas publicações applicando os nossos principios, notadamente na questão do Cristo no Juri, no caso da violencia que sofreu um nosso modesto conterraneo cha-

mado Joaquim Meirinho, quando preso por ser curandeiro, e ainda uma por ocasião da greve dos ferroviários da Companhia Paulista, sendo esses artigos transcritos em jornais de S. Paulo e em publicações do Apostolado; e ainda diversos outros que se encontram nas coleções do *Sãooroquense*. Depois, com a minha mudança desta cidade, extinguiu-se de todo aquele início de propaganda.

Neste ponto, pois, é exato o que disse o prof. Tiberio. No que, porém, não lhe assiste razão é na afirmativa de que o insucesso foi devido à alta filosofia da doutrina, ou à sua falta de culto. Convém explicar este passo, não pelo caso restrito e sem importância de S. Roque, mas para explicar a atenuação da propaganda em geral, o que leva muitos a acreditar na decadência do positivismo.

Não há decadência. A menor disseminação, que aparentemente se nota agora, resulta de fatores diversos previstos pela própria doutrina, e que por isso não surpreende aos positivistas, nem lhes entibia a convicção no seu futuro e inevitável advento. O primeiro revés que sofreu a propaganda foi a morte prematura de Augusto Comte, a qual se deu inopinadamente, quando ele, apenas terminada a construção religiosa, começava a desenvolver a sua portentosa ação sacerdotal, tão eficiente, e em proporções tais que dentro em pouco estaria o positivismo dominando nas camadas dirigentes da França, com apoio das classes proletárias. E por infelicidade ele não encontrou ainda sucessor, isto é, o filósofo e homem de ação que retomasse em Paris a propaganda no ponto em que ele a deixou, e com a mesma envergadura. Em Paris, digo, porque a disseminação universal e em massa do positivismo está subordinada a uma condição fundamental: é que o movimento deve partir da grande Metrópole, de onde se irradiará prontamente para todos os quadrantes, porque, conforme o aforismo sociológico, Paris é a França, é o Ocidente, é a Terra. Antes deste pronunciamento, todas as tentativas locais, por mais amplas e mais bem dirigidas que sejam, têm de ficar estacionárias, sem poder ganhar a extensão social a que a doutrina está destinada. E' o que se tem dado com os movimentos esboçados na Europa e na América, sendo em maior escala no Brasil. A atuação ingente dos dois grandes Apóstolos, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, em 56 anos de incansável pregação

pela tribuna e pela imprensa, deu os frutos esperados: não só esclareceu e guiou os governos na solução de problemas administrativos, políticos e sociais, como foi arrebanhando para a fé demonstrável as almas emancipadas, já desiludidas das doutrinas teológicas e das ontologias metafísicas. Mas, desde a primeira hora, os dois grandes chefes não cessavam de explicar que o maior resultado de seus esforços, o principal escopo por eles colimado, era despertar Paris e mostrar, com o que eles aqui obtinham, quanto conseguiria o mundo com a ação da incomparável metrópole. E por isso mesmo o sr. Miguel Lemões encerrava as suas circulares anuais com a seguinte exortação, que o sr. Mendes mais tarde repetia na conclusão das que escreveu em continuação:

“Ao terminar esta circular repetirei, como faço todos os annos, que, sejam quaes forem os nossos progressos no Brasil, elles se conservarão sempre precarios enquanto Paris não tomar a dianteira do movimento regenerador.

“E’ sempre da grande Metropole que esperamos o impulso, a luz, e a direcção.”

Portanto, para nós, positivistas, o problema se apresenta nitidamente nestes termos: tudo depende só da Cidade Luz; e a hora em que ela se mover, o positivismo triunfará por toda a parte sem violencias, sem imposição e sem bafejo official, só pela eficiencia de sua propria estrutura. Porque o mundo está desorientado, todos os povos se debatendo angustiosamente, sem saber de onde lhe virá o remedio, pois as crenças teológicas, que estão vivendo só pelo culto, são impotentes para aplacar a tormenta, e dirigir o curso dos acontecimentos, e as reformas políticas propostas ou já ensaiadas pelas ideologias extremistas vão sendo repelidas pelo seu carater despótico e opressor. De pé, só a Religião da Humanidade, que, por sua natureza orgânica, apresenta a solução positiva, isto é, científica, concordante, e integral para todos os problemas, todos, da vida pessoal, doméstica, cívica e internacional.

A sua aceitação geral pode ser mais ou menos retardada, mais ou menos acelerada, consoante as contingencias da propria evolução. Mas, que importam algumas décadas de espera, si esse advento é certo, é inevitavel e será definitivo? O positivismo não conta ainda um século de existencia; e o catolicismo, seu eminente precursor, só começou a dirigir

o mundo romano depois de quasi quatro séculos de propaganda.

Eis porque, sob este ponto-de-vista, a criação e o êxito dos nucleos locais de propaganda têm importancia secundaria.

Eles são, entretanto, uteis, por oferecerem uma doutrina completa aos que já não têm religião, e se acham por isso nesse estado de incerteza e indecisão, consequencia do ateismo; pela assistencia que com a indicação de seus principios possam prestar à causa pública; e, enfim, por irem preparando no espirito público o terreno para a implantação do futuro regimen.

Esta ação local, porem, será sempre vagarosa, sem surtos imprevisos, porque o positivismo só pode contar, para a sua aceitação, com a beleza de sua doutrina, com a grandeza de seus intuitos, e com a elevação de sua moral; pois ele não pode acenar com a bem-aventurança do céu, nem com o castigo do inferno, que são da essencia das religiões teológicas; nem prometer violentos golpes políticos que dêem, com a posse do governo, honras e proventos a seus adeptos, como acontece com as ideologias extremistas.

A-pesar-disso, tal é a sua força irradiante e sua oportunidade que o positivismo se vai alastrando por toda a parte num movimento silencioso e continuo. Mesmo em nosso Estado, onde não temos nucleo de propaganda sistemática, o recenseamento de 1934 consigna a existencia de 3.413 positivistas, sendo homens 2.246 e mulheres 1.167, dos quais 1.569 na capital e 1.844 no interior. (V. *Diario Official* do Estado, de 24-III-38).

Não se pode só por aí julgar o grau de conversão efetiva deses adeptos; mas o fato de se declararem positivistas indica pelo menos a que ponto se acha vulgarizada a nova fé.

Isto por si já mostra que não é a "alta philosophia" do positivismo que impede a sua disseminação, como supôs o prof. Tiberio. Nem podia ser. Sem dúvida, a Religião da Humanidade baseia-se na filosofia positiva, que é a explicação do mundo, da sociedade e do homem pelas leis naturais que constituem as sete ciencias, desde a Matemática até à Moral teórica. Mas não se segue daí que, para ser positivista, seja necessario possuir cultura enciclopédica. Um exemplo melhor esclarecerá. O catolicismo baseia-se tam-

bem na filosofia teológica, que explica aquele conjunto — mundo, sociedade e homem, pelo jogo de vontades divinas, pela ação do sobrenatural. Essa filosofia teológica foi também constituída pela ação continua de grandes pensadores num trabalho que durou séculos, pois começou com os crentes que redigiram os Evangelhos (não discípulos diretos de Jesús), com os primeiros exegetas — os Orígenes, os São Justino, os S. Clemente; continuou com os Santo Agostinho, S. Jerônimo, Gregorio Magno; prosseguiu na Idade-Média com as elocubrações da Escolástica, em que culminou Santo Tomaz de Aquino; e ainda modernamente recebeu contingentes de Bossuet e outros teólogos de nomeada. E desse colossal acervo filosófico é que se foi extraíndo pouco a pouco, no correr dos séculos, os materiais com que se constituiu a Igreja católica: seu dogma, o imponente cerimonial de seu culto, e os preceitos de sua moral. Ora, ninguém dirá que para aceitar o catolicismo seja preciso primeiro recorrer àquela massa de transcendente e difícil filosofia: basta para isso o conciso resumo de um catecismo, que se vê em mãos de crianças.

O mesmo se dá com o positivismo: ele está ao alcance de simples proletários e senhoras de instrução comum, como poderá verificar quem frequentar o templo positivista do Rio.

Tratarei a seguir de culto positivista.

O CULTO POSITIVISTA — UMA CERIMONIA  
REALIZADA EM SÃO ROQUE

A crença de que o positivismo não tem culto, com orações, cânticos, etc., como supôs o prof. Tiberio Justo, provem de se pensar que ele não é religião, e que rezas e preces só se podem dirigir a divindades para lhes pedir benefícios espirituais e mesmo materiais. E' um erro que já não tem razão de ser hoje.

Seu objetivo, como o de todas as religiões, tenham estas a forma e organização que tiverem, é melhorar e disciplinar os homens, e fornecer-lhes armas que os auxiliem no empenho de subordinar o egoísmo ao altruísmo, o que constitui o maior problema humano e a preocupação de todos os tempos.

E é por isso que ele consta de três partes, como as demais doutrinas: o *culto*, que desenvolve o sentimento, o *dogma* que disciplina a inteligência e mostra qual o objeto da fé, e o *regimen* ou moral prática, que prescreve os atos.

Não me permite a escassez de espaço entrar no exame de cada uma destas partes: para o fim que tenho em vista, darei ligeira noção do *culto*, tal como o positivismo o instituiu.

Divide-se ele em pessoal, doméstico e público, sendo este o que se praticará nos templos, em solenidades que ocuparão todos os domingos do ano, e ainda as quintas-feiras em alguns meses. O culto pessoal consiste em expansões íntimas dirigidas aos seres a quem cada um mais deve na vida. Torna-se ele mais tocante e mais eficaz quando algum desses entes deixou de existir, pois então o esforço cultural consiste em evocar a imagem querida, a qual se apresenta *viva*, isto é, tal como a viu nas situações mais gratas para cada um.

Enfim, o culto doméstico consta de duas partes: a evocação dos dignos antepassados comuns da família, e a conferição dos sacramentos, destinados a ligar à vida pública, isto é, à sociedade, cada fase da vida privada. São, por isso, em número de nove, correspondentes a estas fases, a saber: a *apresentação*, na primeira infância; a *iniciação*, na adolescência; a *admissão*, ao

atingir a maioria civil; a *destinação*, ao fixar-se na profissão que escolheu; o *casamento*, depois deste; a *madureza*, aos 42 anos; o *retiro* ou aposentadoria, aos 63 anos; a *transformação*, correspondente à extrema unção; e a *incorporação*, que só será conferida sete anos depois da morte, e mediante certas condições.

Na Igreja do Rio, têm sido praticados, apenas *em esboço*, comemorações do culto público, e assim também, com ritual ainda muito simples, três dos sacramentos: o da *apresentação* (correspondente ao batismo) e o do *casamento* e o da *transformação*.

E para dar aos que me lêem uma idéia concreta do cerimonial do primeiro, reproduzo a seguir a carta que dirigí ao professor José de Castro Gomide, então residente em Itapetinga, relatando a cerimonia da *apresentação* de três filhos meus em São Roque.

Realizou-se a cerimonia no dia 11 de dezembro de 1902, e a carta, de que conservo copia em meu arquivo, foi escrita a 17 daquele mês, sendo suprimidos aquí alguns tópicos, para não alongar este artigo. Diz ela:

“São Roque, 15 de Bichat de 114 (17 de dez. de 1902).

“Meu caro Castro.

“Attendendo ao seu pedido, venho trazer-lhe, com a minúcia possível, singela descripção da cerimonia positivista que aqui se realizou no dia 9 de Bichat corrente (quinta-feira, 11 de dezembro): prolongo assim a, para mim, gratissima lembrança daquella solemnidade, e faço-a conhecida de um correlligionario que não a pode presenciar por motivo de força maior.

“Como sabe o amigo, eram os meus filhos mais novos os que deviam ser apresentados: Paulo Trajano, Augusto Graco e Anibal Cypriano, pois o casal mais velho, Hildebrando Cesar e Clotilde Sophia, já haviam sido baptisados na Igreja Catholica. O dia da *Apresentação* estava marcado desde Outubro, mas só nos ultimos dias ficou assentado que fosse aqui em S. Roque e não em S. Paulo, como havíamos pensado.

“Officiante devia ser o sr. Teixeira Mendes, Vice-Director da Igreja positivista, que viria do Rio especialmente para esse fim; e com effeito, na manhã daquelle dia (11 de dezem-

bro) tivemos a dita de receber em nosso lar o ardoroso Apostolo que, deixando seus afazeres sociaes, vinha prestar-nos o incomparavel serviço de conferir a nossos filhinhos o primeiro sacramento positivista. Acompanharam-no diversos confrades de S. Paulo.

"Pensavamos que a cerimonia se realizaria á noite, e nesse sentido haviamos feito os convites a amigos e ao publico em geral; mas o sr. Mendes explicou que tinha necessidade de voltar á tarde para S. Paulo, e assim a celebração teve de effectuar-se ao meio dia. Omitto, para não alongar-me demasiado, a ornamentação característica que conseguimos dar ao recinto, que era a peça contigua á sala de visitas, e em comunicação com esta; direi apenas que na parede do fundo, dominando a cadeira e a mesa destinadas ao officiante, via-se o busto de Augusto Comte encimado pela photographia que representava a Humanidade, e tendo aos lados os retratos de Rosalia e de Sophia Bliaux, respectivamente Mãe e Filha adoptiva do Fundador do positivismo. Acima do busto pendia uma photographia de Clotilde de Vaux.

"Graças a gentileza e boa vontade de um amigo dedicado, o prof. Honorato Faustino, poudese organizar uma pequena orchestra composta de uma voz, *harmonium* e dois violinos, para servir na cerimonia. Dentre as musicas que possúo das que se cantam na Igreja do Rio, escolhemos as mais adequadas á celebração, encarregando-se do canto aquelle nosso amigo, e ficando o acompanhamento a cargo das gentis senhoritas Honorina e Celina de Oliveira e dos meninos Epaminondas e Gentil, todos cunhados do distincto professor. Este concurso esthetico deu, como sempre sóe acontecer, muito realce e encanto á cerimonia, pelo que póde o amigo avaliar o meu reconhecimento ao sr. Honorato e aos seus intelligentes companheiros.

"Passava um pouco do meio dia quando entrou no recinto o officiante revestido de habito apostolico que consiste em uma longa veste preta, termo medio entre a batina do sacerdote catholico e a beca do juiz, encimada pela murça de casimira branca com frisos verdes, tendo em cada aba dianteira, bordado a fio de côres, um delicado raminho de rosas. No braço direito, a larga fita verde com franjas de prata, insignia de sua função espiritual; e no pescoço o cordão de seda tambem verde terminando em borlas.

"Já alli tinham tomado assento os cooperantes da cerimonia, na seguinte ordem: á direita do celebrante a mãe dos apre-



sentandós, as madrinhas e o pae, á esquerda os padrinhos e as testemunhas especiaes (estas testemunhas são uma senhora e um homem para cada creança). Algumas senhoras e meninas occupavam as cadeiras restantes, ficando na sala contigua a *orchestrina* e o auditorio, pouco numeroso mas selecto.

“Subindo ao estrado, e voltando-se para a imagem da Humanidade, o ardoroso Apostolo fez o signal positivista que consiste, como o amigo sabe, em passar a mão direita successivamente sobre as trez regiões da cabeça correspondentes aos órgãos do sentimento, da intelligencia e da actividade, pronunciando com voz clara e pausada a formula sagrada do positivismo: *O Amor por principio e a Ordem por base; o Progresso por fim*. Recitou em seguida a prece á Humanidade com que se abrem em nossa Igreja todas as cerimoniaes e actos de culto, e consiste em trez tercetos de Dante e um trecho da *Imitação de Christo*, que foram para esse fim traduzidos pelo Vice-Director do Apostolado.

“Seguiu-se a predica pelo officiante. Dar um apanhado dessa brilhante oração, que por mais de duas horas arrebatou o auditorio, tanto pela profundeza dos conceitos, pela logica da argumentação, como pela naturalidade da expressão, sempre fluente e colorida, é trabalho a que não me atrevo: qualquer resumo que eu tentasse sahiria imperfeito e falho. Direi apenas que elle começou a predica explicando o fim de sua vinda e motivo desta reunião: vinha no exercicio do seu apostolado e por delegação do chefe commum, Sr. Miguel Lemos, conferir um sacramento de sua religião. Passou em seguida a explicar por que o positivismo é religião, como foi fundado e por que consta, á semelhança de todas as religiões, de culto, dogma e regimen. Descreveu minuciosamente cada uma destas partes, e depois de accentuar que o culto se divide em pessoal, domestico e publico, mostrou que o culto domestico consiste na recordação systematica dos antepassados da familia, e na conferição dos sacramentos, que são em numero de nove. Depois de estender-se na significação de cada um, entrou a explicar demoradamente o fim e o alcance moral e social do primeiro delles, o sacramento da *apresentação*, objecto da cerimonia de hoje. Mostrou quaes os deveres dos pais, os dos padrinhos, que tomam o compromisso de prestar toda assistencia moral e material ás crianças na falta dos progenitores, assim como das testemunhas especiaes, que receberão esse encargo na falta dos padrinhos.

“Terminada a predica, o officiante convidou os pais e os padrinhos a prestarem o compromisso solemne de, quanto aos

paes, educarem os apresentandos segundo os preceitos de nossa religião, e quanto aos segundos de substituirem aquelles, si elles vierem a faltar; o que todos fizeram em pé, e com a mão direita sobre o Volume Sagrado (o *Testamento do Mestre*), que o celebrante lhes ia apresentando. Acto continuo o Apostolo tomou as medalhinhas symbolicas e as foi collocando ao pescoço dos meninos, depois do que deu em cada um o "beijo de confraternidade"; e em seguida tomando petalas da salva adrede collocada sobre a mesa, as ia espargindo sobre a cabeça de cada uma das crianças, dizendo que o fazia "na intenção de que aquelles novos filhos da Igreja espalhassem, no futuro, pela sociedade, as flôres que a Humanidade alli, pela mão do officiante, lhes derramava sobre a cabeça". Neste momento a orchestrina executou o canto — "Eil-a, é a flôr mimosa", musica de Battman e letra do nosso confrade José Mariano de Oliveira.

"Terminado este canto, o Apostolo voltou-se para a imagem da Humanidade e pronunciou uma prece dando graças á nossa Deusa pela consagração que se acabava de realisar, e pedindo a sua protecção para aquelles novos filhos de nossa Igreja. Em seguida procedeu-se á leitura do auto por elle lavrado; e enquanto o celebrante, os paes, padrinhos, testemunhas especiaes e mais pessoas presentes o assignavam, a orchestrina executava o hymno a Rosalia. Concluido o acto da assignatura, estava finda a cerimonia: para encerral-a só faltava um numero de canto. Ouviu-se então a voz volumosa e bem modulada do sr. Honorato Faustino que, em meio do commovido silencio geral, cantava a bellissima — *Ave, Clotilde*, musica da *Ave Maria* de Gounod, e letra do mesmo confrade Mariano.

"Encerrou-se assim esta singela festa domestica que nos deixou um indizível sentimento de satisfação e encanto, desses que se experimentam raramente na vida, retirando-se os assistentes sob a viva impressão que lhes causara a magistral oração do sr. Teixeira Mendes. Apesar de reduzido o concurso de assistentes, devido, como disse, á inesperada antecipação da hora, esta celebração deixará, de si, meu caro amigo, duradoura memoria em nossa terra. Directa ou indirectamente os nossos conterraneos ficaram sabendo, por uma cerimonia concreta, que o positivismo é religião, que tem padres, cultos e o seu ritual ainda muito simples, mas rico de significação.

"Tudo isto fomos commentando ao acompanhar á Estação o nosso querido chefe que regressava com os confrades; e ainda o repeti á noite na reunião de amigos que se realizou em minha

casa, e onde, á mesa do chá familiar, fomos saudados pelo sr. Manuel Villaça que, falando em nome dos presentes, "fazia votos para que, em relação aos nossos filhos, se realizassem as nossas aspirações e as esperanças de nossa Igreja que com tanto brilho e eloquencia tinham sido expostas pelo illustre sr. Teixeira Mendes."

Aquí termina a carta.

Como explicação complementar, direi que as medalhinhas adotadas consistem em disco de prata, tendo numa face a effigie em relevo da Humanidade, e gravadas na outra as palavras *amor, ordem, progresso*, circundando o nome do apresentando com a data do seu nascimento e a da apresentação. E os padrinhos foram: do primeiro, minha sogra d. Maria Joaquina de Moraes e o confrade José Mariano de Oliveira; do segundo, meu cunhado Vicente Julio e sua esposa d. Deolinda; e do último, D. América Pedroso e o confrade Sebastião Hummel.

## CONCLUSÃO

Eis-me chegado ao termo da tarefa que me impús. Aceitando ao amavel convite que me fez o benévolo diretor do *Democrata*, iniciei estas crônicas como diversão domingueira a trabalhos mais pesados que tinha então em mãos. Pensava eu que com alguns artigos apenas me desempenharia da incumbencia; mas vendo o interesse que eles despertavam nos sanroquenses, fui levado a alargar o programa primitivo, cedendo eu mesmo ao prazer de reavivar "tempos idos e vividos", e conviver espiritualmente com a legião dos que, na minha mocidade e em épocas anteriores, deixaram por este ou aquele motivo traços acentuados de sua passagem por nossa terra.

Tornou-se então indispensavel recorrer a pesquisas por arquivos públicos e particulares, bibliotecas e cartorios; e destarte, um encargo que começou como simples entretenimento para horas de lazer, acabou por monopolizar-me todo o pouco tempo de que, na minha idade, ainda posso dispor para trabalhos do espírito — leitura e escrita.

Entretanto, dou-me por muito feliz com este esforço, porque, alem da satisfação que porventura proporcionei aos meus conterraneos, esta serie poderá servir como fonte subsidiaria para quem, no futuro, queira escrever a verdadeira historia de São Roque, pois aí encontrará dados e informes, quer oriundos do meu testemunho pessoal, quer hauridos em apontamentos e notas particulares, que outros não poderiam encontrar.

E por este mesmo motivo vejo-me inclinado a aceder às sugestões que de varias direções me fazem para reunir os artigos em volume, evitando assim a dispersão a que estão sujeitos os escritos que transitam em folhas avulsas.

Si isso se der, poderei não só eliminar os erros tipográficos inevitaveis quando a revisão não é feita pelo autor, como corrigir algum lapso que sempre se dá na pressa de redigir com dia marcado, e ainda completar ou modificar alguns informes com dados obtidos posteriormente.

Ao terminar, quero mais uma vez apresentar meus agradecimentos ao sôcito amigo sr. Heitor Boccato pela cooperação que me prestou franqueando-me as colunas do seu semanario. Sem essa cooperação, estes artigos não teriam aparecido, porque sempre entendi que crônicas de minha terra, com indicações e referencias individualistas só compreensíveis aqui, não podiam ser publicadas sinão pela imprensa local. Foi por isso que não atendi a insistencias de amigos que, para dar maior divulgação a estes escritos, me aconselhavam fizesse esta publicação em jornais da capital, ou mesmo na *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*, que acolhe com benevolencia as crônicas de localidades do interior no gênero da serie *São Roque de Outrora*.

Agradeço iguamente aos amigos que me forneceram informes existentes em seus apontamentos particulares e, em especial aos srs. dr. Osorio dos Santos e Hostalio Campos, os quais com a maior gentileza puseram à minha disposição os arquivos dos respectivos cartorios, e ainda me auxiliaram nas rebuscas que neles tive de fazer.

Por último, seja-me permitido responder a reparos que se me têm feito relativamente ao modo por que nestes artigos grafiei sempre o vocábulo *sanroquense*, em contrario ao uso corrente nesta cidade: *sãoroquense*.

A razão é simples. Nos adjectivos patrios, quando oriundos de localidades que têm nome de santos começados por consoantes, como São João, São Felix, São Carlos, a abreviatura "São" modifica-se para "san" ao ligar-se ao nome proprio: *sanjoanense*, *sanfelense*, *sancarlense*, e não *sãojoanense*, *sãofelense*, *sãocarloense*. Mesmo quando a inicial do santo é M ou P, a abreviatura continua a ser "san" e não "são": *sannanoelense*, *sanmiguelense*, *sanpedrense*, que alguns tambem escrevem com "m" — *sampedrense*, mas nunca *sãopedrense*.

Que motivo, pois, haverá para, tratando-se de nossa terra, fugir à regra geral grafando erradamente — *sãoroquense*, em vez de *sanroquense*? Há ainda a observar que, a continuar esse uso, a ortografia oficial exigirá que se dobre o "r" para lhe dar o som forte, que não tem entre vogais, assim: *sãoorroquense*.

Deve-se convir que o sr. José Hipólito concorreu para arraigar esta forma erronea, dando ao semanario que fundou a denominação de *O Sãoroquense*. E' que ele, embora advertido, não se animou a romper com a tradição.

\* \* \*

Eis, finalmente, a carta por mim enviada ao diretor do *Democrata*:

“Est. de Juquery, 17 de Shakespeare de 150, (26 de Setembro de 38).

“Meu caro am.º sr. Heitor Boccato

“Saudações.

“Com a *conclusão* que lhe remetto está terminada a nossa tarefa — a minha escrevendo os artigos e a sua publicando-os. Não faltei ao que lhe prometi quando os iniciei ha quazi dois anos, e acredito que temos ambos prestado um bom serviço ao nosso querido S. Roque, não porque eu attribúa qualquer valor literario aos meus escritos, pois os meus principios e a minha idade não me permitem estes fumos de vaidade; mas porque procurei reunir na serie tudo o que pude documentar de interesse para a cidade. Alem disso esforcei-me sempre por ser justo e imparcial, não detraíndo nem amesquinhando ninguem, nem tambem prodigalizando elogios imerecidos. Serão pois esses artigos uma boa fonte de informação, e um repozitorio, embora incompleto, a que poderão recorrer os que no futuro quizerem com melhores elementos escrever a historia do nosso velho e pequeno, mas sempre querido torrão natal. E esses terão uma palavra de agradecimento para o *Democrata*, sem o qual eu não haveria escrito essas crónicas.

“Conforme já o informei, devo auzentar-me por espaço de um mês mais ou menos, e na minha volta cuidaremos do já tão lembrado projeto da publicação em volume.

“Com estima e a maior simpatia, o

am.º agradecido

*Silveira Santos.*”

# Subsidios Genealógicos

Carlos da Silveira

## I

Como é sabido, no decurso da terceira década do século XVIII, varias familias guaratinguetaenses rumaram para o Rio-Grande-do-Sul e, pelo desenvolvimento natural delas, constituíram-se povoadoras da zona do extremo-sul brasileiro.

Assim, os genealogistas riograndenses-do-sul procuram sempre, com o maior empenho, elementos de ligação daqueles primeiros povoadores, antepassados de numerosas familias dali, com os troncos de Guaratinguetá, troncos paulistas autênticos, ligados, por sua vez, aos primeiros povoadores vicentinos e piratininganos.

Infelizmente, a terra de Domingos Luiz Leme não possui os seus registos paroquiais do inicio da vida ali, quando constituida em freguesia. Nessas condições, é preciso recorrer a todos os elementos informativos, e, tantas vezes, esses subsidios, laboriosamente colhidos, permitem o estabelecimento da desejada ligação dos mais novos com os mais velhos, e esse é o escopo da genealogia, que versa, afinal, sobre o estabelecimento de linhagens.

Muitos genealogistas só entendem, não sei si bem ou mal, a genealogia como nobiliarquia. Mesmo no Rio-Grande-do-Sul, ainda agora, ao lado da *Genealogia Rio-grandense* (vol. I), de João Pinto da Fonseca Guimarães e Jorge Godofredo Felizardo, appareceu um volume — *Nobiliario Sul-Rio-grandense*, de autoria do dr. Mario Teixeira de Carvalho.

Não quero dizer que este autor só entenda genealogia como nobiliarquia. Desejo, apenas, salientar esse pendor que manifesta pelas linhagens nobres, onde, ao lado das series biológico-sociais, que tais são as ligações de pais a filhos, aparecem,

não há dúvida que com beleza, as preocupações heráldicas. E publicou um lindo volume, não há negar.

Quanto ao meu ponto-de-vista, à minha maneira particular de encarar estes assuntos, como eu houvesse lecionado, por muitos anos, uma cadeira de psicologia e pedagogia, certas leituras sobre transmissão de caracteres inatos e adquiridos calaram no meu espírito e constituem o meu estímulo e a minha diretriz, quando investigo linhagens. Eis a razão pela qual sempre afirmo que meus modestísimos estudos visam fins biológicos.

Alem disso, tenho-me especializado em genealogia do extremo-leste de São Paulo, a zona do Vale do Paraíba, zona que uma tradição de caminho denomina, impropriamente, "Norte do Estado". Nessa zona, onde, durante o século XIX, a riqueza foi tão efêmera, não encontro margem para pesquisas nobiliárquicas. O material humano é um só e é o mesmo, em toda parte. Acidentes de fortuna, agrícola ou comercial, acarretadores de comendas, baronatos ou títulos de mor vulto, não chocam o meu espírito algo céptico, em relação a uma nobreza tão transitória e plebéia. A nobreza, para mim, é qualquer coisa de íntimo, de grande, de puro, que se exterioriza como um sacrifício, como uma abnegação completa. Fora disso, não gosto de nobreza: pois começo a me lembrar das sátiras de Camilo, nas *Raças finas*.

Lidando, como tenho lidado, com a documentação existente no Arquivo Público do Estado de São Paulo e nos arquivos das paróquias, tenho tido oportunidade de me encontrar com pesquisadores ilustres, do Rio-Grande-do-Sul, muito operosos sempre e muito zelosos na qualidade do material sobre o qual assentam suas afirmações.

De uma feita, encontrei, no Arquivo do Estado, com o sr. general João Borges Fortes, que, parece, achou messe farta nos recenseamentos de Ordenanças de Guaratinguetá. Como tem sido dito já, tantas vezes, esses recenseamentos, existentes só em São Paulo, são da iniciativa do Morgado de Mateus e abrangem o período que vai de 1766 a 1836. Embora falem muitos cadernos, que se perderam algures, o que sobejou é ainda material de primeira ordem para estudos varios. Nestes três últimos anos, alunos da Faculdade de Filosofia e Ciências costumam exercitar suas capacidades investigatorias nos "Maços de População", segundo a inexpressiva nomenclatura do Arquivo.

Para o dr. Mario Teixeira de Carvalho, de Porto Alegre, descobri, em começo de 1936, uma ligação que muito o interes-



sava. Foi em papéis do Bananal, pela altura de 1828: — Joaquim Medina Celli, natural da Europa, agricultor; casado com Teodora Placidina do Nascimento Nogueira, natural de São João Marcos, filha de Hilario Gomes Nogueira e Maria Josefa do Nascimento.

SILVA LEME, em título "Bicudos", volume VI, páginas 380-381, dá o casal Hilario Gomes Nogueira - Maria José, e apenas três filhos: 1) Padre Diniz, 2) Flora Gomes, 3) Delminda. Os recenseamentos, porem, mencionam varios outros filhos; pelo menos mais seis: 4) Pedro, 5) Antonio, 6) Placidina, 7) Teodora, 8) Alda, 9) Cassiano. Joaquim Medina Celli e Teodora deviam ter casado pela altura de 1821.

O dr. Mario de Carvalho queria tambem saber si Luiza Gonçalves de Aguiar, casada com Antonio Alves Martins, pais de Bernarda, batizada na Freguesia de N. S. dos Pinhais, a 26 de abril de 1732, seria filha do ten.-general Manuel Gonçalves de Aguiar. Bernarda Gonçalves de Aguiar foi casada com José Pinto Bandeira, tronco de grande e importante familia do Rio-Grande-do-Sul. Sobre esse caso, entretanto, nada encontrei ainda, nem mesmo a ligação dos Gonçalves de Aguiar, procurados pelo linhagista portalegrense, com os Gonçalves de Aguiar, de SILVA LEME, título "Bicudos", vol. VI, página 457 e seguintes.

É certa vez, em consequencia de artigo meu na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, sob o título *Povoamento de Silveiras. Os Bicudo Leme: Um crime horripilante* (vol. XXXVII), porque eu tocara nos Rego Barbosa, velhos habitantes do velho Guaratinguetá, tive a honra de receber carta do sr. coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, historiador das campanhas do sul, carta em que pedia, com empenho, dados para solucionar um problema de genealogia, no qual é diretamente interessado. Apareciam em cena os Rego Barbosa, referidos, aos quais se liga o distinto militar. Pelos anos de 1730 e poucos, elementos desse tronco paulista rumaram tambem para os pampas e lá se expandiram.

O caso a resolver, para o sr. coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, resume-se no seguinte:

1.º) Na data indicada acima, Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos, português, casado com Lucrecia Leme Barbosa, natural de Guaratinguetá, transferiu-se desta localidade para o Rio-Grande-do-Sul. O casal tinha uma filha, Antonia da Costa Barbosa, nascida em Guaratinguetá. Lucrecia Leme

Barbosa era filha de Baltasar Correia Moreira e de FABIANA DA COSTA RANGEL. Interessa ao pesquisador ligar FABIANA DA COSTA RANGEL ao casal Francisco Nunes da Costa - Lucrecia Leme Barbosa, da página 32, volume III, de SILVA LEME, título "Raposos Góis". O genealogista de Bragança dá cinco filhos, "que descobriu", para esse casal:

- 1 — João Peres de Gusmão
- 2 — Margarida Nunes Rangel
- 3 — Diogo Barbosa da Silva
- 4 — José Barbosa Leme
- 5 — Manuel Nunes Barbosa.

FABIANA DA COSTA RANGEL seria um número seis, nessa relação quintupla;

2.º) Com Dorneles, também seguiu para o Rio-Grande-do-Sul Dionisio Rodrigues Mendes, português casado com Beatriz Barbosa Rangel, natural de Guaratinguetá e talvez irmã de Lucrecia, mulher de Dorneles. Beatriz Barbosa Rangel faleceu no Rio-Grande-do-Sul, octogenária, em 6 de novembro de 1794. Teria nascido por 1714.

Para a solução, que tanto se deseja, desse problema genealógico, o documento ideal seria a nota do vigário, lançada no livro paroquial. Infelizmente, parece que predominava, em outros tempos, nesses assentamentos paroquiais, um certo criterio de provisoriade. Tem-se a impressão de que ninguém achava valesse a pena conservar livros de igrejas e assentos feitos nesses livros. Só isso explica o pouco caso que se ligou quanto à conservação e permanencia desse indispensavel material histórico.

## II

Guaratinguetá, lugar importante, sede de imenso município que somente de 1785 em diante começou a se fragmentar, não possui livros paroquiais anteriores a 1720. E, dessa data, apenas existem assentamentos de batismo.

Uma circunstancia feliz trouxe esses registos de batismo a S. Paulo, agora, e eu os pude examinar com minucia. E' o caso que frei Adalberto, O. F. M., encarregado pela Curia Romana de dar parecer no pedido que daqui partiu, há tempos, sobre a canonização de frei Antonio de Santana Galvão de França (1739-1822), religioso franciscano-menor, oriundo de Guaratinguetá, transportou para esta capital e confiou à pericia da

Curia Metropolitana o concerto daquelas folhas esburacadas e envelhecidas.

Por uma gentileza do revmo. padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, M. D. Diretor do Arquivo da Curia Metropolitana, foi-me permitido ler os três livros de velhas notas paroquiais guaratinguetaenses, rejuvenescidos em parte pelos técnicos habilitadíssimos da bem organizada repartição eclesiástica.

Um desses três livros é de batizados e abrange o periodo de 8 de fevereiro de 1720 a 20 de abril de 1737. Os assentamentos estão divididos em duas partes: de 1720 até 28 de dezembro de 1728, indo da folha 1 às folhas 71-verso — BATISMO DE LIVRES; e, de folhas 72 a folhas 143, ou seja de 1729 a 1737, BATISMO DE ESCRAVOS.

Achei, em ditos registos, alguns elementos de interesse para os estudos do sr. coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, embora não sejam coisas que permitam solucionar o problema. São indícios e veementes.

Assim, por exemplo, aos 17 de junho de 1721, o vigário lançou o termo de batismo de Maria, exposta, sendo padrinhos "Hieronymo Dornelles e Menezes, solteiro, passageiro" e Leonor da Fonseca Pinto, casada. E, na qualidade de padrinho, ainda figura o mesmo "Hieronymo" em outros batizados, como os de 21 de dezembro de 1723, 19 de junho de 1728, 9 de agosto de 1728, 30 de outubro de 1728, 29 de outubro de 1728...

"Hieronymo Dornelles", entretanto, casara em Guaratinguetá, depois de 8 de abril de 1722 (data em que sua futura esposa batizou uma criança — "Lucrecia Barbosa Rangel, solteira"). E já, na página 34-verso, do volume, aparece o seguinte assentamento:

"FABIANA — Aos vinte e cinco de Abril de 1724 anos Baptizei e puz os Sanctos Oleos a Fabiana, filha de Hieronimo Dorneles e de sua mulher Lucrecia Leme Barbosa foram PP. José Barbosa da Costa e Lucrecia Leme todos moradores nesta villa de Sancto Antonio de Guaratinguetá. ANTONIO BICUDO DE SIQUEIRA."

E, na página 62-verso, lê-se:

"ANTONIA — Aos nove dias do mez de Outubro de 1727, baptizei e puz os Sanctos Oleos a Antonia, filha de Hieronymo Dornelles, e de Lucrecia Leme sua mulher forão Padrinhos o mesmo Padre abaixo assignado e Margarida Nunes Rangel todos fregueses e moradores nesta villa. O vigário JOSEPH ALV VILELLA".

A análise desses padrinhos não deixa de ser interessante para o caso em vista, que é provar "a fraternidade" entre FABIANA DA COSTA RANGEL e os cinco filhos de Francisco Nunes da Costa e Lucrecia Leme Barbosa, atrás referidos.

Pelo costume antigo, os padrinhos dos primeiros filhos eram sempre os maiores da família. Ora, no batizado de Fabiana, aparecem José Barbosa da Costa, que deve ser o José, número 4, da relação dada, e Lucrecia Leme, que deve ser a mulher ou viúva de Francisco Nunes da Costa, mãe do dito José. Seriam, portanto, os padrinhos de Fabiana a bisavó e um dos tios-avós dela, tudo muito de acordo com as praxes de antanho, rigorosamente seguidas.

No batizado de Antonia (que é a Antonia da Costa Barbosa da carta do sr. coronel Jônatas), a madrinha é Margarida Nunes Rangel, número 2 da relação dada, e, pelos indícios, tia-avó da criança.

Quanto a FABIANA DA COSTA RANGEL, ela e Francisco Pedroso de Alvarenga, a 26 de maio de 1720, batizam MARIA, filha de João Peres de Gusmão (n.º 1 da relação atrás) e de sua mulher Margarida da Silva Bicudo. Não perder de vista que o que se deseja provar é exatamente "a fraternidade" de FABIANA com João Peres de Gusmão e os outros filhos de Francisco Nunes da Costa e Lucrecia Leme Barbosa.

Da leitura que eu fiz, atenta, embora rápida, das velhas páginas paroquiais de onde tirei essas notas, aqui publicadas, nada encontrei quanto a Baltasar Correia Moreira, marido de FABIANA DA COSTA RANGEL, nem quanto a Dionisio Rodrigues Mendes, marido de Beatriz Barbosa Rangel, que seria cunhada de "Hieronymo Dorneles", por ser irmã da mulher dele, como se presume.

Tudo o que acima ficou escrito parece, afinal, que justifica o título destes artigos, de subsidios genealógicos. Em matéria dessa especialidade, a gente tem de se contentar com o que acha e já é bastante quando encontra traços nítidos dos que são investigados e, mais ainda, indícios veementes no sentido das hipóteses formuladas. (1)

Que outras pesquisas, mais felizes quanto aos resultados,

---

(1) Já resolvi a questão atinente à identidade de Fabiana da Costa Rangel e Baltasar Correia Moreira, conforme o expus na minha nota XXV, desta serie. (*Correio Paulistano* de 1.º de dezembro de 1939).

possam trazer pleno esclarecimento daquilo que tanto deseja o distinto historiador e ilustre oficial superior do Exército.

E, aproveitando a oportunidade em que se fala nos filhos do casal Francisco Nunes da Costa-Lucrecia Leme Barbosa (SILVA LEME, III, 32), convém retificar um equívoco do linhagista, autor da *Genealogia Paulistana*, e é o seguinte:

O padre Bento Leme Barbosa, que vem na página 87 do volume citado, como filho do casal 4-10, é, de fato, filho do capitão Manuel Nunes Barbosa e de Maria Leme de Brito. Bento habilitou-se em São Paulo, em 1755, tendo nascido em Vila Boa de Goiaz. Seu pai, o capitão Manuel, batizado em Guaratinguetá a 20 de maio de 1697, filho de Francisco Nunes da Costa, natural do Rio de Janeiro, e de Lucrecia Leme Barbosa, natural de Guaratinguetá, casara, nesta localidade, em 25 de junho de 1726, com Maria Leme de Brito, batizada em Guaratinguetá, a 23 de novembro de 1713, filha de Roque Bicudo Leme e de Ana Vieira de Barros, citados em volume VI, 443, título "Bicudos", ambos guaratinguetaenses.

SILVA LEME confundiu Maria Leme de Brito, filha de Roque e Ana, com MARIA LEME DE JESÚS, filha única de Salvador da Mota Pais e segunda mulher Ana Maria Antunes do Prado (III, 84). Esta MARIA LEME DE JESÚS, meia-irmã de meu trisavô Inacio Bicudo Leme (III, 86, 4-9), foi, sim, casada, mas com Manuel Carlos da Silveira, a quem SILVA LEME chama Manuel Cardoso (?) da Silveira, filho de Carlos Pedroso da Silveira e Maria Pedroso de Almeida (volume V, 513, 3-1, 4-2, título "Toledos Piza"). A filha de Manuel Carlos da Silveira e MARIA LEME DE JESÚS, de nome Ana Maria, casou-se, em 1794, em Guaratinguetá, com Gonçalo de Pontes Renato, de volume VII, 467, título "Garcias Velhos", onde também está escrito Manuel Cardoso (!) por Manuel Carlos.

### III

Apontam os autores, baseados em velhas documentações, que em 1731 já se haviam estabelecido, na região de Cunha, José dos Santos de Sousa, Francisco de Mendonça Cavaco, Nuno dos Reis dos Santos, Nicolau Monteiro, André de Sampaio e muitos outros, entre os quais destaco José Alves de Oliveira, a cujo respeito devo falar, na presente nota.

Nuno dos Reis dos Santos, Nicolau Monteiro e André de Sampaio casaram com filhas do capitão Manuel Lopes Figueira e disso trato em trabalho publicado no volume XXXV, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, já em distribuição. Coligi algumas notas sobre esses e outros povoadores e as enfeixei sob o título *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*.

José Alves de Oliveira, oriundo de Santo Tirso de Páramos, comarca de Vila da Feira, bispado do Porto, parece que também se chamara José Alves de Páramos, maneira que depois abandonou pela primeira forma. Eram seus pais Antonio Leite, de São João da Madeira, lugar e freguesia do Concelho e comarca de Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro, e Isabel Álvares, da freguesia de Páramos.

Vindo para o Brasil, José Alves de Oliveira casou em Paratí, a 22 de setembro de 1732, com Margarida da Silva Amaral, filha de Manuel Alves Vieira, natural e batizado na ireduesia da Sé, em São Paulo, e de Ciara Maria do Amaral, de Santos ou São Sebastião, irmã inteira de Isabel Luiz, mãe do cônego João Rodrigues.

Quanto a Manuel Alves Vieira, sogro de José Alves de Oliveira, nascido e crescido em São Paulo, "foi para o Rio com sua madrinha Anna Maria Vieira, irmã da mãe do revmo. pe. Manuel Velloso". Ana Maria Vieira era casada com Manuel dos Santos. Facilmente encontrei os traços desses Vieira, em SILVA LEME, no volume VIII, título "Maciéis". Assim, na página 170, lá está o revmo. dr. Manuel Veloso Vieira e, na página 167, a mãe dele, Inacia Vieira, casada com o capitão Manuel Veloso. E' curioso saber quem eram os irmãos de Inacia:

1. — Capitão Inacio Vieira Antunes, antepassado dos Matos-Sales-Ribeiro, donde vêm os Sales, da família de Campos Sales;

2. — Águeda Vieira, casada com Luiz Gonçalves Palmela, donde vêm os Vieira Gonçalves e Vieira de Oliveira, daqui, de Cotia, de Santo Amaro, de Sorocaba e outros pontos;

3. — José Vieira Antunes, que em 1706 estava nas minas e foi casado, com geração;

4. — Isabel Vieira, casada;

5. — Francisco Vieira;

6. — Maria das Neves, falecida softeira;
7. — Antonio Vieira, casado;
8. — Uma filha, casada com Manuel dos Santos Coelho, morador em Paratí. Esta, cujo nome SILVA LEME não descobriu, é Ana Maria Vieira, a madrinha de Manuel Alves Vieira, com a qual partiu, de mudança, daqui para a região fluminense. Manuel Alves nasceu em 30 de novembro de 1681 (2), sendo filho do capitão Manuel de Jesús (?) e de Ana de Moraes. Não conseguí ligá-lo aos Maciéis, aos quais suponho pertença, pelo ramo desses Vieira, tão antigos e numerosos por aquí. Ana de Moraes, casada com Manuel..., há duas, faceis de verificar: a do volume VII, página 53 e a do mesmo volume, página 202. Viria, de um desses casais, Manuel Alves Vieira, paulistano, de 1681?

Assim, pois, Margarida da Silva Amaral, paratiense, tem todas as probabilidades de unir-se aos troncos paulistas "Maciéis" e "Moraes". Ela teve, do seu único casamento com José Alves de Oliveira, pelo menos os cinco filhos, que encontrei e que aquí enumero:

1. Padre Manuel Alves de Oliveira, batizado na freguesia de Nossa Senhora dos Remedios de Paratí, em 1739, pelo padre João Velho Cabral e ordenado em São Paulo, com processo *de genere et moribus* existente no magnífico arquivo da Curia Metropolitana;

2. Maria Rosa da Anunciação, que casou duas vezes: primeiro com José Martins Nogueira, português falecido em Cunha em 1776, inventariado em Guaratinguetá, homem rico e grande proprietario de terras, com geração da qual tenho notas que me foram gentilmente enviadas pelo distinto genealogista guaratinguetaense dr. Gastão de Meireles França. Viuva, passou Maria Rosa da Anunciação, ainda em Cunha, a segundas nupcias com o alferes Antonio Pires Querido Portugal, português, com grande geração espalhada hoje por todo o Estado. Uma das filhas de Maria Rosa, deste segundo casamento, foi Joaquina dos Anjos Querido, mãe de Maria Luiza dos Anjos Querido e avó materna de Isabel Perpetua de Marins a qual, pelo seu casamento com Domingos Rodrigues Alves, português, foi a mãe do conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves. Espero ainda

---

(2) No prosseguimento dos meus estudos, encontrar-se-á retificação deste parágrafo.

poder atribuir, a Maria Rosa da Anunciação, o simpático papel de elo entre o notavel paulista e um grupo genealógico ao qual pertence Campos Sales — o dos Maciéis;

3. Antonio Alves de Oliveira, com 13 anos, em Cunha, em 1765;

4. Joaquina, que talvez seja a que casou com o capitão-mor Luiz Manuel de Andrade;

5. Capitão-mor José Alves de Oliveira, com 7 anos em 1765. Faleceu em Cunha, onde sempre residiu, em 1828, pela altura dos setenta anos. Foi casado duas vezes: a primeira, com Inez de Andrade e Silva, filha de José Borges dos Santos e Maria Miguel da Silveira. Retifico aqui o que afirmei, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume XXXIII, pág. 250, nota 14, quando confundi Inez e Matilde Leonor Eufrasia de Moraes. Mas tambem não pude atinar ainda por que razão José Borges dos Santos assentou o nascimento de Inez e omitiu o casamento dela; ao passo que descurou o nascimento de Matilde Leonor e anotou-lhe o consorcio. Hoje sei que Matilde Leonor era irmã de Joaquim, da nota 24 do referido trabalho, ambos filhos naturais de José Borges dos Santos (e não de João Borges que, com a irmã Inez, foram os padrinhos desse seu irmão (torto). Do casamento do capitão-mor José Alves de Oliveira com Inez de Andrade e Silva ficaram três filhos — José Manuel e uma menina que penso seja Inez, mas que nos recenseamentos está Ana. Casado por 1778 e já viuvo em 1789, o capitão-mor José Alves de Oliveira passou a segundas nupcias, ainda em Cunha, em 1804, no dia 7 de fevereiro, com Helena da Silva Rosa, irmã inteira de Inez de Andrade e Silva. Para casar com a cunhada, o capitão-mor pediu e obteve dispensa do bispo de São Paulo, d. Mateus, conforme o processo aqui arquivado, na Curia Metropolitana. Deste segundo casamento ficaram descendentes — Maria, Carolina e Zarina (?).

Encontrei recenseados em Cunha, em 1821, Manuel Alves de Oliveira, de 43 anos, casado com Inez de Andrade e Silva, de 31, e com os filhos — João, Maria, Zeirina, Felicidade e Jesuina. Pareceu-me que esta Inez era a filha do capitão-mor José Alves de Oliveira e de sua primeira mulher Inez de Andrade e Silva. Este nome, aliás, já era o da mãe de José Borges dos Santos, sogro do capitão-mor. Quanto a Manuel Alves de Oliveira, seria primo da mulher,



talvez filho de Antonio Alves de Oliveira, atrás referido. Já pedi ao dr. Alfredo Casimiro da Rocha Filho, distinto filho de Cunha, que, quando na sua terra natal, de passeio, tivesse a bondade de verificar isso, por mim, o que de-certo fará com a boa vontade e a intelligencia com que de outra vez já me serviu, numa pesquisa paroquial muito bem sucedida.

Assim, com essa conjugação de esforços, aos poucos, ir-se-ão esclarecendo as linhagens do Vale do Paraíba, as-saz maltratadas pelos genealogistas mais antigos, como si o extremo leste de São Paulo devesse sistematicamente ficar fora da órbita de tais estudos...

Voltando a Inez de Andrade e Silva, a terceira do nome na familia de José Borges dos Santos e Maria Miguel da Silveira (V, 510), tendo ficado viuva, transferiu-se para Que-luz, onde já se achava o tio Alferes Carlos Pedroso da Sil-veira, agricultor no bairro do Ribeirão das Cruzes. Adquirin-do propriedade agrícola, aí ficou Inez de Andrade; recen-seada em 1833, com 46 anos e com dois filhos a mais, em relação à lista acima — José, de 8 anos e Manuel de 5.

Dado o curioso fato da persistencia de nomes proprios nas familias aparentadas, é licito perguntar que relação teria a mãe de José Borges dos Santos (Inez de Andrade, Inez de Andrade e Silva) com suas homônimas do volume VI, da *Genealogia Paulistana*, página 434 e do volume VIII, página 437, respectivamente, em títulos "Bicudos" e "Gaias".

#### IV

Em São Paulo sempre houve um certo pendor pelos estudos históricos. E isto explica o aparecimento, mais ou menos constante, de estudos locais, sob forma variada — li-vros, folhetos, albuns, almanaques, poliantéias...

Em pontos varios do Estado, muitos estudiosos vão or-ganizando suas pesquisas sobre as documentações que ainda se encontram: livros paroquiais, livros de câmaras munici-pais, autos de cartorios, papéis particulares e públicos, e outras. E' de notar mesmo o carinho com que certos inves-tigadores metem-se ao trabalho, procurando elucidar, à luz de documentos, todos os fatos relativos ao seu objetivo.

Tenho na minha estante, à mão, alguns interessantes produtos dessa tendencia, que noto e dessa orientação, que com prazer constato. E' uma lista de leitura agradável e instrutiva. Transcrevo-a:

— ATAIDE MARCONDES, 1907, *Pindamonhangaba. Apontamentos históricos, geográficos, genealógicos, biográficos e cronológicos*. Nova edição, 1922;

— FRANCISCO NARDY FILHO, 1928/1930, *A Cidade de Itú*, dois volumes;

— PADRE PAULO FLORENCIO DA SILVEIRA CAMARGO, 1935, *Notas para a historia de Parnaíba*;

— DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA, 1.º volume 1916 e 2.º volume 1937, *Notas de Historia Eclesiástica*;

— Cônego LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA, sob o pseudônimo de Aluizio de Almeida, 1938, *Sorocaba, 1842*;

— EMILIO AUGUSTO FERREIRA, 1935, *Mojí das Cruzes — Dados históricos e notas diversas*;

— BALTASAR DE GODÓI MOREIRA e ALCIDES LAGES DE MAGALHÃES, 1936, *Marília — Cidade nova e bonita*;

— JULIO DA SILVEIRA SUDARIO, 1938, sob o pseudônimo de Pais Leme Junior, *Brevés noticias históricas sobre Itápolis*;

— FELIX GUISSARD FILHO, 1938, serie de volumes sob o título geral de *Achegas à historia de Taubaté* e contendo, o I, materia a respeito do fundador Jaques Felix; o II, dedicado ao convento de Santa Clara; o III, sobre o nome Taubaté, Limites, Brasões e algo referente a Itacurussá; e o IV, Índice de inventarios e testamentos de ambos os cartorios de Taubaté. A serie vai continuar. Assim, um V volume, quasi pronto, tratará de Dom Rodovalho e Dom José; o VI, o VII e o VIII serão consagrados a uma antologia dos poetas taubateanos, a fatos da historia de Ubatuba e ao mestre-de-campo, capitão-mor governador e ouvidor Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719);

— HILTON FEDERICI, 1937, *Esboço histórico de Cruzeiro*.

Eis uma pequena amostra do muito esforço que vai por aí afora, no sentido de dotar o territorio paulista de conhecimentos positivos em materia histórica. Isso, porem, é quanto aos livros e folhetos, visando assunto determinado

já pelo título da obra. Muita respiga aproveitável igualmente aparece sob a forma de Albuns, entre os quais possuo o de São Carlos, organizado em 1916 por Franklin de Castro, cirurgião-dentista, com histórico bem desenvolvido da cidade, escrito pelo dr. Teodorico Leite de Almeida Camargo, sancarlense de nascimento.

Vejo também, perto de mim, alguns Almanques — dois de Campinas (1912, 1914), oferta simpática de amigo falecido, Luiz Manuel Schreiner; e um de Santo Amaro, de 1932, com que me presenteou um colega de turma e amigo. Não só nesse gênero de publicações, mas ainda em Poliantéias, quanta coisa digna de atenção! Um *Almanaque da Província de São Paulo*, para 1873, iniciativa de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, prestou-me bastantes informações em assuntos genealógicos, e, para isso mesmo é que mo oferecera um parente delicado e prestante colaborador.

Antonio Paulino de Almeida, outro colega de turma, alto funcionario do Arquivo do Estado, consocio do Instituto Histórico, especializou-se em coisas do litoral paulista e escreveu duas coletaneas históricas, ainda inéditas, sobre São Sebastião e sobre sua terra natal — Cananéia. Quando impressas tais páginas de Antonio Paulino de Almeida, daí provirão, de-certo, seguros informes, quanto à genealogia da orla marítima de São Paulo.

Esse esforço, ajuntado ao de idênticos pesquisadores, como, por exemplo, Benedito Pires de Almeida, de Tietê; cônego Luiz Castanho de Almeida, de Sorocaba; professor Francisco de Paula Santos e dr. Gastão de Meireles França, de Guaratinguetá; vai adiantar muito aos que andam à cata de elementos para a reconstituição de antigas linhagens paulistas. E já não falo dos linhagistas que têm obras publicadas, que possuam, — dr. José de Paula Leite de Barros, dr. Frederico de Barros Brotero, dr. Francisco de Assiz Carvalho Franco, tenente-coronel Salvador de Moya, dr. José Bueno de Azevedo Filho, dr. José Marcondes de Matos e outros (cujas obras não obtive); e também não preciso aludir aos eruditos colaboradores da excelente *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, em vésperas de um quarto volume. Merecem o nosso maior respeito e a nossa mais profunda gratidão esses esquadrinhadores to-

dos, desde o mais modesto até as altitudes maiores, onde a gente descobre, sem dificuldade, o nome de Américo Brasileiro Antunes de Moura, o grande sabedor da genealogia paulista e o de Afonso de Escragnolle Taunay, pontífice máximo da nossa historia e, por isso mesmo, quicá, genealogista insigne.

Ora, ocorrendo, há pouco, o centésimo-quinquagésimo aniversario da passagem da freguesia de Nossa Senhora de Piedade à categoria superior de vila de Lorena, esperei que, entre as manifestações de júbilo da tradicional cidade do Paraíba, apparecesse um livro, ou album, ou poliantéia, relativos ao fato. E si appareceu, ignoro-o.

A transformação de 16 de setembro de 1788, fazendo de Lorena a sede de extenso municipio, que abrangia o que depois se chamou Lorena, Piquete, Cachoeira, Cruzeiro, Pinheiros, Queluz, Sapé (Jataí), Areias, Silveiras, São José dos Barreiros e Bananal, é uma notavel efeméride, que bem merecia tal especie de monumento. Os manes de Olimpio Catão (de Lorena) parece estarem a reclamá-lo.

Como um número nas comemorações realizadas, em virtude da passagem da importante data, bem poderia ter sido publicada uma historia, de certo vulto, onde ao lado das curiosidades todas, da terra e da gente, e das tradições, fossem tambem passados em revista os povoadores mais antigos, ao menos aqueles que pudessem ser colhidos através dos livros paroquiais e dos papéis de cartorios. Isto quanto aos povoadores anteriores a 1765, pois dessa época em diante há recenseamentos bem conservados, dos quais muito me tenho valido já, em pesquisas genealógicas referentes à zona.

Mas quantos problemas, atinentes mesmo às familias de maior representação daquela terra! DOMINGOS BICUDO LEME, casado com CLARA PARENTE DE CAMARGO... Quem são? Donde saíram para se fixarem em Lorena? Seria ele filho de Fernando Bicudo de Brito (VI, 443), falecido em Guaratinguetá em 3 de maio de 1688 e de Luzia Leme de Alvarenga (V, 217)? E ela, seria oriunda de Jerônimo Bueno (I, 514), e de Clara Parente (VIII, 283), como tudo parece indicar? E, neste caso, CLARA PARENTE DE CAMARGO talvez coubesse em título "Furquins", volume VI de SILVA LEME, pág. 295-296.

Segundo copia, que fiz, de apontamento tirado, pelo professor Francisco de Paula Santos, de autos existentes em Guaratinguetá, o casal DOMINGOS BICUDO LEME-CLARA PARENTE DE CAMARGO deixou os filhos:

1. Maria, casada com Manuel Ferreira Pinto
2. Filipa, casada com Manuel de Almeida
3. Rosa, casada com Bento Gomes e, depois, com o capitão Bartolomeu de Amorim Ferreira
4. Lúzia, casada com Manuel Pereira de Castro (é o que está no original de onde transcrevi, mas trata-se, na verdade, de Luciana Leme de Camargo)
5. Domingos Bicudo Leme
6. João.

Luciana Leme de Camargo já andava pelos quarenta e poucos, ao ser recenseada, viuva, em Lorena, em 1766. A filha única, Ana Maria Pereira, contava, então, seus treze anos. Por 1777 Luciana havia passado a segundas nupcias, com Manuel Vieira Pontes. Quanto a Ana Maria Pereira, pelo seu consorcio com Manuel Domingues Salgueiro, lorenense, de 1749, constituiu-se tronco de grande e importante família lorenense, os Domingues Salgueiro-Pereira de Castro, hoje muito ramificada, com uma interessante árvore genealógica, de autoria do dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, da família. Essa árvore (J. W. R., 3-1936) pode ser vista na Biblioteca Municipal de S. Paulo, mas, pela dimensão do desenho, a parte histórico-genealógica fica difícil de ser examinada. É um trabalho artístico, minucioso, feito à luz de documentações existentes em Lorena, São Paulo, Portugal, que precisa, porem, ser traduzido em outra linguagem, ou melhor, posto em nomenclatura genealógica, para facilidade do estudo daqueles ramos de uma linhagem digna de melhor conhecimento.

DOMINGOS BICUDO LEME e CLARA PARENTE DE CAMARGO, paulistas de velha estirpe, paulistanos, talvez, quem seriam, afinal, quanto à filiação?

## V

Na passada nota, fiz referencia à contribuição valiosa que aos estudos históricos e genealógicos podem prestar as respigas aproveitáveis que por aí andam esparsas, em almanaques, albuns, poliantéias... Muito de propósito deixei para hoje a menção do papel saliente que, em tais estudos, tem cabido, entre nós, brasileiros, à imprensa diaria (jornais) e a periódica (jornais e revistas). Foi sempre costume, na nossa imprensa, veicular resultado de buscas em arquivos, de pesquisas históricas e genealógicas, havendo até, ao que parece, uma certa tendência, bem pronunciada, no sentido de incremento a esse gênero de publicações.

São, porem, jornais e revistas, bastante lidos, felizmente, e a facilidade com que levam a toda gente os artigos dos seus colaboradores, garantem um grau de publicidade compatível com as nossas condições culturais.

Menos divulgada, e, portanto, mais ingrata, quanto ao número de leitores, é a materia inserta em páginas de, às vezes, bem coordenados almanaques, de cuja feitura não têm desdenhado homens de jornal, profissionais de imprensa. José Maria Lisboa, por exemplo, empreendeu publicações desse gênero, que ganharam fama.

Alguns almanaques são mais literarios, outros mais geográficos, outros mais estatísticos, mas todos aqueles que trouxerem relações de habitantes, reconstituições de fatos históricos e reproduções de documentos arquivados constituem fontes de pesquisas para o estudioso de genealogia.

Pretendí relacionar o que, em semelhante capítulo, encontrei nas bibliotecas daqui da capital e não achei tanto quanto imaginava. Publicando a presente lista, presto homenagem a esses operosos trabalhadores de varios pontos do nosso Estado, pois que só copiei o que se refere a São Paulo.

Na Biblioteca Municipal, na da Faculdade de Direito e na do Arquivo Público do Estado constam almanaques de:

1) Iguape, 1899, por Francisco Eduardo de Castro; 2) Itatiba, 1916, d'*A Reação*; 3) Jaú, 1902, por Joaquim A. Veiga; 4) Jundiá, 1911, por Tiburcio Estevão de Siqueira e João Batista de Figueiredo; 5) Nuporanga, 1903, por Aureliano Antonio da Silva; 6) São José dos Campos, 1905-1922, por Sebastião Pena da Câmara e Napoleão Monteiro; 7) São

Sebastião do Tijuco Preto, 1888, pelo dr. Augusto Cesar e tabelião Sousa Franco; 8) Serra Negra, 1913, d'O *Serrano*; 9) Itú, 1910, por Francelino Cintra; 10) Casa Branca, 1904, por Luiz Soares Pereira; 11) Campinas, 1912, por Benedito Otavio e Vicente Melillo; 12) Bragança, 1900, por José Maia; 13) Franca, 1912, por Vital Palma; 14) Piracicaba, 1900, por Manuel de Camargo; 15) Rio Novo, 1888, pelo dr. Augusto Cesar e tabelião Sousa Franco; 16) Amparo, 1905, por Jorge Pires de Godói; 17) Jaboticabal, 1925, por Amorim Brenha; 18) Rio Claro, 1893, por Cândido Neves; 19) Lorena, 1882, pelo professor Olimpio Catão e Jerônimo Lorena; 20) Santos, 1871, por Antonio Martins Fontes e Francisco Alves da Silva.

Esses os do interior, cuja coleção há de estar assaz incompleta. Na Capital editaram-se alguns *Almanaques da Província* e acredito que os existentes nas três aludidas bibliotecas também não formem coleção inteira. Esses, "da Província", a princípio e, depois, "do Estado", trazem bons capítulos sobre municípios do interior paulista, com informações desenvolvidas. Já falei no de 1873, de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Vejo ainda o de 1857, de Marques & Irmão, (impresso na tipografia de Joaquim Roberto de Azevedo Marques). E noto, por fim, os da iniciativa ou propriedade de Jorge Seckler, de varios anos, continuados por Canuto Thorman, de quem encontro um, de 1897, que me pareceu ser o último ãa interessante e útil serie. E, nas três bibliotecas, supracitadas, nada mais.

Que se não iludam, entretanto, os que nunca se entregaram a estudos genealógicos, sobre a qualidade do material a recolher, no manuseio de almanaques paulistas, com o fito de estabelecerem suas linhagens, proprias ou alheias. O que se acha ali, por vezes, é a localização de ramos de familias desgarrados de blocos centrais, e de que ninguem dava noticia. Outras vezes é a existencia de listas nominativas onde o pesquisador habil lobra a pontinha do véu que encobria o misterio, possibilitando alguma ligação desejada. Tudo assim, com um carater vago, o que vale, mesmo dessa maneira, quando coisa mais positiva e clara se não descobre. Fato curioso se constata na ausencia, quasi sistemática, de dados genealógicos nas biografias que uma ou outra vez os autores da obra incluem nas suas páginas.

A parte histórica propriamente é, no gênero de publicações de que trato, mais ou menos bem aquinhoadá, aparecendo,

com frequencia, alguns estudos de historia local, como sejam a fundação do lugar, certos acontecimentos memoraveis, algumas tradições interessantes, etc.

O almanaque de Lorena, de Olimpio Catão e Jerônimo Lorena, era bem feitinho, com suas biografias, listas de eleitores, de negociantes, de lavradores... Contudo, debalde procurará o pesquisador quaisquer informes sobre os povoadores da antiga freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em terras de Guaratinguetá. Os Garcias Velhos, por exemplo. Quem eram? De onde vinham? Para onde foram?

Já em 1766, o recenseamento inicial trazia:

— Garcia Roiz Velho ..... 70 anos  
— Maria Ribeira (Leme) ..... 60 "

Filhas

1. Maria ..... 16 "  
2. Ana ..... 13 "

E tambem, noutro ponto:

— Garcia Roiz Pais, de 36 anos, natural da Piedade, filho de Garcia Roiz.

— Garcia Roiz Velho, de 34 anos, natural da Piedade, filho de Garcia Roiz.

Eles a modo que andaram por Pitanguí, Aiuruoca, voltando depois para Guaratinguetá e Lorena. Mas não são só esses. Há mais:

Lorena, 1777

— Martinho Garcia Velho, viuvo .. 85 anos

Filhas

1. Rita ..... 50 "  
2. Inacia ..... 47 "  
3. Maria ..... 30 "

E continua o censo, em 1791, no Caminho Novo, municipio de Lorena:

— Henrique Rodrigues Velho .... 60 anos  
— Antonia Siqueira ..... 56 "

Filhos

1. Salvador ..... 22 "  
2. Manuel ..... 16 "  
3. Inacia ..... 3 " (?)

Mas essa gente passou tambem por Conceição dos Guarulhos, em cujo recenseamento, de 1765, se lê:



- Garcia Rodrigues Velho, casado com Maria.
- Garcia Rodrigues Pais, casado com Escolástica.
- Lourenço Garcia Velho, casado com Catarina.

E quem seria Henrique Rodrigues Velho, de 80 anos, em 1797, em Lorena? Era casado com Maria de Jesús, tinha filhas (Ana e Manuela) e morava onde hoje é Arcias.

Garcia Rodrigues Pais, casado com Escolástica Maria, continua sempre recenseado em Lorena, contando já, em 1792, na região do Caminho Novo, muitos filhos: José, de 20 anos; Faustino, de 16; Constantino, de 14; Feliciano, de 10; Inacia, de 8; Gertrudes, de 6; Antonia, de 6. Seu irmão Garcia Rodrigues Velho, casado com Maria da Silva, também deixou prole numerosa: Francisco, de 12 anos, em 1783; Antonio, de 10, na mesma data; João, de 14, em 1792; Domingos, de 12; Garcia, de 10; José, de 9; Marciana, de 16; Manuela, de 3; Escolástica, de 2.

Lourenço, irmão dos dois Garcias, veio casar em Guarulhos, onde os assentamentos paroquiais eram otimamente feitos, os melhores e mais minuciosos que tenho visto até hoje. Casou em 25 de maio de 1758, pelas 8 horas da manhã. O vigário, padre João Batista de Azevedo, lavrou o termo, na página 19 do livro que, no arquivo da Curia Metropolitana, recebeu o número 55. Lê-se: Lourenço Garcia Velho, natural da Piedade, filho de Gaspar (*sic*) Rodrigues Velho e Maria Leme, ambos da Piedade; neto paterno de Domingos Garcia Velho e Catarina da Rocha, da Piedade; neto materno de Lourenço Ribeiro de Gracia ..... da Piedade. Tudo remotos lorenenses, mas eu não pude encaixar o Domingos Garcia Velho nos "Garcias Velhos" de Silva Leme. A mulher de Lourenço, nascida em Guarulhos, filha de Antonio do Prado de Siqueira e de Josefa Dias de Macedo, ambos também da freguesia de Conceição dos Guarulhos, provinha, com toda a certeza, dos primeiros povoadores do planalto. Prado, Siqueira são nomes que levam longe o espírito do pesquisador e Macedo, em Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, melhor ainda Dias de Macedo é descendência de João Ramalho.

Mas, voltando a Lorena, onde andarão os remanescentes desses velhos lorenenses, velhos paulistas e tão antigos Garcias Velhos?

## VI

O município de Guaratinguetá, durante as últimas décadas do século XVII e quasi todo o século XVIII, abrangia area extensíssima, com inclusão do amplo territorio paulista que lhe fica a leste e boa porção de superficie mineira e fluminense.

Com as restrições advindas da fixação das raias das três zonas do centro sul brasileiro, Guaratinguetá começou a minuar. Mesmo assim ainda pegava seus seis mil quilômetros quadrados e, com essa extensão aproximada, chegou a 1785, época em que se desmembrou Cunha, o antigo povoado do Facão.

Pouco depois, em 1788, Lorena é que ficou a sede do grande município lindeiro, relativamente a Minas e Rio de Janeiro. Lorena, por sua vez, em 1816, sofreu o grande corte imposto por D. João VI, com a criação do município de Areias (Areias, Queluz, São Francisco de Paula dos Pinheiros, São José dos Barreiros e Bananal), único município que El-Rei criou em territorio paulista.

Com esses desmembramentos, de 1816 em diante, Lorena achava-se apenas com a area que hoje tem, mais a do Piquete, a de Cachoeira, a de Cruzeiro, a de Silveira e a do Sapé de Silveiras (mais tarde Jataí).

Na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume XXXVII de julho de 1937, página 4, há um quadro explicativo dos desmembramentos, com as datas deles e as areas, admitidas em documentos officiais, para as novas circunscrições administrativas. Esse quadro é introdução ao artigo que escrevi, na publicação referida, sob o titulo *Povoamento de Silveira. Os Bicudo Leme. Um crime horripilante*.

Convem insistir na fragmentação do territorio, efetuada em épocas diversas, para que um pesquisador de genealogia não se iluda, como sói acontecer, com as indicações de velhos documentos. Assim, por exemplo, quando num recenseamento de Ordenanças, de 1770, seja encontrado em Guaratinguetá um súbdito "natural desta", pode bem ser que seja de fato natural de territorio hoje distante da cidade de Domingos Luiz Leme. Quanta gente, indicada em Lorena, como "natural desta", é nascida e crescida em Areias (até 1816), em Bananal (até 1832), em Silveiras (até 1845), e assim por diante.

Relativamente a Silveiras, dizem os historiadores que foi denominada Silveiras, por causa de uma familia Silveira, de Lore-

na, o que constitue afirmação errada, si se tomar o territorio com a divisão actual, que é mais ou menos a de 1845. Essa familia Silveira, de onde veio o nome de Silveiras, nunca morou em Lorena, na Lorena actual, mas sim na grande Lorena de 1788. Esses Silveiras, de quem mais tarde tratarei, estavam já de longa data fixados no bairro que, com o tempo, prevaleceu sobre o bairro do Ventura, e prevaleceu a tal ponto que, ao ser elevado o territorio a freguesia, ganhou esta o nome de freguesia dos Silveiras, continuando o bairro do Ventura na sua modesta posição de bairro, da qual não saiu até hoje.

Ainda sobre Silveiras faz-se precisa uma observação. O municipio foi criado, por desanexação de Lorena, em virtude da lei provincial número 12, de 28 de fevereiro de 1842. A revolução paulista de junho-julho de 1842, entretanto, impediu que se efectivasse o dispositivo da lei provincial número 12. O que houve, de fato, nesse ano, depois de vencidos os liberais, foi o decreto de 17 de junho de 1842, desligando, provisoriamente, da Provincia de São Paulo, Bananal, Areias, Queluz, Cunha, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá...

A lei número 34, de 15 de março de 1844, dispôs que a freguesia dos Silveiras (a lei número 12 ainda não havia sido executada) passasse para a vila de Areias. Mas, essa lei número 34 nunca foi cumprida. No Arquivo Público do Estado, sala número 9, existe um maço 287-A, 1841-1850, de Lorena. Aí estão arquivadas as provas do não cumprimento da lei 34.

Em officio de 3 de junho de 1844, a Câmara de Lorena acusa o recebimento da portaria do Presidente da Provincia, enviando copia da Lei Provincial número 34, de 15 de março desse mesmo ano. Em officio de 20 de setembro, também de 1844, a Câmara Municipal de Lorena comunica ao Presidente da Provincia a eleição da Câmara Municipal de Silveiras, remetendo a copia da ata respectiva. Pode-se ler essa ata que aqui se acha, no maço 287-A, atrás indicado. Está bem claro que se trata da eleição dos vereadores da Câmara Municipal da Vila dos Silveiras, realizada a 7 de setembro de 1844, na igreja matriz de Silveiras, eleição essa feita segundo as instruções. Não achei tais instruções. A ata está assinada pelos vereadores de Lorena: padre Manuel Teotônio de Castro, Joaquim Guedes de Castilho, Angelo Bento Pereira, José Luiz Tiburcio, Antonio Luiz Domingues Bastos, José Simões da Cunha; foi lavrada por Benedito José Gonçalves Neto, secretario da Câmara de Lorena. Ain-

da se encontra, com os documentos já citados, o officio do juiz municipal suplente de Lorena, Justino José de Lorena, com a data de 6 de novembro de 1844, recusando-se a cumprir uma requisição do seu colega de Areias, do dia 4, baseado em três argumentos que resumo: 1.º — por haver sido de 1842 o decreto imperial que reuniu o termo de Silveiras a Lorena; 2.º — pela ordem do Presidente da Provincia, para que a Câmara de Lorena efetuasse a eleição da de Silveiras; 3.º — por se achar nomeado o dr. Benedito José de Araujo, para juiz municipal de Areias e Queluz e o dr. Carlos Ilidro da Silva para juiz municipal de Lorena e Silveiras.

Vê-se, pois, que o proprio governo da Provincia nenhum empenho manifestou no cumprimento da lei 34, de 15 de março de 1844 e, dessa maneira, a 6 de janeiro de 1845, installou-se o novo municipio de Silveiras, resultante da freguesia dos Silveiras, de 1830, esta, por sua vez, consequencia do bairro dos Silveiras.

Ficam, porem, os Silveiras para outra nota. Já que falei, na anterior, a respeito dos Garcias Velhos, de Lorena, caberá hoje a vez aos Vieiras, Jácome, Machado, Fajardo, que se encontram, a cada passo, nos velhos recenseamentos de Ordenanças de freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

Não é necessario ser muito perito em genealogia, para perceber logo, nesses elementos, traços dos "Maciéis", catalogados em SILVA LEME, no volume VIII. Aí, nesse capítulo, lerá o pesquisador que João Maciel, natural de Viana, Portugal, estava já em São Paulo, em 1570, o que Américo de Moura não contesta, no seu magnifico trabalho *Os povoadores do Campo de Piratininga*, em *Revista do Arquivo Municipal*, volume XXV, de julho de 1936. Uma filha de João Maciel, Ana Maciel, contraiu nupcias com d. Jorge de Barros Fajardo, fidalgo galego. Daí nasce Catarina de Barros, consorciada primeiro com Sebastião Coelho Barradas e depois com o açoriano Domingos Machado Jácome, da Ilha Terceira. Catarina deixou, do primeiro casamento, as filhas Maria Carneiro e Ana da Fonseca, sem geração esta. E, do segundo matrimonio, os filhos:

3 — Domingos Machado Jácome, casado com Margarida de Oliveira.

4 — João Machado Jácome, casado com Beatriz de Unhate (moravam em Taubaté);

- 5 — Francisca Vieira, casada com José Dias;
- 6 — Frei Antonio da Purificação (de que ordem?);
- 7 — Catarina, com 20 anos, solteira, em 1668;
- 8 — Manuel Vieira de Barros, casado com Ana Dias e depois com Isabel Pedroso. Era homem rico, residia em S. Paulo e fundou o recolhimento de Santa Teresa, para o qual cedeu o terreno de três casas de sua propriedade, situadas no local onde foi construído dito recolhimento. E' o terreno onde hoje estão o edificio da Curia Metropolitana e mais alguns predios da vizinhança, levantados depois que se transferiu o Convento, para a Penha, primeiro e ultimamente para as Perdizes;
- 9 — Luzia Machado, segunda mulher do capitão Antonio Bicudo Leme, o "Via-Sacra", fundador de Pindamonhagaba;
- 10 — Isabel Vieira, casada com Domingos Coutinho e depois com Domingos de Sousa;
- 11 — Pedro Jácome Vieira, casado com Maria da Silva;
- 12 — Inacio Vieira, casado com Maria Rebelo.

Desses casais saiu imensa geração, a que forçosamente devem pertencer:

1 — Inacio Machado Jácome, (Inacio Vieira Jácome, mais tarde), com 35 anos, em Lorena, em 1765, casado com Ana Nunes, de 25, e com os filhos Maria, de 7 anos; José, de 5 e Inacio, de 1 ano;

2 — João Vieira Jácome, em 1775, casado com Leonor de Moraes, ele com 80 anos e ela com 63;

3 — Inacio Vieira, em 1780, de 50 anos, casado com Jerônima de Moraes, de 30, tendo na sua casa a sobrinha Catarina, de 10 anos e o irmão Germano Álvares, de 25;

4 — Salvador Machado Fajardo, em 1780, com 55 anos, casado com Maria Furtado, de 44 e com os filhos: Davi, de 11 anos; Rafael, de 10; Ana, de 23; Teresa, de 20; Catarina, de 18; Maria, de 17; Gertrudes, de 15; Quitéria, de 8 e Isabel, de 6;

5 — José Machado Jácome, depois José Machado Fajardo, casado com Maria Pais, recenseados em 1782, ele com 40 anos e ela com 27 e com os filhos: Gabriel, de 5 anos; Ana, de 8; Maria, de 4; Francisca, de 1. Esse mesmo casal, em 1808, aparece com os filhos Gabriel, de 31 anos e Hilária, de 20.

O casal Inacio Vieira Jácome-Ana Nunes, do qual primeiro se falou, recenseado em 1780, apresenta nove filhos; José, Inacio, João, Maria, Maria, Ana, Gertrudes, Quitéria, Rosa.

Como seria interessante, para a historia das famílias paulistas, a ligação desses ramos todos, esparsos, aos seus troncos primitivos, catalogados em "Maciéis", da *Genealogia Paulistana* do dr. Luiz Gonzaga da SILVA LEME! E como Lorena teria, com essas ligações genealógicas, esclarecidas tantas coisas relativas aos seus povoadores, ao seu povoamento e à dispersão da família lorenense, que se processou quando da abertura do "Caminho Novo, que vay da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade, para o Rio de Janeyro"!

## VII

Uma das ilusões frequentes nos que não prestam atenção aos problemas de genealogia é o caso dos nomes de familia, ou melhor dos cognomes. Um individuo chamado Silva, por exemplo, nome pelo qual houve sempre grande predileção entre nós, supõe que esse cognome é propriedade exclusiva dele e de todos os seus antepassados, que forçosamente também haviam de se chamar Silva. Esquecem, esses maus raciocinadores, de que qualquer um de nós tem dois pais, quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós, trinta e dois tetravós, sessenta e quatro pentavós e... onde irá parar a contagem, lá pela décima casa da ascendencia?

O sistema português antigo não deixava de ser assaz curioso e até util, no tocante a nomes para os rebentos de um casal. Os filhos assinavam de maneira a manter uma certa tradição na familia e tradição às vezes remota. Assim, pois, é o comum, em cada lar, até data bem próxima, haver filhos de nomes inteiramente diferentes. Bartolomeu Pais de Abreu, por exemplo, notavel paulista, é irmão inteiro de Pedro Dias Raposo, Estevão Raposo Bocarro, João Leite da Silva Ortiz, Diogo de Escobar Ortiz, Bento Pais da Silva, Inez de Oliveira Cotrim, Verônica Dias Leite, Isabel Pais da Silva, Catarina de Oliveira Cotrim, Antonia Requeixo de Peralta, Leonor Correia de Abreu (S. L., *Genealogia Paulistana*, II, 469).

As filhas, em geral, assinam cognomes maternos. Antonio Preto, povoador quinhentista, deve forçosamente ter sido casado com alguma Antunes, porque os homens da familia são José Preto, João Preto, Manuel Preto, Sebastião Preto, Innocencio Preto e a mulher, irmã destes, é Domingas Antunes. Na familia, que muito bem conheço, do Alferes Carlos Pedroso da

Silveira (1763-1834), casado em Cunha (Facão) em 1787, com d. Ana Antonia de Viveiros (1765-1830), os filhos chamam-se João Carlos Leonel, Antonio Possidonio do Espírito Santo, José Carlos Epifanio da Silveira, Luiz Antonio da Silveira, Jeremias Carlos da Silveira, Manuel Carlos da Silveira e, as filhas, Maria Rita de Viveiros, Francisca Rita de Viveiros e Ana Bárbara Profetisa de Viveiros.

Destes últimos, Antonio Possidonio do Espírito Santo casou em Cunha, aos 15 de fevereiro de 1819, com Dina Eufrasia de Camargo, filha do capitão Antonio José de Camargo e primeira mulher Ana Luiza do Amaral. Ora, os filhos de Antonio Possidonio do Espírito Santo e Dina Eufrasia vão se chamar Benedito Carlos da Silveira, Antonio Carlos da Silveira, João José Lopes de Camargo...

Lopes de Camargo? Porquê? Eis uma boa pista. Um irmão de Dina Eufrasia, Adriano, deixa também geração de Lopes de Camargo: José Lopes de Camargo, de Queluz, amigo de meu pai, homem bom que me tratava muito bem, nos meus tempos de menino, quando residia na terra do padre José Rebouças da Palma. Lopes de Camargo é descendencia de Fernando de Camargo Ortiz, que foi casado com Joana Lopes (S. L., I, 180). Toca a procurar a ligação do meu amigo José Lopes de Camargo, vulgarmente "José Adriano", por ser filho de Adriano, com o casal Fernando de Camargo Ortiz-Joana Lopes. Foi difícil, mas descobri.

Os recenseamentos de Cunha apenas diziam e dizem: "Capitão Antonio José de Camargo, natural de São Paulo, negociante". Depois de muita tentativa, de muita busca, um dia achei no livro do 2.º Batalhão de Milicianos de S. Paulo e arredores, nas últimas páginas: "Antonio José de Camargo, filho de Francisco Lopes de Camargo, natural desta Cidade, idade 28 anos, altura ordinaria, olhos pardos, cabellos pretos, sentou praça a 13 de Janeiro de 1798. Cavallo ruzilho colonia. Desertou, e como tal não compareceu na Revista de S. Excia, de 3 de Junho de 1798. Ignora-se o lugar."

Ora aí está. Antonio José de Camargo sentou praça de miliciano aqui e, quatro meses depois, verificando que não tinha jeito para semelhante serviço, abandonou a função e foi ser negociante em Cunha, onde casou, ganhou prestigio, teve o posto de Alferes de Ordenanças e logo depois o de capitão, com o qual morreu, em Guaratinguetá, casado segunda vez.

Mas, a *Genealogia Paulistana*, em título "Camargos", página 181, só enumera, para o casal Francisco Lopes de Camargo — Maria Cardoso da Silveira de Melo Coutinho, três filhos — Cipriana, Manuela e Francisco da Silveira Camargo... Foi preciso recorrer aos recenseamentos de Ordenanças da capital e, então, no bairro de São Miguel, encontrei não três filhos e sim dez: 1 — Cipriana, 2 — Gertrudes, 3 — Antonio, 4 — Manuela, 5 — Ana, 6 — Francisco, 7 — João, 8 — Luiz, 9 — Inacio, 10 — Maria.

Desses filhos, também o Luiz, Luiz Antonio de Camargo, passou a morar em Guaratinguetá, onde, em 1826, foi apontado como "Professor Luiz Antonio de Camargo", que se ocupava de farmacia, bem como seu irmão Antonio José de Camargo, capitão de Ordenanças. (Ver *Revista do Arquivo*, volume XXX, dezembro de 1936, página 96, em trabalho que aí publiquei sob o título *Guaratinguetá de cento e onze anos atrás*).

Luiz Antonio de Camargo, que casou em Guaratinguetá, em 1815, com Maria Silveria Romeiro, filha de Lourenço Leme Barbosa, faleceu nessa localidade, em 1850 e deixou geração de Lopes de Camargo, segundo me informa o erudito pesquisador guaratinguetaense dr. Gastão de Meireles França. Uma das filhas de Luiz Antonio e Maria Silveria vem a ser a mãe do dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, que foi político paulista e docente de direito romano na Faculdade daqui, pela qual se formara em 1877. Como se sabe, o dr. Abranches foi aposentado pelo decreto de 17 de junho de 1903, ratificado pelo de 21 de julho, sendo a vaga ocupada pelo dr. Reinaldo Porchat, substituído da 1.<sup>a</sup> secção, nomeado a 21 de julho e empossado a 27.

Voltando ao capitão Antonio José de Camargo, negociante em Cunha e, depois, boticário, como seu irmão, em Guaratinguetá, teve, da primeira mulher Ana Luiza do Amaral, os filhos — 1, Umbelino; 2, Honorio; 3, Antonio; 4, José; 5, Prudencio; 6, João; 7, Lino; 8, Dina; 9, Liduina; 10, Emilia; 11, Adriano, este nascido por 1818. O primeiro casamento do capitão Antonio foi em Cunha, por 1801. Viuvo, passou ele a novas nupcias, em Guaratinguetá, com Antonia Maria Rangel, a qual faleceu em 1826, não ficando descendencia deste segundo e último matrimonio do capitão Antonio José de Camargo. Quanto aos gênitos do primeiro, encontrei que: — Dina Eufrazia casou em Cunha, em 15 de fevereiro de 1819, com Antonio Possidonio do Espírito Santo, filho do Alferes Carlos Pe-



droso da Silveira e d. Ana Antonia de Viveiros, como acima já foi explicado. Com geração em Queluz, na qual se conta o dr. João Batista Ferreira, ex-deputado estadual;

Liduína casou em Queluz, em 20 de janeiro de 1823, com Manuel Carlos da Silveira, irmão de Antonio Possidonio. Sem descendentes;

Lino José de Camargo casou em Guaratinguetá, em 1827, com Margarida Fialho de Jesús (S. L., III, 70, 7-5, 8-1);

José Antonio de Camargo casou em Guaratinguetá, em 1836, com Antonia Maria de Jesús (S. L., III, 65-66, 7-7).

Adriano casou, provavelmente em Queluz, onde lhe conheci o filho, já citado, José Lopes de Camargo, em atenção a cuja bondade para comigo empreendi a pesquisa para a ligação deste ramo de Lopes de Camargo, aos seus troncos catalogados já na *Genealogia Paulistana*.

Vê-se, facilmente, como está incompleta a minha lista. Em onze filhos, apenas se me depararam cinco casamentos. Conto com a boa vontade de quem tiver elementos para tanto, no sentido de ir-se integrando esta geração de Camargos do Vale do Paraíba, melhor ainda de Lopes de Camargo, de Queluz, Guaratinguetá e Cunha.

Neste caso se evidencia a vantagem do antigo sistema português de reviver, através da prole, os cognomes avoengos. Não fosse aparecer, em netos e bisnetos de Francisco Lopes de Camargo e Maria Cardoso da Silveira de Melo Coutinho, o Lopes de Camargo indiciativo, e seria a pesquisa muito mais difícil, sem resultados positivos talvez.

No trabalho que publiquei, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXV, sob o título *Apointamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, em uma das filhas do capitão Manuel Lopes Figueira e de Joana da Silva, sua mulher, aparece o cognome Bicudo — Florencia da Silva Bicudo, que é a que foi casada com Nicolau Monteiro. Esse cognome, embora em uma só das filhas do prolífico casal, torna-se indício precioso para a ligação de Joana da Silva aos "Bicudos", do volume VI, do genealogista de Bragança. E, como esse, muitos outros casos mais, que examinarei de vagar, em notas futuras.

## VIII

Dos nomes mais notáveis na historia taubateana avulta, sem dúvida, o de Carlos Pedroso da Silveira, guarda-mor, provedor real da fazenda de Taubaté, provedor dos quintos de Parati, 25.º capitão-mor e ouvidor da Capitania de Itanhaem, mestre-de-campo do terço das minas e governador das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

Benedito Calisto, artista dobrado de historiador, no volume XX (1915), da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, dá uma boa noticia sobre o grande paulista e paulistano, pois Carlos Pedroso da Silveira nasceu nesta cidade de José de Anchieta, pelos anos de 1664, sendo filho de Gaspar Cardoso Guterres e de d. Gracia da Fonseca Rodovalho, neto paterno de Luiz Nunes Guterres e de d. Maria Miguel DA SILVEIRA e neto materno de d. Simão de Toledo Piza e de d. Maria PEDROSO.

Em modestos trabalhos, na sobredita *Revista*, volumes XXX, XXXI e XXXIII, procurei elucidar assuntos que se prendem a Carlos Pedroso da Silveira, a respeito do qual o dr. Felix Guisard Filho pretende publicar, proximamente, um volume da sua interessante e util *Biblioteca Taubateana de Cultura*, que vai saindo a título de *Achegas à historia de Taubaté*.

Tambem no *Correio Paulistano*, de 17 de agosto de 1934, em artigo sob a epigrafe *Povoamento do solo paulista — Leopoldo da Silveira e Sousa, povoador de terras do Facão (município de Guaratinguetá)*, tentei esclarecer fatos a respeito de Carlos Pedroso da Silveira, como resposta, modestíssima, aliás, a serias falhas de um livro do brilhante escritor Paulo Setubal, que não só chamou, ao notavel paulista, “raposão e matreiro”, exagerando um já demasiado “finorio”, de Pandiá Calógeras; como ainda lhe trocou a familia, atribuindo-lhe o cognome Siqueira, que era o de Bartolomeu Bueno, filho de Lourenço de Siqueira de Mendonça e de Maria Bueno (S. L., VII, 503).

Como se sabe, a figura de Carlos Pedroso da Silveira aparece, na questão do descobrimento do ouro, unida à de Bartolomeu Bueno de Siqueira e à do concunhado de Bueno, Antonio Rodrigues de Arzam (S. L., VII, 318). Estes dois últimos eram genros de Fernando de Camargo Ortiz e de Joana Lopes (S. L., I, 191), tronco dos Lopes de Camargo a que aludí na

minha nota anterior, e tais casamentos talvez possam explicar tantos Lopes de Camargo pelo territorio das recém-descobertas minas auríferas, tão avidamente exploradas. O coronel Tomaz Lopes de Camargo (S. L., I. 245), foi mesmo um dos fundadores de Ouro Preto.

A descendencia de Carlos Pedroso da Silveira espalhou-se por São Paulo e Minas Gerais e nunca houve quem cogitasse em a reunir numa obra genealógica de certa amplitude. Si a genealogia da parte paulista da familia apresenta-se incompletíssima (S. L., V, 507|513; V, 431|432; III, 130|135; VIII, 58|59; e algures), que dizer então com referencia aos que ficaram alem-Mantiqueira, onde as lucubrações desse gênero agora é que começam a surgir, como disso é exemplo sugestivo o esforço de Artur Vieira de Rezende e Silva, na sua *Genealogia dos fundadores de Cataguazes*, Rio, 1934, já em nova edição ampliada, com o título de *Genealogia Mineira*, da qual apareceram dois volumes, um em 1937 e outro em 1938, trabalho gráfico da Imprensa Oficial do Estado de Minas?

Outro belo exemplo ressumbra no *Esboço Genealógico da Familia Sousa Meireles*, de Olimpio Meireles dos Santos, 1937, volume saído da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais".

Dispensa a familia de Carlos Pedroso da Silveira, pelo assassinio do chefe em 1719, talvez só com dificuldade extrema e em tempo assaz longo seja possível apresentar uma genealogia aceitavel desse grupo humano. As lacunas se deparam a cada passo. Para que zona terá ido a viuva, d. Isabel de Sousa Ebanos, "da familia grave dos Botafogo", do Rio de Janeiro, por descender de Heliodoro Ebanos, casado com filha de João de Sousa Pereira Botafogo, genro este do capitão Manuel da Luz de Escocia Drummond, o qual, por sua vez, provinha dos Drummond, senhores de Stobhall e Cargill, do Condado de Perth, na Escocia?

Ninguém sabe coisa alguma do fim que teve dona Isabel de Sousa Ebanos, nem de seu neto Leopoldo Carlos Leonel da Silveira, do qual diz PEDRO TAQUES, que fora para Paracatú, ali constituindo familia. E que é da geração de Gaspar Guterres da Silveira, primogênito do casal Carlos Pedroso da Silveira — dona Isabel de Sousa Ebanos, habilitado de *genere* em São Paulo, em 1705 (Arquivo da Curia Metropolitana); irrequieto e às voltas com a policia do conde de Assumar, em Pitangui, em 1719, já casado; com referencia em PEDRO TAQUES, de haver falecido "em posto de sargento-mór, na fre-

guesia de Santo Antonio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, e jazer sepultado na Capella de São Gonçalo, filial da mesma matriz”?

Lendo agora, no jornal *O Estado de São Paulo*, edição do dia 6 do corrente mês de julho, um lindo discurso proferido em Campanha, pelo advogado dr. Nicolau Navarro, em saudação aos que daqui partiram para a “Volta das Estancias Aquáticas”, ao meu espirito surgiram cenas referentes ao velho Santo Antonio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, onde assistiam tantos descendentes de dom Simão de Toledo Piza e de dona Maria Pedroso. Nucleo de Toledos Pizas, talvez fosse essa precisamente a razão de para aí se transferir Gaspar Guterres da Silveira, bisneto de dom Simão e de dona Maria Pedroso e primo, portanto, do capitão-mor dom João de Toledo Piza Castelhanos (S. L., V, 447) a que alude o dr. Nicolau Navarro, que me pareceu ser um entusiasta dos estudos históricos relativos a Campanha da Princesa.

Baseado nesta convicção, daqui envio pedido ao dr. Nicolau Navarro, para que me ajude a esclarecer caso interessante, sobre o qual formulei hipótese já publicada, mas não tão divulgada como precisava ser. Um dos descendentes mineiros de Carlos Pedroso da Silveira foi o sargento-mor Estanislau da Silveira e Sousa (S. L., V, 512, 3-1), que casou na freguesia de São Caetano, e deixou geração de oito filhos, entre os quais um de nome José. Será este José o dr. José da Silveira e Sousa, que advogava em São João d’El Rei e aí casou com dona Maria Josefa Bueno da Cunha?

O resto já transparece. De José da Silveira e Sousa e dona Maria Josefa Bueno da Cunha, originarios de familia paulista, segundo a tradição, nasce Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, que, pela minha hipótese, vem a ser trineta ou terna de Carlos Pedroso da Silveira e de dona Isabel de Sousa Ebanos. Seria ela bisneta de Maria Pedroso da Silveira, que foi casada com Francisco Álvares Correia (que S. L. diz Francisco Álvares de Castilho, em V, 512, 2-4).

Dirigí-me, a respeito, ao meu prezado professor de 1899, aquí em São Paulo, na rua do Arouche, onde morava e dava aulas — o eminente historiador Basilio de Magalhães, o qual me respondeu achar engenhosa a hipótese e que, ao seu tempo, iria a S. João d’El Rei, para elucidar o caso.

Escrevi a Arí Florenzano, de Lavras, escarafunchador de arquivos paroquiais mineiros e, sobre o assunto, esclareceu-me

que o de São João d'El Rei andava na posse do senhor Samuel Soares de Almeida, hoje residente na Capital Federal. Sempre adiantou um bocado.

Tambem do senhor José Alberto Pelucio, pesquisador paciente e consciencioso de Baependí, em 13 de agosto do ano passado recebi carta, da qual destaco os seguintes trechos:

"A hypothese que aventou, sobre Barbara Heliodora, é interessante e verosimil. Entre os descendentes de Alvarenga Peixoto, aponta o amigo o de nome João Evangelista, que foi professor de latim na Campanha, tendo deixado dois filhos — José e Maria, esta casada com Damaso Xavier de Castro. Este nome o encontro entre os sargentos-móres de Baependy, onde teve uma posição social de destaque. Ao estourar a revolução de 1842 fôra, pelos revolucionarios, demittido do posto que occupava no 1.º batalhão de Baependy; enviou, então, ao presidente aclamado, José Feliciano, um officio cheio de energia e humorismo. Sua actuação, naquelles longinquos acontecimentos, merece registo. O sogro de Damaso Xavier, em seu trabalho, vem com o nome de João Evangelista Damasceno de Alvarenga; LI, ENTRETANTO, EM O N.º 89 DO "SUL DE MINAS", DE MARÇO ULTIMO, EDITADO NA CAMPANHA, UM TRABALHO SOB O TITULO "A INTERDICÇÃO DE JOÃO EVANGELISTA DA SILVEIRA ALVARENGA". Como se vê, aqui o "Silveira" substitue o "Damasceno". Era elle casado com d. Thereza Jesuina do Sacramento, segundo a publicação da folha referida."

No meu trabalho (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXI, páginas 104 a 107), o que dei sobre a geração de Inacio José de Alvarenga Peixoto foi tirado do excelente livro do dr. Lucio José dos Santos, *A Inconfidencia Mineira*. Aí informa o erudito polígrafo que Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira morreu tuberculosa, aos 24 de maio de 1819, em São Gonçalo do Sapucaí, aos sessenta anos de idade. Teria, portanto, nascido em 1759. Já li que havia contraído matrimonio em 1778, ainda na casa dos dezanove, vê-se.

Aos meus argumentos já expendidos (*opus cit.*) juntem-se os indicios fornecidos pelo fato de ser São Gonçalo do Sapucaí uma terra procurada por descendentes de Carlos Pedroso da Silveira e dona Isabel de Sousa Ebanos, e pelo fato tambem de ser a Campanha do Rio Verde de Santo Antonio do Val da Piedade uma especie de capital mineira de todo um ra-

mo de Toledos Pizas, grupo genealógico a que pertencia o mestre-de-campo tão friamente assassinado em Taubaté, em 1719.

Porque é a hipótese mais simpática, acredito que ainda existam documentações, maxime livros de paroquia, em cujas velhas páginas, talvez carcomidas e apagadas, se possa ler o termo de casamento dos pais de Bárbara Heliodora, pois afinal não é coisa tão antiga, como à primeira vista parece: andarà o registo aludido por 1758, suponho. Ora, Arí Florenzano, de Lavras, asseverou-me que os papéis paroquiais dessa cidade mineira estão completos e perfeitos, desde o inicio, em 1720. Será uma curiosa exceção, Lavras, com seu magnífico arquivo paroquial?

## IX

Há duas obras notáveis de genealogia, escritas no século XVIII, dignas de melhor conhecimento por parte dos apreciadores desse gênero de atividades espirituais. São as de frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, ORDINIS FRATRUM MINORUM, e de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca. Referem-se ambas ao Norte do Brasil.

Intitula-se a primeira *Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurús na Baía, tirado de memorias, manuscritos antigos e fidedignos, autorizados por alguns escritores*. Como se sabe, frei Antonio de Santa Maria nasceu na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, em Pernambuco, pelos anos de 1695 e faleceu entre 1763 e 1765. Era religioso franciscano-menor desde 12 de dezembro de 1717, segundo a noticia colhida no *Dicionario Bibliográfico Brasileiro*, do médico baiano Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, I Volume, Rio, Imprensa Nacional, 1883.

O original do trabalho do paciente franciscano pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e consta, ao que parece, de 546 páginas. O Instituto publicou o *Catálogo genealógico*, na sua *Revista*, volume LII, (1889), abrangendo as páginas de 5 a 484 (com índice e anexo, até 497). Não sei com que intuito frei Jaboatão juntou, aos seus dados genealógicos de verdade, um capítulo que me pareceu facecia — a genealogia dos Fialhos, a respeito da qual a comissão de redação da *Revista* assim se exprime: “Esta genealogia fabulosa dos Fialhos parece aqui inserida como critica jocosa do autor aos

amantes de origens obscuras dadas as famílias, que se julgam ennobrecidas, quando buscam em tempos remotos o princípio da sua prosapia.”

A outra obra notavel de genealogia do Norte é a *Nobiliarquia pernambucana*, de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, nascido em Recife a 16 de fevereiro de 1718 e falecido em Olinda, aos 9 de abril de 1786, filho do mestre de campo português Antonio Borges da Fonseca e d. Francisca Peres de Figueiroa, pernambucana. Os originaes pertencem ao Instituto Arqueológico de Pernambuco, que os recebeu do Mosteiro de São Bento de Olinda, legatario, e formam quatro cadernos respectivamente com 517, 585, 633 e 559 páginas.

Já havia começado a dispersão dos manuscritos de Borges da Fonseca, quando a Biblioteca Nacional, com auxilio de copia do arquivo do recém-falecido Barão de Studart, conseguiu dar na integra o trabalho, em 1925-1926, nos volumes XLVII e XLVIII, dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Não satisfeita ainda, com essa divulgação, a Biblioteca, pela sua illustrada direção, organizou dois volumes, em separata, da aludida *Nobiliarquia pernambucana*, volumes esses publicados no Rio de Janeiro, 1935, em edição de quinhentos exemplares. Vê-se, no emprehendimento simpático, a ação de Rodolfo Garcia.

O *Catálogo genealógico* e a *Nobiliarquia pernambucana*, são, como se depreende logo, do exposto, dois importantes esforços do século XVIII, contemporaneos, afinal, dos do nosso Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777). Pelo destino da obra deste, dispersada sem remedio, foi ele, de-certo, o sem-ventura da trindade de linhagistas brasileiros daquelas eras setecentistas. Para o estudo desse nosso afamado e ainda mal conhecido pesquisador, o melhor que há a fazer é uma boa leitura do trabalho de Afonso de EscragnoUe Taunay, *Pedro Taques e seu tempo (Estudo de uma personalidade e de uma época)*, 1921, tomo primeiro dos *Anais do Museu Paulista* (1922).

No seu zelo incansavel pela historia paulista, Afonso de EscragnoUe Taunay, de colaboração com Augusto de Siqueira Cardoso, já falecido, fez sair um primeiro volume de edição nova da *Nobiliarquia paulistana*, de Pedro Taques, em tomo especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1926, Imprensa Nacional. O prefacio desse volume é tambem um belo estudo da personalidade do nosso linhagista.

Já consultei, com grandes esperanças, a *Nobiliarquia pernambucana*, de Borges da Fonseca, afim de ver si ali encontraria algo que me permitisse tentar a ligação de Manuel Álvares de Morais Navarro aos "Morais" do volume VII, da *Genealogia Paulistana*, do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme.

O dr. Taunay, em documentados estudos já impressos (*Revista do Arquivo Municipal*, vol. XXII, abril, 1936; *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo sétimo, 1936) trata desenvoldidamente desse notavel paulista, até hoje desligado dos troncos paulistas mais antigos, a que pertence sem a menor sombra de dúvida. Ainda sobre Morais Navarro convem ler Basilio de Magalhães, na sua *Expansão Geográfica* (2.<sup>a</sup> ed. 1935).

O autor da *Historia Geral das Bandeiras Paulistas* refere-se a dois irmãos de Manuel Álvares de Morais Navarro: José de Morais Navarro, seu lugar-tenente e frei Antonio de Jesús, franciscano, capelão do terço em operações no Norte e incorporado às tropas "por ser grande lingua dos indios". Era, o religioso, conventual de Santo Antonio do Rio de Janeiro. E, precisamente nas páginas 231 e 232 da obra citada, menciona os casamentos de Morais Navarro, um em São Paulo e dois em Pernambuco, transcrevendo apontamentos do barão de Studart.

Outrossim, baseado em Studart e em Borges da Fonseca, Taunay tem oportunidade de indicar duas variantes do nome do pai de Manuel Álvares de Morais Navarro — MANUEL ALVES MOSELLO e MANUEL ALVES MACEDO. Tenho observado, quanto ao Alves, muito comum, na nossa onomástica, provir ele tantas vezes de Álvares, visto como os antigos diziam ALVRES, e escreviam ALZ. Com estas abreviauras, facilmente o Álvares virava Alves. Daí o engano notado nas duas maneiras acima, para o nome do progenitor do grande sertanista de S. Paulo.

Relativamente ao cognome Macedo, deve ser erro de copia, provavelmente de um apagado Mosello e esta forma seria má escrita de Murzelho, pois o notavel paulista era filho de Manuel Álvares Murzelho e de Ana Pedroso de Morais, gente de S. Paulo. Nada obtive, na leitura da *Nobiliarquia pernambucana*, para esclarecimento do que se trata. Não há, nem em outras publicações do Norte, que a respeito de Murzelho. *Annuaire Central do Instituto do Ceará*; *Dicionário Geographico, Ethnographico e Estatístico de Pernambuco*, de Selles; *Historia da Capitania de Pernambuco*; *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, de Vicente de Lemos; *Pontos de Memoria Patria*, de João de



Lira Tavares. O volume segundo da *Revista do Arquivo Público Mineiro* também nada adianta, para o meu ponto-de-vista.

O cognome MurzELHO sempre me pareceu ser o mesmo Murzilho que se encontra na *Genealogia paulistana*, no volume I, página 7. Silva Leme escreve MURZILLO, o que seria uma forma espanhola, dando o português MURZILHO e MURZELHO. Estes Murzilhos são antigos em São Paulo. João Murzilho casou aqui com Catarina Álvares, ligada aos mais vetustos povoadores piratininganos. (Ver Américo de Moura, *Os povoadores do Campo de Piratininga*, em *Revista do Arquivo*, volume XXV, julho de 1936).

Comuniquei estas minhas suspeitas, do parentesco de Manuel Álvares de Moraes Navarro com os Murzilhos mais velhos, de São Paulo, ao eminente dr. Taunay, assim como lhe transmiti o palpite de que Ana Pedroso de Moraes bem poderia ser uma Ana Maria' (S. L., VII, 24), com 5 anos em 1647, filha do capitão Pedro de Moraes Madureira e de Ana de Moraes Pedroso, e, portanto, irmã do coronel Carlos de Moraes Navarro, de Maria de Moraes, de Mariana Pedroso de Moraes, de Davi e de Inez Pedroso Navarro. O dr. Taunay gostou das minhas indicações e as menciona na página 44 da sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo sétimo.

Abusando da consideração com que me trata frei Diogo Freitas, O. F. M., do Convento dos Franciscanos daqui de São Paulo, dei alguns passos no sentido de ir aos avós de Manuel Álvares de Moraes Navarro por meio de assentamentos relativos ao irmão do sertanista, frei Antonio de Jesús, do Convento do Rio de Janeiro. Até agora, porém, nada conseguí, a-pesar-de haver bastantes coisas publicadas sobre frades franciscanos do Brasil, uma das quais é o bem elaborado *Elencho-Biographico dos Religiosos antigos da Provincia Franciscana da Immaculada Conceição do Brasil*, 1931, tipografia das *Vozes de Petrópolis*, de autoria do erudito frei Diogo, acima citado.

E continua assim, sem ligação com os primeiros povoadores de S. Paulo, um paulista muito notável, a cujo respeito já se escreveram páginas e mais páginas. Entretanto a gente percebe bem a que grupo genealógico ele pertence, mas, até prova ulterior, é preciso que se fique no terreno da hipótese: Murzilhos há poucos; Ana de Moraes Pedroso, porém, qual será, no meio de tantas Ana de Moraes das nossas velhas famílias paulistas?

## X

A adaptação de nomes estranhos, de feição diverso do usual nosso, foi sempre fenômeno digno de nota, não só por parte dos estudiosos da lingua, como também dos pesquisadores de genealogia.

Estes últimos, seguindo determinada trilha nos seus propósitos, muitas vezes não dispõem de outro recurso sinão a semelhança onomática, para o prosseguimento da tarefa. E aí aparece então a dificuldade, oriunda da coexistencia de cognomes iguais, de origens as mais variadas.

Foi considerando essas dificuldades e essas curiosidades que o doutíssimo filólogo português dr. José Leite de Vasconcelos escreveu a sua *Antroponímia portuguesa — Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes proprios, sobrenomes, e apelidos usados por nós desde a idade-media até hoje*, Lisboa 1928, Imprensa Nacional; obra de consulta indispensavel e primordial, antes de se aventar qualquer etimologia relativa a nomes e cognomes portugueses e brasileiros.

Países de imigração, o “quasi cume da cabeça de Europa toda” e a pátria do “auri-verde pendão que a luz do sol encerra e as promessas divinas da esperança”, desde longa data estrangeiros varios procuraram o chão lusitano ou o solo brasileiro, e os seus nomes tiveram de ir sofrendo os desbastes necessarios às adaptações impostas pelos costumes prosódicos e gráficos do meio.

Ao serem descobertos os Açores, de 1431 a 1464, foi preciso recorrer Flandres, afim de que se fossem povoando “as Ilhas”. Para o povoamento da Madeira, incorporada ao Reino em 1418, também muitos alienígenas concorreram. São conhecidas *As saudades da terra* ou *Historia das ilhas do Porto-Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, pelo dr. Gaspar Frutuoso, obra publicada pela Tipografia Funchalense, Funchal, em 1873, de acordo com um manuscrito do século XVI e anotações de Álvaro Rodrigues de Azevedo. Não menos conhecida é a *Historia Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no oceano occidental*, composta pelo padre Antonio Cordeiro (1641-1722), da Companhia de Jesús, “insulano também da Ilha Terceira, e em idade de 76 annos”, Lisboa, Tipografia do Panorama, MDCCCLXVI.

Nesta última obra a gente vê como Willem van der Haagen, de Bruges, virou Guilherme da Silveira, em territorio da Ilha de São Jorge; assim como Jobs van Huerter ficou Jorge de Utra (Faial) e Josse van Aard (ou Aertrijcke) tornou-se Jós da Terra: e, de tal arte, os Açores encheram-se de Silveiras, Utras ou Dutras e Terras que, com o tempo, povoaram larguissimamente o Brasil de Norte a Sul. Jobs van Huerter era sogro do célebre Martim Behaim, dá-lo Artur Rezende na sua *Genealogia Mineira*, 2.<sup>a</sup> parte, II volume, página 266; e esse autor regista as variantes do nome, que ele encontrou: Job, Jobs, Jobest, Jobsten, Jós, José, Josse, Jost, Joz, Jooz, Joze, Jacob, João, Jodocus e Jorge; e Huerta, Huerter, Huter, Hutter, Hutra, Dutra, d'Utra, de Utre, d'Ultra, Dultra...

Ora, esses "da Silveira", açorianos (van der Háagen), misturaram-se aquí por S. Paulo com os "Raposos da Silveira", cuja origem, nestas plágas, poder-se-á facilmente ler em SILVA LEME, volume III, título "Raposos Góis", página 5, de maneira que, às vezes, por terras paulistas, não é facil saber quais os Silveiras, flamengos remotos de origem e quais os que provêm de Antonio Raposo da Silveira, cavaleiro português, com serviços prestados em Goa e por isso aquinhoado com o juizado de orfãos por duas vidas, nesta cidade de São Paulo.

Mas, que porção de nomes europeus de outras zonas, usados em Portugal e depois passados para aquí! Alguns, sonoros, nem ao menos sofreram qualquer alteração. Luiz Doria, genovês, estabelecido na Madeira, em 1480 e já antes, no Continente, encheu o Brasil de Dorias, dos quais já havia em Santos e São Sebastião, desde o primeiro povoamento quinhentista (S. L., VI, título "Cubas", página 180 — Inocencia Doria, seu irmão Francisco Rodrigues Doria, filhos ambos de Domingos Rodrigues Marinho e Maria Doria, moradores em Santos, em 1531).

Lorenzo Giácomo (não seria, melhormente, Giácomo Lorenzo?), genovês, no Porto, em 1450, transformado em Lourenço Jácome, foi o antepassado dos Jácomes portugueses e brasileiros. Da mesma sorte, Dionisio Maricondi de Veneza veio a ser o tronco dos numerosíssimos Marcondes, que irradiaram de Pindamonhangaba, seu maior centro. Limitando a estes três casos os exemplos italianos, convem dar uma olhadela pelos nomes de origem trancesa, que aparecem aquí desde época recuada. O estrangeiro batizado pelos nossos linhagistas por João Missel (ou Micel) Gigante (S. L., V, 342), não seria apenas um "Messer Jean", de qualquer maneira incógnita ainda entre

os nossos povoadores mais antigos? Mencionam-se também, com adjetivo patrio, para facilidade de-certo, em caso de dúvida, alguns habitantes, como se vê em Claudio Furquim Francês (S. L., VI, 237), em São Paulo e Miguel de Pontes Francês, em Guaratinguetá (S. L., VII, 467). Entretanto, nesta última cidade, encontra-se um José Morat, que deu o nome a muitos Morates; e um Francês virou França, gerando confusão com os Galvão de França.

Há um Filipe Reque, filho de Alberto Reque, natural da Baixa-Alemanha, falecido em 1682, em Parnaíba, deixando viúva Filipa Gago (S. L., VIII, 520), enquanto que no litoral tenho encontrado alguns "Tenorio Alemão".

Contou-me o dr. Soares Hungria, distinto clínico-operador desta capital, que o nome dele provem de um de seus antepassados, aqui chamado "da Hungria", por ser, na realidade, dessa região da Europa.

De maneira que, conforme se verifica, em relação aos nomes estrangeiros, ora haverá traduções (van der Háagen = da Silveira), ora adaptações (van Huerter = de Utra, Dutra), ora emprego da própria forma estrangeira, quando possível (Doria = Dória) e também o emprego de qualificativos gentílicos, com que se formam combinações curiosas, mesmo entre os nacionais. Quem não se lembra do notável cientista Vital Brasil Mineiro da Campanha?

Dos povoadores mais antigos, Heñodoro Ebanos deu uma quantidade de formas, muito interessantes, catalogadas pelo dr. Ermelino A. de Leão, historiador paranaense (*Ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume XIII, 1908, páginas 417-434). É o cognome Drummond, que para cá veio ao tempo de Mem de Sá, penso, gerou variantes que às vezes confundem um menos precavido, como tive ocasião de verificar, em consulta que se fez, a meu pedido, a notável intelectual baiano.

Quando da primeira colonização alemã, em Santo Amaro, a localidade encheu-se de estranhos nomes de família, que até agora não foram ainda completamente catalogados. Amigo e colega, descendente de uma dessas famílias alemãs santamarenses, contou-me que os Grimm, logo depois de chegados, viram, com bastante desprazer, a antipática adaptação "Crime", que se fazia do seu belo e sonoro cognome. É, então... para evitarem mal maior, e em legítima defesa do seu patrimônio hereditário; na certeza do mal que se propunham evitar, na falta ab-

solata de outro meio e certos da eficacia daquele que se empregou... transformaram-se em "Crem", nome que está bastante espalhado hoje pelo interior do Estado.

A guerra civil norte-americana, de 1860 a 1865, dita guerra de secessão, determinou, com a vitoria do Norte industrial sobre o Sul agricola e escravista, a saída de numerosas familias norte-americanas, para varios outros pontos do Novo Continente. Para São Paulo tambem rumaram muitas, que se localizaram principalmente em Santa Bárbara, municipio que fazia parte do termo de Constituição (hoje Piracicaba). No *Almanaque da Provincia de S. Paulo*, para 1873, de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, a páginas 467, encontra-se lista de fazendeiros de algodão e cana de açúcar, do referido municipio. Lá estão muitos nomes que deveriam ter constituído, para os naturais, pouco afeitos ao inglês, um caso bem serio.

Copio esses nomes, alguns dos quais foram corrigidos por pessoa do tão interessante grupo étnico — a senhora White, a quem agradeço. Aí vai a lista: Alexander S. Chrisp, Andrew Smith, A. J. Peocok, Antonio T. Oliver, Britt, Clay Norris, Cold Brodnax, E. Crolle, Green Ferguson, Henry Capps, Henry Steagall, Henry Strong, Irving L. Miller, James Miller, Jesse Wright, John Hall, dr. John Is, Chrisp, John Perkins, Tarter, J. Draine, Joe Whitacker, Joseph Daniels, dr. Matthews, Mac Fadden, Patrick Norris, Owens, Roberto Meriwether, Reverendo R. Ratcliff, Roberto Norris, Russel, Tomaz Luiz Tanner, Tomaz Mac Knight, Trigge, Ward, Whitacker, William Daniels... Ignoro a sorte desses cognomes, quanto a modificações. De uns Pyles, igualmente desse grupo, sei que, na voz do povo de Santa Bárbara, são já "Pais".

E, por falar em norte-americanos, lembro-me de um caso curioso, que, aliás, nada tem de genealogia. Li, em *House & Garden*, junho de 1938, página 19, sob o título *Street names*, o seguinte: "In S. Paulo, Brazil (so a Loving Reader down there writes us) is a Rúa Consolación — Consolation Street. Just after the Civil War an unreconstructed Southerner came to Brazil and built a home on the edge of São Paulo. He called it Consolation Cottage. The road that led to this "quinta", or small farm, became Consolation Road. The house is still lived in by descendants of the original Southerner". A guerra civil a que se alude é a de 1860-1865. Ora, nas Postu-

ras Municipais de São Paulo, de 18 de junho de 1832, está estabelecido:

“Ninguém poderá, dentro da cidade e povoação deste Município, vender pólvora, ou qualquer outro genero susceptível de explosão, e nem fabricar os ditos generos com permeação da Camara, na forma do art.º 49 das Posturas e nos Lugares da Ponte do Carmo em diante; e no lado da Luz, da Xacara do Coronel Gavião em diante; do lado da Consolação, da Igreja em diante; e para o Caminho de Santo Amaro, do Curral do Conselho em diante; e para o Caminho de Santos, do Semiterio em diante...” (Papéis Avulsos, 1832 — Inédito).

Si já em 1832 havia uma igreja do lado da Consolação, como há quem explique esse antigo nome pelo da quinta posterior a 1865? De-certo tomaram, para tanto, o efeito pela causa.

## XI

O Vale do Paraíba do Sul, com suas velhas cidades tão cheias de vida durante o século XIX, apresenta bastante dificuldades para o estudioso de genealogia. São varias as causas que concorrem quanto à destruição dos arquivos paroquiais e dos cartorios, podendo-se quiçá incluir um ou outro arquivo particular, excepcional. Parece que não é hábito, entre nós brasileiros, a organização de arquivos de familia, que se transmitam de pais a filhos. Sei de muitos casos de queima de papéis, quando da morte de seus donos.

Condições climáticas talvez, favoráveis à proliferação de papirófagos; umidade excessiva embranquecendo a tinta, enegrecendo páginas e as grudando em blocos definitivos; mobilidade excessiva da população, com o nascimento de outros interesses, capazes de extinguir os laços afetivos do passado; entrada de elementos novos, inteiramente desligados das tradições da terra e talvez até avessos a elas; empobrecimento; falta de cultura; interesses inconfessáveis, em tantos casos... Eis aí um grupo de causas, inimigas dos papéis velhos e, portanto, dos genealogistas.

Taubaté, terra que nasceu quasi na data gloriosa da restauração portuguesa de 1640, importantíssimo centro de irradiação, é um exemplo desse lamentavel caso de falta de arquivos paroquiais, para o estudo das numerosas familias que ali se constituíram e dali saíram para além-Mantiqueira, a sedutora

região das Minas, e para o extremo Leste dessa zona tão impropriamente chamada Norte do Estado.

Já é mais do que tempo de se restituir ao Vale do Paraíba do Sul a sua exata denominação geográfica, de acordo com a rosa dos ventos. E' uma incoerência ensinar, nas escolas, que o Norte do Estado é zona limítrofe com o Triângulo Mineiro e incluir, no mesmo ponto cardeal, o Rio Grande e o Paraíba do Sul. Também será difícil explicar, a qualquer aluno de geografia, o motivo pelo qual a estação ferroviária mais ao Sul, não só do Ramal de São Paulo como de toda a Estrada de Ferro Central do Brasil, foi batizada com o originalíssimo nome de estação do "Norte". De todas as demais estações da grande ferrovia expedem-se despachos telegráficos e mercadorias, rumo ao Sul, com o rótulo "Norte"... E chegam, embora haja um ou outro caso... desnordeado!

A família Moreira de Castilho, por exemplo, tão mal estudada, talvez nunca possa ter a sua genealogia mais ou menos completa, dadas as razões atrás expostas, de destruição de arquivos e de arquivos taubateanos. SILVA LEME trata dessa família na segunda parte do volume V, da sua *Genealogia Paulistana*, em título "Alvarengas", dividido o título em duas partes; a geração de Antonio Rodrigues de Alvarenga e a de Manuel Rodrigues de Alvarenga, irmãos, naturais ambos de Lamego e filhos de Baltasar de Alvarenga e de sua mulher Meícia Monteiro.

Descendentes de Antonio Rodrigues de Alvarenga fizeram prova de nobreza da família e obtiveram brasão de armas, em 1681, conforme se poderá ler em SILVA LEME, no mesmo volume V, páginas 214 a 217. Sobre o brasão dos Alvarengas convem ler Celso Maria de Melo Pupo (número 2 da *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, página 319). O dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, no seu documentado estudo *Os povoadores do campo de Piratininga* (*Revista do Arquivo Municipal*, XXV, julho de 1936, páginas 100-101), contestando PEDRO TAQUES e SILVA LEME, afirma que Antonio Rodrigues de Alvarenga não veio com Martim Afonso, "mas pelos annos de 1570, como se vê em declaração sua". Em São Vicente, onde residiu muito tempo, Antonio foi barbeiro; "e aqui foi tabellião, juiz dos barbeiros "por ser examinado" e porque ainda fazia sangrias". Morou em São Paulo de 1593 até a morte, em 14 de setembro de 1614.

Como eu descendo de Maria Pedroso, de Inez Monteiro e de Francisco de Alvarenga (e deste por Luzia, Aleixo e Maria), filhos de Antonio Rodrigues de Alvarenga, estou muito a vontade para falar sobre o curioso fidalgo, que veio a ser barbeiro-sangrador e tabelião, em Piratininga.

Mas, é de Manuel Rodrigues de Alvarenga, também meu ancestral, que desejo tratar. Ele veio para o Rio de Janeiro e foi pai de "Guiomar de Alvarenga, natural do Rio de Janeiro, que foi a segunda mulher de Francisco Alvares Correia, natural de Villa Real, de nobilissima ascendencia, provedor da fazenda real da capitania de São Vicente, o qual, quando passou pela Bahia, foi hospedado pelo governador geral do Estado no seu palacio". (S. L., V, 431).

E, continua o autor da *Genealogia Paulistana*, "teve Guiomar de Alvarenga os seguintes filhos, naturaes de Mogi das Cruzes:

1. Andreza de Castilho, que foi casada com Domingos Alves Ferreira.
2. João Correia, que foi casado com Catharina de Sisneiro.
3. Maria Moreira, que foi casada com Manoel Vieira Sarmento.
4. José de Castilho Moreira, que foi casado com Isabel Fragoso.
5. Francisco Alvares Corrêa, que foi casado com Maria Bicudo.
6. Manoel Rodrigues Moreira, que foi casado com Maria Bicudo.
7. Antonia de Castilho, que foi casada com .....

Não se explica, do exposto, a razão desses cognomes Moreira e Castilho, que tanto se espalharam pelo Vale do Paraíba e pela região das Minas. Seriam oriundos da mãe de Guiomar de Alvarenga? Ou proviriam de ascendentes de Francisco Alvares Correia? Além disso, o fator cronológico também põe certa dúvida no espírito do investigador, ao estudar este segundo capítulo do título "Alvarengas", de SILVA LEME.

Parece que a falha inicial levou, a má sorte, tudo quanto fosse dado genealógico completo, relativo aos Moreiras e Castilhos originarios dos sete troncos acima indicados.

Num trabalho que publiquei na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XVII, outubro de 1935, fiz menção de dúvida curiosa, quanto a um dos filhos de Eleuterio Felix de Oliveira



e Inez Gonçalves Moreira (S. L., V, 438), precisamente o de nome João, que a *Genealogia Paulistana*, em 3-4, aponta como sendo o padre João. Ora, o recenseamento de Taubaté, de 1765-1766, declara que João Felix de Oliveira, filho de Eleuterio e de Inez, era sargento das Ordenanças do Bairro "da Paraíba", e que estava casado. Ele foi avô paterno do notavel escritor silveirense Vicente Felix de Castro, que Sacramento Blake dá como nascido em Areias, mas que, de fato, nasceu em Silveiras.

Filha de Eleuterio e Inez, irmã portanto desse dito João Felix de Oliveira, foi Andresa Rodrigues de Oliveira, 3-9, casada com Francisco Rodrigues Portes, com geração de que a *Genealogia* indica apenas dois filhos: Maria Rodrigues Portes e Salvador Correia. Maria foi casada a primeira vez com João da Costa Manso e, na sua descendencia, aparece a filha Ana da Costa Manso, que foi casada com João Moreira de Castilho, seu parente. A *Genealogia* dá, em V, 442, apenas um filho, o tenente-coronel Antonio Moreira da Costa; e, em IX, 192, mais dois, o capitão João Moreira da Costa e o padre Francisco Moreira da Costa. Ora, eu encontrei, em recenseamentos de Taubaté, não três filhos para o casal João Moreira de Castilho-Ana da Costa Manso, e sim treze:

1. Antonio Moreira da Costa, tenente-coronel, de 1768, mais ou menos;
2. João Móreira da Costa, capitão, de 1771, mais ou menos;
3. Salvador, de 1774, mais ou menos;
4. Francisco Moreira da Costa, padre, de 1776, mais ou menos;
5. Antonio, de 1777, mais ou menos;
6. José, de 1782, mais ou menos;
7. Joaquim Moreira da Costa, capitão, de 1782, mais ou menos;
8. Vicente, de 1789, mais ou menos;
9. Antonio, de 1791, mais ou menos;
10. Ana, de 1766, mais ou menos;
11. Quiteria, de 1767, mais ou menos;
12. Maria, de 1768, mais ou menos;
13. Francisca, de 1785, mais ou menos.

Penso que um dos filhos de nome Antonio (5 e 9) tambem seguiu a carreira eclesiástica, como o de nome Francisco. Já andei estudando estes Moreiras de Castilho-Costa Manso, para ligar, ao grupo, Vicente Moreira da Costa, natural de Taubaté, soldado que foi, da Imperial Guarda de Sua Majestade o Senhor Dom Pedro I, e mais tarde envolvido na revolução liberal de 1842, conforme a relação que publiquei na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XIII, em artigo sob o título *A propósito da revolução paulista de 1842*.

Vicente deixou, do seu casamento com d. Cesaria Querubina, filha do guarda-mor Antonio Nunes de Siqueira, que era

genro do capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro e cunhado do capitão-mor Manuel Pereira de Castro, uma grande geração em Silveiras, hoje espalhada por varios pontos do Estado. Conheci muito, nos meus tempos de meninice, d. Cesária Querubina, já bem adiantada em anos, pois que devia ser de 1813.

A lembrança que me ficou, daquela octogenaria, cujas feições conservo a-pesar-dos anos numerosos que já passaram, concorreu para que eu me empenhasse no estudo dos ascendentes de Vicente Moreira da Costa.

Mas, ao que pude verificar, em nenhum capítulo SILVA LEME usou tanto o "q.d.", ou melhor "que descobrimos", do que nesse que contem tantísimos taubateanos, ou seja o capítulo segundo do título "Alvarengas", onde se estudam os Moreira de Castilho, aos quais também pertença por via de Bárbara Moreira de Castilho que foi casada com Miguel de Sousa e Silva, tabelião em Taubaté.

## XII

Dom Simão de Toledo Piza terá vindo para São Paulo em fins de 1639 e logo, aos 12 de fevereiro, de 1640, já contraía matrimonio com senhora de respeitavel familia daqui, como tudo consta de um dos poucos assentamentos coevos existentes na Curia Metropolitana desta capital, pois é sabido que muito incompletos se encontram os registos paroquiaes da Sé, relativos ao século XVII (Ver trabalho magnífico do revmo. padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, diretor do Arquivo da Curia, na *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, ano II, números 3-4, página 161).

Faleceu em São Paulo, em 1668 e declarou, no testamento, "que vindo de Madrid despachado com os alvarás, que se acham na provedoria da fazenda, por secretos juizos do meu destino, fui preso no castello, donde fugi e vim dar a esta villa de São Paulo, onde casei e sempre cuidei em me não dar a conhecer, consentindo que o morgado, que por morte de minha mãe passava a mim, o tenha desfrutado, e se ache na posse delle meu primo dom Pedro de Lombreiros, conego da Sé de Angra, cujas cartas estão no meu contador com os mais papeis meus, e de meu pae e irmãos. Meu filho João de Toledo, habilitando-se por meu filho, irá a minha patria para tomar posse do morgado, que lhe pertence; cobrar da fazenda real o que consta das pro-

visões que lá se acham em processo, e também a minha legitima materna, que ficou em casas de sobrado”.

O filho não foi aos Açores, para tomar posse da herança paterna. Achou talvez que não valia a pena arriscar-se em tão grande caminhada para tão exiguo legado. Isso, ou interesses maiores aqui. Limitou-se a recolher a papelada do pai e, mais tarde, quando Pedro Taques de Almeida Pais Leme foi à Europa, em 1755, levou, como procurador de descendentes de dom Simão, papéis que os Toledo Piza lhe haviam confiado e que foram destruídos completamente no terremoto de 1.º de novembro daquele ano (Ver Afonso de Escragnolle Taunay, em *Anais do Museu Paulista*, Tomo primeiro, pág. 60).

Dom Simão de Toledo Piza veio fugido para São Paulo e aqui viveu, até certo ponto, incógnito. “Sempre cuidei em me não dar a conhecer...” Copiei, graças à benevolencia do revmo. padre Paulo Aurisol, o termo do casamento de dom Simão: “Aos 12 dias de fev.º de 640 eu o p.e M.el Nunes vig.º confirmado desta villa de S. Paulo avendo precedido os pregões e admoestações na forma do Sagraido Concilio constando ser solteiro dei licença ao rev.do p.e frei Bento religioso de Nossa Senhora do Carmo para que casasse a dom Simão da Fonseca filho de dom João de Piza e de sua m.er dona Grácia da Fonseca já defunctos, naturaes da Ilha Terceira, com dona Maria Pedroso, filha de Sebastião Fernandes Corrêa e de sua mulher Anna Rib.<sup>a</sup> moradores nesta Villa, testemunhas que ao presente se acharão João de Brito Casão e o Capitão Francisco da Fonseca digo ..... E fiz este termo e assento. MANOEL NUNES”.

Quanto misterio, quanta reserva, nas declarações desse assentamento da página 22-verso do primeiro livro existente, de casamentos da Sé: “Constando ser solteiro, dom Simão da Fonseca, filho de dom João de Piza e de sua mulher dona Grácia da Fonseca”! Entretanto, separado Portugal da Espanha, parece que meio desaparecido o perigo, dom Simão assinava já, no seu mister de juiz de orfãos de São Paulo, “Dom Simão de Toledo Piza”. Tal cargo ele o exerceu “com acerto e criterio por 19 annos, até 1661, anno em que lhe succedeu nesse officio Antonio Raposo da Silveira”. (S. L., V, 446).

Pedro Taques, baseado em documentos registados na vedoria da guerra da cidade de Angra, da Ilha Terceira, esclareceu a origem de dom Simão de Toledo Piza. Era filho de dom Simão de Toledo Piza, que no posto de capitão tomou parte na

batalha naval de Lepanto (7 out. 1571) e, como sargento-mor de batalha, combateu em 1583 na armada de dom Álvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz, contra os navios franceses que vieram lutar pela causa do Prior do Crato, dom Antonio. Obedecia a esquadra francesa ao mando de um comendador da Ordem de Malta, Aymar du Chaste, governador de Dieppe e de Arques, falecido em 1603. Sobre este comandante já encontrei Aymar du Chaste, De Chaste, e Aimar de Clermont, senhor des Chattes ou de Chaste. Ele era vice-almirante dos mares do Poente, por 1582, segundo informa o dicionario Larousse.

Havendo perdido um olho, na luta contra os franceses, ficou o militar espanhol em Angra, Ilha Terceira, para tratar-se e ali contraiu nupcias com d. Gracia da Fonseca Rodovalho, açoriana, da referida cidade, irmã do deão da Sé de Angra — o Rabaço, que instituiu o morgado no Pico Redondo. Deviam ser tambem irmãos de dona Iseu Rodovalho, casada com Vital de Betencor e Vasconcelos, e filhos de Vital Fernandes Rodovalho, que foi casado com dona Maria Abarca, “antigas e nobres familias dos Rodovalhos e dos Abarcas”.

D. Simão de Toledo Piza, o de Lepanto e da Ilha Terceira, filho de d. João de Toledo Piza, casado em Madrid com d. Ana de Castelhanos, pertencia, ao que se afirma, sem quebra de bastardia, à casa dos condes de Oropesa e duques de Alba de Tormes, a que pertencem tambem dois muito conhecidos nossos — d. Fernando Álvares de Toledo (1508-1582), duque de Alba, e d. Fradique de Toledo Osorio (1580-1634), marquês de Villanueva de Valdueza, almirante espanhol, que comandou contra os holandeses em 1625.

Do casamento de d. Simão de Toledo Piza com d. Gracia da Fonseca Rodovalho, em Angra (por 1780 e quantos?) nasceram quatro filhos: Gabriel, duas filhas, que acabaram freiras, em Madrid, e Simão, que é o que casou em São Paulo, em 1640, com d. Maria Pedroso. E deste casamento vieram quatro filhos:

- 1 — Sebastião, aquí nascido, e batizado em 25 de novembro de 1640, falecido em criança;
- 2 — João, batizado em 5 de maio de 1642, que é d. João de Toledo Castelhanos (S. L., V, 446), casado duas vezes e com geração numerosa;
- 3 — Ana Ribeiro Rodovalho, batizada em 16 de setembro de 1643 (S. L., V, 514) que foi casada com o capitão João Vaz Cardoso, teve catorze filhos e grande geração por

esses filhos, dos quais o primogênito assinava como o avô materno;

- 4 — Gracia da Fonseca Rodovalho (nome da avó paterna), nascida aqui, como os irmãos, batizada em 21 de novembro de 1644 e aqui casada, por 1662, com Gaspar Cardoso Guterres, filho de Luiz Nunes Guterres, de Lisboa e de d. Maria Miguel da Silveira, açoriana, da Ilha Terceira, da cidade de Angra. Gracia da Fonseca Rodovalho é a mãe do mestre-de-campo Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719) — (S. L., V, 507).

Aproveitando a estada, na Europa, de meu cunhado frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M., pedi-lhe que, quando encontrasse, nas suas visitas a bibliotecas, obras de genealogia, tivesse a bondade de ir anotando o que se lhe deparasse a respeito de Toledos e outras famílias, com representantes no Brasil. Eis o que me remeteu sobre Toledos, segundo Filipe Jacó Spener:

“TOLEDO. Hanc familiam aliqui ex Graecia deducunt et progeniem faciunt Paleologorum qui Orienti imperarunt. Auctori ejus Petro Alfonsus VI Rex Toleto devicto multa praedia donasse dicitur: quae ratio nominis Toletani. Ex eo Garsias Alvarez de Toleto Alfonso Sapienti Regi Castiliae fideliter inservivit, filius hujus fuit Garsias Alvarez, aliis Alvarus Garsias dictus, et nepotes Garsias Alvarez M. Mag. S. Jacobi, proquo magistratu a Rege Henrico Oropesam et Valdecornejam accepit, et Fernandus Alvarez, a fratre Valdecornejam successione nactus. Inde duo capitalis rami. Oropesa penes Garsiae filium Ferdinandum Alvarez remansit: Hic Garsiam Alvarez genuit, et Garsias Fernandum Alvarez, Comitum de Oropesa dignitate ornatum et reliquorum Comitorum satorem, quorum successio ob masculorum defectum a Beatrice March. de Xarandilla, marito Bragantino M. de Frechilla, allata est. (Confer pro horum genesi part. I. p. 159: De Toledo — Oropesa ex Bragantinis Portugalliae). Praefati Fernandi patruus Didacus Lopes de Ayala Dominos de Cebolla et Castillo de Villalva servit.

“In altero ramo primario Ferdin. Alvar. Dn. de Valdecorneja praeter Gutierium Alvarez Archiepiscopum Toletanum genuit Ferdinandum Alvarez de Toleto, Dn. de “Higares”, cujus posteritas eundem titulum servavit, ac duobus his majorem Garsiam Alvarez, successorem in Valdecorneja, patrem Ferdinandi, qui primus Comes Albae sive de “Alva de Tormes” nominatus est. Hujus filium Garsiam Alvarez, C. de Salvatierra,

M. de Coria, et Ducem de Alba Rex creavit. Inter ejus iiberos Fernandus Dominos de "Villora", ex quibus dein Comites de "Ayala", Garsias Dominos de "Horcajada", Petrus Dominos de "Marcera" dedit, sed primogenitus Fridericus Alvarez ducale axioma propagavit. In hujus liberis nova oritur divisio, nam a Garsia Alvarez primogenito reliqui Duces de Alba et Huesca descendunt: Ab altero Petro Prorege Neapolitano et uxore Maria Osoria Pimentellia, M. de "Villafranca", Marchiones reliqui cum agnomine de Toledo Osorio derivantur; et his etiam titulus Ducum de Fernandina, et Principum de Montalvan accessit. Consule pro istis pag. 89. Praeter enumeratas alia ainea est Dominorum de Tocenaque, in quibus obtigit Comitis de "Cedillo" titulus uni Antonio, sed posteri ejus cum cognominibus de "Luna et Ponce de Leon" Dominorum appellatione contenti fuerunt. — Philippi Jacobi Speneri (SPENER), "Theatrum nobilitatis Europaeae, Francofurti, Sumptibus et typis Aegidii Vogelii (VOGEL), Anno 1668, Pars Posterior, Index analyticus".

Alem dessa explicação de Spener, o curioso genealogista alsaciano, fundador do pietismo, frei Leopoldo enviou-me outra, que depois publicarei. Mas, em ambas, nada encontrei sobre Toledo Piza (não seria, antes, Pisa?). Continuarei a investigar.

D. Simão de Toledo Piza, há trezentos anos, chegava misteriosamente a São Paulo... Quem sabe lá si ele não tinha sua parte na conjura de João Pinto Ribeiro? Como é evocativa essa data, 1640!

### XIII

Longe estavam os excursionistas, da recente volta das estancias aquáticas, de poder avaliar o quanto foi fecundo o seu passeio, num sector de actividades humanas inteiramente diversas das que os conduziram durante o belo trajeto.

Devo ao velho amigo dr. Luiz Ribeiro do Vale o ter chamado minha atenção para o discurso do digno promotor de justiça de Campanha, dr. Nicolau Tolentino de Moraes Navarro. Daí a nota VIII desta secção, publicada no *Correio*, de 28 de julho p. findo. Nela apelei para a boa vontade e para os conhecimentos históricos regionais, do orador da tradicional cidade mineira, no sentido de se provar hipótese que há tempos eu formulara, a do parentesco entre Bárbara Heliodora Guilher-

mina da Silveira e o mestre-de-campo Carlos Pedroso da Silveira (São Paulo 1664 - Taubaté 1719).

O dr. Nicolau Tolentino de Moraes Navarro já me remeteu, em duas cartas gentis, interessante material relativo à pro-genie de Alvarenga Peixoto, que depois publicarei, bem como o termo de falecimento do sargento-mor Gaspar Guterres da Silveira, primogênito do mestre-de-campo Carlos Pedroso da Silveira, que transcrevo: "Livro I. Folhas 37. — Aos dezasete dias do mez de Fevereiro de mil setecentos e cincoenta e hum falleceo da vida presente o Sargento mór Guaspar Guterres da Silveira casado e natural da Villa de Taubaté de idade de setenta annos sem testamento com todos os sacramentos, e foi sepultado na capella de S. Gonçalo, filial desta Matriz de Santo Antonio do Rio Verde, amortalhado em hum lençol por ser pobre, de que tudo fiz este assento, que assigney. O Vig.º João Bernardo da Costa Estrada".

Espero, com o auxilio de tão competente cultor da historia da freguesia de Santo Antonio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, chegar aos mesmos resultados favoraveis que conseguí em caso semelhante igualmente relacionado, embora sob outro ponto-de-vista, à já dita volta das estancias aquáticas.

E' que o cognome do dr. Nicolau Tolentino — MORAIS NAVARRO, havia despertado lembranças minhas relativas à outra hipótese que architectei, quanto à filiação dos pais do grande paulista Manuel Alvares de Moraes Navarro, até então desligado dos seus troncos catalogados na *Genealogia Paulistana* (1903-1905), do dr. Luiz Gonzaga da SILVA LEME. O linhagista de Bragança nem fala mesmo, a não ser incidentalmente, nas lutas do norte, onde andou lidando com brilho o sertanista que, afinal, montou engenho em Pernambuco e lá ficou, mesmo porque casara segunda vez e terceira em familias nortistas.

Assim, em boa hora escreví a nota IX, de 4 de agosto, em que aludí ao esforço, do qual resultou convicção minha de que a mãe de Manuel Alvares de Moraes Navarro devia ser uma Ana Maria (S. L., VII, 24) e que o pai encaixava bem num Manuel, com 12 anos em 1642 e que aparece no volume I, página 9, da introdução à dita *Genealogia*.

Ora, com surpresa muito agradavel, na edição deste jornal, de 16 de agosto, o sr. Vitor de Azevedo, em muito bem lançado artigo, traz, em reforço à idéia exposta, uma nova serie

de provas tiradas do inventario do capitão Antonio Ribeiro de Moraes (VII, 135). Confesso que nunca havia examinado tal inventario. Aliás o que tenho lido comparado com o que falta para analisar só se representará bem pela velha imagem da gota de agua e do oceano. Sempre me ocupando, até fins de 1932, com assuntos inteiramente diversos dos históricos, só dessa data para cá é que ando a tentar reajustamento para umas notazi-nhas que me eram muito caras e das quais estive ausente tantos anos, por dever de officio.

Não tinha perplexidade alguma sobre o que descobri. Apenas não me assiste o direito de apresentar como verdade aquilo que ainda é certeza minha, não só nesse ponto como em todos os demais. Acredito que o material colhido pelo sr. Vitor de Azevedo é completo quanto a Ana Pedroso de Moraes, identificada e bem identificada, com a sobredita Ana Maria (VII, 24). Já não sou tão otimista quanto a Manuel Alves Murzelho, cujo caso não se resolve ainda com as declarações do inventario em questão. Continuo a acreditar firmemente que esse Manuel Alves Murzelho é o Manuel do volume I, página 9, de 12 anos em 1642, mas, até documento probante, só posso apresentar essa descoberta como hipótese.

O meu estudo sobre esses Moraes da página 5 à página 24, volume VII, da *Genealogia*, começou pela necessidade de resolver um caso proprio, de, familia, que não conseguí ainda solucionar. Havia em Guaratinguetá uma Ana de Moraes (1750-1820), minha trisavó, casada com Inacio Bicudo Leme (1736-1800), outro guaratiguetaense. Ela era filha de Miguel de Góis do Prado, de Taubaté e de Maria de Moraes, nascida nas Minas Gerais. Esta Maria de Moraes tinha por progenitores o português Luiz da Fonseca Simões, casado em Itú, em 1700, com a ituana Filipa Gago Lobo, batizada nessa localidade a 24 de maio de 1685. Filipa Gago Lobo (1685-1767), logo depois do seu casamento, em 1700, mudou para Taubaté, e daí seguiu para as Minas Gerais, onde lhe nasceram filhos, bem como na cidade de Jaques Felix; morreu octogênaria em Cunha, terra na qual residia, ao tempo, o filho Agostinho Gago da Fonseca.

Pais de Filipa Gago Lobo eram Francisco de Barros Freire, que casou em Itú, em 1684, com Maria de Moraes da Silva, filha de ANTONIO DE MORAIS DA SILVA e de FILIPA GAGO LOBO (S. L., VII, 172, título "Freitas"). Será Antonio de Moraes da Silva, dos Moraes da pag. 9, volume VII?



Será Filipa Gago Lobo a da página 521, do volume VIII, n.º 3-5?

Na descendencia de Luiz da Fonseca Simões e Filipa Gago Lobo aparecem muito os nomes de Maria de Moraes e Matilde de Moraes, que são nomes característicos da gente Moraes-Navarro, o que se nota não só no volume VII, como também no volume V, página 149 e seguintes. Si o sr. Vitor de Azevedo, que se tem especializado sobre os Moraes-Navarro, pudesse me informar qualquer coisa sobre Antonio de Moraes da Silva, casado com Filipa Gago Lobo, sogros de Francisco de Barros Freire, em Itú, em 1684, muita satisfação havia de ter.

A genealogia, ao que penso, mais do que qualquer outro estudo, exige conjugação de esforços e um largo trabalho de cooperação.

Nesta ordem de idéias, já andei perquirindo sobre certa familia do Bananal, afim de ligar uma Teodora, que fora casada com Joaquim Medina Celli. Isto interessava a distinto pesquisador de outro Estado, e ao fato me referi na primeira nota, desta serie. A investigação, além do mais, foi frutuosa por trazer elementos para que se resolva dúvida exposta em SILVA LEME, volume VI, título "Bicudo", em nota à página 433.

Em dita nota, o genealogista discorda do informante, quanto à filiação de d. Alda, casada que foi com o capitão-mor Braz de Oliveira Arruda. Nega que ela fosse filha de Tomé Rodrigues Nogueira do O' e de Maria Leme do Prado e acrescenta: "E' provavel que d. Alda fosse filha do alferes Nicolau Antonio Nogueira e portanto neta do capitão-mór Thomé Rodrigues". Nada disso.

O recenseamento das Ordenanças de Lorena, datado de 20 de janeiro de 1805, na parte referente à zona de Bananal, sob número 43, dá a geração de Hilario Gomes Nogueira e d. Maria Josefa do Nascimento. E, na coluna das observações, declara: "Falta sua filha Alda, que se casou com o capitão Braz de Oliveira". E, no mesmo censo, em outro ponto, vem o casal Braz, com trinta e quatro annos e Alda com 21. Isto em 1804.

Ora, a nota de SILVA LEME, supracitada, diz que Braz nasceu em Sorocaba, em 1796, o que também está em desacordo com os recenseamentos da zona, visto como todos o declaram natural do Rio de Janeiro e o de 1803 diz que Braz de Oliveira Arruda era capitão de cavalaria da vila de Cunha, natural do Rio, com 33 anos.

D. Alda Maria Florianana Nogueira, esposa do capitão Braz de Oliveira Arruda, casou, pois, em 1804, sendo filha legítima de Hilario Gomes Nogueira, natural de Baependí e de Maria Josefa do Nascimento, também de Minas. SILVA LEME catalogou, em VI, 380|381, apenas três filhos para o casal, mas eu encontrei dez, que são pelo censo da 6.<sup>a</sup> companhia de Ordenanças de Lorena, em 1801:

1. Pedro Gomes Nogueira Montenegro, com 20 anos, natural da cidade do Rio de Janeiro;
2. Gomes, de Baependí, com 14 anos;
3. Diniz, de Baependí, com 13 anos. Este foi o padre Diniz Gomes Nogueira, vigário em sua terra natal. E' um dos três que S. L. menciona;
4. Luiz com 11 anos, de Baependí;
5. Cassiano, de Areias, com 9 anos;
6. Alda, de Baependí, com 18 anos;
7. Flora, de Baependí, com 12 anos. Em S. L., 380, 8-2;
8. Delminda, de Areias, com 10 anos. Em S. L., 381, 8-3;
9. Placidina, de Areias, com 7 anos;
10. Teodora, de Areias, com 3 anos.

A estes dez recenseados em 1801, é preciso ajuntar mais um — o Antonio, com seis anos em 1808. Nota-se um Antonio, de um ano, em 1797, o qual deve ter morrido.

A mudança do casal Hilario Gomes Nogueira-d. Maria Josefa do Nascimento, de Baependí para o municipio de Lorena, zona da futura Areias e do futuro Bananal, foi em 1791, como se depreende das declarações desse recenseamento de 1801, nas idades dos filhos Luiz e Cassiano e das filhas Flora e Delminda, a única das filhas que morreu solteira, segundo informa a *Genealogia Paulistana*.

#### XIV

Aludí, na nota VIII desta secção, publicada no *Correio* de 28 de julho, á falta de dados genealógicos completos relativos á familia do mestre-de-campo Carlos Pedroso da Silveira e d. Isabel de Sousa Ebanos. E, sobre esta, acrescentei: "Para que zona terá ido a viuva, d. Isabel de Sousa Ebanos, "da familia grave dos Botafogo", do Rio de Janeiro, por descender de Heliodoro Ebanos casado com filha de João de Sousa Pereira Botafogo, genro este do capitão Manuel da Luz de

Escocia Drummond, o qual, por sua vez, provinha dos Drummond, senhores de Stobhall e Cargill, do Condado de Perth, na Escocia?" E ainda: "Ninguém sabe coisa alguma do fim que teve d. Isabel de Sousa Ebanos, nem de seu neto Leopoldo Carlos Leonel da Silveira, do qual diz Pedro Taques que fora para Paracatú, ali constituindo familia".

Ora, aconteceu que o distinto cultor da historia regional de Baependí, onde reside, sr. José Alberto Pelucio (S. L., VI, 431), havendo lido o artigo, teve a bondade de me enviar carta, datada de 22 de agosto transato, na qual apresenta elementos esclarecedores da situação de d. Isabel de Sousa Ebanos, tirados de Diogo de Vasconcelos, *Historia Antiga das Minas Gerais* (Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1904) e da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899, páginas 178|180, onde, sob o número 28, vem a carta de sesmaria concedida a d. Isabel de Sousa Ebanos. Transcrevo, com prazer, os trechos da missiva do sr. José Alberto Pelucio, relativos ao caso:

"Disse meu amigo, neste seu trabalho: — Ninguém sabe coisa alguma do fim que teve d. Isabel de Sousa Ebanos, etc. — Entretanto, na "Historia Antiga das Minas Geraes", refere Diogo de Vasconcelos a vinda de d. Isabel para o "Rio Verde, em caminho das Minas, terras na paragem do Caxambú, concedidas em sesmaria ao mesmo Carlos Pedroso, e a seu genro Francisco Alves Corrêa por d. Fernando Martins Mascarenhas, por provisão de 30 de setembro de 1706. Nessas terras havia grandes plantações de mantimentos para os viandantes desde o principio das Minas".

"Aqui lembro, tambem, esta parte da carta de sesmaria, concedida por D. Lourenço de Almeida á viuva de Carlos Pedroso: — Fasso saber aos q' esta minha carta de Sesmaria vi-rem q' tendo respeyto a D. Izabel de Souza, viuva que ficou do M.e de Campo Carlos pedrozo da Silveyra me representar em sua peticão que sendo ella moradõra em Mapendy abaixo caminho velho destas Minas p.a donde se retirou depois da morte do d.º seu marido por cauza da pobreza em q' ficou achar-dosse com filhos e outras obrigações estava estabelecida na dita paragem, e queria continuar sem contradicção com a fabrica de lavoyra p.ª sustento da d.ª sua familia, e queria outrosim crear, e fundar curraes de gados por se acharem na d.ª paragem bons campos p.ª a referida creação de gados, e porq' se achão devolutas alguas terras donde acabão as do Cap.m mór

Thomé Roiz, correndo pello d.<sup>o</sup> rio de Mapendy abaixo athé donde faz barra no rio verde, portanto me pedia lhe fizesse mercê conceder por carta de sesmaria duas Legoas de terra em quadra na d.<sup>a</sup> paragem —, etc.”

“A concessão foi de uma legua de terras.” Com esta explicação do d. sr. Pelucio, fica patente que D. Isabel de Sousa Ebanos morreu em Baependi, ou imediações. A concessão de “D. Lourenço de Almeyda do cons.<sup>o</sup> de S. Mag.e q’ D.s g.de Gov.<sup>o</sup> e Cap.m Gn.al das Minas do ouro, etc.” traz a data de “Villa Rica a 27 de Março de 1726”. Resta agora achar qualquer referencia à era do falecimento da viuva do mestre-de-campo Carlos Pedroso da Silveira, si não por um assentamento paroquial, de-certo inexistente, ao menos por um ato judicial quanto à transmissão dessas terras, em cuja concessão há referencia altamente elogiosa para o mestre-de-campo: “que no tempo dos Governadores Geraes meus antecessores serviu a Sua Magestade que Deus guarde assim na Capitania de São Paulo, como nestas Minas, com muita honra e igual zelo, com que se distinguio entre seus naturaes.”

Para elucidar bem o problema de d. Isabel de Sousa Ebanos, a primeira questão que se apresenta é a geográfica, isto é, precisar com clareza, de maneira definitiva, o que decorre das expressões “Rio Verde, em caminho das Minas, terras na paragem do Caxambú, concedidas em sesmaria a Carlos Pedroso da Silveira e a seu genro”. Quanto a este genro, trata-se do marido de Maria Pedroso da Silveira, batizada em Taubaté, em 3 de maio de 1692, por frei Mateus da Assunção. Silva Leme, em V, 512, fala em Francisco Álvares de Castilho, mas documentos existentes no Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo aludem a Francisco Álvares Correia, o que quasi coincide com o Francisco Alves Correia, de Diogo de Vasconcelos.

Tambem os topônimos “Mapendy abaixo”, “caminho velho destas Minas”, “terras devolutas onde acabam as do capitão mór Thomé Roiz”, “correndo pelo dito rio de Maependy abaixo até onde faz barra no Rio Verde” estão a tentar um esforço do gênero em que se tornou autoridade o grande estudioso que é João Batista de Campos Aguirre, cujo fichario forma o mais completo arquivo em coisas de terras, que por aquí existe.

De Baependi a Campanha há muito o que pesquisar sobre genealogia de Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719). Assim, por exemplo, Tomasia Pedroso da Silveira, filha do mestre-de-

campo, casou em Taubaté com o capitão Domingos Alves Ferreira, taubateano, filho de outro de igual nome. Tiveram treze filhos, mencionados em Silva Leme, V, 431|432, dos quais alguns acredito tenham morrido por São Paulo, mas o maior número terá ficado em Minas, onde andou residindo o sobredito capitão Domingos. Eram esses treze filhos:

1 — Venceslau da Silveira Ebanos Pereira, que casou em 1764, em Itú, com Escolástica Furquim de Arruda (VI, 253);

2 — Eduardo José Caetano, com 48 anos em 1767, em Cunha, casado com Maria Pires e com três filhos, por esse tempo;

3 — José Pires Correia, natural da Campanha do Rio Verde, nascido por 1733, de cabelos pretos e olhos pardos. Foi soldado do Regimento do coronel Mexias. Faleceu solteiro, em 1801;

4 — Domingos Alves Ferreira.

5 — Bernarda Pedroso da Silveira, casada com Antonio Ferraz de Araujo com geração numerosa, em S. L., vol. III, página 130 e seguintes, título "Prados". Antonio Ferraz de Araujo faleceu em Guaratinguetá, em 1775 e deixou, do seu casamento, quinze filhos: 1, Bento Ferraz de Araujo; 2, Antonio Ferraz de Araujo; 3, Francisco Xavier de Araujo; 4, Inacio de Sousa Botafogo; 5, João de Araujo Ferraz; 6, José de Sousa; 7, Manuel Ferraz; 8, Julio Antonio; 9, Maria Pires; 10, Ana de Araujo; 11, Úrsula Maria Pedroso, falecida em 1772. O viuvo João Correia Leme (VI, 336) passou a segundas núpcias com Ana Maria da Palma (III, 82) e o primeiro filho deste consorcio foi Joaquim Rebouças da Palma, com grande geração em Areias e arredores. João Correia Leme é o tronco dos Lemes, de Areias (Ver *Revista do Arquivo*, volume XXVII, setembro de 1936, meu trabalho sob o título *Notas genealógicas sobre a família Rebouças da Palma, oriunda do vale do Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo*); 12, Bernarda de Sousa Ebanos, primeira mulher de seu parente Julio Carlos da Silveira, com geração em Cunha (V, 510); 13, Jacinta Maria de Toledo, casada com Filipe José da Silva, com geração, incompleta, em VIII, 58|59, título "Dias". Deste casal descende Maria Honoria de Jesús que, pelo seu casamento com Leonardo José da Fonseca, viuvo de Ana Angélica, deixou geração em Silveiras, da qual tratarei mais tarde; 14, Maria Ferraz de Araujo, e 15, Maria Isidora da Silveira.

6 — Maria Zefirina da Silveira, casada no Rio Verde com Manuel Tavares;

7 — Matilde Alves Jacinta, casou com Francisco do Rego Barros;

8 — Leonor Moreira de Marins, casada com Antonio de Faria Sodré (II, 499), com geração de nove filhos;

9 — Genoveva da Trindade, casada com José Ferraz de Araujo, irmão do marido de Leonor (II, 501);

10 — Jutgardis, Pedro Taques diz respeitosa-mente "D. Jutgardis";

1 — Isabel de Sousa Ebanos. Diogo de Vasconcelos, na sua *Historia Antiga das Minas Gerais*, página 146, afirma que Isabel era casada, mas não dá o nome do marido;

12 — Emilianã Francisca de Moura, batizada em 8 de junho de 1722, casada com Francisco Leite de Faria (II, 501), irmão dos maridos de 8 e 9;

13 — Bárbara Moreira de Castilho, que casou com o tau-bateano coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, filho do notavel coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, cujo testamento Felix Guisard Filho fez publicar na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XVII, outubro de 1935, página 35 e seguintes. Salvador morreu em 1725 e o coronel Bento em 1765, no Serro Frio, onde morava havia sessenta anos.

Com o maior prazer receberei quaisquer informes sobre essa gente, acima indicada, neste trabalho que, como os precedentes e os que depois vierem, visa, antes de tudo, ampliar e completar, tanto quanto possível, a obra monumental do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme.

## XV

Os trabalhos de investigação genealógica, no litoral paulista, apresentam ainda maiores dificuldades do que os do Vale do Paraíba, a que já fiz referencia em uma destas passadas notas. Com o deslocamento do trânsito para outras bandas, Ubatuba e São Sebastião sofreram abalo profundo na sua vida econômica e social e, com o empobrecimento gradual, veio o des-caso e, com este, a perda dos arquivos paroquiais e dos cartórios.

Um ou outro processo de dispensa de impedimento, para fins matrimoniais, às vezes o pesquisador encontra, no arquivo da Curia Metropolitana e é só. Aparece então, com toda a sua força, a função supletiva dos Recenseamentos de Ordenanças,

tantas ocasiões citados, da feliz iniciativa do Morgado de Mateus, o sr. d. Luiz Antonio de Sousa Botelho e Mourão, ainda hoje tão malsinado por causa do presidio de Iguatemi, o célebre posto avançado do prestigio português, ao sul de Mato Grosso.

A idéia do Morgado de Mateus, de mandar recensear a população, municipio por municipio, anualmente, segundo as leis que criaram as Companhias de Ordenanças, permitiu que em São Paulo atual seja possível reconstituir a vida das nossas localidades num periodo de cerca de setenta anos, mais ou menos, isto é, de 1765-1766 a 1836. E' verdade que muitos cadernos do censo se perderam, assim como alguns estão ilegíveis, mas, a grande maioria está bem conservada, bem legível e cadernos há escriturados com arte, caligrafados, em ordem alfabética (como os de Pindamonhangaba), e um ou outro lugar (Itú, Cunha) deu ares de iluminura a capas de alguns dos seus recenseamentos.

Essa importantíssima documentação, que só existe em São Paulo e relativa a terras paulistas e paranaenses, pois que o Paraná era ao tempo parte de São Paulo, convinha fosse examinada cuidadosamente pelos nossos estudiosos todos, mesmo porque não se poderá fazer historia local, aqui, sem consulta previa a material tão curioso e tão mal conhecido. Vi também alguns cadernos relativos a Lages, em Santa Catarina. Sempre achei que tais recenseamentos deviam ir sendo publicados, sistematicamente, antes que se estraguem ou se percam. Parece que apenas foram impressos, até agora, os de Iguatemi, uns poucos da Capital e um de Campinas.

Na falta de documentos paroquiais e de inventarios, a genealogia só pode ir adiante, no citado periodo de 1765 a 1836, através dos informes escriturados nas Companhias de Ordenanças e muito minuciosos certas vezes. Qualquer pesquisador sempre tem confirmação disso. E ainda há pouco, entendendo de homenagear um amigo, precisei estudar os Freitas, de São Sebastião, aos quais se liga por linha paterna. Foram os recenseamentos aludidos que me fornecêram os elementos quasi completos. Neles percebi, logo no inicio da investigação, dois grupos distintos — os Nunes de Freitas, mais antigos na região e os Lourenço de Freitas, dos fins do século XVIII.

Quanto aos Lourenço de Freitas, derivam de Antonio Lourenço de Freitas, português, natural de São Miguel da Fron-

teira, termo da Valença do Minho, arcebispado de Braga, filho de José de Freitas e de Luiza Lourenço, neto paterno de Bento de Freitas e Mariana Ferreira e neto materno de Antonio Lourenço e de sua mulher cujo nome não foi mencionado. Antonio Lourenço de Freitas devia ter nascido por 1758 e casou por 1783, em São Sebastião, onde adquiriu riqueza e posição (pois chegou a sargento-mor), com d. Antonia Maria Pinheiro, filha do sargento-mor Manuel Dias Barbosa e de Inacia Gomes de Moraes (S. L., volume II, 482-483, anota a filha Antonia, mas não o casamento com Antonio Lourenço de Freitas).

Antonio Lourenço de Freitas e Antonia Maria Pinheiro tiveram nove filhos: 1 — Ana, casada em 1805, não pude apurar com quem; 2 — Maria, casada em 1805, com Antonio de Carvalho, da Praia Grande; 3 — Gertrudes; 4 — Rita; 5 — Inez; 6 — Antonio; 7 — padre Manuel Lourenço de Freitas, ordenado aqui em São Paulo, com processo *de genere* arquivado na Curia Metropolitana; 8 — José; 9 — Francisco. Este último, Francisco Lourenço de Freitas, nascido por 1802, casou em 1829 com Ana Leopoldina (S. L., V, 502), e estava recensado em São Sebastião, em 1836, como negociante; ele foi deputado provincial em 1846-1847 e, formado em Direito, em Coimbra, em 1824, andou como magistrado em Itú e outros lugares. No meu trabalho sobre a familia Rebouças da Palma, volume XXVII, página 106, da *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*, escrevi que o dr. Francisco Lourenço de Freitas era clínico. Corrijo o equívoco. S. L., V, 502 menciona dez filhos para o casal Francisco Lourenço de Freitas - Ana Leopoldina: 1 — Francisca; 2 — dr. Antonio Lourenço de Freitas, formado na Faculdade daqui em 1856; 3 — dr. Fernando Lourenço de Freitas, também aqui formado, em 1858. Foi juiz municipal em Lorena, onde faleceu; 4 — Antonia Maria Pinheiro de Freitas; 5 — dr. Braz Odorico de Freitas, nascido em Santos, em 1840, formado na Faculdade daqui, em 1863, foi juiz em Itapira; 6 — Maria Caetana de Freitas; 7 — Ana Josefa de Freitas; 8 — Francisco Lourenço de Freitas, nascido por 1829 (médico?); 9 — Maria Teresa de Freitas; 10 — Cândido Sisenando de Freitas. A estes dez, de S. L., é preciso acrescentar mais uma — 11 — Escolástica Estefania. (Será Escolástica de Freitas, casada com o dr. Teófilo José Antunes Braga, formado aqui, em Direito, em 1874 e político liberal de prestigio em Lorena?).



Sobre o dr. Francisco Lourenço de Freitas, ver noticia escrita pelo dr. Alfredo de Toledo, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. XII, 1907, página 318.

Dos Nunes de Freitas, mais antigos que os Lourenços de Freitas, se tratará a seguir.

## XVI

Relativamente aos Nunes de Freitas, mais antigos do que os Lourenço de Freitas, provêm de Gonçalo de Freitas e Maria Farinha, ele de Viana e ela de Coimbra. A filha do casal, Maria Nunes de Freitas, contraiu nupcias com o capitão Miguel Gonçalves da Fonseca, natural de São Sebastião, filho de Bartolomeu Gonçalves e Maria de Unhate (S. L., II, 472). Do capitão Miguel e de Maria Nunes nasceu a filha Catarina Nunes de Freitas, que foi casada com Diogo de Escobar Ortiz, (II, 472) e tiveram os cinco filhos descritos no lugar citado. Dentre esses cinco destaco a filha Josefa Luiza de Freitas, viuva, com 82 anos em 1791, que forá consorciada com Clemente Pais Pereira, mestre em artes pelo Collegio dos Jesuitas do Rio de Janeiro e que teve cargos, em São Sebastião; a filha deste casal, Emerenciana Pais Pereira Leite de Escobar, foi recensada em São Sebastião, em 1809, consorciada com Joaquim José Pereira, negociante, natural de Santos, ela com 44 anos e ele com 39, e com os filhos: Bento, de 16 anos; Joaquim, de 14 e Maria, de 12. Suponho não aconselhar mal ao dr. Luiz Silveira para que veja nesse Joaquim, adolescente de 1809, o "escrivão do público", que o foi, Joaquim Clemente Pais Leite, ainda solteiro em 1823, mas já casado em 1824, aos trinta anos, com Emilia Olinda de Jesús, de 14 anos.

Joaquim Clemente Pais Leite é o avô materno do dr. Luiz Silveira, que assim fica ligado aos Nunes de Freitas, de São Sebastião.

Do capitão Miguel e de Maria Nunes de Freitas veio também o capitão Luiz Nunes de Freitas (S. L., VIII, 436-438) o qual foi casado com Maria Gomes Correia, com geração.

Acredito que seja irmão de Catarina Nunes de Freitas e do capitão Luiz o capitão José Nunes da Fonseca, que foi o marido de Rosa Pires da Mota (S. L., VIII, 419); aí, nesse lugar, o linhagista menciona a filha do capitão José e de Rosa — Josefa Nunes de Freitas, que foi a mulher de Miguel Gon-

galves Martins. Mas, os recenseamentos indicam um Bartolomeu Gonçalves Martins, casado por 1755, com Catarina Nunes de Freitas. Tenho, para mim, que se trata de dois irmãos (Miguel e Bartolomeu) casados com duas irmãs (Josefa e Catarina).

Bartolomeu Gonçalves Martins, casado com Catarina Nunes de Freitas, foi recenseado sempre em São Sebastião e em 1779 estava com três filhos: Manuel, de 13 anos; Maria, de 10 e José, de 8. Este Manuel há de ser necessariamente o que aparece, nos recenseamentos, com os nomes de Manuel Gonçalves Martins, Manuel de Santana, Manuel de Santana Gonçalves, Manuel Gonçalves de Santana e, afinal, Manuel de Santana Freitas, maneira esta que não mais se alterou. Manuel de Santana Freitas, capitão de Ordenanças em Vila Bela, homem de fortuna, foi casado duas vezes. A primeira, em 1785, com Teresa Maria de Jesús, filha de Timoteo Furtado de Oliveira e de Josefa Ribeiro de Escobar (S. L., I, 451), falecida em São Sebastião, aos 20 de maio de 1798, deixando o filho Benedito Lourenço de Freitas, nascido em 1796. Por que razão este Benedito assinava "Lourenço de Freitas"? Seria afilhado de um dos Lourenço de Freitas, talvez.

Viuvo, o capitão Manuel de Santana Freitas passou a segundas nupcias com Maria Luiza ou Maria Eugenia da Conceição, prima da primeira mulher (S. L., I, 451). O linhagista dá o nome das moças, mas não menciona o casamento delas com o capitão Manuel de Santana Freitas, o qual teve varios filhos do seu segundo consorcio: Bartolomeu, Higino, Rosa, Teresa, Gertrudes, Umbelina. Benedito Lourenço de Freitas, o primogênito, casou com Rosa Angélica, lá pelas alturas de 1817-1818, e um dos filhos foi Joaquim Gonçalves de Freitas, de 1828 mais ou menos, que casou, por 1854, com Maria de Santana, filha de José Borges de Sampaio e de Gertrudes de Santana. Filho de Joaquim e de Maria de Santana foi Benedito Gonçalves de Freitas, nascido em Vila Bela por 1855 e casado em 1880 com Prisciliana Dina do Souto, filha de Antonio Faustino do Souto e de uma de suas três mulheres. De Benedito e Prisciliana nasceu, em 1883, em São Luiz do Paraitinga, o prestante cidadão que é Pergentino de Freitas, digno representante dos Nunes de Freitas do litoral, exatamente a pessoa por cujo respeito comecei a estudar os Freitas, de São Sebastião e Vila Bela.

## XVII

A *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, já no seu terceiro ano, continua a trazer materia de alto interesse para os amigos da especialidade, mais numerosos agora do que há uns tempos atrás, mas ainda assim em quantidade fraca, dada a importância do assunto.

O sumario de todos os volumes aparecidos compõe-se de trabalhos bem feitos, onde sempre se encontra o que aprender e subscritos não só por gente da terra, como também por investigadores de outras paragens brasileiras e mesmo até nomes alienígenas enriquecem as páginas da publicação paulista, que representa um esforço consideravel da diretoria do Instituto de Estudos Genealógicos e da comissão redatora da sua brilhante *Revista*.

Com o preço elevado do papel e do trabalho tipográfico, é de se avaliar o quanto tem sido gasto já, para a realização desse desiderato, consistente em por, ao alcance dos estudiosos, materia relevante como a que trazem os quatro volumes representando os cinco números publicados, num total de mais de novecentas páginas impressas, com abundancia de gravuras e uma ou outra árvore de costado. E tudo isso, sob a responsabilidade social de um nucleo de entusiastas, relativamente pequeno e que não dispõem de outros recursos sinão os proprios, que eles dadivosamente aplicam na manutenção da bela *Revista*.

O último número apresenta, como contribuição estrangeira, um artigo de O. Forst Battaglia, publicado em fevereiro deste ano, em *La Grande Revue*, traduzido por uma socia do Instituto de Estudos Genealógicos, artigo esse em que se coloca a genealogia exatamente no seu papel de contribuidora para altos estudos, papel esse do qual nunca devera estar afastada, e que consiste, em formar as series biológico-sociais, com um máximo de exatidão, para que, do estudo calmo e refletido dessas mesmas series, possam ser tiradas ilações de carater científico.

Uma vez que para os bichos de estimação a linhagem é a garantia do seu valor, nenhuma razão existe no sentido de que tal criterio se não aplique ao bicho mais valioso, o homem, cujas qualidades se observarão através do seu *pedigree*.

Dize-me quem são os teus e te direi quais sejam as tuas inclinações. Que este ponto-de-vista biológico vença o outro,

antigo, nobiliárquico. Reproduzo Teófilo Braga: "João Pinto Ribeiro lia e commentava pela sua mão o poema de Camões. Quando D. João IV, collocado por esse cidadão no throno, lhe dizia: — Que pena, João Pinto Ribeiro, que não sejas fidalgo para dar-te as honras que mereces!", vê-se bem que outros são os tempos e felizmente para todos. O artigo de O. Forst Bataglia merece divulgação e análise.

Duas outras contribuições, que a *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos* anda publicando, são valiosíssimas, não só pelo material que encaminham a estudo como também pelo exemplo que dão os seus autores. Refiro-me à copia de arquivos paroquiais de Campinas e Lavras, respectivamente pelos senhores dr. Teodoro de Sousa Campos Junior e Ari Florenzano.

Quando a gente precisa recorrer a um arquivo paroquial que não seja da diocese de São Paulo (a Curia Metropolitana, por iniciativa de D. Duarte Leopoldo e Silva, centralizou, nesta Capital, os papéis paroquiais da diocese), começam os embaraços. Muitos dos senhores vigários são pessoas amigas e não opõem embargos ao pesquisador e até facilitam as buscas, mas as viagens que o estudioso deve realizar, às vezes com esforço inútil, dada a inexistencia do livro desejado, e outras dificuldades que se apresentam quasi sempre, tornam a pesquisa à distancia muito ingrata e não raro infrutífera.

Num ou noutro lugar há amigos obsequiosos (um amigo é outro eu, dizia Pitágoras), prontos para qualquer massada, perdoadando cristãmente as importunações. Boa compensação para o número dos que nem respondem às cartas de solicitação, ainda quando levam selo para a volta do correio, e apresentação de amigos comuns.

Assim, pois, as colaborações dos srs. Ari Florenzano, de Lavras (Minas), e dr. Teodoro de Sousa Campos Junior, de Campinas, exibindo aos estudiosos as jóias documentarias das páginas envelhecidas de antigos livros dos arquivos paroquiais de suas terras, são dignas dos melhores aplausos de todos quantos andamos a rebuscar questões genealógicas.

Não me posso eximir de exemplo comprobatorio. No meu trabalho sobre os Rebouças da Palma (ver *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XXVII), precisamente na página 161, trato de Honorio Fidelis do Espírito Santo, tronco dos Ávilas de São Francisco de Paula dos Pinheiros e imediações. Honorio, nas-

cido em Rezende, era filho de Francisco Correia de Ávila e de Ângela Maria Teixeira.

Um neto de Honório, Sócrates Honório de Ávila, homem inteligente, me dizia que Ângela Maria Teixeira era dos Teixeiras, de Campinas. Procurei essa ligação, muitas vezes, sem resultado, porém. Ora, no volume 3-4 da *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, página 228, Arí Florenzano acrescenta, aos cinco filhos de Domingos Teixeira Vilela e Ângela Isabel Nogueira do Prado, que SILVA LEME menciona em VI, 395|396 e que são:

1 — João Leme; 2 — Mariana; 3 — Cirurgião-mor Tomé Jacinto Teixeira; 4 — Sargento-mor Joaquim José Teixeira Nogueira (o que foi para Campinas); 5 — Capitão Domingos Teixeira Nogueira (bisavô de Cesario Mota Junior), mais os quatro filhos seguintes: 6 — Filipe, batizado em Carrancas, a 16-5-1754; 7 — Ângela, batizada em Carrancas, a 9-10-1757; 8 — Joaquim, batizado em Carrancas, a 3-3-1759; 9 — Maria Ângela Teixeira, natural de Nossa Senhora do Monte Serrat, em Baependi.

E' claro que uma destas duas — Ângela (Ângela Maria?), ou sua irmã Maria Ângela, é a que casou com Francisco Correia de Ávila e, desse modo, confirma-se o asserto de Sócrates Honório de Ávila, de que eles Ávilas tinham parentesco com os Teixeiras de Campinas.

## XVIII

O fim principal destas notas é apresentar aos amigos da genealogia alguns problemas e algumas curiosidades que, sem divulgação, talvez se destinassem a desaparecimento. Assim sendo, devo insistir no especial agrado com que recebo todas e quaisquer contribuições visando a acréscimos e corrigendas na materia que for publicada.

Quando escrevi, na minha nota XIII, uma retificação à *Genealogia Paulistana*, a propósito da geração de Hilario Gomes Nogueira, que foi casado, no Rio, com sua prima d. Maria Josefa do Nascimento, filha do casal 6-9, página 433, volume VI, título "Bicudos"; o meu amigo e colega dr. João de Almeida Leite de Moraes procurou-me alegando que eu havia feito injustiça ao dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, porque ele, dr. Leite de Moraes, possuía, no seu exemplar da *Genealogia*, um suplemento impresso, relativo ao caso em questão.

De fato eu não conhecia tal suplemento e penso que foi escrito por descendente de Hilario e oferecido ao linhagista que, de posse das quatro páginas, teria tomado a resolução de colocá-las em uns tantos exemplares da *Genealogia* e só assim se compreende que numerosos pesquisadores nunca hajam visto o referido suplemento, nas mãos do dr. Leite de Moraes dada a origem dos volumes que possui: oferta de um genro do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Aliás os volumes do dr. Leite de Moraes têm anotações a mão, em muitos pontos, o que constitue preciosidade bibliográfica, sem dúvida alguma.

Numa outra oportunidade publicarei o suplemento aludido, com observações que ocorrerem, pelo estudo feito da família de Hilario Gomes Nogueira e d. Maria Josefa do Nascimento. Desde já, entretanto, declaro que o genro deles, casado com Teodora, chamava-se Joaquim Medina Ceili, "natural da Europa". O nome Caetano, que se lê na publicação aludida, pertence ao pai de d. Maria Josefa do Nascimento, Caetano José de Miranda, natural de Guaratinguetá, casado em Baependi, em 1759, com Ana Antonia Maria de Jesús do Prado, filha de Tomé Rodrigues Nogueira do O', tronco dos Nogueiras de Baependi.

A minha nota XV mereceu a honra de retificações e acrescentamentos que muito me desvaneceram, oriundos de uma descendente do dr. Francisco Lourenço de Freitas, a qual preferiu não se dar a conhecer. De fato, ao copiar a lista de Silva Leme, enganei-me, passando o nome de 6-1, em lugar de 7-1. O mais que aparece na carta, estampada na edição de 26 de setembro, do *Correio Paulistano*, são ótimos informes que só mesmo pessoa da família poderia ter. Mas, para que tão interessantes apontamentos não fiquem errados num ponto, insisto, com a devida venia, sobre a data da formatura do dr. Teófilo José Antunes Braga, que é a que eu dei — 1874, data que consta da lista publicada, em ..... 31-12-1900, pelo dr. Julio Joaquim Gonçalves Maia, o saudoso secretario da Faculdade de Direito (ver volume VIII da *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, página 281).

Não satisfeito com o dado que possuia, fui ao arquivo da Faculdade, num destes dias próximos, e estive examinando os papéis do estudante Teófilo José Antunes Braga, chamuscados pelo incendio da madrugada de segunda-feira, 16 de fevereiro de 1880. A matrícula foi requerida em 2 de março de 1870 e o grau colado a 3 de novembro de 1874. Em restos de uma cer-

tidão de batismo, ainda pacientemente podem ser lidos alguns trechos: batizado em 17 de março de 185.; filho de Joaquim José Antunes Braga e de Ana... Leopoldina de Castro, et cétera.

E, para não ficar esta nota de hoje só com elementos dos partidos republicano e liberal, darei algo de um também notavel procer conservador. No terceiro artigo desta serie, ao tratar de José Alves de Oliveira, de Páramos, habitante de Cunha (Fação), desde 1730 e poucos, noticiei que ele era genro de Manuel Alves Vieira, nascido e crescido em São Paulo e que, depois, foi residir em Paratí. Li, em documento, que "Manuel Alves Vieyra foi desta cidade onde nasceu, p.<sup>a</sup> o Rio de Janeiro menino em companhia de sua M.<sup>a</sup> Anna Maria Vieira, irmã da May do R. P. Manoel Velloso, casada com Manuel dos Sanctos". Interpretei "M.<sup>a</sup>" como sendo "Madrinha". Lendo, porém, melhor, o mesmo documento, vi que a tal abreviatura correspondia a "Mãe". Eis o documento todo:

PROCESSO DE GENEALOGIA DO PADRE MANUEL ALVES DE OLIVEIRA (Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo), 1757, página 79: "Antonio de Toledo Lara — Cura da Sé — Certifico que fazendo toda a diligencia possivel por saber da pureza ou impureza do sangue do habilitando Manuel Alz. de Oliveira respectiva a seu avô materno Manuel Alz. Vieyra não achei pessoas que me dessem noticia do tal avô do habilitando — o que provém de que o tal avô M.el Alvres Vieyra foi desta cidade onde nasceu, p.<sup>a</sup> o Rio de Janeiro menino em companhia de sua M.<sup>a</sup> Anna Maria Vieyra, irmã da May do R. P. Manoel Velloso, casada com Manoel dos Sanctos; e segundo esta noticia inquirindo a consanguinidade do dito M.el Alvres Vieyra por parte de sua May Anna M.<sup>a</sup> Vieyra — bisavô do habilitando achei ser christão velho sem mancha alguma segundo as informações que me deram; a esta tal Anna M.<sup>a</sup> Vieira conheceram e sabem della as testemunhas abaixo: o que affirmo in virt. sacerdotis. São Paulo, 5 de Março de 1760. Ant.<sup>o</sup> de Toledo Lara". As testemunhas inquiridas foram Maria de Abreu, D. Leonor de Siqueira, Capitão-mor José de Góis e Morais, Maria de Cerqueira, Sargento-mor José de Aguirre de Camargo, Rev. Padre Frei Antonio das Neves Camargo e Rosa Maria "may do Rev. Padre Mestre Sepeda".

Manuel Alves Vieira, paulistano de Paratí, filho de Manuel dos Santos Coelho e de Ana Maria Vieira (S. L., VIII, 188, 4-9), era sogro de José Alves de Oliveira, de Páramos, residente

em Cunha, o qual vem a ser o pai de Maria Rosa da Anunciação, trisavó do eminente paulista Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, que fica, desse modo, ligado ao título "Maciéis", da *Genealogia Paulistana*, como sexto neto de Ana Maria Vieira, irmã do Capitão Inacio Vieira Antunes, antepassado de Campos Sales.

## XIX

A onomástica regional brasileira, como em toda parte, vai sofrendo constante alteração, pelo abandono de certos cognomes, às vezes muito representativos. Já não falo dos nomes, o que daria assunto para varias dissertações. Quem é que hoje, nos dias que passam, se assina VELHO PRETO, CARRASCO, QUARESMA, GROU, ONHATE, ZOURO e tantos, que eram frequentísimos por estas bandas?

Quanto ao cognome PRETO, compreende-se que fosse posto à margem por necessidade, dada a confusão que se havia de ir estabelecendo, nos documentos, entre, por exemplo, um Antonio Preto, ou uma Antonia Preta, pertencentes à família dos PRETOS, e um negro Antonio, ou uma negra Antonia, vulgarmente chamados "Antonio Preto" e "Antonia Preta". Que difituldade, com o correr dos tempos, para qualquer paulista explicar que uma dona viuva Maria Preta, assim se chamava por ser de velha estirpe, com brasão registado, et cétera... Enfim, o tal cognome, com a introdução dos africanos aqui, criou complicações aborrecidas.

Ainda agora, há pouco, uma senhorinha de repartição pública paulista, referindo ao dr. Samuel Lowrie que ela descendia do eminente cidadão paulistano chamado Francisco de Godói Preto, juiz ordinario, comandante militar, bandeirante e guarda-mor de minas de ouro, ouviu, do erudito norte-americano, a pergunta indagadora: "Mas, d. Maria, os nomes aqui não eram descritivos?" Por essas e outras, os autênticos PRETOS foram adotando novas maneiras de assinar para se diferenciarem dos pretos autênticos.

O mesmo raciocínio deverá ser feito, em relação aos VELHOS, aos CARRASCOS e congêneres. Que torturas para uma elegante mocinha de antanho, dizer-se, por exemplo, "Ana Velha", ou "Gertrudes Carrasca", visto o curioso hábito de se chamarem, as mulheres, Cardosas, Machadas, Pedrosas, Velhas, Carrascas, Pretas...



Lembrei-me desses fatos ao estudar um taubateano macrobio, que aparece na *Genealogia Paulistana*, V, 441, ao lado de sua segunda mulher Inacia Moreira, filha de Eleuterio Felix de Oliveira e Inez Gonçalves Moreira. Quero falar de Manuel Velho Garcia, que deixou grande geração.

Para esclarecer a filiação de Manuel Velho Garcia, pedi a colaboração indispensavel do historiador Felix Guisard Filho, que teve a gentileza de copiar, do inventario volumoso, o testamento do taubateano, na parte esclarecedora da situação genealógica que se estudava.

O testamento é de Taubaté, com a data de 4 de fevereiro de 1781, e está na página 88 dos autos. Ai diz o testador:

“Declaro que sou natural da Villa de Pindamonhangaba filho legitimo de Manoel Garcia Velho e de sua mulher Maria Cardosa já defunctos. Declaro que fui casado em face da Igreja com Maria Leite de Miranda, já defuncta, de que tivemos 4 filhos e filhas: 1) Leandro Garcia Leite (soiteiro) em Cuiabá; 2) Maria, casada; 3) Manoel Garcia Leite; 4) Antonio, desherdado por não ser filho de bem e por não viver bem como Deus Nosso Senhor manda. Declaro que sou casado segunda vez com Ignacia Moreira de cujo matrimonio tivemos os filhos seguintes: Maria, Anna, Martha, Catharina, Francisca, Maria e José.”

Mesmo com a declaração do testador, de que ele era filho de Manuel Garcia Velho e de sua mulher Maria Cardoso, não foi facil localizá-lo na obra do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Manuel Garcia Velho há um, em VII, 466, número 3-5, e ai diz o linhagista que o capitão Manuel Garcia Velho foi primeiro casado com Ana Pires, depois com Helena Rodrigues e uma terceira vez em 1688, em Taubaté, com Maria Fragozo, filha do capitão Sebastião de Freitas e Maria Fragozo, a qual está em VIII, 10, número 4-5. Como o testador fala em Maria Cardoso, por sua mãe, de-certo ela assim era chamada, do nome da avé materna Mariana Cardoso, casada primeiro com Baltasar Lopes Fragozo, português, falecido em 1635, e depois com Antonio de Barros de Alcáçova, falecido em 1642.

Nessas condições, assim sendo, Manuel Velho Garcia, o macrobio taubateano, não pode mesmo aparecer na *Genealogia Paulistana*, que apenas relata seis filhos da segunda mulher, falecida em Taubaté, em 1687. Manuel Velho Garcia, no censo de 1765|1766, vem com sessenta anos; o censo de 1769 dá-lhe sessenta e dois; o de 1776, setenta e quatro; o de 1778, oitenta

e três. Teria nascido pelas alturas de 1695. Não consegui saber onde e quando faleceu o pai capitão Manuel Garcia Velho, nome muito notavel na historia do bandeirismo taubateano e na do descobrimento do ouro das Minas Gerais, companheiro que foi do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e outros.

Um dos filhos de Manuel Velho Garcia foi Manuel Garcia Leite, casado, aos 25 anos, em Taubaté, pela altura de 1766, com Maria Gertrudes de Jesús, filha de Lourenço Garcia de Toledo e de Ana Maria de Jesús, estes recenseados no bairro de Piracangagua, na terra de Jaques Felix. Lourenço, por sua vez, era filho do tenente Clemente de Toledo Piza (S. L., V, 561). De Manuel Garcia Leite e Maria Gertrudes de Jesús nasceram, em Taubaté, Ana, Clemente e Simeão, de 3 meses no censo de 1770, o qual foi Simeão Garcia de Toledo, casado, em Pindamonhangaba, em 1791, com Ana Pedroso da Silveira, filha de Filipe José da Silva e Jacinta Maria de Toledo, esta filha de Antonio Ferraz de Araujo e Bernarda Pedroso da Silveira (III, 134 e VIII, 58).

Simeão Garcia de Toledo morou em Pindamonhangaba, em Guaratinguetá e em Silveiras, para onde se transferira com familia. Teve pelo menos oito filhos e não uma, como dá a *Genealogia Paulistana*, e que são:

1 — Antonio Ferraz de Toledo, casado com Rita Monteiro dos Santos, de que a filha Benedita Monteiro dos Santos foi a mulher do coronel Salvador Rodrigues Pimentel (pais dos drs. Olimpio e Tomaz Pimentel); 2 — Manuel; 3 — Maria Pires de Araujo, segunda mulher de Antonio da Silva Bravo, única que S. L. menciona, em VIII, 58; 4 — Gertrudes; 5 — Francisca; 6 — Teresa Maria de Toledo, casada em Silveiras, com Modesto de Almeida Machado (*Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volume XXXV, 102); 7 — Isabel; 8 — Mariana Honoria de Toledo, primeira mulher de Gabriel Serafim de Carvalho, com quem casou em Silveiras (*Revista do Instituto Histórico*, citada, 123).

## XX

O cognome Toledo, entre nós, não provem apenas da progenie de Dom Simão de Toledo Piza, fidalgo espanhol, nascido em Angra (Ilha Terceira), casado aqui em São Paulo, aos doze de fevereiro de 1640, com dona Maria Pedroso, filha de Sebas-

tião Fernandes Correia e sua mulher Ana Ribeiro. Na nota XII, desta serie, está publicada materia relevante sobre os Toledo Piza.

Domingos Machado Jácome, segundo marido de Catarina de Barros, nascido na Ilha Terceira, era filho de Pedro Jácome Vieira e de Antonia Machado de Toledo, cujo pai tinha o nome de Gonçalo de Toledo Machado (S. L., VIII, 151). Cabe a essa gente, sem dúvida, a observação de Taunay, no tomo I dos *Anais do Museu Paulista*, página 230, quando diz: "Ainda se refere Pedro Taques a outros capítulos, como MACHADO TOLEDO (da Ilha Terceira), PONTES (dos Açores) etc., de modo a não deixar bem claro, porem, si os escreveu, ou si se trata de escritos de outros genealogistas".

Um Francisco Vieira de Toledo (S. L., VIII, 40), inventariado em Taubaté, em 1779 (Guisard, *Inventarios de Taubaté*, 134), natural da Ilha Terceira, talvez pertencesse aos citados Machado Toledo dessa ilha, e deixou geração de Toledos, que não sei si perdurou.

Ainda em S. L., volume IX, página 90, aparece uma Campos, casada com o dr. Francisco de Assiz Vasco de Toledo, natural de Pernambuco. Estes, que se localizaram no Amparo, são os Toledos mais recentes da onomástica paulista. Desta familia, lembro-me muito bem de umas senhorinhas Toledo Lima, que aqui se formaram na antiga Escola Normal de São Paulo, as quais, si me não trai a memoria, haviam nascido em Pilar, no Estado da Paraíba.

Junte-se, a esta dificuldade de origem, o fato da imensa maioria dos Toledo Piza assinar apenas Toledo (quando usa este cognome) e aí aparecerão muitos tropeços que se antojam ao pesquisador, numa indagação relativa ao simpático cognome, que tanto lembra a histórica e lendária cidade da Castela Nova.

Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá, Cunha encheram-se de familias Toledo e autênticos Toledos Piza, como sempre estou verificando ao estudar problemas genealógicos do Vale do Paraíba. Ainda agora, indo ao encontro dos desejos de velho e prezado amigo, o dr. Edgar de Toledo Malta, andei estudando a sua linhagem Toledo, da qual não tratou o genealogista da familia, o dr. Augusto de Siqueira Cardoso (1858-1917).

Filho do dr. Francisco de Toledo Malta, o dr. Edgar, por isso, vem a ser neto paterno de José Francisco Malta (1810-1883) e de Eduvigés Carolina de Toledo (1819-1894). Esta

Eduviges é, portanto, a que trouxe para a família Malta o cognome Toledo. (Confira-se S. L., VI, 38 e 441; Jacinto, II, primeira parte, 141 e segunda parte, 281; *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volume XIX, 1914, páginas 43|71).

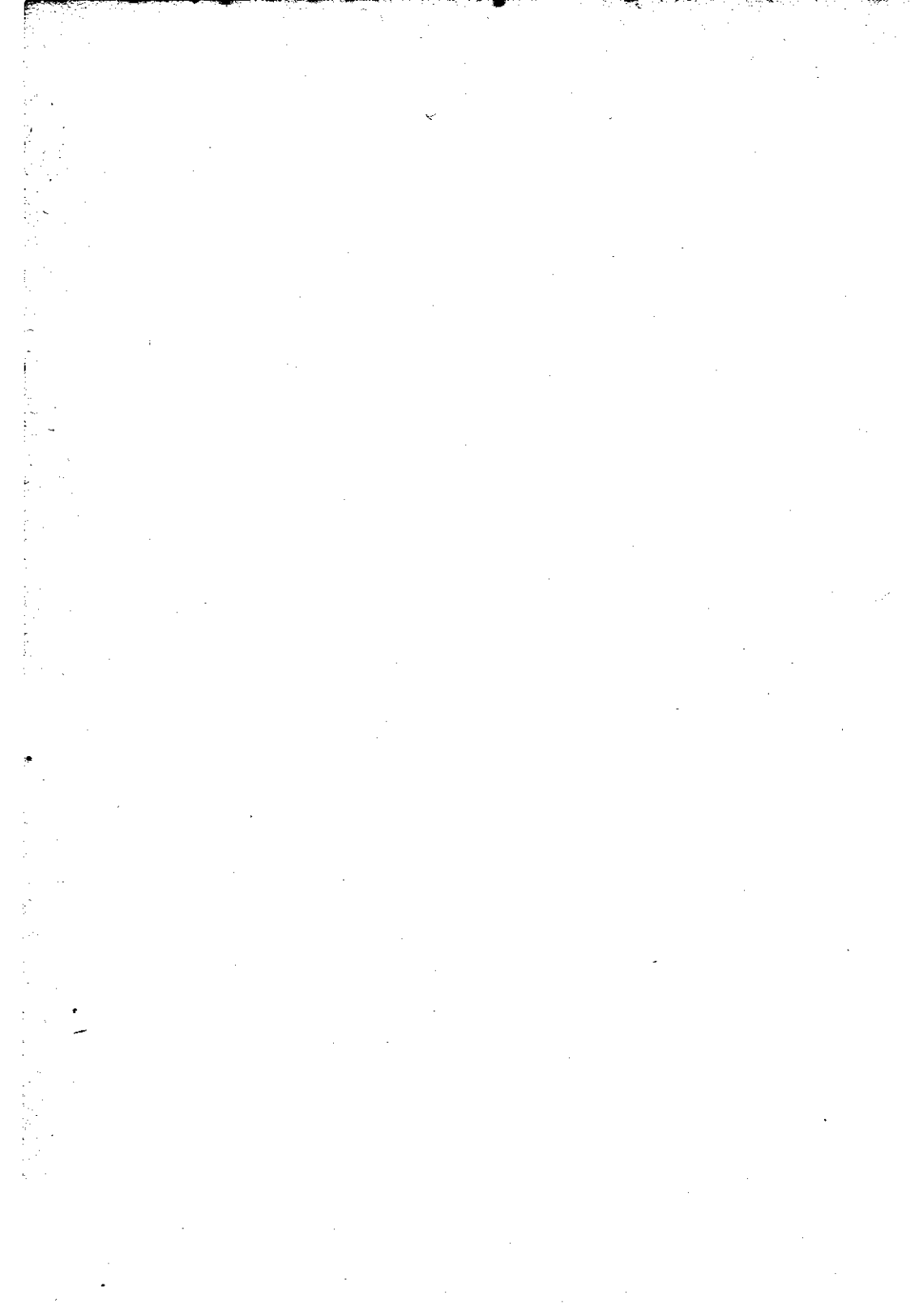
Achei, nas publicações aludidas, muito falhas as informações sobre a parte Toledo, que entendi de ampliar e creio que o consegui, com bastante resultado. Eduviges Carolina de Toledo, nascida em Jacareí, era irmã de Camilo e de Leocadio, que me pareceu ser o Leocadio da Silveira Cortez, indicado na página 150 do *Almanaque da Provincia de São Paulo, para* 1873, de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Eram, os três, filhos de Leonardo da Silva Cortez, nascido em Taubaté, por 1789 e de Ângela Maria da Conceição de Camargo, nascida em Conceição de Guarulhos ou Moji das Cruzes, pela altura de 1792; teriam casado, não descobri onde, por 1811. Foi só em 1814 que o casal fixou residência em Jacareí, de onde não mais se afastou. Suponho que Ângela faleceu antes de 1825, mas Leonardo da Silva Cortez ainda viveu até 1857, segundo informa o dr. Augusto de Siqueira Cardoso, na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, loc. cit.

Leonardo da Silva Cortez (1789-1857) tinha por progenitores Leonardo José de Toledo, nome com o qual sempre foi censurado, nascido em Jacareí por 1766; e Maria Clara Barreto, taubateana, talvez de 1770 e muito provavelmente filha de Antonio Barreto Leme, pindamonhangabense e Maria Branca, de Guaratinguetá. Leonardo José de Toledo e Maria Clara Barreto devem ter contraído matrimonio em Taubaté, em 1788; aí moraram e aí lhes vieram os filhos: 1 — Leonardo da Silva Cortez, de 1789; 2 — Joaquim, de 1790; 3 — Ana, de 1794; Mariana, de 1795; Joaquina, de 1799; e Cesarina, de 1804. Datas aproximadas.

Entre 1805 e 1811 Leonardo José de Toledo deixou Taubaté para fixar-se definitivamente em sua terra natal, onde acredito que morreu logo. Não acertei, com os elementos daqui, com quem se consorciaram as filhas, exceto a de nome Joaquina, melhor Joaquina Angélica, que, pelo seu casamento com o próspero negociante Bento Lucio Machado (em 1822?), tornou-se baronesa de Jacareí (baronato de 6-12-1849) e, com grandeza, em ..... 2-12-1852). Em S. L., VIII, 273, convem corrigir o nome do primeiro barão de Jacareí, que "era de altura mais que ordinaria, tinha cabellos e olhos pretos".

Leonardo José de Toledo, irmão de Antonio José de Toledo e de Salvador, vinha a ser filho de João Ribeiro de Toledo e de Maria Francisca, já viuva, em Taubaté, em 1773, com 33 anos apenas. Os recenseamentos militares, aludindo à filiação de Leonardo, dizem João Ferreira de Toledo, mas em S. L., VIII, 375 está bem claro, assim como nos dois primeiros recenseamentos de Jacareí — João Ribeiro de Toledo, o qual era irmão de José Correia de Toledo e filhos, ambos, de Francisco de Albuquerque e de Feliciano Guedes (VIII, 374 e V, 565).

- Feliciano Guedes, filha de Pantaleão Pedroso de Toledo, casado em Taubaté, em 1693, com Antonia Rosa Guedes, transmitiu, para os Toledo Malta, o cognome avoengo Toledo Piza, herdado de Dom Simão de Toledo Piza através da filha deste, Ana Ribeiro Rodovalho, casada que foi com o capitão João Vaz Cardoso, pais, estes dois últimos, do referido Pantaleão Pedroso de Toledo (V, 514).



## Um artista notavel

*Paulo Aurisol C. Freire*

Há na historia dos paulistas figuras notaveis, cujas memorias merecem ser lembradas, de quando em vez, para rehabilitação de nomes esquecidos pela injustiça dos homens e dos tempos. JESUINO DO MONTE CARMELO é, sem dúvida alguma, uma destas figuras brilhantes de artista, e que, no entanto, jaz completamente olvidado.

Nasceu em Santos, a 25 de março de 1764. Sua certidão de batismo diz o seguinte:

“Certifico q. no L.º dos baptizados desta Freg.ª a p. 39v. se acha o assento seg.te — Aos quatro do mez de Abril de mil settecentos e secenta e quatro annos, nesta Igreja Matriz baptizei e puz os Santos Oleos a Jezuino innocente filho de Domingas Ignacia, parda, forra; a qual sendo cazada vive muitos annos auzente de seu marido, que assiste no Cuyabá; e é natural a dita Domingas Ignacia desta Villa, e filha de Jeronima Henriques, parda, forra; e o innocente de pay incognito; forão padrinhos João Manoel Pereira, e Anna Maria de Siqueira; todos assistentes nesta Freguezia. O Vigr.º D.os Mor.ª e S.ª — Santos, 28 de Abr.º de 1797. Joseph X.er de Toledo.” (Arquivo da Curia Metropolitana — Processo de habilitação *de genere et moribus* — 1.75.594). Um erro geralmente aceito deu a mãe de Jesuino do Monte Carmelo como se chamando Domingas Inacia de OLIVEIRA, quando na realidade seu verdadeiro nome é Domingas Inacia de GUSMÃO. No mesmo processo de habilitação, às fls. 61, a testemunha Vitor Antonio Pinto, natural da vila de Itú, diz o seguinte: . . . “que tem noticia que o habilitando é filho illigitimo de Domingas Ignacia de Gusmão, etc.” Ainda no referido processo de habilitação, às fls. 11 e seguintes, encontramos o depoimento da testemunha

alferes Manuel José Ferreira, dizendo: ... "que muito bem conhece a Domingas Ignacia May do dito habilitando, que dizião ser filha do Doutor Theotonio, cujo sobrenome se não lembra, o qual fora Juiz de fora na Villa de Itú, e depois se passara com o mesmo imprego para as Minas de Matto groço, e era natural desta Villa (Santos), sobrinho de Alexandre de Gusmão, Secretario de Estado que fora, e que a dita Domingas fora baptizada nesta Villa o que sabia pela conhecer, e jzutamente por assim ouvir dizer."

Quanto ao pai de Jesuino do Monte Carmelo, vamos encontrar, às fls. 12 do mesmo processo de habilitação, o depoimento da testemunha André de Moura, viuvo, natural e morador na vila de Santos, que diz o seguinte: ... "Ao segundo disse que conhece nesta Villa ao habilitando Jezoino do Monte do Carmo natural desta dita villa que se dizia ser filho de Antonio Guerado Jacome tambem morador nesta dita villa, e natural das Ilhas, e de Domingas Ignacia parda forra." Até aqui a questão genealógica do grande e piedoso artista. Vejamos agora alguma coisa sobre sua vida.

Jesuino Francisco de Paula Gusmão (era este seu nome no século) foi desde a mais tenra idade artista precoce. Dedicando-se com fervor à pintura, desde muito cedo, deixou-se conduzir para Itú, por um carmelita, nesse tempo nomeado prior do convento daquela vila. Aí residiu, empregando seu tempo na pintura da igreja do referido convento carmelita. E' lamentavel que na restauração desse templo fossem destruidas as maravilhosas criações do grande genio paulista! Escrevendo sobre a arte de Jesuino do Monte Carmelo, na Igreja do Convento Carmelita de Itú, assim se expressa Azevedo Marques:

"Jesuino Gusmão ahi demonstrou todo o genio de que era dotado. Seria longo descrever miudamente o plano de pintura que ideou e executou; basta dizer que o interior do templo era forrado de madeira e pintado a oleo; entre engenhosos arabescos viam-se representados diversos santos em tamanho natural; ao correr do entablamento no tecto eram os apóstolos e evangelistas e no centro uma serie de medalhões com emblemas mysticos ou instrumentos da paixão; no corpo da capella-mór viam-se diversos passos da Escriptura Sagrada (liv. 3.º e 4.º dos Reis) que se referiam aos prophetas Elias e Eliseu.

"Em todo o tempo que Jesuino de Gusmão trabalhou nesta decoração não recebeu salario algum, e quando a concluiu





**São Marcos**



**São João Evangelista**

**Trabalhos do Pe. Jesuino do Monte Carmelo, existentes no Museu da Curia Metropolitana.**



empregou todo o producto accumulado, em paramentos novos de que a igreja precisava.”

A bondade inata no coração do artista, e, bem assim, a vida exemplar que levava, lograram-lhe tais mostras de simpatia e admiração, que uma familia de Itú conseguiu alcançá-lo para um dos seus membros. Em 1784, não sem grande relutância a principio, Jesuino Francisco de Paula Gusmão casou-se em Itú, com d. Maria Francisca de Godói.

Termina aquí a primeira fase da vida do grande genio. Tudo quanto nos foi possível encontrar, de documentação, aí está. Entremos, portanto, em outras anotações e documentos referentes ao segundo periodo da sua vida.

O casamento de Jesuino Francisco de Paula, que se realizou em Itú, aos 23 de dezembro de 1784, vem documentado pela certidão seguinte:

“JEZUINO FRAN.CO DE P.LA e M.A FRAN.CA — Aos vinte e tres dias do mes de Dezembro de mil sete centos e oitenta e quatro annos, nesta Matris, precedendo as diligencias do estillo, e não resultando impedimento algum, com Provizão do Juizo da Vara desta Villa, em minha presença, e das testemunhas o Reverendo João Leite Ferraz e o Guardamor Antonio Francisco da Luz, freguezes desta Villa, se receberão por palavras de presente Jesuino Francisco de Paula natural da Villa de Santos, filho de Pay incognito, e de Domingas Ignacia de Gusmão, da mesma villa, neto de Avôs não sabidos, e Maria Francisca de Godoy, natural desta mesma Villa, filha de João Francisco Mendes, natural das partes de Portugal, neta de Avôs, cujos nomes, e naturalidades, se não sabem, e de Sebastiana Ribeira de Moraes, natural da Villa da Parnahiba, neta por parte materna de Joze de Godoy Ruã, e de sua mulher Anna Pires Ribeira, naturaes de Parnahiba, e os contrahentes freguezes desta Villa; do que fis este assento, e no qual assignarão as testemunhas.

O Vigr.º Manoel da Costa Ar.º

João Leite Ferraz

Ant.º Fran.co da Luz.”

(Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo — Casamentos, 2.3.47. fls. 122v.).

Deste consorcio nasceram os seguintes filhos: Elias, Maria, Elias, Eliseu e Simão. Vejamos alguma documentação sobre cada um deles.

ELIAS — Falecido de tenra idade, encontramos sua certidão de batismo no Arquivo da Curia Metropolitana, livro de batizados de Itú, sob protocolo 3.2.24, fls. 177, com os seguintes dizeres:

“Elias. Aos seis dias do mes de Janeiro de mil setecentos e oitenta e seis annos baptizei e puz os Santos oleos nesta Matris a Elias innocente, filho d eJezuino Francisco de Paula, e de sua mulher Maria Francisca de Godoy: forão Padrinhos Lourenço de Almeida Prado cazado, e Margarida da Silva viuva, freguezes desta Villa, do que fis este assento. O Vigr.º Manoel da Costa Ar.º”.

\* \* \*

MARIA — Os historiadores dão-lhe o nome de Maria Teresa, porem sua certidão de batismo no-la apresenta apenas com o nome de Maria. Este acréscimo tem, no entanto, sua explicação muito razoavel: Maria foi, mais tarde, Regente do Recolhimento das Mercês, em Itú, passando a chamar-se então Irmã Maria Teresa. Esta comunidade religiosa tem por nome certo RECOLHIMENTO DAS MERCÊS, e não Recolhimento das Educandas, como pretendem alguns historiadores.

A certidão de batismo de Maria, ou Irmã Maria Teresa, está redigida nos seguintes termos:

“Maria. Aos oito dias do mes de Julho de mil settecentos, e oitenta e sette annos nesta Matris baptizei e pus os Santos oleos a Maria innocente filha de Jezuino Francisco de Paula, e de sua mulher Maria Francisca de Godoy: foram Padrinhos Joze Manoel da Fonseca, e sua mulher Jozefa Maria de Gois todos freguezes desta Villa. O Vigr.º Manoel da Costa Ar.º”

\* \* \*

ELIAS — Nos autos de habilitação *de genere et moribus*, sob protocolo 2.28.947, existentes no Arquivo da Curia Metropolitana, vamos encontrar sua certidão de batismo, assim redigida:

“Elias — Aos dezasete dias de Maio de mil sete centos, e oitenta, e nove annos nesta Matris o Rd.º Coadjutor Jozé do



**São Boaventura**



**Santo Ambrosio**

**Trabalhos do Pe. Jesuino do Monte Carmelo, existentes no Museu da Curia Metropolitana.**



Rego Castanho baptizou, e pos os Santos oleos a Elias inn.te f° de Jezuino Franco de Paula e de sua m.er Maria Francisca de Godoi. Forão padr.os Jozé Patricio da S.a Manso, e sua m.er Angela Maria, freguezes desta Villa. O Vigr.º Manoel da Costa Ar.ª”

Elias tornou-se mais tarde presbítero secular, com o nome de Elias do Monte Carmelo. Fundou a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Itú, onde existe hoje o Recolhimento das Mercês, vulgarmente denominado “Conventinho”, de cuja comunidade foi Regente sua irmã Madre Maria Teresa.

\* \* \*

ELISEU — Ainda nos mesmos autos citados acima, aparece sua certidão de batismo:

“ELIZEU. Aos vinte, e hum dia do mes de Outubro de mil, sete centos, e noventa anos nesta Matris de Nossa Senhora da Candelaria da Vila de Itú baptizei, e pus os Santos Oleos a Elizeo inocente filho legitimo de Jezuino Francisco de Paula natural da Vila de Santos, e de Maria Francisca de Godoy natural desta Vila: foram Padrinhos Francisco Xavier da Silva, e sua mulher Anna Pires: todos desta Vila: do que fis este assento. O Vigr.º Coadjutor Francisco Xavier de Carvalho.”

Eliseu do Monte Carmelo foi um estatuario notavel, e, bem assim, músico e cantor de raras qualidades. Foi autor de duas imagens célebres na cidade de Itú: N. S. do Patrocinio e S. Jorge. Serão porventura as que ainda hoje se conservam no Colegio do Patrocinio? Não podemos positivar.

\* \* \*

Finalmente, o último filho de Jesuino Francisco de Paula Gusmão chamou-se SIMÃO Stock do Monte Carmelo, e foi tambem ordenado sacerdote. Os mesmos autos, citados atrás, trazem sua certidão de batismo, nestes termos:

“Simão. Aos tres de Abril de mil sette centos noventa e tres annos nesta Matriz da Villa de Itú, baptizei e pus os Santos Oleos a Simão inocente filho de Jezuino Francisco de Paula Gusmão, e sua mulher Maria Francisca de Godoi: forão padrinhos o Capitão Joaquim Duarte do Rego, e sua mulher Dona Izabel Novaes de Magalhaens de que fis este assento. O Vigario Jozé do Rego Castanho.”

\* \* \*

Passemos, agora, às notas que dizem respeito a Jesuino do Monte Carmelo, depois de viuvo, e ainda como sacerdote que se fez, mais tarde, em 1797.

Aos 15 de abril de 1793 (e não 13 de abril, como escreve Azevedo Marques), conforme a certidão de óbito que transcrevemos logo abaixo, faleceu a esposa de Jesuino Francisco de Paula Gusmão, na cidade de Itú:

“Maria Franc<sup>a</sup>. de Godoi. Aos quinze de Abril de mil sete centos, e noventa, e tres annos faleceo da vida prezente Maria Francisca de Godoy, cazada com Jezoino Francisco de Paula Gusmão, de idade de vinte, e quatro annos, mais, ou menos, com todos os sacramentos. Foi sepultada na capella dos Terceiros do Carmo, de onde hera Terceira, e recomendada por mim, e acompanhada, com o Reverendo Cômissario, e Terceiros para a ditta capella.

O vigr.<sup>o</sup> Jozé do Rego Castanho.” — (Arquivo da Curia — Óbitos de Itú — 4.2.8. fls. 69).

\* \* \*

Viuvo, com cinco filhos, foi, não obstante, solicitado para segundas nupcias, a que se recusou positivamente. Acariciava outro sonho o seu formoso espírito de artista.

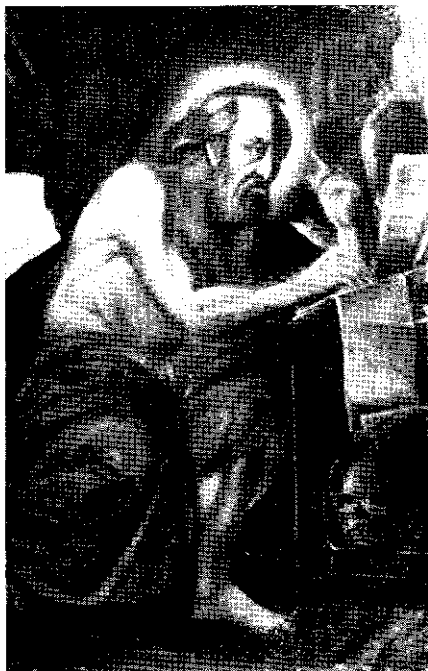
Passou desde logo a usar um hábito de pano preto de algodão, cingido pela cintura com uma tira de couro, e desta maneira trabalhava e aparecia em toda a parte. Quer-nos parecer que provenha deste fato o costume que a posteridade tomou de o chamar FREI JESUINO, pois na realidade foi presbítero secular e não frade.

Concluídos os trabalhos que lhe restavam na matriz e na igreja do Carmo, em Itú, rumou para a Capital, onde bem depressa iniciou os estudos requeridos para a ordenação sacerdotal.

Aos 23 de dezembro de 1797, na capela do Palacio Episcopal da cidade de São Paulo, juntamente com mais dois companheiros, era ordenado presbítero, por d. Mateus de Abreu Pereira.

No Arquivo da Curia Metropolitana, livro de “Matrícula de ordinandos”, sob o protocolo 12.2.37 — fls. 92 v., encon-



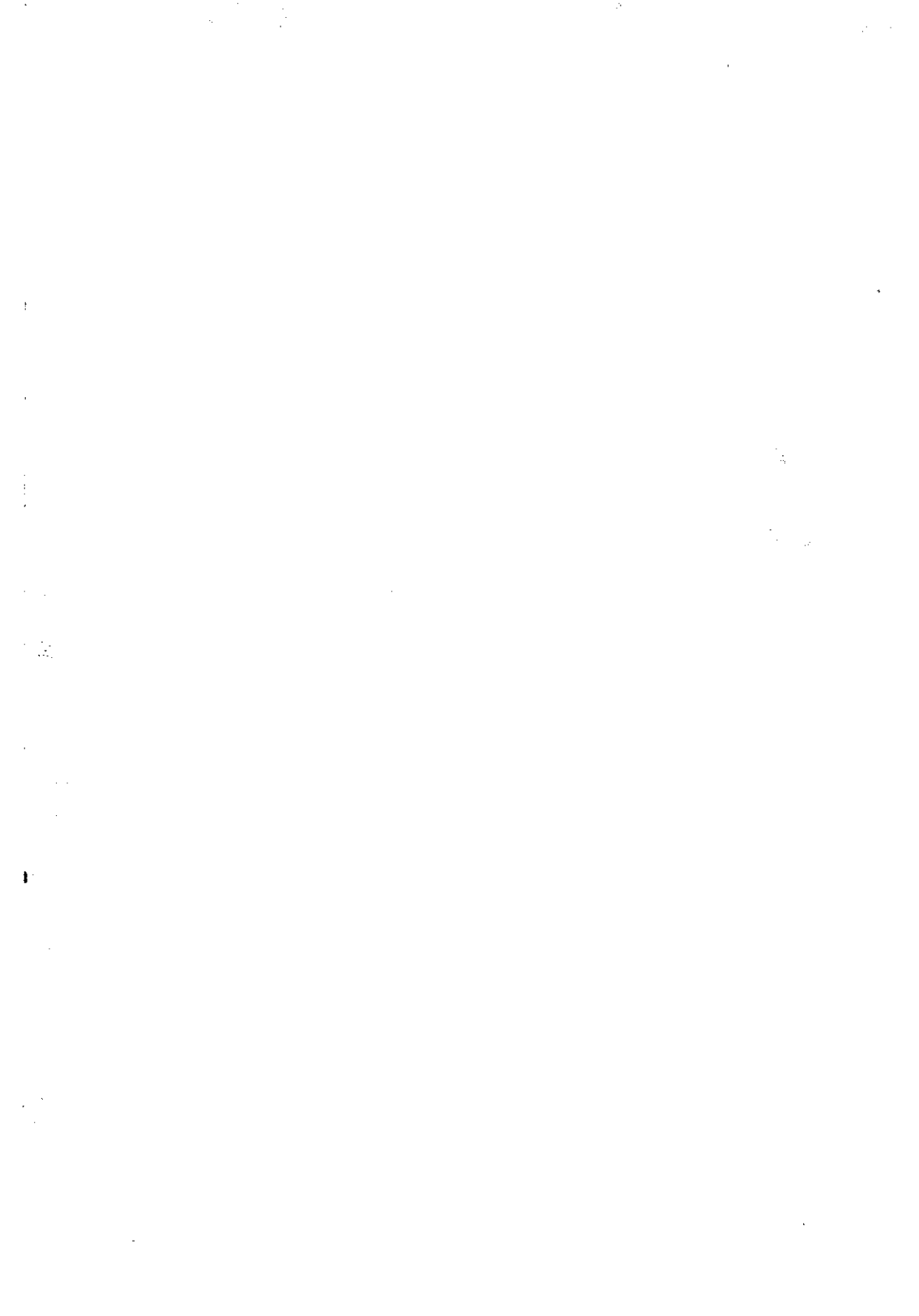


**São Jerônimo**



**Santo Agostinho**

**Trabalhos do Pe. Jesuino do Monte Carmelo, existentes no Museu da Curia Metropolitana.**



tramos o registo de sua ordenação, que transcrevemos na íntegra:

“Matricula das pessoas que ham de receber a Ordem de Presbitero no dia 23 de Dezembro de 1797.

Manoel Pereira

Francisco da Luz

Jezuino do Monte Carmelo — todos dispensados da Irregularidade ex defectu natalium.

Certifico que aos mencionados na Matricula supra confereio o Exm.<sup>o</sup> e Revm.<sup>o</sup> Sr. D. Mattheus de Abreu Pereira, Bispo desta Dioceze a Ordem de Presbitero na Capella particular do seu Palacio desta Cidade aos vinte e tres de Dezembro de mil sette centos e noventa e sette. Passa o referido na verde São Paulo 23 de Dezembro de 1797.

O P.e Ignacio da Assumpção Feijó.”

\* \* \*

Desde as primeiras ordens menores, passou a chamar-se Jesuino do Monte Carmelo, em honra de Nossa Senhora do Carmo, a quem tributava filial devoção. O padre Jesuino do Monte Carmelo celebrou sua primeira missa solene no dia 16 de julho de 1798, data em que a Igreja Católica festeja a Senhora do Carmo. Daí por diante, na vila de Itú, empregou seu tempo em obras de benemerencia e de arte, enchendo largamente sua vida com empreendimentos de fé e profunda piedade artística.

Foi notavel pintor, entalhador e arquiteto, sem que entretanto houvesse cursado qualquer escola de belas-artes, que então não existiam ainda no Brasil.

Deixou diversos quadros, excelentes como técnica e concepção, na matriz e Convento do Carmo, em Itú, bem como no Recolhimento de Santa Teresa, em São Paulo. Dez maravilhosas telas, de sua autoria, foram há bem pouco ainda doadas pela priora do Mosteiro de Santa Teresa ao museu da Curia Metropolitana, onde se encontram carinhosamente conservadas e expostas, atestando ao visitante a concepção genial do artista que as idealizou.

O antigo orgão do Recolhimento de Santa Teresa, o altar-mor do Mosteiro de São Bento, em Santos, todo ele de taíha, além de inúmeros trabalhos artísticos que se perderam ou

não estão identificados, falam bem alto do valor deste paulista, tão simples na aparência, tão modesto no espírito!

Com o valioso auxílio do padre Manuel Ferraz de Camargo, homem de grandes posses, que lhe deu terreno, dinheiro, escravos e outros donativos, construiu a igreja do Patrocínio, em Itú, cuja arquitetura originalíssima foi de todo deturpada e afrancesada.

Faleceu o ilustre filho de Santos na cidade de Itú, a 1.º de julho de 1819, quasi repentinamente.

A sua certidão de óbito assim reza:

“O Rd.º Pe. Jesuino. Ao primeiro de Julho de mil e oitocentos e desannove faleceu da vida presente o Rd.º Jesuino do Monte Carmelo sem os sacramentos por ser quasi repentinamente de idade de cincoenta annos mais ou menos foi recomendado solemnemente com officio acompanhamento, e enterrado no Convento de N. S. do Carmo de que fis este assento. O Vigr.º Antonio Felis d'Olivr.ª”

(Arquivo da Curia Metropolitana — Óbitos 4.1.35. fls. 69 v.).

\* \* \*

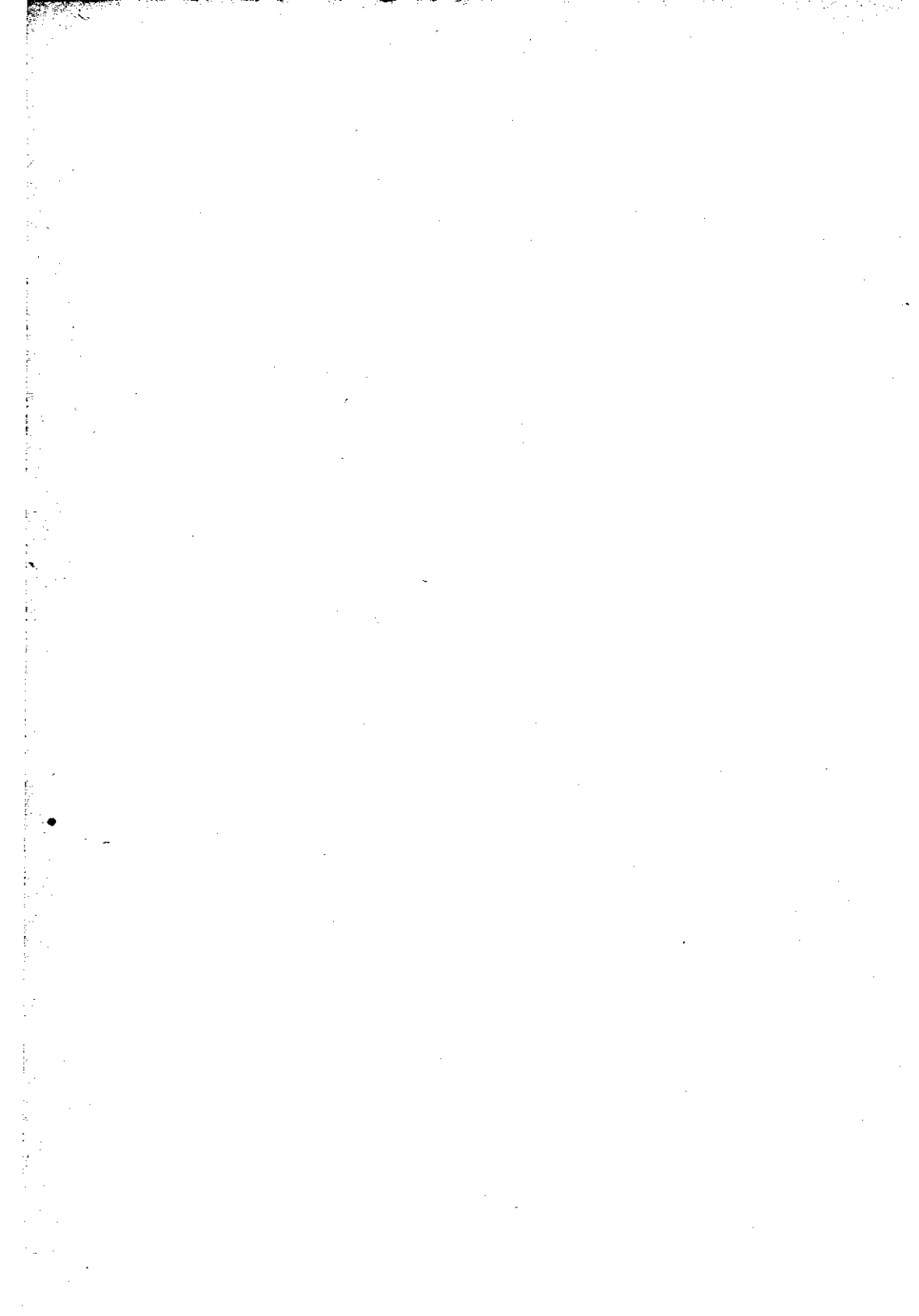
Expressando-se sobre a pessoa do padre Jesuino do Monte Carmelo, assim escreveu o imortal arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva:

“Artista de valor e espontaneo, não tem sido venerado, como o merece, pela posteridade, jazendo em quasi total esquecimento. A sua memoria deveria ser rehabilitada, e a sua obra estudada com especial carinho.”

Satisfazendo, pois a vontade deste outro paulista extraordinario, que foi o primeiro arcebispo de São Paulo, aqui deixamos aos nossos leitores algumas notas sobre tão notavel artista.

S. Paulo, 1939.

Instituto Histórico e Geográfico  
de São Paulo



# Cadastro Social

(Em dezembro de 1939)

## PRESIDENTE PERPETUO

José Torres de Oliveira

## PRESIDENTE HONORARIO

Afonso de Escagnolle Taunay

## SOCIOS BENEMÉRITOS

Carneiro, Luiz  
Guimarães, Manuel Pereira  
Ribeiro, Samuel  
Soares, José Carlos de Macedo

## SOCIOS HONORARIOS

Aires, Leopoldo (Padre)  
Arantes, Altino  
Araujo, Deusdedit (Cônego)  
Azevedo, José Vicente de (Conde)  
Barros, Maria Pais de  
Bevilaqua, Clovis  
Camargo, Laudo Ferreira de  
Campos, Pedro Dias de (Coronel)  
Carvalho, Afonso José de  
Carvalho, João Batista de (Padre)  
Correia, Francisco de Aquino (D.)  
Danti, José (Padre, S. J.)  
Egas, Eugenio de Andrada  
Ferrero, Guglielmo  
Freitas, Leopoldo de  
Gama, Noemia Nascimento  
Gonçalves, Alberto José  
Guimarães, José Maria Moreira (General)  
Krug, Edmundo

Leite, Serafim (Padre, S. J.)  
 Lisboa Junior, José Maria  
 Madeira, Gastão Galhardo  
 Magalhães, José Augusto de  
 Manso, Manuel da Costa  
 Marrey Junior, José Adriano  
 Mesquita Filho, Julio de  
 Mota, Cândido Nazianzeno Nogueira da  
 Nazaré, Carlos de Sousa  
 Neri, José de Castro (Padre)  
 Pinto, Gastão Liberal (D.)  
 Prado, Paulo da Silva  
 Queiroz, Carlota Pereira de  
 Queiroz, José Pereira de  
 Rennotte, Marie  
 Rio, José Pires do  
 Rocha, Sinesio  
 Rodrigues, João Lourenço  
 Rondon, Cândido Mariano da Silva (General)  
 Severo, Ricardo  
 Silva, José Gaspar de Afonseca e (D.)  
 Silveira, Maria Imaculada Xavier da  
 Sousa, Washington Luiz Pereira de  
 Tibiriçá, Ana de Queiroz Teles

#### SOCIOS EFETIVOS

Aguirra, João Batista de Campos  
 Aires Neto, José  
 Airosa, Plínio Marques da Silva  
 Almeida, Antonio Paulino de  
 Almeida, Galeno Martins de  
 Almeida, Gastão Ferreira de  
 Almeida, Guilherme de  
 Almeida, Joaquim Canuto Mendes de  
 Almeida, Marcelo de Toledo Piza e  
 Almeida, Tácito de  
 Andrade, Carlos de Moraes  
 Andrade, Edmundo Navarro de  
 Andrade, Mario de  
 Aranha, Cassio Egidio de Queiroz  
 Araujo, Rui Calasans de  
 Ascoli, Haroldo Renato  
 Assiz, José Eugenio de Paula  
 Assunção, Laerte Teixeira de  
 Azevedo, Aroldo Edgar de  
 Azevedo Filho, José Bueno de Oliveira  
 Baldus, Herbert  
 Barros, Riyadavia Dias de  
 Bloem, Rui



Braga, Cincinato  
Braga, Teodoro  
Brotero, Frederico de Barros  
Bueno, Bento  
Caiubí, Amando Franco Soares  
Camargo, Antonio Pompeu de  
Campos, Cândido de Sousa  
Campos, Cantidio de Moura  
Campos Filho, Paulo Barbosa de  
Cardim, José da Mata  
Cardoso, João Pedro  
Carmilo, Edvard  
Castruccio, Giuseppe  
Cesarino Junior, Antonio Ferreira  
Cintra, Antonio Felix de Araujo  
Coimbra, Alvaro da Veiga  
Correia, Dacio Pires  
Correia, Paulo de Lima  
Cortez, João Gomes d'Oliveira Mendonça  
Coutinho, Ulisses  
Cruz, José Maria Marques da  
Daunt, Ricardo Gumbleton  
Dias, Teodomiro  
Drummond, Antonio Augusto de Menezes  
Elis Junior, Alfredo  
Faria, Julio Cesar de  
Fernández, José Alarcón  
Ferraz, Manuel Carlos de Figueiredo  
Ferreira, Inacio da Costa  
Florence, Amador  
Fonseca, Antonio Carlos da  
Fonseca, José Manuel de Barros  
Forjaz, Djalma  
Franco, Francisco de Assiz Carvalho  
Freire, Paulo Aurisol Cavalheiro (Padre)  
Freitas Junior, Afonso Antonio de  
Godói, Firmino Augusto de (Major)  
Gonzaga, Augusto  
Granato, Lourenço  
Guedes, Henrique Jorge  
Isoldi, Francisco  
Laurito, Domingos  
Leite, Aureliano  
Lessa, Vicente do Rego Temudo  
Lion, Ricardo  
Magalhães, Paulo Ribeiro  
Magro, Omar Simões  
Melo, Américo Brasiliense de Almeida  
Melo, Astrojildo Rodrigues de  
Melo, Felix Soares de

Melo Neto, José Joaquim Cardoso de  
Mendes, Persio Pereira  
Mesquita, Francisco  
Monteiro, Plinio de Barros  
Morais, Rubens Borba Alves de  
Morato, Francisco Antonio de Almeida  
Moreira, Roberto dos Santos  
Moura, Américo Brasiliense Antunes de  
Moya, Salvador de (Tenente-Coronel)  
Nogueira, José Carlos de Ataliba  
Oliveira, Alípio Leme de  
Oliveira, Álvaro de Sales  
Oliveira, Álvaro Soares de  
Oliveira, Armando de Sales  
Orlandi, José de Oliveira  
Paula, Eurípedes Simões de  
Penteado, Fausto de Almeida Prado  
Pereira, Armando de Arruda  
Pestana, Sinesio Rangel  
Pettinati, Francisco  
Piccarolo, Antonio  
Pinto, Leonardo  
Pinto, Raul de Frias Sá  
Piza, Lelio  
Portugal, Silvio Pimentel  
Prado, Fabio da Silva  
Prado, João Fernando de Almeida  
Prado, Martinho da Silva  
Queiroz, Amadeu de  
Reis, Mario Meireles  
Rezende Filho, Gabriel de  
Ribeiro, Clovis  
Rubião, José Vicente Álvares  
Rúffolo, Geraldo  
Sales, Dagoberto  
Salgado, José Augusto Cesar  
Sanctis, Mario de  
Santos, Amílcar Salgado dos (Major)  
Santos, Francisco de Paula  
Seabra, Demetrio Justo  
Silos, Honorio de  
Silva, Antonio Carlos Pacheco e  
Silva, Aristides Monteiro de Carvalho e  
Silva, José Pinto e  
Silva, Nicolau Duarte  
Silva, Sergio Milliet da Costa e  
Silva Junior, Vitor Freire da  
Silveira, Carlos da  
Silveira, Enzo  
Simonsen, Roberto  
Sousa, Alcindo Muniz de

Sousa Filho, João Batista de  
Stella, Jorge Bertolaso  
Stevenson, João Penteado Erskine  
Teles, Goffredo Teixeira da Silva  
Teles, José Francisco de Queiroz  
Thiollier, René  
Thut, Roberto  
Toledo, João Augusto de  
Toledo, José de  
Tomaz, Luiz Sergio  
Trípoli, Cesar  
Vale, Luiz Ribeiro do  
Vidal, Bento de Abreu Sampaio  
Vidal, Joaquim de Abreu Sampaio  
Vidigal, Gastão  
Vieira, Hermes  
Vieira, João Lelis  
Vilares, Jorge Dumont  
Wendel, Guilherme  
Whitaker, Artur Pequerobí de Aguiar  
Whitaker, José Maria

## SOCIOS CORRESPONDENTES

Almeida, Luiz Castanho de (Cônego)  
Barbosa, Plínio Gomes  
Calmon, Pedro  
Camargo, Celso Ferraz de  
Camargo, Cristovão de  
Campos, Higinio (Monsenhor)  
Cardoso, Dulcideo Espírito Santo (Tenente-Coronel)  
Carvalho, Teófilo Feu de  
Castro, Eugenio Teixeira de (Comandante)  
Caviglia, Buenaventura  
Coarací, Vivaldo  
Correia Filho, Vergilio  
Devoto, Juan S. Pivel  
Doca, Emilio Fernandes de Sousa (Coronel)  
Doria, Luiz Gastão d'Escragnolle  
Duarte, Rafael  
Fleiss, Max  
Garcia, Rodolfo  
Guimarães, Arquimedes Pereira  
Guisard Filho, Felix  
Hurley, Henrique Jorge  
Lamego, Alberto Frederico de Moraes  
Magalhães, Basílio de  
Matos, Anibal de  
Melo, Mario  
Menezes, Rodrigo Otavio Langaard  
Mesquita, José de  
Minhoto, Laurindo Dias

Moutinho, Murilo (Padre, S. J.)  
Nardy Filho, Francisco  
Nunes, Carlos Alberto da Costa  
Oliveira, José Feliciano de  
Oliveira, Sebastião Almeida  
Pranzini, Umberto  
Rangel, Alberto  
Recalde, Juan Francisco  
Rego, Manuel Hipólito do  
Ribeiro, Manuel Braga  
Rivet, Paul  
Schroeder, Celso M.  
Silva, Manuel Cícero Peregrino da  
Silva, Paulo Eleuterio Álvares da  
Siqueira, Hildebrando  
Soares, José Eduardo de Macedo  
Soares, José Roberto de Macedo  
Sousa, Bernardino de  
Souto, Luiz Filipe Vieira

## Elogio dos socios falecidos durante o ano social de 1938-9

*Discurso proferido pelo orador oficial Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, em sessão magna de 1.º de novembro de 1939.*

Entremos desde logo no estudo das biografias dos confrades que a morte roubou ao nosso convivio, no ano social ontem findo. Tudo nos obriga a ser sucinto, não obstante o dilatado das vidas ricas, muito ricas em obras.

Algumas delas oferecem materia para alentado tomo, todas para mais demorada investigação.

É-nos dada a ordem a seguir pela propria ceifadora das vidas: seguiremos a cronologia dos falecimentos.

### D. DUARTE LEOPOLDO E SILVA

O primeiro deles foi o senhor dom Duarte Leopoldo e Silva, socio honorario e vice-presidente nosso, e que por largo tempo exerceu a presidencia do Instituto.

Nasceu na tradicional cidade de Taubaté, aos 4 de abril de 1867, filho de Bernardo Leopoldo e Silva e de d. Rosa Marcondes Leopoldo e Silva.

Fez os estudos primarios e quasi todos os secundarios, na cidade natal, concluindo-os no curso anexo à Faculdade de Direito de S. Paulo. Aos 18 anos de idade, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo de abandonar a escola e os estudos, por motivo de saude. Quando se decidiu a reiniciá-los, verificou que a sua vocação era um chamado de Deus para o sacerdocio, por isso vindo procurar, nesta Capital, seu padrinho de batismo, monsenhor João Alves Coelho Guimarães, a esse tempo reitor do seminario episcopal. Matriculou-se nesse instituto em 1887. No dia 30 de outubro de 1892, recebeu a ordenação de presbítero, conferida pelo então bispo diocesano, d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.

Pela piedade e pela intelligencia, distinguiu-se, no seminario, e aí continuou, após o presbiterato, como professor, até ao fim do ano seguinte, em que foi nomeado, por d. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, coadjutor da paróquia de Jaú. Foi rápida sua passagem por essa cidade, pois, logo em seguida lhe foi cometido o paróquiato de Santa Cecilia, nesta Capital. Aquí, seus trabalhos tanto de ordem espiritual como de ordem material, entre estes a construção da bellissima

Matriz, que ainda hoje admiramos, lhe grangearam a prebenda de cônego capitular. E, quanto mais se adiantava na vida paroquial, mais se avultavam os merecimentos e qualidades do jovem sacerdote, assim apon-tado para as mais altas dignidades eclesiásticas.

Em 1904, é eleito bispo para suceder a d. José de Camargo Barros, na diocese de Curitiba, sendo sagrado, em Roma, no dia 22 de maio, pelo cardeal Merry del Val, secretario de Estado de S. S. Pio X.

Visitou todas as paróquias de seu bispado, que então abrangia os Estados do Paraná e de Santa Catarina, ocupando-se não apenas da vida religiosa dos seus diocesanos, como ainda da vida social e de outros aspectos de interesse nacional.

Dois anos depois, era transferido para a diocese de S. Paulo, onde novamente vinha suceder a d. José de Camargo Barros, tragicamente morto no naufragio do "Sirio", em aguas do Mediterraneo. Deu-se a sua entronização aos 14 de abril de 1907. Desde logo reconheceu a necessidade da subdivisão de tão vasto territorio, devendo-se em grande parte à sua ação a criação da arquidiocese de S. Paulo, com cinco bispos sufraganeos, que mais tarde se desdobraram em outros tantos, contando hoje a provincia 12 dioceses.

Após esse trabalho inicial, restrita a esfera de sua jurisdição, restava-lhe ainda um campo imenso à obra de apostolado e múltipla ação, tanto mais que dessa época em diante se assinala o mais rápido surto progressista de todo o Estado de S. Paulo e especialmente de sua Capital, que, de 300.000 habitantes, no início do governo de d. Duarte, passou afinal a ter 1.200.000, sendo de notar ainda que só recentemente, com a criação das últimas dioceses, ficou o arcebispado reduzido ao seu atual territorio.

Não é preciso mais do que a simples enumeração das obras realizadas durante o tempo que regeu a arquidiocese, para se aquilatar o valor e a fecundidade do seu apostolado.

Dentre as espirituais e de piedade, devem ser mencionadas as obras de vocações sacerdotais, a exposição do Santíssimo Sacramento, em cada um dos dias da Semana, distribuidos pelas paróquias da Capital; o Congresso Eucarístico de 1915; a adoração perpetua; o extraordinario aumento e multiplicação das congregações marianas; a associação das mães cristãs, obra entrevista desde os tempos do paróquiato de Santa Cecilia e realizada com êxito, em 1920, na Liga das Senhoras Católicas; finalmente, a maior difusão, mesmo fora da arquidiocese, da devoção da Virgem Santíssima, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida, cuja basílica conseguiu ele que a Santa Sé deixasse pertencente ao arcebispado, embora fora das suas divisas.

Alem do majestoso edificio da Curia Metropolitana e de outros de menor vulto, duas obras verdadeiramente extraordinarias, tanto do ponto-de-vista material como do alcance espiritual, são devidas ao zelo do apostólico antistite, merecendo dele desvelo todo especial: o Seminario Central da Imaculada, no Ipiranga, e a Catedral metropolitana. E, mais para o fim de sua vida, eram estes os pontos prediletos de seu descanso e visitas para se distrair das preocupações e cansaças não diminutas no governo diocesano. Da prova do carinho que lhe merecia o Seminario, basta aduzir a circunstancia de colocar na sua direção sacerdotes dos mais virtuosos e illustrados do seu clero verdadeiramente modelar, pois

do Seminario lhe veio o seu bispo auxiliar, hoje, por eleição da Santa Sé apostólica, o seu digno sucessor, D. José Gaspar de Afonseca e Silva.

Era de ver o entusiasmo com que se referia à futura Sé e o prazer que experimentava em pessoalmente mostrar aos visitantes ilustres o andamento da vagarosa construção.

Narrou-nos monsenhor Pisani, arcebispo aposentado em elevado cargo da diplomacia pontificia, e que esteve entre nós, quando do regresso a Roma depois do Congresso Eucarístico de Buenos Aires, que d. Duarte, acompanhando-o em minuciosa visita às obras, acabou por convidá-lo para as solenidades da inauguração do futuro templo gótico.

— “Mesmo lá do céu, Excelencia, estaremos presentes”, — respondeu-lhe Monsenhor Pisani.

A nossa impressão é que d. Duarte contava fazer a sagração da sua Catedral. Deus assim não o quis, e mais se coaduna com a majestade e grandeza dos templos ogivais serem eles obras de gerações, labor de multidões, representando, assim, a continuidade de vida longa e perene, no enlaçamento do passado, do presente e do futuro.

EscrITOR finíssimo, manejava a língua com gosto tão aprimorado quanto sobrio, aborrecendo o estilo derramado e prolixo, bem como as expressões vulgares. A frase castigada, sem atavios, torneando-a com graça com o único objetivo de tornar mais atraente a expressão de seu pensamento. Tinha um vocabulário rico e a urdidura da frase era de sabor clássico. Não abusava das citações, pelo contrario, era muito sobrio em se acolher a autoridades. Todavia, corretíssimo na indicação das fontes, não se ataviava com jóias alheias.

Ainda quando vigário de Santa Cecília, publicou trabalhos de doutrina religiosa, como o excelente estudo moral e dogmático, de instrução aos seus paroquianos sobre o sacramento do matrimonio, intitulado *Pela família*, de que se tiraram três edições. Da mesma época é a *Concordancia dos santos Evangelhos ou os quatro Evangelhos reunidos em um só*, notabilíssimo trabalho de exegese, valioso mais pelo texto do que pelas notas, e que alcançou segunda edição.

Orador sacro, era de eloquencia sobria e maneiras distintas, nunca alçando mui alto a voz, mesmo porque a tinha um tanto fraca e algo velada; no entanto, o modo de falar era persuasivo, a voz imperiosa. De mais, os quadros que descrevia tinham as cores tão carregadas ao vivo que impressionavam de maneira profunda.

O orador era em d. Duarte o mesmo escritor e por isto se perpetuaram, no livro, os seus sermões da Paixão, proferidos depois da demolição da Sé, nas igrejas de Santa Ifigenia, do Carmo e Santa Cecília, em número de seis, entre 1915 e 1921, reunidos em volume do qual se tirou segunda edição. O orador e o escritor confundem-se, ainda, nos perfis amigos e páginas soltas, pequenos discursos proferidos em varias circunstancias, principalmente nos dez últimos anos de vida e reunidos sob o título *Illuminuras*.

Homem de grande intelligencia e cultura, além disso afeiçoado aos estudos de historia, não era possível deixar de pertencer ao quadro dos socios do nosso Instituto, que sempre reuniu as principais figuras do escol paulistano, amantes das nossas tradições. Por proposta assinada pelo dr. A. Miranda Azevedo, cônego Ezequias Galvão da Fontoura, conselheiro Duarte de Azevedo e dr. Teodoro Sampaio, datada de 5 de

março de 1904, o então cônego Duarte foi eleito, no dia 19, socio efetivo deste sodalicio e, na véspera de completar um ano, promovido a socio honorario, já quando bispo de Curitiba.

Fora do Instituto, demonstrou o seu amor aos papéis velhos e às coisas antigas, recolhendo ele proprio ou mandando conservar e catalogar os arquivos das capelas, igrejas, e, principalmente, reunindo no arquivo da curia metropolitana riquíssimo cabedal de documentos, que, devidamente ordenados, têm servido à elucidação do nosso histórico. Parece que nutria o desejo de largas publicações, porem as obrigações do cargo lhe absorviam o tempo, havendo de suas *Notas de historia ecclesiastica* publicado apenas quatro estudos, em dois fascículos, e isto mesmo com largo espaço de perneio, por ter saído o primeiro em 1916 e o segundo em 1937. São eles: *As capelas de Araçariguama e seus fundadores*, *Mojó das Cruzes e seus fundadores*, *Barueri - Parnaíba, Cotia*. Na advertencia com que abre o fascículo ultimamente publicado, explica que as notas históricas, nele insertas, havia, largos anos que jaziam abandonadas no escaninho dos papéis inuteis ou indiferentes. Acrescenta, porem, se não poderem já então completar e esclarecer, mesmo porque "não se reacende, facilmente, a chama que uma vez se deixou apagar".

De fato, o ministerio apostólico nele nos roubou um investigador de qualidade, capaz de vir a ser notavel historiador, si as preferencias da sua vocação não o tivessem acorrentado ao munus de pastor das almas. No estudo sobre *As capelas de Araçariguama*, versa ele materia emaranhada em varios problemas da historia paulista e a elucida por forma clara e interessante, chegando até a provar o contrario de quanto se admitia como pacífico e sobejamente afirmado pela documentação existente. Assim, por exemplo, a parte central desse trabalho esmiuça a vida do célebre padre Guilherme Pompeu de Almeida, tido por historiadores e romancistas como homem de fabulada grandeza, que viveu abundante de cabedais com grande tratamento e opulencia na sua casa. D. Duarte desfez a lenda desse *Cresço americano*, posta em voga por Pedro Taques e realçada por Julio Ribeiro, no *Padre Belchior de Pontes*, reduzindo à devida medida a riqueza do célebre paulista. De importancia tambem é o juizo crítico que emite sobre a pessoa de Guilherme Pompeu: "Era menos padre do que negociante feliz, e tão feliz que chegou a ser, no escasso meio colonial, verdadeira potencia financeira."

A sua operosidade de historiador, que não foi grande pelos motivos já apontados, uniu d. Duarte à estima e distincção com que tratou o nosso Instituto, aceitando a sua eleição para vice-presidente, no trienio de 1919 a 1921, numa chapa encabeçada pelo dr. Altino Arantes, como presidente, sabendo, portanto, que a ele caberia a direção dos trabalhos em virtude deste nosso ilustre confrade estar exercendo a presidencia do Estado. Nenhuma outra associação leiga mereceu esta honraria com que d. Duarte distinguiu o Instituto Histórico, cuja explicação talvez a encontremos no discurso de agradecimento proferido na sessão de posse, realizada a 25 de janeiro de 1919, onde ele confessa andar muito desviado dos assuntos históricos, que, entretanto, eram de sua inteira predileção.

Sempre ocupou a presidencia do Instituto, havendo presidido a 28 sessões. O livro de atas dá noticia da proposta que fez, na sessão de 20 de maio de 1920, de se telegrafar ao Congresso Nacional, aplaudindo a



deliberação de se trasladarem os restos mortais de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina para o Brasil. Na sessão de 25 de outubro do mesmo ano, d. Duarte refere-se à organização do arquivo da Curia metropolitana, "para o qual não tem poupado esforços nem despesas", pondo-o à disposição dos consócios e estudiosos.

Na sessão de 10 de fevereiro de 1921, deu ao Instituto as primicias do seu notavel trabalho *O clero e a independencia*, destinado ao Instituto Histórico Brasileiro, onde o leu mais tarde, vindo a lume, em seguida, no *Dicionario histórico, geográfico e etnográfico do Brasil (comemorativo do primeiro centenario da independencia)*, publicado por aquele Instituto em 1922. No ano seguinte, foi editado em livro pelo "Centro D. Vital", na coleção "Eduardo Prado".

Passa o historiador em revista os fatos da vida nacional, estudando os vultos do clero, não só na Independencia, como antes e depois do movimento de nossa emancipação politica. Assunto difficil pela delicada posição do historiador, cujo juizo crítico não podia deixar de envolver o prestigio de sua autoridade em questão de doutrina religiosa. Ele mesmo mais de uma vez mostra o erro daqueles padres políticos, descendo a lutas de odio e de sangue, esquecendo seus deveres sacerdotais, muitos de vida irregular, muitos filiados às lojas e academias, oficinas maçônicas todas prohibidas pelas leis da Igreja; todos misturando assuntos sagrados com partidarismo politico, e o historiador não deixou no olvido assassinatos, desordens, pecados, profanações, sacrilegios e até o exemplo péssimo e deleterio do proprio suicidio. Si o historiador não foi rigoroso, todavia buscou as explicações que os fatos comportavam, para neles só ver o patriotismo.

Inscribe-se d. Duarte, na sessão de 20 de julho de 1921, para redigir a tese intitulada "Padre Diogo Antonio Feijó, sua ação na Independencia", a sétima das propostas por Afonso A. de Freitas, em seu plano comemorativo do centenario da Independencia. Na sessão de 5 de setembro seguinte, comemora d. Duarte o centenario do antigo bispo de Olinda, d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho.

A 12 de outubro, presidiu à última sessão do seu mandato. Não foi candidato à reeleição, sendo dignamente substituido no cargo de vice-presidente pelo illustre dr. Torres de Oliveira, tesoureiro na directoria anterior. Todavia, d. Duarte passou a fazer parte da comissão de literatura e manuscritos, com os drs. Altino Arantes e Américo Brasiiliense. Parece, entretanto, que não mais assistiu a reuniões do Instituto.

Não é sem justificado motivo, portanto, que lamentamos o desaparecimento de uma vida tão proveitosa, tão cheia de serviços ao Instituto, à religião e à Patria. Ficará o seu nome perpetuamente lembrado neste sodalicio, como um dos maiores que por aqui passaram.

Ocorreu o seu falecimento no dia 13 de novembro de 1938, constituindo a trasladção do esquife para a cripta da Catedral a melhor demonstração, não apenas de estima, mas de justiça e da gratidão do nosso povo ao grande arcebispo.

## DR. FRANCISCO FERREIRA RAMOS

Este nosso socio honorario nasceu em Itaperuna, na então Provincia do Rio de Janeiro, aos 12 de maio de 1866, sendo seus pais Antonio Ferreira Ramos e d. Emilia Ferreira Ramos. Fez seus estudos no Collegio Pedro II, do municipio neutro, onde tambem cursou a Escola Politécnica, formando-se em engenharia civil.

Ainda recém-diplomado, em 1890, veio fixar residencia na nossa cidade, assim, acedendo ao convite do dr. Paulo de Frontin para exercer as funções de diretor da Companhia Melhoramentos de S. Paulo. Sua principal atividade, então, consistiu na instalação das grandes caieiras que abasteceram o serviço de construções de predios da Capital, por espaço bem maior de cinco lustros.

Da Escola Politécnica, recentemente fundada, foi nomeado professor catedrático da cadeira de fisica e meteorologia, por decreto de 13 de janeiro de 1894, cargo em que veio a aposentar-se, depois de 30 anos de ensino eficiente, havendo contribuido eficazmente para a formação dos nossos melhores engenheiros, saídos em tão largo periodo daquelle modelar estabelecimento de ensino superior, tanto mais que ocupou, successivamente, as cátedras de Eletricidade, de Economia Política e Direito Administrativo, bem como a vice-diretoria da Escola.

Intellectual operoso e homem de ação, a sua atividade se acentua na cátedra, no jornal, nas revistas, assim como na lavoura, em sua fazenda de café, no commercio e industria, como diretor da Cia. Iniciadora Predial, Cia. Suburbana Paulista, Banco Ítalo-Belga, Brasital S/A. Assim como seu irmão, dr. Augusto Ramos, foi especialista em assuntos financeiros e econômicos. Publicou varios trabalhos de proficiencia, em que estuda importantes problemas de nossa vida industrial e agricola, tendo sido considerado autoridade nesses assuntos: *A situação do café*, 1919; *Curso de electrotécnica*, 1903-4; *Relatorio apresentado à Sociedade Paulista de Agricultura sobre a exposição de S. Luiz 1907*; *A engenharia e a produção nacional* (artigos publicados em *O Estado de S. Paulo*).

Representou S. Paulo quando do lançamento de vultosos empréstimos em Londres, bem como foi componente da comissão de banqueiros incumbida da liquidação do estoque de café, tudo isto por ocasião da valorização deste produto, feita pelo governo Jorge Tibiriçá em 1906.

Antes e depois dessa data, esteve por varias vezes representando o Brasil no estrangeiro, em comissões officiais. Em 1902, foi nosso delegado na Exposição Internacional de S. Luiz, nos Estados Unidos; em 1910, na Exposição Internacional de Bruxelas. Pelo seu valor e experiencia, foi nomeado delegado geral da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922, comemorativa do centenario da Independencia.

Foi ainda o dr. Francisco Ferreira Ramos fundador e principal animador da Sociedade Paulista de Agricultura, mais tarde incorporada à Sociedade Rural Brasileira, benemérita instituição, que continua a prestar ao país os mesmos excelentes serviços que ambas já prestavam.

Foi membro da primeira diretoria do Instituto do Café de S. Paulo. Presta o Instituto sentida homenagem ao illustre consocio, cuja intelligencia e operosidade eficazmente contribuíram para o progresso de nossa terra. Faleceu a 26 de novembro de 1938, nesta Capital.

## DR. JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIZ BRASIL

Enche páginas da historia patria, nos últimos 50 anos, o nome do nosso socio honorario, Assiz Brasil, nascido em S. Gabriel, provincia de S. Pedro, aos 29 de julho de 1857, filho de Francisco de Assiz Brasil e de d. Joaquina de Assiz Brasil. Na Academia de Direito de S. Paulo, onde fez os estudos jurídicos, coçou grau de bacharel, a 20 de novembro de 1882.

O traço característico de sua vida foi o de político. Madrugou na política, desde o primeiro ano acadêmico, inscrevendo-se entre os republicanos. Sua atividade partidaria assinalou-se no "Clube Republicano Acadêmico", de cujo órgão — *A República* — foi redator. Redator tambem no quarto ano, da *Revista Federal*, aderindo assim às duas idéias em moda àquele tempo: a República e a Federação.

Regressando à sua Provincia, recebe o mandato popular de deputado provincial, de 1884 a 1888, casando-se, no segundo ano de legislatura, com Cecília Prates, irmã do notavel político Julio de Castilhos.

Após a proclamação da República, aparece no cenario nacional como deputado eleito pelo seu Estado à Assembléia Constituinte. Era um espirito sincero em suas convicções e de palpavel pureza de intenções, como o demonstram, alem de outras, as atitudes assumidas, com clareza e muita dignidade, nos primeiros anos do novo regime. Recusou uma pasta no ministerio formado pelo barão de Lucena. Não abandonou a Câmara federal, só porque a mesma lhe não aceitou a renuncia, embora instruida com parecer favoravel da comissão de poderes.

Ainda em 1890, é nomeado embaixador extraordinario em Buenos Aires, posto em disponibilidade no ano seguinte. Em '93 desincumbe-se de uma missão especial, na China. Em '95, outra comissão leva-o de novo ao estrangeiro, desta vez a Portugal, constituindo a sua nomeação o reatamento das nossas relações diplomáticas com o país irmão, cuja ruptura fora devido ao asilo dado a officiais e marinheiros da revolta de '93, com o que não concordara o presidente da República, marechal Floriano Peixoto. Três anos depois, dá-se a sua transferencia para a embaixada de Washington, onde, a partir de 1902, acumulou as funções de ministro plenipotenciario no México. Ainda como diplomata, juntamente com Rui Barbosa, compõe a missão especial encarregada dos negocios relativos ao tratado de limites com a Bolivia, toma parte no 3.º Congresso, em 1907, sendo a seguir posto em disponibilidade, para ser aposentado em 1912. Diz um seu biógrafo, valendo-se, talvez, de apontamentos do proprio biografado, que, nesta época, Assiz Brasil se mostrou desgostoso com o falseamento do regime republicano, decidindo abandonar a vida pública para exclusivamente se votar ao cultivo da terra e à pecuaria, na sua granja de Pedras Altas, tornada afamado recanto, não apenas pelo voluntario retiro do notavel brasileiro, como principalmente pelo fato de, dez anos depois, daí dirigir a campanha política em prol de sua candidatura à presidencia do Estado natal, já por ele exercida, embora transitoriamente, antes da missão diplomática, na China. Acendeu-se em demasia a luta, exacerbando-se as paixões políticas, pelo fato do seu concorrente, Borges de Medeiros, já de longa data occupar o cargo e pretender a reeleição, o que se deu, originando-se violenta guerra civil, em 1922, de que foram chefes ele e o seu amigo coronel Zeca Neto.

Cessada a luta, esteve Assiz Brasil na nossa cidade, onde foi alvo de varias homenagens, entre as quais um grande banquete promovido pela Sociedade Rural Brasileira, a 16 de janeiro de 1923. Chegou-se a organizar, porem não foi levada a efeito, uma visita do eminente patriota a diversas cidades do interior de S. Paulo, onde faria discursos politicos, acompanhado por numerosa delegação de academicos de direito.

Vitoriosa a revolução de '30, occupou Assiz Brasil os elevados cargos de ministro da Agricultura do governo provisorio, presidido pelo sr. Getulio Vargas, e de embaixador extraordinario na capital Argentina. Recolheu-se, a seguir, ao seu retiro de Pedras Altas, onde permaneceu alheio à politica até à morte, occorrida no dia 25 de dezembro de 1938.

Não só politico, e dos mais eminentes, foi Assiz Brasil tambem notavel escritor politico e publicista de outros assuntos. E' mesmo vasta a relação dos seus trabalhos publicados em livros e opúsculos, alem dos esparsos pelas folhas e revistas e dos trabalhos officiaes: *Os homens microscópicos*, drama (1876); *Chispas*, poesias (1877); *Libelos a Deus*, poema (1882); *A luz dos evangelhos*, poesia; *O oportunismo e a revolução*, palestra como orador official do Clube Republicano Académico, criticada pelo seu colega A. L. dos Santos Werneck, no seu trabalho *O Positivismo Republicano* (1880); *A República federativa* (1881); *Unidade Nacional* (1883); *Historia da República Rio-grandense*, vol. 1.º (1882); *Do governo presidencial na república brasileira* (1896); *Biografia de Américo Brasiliense de Almeida e Melo* (1883); *Diadura, parlamentarismo e democracia* (s. d.); *Dois discursos pronunciados na Assembléa Legislativa da Provincia do Rio-Grande-do-Sul* (1886); *Os militares e a politica* (1929, 2a. ed.); *Idéia de Patria*, conferencia realizada em S. Paulo (1918); *Brasil escreve-se com S* (1918); *Democracia representativa. Do voto e modo de votar* (1893); *Cultura dos Campos. Noções gerais de agricultura e especies de alguns cultivos atualmente mais urgentes no Brasil* (1898); *Atitude do partido democrático nacional na crise da renovação presidencial para 1930-34* (1929); *A Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul* (1925); *A guerra dos farrapos* (s. d.); *Granja de Pedras Altas* (s. d.); *O monstro* (na *Revista Brasileira*).

Varios destes trabalhos lograram segunda e terceira edição, um deles até quarta edição, mais de um sendo traduzido para o castelhano.

Constitue para nós a vida de Assiz Brasil um exemplo de firmeza de convicções, de patriotismo e de operosidade.

#### OSCAR PEREIRA DA SILVA

Nasceu Oscar Pereira da Silva em S. Fidelis, municipio de Campos, da provincia do Rio-de-Janeiro, aos 27 de agosto de 1867, e faleceu nesta Capital, aos 17 de janeiro do corrente ano. Foi nosso socio honorario. Pintor por vocação, aprimorou os dons naturais sob a direção do grande Vitor Meireles, na Escola de Belas Artes do Rio-de-Janeiro, onde fez o seu curso de 1882 a '87.

Revela-se a influencia do mestre no género de pintura em que se especializou o discípulo — a pintura histórica, indo terminar os estudos

na Europa, em virtude do premio de viagem conquistado pelo brilhante currículo na Escola de Belas Artes.

Seus primeiros trabalhos são *O Renascimento das artes*, pintura decorativa numa das salas da referida Escola; *Batalha de Avaí*, copia reduzida do célebre quadro de Pedro Américo; *Descanso do modelo*, copia de Almeida Junior.

Salientaram-se, na sua primeira exposição, de 1896, os quadros denominados *Cantor Ambulante* e *Petit rentier*.

Nomeado professor de desenho do então novel Ginasio do Estado da Capital, logo depois ingressava para o corpo de professores do Liceu de Artes e Officios, mourejando em ambos os referidos estabelecimentos largos 30 anos. Não ficaram aí suas atividades docentes, pois, juntamente com José Cândido de Sousa, fundou a Escola Paulista de Belas Artes, depois de sua morte agregada à Universidade de S. Paulo, como instituto auxiliar.

O pincel do artista não cessou de trabalhar toda a vida. Antes e depois de 1916, ano em que o governo do Estado lhe deu uma pensão para novo aperfeiçoamento em Paris, trabalhou sempre, ora na feitura de retratos de vultos notáveis da historia patria, e que enriquecem os salões do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado, ora em igrejas e edificios públicos. Muito mais de 50 quadros de Oscar Pereira da Silva conta o museu Paulista e a sua secção na cidade de Itú, dos quais salientamos os seguintes: *Desembarque de Cabral*, *Recepção dos índios a bordo da nau-capitanea de Cabral*, *O príncipe-regente d. Pedro e Jorge de Avilez a bordo da fragata União*, *Sessão das Cortes de Lisboa em maio de 1822*, *Fundação de S. Paulo*. Com exceção do segundo, são todos grandes quadros. Numerosos medalhões ornarn as paredes do Museu, com retratos de *Pedro I*, *José Bonifacio*, *Ledo*, *Feijó*, *José Clemente Pereira*, *Januario da Cunha Barbosa*, *Antonio Carlos*, *Martim Francisco*, *Joaquim José da Rocha*, etc. Copias e interpretações de desenhos antigos, há, talvez, para mais de 20.

Alem do Museu e da Pinacoteca do Estado, encontramos trabalhos devidos ao seu pincel, no teto do Teatro Municipal, um dos seus maiores painéis, e no teto da sala da Congregação da Escola Politécnica.

Na Pinacoteca Nacional, do Rio-de-Janeiro, onde há uma sala a elle dedicada, figuram varias de suas obras, dentre elas *Sansão e Dalila*.

Quadros seus encontram-se tambem na igreja matriz de S. José do Ipiranga, mas principalmente as igrejas da Consolação e de Santa Cecilia, nesta Capital, guardam esplêndidos painéis, demonstrativos do talento de Oscar Pereira da Silva. Na primeira delas, são de sua autoria, si bem que apenas três ostentem a assinatura, as quatro telas de grandes dimensões, que ladeiam o altar-mor, datadas de 1926: *Nascimento de Nosso Senhor*, um de seus mais belos quadros sacros e *Encontro de Nossa Senhora com Santa Isabel*; do lado esquerdo: *Apresentação do menino Jesús no templo e profecia do velho Simeão*, e o último quadro, *Descida da Cruz*. Na parede externa da capela do Santissimo, sobre a porta, está o grande painel da *Santa Ceia*, e, na parede externa da sacristia, tambem sobre a porta, outra grande tela, *A catequese do Brasil pelos jesuitas*.

Tambem na igreja de Santa Cecilia, os trabalhos de Oscar Pereira da Silva emparelham com os de Benedito Calisto. Somente que aqui

os de Pereira da Silva são pintados a fresco. Na cúpola, os quatro *Evangelistas*, em medalhões, dispostos um a um pelos quatro cantos, e, mais acima, as três virtudes teológicas: *Fides*, *Spes*, *Charitas*, e um último quadro, *Justitia*. Sobre os altares laterais e fronteiros, de Nossa Senhora e de S. José, os frescos pintados nas semi-abóbadas: *Assunção da Virgem e Esponsais de Nossa Senhora com S. José*.

No volume XXIII da *Revista* do nosso Instituto, figuram as gravuras de dois quadros de Pereira da Silva: *Folia do Espirito Santo* e *Na hora da Ave-Maria*.

Obteve medalha de ouro, no *Salão* de 1933, nesta Capital, e o premio histórico oferecido pela Prefeitura de S. Paulo, no *Salão* de 1936. Este último coube ao seu quadro *Árvore das lágrimas*. No de 1937, no Rio-de-Janeiro, o premio foi conquistado pelo seu quadro *Oleiro e ferrador*.

Já pelos seus trabalhos em geral, já pelo cultivo do gênero da pintura histórica, Oscar Pereira da Silva honrou o nosso Instituto.

#### DR. HERCULANO CRISPIM DE CARVALHO

Nascido nesta Capital, no largo da Liberdade, aos 25 de outubro de 1867, aqui também faleceu, a 1.º de fevereiro do corrente ano, o dr. Herculano Crispim de Carvalho.

Logo depois de formado pela nossa Academia de Direito, em 1890, foi nomeado promotor público de S.-João-da-Boa-Vista, ingressando, a seguir, na magistratura, como juiz de direito da comarca de Silveiras, mais tarde removido para Itaporanga. Quando juiz desta comarca, em 1901, foi enriquecido com o seu nome o quadro de socios efetivos deste Instituto. Sucessivamente promovido para Mococa, S.-João-da-Boa-Vista e S. Paulo, em todas estas comarcas revelou-se homem boníssimo, atávei no trato, procurando sempre distribuir justiça e, nos devidos casos, decidir com equidade, sendo a característica de sua pessoa, no pretorio, a de uma integridade perfeita.

Como juiz criminal da Capital, sem trair a sua missão, propendia todas as vezes que possível para a parte dos réus, abrandando os rigores da justiça punitiva. A sua atuação no cargo e a estima que grangeou entre os colegas, ministerio público, advogados e funcionarios, valeram-lhe a merecida homenagem da perpetuação de sua passagem pela 4.a vara criminal num retrato, que orna a sala de audiencias, solenemente inaugurado depois de sua aposentadoria.

#### CÔNEGO DR. JOSÉ VALOIS DE CASTRO

Relembremos, agora, a personalidade do nosso socio fundador, cônego dr. José Valois de Castro, nascido em 1856, na cidade de S.-Luiz-do-Paraitinga, deste Estado, e falecido a 30 de julho do corrente ano, na Capital.

Cursou o Seminario Episcopal e a velha Academia de Direito, onde figurou na turma de 1878 a '82, das mais brilhantes que passaram por aqueles claustros, pois poucas como aquela puderam reunir um tão grande

número de notáveis brasileiros. Com José Vicente de Azevedo e Queiroz Carreira, dirige a folha acadêmica *A Reação*. Como já salientamos, nesta mesma noite, recordando a figura de outro consocio, seu colega, era a época de grande agitação político-partidaria, nos meios acadêmicos, sendo intensa a propaganda republicana. Valois de Castro, todavia, estava em campo oposto e esgrimia pelas colunas do seu jornal com o periódico *A República*, de Afonso Celso Junior, Julio de Castilhos e outros, assim como com *A Evolução*, de Julio de Castilhos, Assiz Brasil e Pereira da Costa.

Sacerdote e bacharel em ciencias jurídicas e sociais, Valois de Castro foi nomeado professor do Curso Anexo à Faculdade de Direito e tambem do Seminario Episcopal. Ocupou ali, precisamente, a cátedra de Historia Universal, passando para a mesma cátedra no Ginasio do Estado, da Capital, quando da extinção daquele curso e criação do modelar estabelecimento de ensino secundario.

Exerceu o mandato de deputado estadual, nas legislaturas de 1898 a 1900, daí por diante passando a deputado federal, durante largo periodo, até 1918. Na Câmara federal, dentre outros trabalhos, recordemos a defesa erudita e eficiente, por ele feita, da indissolubilidade do vínculo conjugal, combatendo alguns dos muitos projetos que, periodicamente, eram apresentados em favor do divorcio. Não menos notavel foi a sua atitude por ocasião da expulsão dos padres de Portugal pelo governo republicano, que havia derribado a monarquia e atrozmente perseguia a religião. Na tribuna parlamentar, defendeu com denodo a livre entrada desses refugiados políticos em territorio brasileiro, o que a maçonaria pretendia obstar, sendo afinal vencido o presidente Nilo Peçanha. Foi uma campanha memoravel, e, ao recordá-la, não é possível esquecer, ao lado de Valois de Castro, o nome de Teixeira Mendes e do apostolado positivista, que defenderam as liberdades.

Eleito senador estadual, em 1918, foi mais tarde reeleito, trabalhando no legislativo de S. Paulo até à sua dissolução pela revolução de 1930. Pouco depois, se aposenta no cargo de professor, levando em grande recolhimento espiritual seus derradeiros anos de vida, afastado de qualquer atividade que não fosse relacionada aos bens de sua alma, à vida de piedade e ao convívio de amigos e parentes, daqui se afastando, apenas, para visitar seu irmão, o ilustre prelado monsenhor Nascimento Castro, vigario geral da diocese de Taubaté.

#### DR. RODOLFO VON IHERING

Rodolfo von Ihering, nosso socio efetivo, neto do grande jurista que lhe herdou não só o nome como o amor à ciencia, posto que a bem diverso ramo científico se dedicasse. Foi antes continuador da obra do seu pai, o dr. Hermann von Ihering, organizador e por muitos anos diretor do Museu Paulista, no Ipiranga.

Nasceu na cidade de Taquara, provincia do Rio-Grande-do-Sul, aos 17 de julho de 1883, e faleceu nesta Capital no dia 15 de setembro do corrente ano. Coursou o Ginasio do Estado desta cidade, formando-se em 1901. Sob a orientação paterna, iniciou seus trabalhos no Museu Paulista, logo depois tendo ido fazer estudos superiores de ciencias naturais

na Universidade de Heidelberg, regressando ao seu cargo, em 1908, depois de conhecer os principais museus de história natural da Europa.

Em vista da atitude assumida por seu pai, por ocasião da guerra de 1914, sempre deixou o cargo no Museu, para se dedicar a atividades industriais, sem contudo postergar as investigações científicas, onde sempre se revelou profundo e metuculoso.

Especializou-se em zoologia, principalmente em zoologia brasileira, figurando como eficiente colaborador de seu pai no notavel *Catálogo das aves do Brasil*, bem como em outras monografias. De sua lavra, a *Revista do Museu Paulista* publicou os seguintes trabalhos: *Vespas sociais do Brasil*, *Abelhas solitarias*, *Peixes de agua doce*, *Cobras do Brasil*. Os *Anais paulistas de medicina e cirurgia* divulgaram o seu estudo sobre os *Escorpiões no Brasil meridional*. Trabalhos todos de investigação científica, aparecendo tambem como vulgarizador no denominado *Livrinho das aves*, endereçado de preferencia aos agricultores, pois salienta a utilidade ou nocividade desses animais. Colaborou na imprensa diaria e na periódica, escrevendo e publicando esse verdadeiro monumento científico que é o *Atlas da fauna do Brasil*, graças à decidida proteção que lhe dispensou o nosso consocio embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Em 1926, vemo-lo outra vez de todo consagrado à ciencia, trabalhando na diretoria de industria animal da Secretaria da Agricultura de S. Paulo e, depois, como chefe de serviço no Instituto Biológico da mesma Secretaria. De 1933 a 1937, empenhando-se o governo federal em povoar de peixes selecionados de maneira científica, para o efeito de sua maior reprodução, os açudes nordestinos, construídos pela Inspetoria das Obras contra a Seca, veio buscar em S. Paulo o cientista do Instituto Biológico, onde já havia feito experiencias, mediante o emprego de glândulas de secreção interna, e, embora sem êxito, serviram de trilha a futuras pesquisas, finalmente coroadas. Conhecedor da biologia dos peixes, buscou-lhe as variadas especies, do rio de S. Francisco até ao Amazonas, afim de determinar as sobre que deveria recair a industrialização da sua cultura nos aludidos açudes.

Como salientou V. Correia Filho, nada escapou à sua observação apurada, nem sequer o regime da alimentação natural no meio em que os peixes viviam e cujos elementos essenciais seriam reunidos no futuro viveiro. "A perspicacia do zoólogo apressar-se-ia em modificar a evolução espontanea do fenômeno biológico em beneficio dos criadores, que teriam à disposição o recurso de abreviar os prazos exigidos pela genética natural... Injeções de emulsão de hipófises frescas em casais de peixes supriam a carencia de outros elementos, que habitualmente regulam as atividades reprodutoras, e restringiam o prazo da desova, multiplicando, em consequencia, o rendimento anual da criação, cuja precocidade no desenvolvimento se avantajava sobremaneira nos cardumes semelhantes, a que não fora aplicado análogo tratamento."

Infelizmente não poudo dar à estampa outro monumento de literatura científica, o *Dicionario dos animais do Brasil*, cujo aparecimento prometia para breve no *Ensaio geográfico sobre o vocabulario zoológico popular do Brasil*, artigo inserto na *Revista brasileira de geografia*, confessando novamente o inestimavel auxilio a ele prestado pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares.



A esse trabalho estava entregue, assim como à chefia do serviço nacional de piscicultura do Ministerio da Agricultura, quando foi colhido pela morte, que veio ceifar uma vida de tamanha operosidade e de tantos serviços à ciência patria.

#### COMENDADOR LEONCIO AMARAL GURGEL

Leoncio Amaral Gurgel, socio efetivo do Instituto, nasceu em Pindamonhangaba, neste Estado, no dia 18 de junho de 1876, sendo seus pais Francisco do Amaral Gurgel e d. Benedita Bicudo Gurgel. Fez seus primeiros estudos no Externato Costa, do illustre educador Julio Cesar de Oliveira e Costa, indo cursar humanidades no Colegio S. Luiz, em Itú, o afamado colegio. dos jesuitas.

Nesta Capital, dedicou-se à carreira comercial e industrial, fundou varios estabelecimentos, de que foi diretor, não deixando, contudo, o convívio das letras, estudando e publicando interessantes trabalhos, principalmente de cunho histórico. Numerosos artigos em diversos jornais e varios livros atestam a sua dedicação aos estudos de historia patria e regional, o que lhe valeu a entrada para este Instituto, onde colaborou durante largo tempo com assiduidade, dando a lume, na nossa *Revista*, diversos trabalhos. Foi ainda socio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Colegio Heráldico Romano, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba do Norte, alem de outras associações.

Pelos serviços prestados à Igreja, agraciou-o o Santo Padre Pio X com a comenda e o título de official e cavalheiro da Ordem militar do Santo Sepulcro, em 1910.

Espírito caridoso, repartia com os pobres o que tinha, bem aquinhoando varias instituições religiosas e contribuindo para a reconstrução da Matriz de sua cidade natal e edificação da Catedral de S. Paulo.

Faleceu nesta Capital no dia 6 de outubro do corrente ano. Católico e monarchista, são estas as suas características ideológicas, que repontam em todos os seus trabalhos de literatura histórica, aliás numerosos.

Os volumes IX, XIV e XXII da *Revista* do nosso Instituto publicam artigos de sua lavra: *A guarda de honra do Príncipe D. Pedro (Nome dos naturais de Pindamonhangaba)*, *Os indígenas, João Ramalho perante a historia*, *Notas sobre o Príncipe D. Pedro* e o discurso pronunciado na sessão comemorativa da Sociedade Científica de S. Paulo.

No vespertino *A Gazeta*, desta Capital, publicou em 1920 uma serie de 18 crônicas, a propósito da trasladação dos restos mortais dos Impéradores, assim contribuindo para a campanha, depois vitoriosa, por occasião do centenario da Independencia. Com outros trabalhos, enfeixou-os em livro, em 1927, sob o título de *O neto de Marco Aurelio*. No ano anterior, denominou *Ensaio quinhenistas* à coletanea de cinco trabalhos bem interessantes, entre os quais o estudo sobre João Ramalho e os problemas da vida deste nosso patriarca e que preocuparam os antigos socios do Instituto, como dá noticia a nossa *Revista*. Encerra o volume, ainda, varios estudos em torno de uma carta do veneravel Pe. Anchieta. Restam outros varios trabalhos, dos quais apenas recordamos *Genealogia do dr. Campos Sales*, *Ação Católica*. *O nome Maranhão*,

memoria apresentada ao sexto Congresso de Geografia e *A Questão Christie e o príncipe Leopoldo*.

#### DR. JOSÉ DE PAULA LEITE DE BARROS

Nascido na tradicional cidade de Itú, na fazenda do Barreiro, aos 12 de dezembro de 1855, filho de Antonio de Paula Leite de Barros e de d. Ana de Almeida Sampaio, este nosso saudoso confrade frequentou o curso ginasial, por quatro anos, no famoso collegio S. Luiz, que os padres jesuitas fundaram em sua cidade natal, ocupando, a esse tempo, o vetusto convento dos frades franciscanos, que se encontrava fechado pela carencia de religiosos daquele hábito. E' interessante recordar que o collegio recebeu o nome do patrono do antigo convento, S. Luiz, bispo franciscano, filho dos reis da Sicilia. Paula Leite foi um dos primeiros alunos matriculados no novo estabelecimento de ensino, fundado em 1869.

Cursou a Universidade de Pensilvania, na cidade de Filadelfia, formando-se em medicina em 1878, indo praticar em hospitais de Paris. Exerceu a clínica em Itú, pelo espaço de quatro anos, na mesma cidade, passando a militar na política, nas fileiras do Partido Republicano, havendo representado o directorio local nas convenções anuais realizadas na capital da Provincia, de 1881 a 1889. Exerceu varios cargos eletivos, como juiz de paz e presidente da Câmara municipal. Foi coronel-comandante da Guarda Nacional, zelador do hospital de morféuticos e provedor da irmandade da Santa Casa de Misericordia, em Itú; membro do conselho da Cia. Mojiana de Estradas-de-Ferro, da Cia. Paulista de Seguros, da Cia. Iniciadora Predial; da directoria da Sociedade Paulista de Agricultura, da mesa administrativa da Santa Casa de Misericordia da Capital e da directoria da Cia. Paulista de Estradas-de-Ferro.

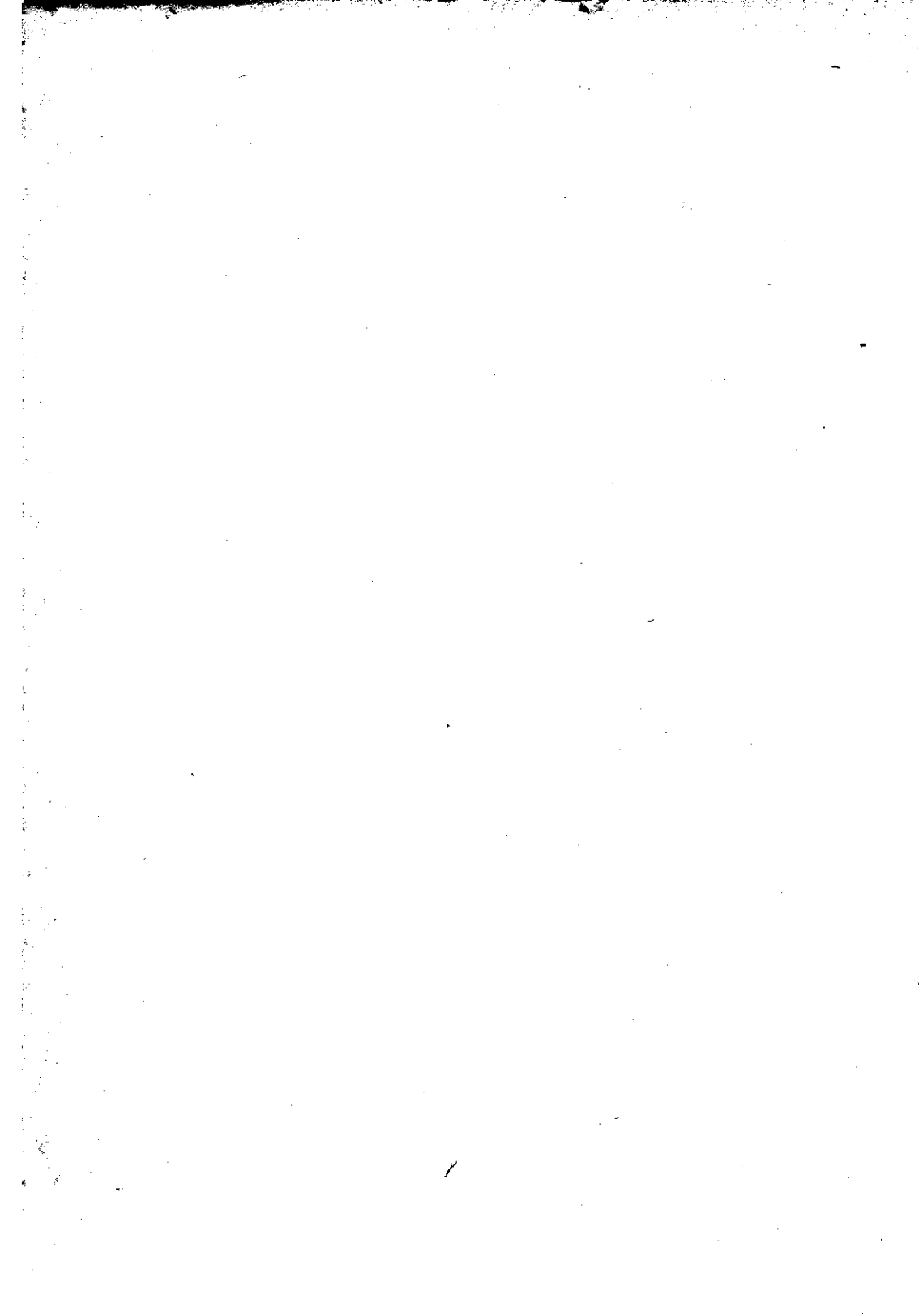
Desde 1904 transferira residencia para esta cidade, passando a frequentar o nosso Instituto, para o qual ingressara em virtude do seu trabalho *Notas genealógicas da familia Paula Leite*, impressos em 1901 e, apresentando numerosas correções, novamente publicado no volume XXV da *Revista social*, que tambem insere outro trabalho: *Homenagem ao máximo benfeitor de Itú, Joaquim Bernardo Borges*.

Ainda na última sessão ordinaria, dois dos nossos distintos confrades recordaram as benemerencias do saudoso consocio dr. Paula Leite, não ficando esquecida a reivindicação para Itú da criação do sistema de ensino primario em escolas reunidas, sendo esta a origem dos grupos escolares, hoje espalhados pelo territorio de todo o Estado. E o confrade presidente perpetuo, o nosso prezado amigo dr. Torres de Oliveira, lembrou a dedicação, os esforços e o verdadeiro amor que o saudoso consocio dedicava ao Instituto, salientando principalmente os assinalados serviços prestados nos largos anos em que foi nosso tesoureiro, por mais de uma vez contribuindo do seu bolso para as despesas sociais, serviços que não se apagarão de nossa memoria e que foram reconhecidos ainda em vida do dr. Paula Leite, pois o Instituto, num gesto de merecida homenagem, elevou-o à categoria de socio benemérito.

Foi ele tambem socio do Instituto do Ceará.

No dia 7 de outubro próximo findo, com o seu falecimento, perdeu o Instituto um dos seus bons servidores.

Eis, meus caros consocios, os nomes que devíamos comemorar nesta noite, misto de alegria e de tristeza. De alegria, porque se passa mais um aniversario do nosso Instituto, mais um ano de excelentes trabalhos, como o atestam os dois volumes da *Revista* publicados em seu curso. De tristeza, porque duramente foi ele provado pela morte de nove dos seus socios, pertencentes a quasi todas as categorias — efetivos, honorarios, beneméritos e fundadores; saídos das mais variadas atividades, das altas esferas eclesiásticas e políticas, das cátedras universitarias, da magistratura, do comercio e da industria, do estudio do artista e do laboratorio do sabio. Longas existencias, — pois que, com duas exceções apenas, todos os mais avançaram alem dos 70 anos, três deles atingindo a casa dos 80 e mais anos, — devotadas ao bem e ao engrandecimento da patria, novos florões de gloria que o Instituto colheu para a immortalidade.



## ATAS

Julho a Novembro de 1939

ATA DA 7a. SESSÃO REGIMENTAL, EM 5 DE JULHO DE 1939. — Presidente: *Prof. João Augusto de Toledo*. 1.º Secretario: *Dr. Carlos da Silveira*. 2.º Secretario: *Dr. Domingos Laurito*. Aos cinco dias do mês de julho do ano de 1939, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n.º 152, com a presença dos socios Srs. Drs. Domingos Laurito, Francisco Isoldi, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Djalma Forjaz, Plinio de Barros Monteiro, Álvaro Soares de Oliveira, Teodoro Braga, Roberto Simonsen, Marcelo Piza, Carlos da Silveira, Cesar Trípoli, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Afonso de Taunay, Herbert Baldus, Plinio Airoso, Profs. João Augusto de Toledo e Dacio Pires Correia, realizou-se a sétima sessão ordinária, anual, do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Deixou de comparecer, por motivo de doença, o Sr. Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo. As 21 horas, assumiu a presidência o Sr. Prof. João Augusto de Toledo, secretariado pelos Srs. Drs. Carlos da Silveira e Domingos Laurito, 1.º e 2.º secretários *ad hoc*, respectivamente. Em seguida, o Sr. Presidente nomeia uma comissão composta dos Srs. Drs. Marcelo Piza, Djalma Forjaz e Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, para introduzir no recinto o novo socio efetivo, Sr. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Saudado pelo Sr. Presidente, pronuncia o recipiendario ligeiro discurso de agradecimento. A seguir, comunica o Sr. Presidente que, em virtude de achar-se enfermo o Sr. Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo, fica transferida para outra oportunidade a posse do Sr. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay no cargo de Presidente Honorario do Instituto. Passa, depois, ao expediente, dando conta à casa da correspondência recebida, na qual figura uma carta do Sr. Dr. Cristovão de Camargo, socio correspondente, participando que representou o Instituto no recente Congresso das Academias de Letras, realizado no Rio de Janeiro. Por fim, comunica que foi depositada no Banco do Comercio e Industria de S. Paulo a importancia de Rs. . . . 100:000\$000 (cem contos de réis), proveniente, da subvenção do Estado aos cofres sociais. E' dada, finalmente, a palavra ao Sr. Dr. Álvaro Soares de Oliveira, que lê sua anunciada conferencia sobre a personalidade de Varnhagen, em comemoração do 61.º aniversario da morte desse historiador. Devido ao adiantado da hora, é encerrada a sessão, tendo o Sr. Dr. Geraldo Rúffolo aquiescido, por proposta do Sr. Presidente, em ocupar-se em outra oportunidade com a biografia de Ma-

chado de Assiz. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) João Toledo.

A. P. de Aguiar Whitaker, 1.º Secretario *ad hoc*.  
Plínio de Barros Monteiro.

ATA DA 8a. SESSÃO REGIMENTAL, EM 5 DE AGOSTO DE 1939. — Presidente: *Prof. João Augusto de Toledo*. 1.º Secretario: *Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker*. 2.º Secretario: *Dr. Plínio de Barros Monteiro*. Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e nove, em sua sede, à rua Benjamin Constant, n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo a sua oitava sessão ordinária, anual, com a presença dos seguintes associados: Drs. Cesar Tripoli, Plínio de Barros Monteiro, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, Djalma Forjaz, Gerardo Ruffolo, Cândido de Sousa Campos, Amando Franco Soares Caiubi, Goffredo T. da Silva Teles, Profs. Dacio Pires Correia, Antonio Piccarolo, João Augusto de Toledo e Major Amílcar Salgado dos Santos. Justificaram sua ausencia os consócios Srs. Drs. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo, Carlos da Silveira, 2.º Secretario, Afonso de Carvalho e Felix Guisard Filho. Às 21 horas, assumiu a presidencia o Sr. Prof. João Augusto de Toledo, que convidou os Srs. Drs. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker e Plínio de Barros Monteiro para 1.º e 2.º Secretarios, *ad hoc*, respectivamente. Em seguida, por uma comissão composta dos Srs. Drs. Djalma Forjaz, Cândido de Sousa Campos e Major Amílcar Salgado dos Santos, é introduzido no recinto e empossado, como socio efetivo, o Sr. Dr. Amando Franco Soares Caiubi, que é saudado pelo Sr. Presidente. Passando-se ao expediente, depois de lida e aprovada a ata da sessão anterior, são lidos, pelo 1.º Secretario, officios de Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Dom Francisco de Aquino Correia e do Desembargador Dr. José de Mesquita, agradecendo a sua eleição para socios do Instituto, os dois primeiros como honorarios e o último como correspondente. A seguir, o Sr. Presidente anuncia que, dentre as numerosas ofertas recebidas pelo Instituto, durante o mês de julho findo, constantes da respectiva pasta de registo de agradecimentos, figura sobre a mesa a obra *Fronteras do Brasil no Regime Colonial*, de autoria do Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, socio benemerito do sodalicio. Trata-se de trabalho verdadeiramente notavel, quer pela perfeição de sua apresentação material, quer, sobretudo, pela copiosa documentação que encerra, revelando a argucia e a paciencia do eminente historiador. E' lida, ainda, pelo 1.º Secretario, uma carta do Sr. Roberto Carregal Pompilio Tayler, oferecendo ao Instituto varios objetos colhidos em sua expedição à aldeia dos indios Tapirapés, no Brasil Central. Toma, depois, a palavra o Sr. Dr. Amando Franco Soares Caiubi, que agradece ao Sr. Presidente as palavras que lhe foram dirigidas ao empossar-se e assume o compromisso de envidar o melhor dos seus esforços em prol do desenvolvimento e da grandeza do Instituto. Em nome do Sr. Dr. Cândido de Sousa

Campos, pronuncia ligeiro discurso o Sr. Dr. Geraldo Rúffolo, que põe em relevo os méritos do recipiendario. Em seguida, o Sr. Presidente encaminha à Comissão de Admissão de Socios, para dar parecer, três propostas que se acham sobre a mesa, relativas aos Srs. Drs. Gastão Ferreira de Almeida, Aroldo de Azevedo, e Prof. Nelson Omegna, os dois primeiros para socios efetivos e o último para correspondente. Passa-se, então, à votação de uma proposta com parecer favoravel daquela Comissão, referente ao Sr. Roberto Carregal Pompilio Tayler, para socio efetivo. Essa proposta é unanimemente aprovada. Na primeira parte da ordem-do-dia, são aprovados dois votos de pesar: um, pelo falecimento do Cônego Dr. José Valois de Castro, socio fundador, e outro pelo falecimento da grande dama paulista Dona Isabel de Arruda Alves de Lima, progenitora do Sr. Dr. Otaviano Alves de Lima, Diretor-Proprietario da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite*, e avô dos prezados consocios Srs. Drs. Rivadávia Dias de Barros, Marcelo Piza e Ricardo Lion. O Sr. Presidente comunica, a seguir, que deixa de ser empossado, como Presidente Honorario, o Sr. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, por achar-se ausente de S. Paulo. Trata-se, depois, do convite dirigido ao Instituto para participar das comemorações do Bicentenario de Campinas; a propósito, o 1.º Secretario lê o officio enviado pelo Sr. Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo, ao Sr. Prof. Nelson Omegna, Presidente do Centro de Ciencias, Letras e Artes daquela cidade, officio no qual o Instituto declara aceitar o convite, mas declinando qualquer responsabilidade pela iniciativa das comemorações, em vista das incertezas que envolvem o aspecto histórico da questão. Como membro da Comissão de Historia, o Sr. Dr. Djalma Forjaz toma a palavra e, tratando da data da fundação de Campinas, esclarece que os documentos não autorizam a considerar-se o ano de 1939 como o bicentenario, pois que, si não lhe falla a memoria, somente em 1774 appareceu o bando do Capitão-General Luiz Antonio Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, sobre a fundação de varios povoados, entre os quais Campinas está incluída. Parece-lhe, pois, prematura a comemoração que se projeta para setembro próximo vindouro. Por fim, na segunda parte da ordem-do-dia, o Sr. Dr. Geraldo Rúffolo, orador previamente inscrito, pronuncia o seu discurso sobre a personalidade e a obra de Machado de Assiz. Observa o orador que nenhuma edição das obras completas do escritor patricio inclui a poesia *Tristeza*, publicada somente no *Jornal das Famílias*, em 1862, e que passa a ler. Faz, ainda, varias considerações de ordem psicológica, para discordar de uma opinião muito vulgarizada na critica literaria do país, segundo a qual Machado de Assiz não seria o corajoso criador de uma escola de romancistas, cuja originalidade, que tanta margem tem dado a polémicas por vezes acesas e violentas, vale por si mesma como a negação mais eloquente da pretendida timidez do autor de *Braz Cubas*. O que, segundo o orador, se considera timidez de Machado de Assiz não era sinão a sua profunda modestia, o seu recato, o seu natural acanhamento, qualidades que, a seu ver, não são em absoluto incompatíveis com uma extraordinaria coragem. Ao terminar, anuncia o Sr. Dr. Geraldo Rúffolo que, na próxima sessão, ocupará novamente a atenção da casa, para fazer o elogio da obra *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, do Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, e do último livro do Sr. Dr. Felix Guisard Filho, intitulado *D. Ro-*

*dovinho e D. José.* Toma, depois, a palavra o Sr. Major Amílcar Salgado dos Santos, que propõe interceda o Instituto junto à Prefeitura Municipal de São Paulo para que o nome do Duque de Caxias seja dado à ponte sobre o rio Pinheiros. O Sr. Presidente observa que essa proposta depende de mais cuidadoso exame e que, assim, seria consignada em ata, para ulterior deliberação. O Sr. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho pede que a secretaria forneça informações sobre a vida do Instituto, afim de atender a uma solicitação do Sr. Dr. Arí Martins, do Rio Grande do Sul, que deseja publicar um trabalho acerca das instituições culturais do Brasil. Propõe, a seguir, que o Instituto officie ao Conde de Paris, apresentando-lhe boas-vindas por motivo de sua passagem por S. Paulo. Ambos os pedidos são registados pelo Sr. Presidente, para serem examinados oportunamente. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 5 de setembro de 1939.

(aa.) José Torres de Oliveira.  
João Toledo.  
Carlos da Silveira.

ATA DA 9a. SESSÃO REGIMENTAL, EM 5 DE SETEMBRO DE 1939. — Presidência: *Dr. José Torres de Oliveira.* 1.º Secretário: *Prof. João Toledo.* 2.º Secretário: *Dr. Carlos da Silveira.* Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e trinta e nove, em sua sede, à rua Benjamin Constant, n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo a sua nona sessão ordinária, anual, com a presença dos seguintes senhores socios: Drs. José Torres de Oliveira, Afonso de Escagnolle Taunay, Carlos da Silveira, Edmundo Krug, Álvaro Soares de Oliveira, Djalma Forjaz, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Plínio de Barros Monteiro, César Trípoli, Hermes Pio Vieira, Geraldo Rúfiolo, Bueno de Azevedo Filho, Pe. Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, Prof. João Toledo, Cel. Pedro Dias de Campos e Major Amílcar Salgado dos Santos. Assumiu a presidência o Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo, secretariado pelo Prof. João Toledo e pelo Dr. Carlos da Silveira, 1.º e 2.º secretarios, respectivamente. Estando presente o Dr. Afonso de Taunay, eleito presidente honorario, o Sr. Presidente perpetuo deu-lhe posse, dirigindo-lhe calorosa saudação, na qual procurou por em relevo a preeminencia do homenageado, notavel historiador e cientista. "O conceito que o Instituto Histórico e Geográfico forma da pessoa egregia de V. Ex., — acentua o orador, — está bem manifesto na proposta que foi apresentada, e eu tenho o prazer de reproduzir aqui umas palavras muito felizes que o illustre Prof. Dr. Antonio Piccarolo, num dos artigos com que colabora brilhantemente para o grande órgão de publicidade que é *O Estado de São Paulo*, escreveu a respeito de V. Ex. Na edição do *O Estado de São Paulo* de 5 de julho de 1939, referindo-se à pessoa de V. Ex., serviu-se destas expressões: "esse mar de erudição que é o autor da *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*". Ao terminar sua oração, o Sr.



Presidente passou às mãos do homenageado uma copia fotográfica da proposta de que resultou sua eleição. Respondendo, o Dr. Taunay pronunciou substancioso discurso de agradecimento, que será publicado, oportunamente, na *Revista* do Instituto.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passa-se ao expediente. O Sr. Presidente comunica que a correspondencia está em dia e em perfeita ordem, salientando algumas cartas e officios, cuja leitura é feita pelo 1.º secretario; o officio dirigido a Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, arcebispo metropolitano, com felicitações pela sua eleição, e o telegrama do felicitado, agradecendo; a proposta do Dr. Artur da Mota Alves, para a copia de documentos existentes nos arquivos de Portugal, relativos à historia de S. Paulo, proposta que foi aceita, numa base razoavel de pagamentos, mas que não pode agora ser levada a efeito, por causa da impossibilidade de remessa de dinheiro; um pedido da Biblioteca da Faculdade de Direito, sobre o fichario fotográfico e biográfico de antigos alunos; e, finalmente, um convite-circular da comissão de festejos do bicentenario de Campinas. A esse respeito, o Sr. Presidente comunica que o Instituto não se fez representar na inauguração de tais festividades. Havendo aquela comissão pedido parecer sobre a exatidão da data da fundação da referida cidade, foi respondido que o Instituto se faria representar nas comemorações projetadas, como uma homenagem à cidade de Campinas, mas ressalvando a sua responsabilidade de instituição cultural, por tratar-se de materia controvertida. Depois dessa resposta franca e leal, jornais de Campinas começaram a atacar o Instituto, usando de frases agressivas, de maneira insólita. Por esse motivo, o Instituto conservar-se-á oficialmente afastado das festividades campineiras, até nova deliberação.

Tomando a palavra, o Dr. Afonso de Taunay acrescenta que as nossas cidades costumam celebrar suas datas centenarias com antecipação, o que já aconteceu com Angra dos Reis, Guaratinguetá e, agora, com Campinas.

Em seguida, são acusadas algumas ofertas de livros, todos de grande valor: *Compendio della Storia Universale*, de Cesare Cantu, *Storia d'Italia*, de Cesare Balbo, e *I Promessi Sposi*, de Alessandro Manzoni, — ofertas do Dr. Umberto Pranzini; *O Elemento Italiano na Formação do Brasil*, de Francesco Pettinati, *Camões e "I Lusíadi"*, idem, e *"Stelloni" e Profili*, idem, — oferta do Autor; *Geographical Conceptions of Columbus*, de George E. Nunn, *Discovery of the Amazon*, de José Toribio Medina, e *Index to The Geographical Review* (1916-1935, 2 vols.), de Arthur A. Brooks, — ofertas da American Geographical Society (New York).

Passando-se à primeira parte da ordem-do-dia, o Sr. Presidente, depois de justificar a ausencia do consocio Prof. Dr. Teodoro Braga, refere-se à benemerencia do comerciante Sr. Joaquim Gonçalves Moreira e à feliz distribuição que fez, em testamento publicado na imprensa, das dezenas de milhares de contos de réis acumulados durante suas atividades comerciais, como chefe e fundador da casa J. Moreira & Cia., desta Capital. Propõe um voto, em ata, de profundo pesar pelo falecimento do esclarecido e generoso negociante e tambem um voto de aplausos pelo seu gesto altruístico e acerto na distribuição dos seus haveres. Foi aprovado. Falando sobre as facilidades encontradas, quando do recebimento

da subvenção concedida ao Instituto, presta homenagem ao governo do Estado, pelo auxilio valioso prestado à instituição. Em seguida, comunica que o Instituto vai editar o livro do Dr. Alberto J. Robbe, sobre Carlos Gomes, como também vai editar o 2.º tomo dos *Anais do Congresso de Numismática*, realizado nesta Capital. Entrando a tratar de outro assunto, afirma que o Instituto precisa reparar falhas quanto a homenagens devidas a sócios eminentes, e que, assim, vão ser colocados na sala das sessões os retratos de Prudente José de Moraes Barros, Cesario Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Junior, Estevão Leão Bourroul, Domingos Nogueira Jaguaribe Filho: o primeiro, presidente honorário, o segundo, primeiro presidente efetivo, e os outros, fundadores desta agremiação de estudos. Dá noticia à casa de que estão sendo feitos artísticos distintivos metálicos de boteeira, para uso facultativo dos senhores consocios que os adquiriram, e que também estão sendo feitos dois desses distintivos em ouro, os quais, de propriedade do Instituto, serão usados pelo Presidente efetivo e pelo Presidente Honorario. Em continuação, o Sr. Presidente informa que, em companhia dos Drs. Desembargador Afonso José de Carvalho e Plínio de Barros Monteiro, foi visitar o consocio honorario Dom Francisco de Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, o qual estava de passagem por São Paulo. Refere-se à conferencia que sobre o 7 de Setembro o Dr. Felix Guisard Filho devia realizar aqui, mas que ficou adiada por motivo da deflagração da guerra européia. Nomeia o Major Amílcar Salgado dos Santos e o Dr. Alvaro Soares de Oliveira, para, em companhia dele, presidente, visitarem o consocio tesoureiro Prof. Dacio Pires Correia, o qual se acha enfermo, de cama. Refere-se à próxima saída do vol. XXXVI da *Revista*, e ao projeto de reedição dos volumes esgotados, e, finalmente, ao registo, efetuado, dos Estatutos sociais.

Há sobre a mesa propostas a serem votadas, já com parecer favoravel da comissão de admissão de socios: dos Drs. Aroldo de Azevedo, Gastão Ferreira de Almeida e Francisco Pettinati, para efetivos; e dos Drs. Estevão Pinto, Umberto Pranzini, Cônego Luiz Castanho de Almeida e Prof. Nelson Omegna, para correspondentes. Em vista do adiantado da hora, o Sr. Presidente propõe, sendo aprovado, que fiquem tais propostas para serem votadas na próxima sessão ordinaria, a realizar-se em 5 de outubro.

Pede, depois, a palavra o Dr. Alvaro Soares de Oliveira e, referindo-se ao passamento, em 12 do corrente, do centenario do nascimento do filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, propõe se consigne em ata essa efemeride e que o Instituto telegrafe à congênere instituição da cidade do Salvador, dando conta da homenagem, o que foi aprovado.

Passando-se à segunda parte da ordem-do-dia, fala o consocio Dr. Geraldo Rúffolo, que lê um longo discurso sobre o notavel trabalho do Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, intitulado *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Aproveitando o ensejo de encontrar-se na tribuna, refere-se ainda o Dr. Rúffolo ao centenario do nascimento do filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro, do qual já tratara o consocio Dr. Soares de Oliveira, e ao passamento da filha do Dr. Rodrigo Soares Junior. Propõe um voto de pesar, que é aprovado.

Por fim, o Sr. Presidente convida os presentes para a próxima sessão e dá por encerrada a presente. E, para constar, foi lavrada a pre-

sente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. *Em tempo*: Foi pelo Sr. Presidente justificada a ausencia do Sr. Dr. Gofredo da Silva Teles, que deixou de comparecer, para empossar-se como socio efetivo, em virtude do acúmulo de trabalho no Departamento Administrativo do Estado, de que é um dos ilustres membros.

Aprovada em 5 de outubro de 1939.

(aa.) José Torres de Oliveira.  
 Carlos da Silveira.  
 Amílcar Salgado dos Santos.

ATA DA 10a. SESSÃO ORDINARIA, EM 5 DE OUTUBRO DE 1939. — Presidencia: *Dr. José Torres de Oliveira*. 1.º Secretario: *Dr. Carlos da Silveira*. 2.º Secretario: *Major Amílcar Salgado dos Santos*. Aos cinco dias do mês de outubro de 1939, em sua sede, à rua Benjamin Constant, n.º 152, com a presença dos socios: Drs. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Fréderico Brotero, Leonardo Pinto, Geraldo Rúffolo, Djalma Forjaz, Bueno de Azevedo Filho, Major Amílcar Salgado dos Santos e Prof. Dacio Pires Correia, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo a sua décima sessão ordinaria do ano corrente. Havendo *quorum*, foram abertos os trabalhos, às 21 horas, pelo Dr. Torres de Oliveira, presidente perpetuo, tendo sido convidado o Major Amílcar Salgado dos Santos para funcionar como 2.º secretario *ad hoc*, e tendo o 2.º secretario efetivo, Dr. Carlos da Silveira, passado a substituir o 1.º, Prof. João Toledo, cuja ausencia foi justificada. Lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, pediu a palavra o Dr. Geraldo Rúffolo, para retificar dois pontos: primeiro, que, na sessão a que se refere a ata, S. Ex. falara apenas sobre o filólogo baiano Carneiro Ribeiro; e segundo, que representou, na sessão, o consocio Major Firmino Augusto de Godói, cuja ausencia justificara. Tomadas em consideração essas retificações, foi aprovada a ata, sem debate.

Passando-se ao expediente, o Sr. Presidente comunica que a correspondencia está em dia e registada, em perfeita ordem, podendo ser examinada por qualquer dos associados. Salienta, entretanto, o atraso com que chegou o officio do Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, que ora ocupa a presidencia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a propósito da comemoração do cincoentenário do falecimento do Visconde de Mauá. Alude, ainda, o Sr. Presidente ao officio da secretaria daquela instituição, Sta. Max Fleiuss, no qual se incluem notas genealógicas do homenageado, as quais ficam arquivadas. A seguir, comunica que virá do Rio, devendo aqui fazer uma conferencia sobre Mauá, no dia 28 deste mês, o Dr. Claudio Guns. Dá noticia à casa de que as ofertas recebidas pelo Instituto se acham todas convenientemente registadas, na forma do costume.

Iniciando a primeira parte da ordem-do-dia, o Sr. Presidente sugere a conveniencia de reservar-se lugar à mesa para o Presidente Honorario, sempre que compareça aos trabalhos; propõe que esse lugar seja ao lado do 2.º secretario, o que é aprovado após ligeira discussão. E' justificada a ausencia, por motivo de força maior, do socio efetivo

Dr. Alvaro Soares de Oliveira. Em seguida, o Sr. Presidente faz uma serie de comunicações, a saber: 1) Representação do Instituto, feita por S. Ex., à chegada de Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, novo arcebispo de S. Paulo; 2) Projeto de visita a Dom José Gaspar, por parte da Diretoria do Instituto, acompanhada dos demais consocios que o desejarem; 3) Realização, em 27 de setembro último, da visita ao Instituto do Consul da Italia, Sr. Comendador Giuseppe Castruccio, acompanhado do pessoal do Consulado e Exmas. Senhoras; 4) Convite do Embaixador italiano Sr. Ugo Sola, por intermedio do Consul desta Capital, para o banquete oferecido a 4 do corrente, pelo mesmo Embaixador, ao Sr. Interventor Federal; 5) Inauguração, a 16 do corrente, do retrato do Dr. Teodoro Sampaio, mesmo que não venha fazer uma conferencia, para a qual há tempos se comprometera, o distinto orador Dr. Pedro Calmon; 6) Informação sobre a galeria de retratos dos socios notaveis, galeria essa que fora projetada e se acha em vias de acabamento, com os trabalhos dos distintos pintores Teodoro Braga, Paulo do Vale e Lopes de Leão; 7) Comunicação de que, devendo passar brevemente o 50.º anniversario da proclamação da República, deve a efemeride ser comemorada com uma sessão especial, si for possível, devendo, entretanto, os discursos que houverem de ser pronunciados sofrer previa censura por parte da Diretoria; de que, achando-se ainda em S. Paulo o notavel missionario salesiano Padre Colbacchini, recentemente agraciado pelo Governo Brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul, pensa o Sr. Presidente em convidá-lo para fazer uma conferencia no Instituto; e, finalmente, de que se encontra no Rio o notavel historiador Padre Serafim Leite, S. J., socio honorario do Instituto, o qual, provavelmente virá a S. Paulo e falará na associação.

Ainda na primeira parte da ordem-do-dia, pede a palavra o Prof. Dacio Pires Correia, para agradecer a visita que, em nome do Instituto, lhe foi feita, por ocasião de sua recente enfermidade; e, continuando, participa a oferta que o orador e o Sr. João Batista de Campos Aguirra fazem ao Instituto de 300 exemplares da obra: *Dicionario do Municipio de S. Paulo*, 1.º fasciculo, de autoria do finado presidente Afonso de Freitas. O Sr. Presidente declara que essa oferta ficará consignada em ata, sendo recebida com especial agrado. A seguir, pede a palavra o Dr. Bueno de Azevedo Filho, para transmitir ao Instituto dois convites: um, em nome do Dr. Oscar Tollens, presidente do Centro Gaucho, para a conferencia que, nesse Centro, fará, a 12 do corrente, o Dr. Luiz Filipe de Castilhos Goicocheia, socio correspondente do Instituto; e outro, em nome do bacharelado Trajano Pupo Neto, presidente do Centro Académico Onze de Agosto, para que o Instituto colabore na organização de um museu do referido Centro Académico. O Sr. Presidente manda sejam consignados em ata ambos os convites.

Passa-se, então, à eleição dos novos socios cujas propostas se acham sobre a mesa, revestidas das formalidades estatutarias. E' apresentada a proposta, para socio efetivo, do Dr. Aroldo de Azevedo, a qual é aprovada por unanimidade. Vem, depois, a proposta, tambem para socio efetivo, do Dr. Gastão Ferreira de Almeida, a qual é aprovada por oito votos. Logo após, vota-se a proposta, para socio correspondente, do Dr. Estevão Pinto, — aprovada unanimemente. Em seguida, vem a proposta, para socio correspondente, relativa ao Dr. Umberto Pranzini, a qual é

aprovada por sete votos. Depois, é tomada em consideração a proposta do Dr. Francisco Pettinati, candidato a socio efetivo, a qual, aprovada sem debates, teve oito votos. Finalmente, é apresentada a proposta, para socio correspondente, relativa ao Cônego Luiz Castanho de Almeida, e que, como as anteriores, é aprovada sem debates, recebendo apoio unânime de votos. Concluídas as votações e proclamados socios do Instituto, nas suas respectivas categorias, os seis eleitos, passa-se à segunda parte da ordem-do-dia.

Toma a palavra o Dr. Geraldo Rúffolo, que principia propondo péssames à família Siqueira Campos pelo falecimento de D. Domingas de Siqueira Campos, ocorrido há dias nesta Capital, — o que foi aprovado. Passa, então, S. Ex. a ler um longo e erudito discurso sobre os trabalhos recentemente publicados: *Dom Rodolpho e Dom José*, do Dr. Felix Guisard Filho, e *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, do Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, ambos os autores socios do Instituto. Terminado o seu discurso, que foi aplaudido por uma salva de palmas, foi encerrada a sessão, com agradecimentos aos presentes e convite para a última sessão ordinaria do ano, a realizar-se no dia 25 do corrente.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. Presidente mandou consignar em ata um voto de pesar pelo recente passamento do Dr. Rodolfo von Ihering, antigo socio efetivo, notavel ictiólgo, ao qual se referiu de modo muito elogioso. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 25 de outubro de 1939.

(aa.) José Torres de Oliveira.  
João Toledo.  
Carlos da Silveira.

ATA DA 11a. SESSÃO ORDINARIA, REGIMENTAL, EM 25 DE OUTUBRO DE 1939. — Presidente: *Dr. José Torres de Oliveira*. 1.º Secretario: *Prof. João Augusto de Toledo*. 2.º Secretario: *Dr. Carlos da Silveira*. Aos 25 dias do mês de outubro de 1939, na sede social, à rua Benjamin Constant, n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua 11a. sessão ordinaria, regimental, de encerramento dos trabalhos relativos ao ano corrente. Estiveram presentes os seguintes associados: Drs. José Torres de Oliveira, Domingos Laurito, Leonardo Pinto, Cândido de Sousa Campos, Djalma Forjaz, Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Armando de Arruda Pereira, Teodoro Braga, Bueno de Azevedo Filho, Sebastião Almeida Oliveira, Aristides Monteiro de Carvalho e Silva, Ricardo Gumbleton Daunt, Roberto Thut, José Carlos de Ataliba Nogueira, Álvaro de Sales Oliveira, Cesar Tripoli, Geraldo Rúffolo, Pe. Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, Profs. Dacio Pires Correia, João Augusto de Toledo e Sr. Felix Soares de Melo.

Aberta a sessão pelo Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo, secretariado pelo Prof. João Toledo e pelo Dr. Carlos da Silveira, 1.º secretario e 2.º, respectivamente, foi por este último lida a ata da sessão anterior, em seguida aprovada. Dando curso ao expedien-

te, o Sr. Presidente destaca, dentre a correspondencia recebida, duas cartas do Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma, relativa à comemoração do cincoentenário do falecimento do Visconde de Mauá, e outra, lida pelo 1.º Secretario, referente a grande número de publicações enviadas e que o Instituto havia solicitado. E' lida, igualmente, uma carta do Major Amílcar Salgado dos Santos, despedindo-se por ter partido para Goiaz, em serviço. Por fim, esgotando a materia constante do expediente, o Sr. Presidente comunica à assembléa que, tendo pedido demissão de membro da Comissão de Sindicancia e de Admissão de Socios o Dr. Plínio de Barros Monteiro, nomeou, para substituí-lo interinamente, o Sr. João Batista de Campos Aguirra.

Passando-se à primeira parte da ordem-do-dia, o Sr. Presidente refere, em sentidas palavras, o passamento do socio efetivo Comendador Leoncio do Amaral Gurgel, ocorrido nesta capital a 6 do corrente, bem como o do Dr. José de Paula Leite de Barros, socio benemérito, ocorrido no dia 7. Relembrando méritos e serviços dos extintos, o Sr. Presidente manda lançar em ata um voto de profundo pesar, com o apoio unânime da casa. Pede a palavra o Sr. Felix Soares de Melo e lê expressivo discurso sobre a personalidade do Dr. Paula Leite. Traça, depois, a biografia do extinto o Dr. Cândido de Sousa Campos, que termina por pedir a inclusão na *Revista* do necrologio publicado pelo *O Estado de São Paulo*, o que é aprovado.

Em seguida, o Sr. Presidente dá conta da comissão que desempenhou assistindo à conferencia do Dr. Luiz Filipe de Castilhos Goicocheia, socio correspondente, no Centro Gaucho, e faz referencias à que foi pronunciada no dia immediato no salão do Instituto e que, segundo soube, foi tambem brilhantíssima.

O 1.º Secretario passa a fazer a leitura de varias propostas que se acham sobre a mesa, para o devido encaminhamento regulamentar. Segue-se com a palavra, novamente, o Sr. Presidente, que comunica a inauguração, a 16 do corrente, do retrato do Dr. Teodoro Sampaio. E sugere que, não tendo o orador eleito tomado posse do seu cargo, nem demonstrado intenção de o fazer, seja considerado vago o referido lugar, para o qual deverá ser feita nova eleição, em principios do ano vindouro, o que é aprovado sem debate.

Prosseguindo, o Sr. Presidente faz uma serie de referencias: 1.º) à *Revista* do Instituto, cuja comissão, auxiliada pelo bibliotecario, Sr. Aristides da Silveira Lobo, merece elogios pelo desempenho dado à tarefa; 2.º) à personalidade do Dr. Gastão Madeira, candidato a socio honorario, cujo genio inventivo, particularmente em materia de aeronavegação, o coloca na vanguarda dos grandes descobridores, como o comprovam artigos que publicou em 1892 no *Correio Paulistano* e que o Instituto tomou a iniciativa de reproduzir; 3.º) aos distintivos dos socios do Instituto, os quais já se acham prontos e serão vendidos ao preço de cinco mil réis; 4.º) às carteiras de identidade, tambem em vias de execução; 5.º) ao padre salesiano Antonio Colbacchini, que provavelmente fará na sede social uma palestra sobre os indios bororos, a cuja catequese se dedica há mais de 30 anos no *hinterland* brasileiro; 6.º) à comemoração do cincoentenário da proclamação da República, de accordo com o que ficou estabelecido na sessão anterior.

Pede a palavra o Dr. Armando de Arruda Pereira e lê um officio assinado pelo Sr. Francisco Brasileiro, relativo à viagem que fez o signatario aos sertões de Goiaz, como participe da bandeira Anhangueira, chefiada por Hermano Ribeiro da Silva, falecido durante a expedição. Refere-se o Sr. Francisco Brasileiro a outras expedições intitulladas de estudos dos problemas relacionados com os nossos aborigenes. Terminada a leitura desse officio, o Sr. Presidente declara que levará o assunto à Comissão de Geografia, para estudo e parecer.

Usa, então, da palavra o Dr. Geraldo Rúffolo, que declara ter assistido, a 17 do corrente, no salão da sede social, a uma conferencia do Prof. George Reder, sobre Pasteur, e tido a oportunidade de ver projetar-se um filme dedicado à vida do grande sabio. Esse filme, segundo poudo saber o orador, é de propriedade da Alliance Française, sociedade aqui fundada para a divulgação da lingua e da cultura francesas. A sua divulgação mais ampla dependeria de avultada despesa com a censura a que a lei sujeita os filmes estrangeiros. Diante disso, serve-se o orador da tribuna do Instituto para fazer um apelo a quem de direito, no sentido de que a exhibição do referido filme seja permitida, independentemente de qualquer onus, dado o alto valor educativo do filme, que representa, alem do mais, uma homenagem ao imortal vulto da ciencia.

São, em seguida, votadas e aprovadas quatro propostas de novos socios. Em relação à primeira, para eleger o Dr. Gastão Madeira socio honorario, pergunta o Dr. Geraldo Rúffolo si não seria permitida a aclamação, como uma homenagem especial ao candidato. Responde o Sr. Presidente negativamente, tendo em vista os estatutos sociais. E são eleitos os seguintes senhores: Dr. Gastão Madeira, socio honorario, por unanimidade de votos; Comendador Dr. Giuseppe Castruccio, socio efetivo, tambem por unanimidade; Dr. Astrojildo Rodrigues de Melo, socio efetivo, por 17 votos; e Dr. Eurípedes Simões de Paula, por 15 votos.

Terminadas as votações, o Sr. Presidente, considerando que esta é a última sessão ordinaria do corrente ano, apresenta os agradecimentos do Instituto aos senhores associados, à imprensa da Capital, aos seus companheiros de Diretoria, ao bibliotecario e demais funcionarios, que todos concorreram para o bom andamento dos trabalhos realizados durante o ano e com os quais o Instituto procura retribuir a simpatia de que goza no meio social e fazer jus aos auxilios recebidos, principalmente dos poderes públicos. Convida, a seguir, os socios presentes para a sessão de 1.º de novembro, na qual o orador interino, Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, fará o elogio dos socios falecidos durante o ano social; Dom Duarte Leopoldo e Silva, Dr. Francisco Ferreira Ramos, Oscar Pereira da Silva, Dr. Herculano Crispim de Carvalho, Dr. José de Paula Leite de Barros, Comendador Leoncio do Amaral Gurgel, Padre Dr. José Valois de Castro e Dr. Rodolfo von Ihering. E, nada mais havendo que tratar, é encerrada a sessão. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 25 de janeiro de 1940.

(aa.) José Torres de Oliveira.  
Carlos da Silveira.  
Marcelo Piza.

ATA DA SESSÃO MAGNA DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1939. — Presidente: *Dr. José Torres de Oliveira*; 1.º Secretário: *Prof. João Augusto de Toledo*; 2.º Secretário: *Dr. Carlos da Silveira*. — Ao primeiro dia do mês de novembro de mil novecentos e trinta e nove, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cincoenta e dois, nesta Capital, presentes os associados senhores doutores José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, José Carlos de Ataliba Nogueira, Afonso José de Carvalho, José Paolone, Bueno de Azevedo Filho, Geraldo Rúffolo, Plínio de Barros Monteiro, Cel. Pedro Dias de Campos. Profs. Dácio Pires Correia, João Toledo e Sr. João Batista de Campos Aguirra, assim como varias outras pessoas estranhas ao quadro social; havendo *quorum*, às vinte e uma horas foi declarada aberta a sessão magna, sob a presidencia do senhor Doutor José Torres de Oliveira, presidente perpetuo, secretariado pelo Professor João Augusto de Toledo, na qualidade de primeiro secretario, e Dr. Carlos da Silveira, na de segundo. Tomando a palavra, o senhor presidente perpetuo discorre sobre os fins da sessão, a qual, na forma dos Estatutos, visa a homenagear os socios do Instituto, falecidos no decorrer do ano social que ora se encerra. Tal homenagem consiste no elogio fúnebre dos mesmos socios, feito pelo orador oficial da Sociedade, cargo occupado, interinamente, pelo Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, a quem o senhor presidente dá, em seguida, a palavra. Discorre, então, o Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, com muito brilho, sobre a personalidade dos socios Dom Duarte Leopoldo e Silva, Dr. Francisco Ferreira Ramos, Dr. Joaquim Francisco de Assiz Brasil, Oscar Pereira da Silva, Dr. Herculano Crispim de Carvalho, Dr. José de Paula Leite de Barros, Comendador Leoncio Amaral Gurgel, Cônego Dr. José Valois de Castro e Dr. Rodolfo von Ihering. Ao concluir o seu bem elaborado discurso, foi o orador muito aplaudido. Cumpridos, de tal arte, os objetivos da sessão, o senhor Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpetuo, deu a mesma por encerrada, depois de haver dirigido palavras de agradecimento a todos os presentes. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 25 de janeiro de 1940.

(aa.) José Torres de Oliveira.  
Carlos da Silveira.  
Marcelo Piza.



# ÍNDICE

	Págs.
POSSE DO DR. AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY NA PRESIDENCIA HONORARIA DO INSTITUTO — <i>Discursos</i> . . . . .	5
GASTÃO MADEIRA, PIONEIRO DA AVIAÇÃO . . . . .	15
A PRIMEIRA CASA DA MOEDA DO BRASIL — <i>Afonso de Escragnolle Taunay</i> . . . . .	159
PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL — <i>Alvaro de Sales Oliveira</i> . . . . .	195
VALORES PERMANENTES — <i>Afonso José de Carvalho</i> . . . . .	203
O TALLEYRAND DE 1817 — <i>Vicente Temudo Lessa</i> . . . . .	209
SÃO ROQUE DE OUTRORA — <i>Joaquim Silveira Santos</i> . . . . .	213
SUBSIDIOS GENEALÓGICOS — <i>Carlos da Silveira</i> . . . . .	499
UM ARTISTA NOTAVEL — <i>Paulo Aurisol Cavalheiro Freire</i> . . . . .	571
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO	
Cadastro Social . . . . .	581
Elogio dos Socios Falecidos durante o Ano Social de 1938-9 . . . . .	587
Atas de Julho a Novembro de 1939 . . . . .	603

Composto e impresso na  
GRÁFICA PAULISTA  
de JOÃO BENTIVEGNA  
Rua Silveira Martins, 64  
Telef. 2-3417 - S. Paulo